

The background of the cover is a mosaic map of Portugal and the Iberian Peninsula, rendered in shades of brown and tan. The map is composed of irregular, stone-like tiles. The title is printed in a large, bold, sans-serif font in a dark brown color, centered on the upper half of the map.

PORTUGAL E O PIEMONTE: A CASA REAL PORTUGUESA E OS SABÓIAS

**NOVE SÉCULOS DE RELAÇÕES
DINÁSTICAS E DESTINOS
POLÍTICOS (XII-XX)**

MARIA ANTÓNIA LOPES
BLYTHE ALICE RAVIOLA

COORD.

IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

(Página deixada propositadamente em branco)



I N V E S T I G A Ç Ã O



EDIÇÃO

Imprensa da Universidade de Coimbra

Email: imprensauc@ci.uc.pt

URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc

Vendas online: <http://www.livrariadaimprensa.com>

CONCEPÇÃO GRÁFICA

António Barros

INFOGRAFIA DA CAPA

Carlos Costa

PRÉ-IMPRESSÃO

Mickael Silva

REVISÃO CIENTÍFICA DA TRADUÇÃO DOS TEXTOS ITALIANOS

Maria Antónia Lopes

EXECUÇÃO GRÁFICA

www.artipol.net

ISBN

978-989-26-0153-3

DEPÓSITO LEGAL

344075/12

OBRA PUBLICADA COM O APOIO DE:



PORTUGAL E O PIEMONTE: A CASA REAL PORTUGUESA E OS SABÓIAS

**NOVE SÉCULOS DE RELAÇÕES
DINÁSTICAS E DESTINOS
POLÍTICOS (XII-XX)**

MARIA ANTÓNIA LOPES
BLYTHE ALICE RAVIOLA
COORD.

IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

(Página deixada propositadamente em branco)

SUMÁRIO

BLYTHE ALICE RAVIOLA E MARIA ANTÓNIA LOPES

INTRODUÇÃO 7

MARIA ALEGRIA FERNANDES MARQUES

MAFALDA DE MOURIANA E SABÓIA (1130/1133 – 1158),

PRIMEIRA RAINHA DE PORTUGAL 15

ANA ISABEL BUESCU

A INFANTA BEATRIZ DE PORTUGAL E O SEU CASAMENTO

NA CASA DE SABÓIA (1504-1521)..... 51

PIERPAOLO MERLIN

BEATRIZ DE PORTUGAL E O GOVERNO DO DUCADO DE SABÓIA (1521-1538)..... 101

BLYTHE ALICE RAVIOLA

“A FATAL MÁQUINA”. MARGARIDA DE SABÓIA (1589-1656),

DUQUESA DE MÂNTUA E VICE-RAINHA DE PORTUGAL 133

ISABEL M. R. MENDES DRUMOND BRAGA

D. MARIA FRANCISCA ISABEL DE SABÓIA (1646-1683), RAINHA DE PORTUGAL..... 167

TOBY OSBORNE

“NÔTRE GRAND DESSEIN”: O PROJECTO DE CASAMENTO ENTRE
O DUQUE VÍTOR AMADEU E A INFANTA ISABEL LUÍSA E A
POLÍTICA DINÁSTICA DOS SABÓIAS (1675-82) 211

MARIA ANTÓNIA LOPES

MARIA PIA DE SABÓIA (1847-1911), RAINHA DE PORTUGAL:
UM PILAR DA MONARQUIA PORTUGUESA E DAS RELAÇÕES PORTUGAL-ITÁLIA..... 239

PIERANGELO GENTILE

DEPOIS DA DERROTA. O EXÍLIO PORTUGUÊS DE CARLOS ALBERTO,
REI DA SARDENHA, E HUMBERTO II, REI DE ITÁLIA..... 301

OS AUTORES 337

INTRODUÇÃO

A génese deste livro deve muito às novas tecnologias e, ao mesmo tempo, ao espírito da *République des Lettres* da Idade Moderna. A ideia, pensada em âmbito piemontês e discutida em primeira instância com o falecido Robert Oresko, veio a ser, afinal, fruto de uma calorosa correspondência electrónica entre as coordenadoras. Inicialmente um tímido e formal contacto de pedido de arbitragem para a *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, depois um progressivo interesse pelas pesquisas recíprocas até que surgiu o nome de Maria Pia de Sabóia, tornando-se no esteio de um projecto ambicioso. O de trabalhar a várias vozes a história das relações longas, contínuas, intensas e não ocasionais entre as dinastias reais portuguesas e a Casa de Sabóia; uma história com duração multissecular, repleta de episódios singulares e de densas relações diplomáticas, que, no entanto, têm suscitado pouco interesse historiográfico.

O resultado das nossas conversas por e-mail e de um esplêndido jantar em Lisboa no 1º de Maio de 2011 é o volume que se apresenta ao público de especialistas e de cultores das vicissitudes dinásticas portuguesas e sa-boianas, assim como aos que se debruçam sobre a política internacional e as estratégias de poder desde o Medievo à Época Contemporânea. Procurámos reunir experiências de historiadores de distintas épocas, temáticas e academias, tratando a longa duração através das figuras femininas ligadas às duas cortes de Lisboa e Turim. Critério decerto parcial e não inteiramente eficaz para explicar outras dinâmicas – a económica, por exemplo, que também interessava o Piemonte, no seu impulso para o comércio atlântico – mas funcional para a apreciação das estratégias das linhagens soberanas

e, aliás, validado por uma abordagem que cresce dia a dia em quantidade e qualidade. É inegável que a investigação sobre as mulheres e o poder é hoje um movimento historiográfico privilegiado; nem sempre apropriado quando os factores de género se tornam preponderantes e predeterminantes, mas com toda a razão de ser quando a análise dos papéis das mulheres permite aprofundar o problema da soberania e do exercício das suas prerrogativas em tempos de transição e sucessão. Igualmente fundamental é a percepção do leque de possibilidades que os casamentos reais e principescos garantia às linhagens em busca de confirmação, reforço ou elevação do seu estatuto no xadrez político europeu¹. Nesta óptica, as uniões entre princesas portuguesas e condes, duques e soberanos de Sabóia constituem magníficos exemplos dos mecanismos de construção do prestígio através do uso da parentela. Um prestígio cujas condições de reciprocidade mudam de acordo com o momento histórico: se no início o peso político das duas Casas aqui em apreço era quase equivalente, da Baixa Idade Média à primeira Idade Moderna é a monarquia lusitana a conferir maior importância à ainda secundária – no plano europeu – Casa de Sabóia; a partir do século XVII assiste-se a um progressivo *ralliement* entre essas dinastias, com o notável crescimento do reino subalpino e a sua inclusão entre as potências continentais.

Os dados emergem com clareza da análise de cada um dos capítulos, o que caberá ao leitor aprofundar, mas ainda assim justificam-se algumas palavras de apresentação e comentário. O ponto de partida é dado pela denso contributo reconstrutivo de Maria Alegria Fernandes Marques sobre Mafalda (ou Matilde) de Mouriana e Savoia (1130/1133 – 1158) que, ao casar com D. Afonso Henriques, se tornou a primeira rainha de Portugal. Envolta em mistério que a escassez de fontes da época têm alimentado sobre ela, Mafalda é, todavia, o alicerce de uma relação destinada a durar séculos. Afonso acabara de se tornar soberano e precisava de uma mulher

¹ Como, por exemplo, F. COSANDEY, *La reine de France, symbole et pouvoir*, Paris: Gallimard, 2000 ou C. CAMPBELL Orr (ed.), *Queenship in Europe, 1660-1815. The Role of the Consort*, Cambridge: Cambridge University Press, 2004. Para o contexto italiano: L. ARCANGELI, S. PEYRONEL (eds.), *Donne di potere nel Rinascimento*, Roma: Viella, 2008 e F. VARALLO (ed.), *In assenza del re. Le reggenti nei secoli XVI-XVII (Piemonte ed Europa)*, Firenze: Olschki, 2008. Para o português: é paradigmática a publicação em curso da Coleção “Rainhas de Portugal” coordenada por Ana Maria RODRIGUES, Manuela Santos SILVA e Isabel dos Guimarães SÁ (Lisboa, Círculo de Leitores).

de linhagem equivalente: a família de Mafalda com os condes de Borgonha e as relações de seu pai, Amadeu de Mouriana, com a França, o Papado e o Império proporcionavam uma abertura muito vantajosa para os interesses portugueses na Europa. Realçadas essas conexões, é então indagado, com toque introspectivo, o papel de esposa e mãe da nova rainha e o destino dos filhos do casal, também eles depressa inseridos no mercado matrimonial e artífices do crescimento da influência do trono português.

Quase quatro séculos depois é uma infanta portuguesa a ser escolhida como mulher de um Sabóia. O pretendente é o duque Carlos II, enquanto ela é Beatriz de Avis (1504-1538), filha de D. Manuel I e, além disso, irmã de Isabel, que se tornaria imperatriz ao casar com Carlos V em 1526. Neste livro a história dinástica de Beatriz é examinada a partir da dupla perspectiva de Portugal e de Sabóia, através dos capítulos de Ana Isabel Buescu e Pierpaolo Merlin. Ana Isabel Buescu, também com recurso a fontes de carácter iconográfico, centra-se na infância e na educação da jovem princesa, sublinhando muito bem a dimensão mundial entretanto assumida pela Coroa portuguesa. No ano de seu nascimento, 1504, o rei começara a erguer o novo paço real sobre Tejo, e quase só seu era o monopólio do comércio da pimenta; é óbvio que Beatriz, como os seus irmãos e irmãs, constituíam um dos melhores partidos da Europa. Entre tantos outros, parecia, contudo, que o duque de Sabóia era uma “proposta concreta”, não a melhor, decerto, mas útil para reatar os fios entretecidos no século XII numa malha internacional, agora, porém, mais aperfeiçoada. O Piemonte, com o qual se identificava – não muito correctamente – o ducado de Sabóia, era considerado pela diplomacia e pelos estrategas militares “a porta da Itália” e era-o, de facto, como bem observa Merlin, evidenciando a sua funcionalidade para a Espanha e o Império no trânsito dos exércitos dos Habsburgos e no domínio da península. Celebrado em Nice em 1521 – num momento de instabilidade, embora quase controlada, para os domínios da Sabóia – o casamento entre Carlos e Beatriz marcou uma viragem no prestígio do pequeno estado subalpino e implicou também uma adaptação da corte de Sabóia, provincial e ainda itinerante, aos novos modelos europeus. A duquesa tinha a sua própria corte, composta principalmente de portugueses, inaugurando um costume que as

consortes que lhe sucederam continuariam, entre elas Margarida de Valois, mulher do seu primogénito Manuel Felisberto, e Catarina Micaela da Áustria (filha de Filipe II de Espanha e I de Portugal), esposa de Carlos Manuel I, em 1585. Beatriz também revelou dotes de regente, até agora subvalorizados, quando na ausência do marido assegurou a mediação entre Paris e Madrid e conteve as ambições dos senhores territoriais locais, como o marquês de Saluzzo. A doação do condado de Asti, pelo cunhado Carlos V em 1531, pretendeu premiar a sua governação, muito longe de medíocre, e ajudar a unificar o espaço ainda indefinido do território de Sabóia. Por outro lado, no nome do único filho sobrevivente, Manuel Felisberto, permaneceria a marca dos laços com o mundo ibérico.

O regresso ao espaço na sua complexidade não é acidental. A figura de Margarida de Sabóia (1589-1656), trabalhada por Blythe Alice Raviola, é no livro o *trait d'union* entre Portugal e o Piemonte durante a dominação espanhola do primeiro, uma das páginas mais interessantes, dramáticas e controversas da história portuguesa. Filha dos referidos Catarina Micaela e Carlos Manuel (também ele recordando no nome a ascendência Avis), Margarida não foi apenas duquesa de Mântua e Monferrato, a partir do ano do seu casamento com Francisco Gonzaga (1608) até à morte deste em 1612. Ela foi também um dos protagonistas das disputas internacionais sobre a sucessão de Monferrato e encarnou a fidelidade à Coroa espanhola que só uma parte da corte de Turim, após a morte da infanta Catarina (1597), continuou a sentir. Num estado cada vez mais atraído para a órbita francesa, Margarida pediu e obteve do primo Filipe IV de Espanha e III Portugal um posto de responsabilidade e coube-lhe em sorte tornar-se vice-rainha de Portugal nos anos cruciais e derradeiros da dependência de Espanha (1635-40). Através de fontes arquivísticas e crónicas como a *Historia Portuguesa* de Manuel Severim de Faria, a lenda negra da permanência e da actuação de Margarida em Portugal ressalta na complexa teia das difíceis condições socioeconómicas da Península Ibérica: na interpretação dominante, ela tornou-se, de facto, “a fatal máquina” de que o rei e Olivares se serviram para arruinar o país. Mas se foi instrumento, a duquesa de Mântua foi-o num jogo maior, que se fundava precisamente nas relações dinástico-familiares e respondia a lógicas de um maduro cálculo político.

Uma outra princesa de Sabóia, Maria Francisca Isabel (1646-1683), do ramo Nemours, chegou a Portugal no século XVII. Dela trata Isabel Drumond Braga, partindo do contexto familiar e examinando as possibilidades de uma linha colateral que foi capaz de talhar um espaço importante nas dinâmicas saboianas e europeias da Idade Moderna. Na realidade, a união com Afonso VI (1666) provocou grandes conflitos na corte – a princesa Nemours era apoiada pelo partido filo-francês – e mais não fez do que acelerar o afastamento do frágil rei, com a ascensão do irmão D. Pedro. A anulação do casamento e o segundo matrimónio com o príncipe regente permitiram a Maria Francisca Isabel, embora rebaixada à condição de princesa, reinar com considerável autonomia e ter um profundo impacto na educação da única filha, Isabel Luísa Josefa (1669-1690), afilhada de Luís XIV e herdeira do trono. As figuras de Maria Francisca Isabel e Isabel Luísa Josefa e a análise da complexidade dos seus casamentos, interligam os contributos de Isabel Drumond Braga e de Toby Osborne, este dedicado ao projecto nupcial entre a infanta de Portugal e o duque de Sabóia Vítor Amadeu II. Projeto que ficou no papel, mas que constituiu um momento importante, se bem que crítico, nas relações Sabóia-Portugal. A partir de fontes distintas mas frutuosa e complementarmente, os dois autores reconstruíram as complexas negociações conduzidas pelo marquês de Cadaval em nome da rainha Maria Francisca Isabel e de sua irmã Maria Joana Baptista de Sabóia-Nemours, mãe e duquesa regente em nome de Vítor Amadeu. O “grand dessein” das duas ambiciosas princesas foi obstruído por uma série de factores e circunstâncias que os dois autores destacam, mas, como sublinha o historiador britânico valendo-se da abundante historiografia sobre o episódio, se bem que fracassado, o projecto favoreceu a posição internacional do ducado de Sabóia, que há muito perseguia um título real. O noivado por procuração com Isabel Luísa Josefa lançou a candidatura do príncipe do Piemonte a soberano europeu e serviu para fortalecer a imagem real que, em sintonia com as ousadas estratégias desenvolvidas por Maria Joana Baptista, a Casa de Sabóia foi edificando.

Decorreram dois séculos até que outra rainha de Portugal fosse escolhida na Casa de Sabóia que, entretanto, ascendera à almejada grandeza régia: em 1713, quando obtivera a Coroa da Sicília, e que, em 1720, trocara com

a da Sardenha, ao constituir-se este reino. Agora, em 1862, os Sabóias eram já soberanos do novo reino de Itália, unificado no ano anterior. O enlace entre o monarca português D. Luís I (1838-1889) e Maria Pia de Sabóia (1847-1911), filha de Vítor Manuel II (1820-1878), primeiro rei de Itália, foi obviamente uma união ditada por razões políticas. Em 1861, com a morte do rei D. Pedro V de Portugal, viúvo e sem filhos, e de dois dos seus irmãos, a dinastia portuguesa corria perigo. Era premente que D. Luís assegurasse a descendência. Por sua vez, Vítor Manuel carecia de reconhecimento internacional e nada melhor do que casar a sua única filha solteira com um monarca europeu. Como as famílias reinantes em Portugal e Itália eram simultaneamente católicas e paladinas das liberdades políticas e cívicas dos cidadãos – na vanguarda do pensamento político-filosófico da época –, as possibilidades de escolha matrimonial apresentavam-se restritas, transformando, na prática, o enlace de Luís de Bragança e Maria Pia de Sabóia na única solução vantajosa para ambas as famílias. Com recurso a fontes documentais de índole privada, o capítulo que analisa esta nova união luso-italiana, a cargo de Maria Antónia Lopes, debruça-se sobre a personalidade da rainha Maria Pia, o seu quotidiano, a sua intimidade, desconstruindo a lenda negra que sobre ela o século XX forjou, em contraste absoluto com a sua imagem no século XIX, uma rainha verdadeiramente amada pelo povo, o único membro da família real que deixou saudades, ao partir para o exílio no dia da implantação da República portuguesa, a 5 de Outubro de 1910. As mesmas fontes permitiram ainda revelar o seu papel político, sublinhando a cumplicidade que sempre manteve com o rei seu marido e a acção diplomática que sigilosamente desempenhou no reinado do filho, D. Carlos I (1889-1908), valendo-se das relações privilegiadas que manteve sempre com o irmão, o rei Humberto I de Itália e com o sobrinho, Vítor Manuel III.

Pierangelo Gentile assina o único estudo deste livro que não se centra em figuras femininas. É agora o tempo dos exílios, com Portugal a acolher Carlos Alberto (1798-1849), rei da Sardenha e, 100 anos depois, Humberto II (1904-1983), último rei de Itália, fechando-se assim uma história de relações de territórios e soberanos com duração multissecular. Atendendo aos seus percursos, e como seria expectável, ambos viram crescer imagens mitificadas de “rei mártir”. Carlos Alberto, em desterro voluntário no Porto,

sobreviveu aí apenas três meses. Ao morrer, não suspeitaria que até hoje seria recordado na cidade que tão bem o recebeu e menos ainda que a sua neta mais nova, que deixara em Turim, seria a rainha bem-amada do país que elegera para acabar os seus dias. O seu trineto Humberto, expulso de Itália com a extinção da monarquia italiana, viveu durante quase 40 anos nos arredores de Lisboa, em Cascais, como vários outros monarcas depostos do seu tempo. Com recurso a fontes de arquivo, memorialística e imprensa periódica, Gentile traça as circunstâncias que, “depois da derrota”, conduziram ao exílio os dois reis. Descreve com pormenor e rigor a penosa viagem de 2.500 quilómetros que Carlos Alberto efectuou por terra e a sua curta estada no Porto, assim como o turbilhão que se seguiu ao referendo italiano de 1946 que traçou o destino do último rei de Itália e o pacato quotidiano que Humberto adoptou no seu exílio português.

Ficou por estudar uma outra figura exilada que caberia neste livro: Afonso de Bragança (1865-1920), o filho mais novo de D. Luís e D. Maria Pia, que, após a morte do irmão e do sobrinho, em 1908, se tornara o príncipe herdeiro da Coroa portuguesa. Depois de dois meses de estada forçada em Inglaterra, viveu o seu exílio em Itália, protegido pela família materna. Em 1917 casou morganaticamente com a americana Nevada Stoodly Hayes. Esta, considerada uma aventureira, tanto pelos Sabóias como pelos Braganças, foi por eles repudiada e Afonso terá perdido o apoio da família real italiana. É isto que se conta. Mas terá sido assim? Esperemos que documentação, por enquanto ignorada, possa um dia esclarecer o que foi a vida de D. Afonso no exílio.

A articulação dos capítulos e das interpretações parece, pois, legitimar e sustentar o projecto de fundo e fazer ressaltar o *continuum* das relações entre Portugal e Sabóia, fio que tem sido retirado da teia da história europeia, desde a medievalidade ao século XX. Continuando em registo metafórico, trata-se de uma tessela, talvez minúscula, do mosaico geral; mas seria excelente que, graças ao empenho dos colegas e ao diálogo entre historiadores de diferentes países e temáticas, se tornasse caminho para outras investigações de matriz comparativa e internacional.

Turim/Coimbra, Janeiro de 2012

(Página deixada propositadamente em branco)

Maria Alegria Fernandes Marques

Universidade de Coimbra

**MAFALDA DE MOURIANA E SABÓIA
(1130/1133 – 1158),
PRIMEIRA RAINHA DE PORTUGAL**

1. Introdução

D. Mafalda de Mouriana e Sabóia ganhou um lugar na História de Portugal pelo seu casamento com D. Afonso Henriques, primeiro rei de Portugal. No entanto, a sua figura é apagada e fugidia na documentação portuguesa. Se é certo que a sua vida foi breve e a sua condição de rainha mais fugaz ainda, também é verdade que, pelo tempo em que viveu, as mulheres raramente originavam uma memória própria, confundindo-se e obliterando-se, a sua, com a de seus maridos, quando casadas, numa prova de que elas só assumiam uma presença em função deles.

Mesmo assim, percorrendo velhos pergaminhos, relendo as velhas crónicas e questionando a época, sempre se encontram ou novas leituras ou diferentes pistas para lhe buscar uma razão da sua vinda para Portugal e encontrar algum desígnio no seu papel de rainha. Que rei e que reino encontrou Mafalda à sua chegada a Portugal? Como entender o seu casamento, desde a sua escolha para rainha de Portugal, até aos problemas da intermediação e da sua realização? Que se sabe acerca do protagonismo da rainha Mafalda de Mouriana e Sabóia em Portugal? Qual foi a sua descendência? São as questões a que procuraremos dar resposta, apesar da exiguidade e parcimónia das fontes no que à sua figura diz respeito.

2. Um reino em busca de rainha

O casamento de D. Afonso Henriques com D. Mafalda de Mouriana e Sabóia deve ter tido lugar em 1145, como veremos.

Por esse tempo, já Afonso Henriques contava com uma longa década à frente dos destinos da terra portuguesa. Começava a ficar longe, no tempo, o dia 28 de Junho de 1128, no qual, no campo de S. Mamede, próximo de Guimarães, vencera os *indignos estrangeiros* (como lhes chamaram as memórias acerca do seu tempo, apologéticas do rei de Portugal e vinculadas à lembrança que dele guardou o mosteiro de Santa Cruz de Coimbra¹) que rodeavam sua mãe e influenciavam a sua governação. Desde então, Afonso Henriques percorrera um longo caminho de afirmação interna e externa, perante uma nobreza a que teria de se impor e as forças estrangeiras a que era necessário dar sinais claros da sua determinação e da sua capacidade política, governativa e militar. Como corolário, Afonso Henriques tinha alcançado o reconhecimento dos seus fiéis e a legitimação do seu poder, com a sua aclamação como rei, em Ourique, nas vésperas da batalha aí travada e que havia de tornar-se num dos mitos maiores da História de Portugal, bem como havia ganho um lugar entre os governantes da Cristandade. Ao mesmo tempo, era já um guerreiro experimentado e respeitado pelos muçulmanos peninsulares. A memória da batalha de Ourique seria uma das mais felizes que Mafalda encontrou à sua chegada a Portugal.

Muitas outras memórias e realidades esperavam Mafalda em Portugal. Tomaria conhecimento da importante teia de relações familiares que envolviam o marido, bem como das preocupações políticas do reino onde chegara para reinar. As primeiras levá-la-iam ao conhecimento do reino de Leão e Castela, à memória da mãe de seu marido e do seu governo da Terra Portuguesa, da acção de Afonso Henriques relativamente ao poder na mesma Terra, das relações dele com seu primo, Afonso VII de Leão e Castela. Perceberia, assim, que aqui também, como na terra de onde provinha, tais relações eram facilmente relegadas pelos interesses da política e, se esta o exigia, ultrapassadas por soluções extremas, de carácter militar. Isso mesmo

¹ BLÖCKER-WALTER, M., 1966, p. 152.

lhe representaria o que se diria, na corte, acerca dos problemas da fronteira do Norte, com terras da Galiza, e do recontro de Valdevez, em 1141, entre as tropas de seu marido e as do primo, imperador de Leão e Castela.

Nas meias palavras das conversas ou em comentário mais loquaz, facilmente terá percebido, ou confirmado, como o título de rei que adornava o nome de seu marido, não era, afinal, de um consenso absoluto em todas as paragens. Com isso também se ligaria o que era bem presente, na corte, acerca do acto de vassalagem que o rei de Portugal tinha prestado à Santa Sé, nas mãos do legado papal, cardeal Guido de Vico, em Zamora, em 1143, e que complementara por documento, enviado à Santa Sé, em 13 de Dezembro de 1143, conhecido por “*Claves regni celorum*”, do nome do seu *incipit* ou primeiras palavras. O rei de Portugal pretendia, assim, colocar-se a si, aos seus descendentes e à sua terra, sob a protecção da Santa Sé, em determinadas condições, de que sobressaía a sua constituição voluntária de censitário de São Pedro. Na corte, mais se falaria da resposta do papa Lúcio II, transmitida por bula datada de 1 de Maio de 1144: o pontífice aceitava o que era oferecido à Santa Sé, louvava Afonso Henriques pelas disposições tomadas, garantia-lhe tudo aquilo que ele havia pedido e solicitava persistência no seu amor à Igreja. Mas não lhe confirmava o título régio. Apesar disso, também não houve recuo na prática do rei de Portugal, nem sintoma, mínimo que fosse, de qualquer embaraço entre as partes. Sinal claro de que o rei e o reino de Portugal procuravam afirmar-se na Europa do seu tempo, ao mais alto nível, a Santa Sé, a instância mais poderosa e universal que ela conhecia. Mas isto, também Mafalda o saberia.

Aliás, a sua presença em Portugal era a prova desse desiderato, além de que ela conheceria bem as relações com S. Bernardo, outro bom exemplo da perspicácia política que orientava seu marido e os que o rodeavam. Por essa razão, talvez que de todos os documentos da chancelaria de seu marido em que ela veio a figurar, lhe tenha dado particular alegria aquele que fazia doação e couto de Alcobça ao abade Bernardo de Claraval, em 1153².

Chegada a Portugal, vinda de longes terras, para reinar, que reino oferecia Afonso Henriques, a Mafalda de Mouriana?

² DR 243.

Pouco tempo depois de ter triunfado, em S. Mamede, Afonso Henriques fizera de Coimbra o centro das terras de Portugal. Afastava-se do Norte, terra de poderes senhoriais, para um território mais livre desses poderes e um espaço mais próximo dos muçulmanos. Buscaria uma mais fácil defesa da sua terra, uma maior possibilidade de organização de campanhas guerreiras, em vista do alargamento do território, e talvez também a oportunidade de façanhas heróicas, que lhe dessem a legitimação maior de um chefe, segundo as concepções do tempo.

Coimbra era uma cidade com largos anos de domínio cristão e uma terra de fortes lembranças de seus pais, mormente a conquista do seu foral, em processo que enaltecia o apego à liberdade e à tradição, por parte das gentes coimbrãs. Afonso Henriques saberia honrar essa herança. De imediato, com a doação dos seus banhos, ao arcediogo da cidade, Telo, para a fundação de uma canónica, que havia de se afirmar como o grande mosteiro de Santa Cruz. O próprio rei se lhe haveria de afeiçoar a ponto de fazer dele a derradeira morada de seus entes queridos e, mais tarde, a sua própria.

Mulher do seu tempo, Mafalda não ignoraria os problemas que a Europa travava com os muçulmanos, tanto mais quanto alguns homens da sua própria família, desde logo seu pai, se incorporavam no movimento das cruzadas. Bem diferente haveria de ser, contudo, quando habitasse uma terra de que eles eram os vizinhos próximos. Assim, a par de alguma apreensão, não lhe causaria admiração a recente razia de Soure (1144), bem perto da Coimbra que seu marido fizera centro de sua corte e onde protegia obras tão importantes, como dispendiosas, tais o mosteiro de Santa Cruz e a catedral. Da razia de Soure, lhe viria a notícia da sorte do presbítero Martinho, levado em cativo para Córdoba, onde acabaria por falecer. De par dessas notícias preocupantes, outras viriam, como o caso de Leiria. A concessão de foral a essa localidade, em 1142, e a atenção dispensada aos Templários, eram bem o sinal das preocupações com essas terras do Sul e da estratégia acerca da segurança do território. Com elas se ligavam os problemas que Santarém e Lisboa, ainda em poder muçulmano, representavam para o recente reino de Portugal e com os quais a jovem Mafalda não tardaria a familiarizar-se, se já não as conhecesse, por mercê das conversações acerca do seu casamento.

Tudo problemas de um reino, de um rei solteiro, em busca de uma rainha.

3. O casamento de D. Afonso Henriques

A primeira referência à presença de Mafalda de Mouriana em Portugal, como mulher de Afonso Henriques, rei dos portugueses, é de 23 de Maio de 1146. Equivale a dizer que Afonso Henriques era um homem bem maduro quando contraiu matrimónio, pois terá nascido ao redor de 1109; para a época e os seus costumes, a sua idade era avançada para a ocorrência do acto.

Não há forma de saber a razão do adiamento do casamento do primeiro rei de Portugal. Mas importa questionar o alcance da notícia que, transmitida pelo *Livro Velho de Linhagens*, de finais do séc. XIII, ultrapassou séculos, e que informa de que o rei D. Afonso [Henriques] de Portugal teve um filho, Fernando Afonso, com D. Chamoá Gomes, de Pombeiro, viúva, mãe de filhos, e monja no mosteiro de Vairão³. A senhora era membro da mais relevante nobreza galaico-portugalense. Sua mãe era filha do conde Gomes Nunes, dito *de Pombeiro* nos livros de linhagens, e da condessa Elvira Peres, filha do conde Pedro Froilaz, aio do imperador Afonso VII. O nascimento de Fernando Afonso deve poder situar-se pela década de 1130, pois que ele subscreveu documentação de seu pai desde 1159 e foi seu alferes entre 1169 e 1172. Não se conhece, porém, o tipo de relação que o rei manteve com Chamoá Gomes: acidental? passageira? Ou, bem ao contrário, seria coisa firme, com futuro? Se assim era, porque razão acabou (se acabou...) ou, pelo menos, não se tornou oficial? Alguém teria desviado Afonso Henriques desses amores? Se sim, qual a razão? Acaso a presença de forças nobiliárquicas diferentes (senão antagónicas) ao lado do rei de Portugal? Por sinal, o percurso de vida do pai de Chamoá Gomes fez-se ora ao lado de forças da Galiza ou de Castela, ora de Portugal. Pode ter acontecido que tal mutabilidade não fosse bem aceite por aqueles que mais fiéis se mantinham a D. Afonso Henriques. Ou, muito simplesmente, tudo terminou porque Chamoá Gomes faleceu?

O casamento tardio do rei de Portugal coloca ainda o problema do adiamento da presença de um herdeiro para o rei e reino de Portugal. Se

³ LV 1B6-7.

a autonomia da terra portuguesa era uma incógnita, em si mesma, à afirmação do chefe dos portugueses exigia-se-lhe que também se preocupasse com a necessidade do prolongamento da sua obra, através de um herdeiro.

3.1. A escolhida: Mafalda de Mouriana

As dúvidas acerca da demora do casamento de Afonso Henriques só têm paralelo na ausência de testemunho inequívoco que esclareça a escolha de Mafalda de Mouriana e Sabóia para primeira rainha de Portugal.

Por isso, a primeira questão consiste em saber-se quem era, afinal, a filha do conde Amadeu de Mouriana que, vinda da Sabóia distante, chegou a Portugal, em 1146, para desposar o primeiro rei deste jovem reino. Logo um outro se lhe segue: como se chamava, afinal, a mulher do primeiro rei de Portugal, por outras palavras, a sua primeira rainha?

Embora a historiografia portuguesa sempre se lhe refira como Mafalda, o certo é que nem todas as formas que o registo do seu nome conheceu, a autorizam. Tomando por base os documentos da chancelaria de seu marido e uma fonte coeva, do final de sua vida, os *Annales domni Alfonsi portucalensis regis (Anais de D. Afonso Henriques, rei dos portucalenses)*⁴, ao lado do nome *Mafalda* é admissível a forma *Matilde*, cuja equivalência, aliás, a versão breve da *Chronica Gotthorum* indica, “*Matildam, vel Mafaldam*”⁵. Registe-se, a propósito, que a tradição onomástica de que o seu nome é devedor, a da casa de Albon, no Viennois, obriga a considerar a forma de *Mathilda*. Assim, só o respeito pela tradição justifica a forma Mafalda.

Mas outros problemas envolvem a ligação de Mafalda de Mouriana a Portugal. Um dos primeiros liga-se à escolha de uma mulher na casa de Mouriana – Sabóia, ou apenas de Mouriana (pois este é o único título que a chancelaria portuguesa refere para Amadeu III, pai de Mafalda, embora ele possuísse outros), para esposa do rei de Portugal.

⁴ BLÖCKER-WALTER, M., 1966, p. 151-161.

⁵ PMH. *Scriptores*, p. 14.

Na verdade, se o matrimónio do rei de Portugal aconselhava uma distanciação da tutela do imperador Afonso VII, seu primo, como já o entendeu a crónica medieval⁶, certo é também que nas casas reinantes da Hispânia, ao tempo, seria difícil achar candidata conveniente ao rei de Portugal, ou por questões de idade, ou porque já comprometidas.

A esposa escolhida para o rei de Portugal era filha de Amadeu III, conde de Mouriana (1103-1148), marquês na Itália e (1.º) conde de Sabóia, por concessão imperial, e de D. Matilde de Albon.

A família permitiria amplas relações a Afonso Henriques. Sua esposa era neta paterna de Humberto II de Mouriana e de Gisela de Borgonha (condal), prima de Luis VII, rei de França, através de sua tia Adelaide, mulher de Luís VI, e ainda prima do imperador de Leão, embora em grau mais afastado, pois que Raimundo de Borgonha (condal), o pai de Afonso VII, era irmão de Gisela de Borgonha, sua avó. Eram ainda irmãos de Guigo de Borgonha, arcebispo de Vienne, o futuro papa Calisto II e o grande vencedor da “questão das investiduras”. Mafalda era ainda sobrinha-neta da imperatriz Berta, esposa de Henrique IV, o da jornada de Canossa. Já no séc. XII, Adelaide, irmã de Amadeu III de Mouriana (logo, tia da rainha Mafalda de Portugal), casava com Luís VI, rei de França. O filho e sucessor de Amadeu, Humberto III, acordaria o enlace de outra sua irmã, Alice, com o futuro João *Sem Terra*, união que só não se efectuou pela morte prematura da jovem de Mouriana.

Quanto aos domínios territoriais, se a fortuna de sua casa vinha de longe, do tempo de Humberto I, *o das Mãos Brancas*, tetravô de Mafalda, tornado (1.º) conde de Mouriana por mercê do imperador Conrado II, o seu crescendo está bem patente na presença do futuro Amadeu III de Mouriana na cerimónia de coroação imperial de Henrique V, pelo papa Pascoal II, em Roma, em 1111. Entretanto, a família alcançara o domínio do Vale de Susa e do Piemonte, possessões acompanhadas de um engrandecimento da sua prosápia com o título de “marquês de Susa” ou “marquês na Itália”, logo seguidos do alargamento dos domínios pela região de Vevey, estratégica entre a França, a Alemanha e a Itália e que cometia, à família, a responsabilidade da guarda das gargantas do Mont-Cenis e do Mont-Joux (Grande

⁶ *Crónica Geral de Espanha de 1344*, IV, p. 234; *Crónica de Portugal de 1419*, p. 34.

São Bernardo). Ainda por casamento, agora de Amadeu II com Joana de Genebra, a família veria chegar-lhe as regiões de Seyssel e Valromey.

Noutro campo, os *de Mouriana* haviam de procurar brilhar nas acções mais distintas do seu tempo. O próprio Amadeu III participou na segunda cruzada, capitaneando uma armada organizada pelo papa Eugénio III e pelo imperador Conrado III, com partida de Brindisi, em 1146. Faleceu no regresso, em Nicósia, na ilha de Chipre, dando mais honra à família, quiçá, até, com a alteração do seu brasão de armas, nas quais, ao tempo, a cruz substituiu a águia, em memória desse feito, que lhe valia também o cognome de *o cruzado da Sabóia*. Por esse tempo, já sua filha mais velha, Mafalda, era rainha de Portugal.

Dentre as memórias que Amadeu III deixou na sua terra, ressalta a protecção dispensada a fundações monásticas, com a fidelização dos seus abades e priores. Dentre elas, distingue-se a abadia de Notre Dame de Hautecombe, cisterciense, filha de Claraval, que se havia de afirmar como segundo e principal panteão da família de Sabóia. Aí achariam a última morada os membros de sua família, desde Humberto III, filho do fundador, até ao último rei de Itália, Humberto II († 1083), que o destino trouxe a Portugal, a terra onde foi primeira rainha uma sua remota antepassada, a senhora de quem tratamos.

Não era menos distinta a ascendência materna de D. Mafalda. Por esse lado, pertencia à família dos condes de Albon, ilustre estirpe do Viennois. Sua mãe, Mafalda (ou Matilde), de Albon, era filha de uma outra Matilde, falecida por 1143, e que, ao chegar à casa de Albon, carregava um ilustre passado, pois que fora a esposa do rei Conrado de Itália, o filho primogénito do imperador Henrique IV e de Berta de Mouriana, falecido em vida de seus pais. Na casa de Albon, casaria com o conde Guigo III. Este, recebera, em feudo, cerca de 1029/1030, o condado do Viennois, donde partiria um importante movimento de alargamento territorial da família. Por sua vez, Matilde de Albon, mãe de Mafalda de Mouriana, era irmã de Rogério II da Sicília, seu primeiro rei e unificador das possessões normandas de Itália, e ele próprio, por sua vez, tio de Afonso Henriques, uma vez que estava casado com a infanta Elvira de Leão, uma meia-irmã de sua mãe, Teresa de Leão. Ainda por linha materna, Mafalda de Mouriana era bisneta de Inês de Barcelona, filha do conde Raimundo Berenguer, *o Velho*, o que a fazia parente do monarca de Leão, através da esposa deste, Berengária, filha de Raimundo Berenguer III e sobrinha de Inês.

Tal quadro de relações e de protagonismo junto dos grandes do tempo, leigos e eclesiásticos, demonstram bem que a terra de Mouriana-Sabóia onde nasceu D. Mafalda, futura rainha de Portugal, não era uma entidade política insignificante na Europa do seu tempo. Bem como, no seu conjunto, todos estes elementos familiares tornavam Mafalda de Mouriana (ou Sabóia, como a tradição a havia de consagrar) bem mais próxima da Península e até de Portugal, do que a geografia poderia fazer crer.

Apesar de tanta e reconhecida prosápia, a documentação portuguesa, no geral, não lhe deu correspondente eco. Quando se refere à estirpe da rainha, apenas o faz por relação a seu pai “conde Amadeu de Mouriana”, ou até, simplesmente “conde Amadeu”.

3.2. O casamento de Afonso de Portugal e Mafalda de Mouriana

No entanto, em Portugal produziram-se e guardaram-se outras referências à rainha que, em simultâneo, louvam a sua família. Alguns registos oriundos do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra e do mesmo século em que reinou, consideram-na ilustríssima e de nobilíssimo nascimento, filha do ilustríssimo conde Amadeu⁷. Mas não foram suficientes para a criação e transmissão de uma memória forte e vincada no reino de Portugal e mesmo na sua descendência. Sinal bastante dessa débil lembrança é o testemunho de um seu descendente, do séc. XIV, D. Pedro, conde de Barcelos, filho bastardo do rei D. Dinis, que, no nobiliário das famílias portuguesas a confundiu com uma linhagem peninsular⁸. E seria esta a ideia que havia de persistir, retocada pelo tempo, como espelha a *Crónica de 1419*, que a considera “*da mais alta linhagem de Espanha*”⁹.

Seja como for, são muito outros os problemas acerca da presença de D. Mafalda em Portugal. Uma, a primeira e fundamental, liga-se às razões da sua escolha para rainha de Portugal. Temos por certo que não houve um

⁷ BLÖCKER-WALTER, M., 1966, p. 156.

⁸ LLCDP 7A18-19, 7B13, 10A8-9.

⁹ P. 34.

motivo próprio, determinante, antes foi o resultado de um vasto conjunto de relações externas, de uma parte e de outra.

Ignoram-se, por completo, todas as diligências que levaram ao casamento de Afonso Henriques com Mafalda de Mouriana. Desconhecem-se assuntos tão complexos e interessantes como o nascimento da ideia, a formulação de uma proposta, os seus negociadores, as suas condições, a vinda de Mafalda, a sua recepção em Portugal.

O bom termo do processo exige que só poderia ter recomendado e apresentado os projectos do rei de Portugal, perante uma casa estrangeira, quem o conhecesse, quem afiançasse a genuinidade e a grandeza da sua ambição. Da mesma maneira, é lícito interrogarmo-nos acerca da iniciativa ou de uma qualquer proposta a D. Afonso Henriques para a escolha da casa de Mouriana-Sabóia.

Sendo por demais conhecida a influência, ou o envolvimento mesmo, de D. João Peculiar, arcebispo de Braga, em muitos dos sucessos do reinado de D. Afonso Henriques, embora nada prove a sua participação no caso do casamento do rei de Portugal, há, contudo, um conjunto de pequenos indícios que podem incluir o arcebispo nesse processo. Por 1143-1144, D. João Peculiar fazia caminho de Roma, o que bem podia proporcionar uma ida à corte de Amadeu de Sabóia para apresentar uma proposta (ou uma resposta) de casamento de D. Afonso Henriques com sua filha Mafalda. Além disso, depois de breve ausência da documentação portuguesa, o arcebispo reaparece em 1146, por ocasião do primeiro sinal da presença de D. Mafalda em Portugal, isto é, 23 de Maio de 1146. Assim, parece poder afirmar-se a inclusão do arcebispo de Braga no séquito que acompanhou D. Mafalda, de sua terra a Portugal.

Ao mesmo tempo, verifica-se todo um conjunto de informações à volta dessa primeira presença de D. Mafalda em Portugal que se liga, mais ou menos directa ou indirectamente, à ordem de Cluny. Logo esse primeiro documento que atesta a presença de D. Mafalda em Portugal é relacionado com Cluny, através da ligação do mosteiro de Vimieiro (c. Guimarães)¹⁰ a essa grande casa da Cristandade, pela doação que, em tempo, lhe fora

¹⁰ DR 214.

feita pela mãe do rei de Portugal, e que agora Mafalda e Afonso confirmavam. Por outro lado, é sabido que, pelo tempo próximo da chegada de D. Mafalda a Portugal, andou, em visita, pelos mosteiros da Hispânia, o abade cluniacense Pedro, o *Venerável*, figura bem conhecida na corte de onde Mafalda era oriunda. Se não veio a Portugal, é conhecida a presença da irmã do rei de Portugal no seu séquito, em Leão. Isto é, tudo concorre para uma intervenção de Cluny, através do seu abade Pedro¹¹, no estabelecimento da aliança que o casamento de Afonso Henriques representou¹². Além da coincidência da primeira presença de Mafalda em Portugal num documento com interesse a Cluny, ele guarda também a memória da estadia de testemunhas do reino de Leão e de gente de nome francês. Se tudo isto parece ir além da mera casualidade, deixa muito por explicar, tal como a origem da iniciativa do enlace matrimonial de Afonso de Portugal e Mafalda de Sabóia e o papel que, eventualmente, desempenharam tanto D. João Peculiar como Pedro o *Venerável*, no sentido da sua concretização.

No mundo de interrogações que é este casamento, outras questões ficam sem resposta: quando se realizou? Quem, de Portugal, foi buscar Mafalda ao palácio de seu pai? Quem a acompanhou a Portugal? Por onde entrou, em Portugal? Onde a esperou o rei, seu prometido ou esposo?

Embora sem certezas absolutas, a questão que obtém resposta liga-se à data provável do casamento. Segundo informação que pode retirar-se do *De expugnatione Scalabis*, relato da conquista de Santarém aos mouros pelo rei D. Afonso Henriques, à sua data (que o seu anónimo autor situa em 15 de Março de 1147), ainda não era passado um ano sobre o dia em que o rei de Portugal tomara Mafalda por esposa. Com base neste informe e de um modo mais vago ou mais preciso, os autores têm considerado a Primavera como o tempo dessa celebração¹³ ou o da chegada de Mafalda a Portugal, já casada por procuração, como era comum, ao tempo, o que levaria a remontar o casamento ao ano anterior, de 1145¹⁴.

¹¹ MATTOSO, J., 2006, p. 162.

¹² MARQUES, M. A.; SOALHEIRO, J., 2008, p. 214-217.

¹³ MATTOSO, J., 2006, p. 158.

¹⁴ MARQUES, M. A.; SOALHEIRO, J., 2008, p. 219-220.

Quanto à vinda e à chegada de Mafalda de Sabóia a Portugal, se virmos nas testemunhas estrangeiras do documento que pela primeira vez aqui a notícia, gente do séquito que a acompanhou, poderemos perceber na presença do “bom camareiro cluniacense” o sinal inequívoco da presença de um delegado da grande abadia de Borgonha, ao acto, em Portugal, fosse ele um franco ou um hispânico.

Na completa ignorância, fica-nos, todavia, o local por onde a rainha e o seu séquito entraram em Portugal, quem e onde a esperaram. Se o primeiro documento que assinala a sua presença, em Portugal, e a proximidade do mosteiro beneficiado à cidade arquiépiscopal puder servir de referência, conjugada com a presença do arcebispo de Braga, teríamos que concluir que tudo se passou no Norte do território português; porém, pela data dos acontecimentos, não pode excluir-se que também Coimbra apresentava memórias e pergaminhos bastantes à excelência da senhora e ao significado do acto que a trazia a Portugal.

3.3. Mafalda de Mouriana, rainha de Portugal

À sua chegada a Portugal, Mafalda de Sabóia estaria em plena juventude. Pelo facto de ter sido mãe dez meses após a sua primeira referência em documentos portugueses, ao lado de seu marido, terá de se admitir que saiu de casa de seus pais em idade núbil, como, aliás, seria o comum. Pela mesma razão, somos levada a admitir que o seu nascimento deve ter ocorrido pelos primeiros anos da década de 1130, quando muito cerca de 1133 ou próximo. Mafalda era, por isso, bem mais nova que seu marido; este era um homem bem maduro e experimentado, pois já teria passado os seus 35 anos de idade, de uma vida intensa, vivida nos desafios que a defesa e o alargamento da sua terra lhe impunham. Apesar dessa assinalável diferença de idade, em Portugal Mafalda seria a esposa e companheira de seu marido, *a consorte do seu reino* ou *a filha do conde Amadeu de Mouriana*, lembrança grata dos elos que a ligavam à sua casa de origem.

Nada se conhece sobre o aspecto físico da primeira rainha de Portugal, nem tal seria espectável dada a parcimónia e o carácter das fontes da época.

No entanto, se entendermos ver o seu rosto retratado num desenho da pena de João Pedro Ribeiro, que tenderá a reproduzir um outro, patente num documento original do mosteiro de Pombeiro, em sinal rodado da rainha, com um rosto e a legenda *Regina*, (acompanhando um outro, do rei Afonso Henriques¹⁵), apenas poderemos dizer que ela tinha um rosto comprido, no qual se salientava o nariz fino e alongado.

Outro elemento ignorado sobre a rainha e o seu casamento se junta aos já indicados. Trata-se, agora, de algo que possa informar acerca das condições do contrato nupcial. Nada se conhece que possa esclarecer as arras que era de uso o noivo conceder àquela que tomava por mulher, sabendo-se, porém, que já estavam em uso na Península, ao tempo.

Bem depressa a união de Afonso Henriques com Mafalda de Mouriana e Sabóia começou a dar os seus frutos. Em menos de um ano de casamento, D. Mafalda cumpria, na perfeição, o fim a que uma rainha se destinava: dar herdeiro a seu marido, varão, tanto quanto possível. Em auspicioso prenúncio, em 5 de Março de 1147 nascia o primeiro filho do régio casal, que ganhava o nome de Henrique, em memória de seu avô paterno. O tempo veria o seu casamento frutificar em mais filhos; em Junho de 1155, são três os que acompanham o régio casal, Sancho, Urraca e Mafalda, pois que era já falecido o primogénito.

E pouco mais sabemos acerca da vida desta rainha; muito poucas foram as lembranças que ultrapassaram os séculos e chegaram até nós. Se é certo que a sua vida foi breve, talvez que as suas memórias tenham sido relegadas pelas de seu marido, bem mais numerosas e impressivas, como se entende, pela necessidade da sua afirmação como o “fundador”, o guerreiro, o conquistador e o político.

Das fugazes lembranças de D. Mafalda, salienta-se uma nota, muito antiga, de algo que muito a atingia como mulher, o sofrimento em ocasião de parto, que a levava a “perigo de morte”. Registado em velha narrativa oriunda do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, pode bem entender-se pelo auxílio que a força da oração de Teotónio, primeiro prior desse mosteiro, a quem a rainha tributava clara afeição e devoção, lhe proporcionava em momento de tanta aflição.

¹⁵ DR, p. C-CI; 253.

A lembrança perdurou, sendo recolhida e ampliada na cronística crúzia. Frei Nicolau de Santa Maria, seu autor, ao registar a memória do mosteiro de Santa Marinha da Costa (c. Guimarães), reporta a sua fundação à primeira rainha de Portugal e justifica o orago pelo facto de a virgem e mártir Marinha “ser avogada das dores e perigos que passam as mulheres nos partos” e, mais ainda, por um voto da rainha Mafalda, paciente de partos “por vezes muito trabalhosos”, por ocasião de um especial, no qual se viu “às portas da morte”. Mais informa o cronista de que a rainha possuía, e usava, uma relíquia da mesma Virgem, a qual, por sua morte, ficou ao mosteiro de S. Vicente de Lisboa, para protecção das mulheres em tempo de dar à luz¹⁶.

Quanto às relações que o régio casal cultivava entre si, a memória que ficou significa pouco mais que nada. Por um lado, o seu casamento não foi longo nem a sua descendência numerosa; por outro, o tema é de difícil estudo, uma vez que se liga à esfera das relações privadas. No entanto, se algo de verdade houver na narrativa de um cortesão inglês, Walter Map, que terá tido conhecimento da corte portuguesa, pelo final do séc. XII, o seu relacionamento seria marcado por episódios bem pouco abonatórios do carácter do rei de Portugal. Segundo ele, o rei de Portugal era um homem dado à cólera e ao ciúme, e era também um homem brutal, capaz de espancar a sua mulher, mesmo em estado de gravidez, com uma intensidade própria da loucura e da cegueira do ciúme¹⁷.

A vida de Mafalda de Mouriana e Sabóia, enquanto rainha de Portugal, decorreu em paralelo com sinais da prática de barregania por parte de seu marido. Pelo tempo do seu casamento, já Afonso Henriques tinha um filho bastardo, pelo menos, Fernando Afonso, filho de Chamoia Gomes, de Pombeiro. Se a falta de notícias impedem uma visão alargada e correcta da situação, as que estão disponíveis indicam que Fernando Afonso apenas subscreveu documentação de seu pai a partir de 1159¹⁸, isto é, após a morte da rainha D. Mafalda. O facto pode dever-se, muito simplesmente, à idade do jovem, mas também pode ter qualquer relação com uma

¹⁶ CCR, L. VI, p. 325-326.

¹⁷ MATTOSO, J., 2006, p. 161-162.

¹⁸ DR 271.

atitude da rainha, de menos boa aceitação da presença desse bastardo na corte régia.

Se estiverem certas outras informações, de carácter linhagístico, a rainha D. Mafalda deve ter sofrido, ou pelo menos, tido conhecimento, de um outro desvario de seu marido, embora sem consequências de maior para a família. Trata-se de uma memória registada quer no *Livro velho de linbagens*, quer no *Livro de linbagens do Conde D. Pedro*, em título dedicado aos de Sousa, que faz eco de uma atitude de verdadeiro assédio do rei, a uma dama da nobreza, D. Sancha Afonso [das Astúrias], mulher de D. Gonçalo de Sousa, um dos grandes da corte de Afonso Henriques, que deve ter ocorrido antes da década de 1150¹⁹. Apesar de tudo, nada se percebe acerca da reacção da rainha e do entendimento que ela faria desses impulsos de seu marido.

Com uma vida de mulher idêntica à de tantas outras, mais ou menos amada, mais ou menos feliz, por entre a alegria da existência dos filhos, as preocupações de mulher, perante a dificuldade dos partos, e as mágoas de mãe, quando via sofrer ou morrer, pequeninos, os seus filhos, não foi longa a existência de D. Mafalda.

Mesmo sabendo nós que veio a falecer em Dezembro de 1158, a rainha tem a sua última presença activa em Julho de 1157²⁰. Até ao tempo em que veio a ocorrer o seu falecimento, a chancelaria de seu marido só apresenta o nome da rainha, e apenas na invocação que dela é feita, em dois diplomas da Primavera desse ano de 1158²¹. A partir de então, é a ausência total.

D. Mafalda de Mouriana viria a falecer muito provavelmente em 3 de Dezembro de 1158, sendo possível que tenha falecido de parto, tão vulgar era a ocorrência e tão sofredora era a rainha em tais circunstâncias, como se referiu.

D. Mafalda foi sepultada no mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, uma casa onde já repousava pelo menos o seu filho primogénito, e cujo claustro tanto teria gostado de conhecer, mas onde o prior D. Teotónio sempre lhe negou a entrada, a ponto de o facto ter sido motivo de verdadeira perseguição, por parte da rainha, segundo memória registada na *Vida de São Teotónio*,

¹⁹ PICOITO, P., 2006, p. 251.

²⁰ DR 262.

²¹ DR 269 e 270.

o qual, mesmo assim, não lhe regateava bênçãos e mansidão²². No mosteiro, a rainha era recordada em solene procissão sobre o seu túmulo, promovida pela comunidade monástica, à qual se associava o povo e o próprio clero da cidade de Coimbra²³. Não se conhece o seu epitáfio, mas os *Anais* do primeiro rei de Portugal incluem uma ementa relativa ao falecimento da rainha que, se não o transmite, lhe está muito próxima. Para além de registar o ano, mês, dia e hora do acontecimento, di-la “ilustríssima e claríssima” e liga-a quer à insigne prole paterna, afirmando-a “nascida do nobilíssimo Conde Amadeu”, quer ao rei dos portugueses, de quem era esposa.

Tendo vivido e reinado poucos anos em Portugal, não admira que a memória da rainha Mafalda rapidamente se tenha começado a delir. Num tempo em que interessavam mais as memórias que glorificavam os reis, as suas guerras e vitórias, não admira que a sua lembrança fosse mínima e até a sua identidade adulterada. Já vimos como um seu descendente, o conde D. Pedro, a considerava “*da mais alta linhagem de Espanha*”. Relacionava-a com a estirpe dos de Lara, grande de Castela, parentesco que o mesmo conde retocaria na *Crónica Geral de Espanha de 1344*, obra onde a considera “filha do conde Manrique de Lara e senhor de Molina”. Tratava-se, claramente, de uma confusão entre a memória da rainha Mafalda e a de sua neta Mafalda Sanches, que os de Lara levaram ao casamento, frustrado, com o rei Henrique I de Castela.

E assim, no esquecimento e na confusão da memória, se adulterava a presença e a lembrança de uma rainha. Se, em vida, Mafalda de Mouriana e Sabóia fora uma sombra, passageira e fugidia, no reino de Portugal, não mais lograva, depois de morta. E se a própria família lhe perdia a lembrança, o seu reino mais não lha tributava.

4. A acção da rainha Mafalda

Como muitas outras rainhas ou infantas do seu tempo, D. Mafalda não exerceu qualquer papel digno de especial memória aos homens do seu

²² MATTOSO, J., 2006, p. 160-161.

²³ MARTINS, A., 2003, p. 260.

tempo, àqueles que haviam de traçar as palavras e os textos que serviriam de memória às gerações por vir. Numa corte dominada por homens, não houve lugar a um protagonismo próprio da rainha.

Temos por certo que D. Mafalda viveu a maior parte da sua vida em Coimbra, pois que, apesar da itinerância que marcava a corte deste tempo, era nessa cidade que D. Afonso Henriques mantinha a sua residência principal, em virtude da “centralidade administrativa que esta cidade detinha”, como já escrevemos²⁴. Na corte se cruzou com os curiais de seu marido, os mordomos Fernão Peres Cativo e Gonçalo Mendes, de Sousa, os alferes Mem Fernandes, de Bragança, e Pero Pais, da Maia, o chanceler mestre Alberto, talvez o vice-chanceler Paio.

Se o paço em que viveu, na alcáçova da cidade, era idêntico a muitos outros, nos seus espaços públicos e privados, em concreto, nada, ou muito pouco, se conhece acerca dele. Aliás, como acontece com os objectos de uso, nos seus mais diversos fins e utilidades. Nada se conhece que se possa referenciar, com segurança, ao tempo da rainha Mafalda; contudo, não seriam muito diferentes daqueles que se podem referenciar ao tempo de seu filho, o que permite afirmar a existência de luxo e, por certo, requinte, na corte régia, sobretudo na sua mesa²⁵.

Em Coimbra, D. Mafalda teve oportunidade de assistir às obras do mosteiro de Santa Cruz e à sagração do altar-mor da sua igreja, em 1150, por D. João Peculiar²⁶, e ao início das obras da catedral, o que vale por dizer que se a cerimónia do seu casamento se realizou em Coimbra, ainda teve lugar na anterior igreja maior da cidade.

Além de Coimbra, é muito provável que D. Mafalda tenha conhecido outros lugares do reino de Portugal. Pelos documentos de seu marido, haveríamos de concluir que a rainha Mafalda só conheceu Coimbra e Guimarães²⁷, o que é manifestamente pouco. Haveria lugares do percurso entre estas duas importantes localidades onde pousaria a corte, ou lhe

²⁴ 2008, p. 364.

²⁵ MARQUES, M. A.; SOALHEIRO, J., 2008, p. 374-399.

²⁶ GOMES, S., 2007, p. 142.

²⁷ DR 217, 226 e 229.

chamariam a atenção, além de que a tradição guardou memória de uma ligação da rainha a Lamego e sua região. E temos por certo que, alguma vez, a rainha Mafalda desceu até Santarém e Lisboa, localidades cuja fama por certo lhe atrairia a atenção.

A tradição guardou memória de alguma acção da rainha D. Mafalda em Portugal. Liga-se a obras de assistência, entendidas no sentido lato que tinham ao tempo, acolhendo a construção de pontes ou a protecção de barcas de passagem. Entre elas, talvez se possa ter contado uma ponte sobre o rio Douro, cujas obras se terão prolongado, no tempo, como informa o testamento do rei D. Afonso Henriques, em 1179, ao consignar-lhe uma verba, ao cuidado dos monges de Tarouca²⁸. Até então, colmatava a sua ausência, na ligação das duas margens, uma barca de passagem, junto a Lamego, cuja instituição a tradição relacionava com a rainha D. Mafalda. Ainda segundo ela, teria sido também a mesma rainha a fundadora de uma albergaria, em Moledo (c. Lamego), para amparo de viajantes e peregrinos, que aí achavam cama, fogo, sal e água, gratuitamente²⁹.

Embora tardios, do tempo de seu trineto, o rei D. Dinis, alguns testemunhos associam a memória da rainha D. Mafalda à fundação de uma outra albergaria, também por terras do Norte interior, em Canaveses (c. Marco de Canaveses), e de uma ponte sobre o Tâmega, na mesma localidade. Mantida pelo rendimento da portagem do lugar, a albergaria destinava-se a nove peregrinos, que achariam aí camas “boas e limpas”, e recebiam, à entrada ou à saída, lume, água e sal; caso algum aí falecesse, haveria lugar ao seu enterro e a três missas³⁰.

As inquirições régias de 1258 registaram um episódio que liga a primeira rainha de Portugal a outras terras da Beira. Em ocasião e por razões que as testemunhas já não recordavam, alguns homens do rei D. Afonso Henriques e de sua esposa cortaram uma mão ao clérigo da igreja de Santa Maria de Canas, na diocese de Viseu. Em reparação de tão bárbara atitude, acrescentaram os mesmos jurados, a rainha concedeu-lhe três casais reguengos

²⁸ DR 334.

²⁹ FERNANDES, R., *apud* BARROS, A. M., 2001, 44-45.

³⁰ LA FIGANIÈRE, F. F. de, p. 222-224.

que aí detinha e uma herdade de cavalaria foreira ao rei e coutou a *villa* por padrões³¹.

Pelo ano de 1152, a rainha dispensou a sua protecção à igreja de Santa Maria de Abade de Neiva (c. Barcelos), a crer-se numa inscrição que existia nesta igreja ainda no séc. XVIII, hoje desconhecida, e que atestava a sua benemerência³².

Contrariando alguma debilidade de algumas destas memórias, apresenta-se bem sólida a lembrança da generosidade da rainha D. Mafalda para com a sé de Coimbra. O registo do aniversário da sua morte, inscrito no *Livro das Kalendas*, necrológio da igreja catedral de Coimbra, informa de que a rainha distinguiu essa igreja com a dádiva de duas capas e uma mantilha de seda, duas píxides de marfim e, à hora da morte, um *scortium* de prata, com o peso de nove marcos³³.

Mesmo com base mais na tradição que em documentos, o exposto acerca das obras de piedade da rainha Mafalda ajuda a aceitar o que o autor da *Vida de São Teotónio*, escreveu, pouco depois da sua morte (1162): “mulher sensata e bem firmada na fé”³⁴. Com o valor possível de *topos* literário, também pode significar uma homenagem do seu autor, anónimo cônego de Santa Cruz de Coimbra, ao carácter, à fé e às obras da rainha, tanto mais quando se conhece o seu difícil relacionamento com o santo prior do mosteiro coimbrão.

5. Os filhos de D. Afonso Henriques e de D. Mafalda de Mouriana

É do mês de Junho de 1155 o primeiro documento que chegou até nós proveniente da chancelaria régia³⁵ no qual são nomeados os filhos do régio casal português, os infantes Sancho, Urraca e Mafalda, intitulados de rei e rainhas, segundo o uso do tempo. No entanto, sabe-se que, à data, estes

³¹ PMH. *Inquisitiones*, 831, a, b.

³² BARROCA, M. J., 2001, I, 240, n.º 95.

³³ LK, 2, p. [293].

³⁴ Ed. NASCIMENTO, A., 1998, p. 179.

³⁵ DR 254.

não eram os únicos filhos já nascidos da união do régio casal, bem como se conhece que outros se lhe terão seguido.

Atendendo a alguma contemporaneidade entre a vida de alguns deles e a redacção dos *Annales domni Alfonsi Portugallensium regis*, nos finais do séc. XII, merece alguma fidedignidade a informação de que a sua prole foi composta por um grupo de seis filhos, três varões e três raparigas³⁶. À data da sua realização, eram falecidos três deles, dois rapazes e uma rapariga, informando, o escriba, seu autor, de que esta tinha falecido “in primae-va aetate”, isto é menina. Assim, parece ficar certo que do casamento de Afonso Henriques e D. Mafalda nasceram os infantes Henrique, Urraca, Mafalda/Teresa/Matilde, Martinho/Sancho, Sancha e João.

Sem podermos saber onde foram criados os infantes ou quem teve a seu cargo essa tarefa, é conhecido que, tanto a ama da infanta Urraca, como a do infante Sancho, eram mulheres de Coimbra ou, pelo menos, bem ligadas a esta cidade, local da corte por excelência.

Já a educação dos infantes terá sido feita no seio da nobreza, tendo estado a cargo da família de Ribadouro, pela acção de Teresa Afonso, mulher de Egas Moniz, a ponto de ela própria se ter considerado “nutrix prolis regiae”, isto é, ama dos filhos do rei³⁷.

Nada se conhece acerca da educação de príncipes, por esta época, podendo, contudo, afirmar-se que o infante herdeiro de bem tenra idade tinha, a seu lado, entre outros oficiais, um capelão e um chanceler que, decerto, se ocupavam de alguma preparação intelectual, bem como o iniciavam nos segredos da governação³⁸. Já a sua aprendizagem das coisas da guerra bem pode ter sido feita junto dos nobres da família e do círculo de D. Teresa Afonso.

Henrique, o primogénito dos primeiros reis de Portugal, nascido em Março de 1147, em ambiente de bom auspício para as conquistas que seu pai preparava (Santarém e Lisboa), faleceu em criança, proporcionando, assim, a chegada do irmão Martinho ao poder. Poderá ter sido em função da morte de Henrique que se assistiu à mudança do nome do infante

³⁶ BLÖCKER-WALTER, M., 1966, p. 157.

³⁷ *Apud* REIS, B., [1936], p. 15-16.

³⁸ MARQUES, M. A.; SOALHEIRO, J., 2008, p. 257.

Martinho para o de Sancho, nome mais de acordo com a tradição de nome real. É muito provável que o infante Henrique tenha sido o primeiro dos membros da família real a encontrar o eterno repouso no mosteiro de Santa Cruz de Coimbra.

Este mesmo destino de uma morte prematura, em idade infantil, atingiu os infantes João e Sancha. O primeiro não é, sequer, referido na documentação de seu pai e não se lhe conhece data de nascimento, nem ano de falecimento. A sua existência é atestada por um velho livro de memórias do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, que acolheu a notícia da sua morte no dia 25 de Agosto, de um ano que os estudiosos crêem ter sido 1163³⁹. Por sua vez, a infanta D. Sancha é considerada como a última filha dos primeiros reis de Portugal. É provável que tenha nascido em finais de 1158 e pode admitir-se que a morte da rainha Mafalda esteja ligada ao seu nascimento. Tem uma presença muito fugidia nos documentos de seu pai, que testemunham a sua existência em 1159 ou, quando muito, entre 1159 e 1162⁴⁰. Por isto mesmo, ela deve ser a filha falecida menina que referem os *Anais* do rei D. Afonso de Portugal.

Deste modo, são apenas três os filhos de Mafalda de Mouriana e Sabóia e Afonso I de Portugal que chegaram à idade adulta, tendo, por isso, gerado uma memória que lhes concedeu um lugar na história da sua terra.

Primogénita das infantas, D. Urraca foi a escolhida para esposa do rei Fernando II de Leão, seu parente em grau proibido pelas regras canónicas do tempo. Como tantos casos ao longo do tempo, com mulheres da sua condição, o seu matrimónio foi uma questão política entre os dois reinos. Deve ter-se inserido na tentativa de resolução das questões à volta de Límia, abordadas na “Paz de Lérez”. Não se sabe quando se realizou o casamento, mas o nome da rainha surge nos documentos de seu marido a partir de Julho de 1165. Pouco se conhece da sua vida como rainha de Leão. Foi mãe do herdeiro do trono em 1171. Era o futuro rei Afonso IX de Leão, monarca que ficaria ligado a acontecimentos importantes ou controversos, como a primeira reunião de cortes em Leão (1188), a fundação da universidade

³⁹ CASTRO, A., 1996, p. 294.

⁴⁰ DR 290, 291 e 292.

de Salamanca, a conquista de Alcântara, ou alianças com os muçulmanos, ainda que esporádicas. Em razão do parentesco próximo entre os cônjuges, Urraca de Portugal e Fernando II de Leão viram o seu casamento desfeito, por ordem papal, em 1175. No entanto, D. Urraca permaneceu em Leão, recolhida à Ordem de São João do Hospital. E foi por aí que acompanhou a vida de seu filho, até falecer já nos inícios do séc. XIII.

Bem diferente destino teve a outra filha de D. Mafalda e D. Afonso Henriques, aquela que terá sido a secundogénita das infantas e que na pia baptismal recebeu o nome de sua mãe, Mafalda. Citada no primeiro documento de seu pai em que são enumerados os infantes (1155, Junho), o seu nome é muito pouco presente na colecção diplomática que nos chegou do primeiro rei de Portugal. Deve ter nascido em 1149, pois que em 1160 já era de idade núbil. No *Liber fidei Sancte Ecclesie Bracharensis*, importante códice da catedral de Braga, organizado no séc. XIII, ficou registado o contrato de casamento desta infanta com o filho primogénito de D. Raimundo, conde de Barcelona⁴¹, casado com a rainha Petronilha de Aragão. Foi lavrado em Tui, em 30 de Janeiro de 1160. Nessa cidade se realizou o encontro das luzidas embaixadas de ambas as partes e se celebraram os esponsais, por procuração do noivo, representado por seu pai. Entre festas e manifestações de júbilo se perde o futuro do enlace assim projectado, facto que a historiografia tem aceiteado como indício de morte da infanta portuguesa e causa de insucesso desta primeira tentativa de aliança entre Portugal e Catalunha e Aragão. No entanto, ela volta a estar presente na documentação de seu pai em Março de 1164⁴², posto o que o seu nome desaparece, para dar lugar a um outro, também de mulher, agora Teresa, a partir de Novembro de 1165⁴³. Portanto, será sempre de questionar a causa do insucesso matrimonial e, a admitir-se um infortúnio, tem que aceitar-se que ele também pudesse ocorrer pelo lado do noivo. Porém, sobre a infanta recairiam consequências, como o seu regresso à casa paterna. Ora, esta hipótese coaduna-se muito bem com o aparecimento de um novo nome

⁴¹ LF 218.

⁴² DR 286.

⁴³ DR 288. De notar que mereceu a classificação de “Falsificação” o DR 278, de Agosto de 1161, em que surge o nome de Teresa.

de mulher na chancelaria régia portuguesa. Regressada a Portugal, Mafalda transmutaria o seu nome a Teresa, num desejo de esquecimento e renovação. Então, Mafalda e Teresa seriam uma e mesma infanta, como já foi proposto também⁴⁴. Aliás, a hipótese até nem tem muito de inovador, em vista dos dois casos, indubitáveis, de mudança de nome entre os filhos de D. Afonso Henriques e, por certo, tantos outros, pelo tempo, que nos ficaram desconhecidos.

Em nossa opinião, esta hipótese até vai bem com um outro elemento que já valorizámos em obra publicada em 2008⁴⁵. Aí, colocámos em realce o facto de D. Teresa ter sido senhora de Montemor, por doação de seu pai, em data que se ignora, mas que há-de ter acontecido após 1166. O facto tanto pode colher valor neste contexto, como num outro, um pouco mais tardio. No primeiro, aquela doação pode ter acontecido por relação com o seu regresso ao reino, vinda de Barcelona, e da sua especial situação. Na sua condição de infanta, regressada de uma terra onde não servia, importaria dar-lhe casa, autonomia, que passava pela posse de bens próprios. No segundo, pode ter acontecido quando Teresa se tornou a única filha capaz de se assumir como herdeira do reino, em caso de necessidade isto é, após 1175, ano da entrada de D. Urraca na Ordem do Hospital, na sequência da anulação do seu casamento com Fernando II de Leão.

Por último, a hipótese de identificação da infanta Mafalda com a infanta Teresa, embora não seja – nem possa ser – mais que isso, condiz com as informações que a importante fonte da época, que são os *Annales domni Alfonsi Portugallensium regis*, afinal memória do rei, seu pai, de sua família e do seu tempo, nos transmite acerca do número de filhos de D. Afonso Henriques e de Mafalda de Mouriana, como referimos. Ao indicar o número de seis filhos, três varões e três raparigas, como o fruto da sua união, exige a identificação de duas personagens, que bem podem ser as infantas Mafalda e Teresa. Se o seu autor não refere a infanta Mafalda, não é crível que, presente em Coimbra e conhecedor, forçoso, da família real, desconhecesse a sua existência, bem como a sua ligação matrimonial à casa

⁴⁴ BLÖCKER-WALTER, M., 1966, p. 56-57.

⁴⁵ MARQUES, M. A.; SOALHEIRO, J., p. 125.

de Barcelona. Aliás, ele escreveria, até, em tempo em que uma outra ligação matrimonial, a de Sancho e Dulce de Aragão, unia o reino de Portugal e a família reinante em Aragão e Catalunha, o que faria recordar essa primeira. A sua omissão relativamente ao nome da infanta Mafalda e a esse momento da sua vida pode explicar-se por, na ocasião em que ele escrevia, ela ser Matilde (nome que também omite, preferindo o de Teresa) e se achar casada com o conde da Flandres. Porém, se a nossa hipótese não corresponder, em nada, à realidade, ficará sempre a dúvida do que aconteceu à infanta D. Mafalda após 1164.

Fosse como fosse, a infanta D. Teresa é referenciada a partir de 1165, como afirmámos. Se ela não for a infanta Mafalda que já conhecemos, o primeiro problema que se pode colocar acerca desta infanta é o seu aparecimento tão tardio na documentação. Pelo protagonismo que assumiu a partir de 1169-1170, não poderia ser tão jovem quanto esse tardio aparecimento poderia fazer crer. Em nossa opinião, esta será, até, uma outra razão para vermos em D. Teresa a infanta Mafalda cujo rasto perdemos há pouco.

Surgida de repente, na documentação, é muito pouco o que sabemos da sua vida. A indicação do seu mordomo, em 1175, é a prova de que possuía casa e oficiais próprios. Ao mesmo tempo, era senhora de um conjunto de bens, de que se destacava Ourém (a que concedeu foral em 1180⁴⁶) e Montemor, talvez, também, Tábua⁴⁷.

Porém, o mais importante protagonismo da infanta Teresa surgiu em toda a força a partir de 1169, depois do desastre de Badajoz. Nessa circunstância dramática para o reino de Portugal, a infanta tornava-se um precioso tesouro na estratégia política do pai, falho de qualquer sucessão, além dos seus dois filhos, Sancho e Teresa, solteiros e sem herdeiros.

O futuro de Teresa sofreria alteração significativa após o casamento de seu irmão Sancho, em 1175, com Dulce de Aragão. Em 1184, assegurada a sucessão do irmão, ela saiu de Portugal, para casar com Filipe de Alsácia, conde de Flandres e senhor de Vermandois. Muitas razões poderão ter concorrido para este enlace, das quais não será de arredar o conhecimento

⁴⁶ PMH. *Leges*, p. 420-421.

⁴⁷ PMH. *Inquisitiones*, 781 b.

que o pai do noivo teria das terras e da corte de Portugal, pela sua passagem a caminho da Terra Santa, ou as notícias que, sobre elas, correriam, na Cristandade, levadas por discípulos de São Bernardo, ou, ainda, algum interesse da coroa de Inglaterra, ainda aparentada com a casa de Alsácia, em alianças nestes confins da Cristandade⁴⁸.

Fosse como fosse, o casamento contratou-se, Teresa saiu de Portugal, rumo à Flandres, os noivos receberam-se por palavras de presente, em Bruges, em 1184. Teresa recebeu um importante dote, com destaque para vilas e cidades, como Saint-Omer, Lille, Nieppe, Cassel, Furnes, Douai, Bruges, Gand, Ypres, algumas em clara fricção com o rei de França e as suas pretensões sobre os seus domínios.

Chegada à nova terra, Teresa transmudou o nome em *Mabaut*, adoptando, afinal, uma das formas do seu nome original, Mafalda ou Matilde. Foi esta última (*Mathildis*) que consagrou no selo de que usou.

Na Flandres, a condessa-rainha Matilde desdobrou a sua atenção pelo acompanhamento do marido nas tarefas da governação e em algumas outras, próprias das mulheres poderosas do tempo, como a fundação de hospitais para doentes pobres, como o de Ypres. Com seu marido, Matilde foi próxima de Claraval, o mosteiro de São Bernardo, que distinguiram com doações e onde elegeram sepultura, em capela fundada por Filipe de Alsácia.

Matilde ficou viúva em 1191, por morte de seu marido, na cruzada, em São João de Acre, na Palestina. Em breve (1193) contrairia segundas núpcias, com Otão III, duque de Borgonha, a quem ainda a uniam laços de parentesco, em grau afastado, mas, ainda assim, proibido, pois que Otão III da Borgonha era filho de Hugo III, conde de Albon, casado com Beatriz d'Albon, herdeira do condado e prima em segundo grau da infanta portuguesa. O impedimento de parentesco e as desavenças do casal levariam, em breve (1195), ao divórcio do casal.

Entretanto, Matilde, afastada do poder na Flandres, seguia atentamente o percurso de Balduino, sobrinho de seu defunto marido, a quem coubera a Flandres. Sobretudo, interessavam-lhe as relações dele com o astuto e

⁴⁸ AZEVEDO, L. G., 1942, p. 147-150; LOMAX, D. W., 1964.

cobiçoso rei de França, Filipe *o Augusto*, interessadíssimo nas terras de Flandres. A partida de Balduíno, na cruzada, a sua ascensão a imperador de Constantinopla e a menoridade de suas filhas, chamaram Matilde, de novo, à política flamenga. Ou buscou, ou a sorte lhe ofereceu, a esse fim, um seu sobrinho, o infante Fernando, filho do rei de Portugal, Sancho I, e de sua esposa, D. Dulce. Ela faria dele o instrumento da sua política e da sua vingança sobre o rei de França.

Em 1210, o infante português já estava na corte de França, onde uma sua cunhada por afinidade, Branca de Castela, era mulher do infante herdeiro. Ganha a confiança do rei de França, Fernando casou, em 1212, com Joana de Flandres, a filha herdeira de Balduíno, conde de Flandres e Hainaut e defunto primeiro imperador latino de Constantinopla. Matilde tornar-se-ia a sua mentora e protectora; alguns cronistas do seu tempo haviam de acusá-la de proteger os de sua terra, em que avultava seu sobrinho. É provável que tenha tido também alguma intervenção numa hipótese de casamento entre o rei inglês João *Sem Terra* e sua sobrinha Sancha, filha de D. Sancho I, pelos anos de 1199 ou 1200, bem como não lhe terão sido alheias as negociações que conduziram ao casamento de uma outra, Berengária, com o rei da Dinamarca, em 1214.

Mas foi relativamente a Fernando que Matilde da Flandres de Portugal mais se empenhou. Quando ele, sobretudo por virtude da terra que governava, entrou na política do seu tempo, marcada pelo antagonismo entre franceses e ingleses, e caiu cativo do rei de França, na batalha de Bouvines (1214), Matilde não recuou, nunca, na sua defesa. A atitude valeu-lhe uma memória negativa nas crónicas do tempo, especialmente na que saiu da pena de Guillaume *le Breton*, cronista de Filipe *o Augusto*.

Apesar dos seus esforços, pessoais e financeiros, a rainha Matilde morreu sem a alegria da libertação de seu sobrinho. Quando morreu, em 6 Março de 1219, afogada em lama, no pântano em que tombou a sua liteira, perto de Furnes, ainda Fernando era um dos prisioneiros da torre do Louvre, em Paris.

Matilde, *Flandriensis comitisse* ou, noutra forma, *regina Portugalensis*, foi sepultada no mosteiro cisterciense de Dunes, na Flandres, de protecção dos de Alsácia, tendo sido, posteriormente, trasladada ao mosteiro de Claraval, onde achou sepultura junto a seu marido.

A infanta Teresa de Portugal, volvida condessa Matilde na Flandres, viúva de Filipe de Alsácia, deixou memória de uma mulher activa, persistente, tenaz, dedicada aos interesses dos seus, familiares e amigos, gestora perspicaz e astutamente generosa dos seus tesouros. Foi figura cimeira na política do seu tempo, de par com os grandes que a dominavam, sobretudo o rei de França e o rei de Inglaterra. Longe da sua terra, ocupada nos assuntos correntes da governação e envolvida nos problemas políticos que dominaram a terra e o tempo em que viveu, Matilde de Flandres não perdeu ocasião de olhar os problemas do longínquo Portugal. Não lhe terá sido estranha a chegada de flamengos ao reino de seu irmão, que os documentos portugueses atestam, por então.

Por último, algumas palavras acerca do infante D. Sancho Afonso. Filho secundogénito de Afonso Henriques e Mafalda de Mouriana e Saboia, nascido alguns anos depois do casamento de seus pais, por um acaso da vida veio a ser o herdeiro do trono, D. Sancho I, segundo rei de Portugal. Nasceu em 11 de Novembro de 1154, em Coimbra. Talvez por esse motivo, recebeu, no baptismo, o nome de Martinho, transmudado a Sancho, em circunstâncias que se desconhecem e que já referimos acima.

Na sua condição de segundo rei de Portugal, foi também o primeiro herdeiro, sucessor de um rei fundador. Por isso, Sancho era um progénito com futuro incerto, mais envolto na sombra de seu pai que numa aposta de vencedor. Recebia, de herança, um reino recente, com os problemas próprios da situação e o confronto que proporcionava com a memória do rei seu pai; a ele se exigia que estivesse à altura da ambição de seu pai e que desse continuidade ao seu sonho.

A sua figura foi alvo de um estudo próprio e aprofundado, num passado ainda recente⁴⁹. Porém, ao contrário da imagem construída, temos, para nós, que o percurso do seu reinado não desmentiu os méritos de que ele já dera prova ainda em vida de seu pai.

Como rei, Sancho I deixou memória pelo seu grande e importante papel de organizador. Foi relevante a sua acção em prol dos povos, naquilo que eles mais sentiam e, por certo, mais desejavam, que era a definição de regras

⁴⁹ BRANCO, M. J., 2005.

com o poder. As 43 cartas de foral concedidas por autoridade régia, no seu governo, de longe o maior número desses diplomas que algum dos três primeiros monarcas portugueses outorgou, dizem da sua acção. Na produção estereotipada da sua chancelaria, o seu reinado revela-se um tempo novo, na construção da imagem do rei e na concepção do seu poder. A figura do rei é a fonte da ordem, do bem comum, da paz, a raiz da lei e do fisco, o garante da defesa do reino e dos homens. Os forais, que já referimos, foram um bom meio de propagação dessas ideias, tanto melhor quanto era vasto e longínquo da corte o público que alcançavam. Como Maria João Branco esclarece, a sua chancelaria preocupou-se “em promover uma concepção de reino e de espaço de domínio territorial do rei”⁵⁰, factor de ligação de gentes e corpos sociais distintos, caminho, afinal, de constituição da nação.

Ainda infante, D. Sancho casou com Dulce de Aragão, numa aliança bem diferente daquela que terá unido sua irmã Mafalda a Raimundo de Barcelona. Dessa união proveio numerosa e ilustre prole, a que já chamámos a primeira geração europeia de infantes de Portugal⁵¹.

Falecido no final de Março de 1211, D. Sancho I escolheu (e achou) sepultura no mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, junto de seus pais, de sua esposa e de alguns dos seus filhos.

6. Conclusão

Mafalda de Mouriana, como ficou lembrada nos documentos de seu marido, o rei D. Afonso Henriques, rainha de Portugal durante treze anos, não deixou memórias notáveis no reino a que veio para reinar. Ela é, assim, uma personagem fugidia na história de Portugal. A sua breve vida como rainha, aliada a ter sido vivida em tempo de guerreiros, não permitiu que a sua imagem se impusesse, se é que a sua personalidade assim o indicava. Por isso, é muito pouco aquilo que, de objectivo, nos permitem os docu-

⁵⁰ 2005, p. 171.

⁵¹ 2007.

mentos de seu marido e de seus descendentes, ou aquilo de que a tradição se faz eco acerca desta rainha, esposa do rei *Fundador*.

A memória de D. Mafalda é escassa, vaga, incerta. Feita do trivial da vida de uma mulher, no casamento e na ligação aos filhos, alguns actos, poucos e banais, ligados à piedade do seu tempo e às possibilidades da sua condição constituíram e adornaram a sua lembrança. Por isso, em breve, ela ficou esquecida, obliterada entre os seus próprios descendentes, primeiro passo para o esquecimento de uma nação que o tempo permitiu ir ganhando séculos e outras lembranças. De resto, aquilo que Mafalda de Mouriana e Sabóia teve de fazer, como a adaptação a um novo meio humano e social, a forma como acompanhou e viveu os problemas de seu marido, nas relações com o reino vizinho e com a Santa Sé, o papel que teve (se o teve) na protecção a correntes monásticas novas, como os cistercienses, se o fez ou como o fez, tudo isto nos fica no mais perfeito desconhecimento.

Fontes e estudos

SIGLAS:

CCR = *Crónica dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho*.

DR = *Documentos medievais portugueses: documentos régios*. Vol. 1/I. *Documentos dos Condes Portucalenses e de D. Afonso Henriques. A D. 1095-1185*

LF = *Liber fidei Sanctae Bracarensis ecclesiae*.

LK = *Liber anniversariorum ecclesiae cathedralis colimbriensis (Livro das Kalendas)*.

LLCDP = *Livro de linbagens do Conde D. Pedro*. Vid. *Livros de linbagens*.

LV = *Livro velbo de linbagens*. Vid. *Livros de linbagens*.

PMH. *Inquisitiones* = *Portugaliae monumenta historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintum decimum. Inquisitiones*.

PMH. *Leges* = *Portugaliae monumenta historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintum decimum. Leges*.

PMH. *Scriptores* = *Portugaliae monumenta historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintum decimum / iussu Academiae Scientiarum Olisiponensis edita. 1: Scriptores*.

Fontes impressas

Anais, crónicas e memórias avulsas de Santa Cruz de Coimbra. Textos publicados com uma introdução por António Cruz. Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1968.

- Annales Domni Alfonsi Portugallensium Regis: vid. BLÖCKER-WALTER, Monica – *Alfons I von Portugal*.
- «Annales Portugalenses Veteres». Estudo e edição por Pierre David. *Revista Portuguesa de História*. Coimbra. 3 (1947) 81-128 (também publicado in IDEM – *Études historiques sur la Galice et le Portugal du VI^e au XII^e siècle*. [S.l.: s.n.], 1947, p. 257-340).
- BRANDÃO, António, O. Cist. (1584-1637) – *Monarquia Lusitana*. III Parte: *Que contem a historia de Portugal desde o conde D. Henrique, até todo o reinado del Rey Dom Afonso Henriques* [...]. IV Parte: *Que contem a historia de Portugal desde o tempo del Rey Dom Sancho Primeiro, até todo o reinado del Rei D. Afonso III* [...]. Lisboa: no Mosteiro de S. Bento, por Pedro Craesbeck, 1632. Reed. Fac-similada, com introdução e notas de A. Dias Farinha e Eduardo dos Santos. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1974.
- Chancelarias Portuguesas. D. Pedro I*. Edição preparada por A. H. de Oliveira Marques. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica – Centro de Estudos Históricos. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1984.
- Chronica Gothorum, vid. *Portugaliae monumenta historica: Scriptores*.
- Crónica de Portugal de 1419*. Edição crítica com introdução e notas por Adelino de Almeida Calado. Aveiro: Universidade de Aveiro, Fundação João Jacinto de Magalhães, 1998.
- Crónica Geral de Espanha de 1344*. Edição crítica do texto português por Luís Filipe Lindley Cintra. 4 vols.. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1951-1990.
- Crónicas breves e memórias avulsas de S. Cruz de Coimbra*. Edições fac-similada, paleográfica e crítica, com anotações por Fernando Venâncio Peixoto da Fonseca. Lisboa: [s.n.], 2000.
- Documentación (La) pontificia basta Inocencio III (965-1216)*. Edição por Demetrio Mansilla. Roma: Instituto Español de Estudios Eclesiásticos, 1955.
- Documentos medievais portugueses: documentos régios*. Vol. 1/I. *Documentos dos Condes Portucalenses e de D. Afonso Henriques. A D. 1095-1185*. Vol. 2/II: *Aditamentos, fontes e índices*. Edição por Rui Pinto de Azevedo. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1958-1962.
- Documentos medievales del Reino de Galicia: Fernando II*. Edição por Manuel Recuero Astray [et al.]. Ferrol: Xunta de Galicia, 2000.
- Expugnatione (De) Lyxbonensi*, vid. *Conquista de Lisboa aos Mouros: Relato de um Cruzado*.
- FERNANDES, Rui - *Descrição do terreno ao redor de Lamego duas léguas*. Ed. Amândio Moraes Barros. S.l. Edições Afrontamento, 2001.
- Hagiografia de Santa Cruz de Coimbra: Vida de D. Telo, Vida de D. Teotónio, Vida de Martinho de Soure*. Edição crítica por Aires A. Nascimento. Lisboa: Edições Colibri, 1998.
- Liber anniversariorum ecclesiae cathedralis colimbriensis (Livro das Kalendas)*. 2 vols.. Edição crítica por Pierre David e Torquato de Sousa Soares. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1947-1948.
- Liber fidei sanctae bracarensis ecclesiae*. Edição crítica por Avelino de Jesus da Costa. 3 vols.. Braga: Junta Distrital de Braga, 1965-1990.
- Livro Santo de Santa Cruz: cartulário do séc. XII*. Edição por Leontina Ventura e Ana Santiago de Faria. Abertura de Salvador Dias Arnaut. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990.
- Livros de linhagens: Livro Velho de Linhagens; Livro de Linhagens do Deão; Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, vid. *Portugaliae monumenta historica* [...]. Nova série.
- PETRUS VENERABILIS, abbas cluniacensis († 1156) - «Epistolarum libri sex». In *Patrologia latina, cursus completus* [...]. Edita J.-P. Migne. Paris, 1890, vol. CLXXXIX, col. 61-486.
- Portugaliae monumenta historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintum decimum / iussu Academiae Scientiarum Olisiponensis edita*. 1: *Scriptores*. 3: *Leges et consuetudines*.

- 4: *Inquisitiones*. Edição por Alexandre Herculano [continuada, na série *Inquisitiones*, por J. S. Mendes Leal [et al.]. Lisboa: Academia das Ciências, 1856-1961. (reimpr., 1967).
- Portugaliae monumenta historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum / iussu Academiae Scientiarum Olisiponensis edita*. Nova série. 1: *Livros velbos de linbagens*. Edição crítica por Joseph Piel e José Mattoso. 2/I-II: *Livro de Linbagens do conde D. Pedro*. Edição crítica por José Mattoso. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1980.
- Recueil des chartes de l'abbaye de Clairvaux au XII^e siècle*. Edição por Laurent Veyssière. Paris: Éditions du Comité des Travaux historiques et scientifiques, 2004.
- Regesta de Fernando II*. Estudo, com edição e sumários por Julio González. 2 vols. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Instituto Jerónimo Zurita, 1943.
- REIS, Balthasar dos (séc. xvii) – *Breve relação da fundação e antiguidade do Mosteiro de Santa Maria da Salzeda*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1936.
- Relato da conquista de Santarém*, vid. *Portugaliae monumenta histórica: Scriptores*; vid. também NASCIMENTO, Aires A. – *O júbilo da vitória*.
- SANTA MARIA, Nicolau de - *Crónica dos cônegos regrantes do patriarca Santo Agostinho*. 2 vols., Lisboa: Of. de João da Costa, 1668.
- SOUSA, António Caetano de, C.R. (1735-1749) – *História genealógica da Casa Real portuguesa*. 14 vols.. Lisboa Occidental: na Of. De Joseph Antonio da Silva; na Of. Silviana, 1735-1749. *Provas*. 6 vols.. Lisboa: na Of. Silviana da Academia Real, 1739-1748. (2.^a ed., Coimbra: Livraria Atlântida, Editora, 1946-1954).
- Vita Martini Sauriensis, vid. *Hagiografia de Santa Cruz de Coimbra*.
- Vita Theotonii, vid. *Hagiografia de Santa Cruz de Coimbra*.

2. Estudos

- AMADO, Teresa, 2003, «Ainda sobre o milagre de Ourique». In MORAIS, Ana Paiva; ARAÚJO, Teresa; PAIXÃO, Rosário Santana, coord. – *Da decifração em textos medievais / IV Colóquio da Secção Portuguesa da Associação Hispânica de Literatura Medieval*. Lisboa: Edições Colibri, p. 301-310.
- AMARAL, Diogo Freitas do, 1996, «Em que momento se tornou Portugal um País independente». In 2.^o *Congresso Histórico de Guimarães: actas*. [Guimarães]: Câmara Municipal de Guimarães; Universidade do Minho, vol. 2, p. 139-181.
- ARIÉS, Philippe; DUBY, Georges (dir.), 1990, *História da vida privada*. Tradução portuguesa, com revisão científica de Armando Luís de Carvalho Homem. Vol. 2: *Da Europa feudal ao Renascimento*. Lisboa: Edições Afrontamento.
- AZEVEDO, Luís Gonzaga de, 1942, *História de Portugal*. Prefácio e revisão de Domingos Maurício Gomes dos Santos. Vol. 4. Lisboa: Edições «Bíblion».
- AZEVEDO, Rui Pinto de, 1943, «Ainda sôbre a data em que Afonso Henriques tomou o título de rei». *Revista Portuguesa de História*. Coimbra. 1, 177-183, 8 est..
- _____, 1957, «A carta ou memória do cruzado inglês R. para Osberto de Bawdsey, sobre a conquista de Lisboa em 1147». *Revista Portuguesa de História*. Coimbra. 7, 343-370.
- BARBOSA, Pedro Gomes, 1991, *Documentos, lugares e homens: estudos de história medieval*. Lisboa: Edições Cosmos.

- _____, 1991, «São Bernardo e a independência de Portugal». In *IX Centenário do Nascimento de S. Bernardo: Encontros de Alcobça e Simpósio de Lisboa: actas*. Braga: Faculdade de Teologia, Universidade Católica Portuguesa; Câmara Municipal de Alcobça, p. 337-349.
- _____, 2004, *Conquista de Lisboa: 1147: a cidade reconquistada aos Mouros*. Lisboa: Tribuna da História.
- BARROCA, Mário Jorge, 2000, *Epigrafia medieval portuguesa: 862-1422*. 3 vols. (em 4 tomos). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- BAUBETA, Patricia Anne Odber de, 1988, «Some Early English Sources of Portuguese History». *Estudos Medievais*. Porto. 9, 201-210.
- BEIRANTE, Maria Ângela Rocha, 1996, «D. Afonso Henriques e as cidades». In *2.º Congresso Histórico de Guimarães: actas*. [Guimarães]: Câmara Municipal de Guimarães; Universidade do Minho, vol. 5, p. 223-233.
- BENEVIDES, Francisco Fonseca, 1878, *Rainbas de Portugal: estudo histórico com muitos documentos*. Vol. 1. Lisboa: Typ. Castro Irmão.
- BENNETT, Matthew, 2001, «Military Aspects of the Conquest of Lisbon, 1147». In PHILLIPS, Jonathan; HOCH, Martin, ed. – *The Second Crusade: Scope and Consequenses*. Manchester: Manchester University Press, p. 71-89.
- BISHKO, Charles J., 1980, *Studies in Medieval Spanish Frontier History*. London: Variorum Reprints.
- _____, 1984, *Spanish and Portuguese Monastic History, 600-1300*. London: Variorum Reprints.
- BLOCKER-WALTER, Monica, 1966, *Alfons I von Portugal: Studien zu Geschichte und Sage des Begründers der Portugiesischen Unabhängigkeiten*. Zurich: Fretz und Wasmuth Verlag.
- BRANCO, Maria João Violante, 1993, «Portugal no reino de León: etapas de uma relação (866-1179)». In *El reino de León en la Alta Edad Media*. Vol. 4: *La monarquía (1109-1230)*. León: Centro de Estudios e Investigación «San Isidoro», p. 533-625.
- _____, 1996, «A conquista de Lisboa revisitada: estratégias de ocupação do espaço político, físico e simbólico». In *2.º Congresso Histórico de Guimarães: actas*. [Guimarães]: Câmara Municipal de Guimarães; Universidade do Minho, vol. 2, p. 119-137.
- _____, 2001, «Introdução: a conquista de Lisboa na estratégia de um poder que se consolida». In NASCIMENTO, Aires A., ed. – *A conquista de Lisboa aos Mouros: relato de um cruzado*. Lisboa: Vega, p. 9-51.
- _____, 2005, *D. Sancho I: o filho do fundador*. [Lisboa]: Círculo de Leitores.
- CASTRO, José Ariel, 1992, «Afonso de Portugal, 11.º grão-mestre da Ordem do Hospital de S. João de Jerusalém». In *IX Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas: actas*. Coimbra, p. 819-857.
- COELHO, Maria Helena da Cruz, 1955, *Superstição, fé e milagres na Idade Média*. Coimbra: Inatel, Delegação de Coimbra.
- CORDEIRO, Luciano, 1984, *Portuguezes fóra de Portugal: Berengella e Leonor, rainbas da Dinamarca*. Lisboa: Imprensa Nacional [reimpr., com introdução de José Mattoso].
- _____, 1899, *A Condessa Mabaut*. Lisboa: A Liberal.
- CORTE-REAL, Manuel, 1977, «As alianças matrimoniais dos filhos de D. Afonso Henriques na política externa portuguesa». In *2.º Congresso histórico de Guimarães: actas*. [Guimarães]: Câmara Municipal de Guimarães; Universidade do Minho, vol. 2., p. 447-455.
- COSTA, Avelino de Jesus da, 1948, «A Ordem de Cluny em Portugal». *Cenáculo*. Braga. 3, 186-220.
- _____, 1983, «A biblioteca e o tesouro da Sé de Coimbra nos séculos XI a XVI». *Boletim da Biblioteca da Universidade*. Coimbra. 38, 1-226.

- _____, 1984, «D. João Peculiar co-fundador do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, bispo do Porto e arcebispo de Braga». In *Santa Cruz de Coimbra do século XI ao século XX: estudos*. Coimbra: Comissão Executiva do IX Centenário do Nascimento de S. Teotónio, p. 59-83.
- _____, 1992, *Estudos de cronologia, diplomática, paleografia e histórico-linguísticos*. Porto: Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais.
- _____, 1994, «S. Teotónio, primeiro prior do mosteiro de S.^{ta} Cruz de Coimbra, glória das dioceses de Coimbra, de Viana do Castelo e de Viseu». In *III Colóquio Galaico-Minhoto: actas*. Viana do Castelo: Câmara Municipal de Viana do Castelo, vol. 1, p. 29-49.
- CRUZ, António, 1984, «D. Teotónio, prior de Santa Cruz, o primeiro cruzado e o primeiro santo de Portugal». In *Santa Cruz de Coimbra do século XI ao século XX: estudos*. Coimbra: Comissão Executiva do IX Centenário do Nascimento de S. Teotónio, p. 21-58.
- CUNHA, Armando Santinho; FERREIRA, F. E. Rodrigues, 1998, *Vida e morte na época de D. Afonso Henriques*. Lisboa: Hugin Editores, Lda.
- DAVID, Pierre, 1947, *Études historiques sur la Galice et le Portugal du VI^e au XII^e siècle*. Lisboa; Paris: [s.n.].
- Dicionário de história de Portugal*, vid. SERRÃO, Joel, dir.
- Dicionário ilustrado da história de Portugal*, vid. PEREIRA, José Costa; MARTINS, José Frederico Ferreira, ed. lit.
- Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa*, vid. LANCIANI, Giulia; TAVANI, Giuseppe, coord.
- Dictionnaire Historique de la Papauté*, vid. LEVILLAIN, Philippe, dir.
- DUBY, Georges, 1973, *Le dimanche de Bouvines: 27 Juillet 1214*. Paris: Gallimard.
- EDGINGTON, Susanne B., 1996, «The Lisbon Letter of the Second Crusade». *Historical Research*, 69, 328-339.
- _____, 2001, «Albert of Aachen, St Bernard and the Second Crusade». In PHILLIPS, Jonathan; HOCH, Martin, ed. – *The Second Crusade: Scope and Consequences*. Manchester: Manchester University Press, p. 54-70.
- ERDMANN, Carl, 1935, *O Papado e Portugal no primeiro século da história portuguesa*. Coimbra: Coimbra Editora, (reed. fac-similada, Braga: Comissão Executiva do 2.º Congresso Histórico de Guimarães, 1996).
- _____, 1940, *De como D. Afonso Henriques assumiu o título de Rei*. Coimbra: Instituto Alemão da Universidade de Coimbra.
- FERNANDES, A. de Almeida, (1985) Os primeiros documentos de Santa Maria da Salzedá (Até à morte da fundadora). Comentários e defesa. Guimarães: Sociedade Martins Sacramento.
- FERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, Manuel, 2004, *Toronium. Aproximación a la historia de una tierra medieval*. Instituto de Estudios Gallegos «Padre Sarmiento», Santiago de Compostela.
- FIGANIÈRE, Frederico Francisco de la, 1859, *Memórias das rainhas de Portugal (D. Theresa - Santa Isabel)*. Lisboa: Typographia Universal.
- FOREY, Alan J., 2004, «The Siege of Lisbon and the Second Crusade». *Portuguese Studies*. London. 20, 1-13.
- GOFFIN, Louis, 1967, *Fernand de Portugal comte de Flandre et de Hainaut*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.
- GOMES, Saul António, 1996, «Os panteões régios monásticos portugueses nos séculos XII e XIII». In *2.º Congresso Histórico de Guimarães: actas*. [Guimarães]: Câmara Municipal de Guimarães; Universidade do Minho, vol. 4, p. 281-295.

- HERCULANO, Alexandre, 1980-1981, *História de Portugal desde o começo da monarquia até o fim do reinado de Afonso III*. Prefácio e notas críticas de José Mattoso. 4 vols. Lisboa: Livraria Bertrand.
- HIESTAND, Rudolf, 2001, «The Papacy and the Second Crusade». In PHILLIPS, Jonathan; HOCH, Martin, ed. – *The Second Crusade: Scope and Consequenses*. Manchester: Manchester University Press, p. 32-53.
- KOSTO, Adam J., 2001, «The *Liber feudorum maior* of the Counts of Barcelona: The Cartulary as an Expression of Power» *Journal of Medieval History*. 27, 1-22.
- KRUS, Luís, 1994, *Passado, memória e poder na sociedade medieval portuguesa: estudos*. Redondo: Patrimonia.
- LANCIANI, Giulia; TAVANI, Giuseppe (coord.), 1993, *Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho.
- LECLERCQ, Jean, 1971, «L'encyclique de Saint Bernard en faveur de la croisade». *Revue Bénédictine*. 81, 282-308.
- LEVILLAIN, Philippe (dir.), 1994, *Dictionnaire historique de la Papauté*. Paris: Arthème Fayard.
- LINEHAN, Peter, 1996, «Utrum reges Portugalie coronabantur annon». In 2.º Congresso histórico de Guimarães: *actas*. [Guimarães]: Câmara Municipal de Guimarães; Universidade do Minho, vol. 2, p. 387- 401.
- LIVERMORE, Harold, 1990, «The “Conquest of Lisbon” and its Autor». *Portuguese Studies*. London. 6, 1-16.
- LOBO, António Ilídio Lima Leite, 1998, «D. Mafalda de Mouriana/Sabóia, mulher de D. Afonso Henriques». *Armas & Troféus*. Lisboa. VIII série. 2, 139-158.
- LOMAX, Derek W., 1964, «Los “Magni rotuli pipae” y el medioevo hispánico». *Anuario de Estudios Medievales*. Barcelona. 1, 543-548.
- MARQUES, A. H. de Oliveira; DIAS, João José Alves [et al.], 2003, *Atlas histórico de Portugal e do Ultramar Português*. [Lisboa]: Centro de Estudos Históricos, 2003.
- _____; GONÇALVES, Iria; ANDRADE, Amélia Aguiar, ed. lit., 1990, *Atlas de cidades medievais portuguesas: séculos XII-XV*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa.
- MARQUES, José, 1990, «A realidade da igreja no tempo de S. Teotónio». *Revista da Faculdade de Letras: História*. Porto. II série. 7, 9-34.
- _____, 1996, «As doações dos condes portugalenses e de D. Afonso Henriques à Igreja». In 2.º Congresso Histórico de Guimarães: *actas*. [Guimarães]: Câmara Municipal de Guimarães; Universidade do Minho, vol. 5, p. 325-349.
- MARQUES, Maria Alegria Fernandes, 1998, *Estudos sobre a Ordem de Cister em Portugal*. Lisboa: Edições Colibri; Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- _____, 2007, «A primeira geração europeia de infantes de Portugal. Os filhos de D. Sancho I», in *X Congresso das Academias Ibero-Americanas da História. Ibero-América. Convergências e Reptos: Justiça, Propriedade, Instituições, Liberdade e Segurança. Actas. 2 a 5 Novembro de 2006*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 2007, 295-318.
- _____, 2011, *D. Dulce. Rainha Fecunda*. Matosinhos: Quid Novi.
- _____, _____. *D. Matilde, D. Teresa, D. Mafalda, D. Sancho. As primeiras infantas de Portugal*. Matosinhos: Quid Novi.
- _____; SOALHEIRO, João, 2008, *A corte dos primeiros reis de Portugal. D. Afonso Henriques. D. Sancho I. D. Afonso II*. Gijón: Editorial Trea.
- MARTINS, Armando Alberto, 2003, *O Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Idade Média*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa.

- MATTOSO, José, 2006, *D. Afonso Henriques*. [Lisboa]: Círculo de Leitores.
- MAURÍCIO, Carlos C., 1989, «Na manhã fértil: sondando o Milagre de Ourique na cultura portuguesa». *Ler História*. Lisboa. 18, 3-28.
- _____, 1990, «Entre silêncio e ouro: sondando o milagre de Ourique na cultura portuguesa». *Ler História*. Lisboa. 20, 3-37.
- MONTEIRO, J. P. Franco, 1893, *As donatárias d'Alenquer: historia das rainhas de Portugal e da sua casa e estado*. Lisboa: M. Gomes Editor.
- NASCIMENTO, Aires A., 1978, «O milagre de Ourique num texto latino-medieval de 1416». *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, 265-274.
- _____, 2005, «O júbilo da vitória: celebração da tomada de Santarém aos mouros (A. D. 1147) estudo, edição do texto latino e tradução portuguesa). In *X Congrès Interuniversitari de Filologia Valenciana*, vol. 3, p. 1217-1232.
- O'CALLAGHAN, Joseph Francis, 2003, *Reconquest and Crusade in Medieval Spain*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- OLIVA, Gianni, 1998, *I Savoia. Novecento anni di una dinastia*. Milano: Mondadori.
- OLIVEIRA, Miguel de, 1945, *Ourique em Espanha*. Lisboa: Pro Domo.
- PEREIRA, Armando de Sousa, 1996, «A conquista de Santarém na tradição historiográfica portuguesa». In *2.º Congresso Histórico de Guimarães: actas*. [Guimarães]: Câmara Municipal de Guimarães; Universidade do Minho, vol. 5, p. 297-323.
- PEREIRA, José Costa; MARTINS, José Frederico Ferreira, ed. lit., 1986, *Dicionário ilustrado da história de Portugal*. Vols. 1 e 2. Lisboa: Alfa.
- PHILLIPS, Jonathan, 1997, «St. Bernard of Clairvaux, the Low Countries and the Lisbon Letter of the Second Crusade». *Journal of Ecclesiastical History*. 48, 485-497.
- _____, 2000, «Ideas of Crusade and Holy War in *De Expugnatione Lyxbonensi* (The Conquest of Lisbon)». *Studies in Church History*. 36, 123-141.
- _____, 2001, «Papacy, Empire and the Second Crusade». In IDEM; HOCH, Martin, ed. – *The Second Crusade: Scope and Consequences*. Manchester: Manchester University Press, p. 15-31.
- PICOITO, Pedro, 2006, «O cavaleiro, a mulher e o rei. Uma assuada no século XII», in *O corpo e o gesto na civilização medieval*. Actas do Encontro (11-13 de Novembro de 2003), Lisboa, Edições Colibri, p. 247-262.
- PIMENTEL, António Filipe, 2005, *A morada da Sabedoria*, vol. I: *O paço real de Coimbra: das origens ao estabelecimento da Universidade*, Coimbra: Almedina.
- RECUERO ASTRAY, Manuel, 1996, «Consideraciones sobre la situación histórica de la Península Ibérica en el siglo XII». In *2.º Congresso Histórico de Guimarães: actas*. [Guimarães]: Câmara Municipal de Guimarães; Universidade do Minho, vol. 2, p. 25-37.
- REGLERO DE LA FUENTE, CARLOS M., 2007, *Cluny en España. Los prioratos de la provincia y sus redes sociales (1073-ca. 1270)*. León: Centro de Estudios e Investigación «San Isidoro».
- REILLY, Bernard F., 1998, *The Kingdom of León-Castilla under King Alfonso VII, 1126-1157*. Philadelphia: University of Philadelphia Press. CRONOS
- RIBEIRO, João Pedro, 1810, *Dissertações chronológicas e críticas sobre a história e jurisprudência eclesiástica e civil em Portugal*. Vol. 1. Lisboa: Academia das Ciências.
- RODRIGUES, Ana Maria S. A., 1996, «Em busca de D. Afonso Henriques através de oito séculos de historiografia portuguesa». In *2.º Congresso Histórico de Guimarães: actas*. [Guimarães]: Câmara Municipal de Guimarães; Universidade do Minho, vol. 3, p. 5-19.
- SANTARÉM, Visconde de, 1865, *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do Mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*. 14 vols. Lisboa: Academia Real das Ciências.

- SÃO PAYO, Luiz de Mello Vaz de, 2002, *A herança genética de D. Afonso Henriques*. Porto, Centro de Estudos de História da Família da Universidade Moderna do Porto.
- SARAIVA, J. Mendes da Cunha, 1928, «A campanha de Ourique». *Nação Portuguesa*. Lisboa. V série. 1, 417-420.
- SERRÃO, Joel, dir., 1983-2000, *Dicionário de história de Portugal*. Continuado por António Barreto e Maria Filomena Mónica, ed. lit. 9 vols. Porto: Figueirinhas, (1.ª ed., 4 vols.. Lisboa: Iniciativas Editoriais, [1971]).
- _____; MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.), 1993-1996, *Nova História de Portugal*. Vol. 3: *Portugal em definição de fronteiras: do condado portugalense à crise do século XIV*. Lisboa: Editorial Presença.
- SILVA, Manuela Santos, 1996, «Alguns passos da acção do conquistador na Estremadura litoral». In *2.º Congresso Histórico de Guimarães: actas*. [Guimarães]: Câmara Municipal de Guimarães; Universidade do Minho, vol. 2, p. 109-116.
- SOALHEIRO, João, 2008, VER: Marques, Maria Alegria Fernandes.
- SOARES, Torquato de Sousa, 1974, «D. Afonso Henriques». In CIDADE, Hernâni (dir.), *Os grandes portugueses*. Lisboa: Arcádia, vol. 1, p. 23-42.
- SOUSA, Bernardo de Vasconcelos e, 1996, «D. Afonso Henriques nas primeiras crónicas portuguesas». In *2.º Congresso Histórico de Guimarães: actas*. [Guimarães]: Câmara Municipal de Guimarães; Universidade do Minho, vol. 3, p. 21-31.
- UBIETO ARTETA, A., 1963, «Relaciones de Aragón y Portugal durante el siglo XII». *Bracara Augusta*. 14-15, 29-40.
- VEIGA, Augusto Botelho da Costa, 1939, *Estudos de história militar portuguesa*. II: *Análise da tradição e da polémica de Ourique*. Lisboa: Typ. Henrique Torres.
- _____, 1940, «Ourique - Vale de Vez». *Anais: ciclo da fundação da nacionalidade*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, vol. 1, p. 9-186.
- VERDON, Jean, 1999, *La femme au Moyen Age*. Paris: Editions Gisserot.
- WARREN, W. L., 2000, *Henry II*. London: New Haven.
- WILLIAMS, John Bryan, 1996, «The Making of a Crusade: the Genoese Anti-Muslim Attacks in Spain, 1146-1148». *Journal of Medieval History*. 23, 29-53.

Ana Isabel Buescu

Universidade Nova de Lisboa

A INFANTA BEATRIZ DE PORTUGAL E O SEU CASAMENTO NA CASA DE SABÓIA (1504-1521)

Numa quarta-feira, no derradeiro dia do ano de 1504, nascia nos paços da Alcáçova, em Lisboa, o terceiro filho do rei D. Manuel e da sua segunda mulher, D. Maria, filha dos Reis Católicos. O ambiente então vivido seria em tudo semelhante aos partos anteriores da jovem rainha e aos muitos que haviam de seguir-se até 1516, quando nasceu o seu último filho. Perante a iminência do nascimento, reinavam a ansiedade e a expectativa, cruzando sentimentos vários e múltiplos afazeres: o temor pelo aproximar de um momento de perigo e de incerteza que tantas vezes trazia a morte quer da mãe quer do filho; o juízo dos físicos, a consulta de sinais e dos astros, as orações e a invocação de Maria e dos santos, as relíquias, mas também os preparativos práticos, as águas e os panos, a presença das comadres e parteiras que haviam de ajudar a criança a vir ao mundo, a ansiedade de saber se era rapaz ou rapariga que, apesar das previsões das mais experientes matronas, só o momento do parto desvelava.

O nascimento de uma criança saudável provocava o natural contentamento dos pais e da corte, ocorrendo então muitas vezes festejos públicos de natureza laica e religiosa, e o rei informava as principais cidades do reino do feliz acontecimento. Naquela 4^a feira, dia 31 de Dezembro de 1504, D. Maria deu à luz uma rapariga, que assim se juntava aos irmãos João (n.1502), filho primogénito dos monarcas e futuro rei de Portugal, e Isabel (n. 1503), que havia de ser rainha de Espanha e imperatriz da Alemanha. Embora a gravidez da jovem D. Maria tivesse decorrido sem história, o rei ordenou que, naquela delicada fase em que o parto se aproximava, se

ocultasse à rainha a notícia da morte de sua mãe, Isabel a Católica, ocorrida a 26 de Novembro, pela comoção e dor que a notícia provocaria em D. Maria. A grande rainha morrera amargurada com o problema da sua sucessão¹, mas confortada com os sacramentos e acompanhada do seu companheiro de uma vida, Fernando de Aragão, mas não dos seus filhos, mortos uns, como Isabel e João, ou ausentes, como Maria, Joana e Catarina². Só depois a corte de D. Manuel observou o rigoroso luto que a situação impunha, contrastando com o momento feliz que era o do nascimento saudável de mais um filho, consolidando a dinastia.

Nascia a infanta filha de poderosos reis. Estava então D. Manuel num momento alto do seu reinado³. Nascido em Alcochete, em 1469, o mais novo dos nove filhos do infante D. Fernando (†1470), duque de Viseu e de Beja, irmão de D. Afonso V, e de D. Beatriz (†1506), também ela neta de D. João I, as sucessivas mortes dos muitos que antes dele estavam próximos do trono fizeram com que sucedesse, no final de 1495, a seu primo e cunhado, D. João II (r. 1481-1495). D. Manuel chegava ainda solteiro ao trono, e a sua nova condição de monarca tornava urgente que casasse. A vontade do novo rei foi tomar por mulher a primogénita dos Reis Católicos, Isabel⁴, o que veio a acontecer. Em 1498, dado que João, príncipe das Astúrias, morreu pouco depois de casar, Isabel e Manuel foram, por um breve tempo, os herdeiros jurados de todos os reinos cristãos hispânicos. Isabel morreu ao dar à luz, em Saragoça, em Agosto desse ano, o príncipe D. Miguel. Os Reis Católicos insistiram com D. Manuel no sentido de o monarca tornar a casar, desta vez com a infanta D. Maria (n. 1482), que viera ao mundo depois da primogénita Isabel (1470-1498), do ardentemente esperado filho varão, o frágil João (1478-1497), e de Joana (1479-1555), de infeliz destino. Catarina, que veio a ser rainha de Inglaterra, nasceu em 1485, e foi a última filha de Fernando e Isabel. D. Manuel parece ter hesitado,

¹ FERNÁNDEZ ÁLVAREZ, M., 2002, 2003a.

² *Idem*, 2003, p. 450.

³ V. a biografia do monarca, da autoria de COSTA, J.P.O.e, 2005.

⁴ Viúva do príncipe herdeiro português, filho único e herdeiro de D. João II e de D. Leonor, irmã de D. Manuel, que morreu em 1491 da queda de um cavalo. Regressara a Castela após enviuar.

mas quando o filho morreu a sua disposição mudou: a 24 de Agosto de 1500, D. Manuel casava, por procuração, com a infanta D. Maria, que entrou em Portugal pela vila de Moura. Daí, no meio de grandes festejos, partiram para Lisboa onde foram levados da Ribeira à Sé, acolhendo-se depois aos paços da Alcáçova⁵.

Se as circunstâncias acabaram por tornar a herança peninsular de D. Manuel num episódio fortuito e sem consequências políticas, noutros territórios e em horizontes distintos se fazia a sua glória: em poucos anos de reinado, D. Manuel juntara “o Oriente ao Ocidente”⁶, com a chegada de Vasco da Gama à Índia, em 1498, e o seu capitão Pedro Álvares Cabral aportava em Abril de 1500, do outro lado do Atlântico, às terras de Santa Cruz. Neste ano de 1500, D. Manuel acrescentava ao título que tinha de “Rei de Portugal e dos Algarves, d’Aquém e d’Além-Mar em África, senhor da Guiné”, o título da “Conquista, Navegação e Comércio, de Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia”⁷. No lugar de Belém, de onde havia partido, em 1497, a armada de Vasco da Gama, o monarca mandava edificar um mosteiro da ordem dos Jerónimos que integrava de forma explícita a celebração da chegada dos portugueses à Índia, empresa culminante do seu reinado. O Mosteiro surgia em clara ligação com o projecto imperial do «Venturoso», inaugurando um novo «lugar» em que monarquia e império emblematicamente se encontravam⁸.

A infanta, que nasceu franzina e delicada⁹, vinha ao mundo em Lisboa, num final de ano em que houvera “nestes Reinos grandes, e espantosos terramotos”¹⁰, que com frequência se faziam sentir¹¹. Lisboa, que a tradição mítica queria fundada por Ulisses e na tradição cristã tinha como santo

⁵ GÓIS, D. de, 1949, I, cap. 22-34; RESENDE G. de, 1991.

⁶ MENESES, P. de 1964, p. 113.

⁷ GÓIS, D. de 1949, cap. 46, pp. 110-114; THOMAZ, L.F., 1990, indica a data de 25 de Julho de 1499.

⁸ Ligação estabelecida por GÓIS, D. de, 1949, cap. 53, e 1955, cap. 75, e outros autores. ALVES, J. da F., 1991, pp. 47-56. Sobre o projecto imperial de D. Manuel, v. THOMAZ, L.F., 1990 e PEREIRA, P., 1995.

⁹ SABUGOSA, C. de, 1912, pp. 118-119.

¹⁰ GÓIS, D. de, 1949, cap. 82, p. 193. OSÓRIO, J., 2004, liv. III, p. 69.

¹¹ DIAS, J.A., 2005.

protector o mártir S. Vicente, era então uma cidade em profunda e rápida transformação, quer pela sua nova condição de empório comercial à escala do globo, que lhe conferia um rosto mais cosmopolita e exótico, quer pelas transformações urbanas que nela se operavam. Desde logo, no lugar de morada da realeza. Quando os reis D. Manuel e D. Maria, depois de casar, entraram em Lisboa, acolheram-se aos paços da Alcáçova, “que até àquele tempo foram o verdadeiro, e próprio aposento dos Reis destes reinos” e onde, ainda na década de 1490, o rei D. Manuel procedera a importantes obras¹². Habitado, nas suas estadias em Lisboa, por todos os reis da época medieval, também por todos fora, ao longo dos tempos, reconstruído, acrescentado e modificado, de acordo com os diferentes gostos e necessidades práticas dos reis. Já para finais do século XVI, o secretário do núncio papal, cardeal Alexandrino, observava nos seus apontamentos que o paço não tinha “forma alguma de arquitectura, por ter sido feito aos poucos em diversas épocas”¹³. Aí nasceram o príncipe D. João, último monarca português a vir ao mundo no velho paço, a infanta Isabel e, a 31 de Dezembro de 1504, a terceira filha dos reis de Portugal.

Decorria nesse ano de 1504 a construção de um novo paço junto ao Tejo, ordenado por D. Manuel no início do século, e sob sua directa supervisão. Com esta decisão, o monarca fazia descer a morada régia do alto da colina para a zona ribeirinha da cidade, implantando-a e articulando-a com a Lisboa dos tráficos marítimos e da mercancia, no âmbito de um verdadeiro “programa”, também político, de reestruturação urbana da primeira cidade do país¹⁴. Doravante, o “rei da pimenta” iria habitar não no velho e alcandorado paço medieval, mas em aposentos construídos sobre a Casa da Índia e armazéns, próximo do burburinho de uma cidade cosmopolita, junto do palpitar do quotidiano febril da Lisboa comercial e mercadora de então¹⁵. Em Outubro de 1504, Lunardo da Cà Masser, enviado da Sereníssima República de Veneza a Lisboa, foi recebido por D. Manuel no paço da Alcáçova. Suspeito de espionagem, foi preso, mas depois de solto viveu

¹² GÓIS, D. de, 1949, cap. 46, p. 113. GOMES, R.C., 1998, p. 98.

¹³ MARQUES, A. H. de O., 1994, p. 101.

¹⁴ CARITA, H., 1999; SENOS, N., 2002.

¹⁵ SENOS, N., 2002, p. 70. GONÇALVES, I., 1996. MOITA, I., 1994.

ainda em Portugal cerca de dois anos, anotando escrupulosamente muita e preciosa informação sobre o reino; no seu relato fazia referência às obras do palácio em construção junto do rio, considerando-o, com o seu olhar veneziano, “uma fábrica muito baixa, com escasso desenho, e pobre”¹⁶.

Em finais de Março de 1505, quando o primeiro vice-rei, D. Francisco de Almeida, partiu para a Índia, ainda D. Manuel habitava no “paço de cima”, de onde “ia, e vinha cada dia estar nas casas dos armazéns”¹⁷; mas em Dezembro desse ano, a farsa *Quem tem Farelos?*, de Gil Vicente, foi já representada perante a corte no paço da Ribeira, embora o monarca aí não habitasse ainda de forma permanente¹⁸. Assim se configurava o abandono da alcáçova como morada régia, e o seu conseqüente e progressivo declínio, em favor de um novo lugar de residência dos monarcas e de uma nova centralidade política e administrativa na cidade de Lisboa.

A infanta vinha pois ao mundo num pequeno e periférico reino do ocidente peninsular alcandorado a império cosmopolita e comercial, inundado de súbitas e longínquas riquezas, filha de um poderoso e venturoso rei, e num tempo de profundas transformações, também sob o ponto de vista daquele que seriam os espaços físicos do seu horizonte de vida e do seu quotidiano. Nascida na Alcáçova, foi o paço da Ribeira o lugar privilegiado da sua morada em Lisboa enquanto infanta de Portugal – embora não único, já que a medieval itinerância que fazia com que monarcas e a corte demandassem outras paragens ao longo do ano se mantinha no século XVI. E assim, também outros lugares, como Sintra, “jardim/do paraíso terreal”¹⁹, Almeirim, terra de caça, e Évora, lugares de tão grande predilecção de D. Manuel, fariam parte do “património” da experiência e do horizonte de vida da nova infanta.

São omissos os informes, cronísticos ou outros, sobre as festividades ocorridas aquando do seu nascimento, que devem ter sido discretas em virtude do luto observado na corte por morte de Isabel a Católica. E, mesmo que não fosse hora de luto e os festejos ocorressem da forma habitual, os

¹⁶ Publicado por GODINHO, V.M., 1979, p. 77. Sobre as relações entre Veneza e Portugal no reinado manuelino, v. OLIVEIRA, J.T.M. de, 2000, pp.43-58 e docs. 1-53.

¹⁷ CORREIA, G. 1921, T.I, P. II, p. 529.

¹⁸ SENOS, N., 2002, p. 19 e pp. 51-54.

¹⁹ VICENTE, G., II, 1984, p. 286.

cronistas eram sempre mais lacônicos no registo do nascimento das filhas do que dos filhos varões – o mesmo sucedera em 1503, aquando do nascimento da infanta Isabel, mas não em 1502, quando nasceu o infante João, primogénito e herdeiro do trono, cuja vinda ao mundo sabemos ter provocado festas no paço e na rua, um pouco por todo o reino. Na penumbra, e sem suscitar sequer o interesse das crónicas ou outros registos, permaneceram também as cerimónias de baptismo desta infanta. Podemos imaginar esse momento de tão grande relevância religiosa e simbólica apenas por analogia com os relatos que se referem ao baptismo do seu irmão mais velho, dois anos antes. A cerimónia do baptismo ocorria em geral a muito breve trecho, já que, se sobreviesse a morte estando já baptizada, a alma da criança ascenderia logo ao Céu. Estando então a decorrer as obras no paço da Ribeira, e habitando ainda a família real o paço de cima, a infanta recebeu as águas do baptismo cerca de oito a dez dias depois de nascer, na capela dos paços do castelo. Se tudo decorreu como com o príncipe, a “sala grande” dos paços encontrava-se armada com toldo e dossel, ostentando a “cadeira rica, maçãs e oficiais de armas”, bem como a sala da “senhora infante”, mãe do monarca, e o recebimento cerimonial foi feito diante da porta da dita sala, de onde o cortejo desceu pela escada até ao pátio da capela²⁰.

A capela real, espaço de culto e lugar religioso mais importante do paço era da invocação de S. Miguel, de grande devoção e culto no Ocidente medieval, anjo custódio de Portugal que em 1504 teve devoção e procissão instituídas para todo o reino, a pedido de D. Manuel. Para além de Lisboa, várias das capelas instituídas pelos reis portugueses nas suas residências mais antigas em Santarém, Coimbra e Évora foram colocadas sob a invocação deste arcanjo, chefe da milícia celeste²¹. Quando ocorreu o baptizado da infanta já lá existiria a imagem do arcanjo S. Miguel expulsando Lúcifer, descrita em 1571 por João Baptista Venturino como “obra de mestre”, e forrada de tapeçarias, mas não ainda uma que é descrita como representando “ao natural el-rei D. Manuel, rodeado do conselho dos grandes,

²⁰ Cortes..., 2001, pp. 11-13. SOUSA, A.C. de, 1947, dedica um longo capítulo a D. Beatriz e sua descendência, mas sem qualquer informação relevante sobre a própria, pp.171-207.

²¹ ANDRADE, M.V.F. de, s/d, pp. 143-144; GOMES, R.C., 1995, p. 115; *História Religiosa de Portugal*, 2, 2000, pp. 621-625; GIORGI, R., 2002, pp. 276-280; SILVA, J.C.V. da, 2002, pp. 30-31.

quando resolveu mandar conquistar as Índias²², parte de uma monumental encomenda feita por D. Manuel c. 1510, para celebrar o descobrimento do caminho marítimo para a Índia²³. Com a construção do paço na Ribeira, a capela real recebeu um novo orago, S. Tomé, o apóstolo das Índias²⁴.

Pelo baptismo, que ao tempo implicava bem mais do que um parentesco simbólico, a criança entrava na igreja de Cristo e recebia nome. Esta escolha nunca era aleatória. Sendo sempre um assunto de família²⁵, no caso da realeza transmitia linhagem e memórias dinásticas. Relembremos o nome do próprio rei D. Manuel – “Deus connosco” e a carga simbólica acrescida de que se revestiu quando ascendeu ao trono²⁶; ao seu filho e herdeiro foi dado o nome de João, que antes dele fora de dois outros monarcas portugueses: o da “boa memória”, fundador da dinastia de Avis, D. João I (r. 1385-1433), e D. João II, a quem D. Manuel sucedera. Nesta escolha renovavam-se, pois, as memórias da monarquia. Manuel, o pai, escolhera-o a Providência para reinar; João, o filho, nascia já destinado ao trono, e por isso a escolha do seu nome não recaiu no do avô paterno, mas no dos reis de nome João, selando a continuidade dinástica.

No caso de Isabel, a memória recolhida através do nome era o da avó materna, a rainha Isabel a Católica. Por sua vez, a terceira filha de D. Manuel e de D. Maria recebeu, pelo sacramento do baptismo, o nome de Beatriz, nome que, sendo comum na família real, como aliás Isabel, estabelecia uma ligação simbólica directa com a infanta D. Beatriz, sua avó paterna, mulher de forte personalidade e dona de uma imensa fortuna²⁷. Nos casos das duas infantas, mas não do herdeiro do trono, observava-se, pois, na escolha do nome, aquele que era o hábito generalizado, nas famílias aristocráticas, desde a Idade Média, de atribuir aos filhos mais velhos o nome dos avós²⁸.

²² HERCULANO A., s/d, 88.

²³ FLOR, P., 2010, pp. 259-260. A tapeçaria foi encomendada vivendo já a família real no paço da Ribeira, mas de acordo com Venturino, encontrava-se, reinando D. Sebastião, no velho paço da Alcáçova, da predilecção do jovem monarca.

²⁴ CARDOSO, J.M.P., 2004, p. 201.

²⁵ GONÇALVES, I., 2010, p. 198.

²⁶ V. GALVÃO, D., 1986, no “Prólogo” da *Crónica de El rei D. Afonso Henriques*.

²⁷ Sobre a figura da infanta D. Beatriz, mãe de D. Manuel, v. MARTINS, M.O.S., 2009.

²⁸ GONÇAVES, I., 2010, pp. 198-199.

Não sabemos quem foi o padrinho da infanta Beatriz, quem a levou à pia baptismal, nem quem fez as tradicionais ofertas. Bastas vezes, esses eram também, como noutras ocasiões cerimoniais relevantes, momentos de fricção e de emulação entre membros das grandes casas aristocráticas, sempre ciosos de distinções e precedências, e com o próprio rei, como aconteceu na escolha do padrinho do infante D. João em 1502 quando, por vontade régia, a distinção coube a Pietro Pasqualigo, embaixador de Veneza, em representação do Doge, Leonardo Loredan. A presença do embaixador veneziano em Lisboa prendia-se com o auxílio que D. Manuel prestara a Veneza na luta contra o Turco, quando, a pedido do Doge, enviou em Junho de 1501 para o Mediterrâneo uma armada de trinta naus, 3 500 homens e grande quantidade de artilharia, comandada por D. João de Meneses, 1º conde de Tarouca. A participação portuguesa no conflito acabou por ser militarmente pouco expressiva, mas o empenho de D. Manuel espelhava os interesses estratégicos e de propaganda ao enviar aquela expedição ao Mediterrâneo²⁹. A presença de Pasqualigo prendia-se também com a recente chegada à Índia, e a expectativa que em Veneza causavam os rumores da concorrência portuguesa sobre as especiarias orientais. A escolha do enviado veneziano para padrinho do herdeiro do trono foi recebida com mal-estar em certos sectores da corte. Nascer filho ou filha de rei comportava um “peso” social e simbólico particular, com implicações que diziam respeito não só à própria criança mas também à corte e, até, aos seus equilíbrios internos, tensões e sensibilidades. Voltando ao baptizado da infanta, as suas madrinhas tal como sucedera com João, foram sem dúvida as mulheres de maior peso e importância na família real, a rainha D. Leonor, irmã do rei e viúva de D. João II e a quem em certa medida D. Manuel “devia” o trono, e a infanta D. Beatriz, mãe de D. Manuel, embora nenhuma fonte documental ou cronística o refira.

Observando uma tradição enraizada nas práticas da aristocracia e da realeza, cumprida por D. Maria desde que nascera o seu primeiro filho, no momento em que foi baptizada, estava já a infanta D. Beatriz confiada à

²⁹ RESENDE, V., 2004, apesar de o rei insistir que a sua prioridade era a guerra em Marrocos. CHAMBERS, D.S., 2000, p. 29.

criação de uma ama-de-leite³⁰. Chamava-se a ama Inês Álvares, e era mulher de Sancho Tavares, que nesse ano de 1504 fora incumbido pelo rei de delicada missão na praça africana de Mazagão. Fora mãe havia pouco de uma filha, Tomêa, que assim se tornava irmã colaça de D. Beatriz. Terminada a criação ao peito, Inês Gonçalves permaneceu no paço e obteve o cargo de camareira da infanta. Havia de acompanhá-la em 1521 para Sabóia, já viúva, levando no séquito da infanta outra das suas filhas, Francisca, que acabou por casar em Itália³¹. Em 1521, o rei concedia licença a Inês Álvares para, a seu pedido, fazer erguer num pequeno terreno no termo da vila de Almada uma capela da sua devoção³². Na mesma conjuntura, o monarca, “havendo nós respeito à criação e serviço que Inês Álvares ama da Infante Dona Beatriz duquesa de Sabóia [...] lhe tem feitos e esperamos que ao diante fará”, concedeu-lhe uma tença anual de 15 mil reais a partir de Janeiro de 1522, com a cláusula de poder passá-la, por seu falecimento, para Tomêa³³. Inês Gonçalves foi uma das figuras constantes na vida da infanta e depois duquesa de Sabóia, até pelo menos 1525, ano em que ainda vivia.

Nos primeiros anos de vida, o horizonte de sociabilidade de Beatriz, foi, como era habitual, um horizonte predominantemente feminino, na casa da rainha, entre a mãe, amas e aias, que velavam pelo seu bem-estar e o dos seus irmãos e tinham a seu cargo os cuidados quotidianos de higiene e alimentação. Era um ambiente protegido, também sob o ponto de vista das crenças e das devoções, sendo prática corrente as crianças usarem escapulários, bentinhos, amuletos e relíquias de santos ao pescoço, para as proteger e para sobre elas fazer recair a misericórdia e a protecção divinas³⁴. Foi neste ambiente que Beatriz foi crescendo e vendo nascer, com uma continuada cadência, os irmãos mais novos: Luís (1506), Fernando (1507), Afonso (1509), Maria (1511), Henrique (1512), Duarte (1515) e António (1516). Percebemos agora melhor como a casa da rainha D. Maria esteve, em permanência e até à sua morte, em 1517, habitada por comadres,

³⁰ BUESCU, A.I., 2010, pp. 16-19.

³¹ VITERBO, F. de S., 1914, pp. 54-56.

³² IAN/TT, CDM, liv. 35, fol. 88, de 8 de Fevereiro de 1521.

³³ IAN/TT, CDM, liv. 18, fol. 93, de 22 de Julho de 1521.

³⁴ JUNCEDA AVELLO, E., 1995, p. 29.

criadas, escravas³⁵ e amas-de-leite que se ocupavam das crianças que iam nascendo com regularidade impressionante, mas não invulgar.

Dos nove irmãos de Beatriz, seis eram rapazes e duas raparigas, mas a infanta Maria, nascida em 1511, morreu bebé ainda, em 1513, e o infante António com menos de dois meses de vida³⁶. Desta forma, apenas Beatriz e Isabel, que faziam pouco mais um ano de diferença de idade, cresceram sempre juntas, o que também ajuda a compreender os particulares e estreitos laços de afecto e convívio entre as duas irmãs. Na verdade, por volta dos três anos de idade, uma mudança fundamental se operava no quotidiano das crianças, emergindo aqui a primeira grande diferenciação decorrente do sexo: as raparigas permaneciam a tempo inteiro na casa da rainha; os infantes, continuando entregues a uma ama, passavam a contar com os cuidados de mestres para começarem a familiarizar-se com alguns exercícios adequados ao seu nível etário, e considerados próprios do seu sexo e da sua condição, até deixarem, em definitivo, a casa da rainha. Sabe-se, no entanto, que no caso da rainha D. Maria houve sempre uma grande proximidade com os filhos, mesmo quando mais crescidos, como sucedeu com o príncipe herdeiro que se criou na casa da rainha “todo o tempo que ela foi viva”. Esta questão liga-se certamente também à decisão de D. Manuel em não dar aio aos filhos, rompendo com antiga tradição aristocrática e da realeza³⁷. Os infantes Luís, Afonso e Henrique foram crismados, e em 1516 Afonso ordenado clérigo, “na sala da rainha, sendo elRei seu pai a isso presente”³⁸.

As figuras mais próximas de Beatriz eram portanto a sua ama, depois camareira, entre os seus irmãos, Isabel, embora tivesse também uma relação próxima com todos os outros e, naturalmente, a mãe. Num círculo mais amplo, também a *rainha velha*, D. Leonor, mostrava pelas sobrinhas profundo

³⁵ A 1 de Junho de 1515 um alvará de D. Manuel ordenava a entrega de 8 000 a Marinha Gonçalves, ama do infante D. Luís, para a compra de uma escrava para seu serviço. IAN/TT, P. I, mç., 18, doc. 2. V. ainda *As Gavetas da Torre do Tombo*, vol. VI, 1967, XVI, 2-1, p.107.

³⁶ Irmãos do casamento de D. Manuel com D. Maria; do enlace com Isabel de Castela nasceu Miguel da Paz (1498-1500); do terceiro casamento, Carlos (1520-1521), e Maria (1521-1577), poucos meses antes da partida de D. Beatriz para Sabóia.

³⁷ ANDRADA, F. de, 1976, cap. 5.

³⁸ *Relações...*, 1937, pp. 200-201. CORREIA, G., 1992, p. 143. GÓIS, D. de, 1953, cap. 42.

afecto³⁹. Quer o cronista Damião de Góis (†1574), que conheceu D. Maria do paço, quer o humanista D. Jerónimo Osório (†1580), descrevem a rainha como correspondendo em tudo aos padrões do tempo, e ao papel social dominante das mulheres para lá da sua posição social – o casamento, a procriação e o governo da casa: a rainha era recatada, discreta, em tudo fiel ao marido, cosia, fiava e bordava com as suas damas, cuidava e reprendia os filhos, não se intrometendo, escreve Osório expressamente, nos assuntos de Estado⁴⁰. O cronista Gaspar Correia dá, contudo, uma imagem diversa da rainha D. Maria, mostrando-a como uma mulher dotada de luz própria, discernimento e razão política, interferindo no quadro das relações ibéricas, assistindo e participando de forma activa nos destinos da política portuguesa na Índia, cartearando-se com Afonso de Albuquerque, envolvendo-se na actividade diplomática com a Santa Sé no âmbito do sonho imperial manuelino⁴¹. Retrato bem diferente do traçado quer por Góis quer por Osório, e de que divisaremos um traço importante relativo às suas filhas no testamento que deixou.

Foi portanto na casa da rainha que Beatriz foi crescendo e adquirindo os saberes que, também por sexo e condição, lhe cabiam a ela e a sua irmã Isabel. Nos primeiros meses de vida, a roca era o brinquedo associado à mais tenra infância e que, no caso da aristocracia e da realeza, era fabricada com materiais preciosos. Beatriz teve também, desde os primeiros meses de vida, a sua roca, tal como acontecia com os irmãos e irmãs que iam nascendo. Depois, na infância, as duas infantas entretinham-se sobretudo com brincadeiras consideradas próprias para as meninas, imitando o quotidiano da vida doméstica, brincando com colheres de pau e outros utensílios para a cozinha, bonecas, por vezes de cera, e outras figurinhas e miniaturas, pondo colares ao pescoço e enfeitando-se⁴², o que sucedia independentemente da posição ocupada na escala social. Mas havia também

³⁹ SOUSA, I.C. de, 2002, p. 132.

⁴⁰ GÓIS, D. de, IV, 1955, cap. 19. OSÓRIO, J., 2004, liv. XI, p. 233. V. FERNANDES, M. de L. C., 1995, cap. 3, pp. 101-142 e *idem*, 2004.

⁴¹ PELÚCIA, A., 2004, pp. 291-293. A 13 de Outubro de 1505, a rainha escrevia uma instrução ao seu embaixador em Roma, a propósito de uma eventual aliança dos príncipes cristãos contra os muçulmanos. IAN/TT, CC, I, mç 5, doc. 50.

⁴² MANSON, M., 2002, pp. 51-95. SÁ, I. dos G., 2007, p 24.

que adquirir um conjunto de comportamentos – no comer, no beber, no falar e no vestir – e de saberes próprios de quem havia de cuidar dos filhos, governar e saber manter mais tarde a sua casa.

Já *Las Siete Partidas* de Afonso X de Leão e Castela, (†1284), capital texto jurídico medieval, responsabilizavam directamente as rainhas, mães de suas filhas, na aquisição desses saberes e desses comportamentos virtuosos – afinal, eram muitos os saberes e “segredos” domésticos que se transmitiam e legavam de mãe para filha, tanto nos meios mais humildes como na realeza⁴³. Fiar, coser e bordar, tarefas cultivadas e praticadas por todas as mulheres da aristocracia, foram actividades que Beatriz e Isabel também partilharam com a mãe e as suas damas. As primeiras letras e as primícias da doutrina cristã deverá tê-las aprendido Beatriz com o velho capelão do rei seu pai, Álvaro Rodrigues, que também ensinou D. João a ler, com recurso a silabários e cartilhas, e depois dele Isabel, que quando casou o levou consigo como deão da sua capela. Havia ainda que adquirir e interiorizar outras práticas: infantas e infantes tinham de aprender a dançar, a arte da conversação, o saber estar e como conduzir-se em cerimónias públicas da corte, no que eram industriadas quer pelas aias, camareiras, damas, por vezes por mestres leigos, quer, no caso dos rapazes, pelos seus mestres. O mestre de música dos infantes bem como de Isabel e Beatriz foi talvez um músico chamado Durão⁴⁴. Finalmente, nesse processo de aprendizagem e crescimento tinham um lugar central a piedade e a devoção cristãs. Inculcadas pela prática quotidiana e pela participação em ofícios litúrgicos na capela da rainha⁴⁵ ou, a partir de certa idade, nas cerimónias de baptismo dos irmãos, a interiorização dos preceitos religiosos completavam-se na corte régia a partir da leitura de livros de horas e de devoção, do ler ou do ouvir ler episódios das vidas de santos, sermonários e tratados morais e de edificação, que a rainha possuía na sua câmara.

Das janelas, balcões e galerias de um paço agora situado no coração do pulsar urbano, junto ao Tejo, podiam também as jovens Beatriz e Isabel

⁴³ AFONSO X, 1807, I, tít. VII, lei 11.

⁴⁴ VASCONCELOS, C.M. de, 1949, p. 402.

⁴⁵ Por alvará de 6 de Novembro de 1514, o rei ordenava que se dessem 14 000 reis à rainha para sedas para a sua capela. IAN/TT, CC., P. I, mç. 16, doc. 103.

observar o vaivém de gentes e mercadorias, o bulício, e o movimento da cidade, a chegada e a partida das naus, ou as “alimárias” que chegavam de terras distantes, como os imponentes elefantes de D. Manuel, cujo primeiro exemplar chegou a Lisboa em 1506, sendo instalados nas cavaliças do paço dos Estaus, no Rossio, com direito a guardadores próprios⁴⁶. Símbolo de um império que havia sido dos Antigos mas que agora se jogava a uma escala geográfica nunca vista, o elefante chegara a terras da Cristandade, e o rei D. Manuel, o “[...] o primeiro Rei cristão da Europa a que vieram Elefantes da Índia”. Orgulhoso “senhor da Conquista, Navegação e Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia”, comprazia-se em percorrer com frequência as ruas da Lisboa precedido de quatro ou cinco daqueles imponentes animais, para assombro e admiração das gentes⁴⁷. Não podia o elefante faltar na grandiosa embaixada do “Venturoso” à Roma do papa Leão X em 1514, embaixada que alcançou ressonância europeia⁴⁸, cimentou o prestígio do rei português na Europa e ecoou também em Lisboa e na corte de D. Manuel, que agraciou o embaixador Tristão da Cunha, no seu regresso, com uma importante tença⁴⁹.

O dia 3 de Junho de 1515⁵⁰, dia da Santíssima Trindade, a ninguém passou despercebido em Lisboa, tendo reis e infantes, bem como a corte e muito povo assistido a uma inédita encenação pública. Apenas cerca de quinze dias antes, a 20 de Maio, chegara a Lisboa, a bordo de uma nau proveniente da Índia, um animal nunca visto na Cristandade: tratava-se de um rinoceronte, oferecido pelo rei de Cambaia a Afonso de Albuquerque, que de imediato enviou a “bicha monstruosa” ao rei de Portugal⁵¹. A “bicha”

⁴⁶ V. o alvará de 24 de Março de 1515, em que o rei manda dar vestimenta “aos mestres dos elefantes”. IAN/TT, P. I, CC., mç. 17, doc. 98. A 3 de Junho de 1517, novo alvará régio para se dar vestimenta a “Pedro e Tomé, servidores dos elefantes”. IAN/TT, CC., P.I, mç. 22, doc. 3.

⁴⁷ GÓIS, D. de, IV, 1955, cap. 84.

⁴⁸ GÓIS, D. de, III, 1954, caps. 55-57. O cap. 57 inclui a tradução de uma carta do cardeal Alberto Carpi ao imperador Maximiliano I († 1519) descrevendo as sumptuosidades da embaixada. Republicado a partir de Góis por SOUSA, 1947a, pp. 266-269. V. ainda COSTA, J.P.O. e, 2005, pp. 164-165.

⁴⁹ De 250 mil reais, pelos serviços prestados ao rei na embaixada ao papa. IAN/TT, CDM, liv. 24, fol. 31.

⁵⁰ Góis escreve, por lapso, que o episódio teve lugar em 1517, e não em 1515. GÓIS, IV, 1955, cap. 18.

⁵¹ COSTA, A F. da, 1937, pp. 9-10.

provocou curiosidade e comoção em Lisboa. Desde a Antiguidade que elefantes e rinocerontes eram considerados inimigos mortais. E assim, quis D. Manuel “ver por experiência a força, & manhas que cada uma delas tinha em se defender, & cometer a outra”. Desta forma, um jovem elefante asiático e o rinoceronte recém-chegado foram postos num “terreiro cerrado”, diante da antiga Casa da Contratação da Índia e da Guiné, ao paço da Ribeira, para em combate à maneira dos “Romãos” se ver qual das duas “bravíssimas, & espantosas alimárias” sairia vencedora.

Esta encenação evidenciava, de novo, o poder de um rei que se jogava à escala do mundo, e a sua potencial dimensão de instrumento político seria, uma vez mais, habilmente utilizada por D. Manuel. Na verdade, tratou o monarca de, por seu turno, oferecer a “rinocerota” ao papa, juntamente com outros sumptuosos presentes⁵². A nau, capitaneada por João de Pina, saiu de Lisboa em Dezembro desse ano, despertando a curiosidade na Europa. O rei Francisco I de França fez questão de ver o animal quando o barco aportou a Marselha. Mas na costa de Génova a tormenta foi tal que, além da perda da preciosa carga, o rinoceronte morreu, sendo-lhe retirada a pele, empalhado e assim oferecido ao papa Leão X⁵³. Mesmo morto e empalhado provocara admiração em Roma, sendo “cousa tão nova nestas partes nunca vista e quase não achada nos livros”, como escrevia o embaixador D. Miguel da Silva ao monarca, em Agosto de 1516⁵⁴.

Era, pois, este o ambiente que se vivia na corte manuelina, nos anos de infância da infanta Beatriz. Sabe-se que a infanta esteve presente quando se representou na corte, em ambiente de grande expectativa e tensão guerreira, a *Exortação da Guerra* de Gil Vicente, em 1513, antes da partida de D. Jaime, duque de Bragança, para a conquista de Azamor no norte de África⁵⁵. Desde muito jovens sabiam bem, Isabel e Beatriz, de quem eram filhas e netas. Certamente nessa consciência dinástica e na opulência paterna

⁵² Incluindo peças de ourivesaria. V. ordem do rei ao ourives João de Pina, de Outubro de 1515. IAN/TT, CC, P. I, mç. 19, doc. 2, e a inventariação de especiarias e ourivesaria nas *Relações...*, 1937, pp. 198-199.

⁵³ GÓIS, D. de, IV, 1955, cap. 18. BEDINI, S., 1997.

⁵⁴ IAN/TT, CC, P. I, mç. 20, doc. 84.

⁵⁵ VASCONCELOS, C. M. de, p. 382.

enraizava a simultânea reserva e altivez que alguns testemunhos insinuam e que, no caso de Beatriz, por vezes se mostrou com clareza, sendo já duquesa de Sabóia. O escritor francês Brantôme (n. 1535), que não a conheceu, referir-se-ia à fama de D. Beatriz falando da sua “arrogância e soberba da sua forma de estar, do modo como vestia e também da sua grande beleza”⁵⁶. A historiografia contemporânea acolhe essa imagem altiva de D. Beatriz, até por contraste com o duque seu marido⁵⁷.

Aparentemente um momento tranquilo e de apogeu da monarquia, apesar dos dramáticos e sombrios acontecimentos de 19 de Abril 1506, domingo de Pascoela, em Lisboa, na ausência de D. Manuel, com a perseguição e matança de cristãos-novos, que o rei castigou com dureza⁵⁸, aproximava-se um acontecimento que para sempre mudaria a vida dos filhos de D. Manuel. Pouco passava da meia-noite do dia 8 de Setembro de 1516 quando, nos paços da Ribeira, a rainha D. Maria dava à luz o infante D. António. A criança nasceu fraca e foi baptizada logo dois dias depois pelo arcebispo de Lisboa, morrendo no dia de Todos os Santos. O nascimento do décimo filho de D. Maria foi demorado e muito penoso, e deixou sequelas das quais a mulher de D. Manuel nunca se recompôs. Foi na sua câmara que o *Auto da Barca do Inferno* de Gil Vicente foi pela primeira vez representado, “para consolação” da rainha, “estando enferma do mal de que faleceu”, o que veio a acontecer a 7 de Março de 1517⁵⁹. D. Maria, rainha de Portugal e infanta de Castela, como se intitulava no seu testamento, morreu com trinta e cinco anos de idade; dos dez filhos que gerara deixava órfãos oito – o mais velho, o príncipe herdeiro D. João, com quinze anos ainda não cumpridos, o mais novo, o infante D. Duarte, com apenas um ano e meio de idade.

⁵⁶ FREIRE, A. B., 1920, p. 8. CLARETTA; g. 1863, pp.53-54.

⁵⁷ “Mais determinada do que Carlos III [sic] é a mulher, Beatriz de Portugal, senhora de vontade própria e orgulhosa, bem consciente do seu estado [...]”. OLIVA, G., 1998, p.166.

⁵⁸ O rei encontrava-se então em Avis, proveniente de Abrantes e dirigindo-se para Beja, para visitar a mãe. O episódio, que teve o seu rastilho no mosteiro de S. Domingos, é relatado por GÓIS, D. de, I, 1949, caps. 102-103. RESENDE, G. de, 1991b, p.357.V. COSTA, J.P.O. e, 2005, pp. 141-144. Os privilégios suprimidos por sentença régia à cidade de Lisboa só foram restabelecidos mais de dois anos depois. CDM, liv. 5, fol. 16, de 2 de Agosto de 1508.

⁵⁹ VICENTE, G., I, p. 201. GÓIS D. de, IV, 1955, cap. 19; CORREIA, G., 1992, p. 124.

Se a sua morte acarretou consequências políticas que, no contexto da política ibérica e europeia, conduziram ao terceiro casamento de D. Manuel, desta vez com Leonor (n.1498), irmã mais velha de Carlos V⁶⁰, interessa-nos aqui um outro plano, sobretudo relacionado com os filhos da rainha, agora órfãos de mãe, todos eles em idades tão precoces. Para lá do golpe afectivo profundo e irreparável, no que diz respeito a Beatriz e Isabel, as únicas raparigas, o desaparecimento da mãe teve outras imediatas e directas consequências. Na verdade, a sua morte implicou alterações na orgânica da corte, com o dismantelamento da casa da rainha, a redistribuição dos cargos palatinos pelas casas dos filhos mais velhos⁶¹ e a criação da casa da infanta D. Isabel⁶².

Esta e a sua casa passavam a ocupar um lugar central na corte, substituindo a condição de “chefe” do sector feminino, também no que dizia respeito às rendas, honras, servidores, mercês, e a documentação, logo a partir de 1517, comprova-o abundantemente. Refira-se por exemplo, em Maio de 1517, a doação da cidade de Viseu e da Vila de Torres Vedras a D. Isabel⁶³, que antes haviam pertencido a sua mãe⁶⁴, as nomeações de D. Diogo Ortiz, bispo de Viseu e do conselho do rei, como seu capelão-mor⁶⁵, de Jorge Pires como tesoureiro da capela⁶⁶ ou de André Pires, escrivão da câmara do rei, como seu escrivão da Fazenda⁶⁷. O secretário régio, António Carneiro, recebia em Junho do mesmo ano carta de mercê de secretário e chanceler de D. Isabel⁶⁸. Além das ligações à casa do rei, a casa da infanta apresentava naturais continuidades com a da rainha, e a camareira-mor de D. Maria, D. Elvira de Mendonça passou, em Julho de 1517, à condição de

⁶⁰ COSTA, J.P.O.e, 2005, pp. 243-245. BUESCU, A. I., 2008, pp. 73-87.

⁶¹ Por exemplo, Nuno de Sousa, fidalgo da Casa real e vedor da rainha, foi nomeado trinchante do infante D. Luís. IAN/TT, CDM, liv. 44, fol. 33, de 14 de Outubro de 1518.

⁶² SILVA, J.R.E., 2010, pp. 108-162.

⁶³ IAN/TT, CDM, liv. 10, fol. 94v, de 20 de Maio de 1517. V. ainda IAN/TT, CC, P. I, mç. 22, doc. 134.

⁶⁴ RÊGO, R. de F., 1933.

⁶⁵ IAN/TT, CDM, liv. 10, fol. 33, de 30 de Maio de 1517.

⁶⁶ IAN/TT, CC. P. I, mç.22, doc.122.

⁶⁷ IAN/TT, CDM, liv. 10, fol.55v., de 15 de Maio de 1517.

⁶⁸ IAN/TT, CC. P. I, mç. 22, doc. 14.

camareira das infantas D. Isabel e D. Beatriz⁶⁹, bem como várias das suas damas cujo serviço transitou também para as infantas. Gaspar Correia afirma mesmo que “a casa toda inteira ficou com elas por morte da mãe”⁷⁰.

Pouco depois da morte da rainha, D. Manuel ordenou a construção no paço da Ribeira de aposentos próprios para as infantas, as chamadas *casas das infantas*, não apenas um conjunto de câmaras mas, de acordo com a reconstituição de Nuno Senos, um verdadeiro conjunto residencial autónomo – paralelo ao do rei e infantes e do príncipe D. João. Aproveitando espaços pré-existentes, da própria casa da rainha, estes foram adaptados às necessidades de duas infantas quase mulheres, mandando o rei rasgar janelas com vistas sobre os jardins e o rio, e instalar lareiras numa das salas e nas duas câmaras de dormir. No piso inferior localizavam-se as *casas das damas*, em comunicação com os aposentos das infantas através de uma escada interior⁷¹.

Pouco sabemos do aspecto físico da infanta Beatriz, ao contrário do que sucedeu com Isabel, cuja beleza foi desde cedo objecto de explícita referência, e depois de imperatriz, amplamente fixada em tela, medalhas e estatuária⁷². De acordo com Jordan, o retrato de corte surge em Portugal apenas na segunda metade do século XVI⁷³, embora não fosse improvável que no reinado de D. Manuel existissem retratos nas suas colecções, e que houvesse intercâmbio de retratos aquando dos contratos nupciais, como poderá ter sucedido aquando do casamento de D. Beatriz com o duque de Sabóia⁷⁴. Em todo o caso, dada a sua ausência, torna-se necessário procurar na pintura de carácter devocional as escassas imagens da infanta D. Beatriz antes do seu casamento. Sabemos que, c. de 1515-16, D. Manuel ordenou no convento de Nossa Senhora da Serra, de fundação dominicana, próximo de Almeirim – terra de caça, onde os reis tinham paço que frequen-

⁶⁹ IAN/TT, CDM, liv. 10, fol. 71v, de 30 de Maio de 1517.

⁷⁰ CORREIA, G., 1992, p. 126.

⁷¹ SENOS, N., 2002, pp. 79-80 e pp. 142-145.

⁷² MOURA, V.G., 1990. Não nos ocupamos dos retratos de D. Beatriz depois de duquesa de Sabóia.

⁷³ JORDAN, A. 1994. V. ainda FLOR, P., 2010. No século XVIII, era ainda essa a memória da imperatriz, “a mais bela criatura daquele século”. BA, cod. 50-IV-14, fol. 70.

⁷⁴ FLOR, P., 2010, p. 260-261.

temente habitavam – a realização de um conjunto retabular que se calcula de grandes proporções, colocado na capela-mor, “em que se mandou retratar com a rainha Dona Maria; e depois todos seus filhos e filhas”⁷⁵. Sobreviveram deste conjunto de tradição luso-flamenga, além da pintura *Virgem com o Menino e dois Anjos*⁷⁶, as tábuas com os retratos de D. João e de D. Luís, mas não os restantes, entre eles o de D. Beatriz.

A primeira imagem em que surge D. Beatriz encontramos-la nos vitrais da capela-mor do Mosteiro da Batalha que representam, face a face, os respectivos doadores, D. Manuel e D. Maria, em oração. No vitral em que figura D. Manuel, junto do monarca encontram-se três crianças, a mais velha das quais retrata o príncipe D. João, e as mais pequenas os infantes Luís e Fernando. Em posição simétrica, junto da rainha D. Maria, também em atitude de oração, estão três figurinhas femininas, as suas filhas as infantas Isabel, Beatriz e Maria⁷⁷. Os retratos régios destes vitrais (c. 1514) são muito próximos das estátuas em pedra dos monarcas no portal do Mosteiro dos Jerónimos (c. 1517), segundo Damião de Góis “tirados pelo natural”⁷⁸. Podemos pois supor que também o retrato de D. Beatriz, represente de forma mais ou menos fidedigna o rosto e as feições da infanta, então com cerca de dez anos de idade, que no entanto mal se divisa, toucada como as irmãs e ajoelhada junto à mãe⁷⁹.

Com maior destaque e pormenor encontramos representada a família real em oração a Jesus crucificado, na tela *Fons Vitae*. Numa organização hierárquica, orando, vemos o rei, à esquerda da imagem, com os filhos, e à direita D. Maria⁸⁰, tendo a seu lado, em primeiro plano, a filha mais velha, Isabel, e em segundo Beatriz, com luxuosos vestidos e toucados em tudo idênticos, numa representação convencional e não retratística. Ao fundo, encontram-se representadas personalidades do Porto ligadas à Misericórdia

⁷⁵ SOUSA, Fr. L. de, 1977, p. 1140.

⁷⁶ FLOR, P., 2010, p. 242.

⁷⁷ Neste caso, será um retrato *in absentia* pois a infanta, nascida em 1511, falecera em 1513.

⁷⁸ BARROS, C.V. da S. 1983, fig. 103-111, e p. 286.V. considerações de FLOR, P., 2010, pp. 249-250.

⁷⁹ V. interpretação de FLOR, P., 2010, pp. 237-240.

⁸⁰ Embora a mais recente crítica sugira que possa tratar-se da 3ª mulher de D. Manuel, o que não nos parece verosímil. V. FLOR, P. 2010, pp. 253-255.

local⁸¹. Figuração semelhante no tríptico da Virgem da Misericórdia do Funchal, em que a família de D. Manuel se acolhe à protecção da Virgem. No caso de mais esta pintura flamenga, cujo ascendente no reinado manue-
lino era indiscutível⁸², além do rei, estão representadas cinco figuras femininas, uma delas a rainha D. Maria, a outra talvez a rainha D. Leonor, fundadora das Misericórdias, e provavelmente as duas mais jovens correspondendo às figuras das infantas Isabel e Beatriz (esta encoberta)⁸³.

Na Galleria Nazionali di Parma, de entre os onze retratos-miniatura que retratam figuras da corte portuguesa na primeira metade do século XVI, existe um retrato cuja identidade não foi até hoje estabelecida, de uma jovem que poderá corresponder a D. Beatriz. Não referido por Jordan na sua fundamental obra sobre o retrato de corte em Portugal, essa identificação foi há anos proposta por Giuseppe Bertini⁸⁴, apresentando o retrato em causa inegáveis semelhanças físicas com os muitos retratos de Isabel⁸⁵. As descrições físicas da infanta noutros suportes também não abundam. No contexto das representações de Gil Vicente (†1536) na corte, há referências esparsas e não descritivas, mas simbólicas e alegóricas, à imagem física das infantas, como acontece na farsa *Auto das Fadas*⁸⁶, a cuja representação no paço D. Beatriz assistiu, ainda criança. As fadas lançam sortes à rainha D. Maria, ao rei, ao príncipe D. João e às duas infantas, através da correspondência com deuses e planetas: ao rei cabe Júpiter, à rainha o Sol, ao príncipe Cupido, a Lua à infanta D. Isabel, “...Senhora Diana [que] tem do céu sua feitura e do Sol a formosura”, Vénus a D. Beatriz: “A este planeta só olham todas as estrelas, porque é mais clara que elas”⁸⁷.

⁸¹ *Fons Vitae*, tela atribuída a Colijn de Coter, c. 1517, Porto, Santa Casa da Misericórdia.

⁸² CAETANO, J. de O., 2010, pp.200-204.

⁸³ Jan Provost (?), Painel central do tríptico *Virgem da Misericórdia* (tríptico), c. 1514, Lisboa, MNAA.

⁸⁴ BERTINI, G., 1989. V. *XVIIª Exposição...*, 1983, pp. 60 e 159. Agradecemos à Galleria Nazionali di Parma e ao Dr. Luigi Ficacci, Soprointendente per il patrimonio storico, artístico ed etnoantropologico di Parma e Piacenza as informações fornecidas. V. SCHIANCHI, M.L. (dir.), 1998, pp. 205-210.

⁸⁵ Não nos ocupamos dos retratos “italianos” de Beatriz, que incluem as medalhas em prata com o rosto, em perfil, da duquesa de Sabóia. LAMAS, A, 1916 e TRIGUEIROS, A.M., 2010.

⁸⁶ Obra cuja datação é problemática. TEYSSIER, P., 1982, p. 95.

⁸⁷ VICENTE, G., II, 1984, pp. 418-419. V. a leitura e integração desta farsa num universo cultural complexo, com raízes medievais em ALÇADA, J.N., 1999. V. ainda PALLA, M.J., 1996.

Apenas no contexto da sua partida para Sabóia após o casamento por “palavras de presente” em Lisboa, a infanta-duquesa tem um lugar central na tragicomédia vicentina *Cortes de Júpiter*, representada nos paços da Ribeira perante a corte em 1521, mas novamente o registo, convencional, é o do poeta, e D. Beatriz surge como “deusa de Tróia”, “divina jóia”, “estrela entre as estrelas”, “linda desposada”, [...] muy hermosa a maravilla”⁸⁸. Nem mesmo a poderosa e visual descrição de Garcia de Resende, o mais completo relato cronístico do casamento e partida da infanta para Sabóia, alguma vez alude à infanta sob o ponto de vista físico⁸⁹. A beleza de Isabel parece “ofuscar” a imagem de Beatriz, como sucede no *Auto das Fadas* ou, num registo diferente, quando Gaspar Correia descreve a chegada do rei D. Manuel com sua terceira mulher, Leonor de Áustria, em Novembro de 1518, ao paço de Almeirim. As infantas, acompanhadas pelo duque de Bragança e pelos condes de Portalegre, de Tarouca e de Vimioso, e de todas as suas damas, esperavam a rainha “ao pé da escada da sala velha, que saía ao terreiro”. A rainha, diz Gaspar Correia, “ficou pasmada da grande formosura da Infante D. Isabel”, abraçando ambas e com ambas entrou no paço, levando-as “abraçadas até sua câmara [...]”, onde se sentou e conversou com elas dando-lhes mostras de grande carinho⁹⁰. Só os retratos e descrições italianas de Beatriz sublinham a sua beleza física. Em Agosto de 1523, numa ocasião em que os duques se dirigiam de Genebra para Sabóia, a duquesa era descrita como uma “jovem princesa de belíssimo rosto e eloquência real[...]”⁹¹.

Em 1518 terminava, no paço real de Sintra, residência de tão grande predileção dos reis portugueses desde a Idade Média, e onde D. Manuel tão profundamente interveio⁹², a pintura da cúpula da Sala dos Brasões,

⁸⁸ VICENTE, G., *ibidem* pp. 202-203 e 220.

⁸⁹ RESENDE, G. de 1991a.

⁹⁰ CORREIA, G. 1992, p. 126. É sabido o papel importante que mais tarde, já viúva de D. Manuel, D. Leonor teve junto de Carlos V para a sua decisão matrimonial, louvando as virtudes e a beleza da infanta D. Isabel. BUESCU, A.I., 2008, p. 189. CHAUNU, P. e ESCAMILLA, M., 2000, p. 681.

⁹¹ Cit. por CLARETTA, G., 1863, p. 51.

⁹² SILVA, J.C.V. da, 2002, pp. 200-247.

“um dos ícones da política centralizadora manuelina”⁹³. Considerada a mais importante sala heráldica europeia, o seu tecto pintado ostenta os brasões de setenta e duas famílias nobres do reino, por ordem de importância; a cúpula oitavada fecha com as armas de D. Manuel, encimadas por um dragão alado, rodeadas pelos brasões dos oito filhos que o rei teve de D. Maria, seis representando a sua descendência masculina, e dois brasões em lisonja, representando as armas das suas duas filhas⁹⁴. Brasões em lisonja, partidos, pareciam aguardar o preenchimento da parte em branco através dos casamentos que lhes fossem destinados.

Sendo inegável a primazia dos filhos varões, a existência de filhas nas casas régias revelava-se um precioso instrumento no sempre complexo xadrez político e das alianças dinásticas. Em 1518, tinham Isabel quinze, e Beatriz catorze anos de idade, plenamente inseridas, pois, no que Bennassar chama o “mercado dos casamentos”, verdadeira “bolsa de valores e de trocas”⁹⁵. Mas muito antes, como também sucedeu com filhas e filhos de D. Manuel, esses laços eram procurados, feitos e desfeitos ao sabor de conjunturas e interesses vários, numa volatilidade que só a sua condição de “arma” e instrumento político e diplomático pode fazer entender.

Já em Setembro de 1505, tinha o príncipe herdeiro 3 anos de idade, Pedro de Gouveia escrevia a D. Manuel sobre a possibilidade de contratar o casamento de D. João em Castela⁹⁶, vindo mais tarde a estar praticamente concluído o seu enlace com a filha primogénita de Filipe o *Belo* e Joana a *Louca*, Leonor, que veio afinal a casar com D. Manuel. Por sua vez, o futuro Carlos V (n.1500), entre os dezoito meses de idade e os dezasseis anos e meio, chegou a estar prometido em casamento a três princesas francesas e a duas inglesas⁹⁷, vindo a casar com a infanta Isabel de Portugal. Houve, até, compromissos matrimoniais selados, como sucedeu com D.

⁹³ COSTA, J.P., 2005, p.97. A pintura do tecto da sala ocorreu entre 1515 e 1520, mas em função da análise dos elementos heráldicos, é seguro afirmar que a cúpula foi pintada entre a viuvez de D. Manuel e o seu último casamento. FREIRE, A.B., I, 1973, pp. 22-23. SILVA, J.C.V. da, 2002, pp. 233-236.

⁹⁴ Isto é, em losango. FREIRE, A.B., I, 1973, p. 33.

⁹⁵ BENASSAR, B., 2009, pp. 41-74.

⁹⁶ IAN/TT, CC, P. I, mc.5, doc. 38, de 18 de Setembro de 1505.

⁹⁷ CHAUNU, P. e ESCAMILLA, M., 2000, p. 677.

Catarina (n.1507) que devido à conjuntura que levou à eleição imperial do irmão, casou, aos doze anos de idade, com João Frederico, sobrinho do eleitor do Saxe, contrato que veio a ser depois considerado inválido por ter sido obtido sob coacção. Veio D. Catarina a casar, em 1524, com D. João III, já rei de Portugal⁹⁸.

No caso particular das infantas Isabel e Beatriz, já pelo menos desde 1512 que os seus destinos se gizavam no palco matrimonial. Nesse ano, João Mendes de Vasconcelos escrevia ao rei relatando a conversa havida com Pedro Núñez de Guzmán sobre o casamento do infante D. Fernando (n.1503), com uma das filhas do rei português⁹⁹, hipótese que não teve sequência. Mas em 1516 surgiu uma proposta concreta, proveniente da Sabóia, em que Carlos II (1486-1553), que sucedeu a seu irmão Filiberto em 1504, pretendeu estabelecer uma aliança com o rei de Portugal através do seu casamento com a infanta D. Beatriz. Ascendera Carlos *o Bom* ao trono de Sabóia numa difícil conjuntura em que a ameaça francesa e o depauperamento financeiro tornavam frágil a situação do duque; e a sua decisão em procurar casamento com uma filha de D. Manuel tem de ser vista neste contexto preciso¹⁰⁰.

O ducado de Sabóia-Piemonte, constituído por um importante conjunto de territórios fronteiriços entre a França, a Suíça e a Itália, tinha uma população que rondava um milhão de habitantes, e uma condição geo-política simultaneamente privilegiada e frágil. No século xv, as relações com a França, seladas por sucessivas alianças matrimoniais, eram muito estreitas. Francisco I, que subiu ao trono francês em 1515, era filho do duque de Angoulême e de uma filha do duque de Sabóia, Luísa. Desta forma, na segunda metade do século a influência francesa tornou-se preponderante, o que ajuda a explicar que o rei Carlos VIII (†1498), dando início em 1494 às campanhas de

⁹⁸ BUESCU, A.I., 2007, pp. 105-106. Outros exemplos coevos em BARKER, R., s/d, pp.4-5. Agradecemos a Alexandre Monteiro o acesso à versão do texto corrigido pelo Autor. Luís (1523-36), então herdeiro dos duques de Sabóia, esteve prometido a Margarida de Valois com 3 anos de idade. BA, cod. 50-IV-12, fol. 12v.

⁹⁹ IAN/TT, CC, P. I, mç.11, doc. 114, de 1 de Novembro de 1512.

¹⁰⁰ “Em cujas núpcias esperava o Duque encontrar meios para melhorar a sua própria sorte [...]”. CLARETTA, G, 1863, p. 23. Já em 1519, o duque assinava uma declaração para o seu embaixador Honorato de Caix, afirmando pretender obter como dote do casamento a quantia de 300 000 ducados e 100 000 em jóias. *Ibidem*, p. 26, com a transcrição da declaração do duque.

conquista em Itália, não tenha tido dificuldade em obter autorização de passagem para as suas tropas. Assim teve origem um longo conflito armado ao longo de toda a primeira metade do século XVI entre as grandes potências de então, a França e a Espanha. O palco, esse, era italiano¹⁰¹.

Antes de se voltar para Portugal, houve outros possíveis casamentos para Carlos II, sempre na órbita francesa. Em 1513, o marechal de França aconselhava Carlos II a casar, para não “deixar extinguir-se a vossa linhagem”¹⁰². Mas desejando, porventura, aliviar essa pressão, na altura em que, após a morte de Fernando o Católico em 1516, se tornou claro que o duque de Borgonha, e neto do imperador Maximiliano, Carlos (n.1500) cingiria também as coroas de Castela e Aragão, Carlos II de Sabóia, então com 30 anos de idade, pensou em alternativas. A “triagem” das possibilidades era simultaneamente política e conjuntural; era necessário analisar o “mercado das princesas”. E, no longínquo e pacificado Portugal, reinava um enriquecido e poderoso rei que chegara à Índia, com uma casa cheia de filhos, entre os quais duas raparigas. Sendo certo que o rei de Portugal destinaria a filha mais velha a um casamento real, como veio a acontecer, a figura que se perfilou como hipótese foi a de Beatriz, a mais nova.

A embaixada com essa finalidade foi enviada pelo duque de Sabóia ainda em 1516, foi recebida por D. Manuel¹⁰³. Mas o monarca, alegando, entre outras razões, a idade da infanta, não deu seguimento a esse pedido, pelo que os embaixadores regressaram a Sabóia “sem tomarem conclusão nenhuma”. Sabendo nós que era prática comum, na aristocracia e na realeza, os casamentos ocorrerem em idade precoce¹⁰⁴, a negativa de D. Manuel em

¹⁰¹ RICE, E.F. e GRAFTON, A., 1994, pp. 110-145. JACQUART, J., 1994. *La France...*, 2001, pp. 1069-1070. SALMANN, J.- M., 2003, pp. 211-260. *História da Europa*, 2009, pp.77-107.

¹⁰² FORNASERI, G., 1957, p. 11. Agradecemos a Maria Luísa Cabral o acesso integral a este livro.

¹⁰³ Em Lisboa, como afirma RESENDE, G. de, 1991a, p. 319. O rei permaneceu em Almeirim com a corte, entre Janeiro e Maio. De Junho a Dezembro esteve em Lisboa, com a pontual saída de Verão para Sintra, em Agosto. COSTA, J.P.O. e, 2005, p. 268. Mas no cod. quinhen-tista da BA, 50-V-21, fols. 201-204v, fala-se na recepção no paço de Almeirim e na oração do embaixador perante o rei.

¹⁰⁴ “[...] o casamento de adolescentes de doze a quinze anos foi de uso corrente nas casas reais e ducais. Constitui um dos modos matrimoniais mais comuns, sobretudo no século XVI”. BENASSAR, B., 2009, p. 140. A idade dominante do casamento de infantas e princesas entre os séculos XV e XVII situava-se contudo entre os 16 e os 19 anos. *Ibidem*, Quadro 5, p. 274.

casar a filha, então com doze anos, deixa entrever que, para lá do cálculo político, outras razões haveria para essa posição. E é aqui que entram a figura e a voz da rainha D. Maria. No seu testamento, redigido em Julho de 1516, a rainha recomendava a D. Manuel, quase exigia, que casasse as filhas fora do reino, mas com reis ou filhos de reis legítimos; “e quando isto não possa ser” – acrescentava D. Maria de forma liminar – “que as meta em freiras ainda que elas não queiram”¹⁰⁵. No que respeitava à proposta saboiana era clara a oposição de D. Maria a um enlace que, embora com sentido estratégico, era visto como um casamento relativamente modesto, para a filha de um rei que de si queria dar imagem do mais poderoso da Cristandade¹⁰⁶, e de uma rainha orgulhosa filha dos Reis Católicos. D. Maria mostrou decerto essa sua posição a D. Manuel, condicionando a decisão régia.

Plenamente inseridas no “mercado matrimonial”, outras hipóteses se perfilaram para Isabel e, sobretudo, Beatriz, pois que para a mais velha já de há muito D. Manuel tinha uma ideia formada, como veremos. No final de 1519, proveniente da Baviera, a duquesa Cunegundes, viúva de Alberto IV († 1508), enviava missivas a D. Manuel, à rainha D. Leonor e a D. Leonor, a *rainha velha*, propondo o casamento do seu filho primogénito, que veio a ser o duque Guilherme IV († 1550)¹⁰⁷ com uma das filhas em idade núbil – “*nubilis etatis*” – do rei D. Manuel¹⁰⁸. Também neste caso o monarca não deu seguimento à proposta. Aliás, no seu testamento, lavrado a 7 de Abril de 1517, menos de um mês após a morte de D. Maria, D. Manuel recomendava ao seu herdeiro que protegesse e amparasse as infantas, procurando honrá-las com casamentos próprios do seu estado e condição.

É interessante notar como, neste ponto, transparecem no testamento do rei as preocupações que a falecida rainha D. Maria deixara bem expressas nas suas últimas vontades: casar as filhas fora do reino – embora aqui o monarca não falasse em reis ou filhos legítimos de reis, como fizera D. Maria – e, no caso de tal não ser possível, “encomendamos a elas que antes queiram servir a Nosso Senhor que os tais casamentos aceitar”. Embora não

¹⁰⁵ *As Gavetas da Torre do Tombo*, vol. VI, 1967, XVI, 2- 1, de 26 de Julho de 1516, pp. 108-109.

¹⁰⁶ *História de Portugal*, 3, 1993 (texto de MAGALHÃES, J. R., p. 529), FREIRE, A. B., 1944, p. 137.

¹⁰⁷ LOUDA J. e MACLAGAN, M., 1984, pp. 189-192.

¹⁰⁸ *As Gavetas da Torre do Tombo*, vol. II, 1962, gav. X, 5-38 e 5-39, pp. 607-610.

o dissesse, era certo que, na mente e na vontade do rei, o destino da filha mais velha estava traçado, mas não o de Beatriz, para a qual, aparentemente, o “episódio saboiano” parecia encerrado com a diplomática recusa de 1516, bem como a proposta bávara de 1519, à qual o rei não deu seguimento.

Quanto a D. Isabel, já desde pelo menos 1516 era indiscutível o desejo de D. Manuel e de D. Maria em casar a filha mais velha com o futuro Carlos V. Ainda em vida da rainha D. Maria, as intensas movimentações diplomáticas de D. Manuel após a morte de Fernando o Católico (†1516) envolviam negociações com vista a um duplo casamento, o de seu filho e herdeiro com Leonor de Áustria, e o da filha Isabel com Carlos de Gand; e se no que respeita ao primeiro enlace o monarca viúvo, num “golpe de teatro”, casou em 1518 com a noiva que destinara para o filho, em 1526 a infanta D. Isabel casava com Carlos V, tornando-se rainha de Espanha e imperatriz da Alemanha. O codicilo ao testamento de 1517, datado de 11 de Dezembro de 1521, dois dias antes da morte do rei, deixava como encargo explícito ao seu sucessor “o cuidado de se acabar o casamento da infanta D. Isabel sua irmã com o imperador, no qual ele sabe quanto tenho até aqui trabalhado e quanto o desejo”¹⁰⁹. D. João III cumpriu o desejo do pai, naquela que foi uma das “coroas de glória” dos seus primeiros anos de reinado, e também um profundo golpe nas finanças do reino em virtude do elevadíssimo dote de D. Isabel¹¹⁰.

E a vontade das infantas? É inverosímil pensar que não tivessem opinião própria sobre o seu destino como mulheres e como filhas de rei. Sobretudo após a morte da mãe e à medida que cresciam, a intimidade entre ambas passava também por sonhos e cogitações sobre os seus possíveis matrimónios. A partir de certo momento torna-se claro que, para além dos pais, também para a própria infanta D. Isabel se tratava de “Ó César, ó nada”¹¹¹, desejo que pode ter-se tornado mais forte quando, depois, conviveu e desenvolveu uma relação de afecto com a madrastra, D. Leonor, irmã de Carlos V. Quanto a D. Beatriz, há indícios de que a infanta, escudada

¹⁰⁹ *As Gavetas da Torre do Tombo*, vol. VI, XVI, 2-2, p. 134.

¹¹⁰ BUESCU, A.I., 2008, pp. 188-191.

¹¹¹ SILVA, J.R.E., 2010, pp. 163-171.

naquela que fora a opinião materna, terá mostrado resistência à decisão do pai, não sabemos se já em 1516, quando o rei acabou por recusar a “investida” dos embaixadores da Sabóia, era a infanta muito jovem, mas quando essa possibilidade se perfilou de novo, sem afinal nunca ter sido abandonada pelo duque, no ano de 1520¹¹².

Neste ano, estando a corte em Évora, os condes de Tentúgal e do Vimioso recebiam, em Lisboa, nova embaixada enviada de Sabóia para retomar as negociações do matrimónio do duque de Sabóia com D. Beatriz, agora com dezasseis anos de idade. A embaixada, constituída pelos senhores de Broissy e de Chatel, secretário, munidos de instruções do duque datadas de 18 de Fevereiro, foi desta vez bem sucedida¹¹³. Sublinhe-se que a situação política mudara, na perspectiva de ambas as partes: agora, D. Manuel, pelo seu casamento com Leonor de Áustria, era cunhado do imperador Carlos V, a quem prestara decisivo auxílio financeiro na guerra das *Comunidades*¹¹⁴, o que não podia deixar de ser uma situação conveniente a Carlos II, que aspirava a uma (impossível) neutralidade entre Francisco I e Carlos V; e para Portugal, tal aliança significava uma expansão dos interesses portugueses no “coração” da Europa¹¹⁵.

Em Outubro de 1520, todos os filhos de D. Manuel recebiam a mercê do padrão de 449 016 reais por ano, dos 8 contos da fazenda que ficara por falecimento da rainha D. Maria¹¹⁶. Talvez esta iniciativa do rei se articulasse, já, com a decisão tomada em relação a D. Beatriz, que não estaria sozinha na sua convicção de que casava abaixo do seu estado. Ao ocupar-se na *Crónica* de D. Manuel do casamento da infanta, Damião de Góis “anexa” um capítulo em que trata da antiguidade, prestígio e linhagem da casa de Sabóia, onde também o primeiro rei de Portugal casou. A razão fundamental

¹¹² *Ditos Portugueses...*, 1997, nº 669, p. 240.

¹¹³ CLARETTA, G., 1863, p. 26. RESENDE, G. de, 1991a, p. 319.

¹¹⁴ PÉREZ, J., 2001. Abundante documentação no IAN/TT sobre o tema. V. carta de Maffeo Rugel para o secretário António Carneiro, sobre a “grande obra” do empréstimo de D. Manuel a D. Carlos, CC. I. mç. 26, doc. 83, de 26 de Outubro de 1520, e carta (cópia) de D. Manuel ao condestável de Castela a estender por mais um ano o pagamento do empréstimo. CC, I, mç. 27, doc. 41, de 19 de Agosto de 1521.

¹¹⁵ COSTA, J.P.O. e, 2005, pp.251-253.

¹¹⁶ IAN/TT, CDM, liv. 36, fol. 85, 452-458.

desse capítulo é clara: “no tempo em que se fez este casamento da Infante dona Beatriz com dom Carlos Duque de Saboia, & ainda neste presente há [i] muitas pessoas que dizem que o Duque nem em geração, nem em estado tinha qualidades, porque lhe houvesse el Rei D. Emanuel de dar sua filha por mulher, posto que fosse filha segunda [...]”¹¹⁷. Tal não impediu que D. Beatriz viesse a ser uma duquesa dedicada ao marido e adjuvante zelosa, activa e inteligente da sua governação nas situações difíceis, mesmo dramáticas, pelas quais passou o ducado enquanto viveu¹¹⁸.

Em Fevereiro de 1521, o monarca recebia no paço da Ribeira os embaixadores e procuradores do duque de Sabóia para concretizar o casamento de Carlos II com a infanta, entre os quais Claudio, senhor de Blaison, camareiro-mor do duque Carlos II, o barão de S. Germain e o doutor em leis Goffredo Pasero¹¹⁹. Agora, em 1521, tudo se iria consumir de modo muito rápido. A 18 de Março, o monarca encarregou Álvaro da Costa, seu camareiro e armador-mor, e Diogo Pacheco, doutor em leis e desembargador da Relação, de assentarem os termos do contrato de casamento com os embaixadores de Sabóia, portadores das instruções do duque. A 26 de Março, concluía-se e eram assinadas as capitulações do enlace¹²⁰, de que se congratulava o rei em carta ao duque a 3 de Abril¹²¹, e de imediato se iniciaram os preparativos para a partida da infanta, prevista para ter lugar no início do mês de Agosto.

A 7 de Abril, realizaram-se os esponsais. Nesse dia o príncipe D. João, acompanhado do infante D. Luís e de muitos nobres, foram ao encontro dos embaixadores, desta vez instalados nas casas de D. Simão de Meneses¹²² e não no paço real dos Estaus, o mais imponente edifício público de Lisboa antes da construção do Hospital Real de Todos os Santos, e onde normal-

¹¹⁷ GÓIS, D. de, IV, 1955, cap. 71.

¹¹⁸ Análise por CLARETTA, G., com base no epistolário da duquesa. V. tb FORNASERI, G, 1957.

¹¹⁹ CLARETTA, G, 1863, pp. 30-31, nomes grafados de forma diversa em FORNASERI, G., 1957, p.11.

¹²⁰ Contrato de casamento nas *PHGCRP*, 1948, pp. 18-27. Versão latina publicada por CLARETTA, G., 1863, doc. 5, pp. 140-152. Cópia ms. da versão latina na BPDVV, *Miscelânea* nº XXXIX, fols. 39-44.

¹²¹ CLARETTA G., pp. 152-153.

¹²² BPDVV, *Miscelânea*, cit., fol. 44v.

mente ficavam alojados embaixadores e outros visitantes ilustres¹²³. Vinham a caminho acompanhados pelo marquês de Vila Real, pelo arcebispo de Lisboa e restante comitiva. O encontro deu-se junto da Sé, dirigindo-se então para o paço da Ribeira onde, na “sala grande dos paços, a qual estava toda armada de muito rica tapeçaria”¹²⁴ tiveram lugar as cerimónias dos desposórios. Os reis D. Manuel e D. Leonor encontravam-se num grande e alto estrado alcatifado, com um dossel dourado e as cadeiras cobertas com um pano de ouro; por sua vez, os infantes Fernando, Afonso, Henrique e Duarte e as infantas Isabel e Beatriz, estavam todos no estrado, sentados em almofadas de brocado; de um lado e de outro da sala sentavam-se por sua vez as damas em alcatifas, e com elas muitos senhores e fidalgos. Uma grande quantidade de castiçais de prata de grandes dimensões com tochas iluminava a sala.

Foi neste cenário solene que teve lugar, ao cair da noite, o casamento da infanta D. Beatriz por palavras de presente, “com o Duque Carlos de Sabóia por meio de seus Procuradores, que para isso trouxeram suas suficientes e bastantes procações”¹²⁵. O acto nupcial foi oficiado pelo arcebispo de Lisboa, D. Martinho da Costa. Terminadas as cerimónias e o tradicional beija-mão, teve lugar um luzido serão que se prolongou noite dentro, em que o rei tomou a nova duquesa para uma primeira dança, abrindo o baile; depois, todos os presentes se entregaram aos prazeres da dança¹²⁶. Em Junho, Carlos II recebia um breve de Leão X e a rosa de ouro, só atribuída pelo pontífice em ocasiões de particular importância¹²⁷. Em Julho, era publicado em Milão um *Epithalamium* celebrando a aliança entre a Sabóia e Portugal, de que foi produzida uma cópia especial em velino, destinada ao rei de Portugal¹²⁸.

¹²³ MARQUES, A.H. de O., 2004, p. 102. Mais tarde, nele veio a a funcionar o Tribunal do Santo Ofício.

¹²⁴ BNP, cod. 886, p. 22. V. BPDVV, *Misc.* XXXIX, fols. 39-4

¹²⁵ BNP, cod. 886, p.23.

¹²⁶ RESENDE, G. de, 1991a, pp. 319-322. Utilizamos também a descrição dos embaixadores de Sabóia em carta datada de 10 de Abril. V. CLARETTA, G., 1863, pp.32-33.

¹²⁷ CLARETTA, G., 1863, pp. 33-34.

¹²⁸ BÜHLER, C.F., 1973. Existe exemplar desta rara edição na Biblioteca do Paço Ducal de Vila Viçosa, que pensamos ser única em Portugal. Agradecemos à Fundação da Casa de

Poucos dias depois deste momento de festa, a 16 de Abril¹²⁹, morria em Lisboa o infante D. Carlos (n.1520), primeiro filho de D. Manuel e da rainha D. Leonor, que a 8 de Junho dava à luz, no paço da Ribeira, o último dos filhos de D. Manuel, a infanta D. Maria. Foi a infanta baptizada nove dias depois pelo arcebispo de Lisboa. Foram padrinhos os dois embaixadores do duque de Sabóia e madrinhas as infantas D. Isabel e D. Beatriz¹³⁰; houve trombetas e charamelas, mas as celebrações foram discretas, em virtude dos recentes falecimentos do infante e de D. Isabel, duquesa de Bragança.

Iniciados logo após a conclusão das capitulações matrimoniais, em fins de Março, os preparativos para a partida da agora duquesa de Sabóia prosseguiram, ordenando D. Manuel, a quem cabiam as despesas da viagem, uma imponente armada de dezoito velas, “todas muito bem equipadas, concertadas e artilhadas, afora a nau dos embaixadores que era grande, formosa, e bem artilhada”¹³¹. Seguiam também dois mil homens “com muita artilharia”¹³². A nada se poupou o monarca para prover a faustosa partida da primeira filha que casava, momento também privilegiado “para que pelas terras que passasse vissem sua muita grandeza e poder”¹³³.

E precisamente por isso, mas também porque a viagem se fazia ao largo de cenários de risco e de guerra – o Norte de África muçulmano, o corso, a guerra das *Comunidades* em Castela, a permanente hostilidade entre Espanha e França¹³⁴ – escolheu D. Manuel para nau capitânea a imponente nau Santa Catarina do Monte Sinai, “muito forte, muito formosa, muito veleira, e mui segura no mar”¹³⁵, construída c. 1512 nos estaleiros de Cochim, na Índia, sob a direcção do italiano Silvestre Corgo, mas apenas

Bragança, e ao Dr. João Ruas, Director da Biblioteca, o acesso a esta obra e todas as facilidades concedidas. Também CLARETTA, G., 1863, se lhe refere com pormenor, pp. 40-44.

¹²⁹ *Relações...*, 1937, p. 204. Dia 15, segundo outras fontes.

¹³⁰ BNP, cod. 886, p. 25.

¹³¹ GÓIS, D. de, V, 1955, cap. 70. BARKER, R., s/d, p. 5, contabiliza entre 18 e 25 navios no total. No cod. 7638 da BNP, fol. 95, enumeram-se, para além da nau capitânea, 1 nau onde seguiu o arcebispo de Lisboa, outras 11 naus, 3 galeões, 12 caravelas, 4 galeões de menor tonelagem e 2 bergantins, num total de 34 navios. V. ainda BA, 50-V-21, fol. 237v.

¹³² BNP, cod. 7638, fol. 95.

¹³³ CORREIA, G. 1992, p. 144.

¹³⁴ BARKER, R., s/d, p. 2.

¹³⁵ RESENDE. G. de, 1991 a, p. 329.

lançada ao mar em 1517¹³⁶. Com 38 metros de comprimento e 13 metros de boca, armada de mais de cem peças de artilharia, era um dos maiores e mais poderosos navios da época¹³⁷. Este extraordinário navio é provavelmente o que surge numa tela considerada como uma das mais importantes representações de um navio de guerra antes do século XVII, mas cuja história é obscura¹³⁸. Em todo o caso, a armada enviada por D. Manuel era composta por navios portugueses e saboianos e, embora se desconheça não só o autor da tela como o seu encomendante, há a hipótese de ter sido pintado para, ou a pedido da própria duquesa D. Beatriz¹³⁹.

O dote de D. Beatriz, que recebera entretanto a legítima da mãe, aludida no contrato matrimonial¹⁴⁰, ascendia à avultada quantia de 150 000 cruzados, que incluía um enxoval de 50 000 cruzados em jóias, pratas de serviço de mesa, câmara, capela e guarda-roupa, tapeçarias, paramentos, relicários e livros de devoção, um deles ostentando a divisa da rainha D. Maria¹⁴¹. D. Beatriz levava jóias sumptuosas, algumas as que lhe foram deixadas pela mãe em testamento, divididas com o herdeiro João e a irmã Isabel. A primeira peça referida¹⁴² é descrita como “duas fontes de prata douradas todas lavradas [...] com seus esmaltes de armas de Portugal e Sabóia”. Várias peças ostentavam também as armas de Portugal e Castela. Reflectindo uma tendência “escultórica” na joalheria da época, várias das peças ostentavam figuras, como guerreiros ou animais, sabendo-se que algumas delas foram executadas na Índia¹⁴³. Também aqui a figura do elefante não faltava numa naveta de prata dourada, com uma cabeça de serpente na proa e um

¹³⁶ IAN/TT, CC, I, mç.21, doc. 3, carta de António Real ao rei, de 3 de Janeiro de 1517.

¹³⁷ Continuará ao serviço da carreira da Índia, voltando ao Oriente com o novo vice-rei, Vasco da Gama, em 1524. VITERBO, F. de S., 1892, pp. 137 e 140.

¹³⁸ *Portuguese carracks off a rocky coast*, óleo sobre tela, c. 1540, National Maritime Museum, Greenwich, Londres, Caird Collection. Atribuído a vários pintores, entre os quais o pintor régio Gregório Lopes, continua a suscitar especulações várias e contraditórias aos especialistas. BARKER, R., s/d., p. 10.

¹³⁹ BARKER, R., s/d, p. 2, p. 10 e p.23, nota 25.

¹⁴⁰ *Provas...*, p. 22. CLARETTA, G., 1863, doc. V, p. 145. BPDVV, Misc. XXXIX, fol. 41v.

¹⁴¹ CLARETTA, G, 1863, p. 47. V. enumeração e respectivo valor no contrato (cópia) do casamento, BPDVV, *Misc. cit.*, fols. 41-41v.

¹⁴² Inventário publicado integralmente nas *Provas...*1948, pp. 27-81.

¹⁴³ SILVA, N. V. e, 1995, p.103.

elefante na popa. Entre tantas outras peças, que não podemos enumerar mas faziam parte do dote habitual de uma princesa do seu tempo, D. Beatriz levava um tabuleiro de “xadrez de cristal guarnecido de prata dourada”¹⁴⁴.

Com D. Beatriz viajavam, na Santa Catarina do Monte Sinai, D. Martinho de Castelo Branco, conde de Vila Nova de Portimão, capitão-mor e governador de toda a frota, a quem D. Manuel entregou a filha, acompanhado de muitos criados e parentes, filhos, genros e netos, na segunda nau da armada seguia o arcebispo de Lisboa, D. Martinho da Costa, que viria a falecer no torna-viagem, em Gibraltar¹⁴⁵. Além da comitiva, D. Beatriz levava uma grande casa, com oficiais próprios, com destaque para o mordomo-mor, João Lopes de Sequeira, e o bispo de Targa como capelão-mor, moços de capela, guardas-damas, porteiros de maça, moços de estribeira, reposteiros, cozinheiros e homens de ofício, seis charamelas, três violas de arco, uma cítara, oito trombetas e seis tambores. No que respeita ao elemento feminino, entre as damas que a acompanhavam encontrava-se D. Leonor da Silva, que ia como camareira-mor, D. Mécia, filha de D. Dinis, irmão do duque de Bragança, D. Maria de Noronha, Inês de Melo, Francisca de Lacerda, e várias outras, além da sua ama Inês Gonçalves e sua filha Francisca, moças de câmara e guarda-roupa¹⁴⁶. Muita gente, que era também preciso alimentar, e por isso seguiam também muitas provisões, que iam do pão às aves e à caça, incluindo 10 arrobas de açúcar que o rei mandou entregar, a 20 de Julho, a Martinho Vaz, guarda-reposte da duquesa¹⁴⁷.

Tudo estava finalmente a postos para uma partida que o rei desejava se efectuassem a 25 de Julho, dia de Santiago. Mas a jovem duquesa adoeceu de febres, de que só se restabeleceu cerca de 2 semanas mais tarde. Domingo, dia 4 de Agosto, saíram do paço da Ribeira, pelas quatro horas da tarde, o rei D. Manuel, a rainha D. Leonor, o príncipe D. João, os infantes e infantas,

¹⁴⁴ D. Manuel possuía um tabuleiro de xadrez cujas peças eram “elefantes e cavalos e homens”. “Inventário...”, 1904, p.413.

¹⁴⁵ D. Diogo de Sousa, arcebispo de Braga, fora convidado pelo rei a acompanhar a infanta - BA, cod. 54-XIII-6, n° 73, carta datada de Évora, de 7 de Dezembro de 1520 – mas essa distinção acabou por caber ao arcebispo de Lisboa.

¹⁴⁶ Sobre a composição da casa da infanta, v. GÓIS D. de, *op.cit.*, RESENDE, G. de, 1991 a, pp. 323-325, SÃO PAYO, C. de, 1930. NEVES, J.C., 1959.

¹⁴⁷ IAN/TT, CC, I, mç. 27, doc. 36.

vestidos de gala, o rei à flamenga, o príncipe D. João à portuguesa, outros à saboiana. A duquesa-infanta seguia numa liteira com a rainha D. Leonor, a infanta D. Isabel numa mula, com guarnição e andilhas de chaparia de ouro. Garcia de Resende descreve de forma minuciosa e visual esta jornada que levou a família real e corte pela cidade, cheia de povo, da Tanoaria à Rua Nova, “que estava mui formosa cousa, toda armada de mui rica tapeçaria” e daí até à Sé, onde fizeram as suas orações. Encaminharam-se em seguida para as casas da *rainha velha* D. Leonor, de quem a infanta D. Beatriz se despediu. Depois, pela Ribeira, a comitiva régia regressou ao paço onde, na grande sala ornada de ricas tapeçarias de ouro, dossel, alcatifas, cadeiras e almofadas de brocado, teve lugar um serão com música e dança.

Terminava o baile, já alta a noite; agora, pela mão de Gil Vicente, a Providência, “em figura de Princesa, com esfera e ceptro na mão”, enviada por Deus a Júpiter, urgia com este nobre rei, senhor dos elementos, a que fizesse “cortes com solenidade”: nelas devia ordenar que ventos, sol, lua e mares fossem propícios à viagem que havia de levar a “alta infante portuguesa, /duquesa pera Sabóia”. Convocado foi também Marte, deus da guerra, que assegurava perante o rei dos deuses a tranquilidade da viagem.

Num outro plano, inserindo-se num imaginário marinho, descrevia depois Gil Vicente o cortejo em que cónegos da Sé e vereadores da Câmara, estudantes e bacharéis, frades e ouvidores, juízes e regateiras, enfim, simbolicamente todo o reino, se transformariam num séquito de homens-peixes para acompanhar a partida da duquesa. Numa encenação carregada de referências mitológicas e astrológicas, talvez sublinhadas por algumas das tapeçarias que cobriam as paredes do grande aposento¹⁴⁸ não faltava o “toque” burlesco e satírico que não atingia, no entanto, as personagens de sangue real: os infantes acompanhavam a duquesa, mas em natural majestade, e o príncipe herdeiro seria conduzido por cavalos-marinhos, num andor de ouro; a sua aparência era a de “um Alexandre Segundo”¹⁴⁹. Tal como várias outras criações do seu autor, além da

¹⁴⁸ RODRIGUES, M.I.R., 2004, pp. 40-42.

¹⁴⁹ TEYSSIER, P., 1982, p. 138.

construção alegórica, a tragicomédia *Cortes de Júpiter* evidenciava a plena integração da música na dramaturgia vicentina; quase no desfecho da peça, o “Romance”¹⁵⁰ “Niña era la infanta”¹⁵¹ foi cantado “por planetas e sinos [sic] a quatro vozes”¹⁵².

O aparato dos festejos que se seguiram até à partida da frota foi extraordinário. No dia seguinte ao serão no paço, 2ª feira, dia 5 de Agosto, toda a família real, “com grandíssimo estado”, acompanhada pelo duque de Bragança e a mais alta nobreza do reino, embaixadores, oficiais e toda a casa da infanta e de muitos músicos e instrumentos, atravessando a sala grande, situada no piso de cima do paço, desceram pela grande varanda e vieram ter a um cais¹⁵³, “que estava dentro de água, tudo armado de mui rica tapeçaria, e o cais alcatifado”. Embarcaram num grande batel ornado de bandeiras e estandartes de damasco carmesim e branco, as cores heráldicas do rei. Em redor deste batel, e seguindo-o, todas as outras naus, galés, galeões e caravelas que compunham a armada ornamentados cada um com suas cores, soando a música das charamelas, trombetas e tambores; muitos outros navios, caravelas e batéis da cidade de Lisboa, embandeirados e enramados, seguiam também a nau onde se deslocava a família real. O povo de Lisboa apinhava-se nas janelas, a pé e a cavalo na Ribeira para assistir à partida da infanta-duquesa, que grossa artilharia assinalava, atrojando os ares.

A nau Santa Catarina do Monte Sinai, ostentando bandeiras e velas de pano branco com as cruces de Cristo, recebeu a comitiva através de uma grande ponte feita sobre barcas, armada de tapeçaria, onde todos cearam e estiveram até à noite. Retiraram-se então os reis e o príncipe D. João, que regressaram ao paço; a infanta D. Isabel, os infantes, o conde de Vila Nova, os embaixadores e demais comitiva que seguiria em breve com D. Beatriz dormiram a bordo da nau, que é descrita quer no seu aparato exterior, quer

¹⁵⁰ Um dos géneros poético-musicais mais difundidos na Península Ibérica desde finais da Idade Média.

¹⁵¹ BNP, *Cancioneiro Musical*, s/d (século XVI). Reprodução parcial em *Tesouros*, 1992, p.270.

¹⁵² VICENTE, G., 1984, pp. 220-221. FERREIRA, M.P., 2008, pp. 60-62. V. ainda PESTANA, S., 1965 e RODRIGUES, M.I.R., 2004.

¹⁵³ Cfr. SENOS N., 2002, pp. 62-63 e pp.92-93.

nos seus luxuosos interiores, aposentos, câmaras – as da infanta “pintadas de ouro e forradas de brocados”¹⁵⁴ – escadas, despensas, cozinhas e ornamentos. A organização espacial dos aposentos destinados à infanta e suas damas e serviçais, descrita por Resende, recorda irresistivelmente os aposentos do paço da Ribeira: no andar de cima, as salas e câmaras da infanta, ornamentadas de tapeçarias de ouro, almofadas de brocado, veludos e alcatifas, e debaixo, com acesso através de escada, “o [apartamento] das suas damas e mulheres, mais guardado que um encerrado mosteiro”¹⁵⁵. No dia seguinte teve lugar um serão a bordo da nau, com a presença dos reis, infantes e membros da corte e séquito da infanta.

A partida aproximava-se; o dia seguinte, quarta-feira, 7 de Agosto, foi, segundo o cronista, um dia de lágrimas e saudade, em que as despedidas se faziam já definitivas. No dia 8, pela manhã, a nau Santa Catarina do Monte Sinai largou, e com ela todas as embarcações que compunham a armada que seguia para Nice, seguidas de uma multidão de barcos que da cidade queriam acompanhar a saída da infanta. Com D. Beatriz seguia o príncipe D. João e os infantes. Frente a Belém, deitaram âncora, sendo saudados por muita artilharia e música. No “baluarte grande, que está medido no mar”¹⁵⁶ os reis e a infanta D. Isabel, sós, assistiam, “com muito grande saudade, muitos suspiros e lágrimas” à chegada da nau a Belém. O rei D. Manuel quis ver a infanta pela última vez; a rainha D. Leonor e a infanta D. Isabel quiseram acompanhá-lo; mas estando o mar “um pouco alevantado”, apenas o rei, levado por um galeão, entrou na nau, onde também estavam o príncipe e os infantes. Foi talvez nesta ocasião que D. Manuel entregou a D. Beatriz umas instruções, datadas de 17 de Março, em que o rei dava à jovem duquesa conselhos a observar na sua vida pública e privada, e até de natureza política, exortando-a a ajudar a estabelecer a concórdia entre Carlos V e Francisco I¹⁵⁷.

¹⁵⁴ BNP, cod. 7638, n° 50, fol. 94v.

¹⁵⁵ RESENDE, G. de, 1991 a, p. 330.

¹⁵⁶ GÓIS, D. de, IV, 1955, cap. 81; SENOS, 2002, p. 62 e pp. 92-94.

¹⁵⁷ VITERBO, F. de S., 1908, p. 11. Também CLARETTA, G., 1863 se refere a este documento de existente na Torre do Tombo. Em 1856, o visconde d’Alte, ministro português junto do rei Vitor Emanuel, fotografou o original português existente no Arquivo de Turim, fazendo várias cópias. Foi mais tarde publicado por Aníbal Fernandes Thomaz. Na BA existe uma cópia

A despedida foi naturalmente emotiva: “el Rei nosso Senhor entrou, e foi ver a Senhora Infante sua filha, e esteve com ela um bom espaço só em sua câmara falando ambos, e acabado lhe deitou sua bênção, e com muita saudade, e grandíssimo amor se despediu dela, e assim o Príncipe nosso Senhor, e os senhores Infantes seus irmãos que com ela estavam todos, e se vieram à galé, e a senhora Infante Duquesa chegou a uma janela da nau da câmara onde estava, e desde aí viu a Rainha, a Infante sua irmã, e com muitas lágrimas, e soluços, e grandíssima saudade se despediu dela, e acabado, el Rei nosso Senhor com todos se veio para a Cidade, onde chegaram bem tarde”.

Sexta-feira de manhã a nau que levava a infanta e todas as outras que a acompanhavam deram à vela, passando “pela torre e fortaleza de Restelo”, que para assinalar a partida fez soar a artilharia. O tempo não permitiu contudo a partida, por falta de vento favorável¹⁵⁸. No sábado pela manhã, dia de S. Lourenço, dez de Agosto de 1521, a armada levantava finalmente âncora. A viagem durou quarenta e nove dias, passando a frota pelas praças portuguesas de Tânger e Ceuta, onde foi saudada por caravelas e artilharia, e fez paragens em Málaga, Alicante – cidade *comunera* quase totalmente em ruínas, devido ao ataque pelas forças de Carlos V – e Marselha onde, em terra, membros da comitiva se depararam com calorosa recepção¹⁵⁹. A frota chegou finalmente a Villefranche. Gaspar Correia refere a entrada da armada no porto e o primeiro encontro entre a duquesa e o duque, que terá ocorrido a bordo da nau capitânea¹⁶⁰. D. Beatriz e o seu séquito desembarcaram a 3 de Outubro, já à noite causando, com o riquíssimo séquito que a seguia, profunda impressão pela riqueza feérica que ostentava. A duquesa seguia numa liteira de veludo e arminho, transportada por quatro fidalgos portugueses. Saudados pelo povo que, ao longo do

fotográfica de 1856, BA, cod. 51-VIII-1. Agradecemos à Dr^a. Conceição Geada a chamada de atenção para esta reprodução.

¹⁵⁸ GÓIS, D. de, IV, 1955, cap. 70, situa a partida na 6^a feira, dia 9.

¹⁵⁹ A fonte portuguesa que com maior minúcia descreve a viagem e a chegada a Nice é a crónica de CORREIA, G., 1992, pp. 148-150. Outra descrição detalhada na BA, cod. 50-V-21, fols. 236v-239.

¹⁶⁰ Importante discrepância com Claretta, que afirma ter ocorrido o primeiro encontro entre ambos mais tarde, já depois da entrada da duquesa em Nice, pp. 38-39. O retrato físico do duque feito por Gaspar Correia é pouco lisonjeiro, quase caricatural. CORREIA, G. 1992, p. 155. Mais sóbria a apreciação em BA, cod. 50-V-21, fol. 238.

caminho até Nice clamava “Sabóia”, “Sabóia, viva a nossa princesa”, num percurso iluminado por candeias e tochas, fazendo-se ouvir a artilharia, a comitiva chegou ao paço ducal, onde era aguardada pelas irmãs do duque, Luísa de Valois, Filiberta de Sabóia, duquesa de Nemours, e várias outras damas, que acolheram a duquesa.

No dia seguinte, 1 de Outubro, foi celebrado o casamento religioso na igreja de S. Domingos em Nice¹⁶¹. Segundo Gaspar Correia, os únicos portugueses presentes na boda foram o conde de Vila Nova e o arcebispo de Lisboa. As festas nupciais prologaram-se por uma semana, incluindo um torneio em que participaram cavaleiros portugueses, espanhóis e italianos. Depois, o duque manifestou intenção de partir para o Piemonte, onde seriam recebidos em Turim com uma triunfal entrada. Foi neste contexto que ocorreram alguns desentendimentos e fricções entre portugueses e saboianos. Por ordem do duque, muitos membros da comitiva da duquesa foram impedidos de se lhe juntar, não seguindo com a duquesa para o Piemonte e vendo-se forçados a regressar ao reino. Pelo contrário, todas as damas seguiram a ama mas com reduzida pompa, o que provocou momentos de comoção e de lágrimas. Muitas delas haviam de casar em Itália.

Naqueles primeiros meses de casamento, D. Manuel foi sendo informado acerca da nova vida da duquesa por vários e frequentes correios. A 5 de Novembro, o licenciado Álvaro Anes informava o rei sobre o tratamento que o duque dava à infanta e sobre o modo com eram servidos à mesa¹⁶². Na mesma data, João Lopes de Sequeira dava conta ao monarca da boa disposição de D. Beatriz, que fora presenteada pelo duque com muitos vestidos e jóias, encontrando-se então instalados a 3 léguas de Turim, por causa da peste¹⁶³. A 4 de Dezembro de 1521, entrava no Tejo a armada comandada pelo conde de Vila Nova, regressando da viagem que levava D. Beatriz até à Sabóia. Já D. Manuel, por informações que lhe haviam chegado por terra, sabia dos percalços e desentendimentos no recebimento da duquesa de Sabóia, novas que se sabe terem desagradado profundamente ao rei. Foi por estes

¹⁶¹ CLARETTA, G., 1863, p. 39.

¹⁶² IAN/TT, CC, I, mç. 27, doc. 65.

¹⁶³ IAN/TT, CC, I, mç. 27, doc.66.

dias, numa Lisboa em que os ares andavam carregados de pestilência que D. Manuel, estando com a sua corte no paço da Ribeira, adoeceu “de uma febre espécie de modorra, doença de que naquele tempo em Lisboa morria muita gente”. Adoecendo no dia 4, a 11 ordenou o codicilo ao seu testamento e a 13 fechava os olhos¹⁶⁴. Morria o “Venturoso” com cinquenta e dois anos de idade e vinte e seis de reinado, deixando viúva a sua terceira mulher, seis filhos varões e três filhas vivos, um império pelo mundo repartido, a sucessão do reino assegurada. Depois da entrada triunfal de D. Manuel e D. Leonor em Lisboa em Janeiro de 1521¹⁶⁵, a partida de D. Beatriz para Sabóia foi o último grande acto público da sua existência. Gil Vicente prestava-lhe uma derradeira homenagem no *Romance à morte de D. Manuel*, e sublinhava a proximidade temporal e o contraste entre ambos os acontecimentos: “Oh, quem viu as alegrias/daquelas naves tão belas, /belas e poderosas velas, / agora há tão poucos dias/ para ir a Infante nelas!”¹⁶⁶.

D. Beatriz recebeu com natural tristeza a notícia da morte do pai, ocorrida tão poucos meses depois de chegar a Sabóia, e o seu sentimento de orfandade tornou-se certamente mais agudo ainda pela distância. Nunca mais tornou a ver qualquer dos seus. Procurando obter vantagens para a causa saboiana junto do imperador, Beatriz de Sabóia tentou acompanhar o seu filho Luís (n.1523), quando este partiu, em 1533, “a criar-se com o Príncipe D. Filipe, seu primo”¹⁶⁷, mas tal não aconteceu, assim se gorando o desejado reencontro com a sua irmã Isabel¹⁶⁸; e a hipótese, que chegou a tomar forma, de ter o seu irmão D. Luís mais perto de si como duque de Milão, em 1535¹⁶⁹, nunca se concretizou. Em 1529, o rei instruiu o seu embaixador ao imperador, D. Pedro de Mascarenhas, que visitasse os duques¹⁷⁰.

¹⁶⁴ GÓIS, D. de IV, 1955, cap. 83. FREIRE A. B., 1944, p. 150.

¹⁶⁵ BUESCU, A.I., 2008, pp. 94-101.

¹⁶⁶ VICENTE, G., II, 1984, p. 627.

¹⁶⁷ BA, cod. 50-IV-12, fol. 12

¹⁶⁸ FORNASERI, G, 1957, pp. 36 e 43.

¹⁶⁹ DESWARTE, S., 1991.

¹⁷⁰ Com instruções expressas para veicular os pedidos que lhe fizessem junto de Carlos V. *Relações...*, 1937, pp. 68-69. V. ainda as cartas enviadas pelo rei aos duques de Sabóia, *ibidem*, pp. 72-73. Em instrução posterior, o rei desistia de mandar o embaixador a Sabóia, mas mantinha a ordem de defender os interesses do ducado junto do imperador. *Ibidem*, p. 79.

Em 1532 enviou João Sepúlveda, fidalgo da sua casa, a visitar e saber notícias mais próximas e directas dos duques de Sabóia, seus filhos e seu estado¹⁷¹, e em carta de 28 de Setembro de 1534 o rei falava já de futuras possíveis alianças matrimoniais para uma das filhas da irmã, com o duque de Bragança, D. Teodósio¹⁷². A duquesa continuou a cartear-se com os membros da sua família, com destaque para a imperatriz, que em 1536 reagia com comoção e amargura ao colapso do ducado de Sabóia perante a França e à morte do sobrinho¹⁷³, e D. João III, que sempre procurou ter notícias de D. Beatriz e da sua família, e acautelar os interesses da irmã¹⁷⁴. Manteve também D. Beatriz contacto regular¹⁷⁵ com personagens destacadas da corte, como o secretário António Carneiro e com António de Ataíde, do conselho do rei e seu vedor da Fazenda, recomendando servidores seus e pedindo ajuda em tantos momentos de dificuldades financeiras¹⁷⁶.

Em 1531, António de Ataíde foi enviado como embaixador de D. João III a França, no âmbito do delicado diferendo entre Portugal e a França acerca

¹⁷¹ Instruções do rei em *Relações...*, 1937, pp. 126-131. Com diferenças, *As Gavetas...*, vol. X, XX, 6-38, pp. 486-492, e BNP, cod. 886, pp. 277-289. Sepúlveda foi informando o rei sobre os duques. IAN/TT, CC, I, mç. 49, doc. 86, 28 de Agosto de 1532, e mç.50, doc. 23, de 30 de Outubro de 1532.

¹⁷² BNP, cod. 10851, fols. 53-54. D. Teodósio (n.1510?) sucedera cerca de 2 anos antes na casa ducal a seu pai, 4º duque de Bragança (†1532). Outros casamentos foram hipótese também em Itália, na casa Farnese. Carta de Hieronimo Capodiferro a Alessandro Farnese, de 25 de Agosto de 1539, e carta deste ao núncio, de 30 de Setembro do mesmo ano, *La Correspondance...*, 1980, doc. 127 e 128, pp. 381-392.

¹⁷³ MAZARIO COLETO, M. del C., 1951, p. 151 e doc. LXXXVI: “De que recebi grande pena, pela [pena] que terá a Ilustríssima infante minha irmã, e o duque seu marido, pois devia bastar-lhes os trabalhos que passaram com a morte do filho [Luís, príncipe do Piemonte], sem verem perder e destruir agora todo o seu estado”. Carta da imperatriz Isabel a Carlos V, de 25 de Março de 1536 (em cifra), p. 454. V. ainda doc. CXI, carta de 26 de Maio de 1538, em que a imperatriz interviém novamente em favor da Sabóia, “pela obrigação e amor que lhes tenho [...]”, e doc. CXIV, de 25 de Julho de 1538, p. 523 e p. 533.

¹⁷⁴ IAN/TT, CC, I, mç. 29, doc.2, carta de D. João III, de 8 de Janeiro de 1523, ordenando ao embaixador Luís da Silveira que falasse com o duque de Sabóia sobre o cumprimento do contrato de casamento; CC, I, mç. 32, doc. 103, de 30 de Agosto de 1525, carta da ama da duquesa Inês Álvares ao rei, dando-lhe conta da gravidez de D. Beatriz. Para um dos seus primeiros partos, D. João III fez chegar à corte de Sabóia uma comadre portuguesa. CLARETTA, G., 1863, p.113.

¹⁷⁵ Mais alguns exemplos em VITERBO, F. de S. de, 1908, doc. V-IX.

¹⁷⁶ IAN/TT, CC, I, mç.21. doc. 38, carta da duquesa agradecendo a António Carneiro o bom recebimento na corte do seu estribeiro-mor, de 16 de Fevereiro de 1527; IAN/TT, I, mç.18, doc. 80, carta ao rei pedindo-lhe que favorecesse a sua ama numa causa ou, em 4 de Setembro de 1525, pedindo ao rei a mercê do hábito de Cristo e uma tença para o seu secretário. IAN/TT, I, mç. 18, doc. 81.

do corso francês sobre as naus da Índia¹⁷⁷. Nessa ocasião, D. Beatriz escreveu-lhe pedindo-lhe para a visitar, pois, como dizia, “sei que daqui a muito tempo não virá outro a que eu tanto folgue de dar conta de todas minhas cousas [...]”¹⁷⁸. Em 1536, ano da invasão da Sabóia pelas tropas francesas, a duquesa recebia em Milão a visita do prior de S. Domingos, fr. Jorge Vogado¹⁷⁹. Em carta de 1 de Julho de 1537, o embaixador Francisco de Carvalho escrevia ao rei que a duquesa se encontrava muito debilitada, com febres persistentes¹⁸⁰. Embora não aludisse ao estado, D. Beatriz encontrava-se nos primeiros meses de gravidez do que seria o seu último filho. A 18 de mesmo mês, o embaixador tornava a sublinhar o estado enfraquecido da duquesa¹⁸¹. Em mais momento de grave crise político-militar entre a França e o martirizado Piemonte, o embaixador informava o rei que D. Beatriz “desejava passar-se em Castela e o havia escrito ao imperador [...]”¹⁸². Carvalho veio, aliás, a ser uma das testemunhas quando a duquesa, em Novembro desse ano, fez redigir o seu testamento¹⁸³.

D. Beatriz, que tantos filhos deu a Carlos II, teve uma dolorosa experiência como mãe, como sucedeu com tantas mulheres do seu tempo. Dos oito filhos que a duquesa de Sabóia deu à luz, sete morreram-lhe em vida, e de parto veio a morrer em Nice, a 8 de Janeiro de 1538, poucos dias depois de cumprir os 33 anos de idade, ao dar à luz o seu último filho, estando o duque ausente. Apenas sobreviveu o filho varão nascido em 1528, Emanuel Filiberto, príncipe do Piemonte após a morte de Luís, seu irmão mais velho, aos 13 anos de idade.

Quando Carlos II morreu em 1553, em Vercelli, o futuro do ducado era sombrio, com a Sabóia e o Piemonte ocupados pelos franceses e o único filho ao serviço do Império, a quem Carlos V, nesse mesmo ano, dava o cargo de governador da Flandres. De certa forma, triunfara a natural inclinação

¹⁷⁷ FERREIRA, A.M.P, 1995. Várias instruções do rei nas *Letters...*, 1931.

¹⁷⁸ *Colecção de São Lourenço*, I, 1973, doc. 30, carta de 5 de Setembro de 1531.

¹⁷⁹ IAN/TT, CC, P. I, mç. 57, doc. 43

¹⁸⁰ *As Gavetas da Torre do Tombo*, vol. IV, 1964, XV, 11-25, pp. 367-368.

¹⁸¹ *Ibidem*, carta de Francisco de Carvalho a D. João III, 18 de Julho de 1537, p. 369.

¹⁸² *Ibidem*, carta de Francisco de Carvalho a D. João III, de 1 de Julho, p. 368.

¹⁸³ CLARETTA, G., 1863, pp. 100-104.

“ibérica” de sua mãe, como com alguma crueza escreve Damião de Góis na sua *Crónica*¹⁸⁴. Emanuel Filiberto subiu ao poder num Piemonte devastado, que conseguiu reconstruir, a pulso, no quadro de uma aliança estreita com a Espanha de Filipe II (1527-1598)¹⁸⁵. Grande militar e estratega, o “Testa de Ferro” foi um dos heróis da batalha de Saint-Quentin, em 1557, ao lado das forças espanholas. A paz de Cateau-Cambresis, assinada em 1559, selava a hegemonia espanhola no palco europeu, enquanto a França soçobrava, com a morte acidental do rei Henrique II, e internamente dilacerada pelas guerras de religião. Emanuel Filiberto recuperou a maior parte do ducado paterno e, com a sua governação, conseguiu refundar o Estado. Em 1571, participou, com as outras forças da Cristandade, na vitoriosa batalha de Lepanto contra os Turcos, pondo termo ao longo e continuado processo expansionista do império Otomano para Ocidente.

Para lá, naturalmente, do plano afectivo e de uma consciência e memória dinásticas que não podiam deixar de fazer parte da identidade de Emanuel Filiberto, parecia longínqua a relação do duque de Sabóia com a pátria da mãe. Mas a gravíssima crise dinástica portuguesa, aberta quando o rei D. Sebastião (n.1554) desapareceu, solteiro e sem sucessão, na expedição africana de Alcácer-Quibir, em 1578¹⁸⁶, fez com que, depois da morte do seu efémero sucessor, o seu tio-avô cardeal D. Henrique, que morreu em 31 de Janeiro de 1580, a sucessão do reino fosse oficialmente disputada por vários pretendentes¹⁸⁷. Foi neste contexto que também Emanuel Filiberto, neto por via materna de D. Manuel, surgiu como candidato ao trono de Portugal, efémero embora, pois veio a morrer aos 52 anos de idade, a 30 de Agosto desse mesmo ano de 1580, em Turim. E, no que respeitava à sua

¹⁸⁴ GÓIS, D. de, 1955, cap. 70.

¹⁸⁵ OLIVA, G., 1998, pp. 181-227.

¹⁸⁶ V. a recente biografia do monarca da autoria de CRUZ, M.A.L., 2006.

¹⁸⁷ Filipe II era neto de D. Manuel e filho de D. Isabel; D. António, filho bastardo do segundo filho varão de D. Manuel, o infante D. Luís; o duque de Sabóia, Emanuel Filiberto, neto de D. Manuel e filho de D. Beatriz, segunda filha de D. Manuel; o príncipe Rainúncio Farnese, filho da infanta D. Maria de Parma e neto do infante D. Duarte, irmão de D. João III; D. Catarina, duquesa de Bragança, filha do infante D. Duarte, e Catarina de Médicis, rainha-mãe de França, que alegava a sua pretensão remontando ao século XIII, ao casamento de D. Afonso III com Matilde de Bolonha, de quem se considerava descendente legítima. Os três mais fortes candidatos foram Filipe II, António, Prior do Crato, e Catarina de Bragança.

relação a Espanha de Filipe II, essa candidatura era, a vários títulos, uma posição difícil de sustentar. Chegou, como todos os outros, ainda antes da morte de D. Henrique, a ter embaixador da sua causa em Lisboa, Carlos della Rovere, chegado a Lisboa a 20 de Abril de 1579¹⁸⁸. Reinava em Lisboa um ambiente pesado de movimentações, crispação e intriga, também indisfarçável entre os vários embaixadores¹⁸⁹. A poderosa “máquina” política, jurídica, diplomática, e depois do desaparecimento de D. Henrique, também militar, de Filipe II, encarregar-se-iam de afastar todos os outros candidatos, fazendo com que fosse ele, também neto de D. Manuel por via materna, a subir ao trono português, consumando a união ibérica.

Emanuel Filiberto morreu em 1580, e o episódio da sucessão portuguesa acabou por ser um breve e final parêntesis da sua vida. Mas ao fazer com que o nome do pai, Manuel, fosse parte do nome e da identidade do seu filho e herdeiro do ducado de Sabóia, D. Beatriz assegurou, simbolicamente, que esse laço nunca fosse quebrado, e o nome do “Venturoso”, inaugurado com o sucessor de Carlos II no ducado de Sabóia perdurasse, cinco séculos mais tarde, na casa real italiana¹⁹⁰.

Fontes e estudos

Fontes manuscritas

Biblioteca da Ajuda (BA)

cod. 50-IV-12, *Ilustração da Arvore genealógica da sereníssima Casa de Bragança*

cod. 50-IV-14, *Epítome dos Reis e Família Real*

cod. 50-V-21, *Miscelânea Histórica*

cod. 50-V-26, *Miscelânea*

¹⁸⁸ POLÓNIA, A., 2005, p. 204.

¹⁸⁹ IAN/TT, I, mç. 111, doc. 78, de 5 de Janeiro de 1580.

¹⁹⁰ D. Beatriz dera o nome de Manuel a outros dois filhos varões, nascidos em 1533 e 1534, que morreram na infância, facto bem significativo do desejo da duquesa em assegurar a continuidade simbólica da casa paterna na casa de Sabóia através desse elemento poderosamente identificador, o nome.

cod. 51-VIII-1, *Istruzione del Re di Portogallo Emanuele a Beatrice Duchezza di Savoya in lingua portoghese...* (cópia fotográfica do documento original no Arquivo de Turim)
54-XIII-6, nº 73

Biblioteca Nacional de Portugal (BNP)

cod. 886
cod. 7638
cod. 10851

Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (IAN/TT)

Chancelaria de D. Manuel

CDM, liv. 5, fol. 16
CDM, liv. 10, fol. 33
CDM, liv. 10, fol. 55v
CDM, liv. 10, fol. 71v
CDM, liv. 10, fol. 94
CDM, liv. 18, fol. 93
CDM, liv. 24, fol. 31
CDM, liv. 35, fol. 88
CDM, liv. 36, fol. 85
CDM, liv. 44, fol. 33

Corpo Cronológico

CC, P.I, mç. 4, doc. 60
CC, P.I, mç. 5, doc. 38
CC, P.I, mç. 5, doc. 47
CC, P.I, mç. 5, doc. 50
CC, P.I, mç. 5, doc. 93
CC, P.I, mç. 11, doc. 114
CC, P.I, mç. 16, doc. 103
CC, P.I, mç. 17, doc. 98
CC, P.I, mç., 18, doc. 2
CC, P.I, mç. 18, doc. 80
CC, P.I, mç. 18, doc. 81
CC, P.I, mç. 19, doc. 2
CC, P.I, mç. 20, doc. 84
CC, P.I, mç. 21, doc. 3
CC, P.I, mç. 21, doc. 38
CC, P.I, mç. 22, doc. 3

CC, P.I, mç. 22, doc. 14
CC, P.I, mç. 22, doc.122
CC, P.I, mç. 22, doc. 134
CC, P.I, mç. 25, doc. 15
CC, P.I, mç 26, doc. 83
CC, P.I, mç. 27, doc. 36
CC, P.I, mç.27, doc.41
CC, P.I, mç. 27, doc.65
CC, P.I, mç. 27, doc. 66
CC, P.I, mç. 29, doc. 2
CC, P.I, mç. 32, doc.103
CC., P.I, mç. 49, doc. 86
CC, P.I, mç. 50, doc. 23
CC, P.I, mç. 57, doc.43
CC, P.I, mç. 111, doc. 78

Biblioteca do Paço Ducal de Vila Viçosa (BPDVV)

Ms. XXXIX, *Miscelânea*

Fontes impressas

- AFONSO X, *o Sábio*, Rei de Leão e Castela (1807), *Las Siete Partidas del Rey Don Alfonso el Sabio, cotejadas com varios codices antiguos por la Real Academia de la Historia*, 3 Tomos, Madrid, Imprenta Real
- ANDRADA, Francisco de (1976), *Crónica de D. João III*, Introdução e Revisão de Manuel Lopes de Almeida, Porto: Lello & Irmão
- CAMÕES, Luís de [1572], (ed. s/d), *Os Lusíadas*, 3ª edição, organizada por Emanuel Paulo Ramos, Porto: Porto Editora
- CASTILHO, António de, (1970), “Crónica de D. João III”, ed. Joaquim Veríssimo Serrão, in *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. II, Paris: FCG, pp. 317-403
- Chancelaria da Rainha D. Maria, 2ª mulher de El-rei D. Manuel. Manuscrito Inédito* (1933), publicado com prefácio, notas e índices por Rogério de Figueiroa Rego, Oeiras: Miscelânea
- Colecção de São Lourenço* (1973), vol. I, Prefácio e Notas de Elaine Sanceau, Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos
- “Contrato de casamento da Infante D. Brites com Carlos, Duque de Saboya” (1948), *Provas de História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, publicadas por António Caetano de Sousa, nova edição revista por Manuel Lopes de Almeida e César Pegado, Tomo II, II Parte, Coimbra: Atlântida, pp. 18-26
- CORREIA, Gaspar (1921), *Lendas da Índia*, T. I, Coimbra: Imprensa da Universidade

- (1992), *Crônicas de D. Manuel e de D. João III (até 1533)*, Leitura, Introdução, notas e índice por José Pereira da Costa, Lisboa: Academia das Ciências
- Correspondance (La) des Premiers Nonces Permanents au Portugal (1532-1553)*(1980), vol. II - *Textos*, edição crítica e notas por Charles-Martial De Witte, Lisboa: Academia Portuguesa de História
- Cortes Portuguesas. Reinado de D. Manuel I (Cortes de 1502)* (2001), org. e revisão de João José Alves Dias, Lisboa: Centro de Estudos Históricos da UNL
- Ditos Portugueses Dignos de Memória. História Íntima do século XVI* (1997), edição anotada e comentada por José Hermano Saraiva, 3ª edição, Lisboa: Europa-América
- “Dote da Duquesa Infante D. Beatriz” (1948), *Provas de História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, publicadas por António Caetano de Sousa, nova edição revista por Manuel Lopes de Almeida e César Pegado, Tomo II, II Parte, Coimbra: Atlântida, pp.27-81
- GALVÃO, Duarte (1986), *Crónica de El-Rei D. Afonso Henriques*, Apresentação de José Mattoso, Lisboa: IN-CM
- Gavetas (As) da Torre do Tombo* (1962, 1964,1967, 1974), vols. II, VI, VI, X, Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos
- GÓIS, Damião de, (1949-1955), *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, nova edição conforme a primeira de 1566, 4 vols., Coimbra: Universidade de Coimbra
- “Inventario da Guarda-Roupa de D. Manuel” (1904), publ. por Anselmo Braamcamp Freire, in *Arquivo Historico Portuguez*, vol. II, pp. 381-417
- Letters of John III King of Portugal 1521-1557*, (1931), texto português, com edição e introdução por J.D.M.Ford, Cambridge, Mass.: Harvard University Press
- LEONIS Vercellensis, Petrus [1521] *In Illustrissimorum Karoli Principis Sabaudiae Ducis & Beatricis Portugallensis auspiciatissimis nuptiis Ephthalamion*: [Milão]. Ex.da BPDVV, cota BDMII 60
- Livro de Horas de D. Manuel*, (1983), Estudo Introdutório de Dagoberto Markl, Lisboa: IN-CM
- MENESES, Pedro de (1964), *Oração proferida no Estudo Geral de Lisboa (Oratio Habita in Scholis Ulyxbonae)*, tradução de Miguel Pinto de Meneses, Introdução de A. Moreira de Sá, Lisboa: Instituto de Alta Cultura
- OSÓRIO, Jerónimo (2004), *Da Vida e Feitos de El-Rei D. Manuel*, vol. XXVII de *Biografias da História de Portugal. D. Manuel I*, coord. José Hermano Saraiva, Matosinhos: Quidnovi
- Relações de Pero de Alcáçova Carneiro, Conde da Idanha, do tempo que ele e seu pai, António Carneiro, serviram de secretários (1515 a 1568)* (1937), publicação, revisão e notas por Ernesto de Campos de Andrada, Lisboa: Imprensa Nacional
- RESENDE, Garcia de (1991), “A entrada del Rey Dom Manoel em Castella”, in *Crónica de D. João II e Miscelânea por Garcia de Resende*, reprodução fac-similada da nova edição conforme a de 1798, prefácio por Joaquim Veríssimo Serrão, Lisboa: IN-CM, pp. 297-318
- (1991a), “Hida da Infanta Dona Beatriz përa Saboya”, in *Crónica de D. João II e Miscelânea por Garcia de Resende*, reprodução fac-similada da nova edição conforme a de 1798, prefácio por Joaquim Veríssimo Serrão, Lisboa: IN-CM, pp. 319-334
- (1991b), “Miscellania [...] e variedade de historias, costumes, casos, e cousas que em seu tempo aconteceram”, in *Crónica de D. João II e Miscelânea por Garcia de Resende*, reprodução fac-similada da nova edição conforme a de 1798, prefácio por Joaquim Veríssimo Serrão, Lisboa: IN-CM, pp. 335-381
- SOUSA, António Caetano de (1947), *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, nova edição revista por M. Lopes de Almeida e César Pegado, T.III, Coimbra: Atlântida-Livraria Editora
- SOUSA, António Caetano de (1947a), *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, nova edição revista por M. Lopes de Almeida e César Pegado, T.II, Parte I, Coimbra: Atlântida-Livraria Editora

- SOUSA, Frei Luís de (1938-54), *Anais de D. João III*, 2 vols., Prefácio e notas de Manuel Rodrigues Lapa, Lisboa: Sá da Costa
- História de S. Domingos* (1977), Introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, 2 vols., Porto: Lello & Irmão
- Tratados Internacionales de España. Periodo de la Preponderancia Española*, (1978), dir. Antonio Truyol y Serra, *Carlos V*, vol. I – *España-Portugal*, por P. Mariño, colab. de M. Moran, Madrid: CSIC]
- VICENTE, Gil (1984), *Copilaçam de Todas as Obras de Gil Vicente*, Introdução e normalização do texto de Maria Leonor Carvalhão Buescu, vol. 2, Lisboa: IN-CM

Estudos

- ALÇADA, João Nuno (1999), “As ‘sortes ventureiras’ do *Auto das Fadas* de Gil Vicente e o *Libro delle Sorti o delle Venture* de Lorenzo Spirito”, in *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian*, vol. XXXVIII, Lisboa-Paris: FCG/CCCG, pp. 123-158
- ALVES, Ana Maria (s/d) *As Entradas Régias Portuguesas. Uma visão de conjunto*, Lisboa: Livros Horizonte
- ALVES, Ana Maria (1985), *Iconologia do poder real no período manuelino. À procura de uma linguagem perdida*, Lisboa: IN-CM
- ALVES, José da Felicidade (1989 e 1991), *O Mosteiro dos Jerónimos*, vol. I - *Descrição e evocação*, vol. II – *Das Origens à actualidade*, Lisboa: Livros Horizonte
- ANDRADE, Manuel Vaz Ferreira de (s/d), *Palácios Reais de Lisboa (Os dois Paços de Xabregas, o de S. Bartolomeu e o de Alcáçova)*, Apresentação e índices de Maria Abel e Carlos Consiglieri, 2ª edição, fac-similada da edição de 1949, Lisboa: Vega
- BARKER, Richard (s/d), “Showing the flag in 1521: wafting Beatriz to Savoy” (versão corrigida do artigo publ. in *As novidades do mundo; conbecimento e representação na Época Moderna*, Lisboa: Colibri, 2003)
- BARROS, Carlos Vitorino da Silva (1983) *O Vitral em Portugal. Séculos xv-xvi*, Lisboa: XVIIª Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura do Conselho da Europa, *Os Descobrimentos Portugueses e a Europa do Renascimento*
- BEDINI, Silvio A. (1997), *The Pope's Elephant*, Manchester/Lisboa: Carcanet/FCG e CNCDP
- BENNASSAR, Bartolomé (2009), *A cama, o poder e a morte. Rainbas e princesas da Europa do Renascimento ao Iluminismo*, Lisboa: Temas e Debates
- BERTINI, Giuseppe (1989), “Le miniature farnesiane”, *FMR*, nº 74, Milão: Franco Maria Ricci Editore, pp. 83-91
- BERTINI, Giuseppe (2000), “The Marriage of Alessandro Farnese and D. Maria de Portugal in 1565: Court Life in Lisbon and Parma”, in *Cultural Links Between Portugal and Italy in the Renaissance*, edited by K. J. P. Lowe, Oxford: OUP, pp. 45-59
- BINSKI, Paul (1996) *Medieval Death. Ritual and Representation*, Londres: British Museum Press
- BÜHLER, Curt (1973), “An Epithalamium on the Marriage of Charles III Savoy and Beatrice of Portugal” (1973), in *Early Books and Manuscripts*, Nova Iorque: Grolier Club, pp. 109-114
- BUESCU, Ana Isabel (2007), *Catarina de Áustria (1507-1578), Infanta de Tordesilhas, Rainha de Portugal*, Lisboa: A Esfera dos Livros
- BUESCU, Ana Isabel (2008), *D. João III (1502-1557)*, Lisboa: Temas & Debates

- BUESCU, Ana Isabel (2010), “Educar o príncipe no século XVI. Modelos, práticas e representações”, in *Na corte dos Reis de Portugal. Saberes, ritos e memórias*, Lisboa: Edições Colibri
- CAETANO, Joaquim de Oliveira (2010), “Lisboa, a grande oficina”, in *Primitivos Portugueses 1450-1550. O século de Nuno Gonçalves, Catálogo da Exposição* (MNAA, 11 de Nov. de 2011- 27 de Fev. de 2011, ME, 18 de Nov. de 2010-27 de Fev. de 2011), comissário José Alberto Seabra Carvalho, Lisboa: MNAA/Athena, pp. 200-227
- CARDOSO, José Maria Pedrosa (2004), “A herança musical de D. Manuel I: novos dados para o conhecimento da Capela Real no século XVI”, in *III Congresso Histórico de Guimarães. D. Manuel e a sua Época (24-27 de Outubro de 2001). Actas*, vol. IV, *Arte e Cultura*, Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, pp. 201-218.
- CASTILHO, Júlio de (1893), *A Ribeira de Lisboa: descrição histórica da margem do Tejo desde a Madre-de-Deus até Santos-o-Velho*, Lisboa: Imprensa Nacional
- CHAMBERS, D. S. (2000), “Venetian Perceptions of Portugal c. 1500”, in *Cultural Links between Portugal and Italy in the Renaissance*, edited by K.J.P. Loewe, Oxford: OUP, pp.19-43
- CHAUNU, Pierre e Michèle ESCAMILLA (2000), *Charles Quint*, Paris: Fayard
- CLARETTA, Gaudenzio (1863), *Notizie Storiche introno alla vitae ed al tempi de Beatrice di Portogallo duchessa di Savoia con documenti*, Torino
- COSTA, Abel Fontoura da (1937), *Deambulações da Ganda de Modafar, Rei de Cambaia, de 1514 a 1516*, Lisboa: Agência Geral das Colónias
- COSTA, João Paulo de Oliveira (2005), *D. Manuel I 1469-1521. Um Príncipe do Renascimento*, Lisboa: Círculo de Leitores
- CRUZ, Maria Augusta Lima (2006), *D. Sebastião*, Lisboa: Círculo de Leitores
- DESWARTE, Sylvie (1991), “Espoirs et désespoir de l’infant D. Luís”, *Mare Liberum*, 3, Lisboa: pp. 243-298
- DIAS, João José Alves (2005), “Principais sismos, em Portugal, anteriores ao de 1755”, in *O grande Terramoto de Lisboa*, vol. 1 Lisboa: FLAD e Público, pp. 123-142.
- Exotica. The Portuguese Discoveries and the Renaissance Kunstkammer* (2001), Catálogo da Exposição (Museu Calouste Gulbenkian e Kunsthistorisches Museum, 17 Outº 2001- 6 Janeiro 2002), Lisboa: FCG
- Exposição (XVII) Europeia de Arte, Ciência e Cultura* (1983), *Os Descobrimentos portugueses e a Europa do Renascimento. A Dinastia de Avis* (Casa dos Bicos) Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros-Comissariado para a XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura
- FERNANDES, Maria de Lurdes Correia (1995), *Espelbos, Cartas e Guias. Casamento e espiritualidade na Península Ibérica 1450-1700*, Porto: Faculdade de Letras, Instituto de Cultura Portuguesa
- FERNANDES, Maria de Lurdes Correia (2004), “D. Maria, mulher de D. Manuel I: uma face esquecida da Corte do Venturoso”, *III Congresso Histórico de Guimarães. D. Manuel e a sua Época (24-27 de Outubro de 2001), Actas*, vol. IV – *Arte e Cultura*, Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, pp. 21-32
- FERNÁNDEZ ÁLVAREZ, Manuel (2002), *Juana la Loca. La cautiva de Tordesillas*, 17ª edição, Madrid: Espasa Calpe
- FERNÁNDEZ ÁLVAREZ, Manuel (2003), *Carlos V, el César y el Hombre*, 15ª edição, Madrid: Espasa Calpe
- FERNÁNDEZ ÁLVAREZ, Manuel (2003a), *Isabel la Católica*, Madrid: Espasa Calpe
- FERREIRA, Ana Maria Pereira, (1995) *Problemas marítimos entre Portugal e a França na primeira metade do século XVI*, Redondo, Patrimonia

- FERREIRA Manuel Pedro (2008), *Antologia da Música em Portugal na Idade Média e no Renascimento*, vol. I – *Textos e ilustrações*, Introdução, coordenação e direcção musical de Manuel Pedro Ferreira, Lisboa: Arte das Musas
- FLOR, Pedro (2010), *A arte do retrato em Portugal nos séculos xv e xvi*, Lisboa: Assírio e Alvim
- FORNASERI, Giovanni (1957), *Beatrice di Portogallo, duchessa di Savoia: 1504-1538*, Cuneo
- France (La) *de la Renaissance. Histoire et Dictionnaire*, (2001), por Jouanna Arlette, Philippe Hamon, Dominique Bilogé, Guy Le Thiec, Paris: Robert Laffont
- FREIRE, Anselmo Braamcamp (1920), *Ida da imperatriz dona Isabel para Castela*, Coimbra: Imprensa da Universidade
- FREIRE, Anselmo Braamcamp (1973), *Brasões da Sala de Sintra*, 3 vols., Lisboa: IN-CM
- FREIRE, Anselmo Braamcamp (1944), *Vida e Obra de Gil Vicente ‘Trovador e Mestre da Balança’*, Lisboa, Edição da Revista *Ocidente*
- GIORGI, Rosa (2003), *Les Saints*, Paris: Hazan
- GODINHO, Vitorino Magalhães (1979), “Portugal no começo do século xvi: instituições e economia. O relato do veneziano Lunardo de Cà Masser”, *Revista de História Económica e Social*, 4, pp. 75-88
- GOMES, Rita Costa (1995), *A Corte dos Reis de Portugal no final da Idade Média*, Lisboa: Difel
- GOMES, Rita Costa (1998), “Monarquia e território: residências reais portuguesas, séculos xiv a xvi”, in *Lugares de Poder*, coordenação de Gérard Sabatier e Rita Costa Gomes, Lisboa: FCG / Acarte, pp. 84-102
- GONÇALVES, Iria (1996), “Na Ribeira de Lisboa, em finais da Idade Média”, in *Um Olhar sobre a Cidade Medieval*, Cascais: Patrimonia, pp. 61-75
- GONÇALVES, Iria (2010), “O nome” in *História da Vida Privada em Portugal*, dir. José Mattoso, *A Idade Média*, coord. Bernardo Vasconcelos e Sousa, Lisboa: Temas e Debates, pp. 198-225
- HERCULANO, Alexandre (s/d), *Opúsculos*, vol. VI, *Controversias e Estudos Historicos* (Tomo III), 5ª edição, Lisboa: Bertrand
- História da Europa* Oxford (2009), coord. T.C.W. Blanning, *O Século xvi*, coord. de Euan Cameron, Porto: O Fio da Palavra
- História de Portugal* (1993), dir. José Mattoso, vol. 3 – *No Alvorecer da Modernidade (1480-1620)*, coord. Joaquim Romero Magalhães, Lisboa: Círculo de Leitores
- JACQUART, Jean (1994), *François Ier*, Paris: Fayard
- JORDAN, Anne-Marie (1996), “As Maravilhas do Oriente: Colecções de Curiosidades Renascentistas em Portugal / The Marvels of the East: Renaissance Curiosity Collections in Portugal”, in *A Herança de Rauluchantim / The Heritage of Rauluchantim*, Exposição e Catálogo, Lisboa: Museu de São Roque, pp. 82-127
- JORDAN, Anne-Marie *Retrato de corte em Portugal. O legado de António Moro (1552-1572)* (1994), Lisboa: Quetzal
- JUNCEDA AVELLO, Enrique (1995), *Ginecología y vida íntima de las reinas de España*, Tomo I – *De Isabel la Católica a la Casa de Borbon*, Madrid, Ediciones Temas de Hoy
- LADERO QUESADA, Miguel Ángel (2003), *La España de los Reyes Católicos*, Madrid: Alianza Editorial
- LAMAS, Arthur (1916), *Medalhas Portuguesas e estrangeiras referentes a Portugal*, Lisboa, ed. autor
- LOUDA, Jirí e Michael MACLAGAN (1984), *Les Dynasties d'Europe. Héraldique et généalogie des familles impériales et royales*, Paris: Bordas
- MANSON, Michel (2002), *História do Brinquedo e dos Jogos. Brincar através dos tempos*, Lisboa: Teorema

- MARQUES, A. H. de Oliveira (1981), *A Sociedade Medieval Portuguesa. Aspectos de Vida Quotidiana*, 4ª edição, Lisboa: Sá da Costa
- MARQUES, A. H. de Oliveira (1994), “Depois da Reconquista. A cidade na Baixa Idade Média”, in *O Livro de Lisboa*, coordenação de Irisalva Moita, Lisboa: Livros Horizonte, pp. 89-113
- MARTIN FERREIRA, Ana Isabel (2003), “Condición femenina y pedagogia en los textos médicos del siglo xvi”, in *La voz del olvido: Mujeres en la historia*, Valladolid: Universidad de Valladolid, pp. 113-139
- MARTINS, Maria Odete Sequeira (2009), *Dona Brites. Uma mulher da Casa de Avis*, Lisboa: Quidnovi
- MAZARÍO COLETO, Maria del Carmen (1951), *Isabel de Portugal, Emperatriz y Reina de España*, Madrid: CSIC
- MOITA, Irisalva (1994), “Lisboa no século xvi: a cidade e o ambiente” (1994), in *O Livro de Lisboa*, coordenação de Irisalva Moita, Lisboa: Livros Horizonte, pp. 139-167
- MOURA, Vasco Graça, (1990), “Os retratos de Isabel”, *Oceanos*, 3, pp. 35-47
- Mundo (Do) Antigo aos Novos Mundos. Humanismo, Classicismo e Notícias dos Descobrimentos em Évora (1516-1624)*, (1998), Catálogo da Exposição, Lisboa: CNCDP
- NEVES, José Cassiano (1959), *Damas portuguesas nas Cortes de Castela e de Sabóia no século xvi (duas irmãs, D. Leonor e D. Beatriz de Mascarenhas)*, sep. da Revista *Ocidente*, vol. LVII
- OLIVA, Gianni (1998), *I Savoia. Novecento anni di una dinastia*, Milão: Mondadori
- Outro Mundo Novo Vimos* (2001), Exposição e Catálogo, Lisboa: CNCDP
- OLIVEIRA, Julieta Teixeira Marques de (2000), *Veneza e Portugal no século xvi: subsídios para a sua história*, Lisboa: CNCDP/IN-CM
- PALLA, Maria José (1996), “Figuras literárias de magas e imagens do sabat na obra de Gil Vicente”, in *A palavra e a imagem. Ensaaios sobre Gil Vicente e a pintura quincentista*, Lisboa: Editorial Estampa, pp. 101-116
- PELÚCIA, Alexandra (2004), “A baronia do Alvito e a Expansão manuelina no Oriente ou a reacção organizada à política imperialista”, in *A Alta Nobreza e a Fundação do Estado da Índia. Coloquio Internacional. Actas*, Lisboa, ed. João Paulo Oliveira e Costa e Vítor Luís Gaspar Rodrigues, CHAM -UNL, 2004, pp. 279-302.
- PESTANA, Sebastião (1965), *Contribuição para o estudo das ‘Cortes de Júpiter’, de Gil Vicente” (Estudos GilVicentinos – XXXVI)*, sep. da Revista *Ocidente*, vol. LXIX, Lisboa
- PEREIRA, João Castel-Branco (2000), “Posteridades do efémero”, in *Arte Efémera em Portugal*, Catálogo da Exposição, Lisboa: FCG, pp. 8-13
- PEREIRA, Paulo (1995), “A simbólica manuelina. Razão, celebração, segredo”, in *História da Arte Portuguesa*, dir. Paulo Pereira, vol. II – *Do “Modo” gótico ao Maneirismo*, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 115-155
- PÉREZ, Joseph (2001), *Los Comuneros*, 3ª edição, Madrid: La Esfera de los Libros
- POLÓNIA, Amélia (2005), *D. Henrique. O Cardeal-Rei*, Lisboa: Círculo de Leitores
- RAMALHO, Américo da Costa (1980), *Estudos sobre o século xvi*, Paris: FCG
- RAMALHO, Américo da Costa (1988), *Para a História do Humanismo em Portugal*, 2 vols., Coimbra: INIC, Lisboa: FCG e JNICT
- RAMALHO, Américo da Costa (1988a) *Para a História do Humanismo em Portugal (III)*, Lisboa: IN-CM
- RESENDE, Vasco (2004), “A armada de socorro aos Venezianos (1501) e o interesse português pelo Mediterrâneo no princípio do século xvi”, *Clio. Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*, 10, pp. 65-79

- RICE, Eugene F. e GRAFTON, Anthony (1994), *The Foundations of Early Modern Europe 1460-1559*, 2nd ed., Nova Iorque/Londres: W.W. Norton & Company
- RODRIGUES, Maria Idalina Resina (2004), “Lisboa, 1521: as Cortes na corte”, *Península. Revista de Estudos Ibéricos*, nº 1, pp. 37-51
- SÁ, Isabel dos Guimarães (2007), “Up and Out. Children in Portugal and the Empire (1500-1800)”, in *Raising an Empire. Children in Early Modern Iberia and Colonial Latin America*, ed. Ondina E. González e Bianca Premo, University of New Mexico Press
- SABUGOSA, Conde de (1912), “D. Beatriz de Saboya”, in *Donas de Tempos Idos*, Lisboa: Ferreira Editores, pp. 113-137
- SALLMANN, Jean-Michel (2003), *Nouvelle Histoire des Relations Internationales, 1 - Géopolitique du XVIIe siècle 1490-1618*, Paris: Seuil
- SÃO PAYO, Conde de (D. António) (1930), *Os que foram para Saboia com a Infanta Duqueza*, Lisboa
- SCHIANCHI, Maria Lucia (dir.) (1998), *Galleria Nazionale di Parma. Catalogo sulle Opere. Il Cinquecento*, Milano
- SENOS, Nuno (2002), *O Paço da Ribeira: 1501-1581*, Lisboa: Editorial Notícias
- SILVA, José Custódio Vieira da (2002), *Paços Medievais portugueses*, 2^a edição, Lisboa: IPPAR
- SILVA, João Ricardo Eusébio (2010), Estrela Clara de Aurora: *Isabel de Portugal (1503-1539). Infância e educação de uma infanta de Portugal*, dissertação de Mestrado em História Moderna e dos Descobrimentos apresentada à FCSH-UNL, Lisboa
- SILVA, Nuno Vassalo e (1995), “A joalharia feminina em Portugal na época dos Descobrimentos”, *Oceanos*, nº 21, Janº-Março, pp. 102-110
- SOUSA, António Caetano de (1948), *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, nova edição revista por Manuel Lopes de Almeida e César Pegado, T.II, II Parte, Coimbra: Atlântida
- SOUSA, Ivo Carneiro de (2002), *A rainha D. Leonor (1458-1525): poder, misericórdia, religiosidade e espiritualidade no Portugal do Renascimento*, Lisboa: FCG/FCT
- Tesouros da Biblioteca Nacional* (1992), coord. de Maria Valentina C.A.Sul Mendes, Lisboa: Edições Inapa
- TEYSSIER, Paul (1982), *Gil Vicente – o Autor e a Obra*, Lisboa: ICALP
- THOMAZ, Luís Filipe F. R., (1990), “L'idée impériale manuéline”, in *La Découverte, le Portugal et l'Europe*, Actes du Colloque (Paris, 26-28 mai 1988), publ. por Jean Aubin, Paris: FCG, pp. 35-103
- TRIGUEIROS, António Manuel (1985), *Numismática e Medalhística. XVII Exposição de Arte, Ciência e Cultura, Os Descobrimentos Portugueses e a Europa do Renascimento*: Lisboa
- TRIGUEIROS, António Manuel (2010), “A medalha: Arte nobre da Escultura”, *Revista da Moeda*, vol. 35, 1, pp. 17-26
- VASCONCELOS, Carolina Michaëlis de (1949), *Notas Vicentinas. Preliminares duma edição crítica das obras de Gil Vicente*, Lisboa: ed. da Revista *Ocidente*
- VITERBO, Francisco de Sousa (1892), *Artes e artistas em Portugal. Contribuição para a historia das artes e industrias portuguesas*, Lisboa: Livraria Ferreira
- VITERBO, Francisco de Sousa (1908), *O dote de D. Beatriz de Portugal Duqueza de Saboya*, sep do *Archivo Historico Portuguez*, vol. VI, Lisboa
- VITERBO, Francisco de Sousa (1914), “Amas, amos e collaços de pessoas reaes e de personagens illustres”, *Revista de Historia*, nº 9, Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos, Janº-Março, pp. 52-67

(Página deixada propositadamente em branco)

Pierpaolo Merlin

Università di Cagliari

**BEATRIZ DE PORTUGAL E O GOVERNO DO
DUCADO DE SABÓIA
(1521-1538)**

1. Um casamento político

Quando a infanta D. Beatriz chegou a Nice, no fim de Setembro de 1521, não era inesperada, nem sequer uma desconhecida¹. A escolha matrimonial tinha sido uma das questões políticas mais importantes que, desde o momento em que se tornou duque, em 1504², Carlos II de Sabóia tinha tido de enfrentar. Não se tratava apenas de arranjar um herdeiro para o trono, mas antes de criar uma aliança política que permitisse ao estado saboiano resistir às pressões então exercidas pela França e pelos Suíços. Imediatamente após a ocupação francesa da Lombardia, em 1499, os Sabóias tinham, de facto, de contrabalançar a engrandecida potência transalpina, aproximando-se do Império, pelo que, em 1501, o duque Felisberto II desposou Margarida de Habsburgo, filha de Maximiliano I³.

¹ A figura da infanta não foi muito estudada pelos historiadores italianos. Um breve esboço biográfico é oferecido por MARINI L., 1965, pp. 363-367. Ultrapassado, do ponto de vista historiográfico, é CLARETTA G., 1865, mas é ainda útil, sobretudo pelos documentos publicados, FORNASERI G., 1957. Notícias sintéticas são fornecidas por GERBAIX DE SONNAZ C.A., 1910. A maior parte das cartas de D. Beatriz escritas ao marido estão conservadas no Archivio di Stato di Torino (doravante AST), Corte, *Lettere di Duchi e Sovrani*, m.7. Outras, endereçadas a correspondentes vários, encontram-se no Arquivo de Estado, nos fundos *Registri lettere della corte e Minute lettere della corte*.

² Sobre o duque e o seu governo, veja-se a entrada homónima e MARINI, L., 1977, pp. 294-304.

³ Para uma reconstituição dos acontecimentos políticos e diplomáticos aqui recordados, cf. MERLIN P., 1994. MESCHINI, 2006.

De seguida, e cada vez com maior insistência, pelo menos a partir de 1508, a assembleia dos Estados, em especial os das províncias de Sabóia para lá dos Alpes, pediam que o príncipe se casasse também porque, com um eventual dote avultado, se poderiam enfrentar as dificuldades financeiras em que o ducado se encontrava, submetido às contínuas chantagens dos cantões helvéticos, que ameaçavam invadir-lhe os territórios alpinos⁴. Entre 1510 e 1511, o governo ducal tinha, portanto, iniciado negociações que previam a união de Carlos II com Joana de Aragão, neta de Fernando o Católico⁵.

A conduzir os tratados, que, por outro lado, não foram bem sucedidos, tinham estado homens, laicos e religiosos, pertencentes àquela camada nobre que fornecia então a maior parte dos conselheiros ducais e que constituía a elite dirigente do Estado. Eram personagens como o protonotário apostólico Hércules Tapparelli d'Azeglio e o bispo de Maurienne, Luís de Gorrevod, feudatários como Claude de Balleyson, barão de Saint-Germain, ou magistrados como Bernardino Parpaglia, senhor de Revigliasco, futuro presidente do tribunal de apelação (*Consilium Thaurini Residentis*) de Turim.

Por sua vez, os Franceses, que, em 1512, tinham perdido Milão, tentaram condicionar a política matrimonial saboiana, favorecendo as núpcias de Filipe de Sabóia, irmão mais novo do duque, com a promessa de um rico dote, para que Carlos II ficasse solteiro e o designasse herdeiro. Esta intervenção suscitou a apreensão dos Estados de Sabóia, que, numa importante reunião efectuada em Annecy, em Outubro de 1513, convidaram o duque a «prendre party en mariage», com o fim de assegurar a continuidade dinástica⁶. Todavia, não foi Carlos quem se casou, mas a irmã Filisberta, que, em 1514, se uniu a Juliano de Medici, irmão do papa Leão X, tornado depois duque de Nemours pelo rei de França Francisco I⁷. Como se vê, o objecti-

⁴ Nas suas memórias, Pierre Lambert, senhor de La Croix, um dos principais ministros ducais, recordava as solicitações da parte «dos Estados de Sabóia ao meu senhor, para que se casasse» (cfr. LAMBERT P., 1840, c.852). [Nota no original italiano: O texto está escrito em francês; a tradução deste passo, como a de outros citados, é da minha responsabilidade].

⁵ AST, Corte, *Matrimoni della Real Casa*, m. 17, n. 3 *Matrimonio progettato tra Carlo 3° Duca di Savoia e la Regina Giovanna, figlia di Ferdinando re di Napoli*.

⁶ TALLONE A., 1937, p.544. Sobre o papel político dos Estados no ducado de Sabóia do início de Quinhentos, veja-se MERLIN P., 1988.

⁷ AST, Corte, *Matrimoni della Real Casa*, m.18.

vo da política matrimonial sabauda era o de se firmar em diferentes frentes, desde a espanhola, à italiana e à francesa.

Nos anos sucessivos, o duque continuou a procurar esposa; foram consideradas várias alternativas e a que se tornou cada vez mais consistente foi a portuguesa, tanto que, em 1516, foi enviada a Lisboa uma delegação com uma proposta formal. A iniciativa tinha lugar num momento particularmente delicado para os destinos de Itália, que, após a reconquista francesa do ducado de Milão, detido por breve tempo pelos Sforzas e Suíços, e a consequente paz de Noyon, decretava o predomínio da França a Norte da Península e o da Espanha a Sul .

Apertado na tenaz do rei Cristianíssimo, cujos domínios circundavam agora perigosamente o Piemonte, Carlos II manteve uma atitude neutral, procurando favorecer a paz entre o soberano e os Suíços, que ele tinha derrotado na batalha de Melegnano, em 1515, e adoptando uma política externa que, através de acordos nupciais, permitisse disputar a hegemonia alpina. Para sustentar tal estratégia, eram, todavia, necessários, recursos importantes, quer de ordem financeira, quer militares, que, de resto, o estado saboiano não possuía. Neste contexto tinha nascido a ideia de um casamento português; a eventual aliança com o reino lusitano, um dos países mais ricos da Europa, era considerada como a solução mais idónea para compensar a fraqueza económica e política do ducado⁸.

O malgrado consenso quanto às núpcias por parte do rei D. Manuel I, mas sobretudo da rainha-mãe D. Maria de Castela, atrasaram somente por alguns anos as propostas saboianas, que, de facto, tiveram sucesso em 1521, depois de o soberano ter consolidado as ligações com os Habsburgos, desposando a arquiduquesa Leonor. Não se conhecem com precisão os motivos que induziram o monarca a aceitar um casamento que ligava uma infanta portuguesa a um príncipe de posição inferior. Recentemente os historiadores têm avançado com algumas hipóteses: D. Beatriz era, de qualquer modo, uma filha mais nova e Carlos II constituía uma escolha «politicamente» menos vinculativa, do que a de possíveis candidatos de outras dinastias;

⁸ Um observador atento como Lambert, afirmava que a dinastia se tinha reforçado «com tão grande e estreita parentela e aliança, que se pode considerar que hoje em dia não existem na cristandade imperadores ou reis que possam estar a par dela» (LAMBERT P.1840, c.852).

D. Manuel foi, para além disso, condicionado por pressões dos Habsburgos, que visavam obter o apoio saboiano na Itália e talvez se tenha iludido com a ideia de abrir o Mediterrâneo aos navios portugueses, visto que os Sabóias possuíam os portos de Nice e Villafranca⁹.

Entretanto, Carlos V de Habsburgo tinha sido eleito imperador e tal eleição foi considerada pelo governo ducal uma ocasião favorável não só para reforçar as tradicionais relações com o Império, como também para desfrutar de apoios, a fim de sustentar os direitos da dinastia sobre o reino de Chipre e sobre o marquesado de Monferrato, como confirmava o próprio Carlos II em Julho de 1519, enviando o seu embaixador à corte imperial, com o encargo de manifestar «notre devoir envers sa Maiesté et le Saint Empire»¹⁰. O casamento entre D. Beatriz de Portugal e o duque inseria-se, portanto, num contexto político que agora não interessava só ao estado de Sabóia mas igualmente à política de equilíbrio italiano e europeu. Não é por acaso que, em Abril de 1520, Carlos V manda a Lisboa o camareiro Charles Poupet de La Chaulx para apoiar a proposta matrimonial saboiana e que da questão se ocupasse o grande chanceler Mercurino di Gattinara, empenhado também em elaborar as linhas da política imperial em Itália¹¹.

Para levar as negociações a bom termo, foram nomeadas personagens de relevo do conselho ducal: o já citado Claude de Balleyson e Gioffredo Pasero, que foram coadjuvados pelo secretário Claude Châtel¹². Até há algum tempo, os historiadores sublinhavam sobretudo o importante papel desempenhado no processo pela componente saboiana, em testemunho

⁹ Cf. BARBERO A., BRERO T., 2008, pp. 338-339.

¹⁰ AST, Corte, *Negoziazioni con Vienna*, m.1, n.1, 14/7/1519. *Istruzioni del Duca Carlo III al Signore di Salenove spedito presso l'imperatore Carlo V*. Idem, *Materie d'Impero*, cat.1, m.1, n.5, 13/8/1520. *Procura del Duca Carlo di Savoia in capo di Filippo Conte del Genevese suo fratello per prestare a suo nome la fedeltà ed omaggio all'Imperatore Carlo V e prendere dal medesimo l'investitura dei suoi Stati*. As relações entre Sabóia e o Império foram um elemento fundamental da política dinástica e constituem ainda hoje um importante tema de investigação (cf. MERLOTTI A., 2008, p.79-93).

¹¹ Sobre a política imperial neste período cf. MERLIN P., 2004, p. 110 e sgts. Sobre a figura e a obra de Gattinara, veja-se HEADLEY J.M.,1983. RIVERO RODRIGUEZ M., 2005.

¹² Veja-se a sua correspondência em AST, Corte, *Lettere Ministri, Portogallo*, m.1 e *Matrimoni della Real Casa*, m.17, n.5, *Relazione del signor di Balaison e del Collaterale Pasero Ambasciatori del Duca Carlo di Savoia in Portogallo della loro negoziazione pel matrimonio del detto Duca con l'Infante Beatrice di Portogallo*. No contrato de casamento, os dois eram denominados «fidissimi consiliarii». Châtel, de seguida, foi nomeado secretário particular de Beatriz.

da forte hegemonia exercida pelo governo no estado. A este propósito, tinha sido notado «como, com grande prevalência, foram [...] secretários ducais ou membros do Conselho *cum domino* ou governadores de Nice, a trabalharem para Carlos II na preparação dos tratados para o casamento e para acolher a princesa em Nice»¹³. Na realidade, estudos mais recentes demonstraram que, desde então, na gestão da política saboiana, cresceu a importância dos conselheiros e dos funcionários piemonteses, os quais, depois, foram colaboradores de D. Beatriz no governo do ducado¹⁴.

Também foi dito que nas intenções dos nobres saboianos as núpcias portuguesas deviam servir para defender a orientação conservadora do velho mundo feudal que eles representavam. Era certo que a infanta provinha de um reino que podia ser considerado quase um império; tinha sido educada numa corte esplêndida, fundada em valores aristocráticos e cavaleirescos, mas ali também tinha aprendido a lidar com um forte sentido da soberania. Precisamente este sentimento tê-la-ia levado a considerar o sistema organizativo por estados, ainda vigente no ducado, como uma fastidiosa limitação à autoridade do príncipe. As contínuas e desgastantes negociações com as comunidades e a nobreza dos domínios da Sabóia, especialmente os que se situam a Sul dos Alpes, convenceram-na bem cedo da necessidade de um reforço do poder soberano. Esta convicção era, de resto, partilhada com muitos funcionários piemonteses, que estavam a agir no sentido de imprimir uma orientação absolutista à política ducal.

2. A corte da infanta

Somente há pouco tempo os historiadores começaram a ocupar-se de modo aprofundado da corte de Beatriz, reconstruindo-lhe a orgânica e evidenciando-lhe a função política¹⁵. Para sublinhar o facto de que o *status* real da filha não tinha diminuído, apesar de o casamento se realizar com

¹³ MARINI L., 1965 p. 364.

¹⁴ Sobre a dinâmica política existente entre piemonteses e saboianos, cf. MARINI L., 1962. O tema foi retomado sob novas perspectivas por BARBERO A., 1989.

¹⁵ BARBERO A., 2002, p.236 e sgts. BARBERO A., BRERO T., 2008

um «simples» duque, o pai tinha-a equipado de um numeroso séquito, uns cinquenta homens e mulheres, destinados a ficar com ela na nova pátria. Para além disso, tinha sido atribuído à infanta um dote muito considerável, isto é, 150.000 ducados: 45.000 em contado, 22.000 em jóias, 15.000 em vasos de prata e paramentaria da capela, 18.000 em tapeçarias, mais outros 50.000 que seriam depositados um ano depois¹⁶.

As núpcias foram consideradas, aliás, uma “questão” económica, sobretudo da parte saboiana, visto que, em 1518, Carlos II tinha feito ao futuro sogro o pedido de 300.000 escudos, contentando-se depois com metade¹⁷. Tanto quanto parece, foram precisamente as questões financeiras relativas à manutenção do pessoal da princesa a causa dos primeiros descontentamentos surgidos em Nice entre os ministros portugueses e o governo ducal, espantado com a perspectiva de ter de sustentar as despesas de uma corte demasiado numerosa¹⁸. Beatriz, todavia, conseguiu conservar a própria casa e Carlos II, a poucos meses do casamento, atribuiu-lhe como apanágio diversas somas provenientes de rendimentos do património saboiano¹⁹.

Este facto permite-nos evidenciar uma realidade até agora pouco considerada nos estudos sobre o mundo das cortes: em primeiro lugar, a existência, ao lado da do príncipe, de uma articulada corte paralela, que dependia da consorte. Para além disso, enquanto habitualmente os cortesãos da esposa eram drasticamente reduzidos em número uma vez realizadas as núpcias, no caso da infanta, o *status* mais elevado de que provinha permitiu-lhe manter os seus próprios servidores²⁰. É provável que, nesse sentido, tivessem sido estabelecidos acordos com cláusulas bem precisas, já no momento das primeiras negociações matrimoniais, a que parecem aludir também as instruções

¹⁶ AST, Corte, *Matrimoni della Real Casa* m. 17, n. 5, Contratto di matrimonio tra Carlo II e Beatrice del 26/3/1521.

¹⁷ *Idem*, declaração de Carlos II de 8/11/1518.

¹⁸ BARBERO A., BRERO T., 2008, pp. 343-346.

¹⁹ AST, Corte, *Matrimoni della Real Casa* m.17, n.5, 19/2/1522, *Patenti del duca Carlo di Savoia d'assegnazione a favore della Duchessa Beatrice di Portogallo sua consorte di fiorini 5900 sovra la gabella del sale di Nizza, altri fiorini 3500 sovra li focaggi e Segreteria di Cuneo et altri 3000 sovra li focaggi di Santhià*.

²⁰ Um caso análogo parece ter sido o da infanta Catarina de Habsburgo, filha de Filipe II de Espanha (e I de Portugal), que, em 1585, desposou o duque Carlos Manuel I, neto de Beatriz de Portugal. A propósito veja-se MERLIN P., 2008 (1) e MERLIN P., 2008 (2).

redigidas pelo próprio rei D. Manuel a D. Beatriz²¹. Os estudos mais recentes têm estabelecido que nos casamentos entre príncipes em que a consorte detinha um grau superior ao marido, esta conseguia conservar uma notável autonomia, jogando igualmente um papel político relevante.

Em torno da duquesa constituiu-se, portanto, uma corte paralela, financeiramente separada da do duque e com adidos que eram nomeados directamente por D. Beatriz. Com o tempo, o número crescente de damas, fidalgos e criados saboianos e piemonteses admitidos, elevaram a respectiva orgânica a cerca de noventa pessoas. O núcleo principal foi, porém, sempre constituído pelos portugueses que tinham partido de Lisboa no Verão de 1521, uns vinte dos quais eram ainda nomeados no testamento ditado pela princesa a 29 de Dezembro de 1537, poucos dias antes da sua morte. A preeminência da categoria da infanta sobre o marido é, de resto, evidenciada desde o início pelo diverso tratamento económico reservado aos seus cortesãos, que premiava decididamente os portugueses face aos saboianos, a partir do momento em que estes últimos eram pagos em florins, moeda corrente de valor fixo, enquanto os primeiros o eram em escudos de ouro, que, no curso dos anos, tiveram uma contínua revalorização²².

A estrutura da corte de D. Beatriz já foi estudada e não é minha intenção retomar o assunto²³. Nesta ocasião, é mais importante insistir em alguns resultados alcançados pela historiografia, sobretudo porque podem ser úteis numa perspectiva comparada, para compreender o funcionamento das cortes das rainhas e princesas, como também as dinâmicas sociopolíticas relativas ao exercício do poder feminino. O coração da corte da duquesa era constituído pela câmara, cujos membros mais próximos da pessoa física da infanta eram sobretudo portugueses. Entre estes, sobressaíam algumas mulheres, em grande parte expoentes da alta aristocracia, que serviam como damas de companhia, camareiras e guarda-roupa.

²¹ AST, Corte, *Matrimoni della Real Casa m.17, n.5, Istruzioni del re di Portogallo Emanuele a Beatrice Duchessa di Savoia sua figlia in lingua portoghese e dal medesimo sottoscritte*. É interessante notar que a prática de escrever tais instruções se encontra também na monarquia espanhola e diz respeito às infantas destinadas a casar com outros soberanos europeus.

²² BARBERO A., 2002, pp. 237-238.

²³ BARBERO A., 2002, pp. 236 e sgts.

Algumas delas estavam ligadas a D. Beatriz por laços de família ou por fortes vínculos afectivos e isso indica que foram recrutadas com o objectivo de criar, à volta da jovem princesa, um ambiente familiar, que lhe fizesse recordar de algum modo o país natal. A posição assim alcançada, permitiu-lhes ter mais poder, mais prestígio e mais dinheiro do que os homens que serviam na corte. O relevo alcançado pelo pessoal feminino da câmara tornou-se evidente já no curso dos festejos realizados em Ivrea, para a celebração do baptismo do primeiro filho do casal ducal, o príncipe Adriano João Amadeu, nascido em Novembro de 1522. As fidalgas portuguesas ocuparam um lugar de honra nas cerimónias e nas cortejos, como testemunha um poema encomiástico composto para a ocasião pelo lombardo Antonino dal Pozzo²⁴.

A duquesa sempre foi particularmente ligada às suas damas, quase todas mais jovens do que ela, e falava frequentemente delas com grande afecto em documentos oficiais. Preocupou-se em fazê-las desposar os mais eminentes fidalgos do ducado e atribuiu-lhes dotes assaz consideráveis. Elas constituíram, sem dúvida, o seu círculo mais íntimo, cuja função privada, mas ao mesmo tempo pública e não destituída de implicações políticas, pode ser, por exemplo, aproximada à que foi desempenhada pelo pessoal feminino de uma grande rainha de Quinhentos, cujo caso foi amplamente estudado, isto é, o de Isabel Tudor²⁵.

Porém, no seio da câmara, existia uma hierarquia rígida, definida também pelos vencimentos recebidos, que foi traçada pelos historiadores. O primeiro lugar tocava às jovens de sangue real, aparentadas com a infanta: D. Mécia de Portugal, filha de D. Dinis, conde de Bragança, e D. Maria de Noronha, filha de D. Sancho de Portugal, conde de Odemira. Ambas desposaram membros da mais alta nobreza saboiana, respectivamente, o conde Renato de Challant, marechal de Sabóia e principal feudatário de Vale d'Aosta, e Bertolino de Mombello, conde de Frossasco, mordomo-mor. Ambas tiveram um dote considerável, que, para a primeira, atingiu os 10.000 escudos.

Apesar de inferiores às damas de honor, ocupavam uma posição especial e gozavam de precedência Inês Álvares, a ama e, depois governanta da infanta,

²⁴ BARBERO A., BRERO T., 2008, p. 350 e sgts. Sobre os torneios organizados para aquele evento, cf. GENTILE L. C., 2010, pp. 19-21.

²⁵ Cf. MERLIN P., 2010, pp. 228-229.

e a sua filha, Francisca Tavares, que a substituiu no cargo de «femme de chambre et garderobe». Esta última, casou depois com o nobre saboiano João de Duingt, barão de Val d'Isere, senhor de Combefort e capitão dos archeiros. Ao lado da duquesa, só uma fidalga de Sabóia ocupava uma posição de relevo: a senhora de Broissy, mulher do primeiro fidalgo da câmara do duque, a qual recebia um ordenado superior ao de todas as outras damas 'comuns'.

Estas últimas eram as verdadeiras e típicas «dames et demoiselles d'honneur» da câmara da duquesa. D. Beatriz tinha chegado a Nice acompanhada por oito damas em idade casadoira: a todas foi garantido um casamento mais ou menos prestigioso com nobres piemonteses ou saboianos. Por exemplo, Francisca de Lacerda desposou o marquês Gian Giacomo d'Incisa; Beatriz de Mascarenhas, o conde de Crescentino Ricardo Tizzone²⁶; Inês de Brito, o conde Carlos de Mombello, filho de Bertolino; enquanto Guiomar Cardoso se uniu a Bertrand de Lucinge, camareiro ducal e capitão da guarda.

A princípio, poucas foram as damas de honor nativas do ducado e somente alguns anos depois da chegada da princesa, o seu número subiu a sete ou oito, igualmente dividido entre piemontesas e saboianas. É, todavia, digno de nota o facto de que, nas listas dos ordenados destas damas, «diferentemente do que acontece com as portuguesas, fossem sempre indicadas simplesmente com o apelido, por testemunho, não de familiaridade, mas de frieza»²⁷. Tratava-se de uma condição de inferioridade confirmada também pelos salários, mais baixos cerca de 50 %.

Apesar da prevalência, senão de número, pelo menos de prestígio, do elemento feminino, entre o pessoal português também havia homens que se tornaram preciosos servidores da duquesa, recebendo compensações mais altas do que os seus pares saboianos. Tratava-se, por exemplo, do porteiro da câmara Pedro de Paredes, homem de confiança da infanta, a qual lhe fez atribuir o cargo de governador do castelo de Carignano. De igual modo fiel era o escudeiro Pedro Álvares, que desposou a dama de honor Maria de Meneses. Pedro foi um dos poucos portugueses desembarcados em Nice, em

²⁶ O casamento teve lugar em Junho de 1524, como a própria infanta nos informa numa carta (FORNASERI G., 1957, p. 89, carta de 5/6/1524).

²⁷ BARBERO A., 2002, p. 245.

1521, a ser assumido pelo filho de D. Beatriz, Manuel Felisberto, que lhe concedeu em 1554 um diploma com a declaração oficial de que a duquesa «lhe havia pouco tempo antes da sua morte outorgado e dado o título de dom, e queria que assim fosse chamado»²⁸.

Enquanto algumas secções da corte da infanta, como a capela e a câmara eram quase completamente compostas por portugueses, a casa era constituída sobretudo por pessoal nativo do ducado, admitido ao serviço depois do seu casamento e pago em florins. Foi notado que diversos empregados serviam simultaneamente Carlos II e isso permite-nos afirmar que se D. Beatriz dispunha de uma câmara própria completamente autónoma da do marido, as duas casas sobrepunham-se.

Entre os mordomos ducais, encontravam-se, por exemplo, homens como o senhor de Bellegarde ou o senhor de Marsonnax, cujos nomes estão presentes também nas listas de pagamento dos cortesãos da duquesa. Tratava-se provavelmente de uma forma de limitar as despesas da corte, que, já elevadas desde os inícios do governo de Carlos, aumentaram muito depois das suas núpcias. D. Beatriz, por seu lado, teve um único mordomo português, Simão Correia, que, porém, ficou no cargo por pouco tempo, sendo substituído pelo pessoal que servia o duque. A infanta começou a ter mordomos próprios a partir dos anos trinta e foram sobretudo piemonteses, como António Bava, nomeado em 1532, e Gian Giacomo Bernezzo, senhor de Rossana, em 1534.

Tais nomeações parecem indicar uma prevalência dos piemonteses sobre os saboianos na corte da duquesa, que agora tendia a residir em Turim mais repetida e dilatadamente e do que Carlos II. De resto, o caso de Bava, financeiro desenvolvido, que veio depois a ocupar o importantíssimo cargo de tesoureiro geral, pode ser considerado emblemático «da ascensão política e social daquele ambiente de banqueiros e juristas piemonteses, não nobres de origem, se bem que quase sempre nobilitados, que teve tanto protagonismo no governo do ducado no tempo de Carlos II»²⁹.

De qualquer modo, foi sobretudo a casa o lugar em que operaram alguns dos oficiais saboianos que mais colaboraram com a princesa lusitana no

²⁸ Citado em BARBERO A., 2002, p. 241.

²⁹ BARBERO A., 2002, p. 248.

governo do ducado, a começar por Claude de Balleyson. Ao seu lado, também não pertencendo oficialmente à casa, encontramos personagens de relevo do conselho ducal, como o saboiano Pierre Lambert, presidente da câmara de contas, e o piemontês Nicolau Balbo, superintendente do património, nomeado por D. Beatriz seu conselheiro e advogado particular.

A chegada da infanta de Portugal teve notáveis consequências no cerimonial de corte. Habitados aos modos abertos e cordiais de Carlos II, que tinha sido educado à francesa, os súbditos saboianos encontraram-se perante uma princesa que nutria um profundo sentido de soberania e que pretendia manifestar também a nível exterior a sua superioridade real. Alguns momentos da vida quotidiana da infanta, como, por exemplo, as refeições, tornaram-se, de facto, particularmente ritualizados e submetidos a uma precisa etiqueta, que deveria ser respeitada pelas damas que a serviam à mesa. Quando, depois, se envolveu nos negócios de Estado, a duquesa demonstrou um carácter tenaz e qualidades políticas pouco comuns, dotes que certamente os observadores não esperavam de uma mulher e que lhe proporcionaram a fama de pessoa orgulhosa e soberba.

3. Entre a França e o Império.

O papel político desenvolvido por D. Beatriz não foi ainda avaliado de modo adequado, se bem que recentemente tenha sido sublinhada a sua importância no quadro dos acontecimentos do ducado, entre a terceira e quarta década de Quinhentos. O primeiro contacto com a realidade de Sabóia foi para ela a Assembleia dos Três Estados Piemonteses, realizada em Vigone, em Janeiro de 1522, em que os delegados lhe concederam um donativo de 50.000 florins, congratulando-se pela «sua feliz e recente chegada»³⁰. Naquela ocasião o chanceler-mor de Sabóia recordou que Carlos II se tinha casado «mais para satisfazer os súbditos que impelido por desejo próprio» e que, no curso das conversações havia sustentado muitas

³⁰ TALLONE A., 1932, p. 421. [Nota no original italiano: A recolha de Tallone contém documentos em Francês e Latim. A tradução dos passos citados é da minha responsabilidade].

despesas para vencer a concorrência dos outros pretendentes. No fim, porém, tinha conseguido tomar como mulher “a ilustríssima senhora nossa duquesa Beatriz, filha do invencível Manuel rei de Portugal», a qual tinha chegado ali vinda «das terras dos confins do mundo»³¹.

Mesmo que a jovem princesa não estivesse consciente do facto, naquela reunião foram discutidas questões políticas bastante delicadas. O duque tinha, de facto, pedido o conselho e o apoio financeiro dos representantes dos estados do ducado para fazer frente à grave situação criada em Itália com a retomada do conflito entre a França e a Espanha, que expunha os domínios de Sabóia às devastações dos exércitos de ambos os contendores. Os Estados tinham votado um subsídio a favor do seu príncipe, mas tinham avançado numerosos pedidos, alguns deles que interessavam à ordem institucional do governo.

Nos anos seguintes, Carlos II procurou manter-se neutral entre as duas potentes monarquias, mas teve de sofrer, por um lado, as pressões de Francisco I e, por outra, as de Carlos V. Os Franceses, de facto, tinham sido expulsos da Lombardia e tentavam reconquistá-la, pretendendo livre trânsito através do Piemonte, enquanto os imperiais pediam que o duque alinhasse abertamente a seu favor e, entretanto, preparavam-se para enfrentar os inimigos precisamente em territórios da Sabóia, que se tornavam assim um grande campo de batalha³².

Foi em tal conjuntura que Beatriz fez o seu ingresso na cena política. Tinha então vinte anos e em Dezembro de 1523 dera à luz Luís, destinado a tornar-se o príncipe herdeiro. Deixando o consorte em Sabóia, onde estava empenhado em conversações para reafirmar a supremacia ducal sobre Genebra, a princesa chegou a Turim, em Junho de 1524³³. Aqui acolheu os generais dos Áustrias que estavam a reunir tropas para proceder à invasão da Provença. Tratava-se de personagens eminentes, como Carlos de Bourbon, o marquês de Pescara e o vice-rei de Nápoles, Carlos de Lannoy. Nem

³¹ TALLONE A., 1932, p. 431.

³² Sobre a política imperial neste período e a posição do estado de Sabóia no quadro internacional, cf. MERLIN P., 1994. MERLIN, P., 2001.

³³ Os Sabóias estavam em guerra com as autoridades de Genebra pela hegemonia política da cidade. A partir dos anos vinte o conflito agravou-se por causa da difusão das ideias reformadoras e da aliança de Genebra com as vizinhas cidades de Berna e Friburgo, que eram contrárias ao poder saboiano. Para uma reconstituição documental, cf. AST Corte, *Negoziazioni coi Svizzeri*, m.1 bis.

todos, porém, nutriam simpatias pelos Sabóias e especialmente Lannoy era abertamente contrário a Carlos II, a ponto de ameaçar conquistar todo o Piemonte em nome do imperador.

Em tal situação, a duquesa procurou actuar como mediadora e conseguiu obter o apoio do marquês de Pescara. A sua intervenção não impediu, todavia, que os soldados se comportassem de modo prepotente para com a população, tanto que naqueles dias a infanta informava Carlos que a passagem do exército imperial tinha ocorrido «com grande dano e lamentos dos vossos súbditos»³⁴. Quando, depois, soube que Lannoy estava a deixar o ducado, não pôde conter um suspiro de alívio, exclamando: «Deus lhe conceda a graça de não voltar nunca mais aqui!»³⁵.

Nos anos seguintes, o duque manteve ainda uma conduta neutral, procurando favorecer a concórdia entre a Coroa francesa e os Habsburgos. Apesar disso, a guerra continuou e os domínios de Sabóia a Sul das montanhas sofreram as consequências. Depois de ter repellido o ataque imperial na Provença, Francisco I tinha, de facto, invadido novamente a Itália, onde foi derrotado e feito prisioneiro em Pavia, em Fevereiro de 1525. Graças também à mediação ducal, chegou-se à paz de Madrid, de 1526, mas os territórios subalpinos continuaram ocupados pelas tropas espanholas, que tinham a intenção de evacuar só depois do pagamento de uma copiosa indemnização. Os próprios duques foram constrangidos a pedir dinheiro em empréstimo e D. Beatriz, em particular, teve que empenhar as suas próprias jóias e pedir um subsídio aos Estados para as resgatar³⁶.

Da difícil situação, aproveitou então um príncipe cujos domínios faziam fronteira com o ducado, isto é, o marquês de Saluzzo, aliado da França, cujas forças armadas começaram a fazer incursões nas fronteiras do Sudoeste, usando como base a cidade de Carmagnola. Carlos II, que se encontrava a Norte das montanhas, ocupado com a crise genebrina, pediu novamente

³⁴ FORNASERI G., 1957, p. 98, carta de Turim de 18/6/1524. [Nota no original italiano: A correspondência de D. Beatriz é em língua francesa; a tradução deste passo, bem como dos outros que serão citados, é minha]

³⁵ FORNASERI G., 1957, p. 96, carta de Turim de 14/6/1524.

³⁶ TALLONE, A., 1933, pp. 6-7. Os Estados concederam-lhe naquela ocasião um donativo de 50.000 florins.

socorro aos Estados piemonteses, convocados em Turim, em Fevereiro de 1526. As conversações foram conduzidas pela duquesa, que desde o início declarou que faria todo e qualquer esforço, com a ajuda do conselho ducal, «para conduzir o assunto a algum bom resultado»³⁷.

E, com efeito, D. Beatriz empenhou-se muito nas discussões com os delegados, demonstrando também notáveis capacidades diplomáticas. Pela primeira vez, aliás, teve de se confrontar directamente com o sistema contratual que estava na base do regime constitucional saboiano e que comportava longas negociações com os estados, os quais não tencionavam fazer concessões sem ter contrapartidas sobre o plano das isenções e dos privilégios. A princesa visava alcançar dois objectivos: obter dinheiro para recrutar tropas para enviar à Sabóia, para apoio de Calos II contra os Suíços, e para fazer frente aos ataques provenientes de Carmagnola.

A infanta tinha consciência do facto de que, em qualquer caso, se tratava de defender a soberania ducal. Informava, com efeito, o marido de ter dito aos súbditos que era uma vergonha permitir « aos de Carmagnola que cometessem injúrias e actos violentos, como os que praticaram no vosso domínio, onde a vossa honra e a vossa autoridade foram gravemente ofendidas» e que os seus pedidos visavam somente «a utilidade e a honra de todo o país»³⁸. Os Estados, todavia, não se mostraram muito disponíveis e as negociações demoraram longamente.

No decurso do debate emergiram, na realidade, de modo dramático, alguns aspectos destinados a caracterizar ulteriormente a vida política do ducado. Em primeiro lugar, a crescente recusa dos piemonteses em apoiar as escolhas políticas ducais, agora que estas pareciam orientadas exclusivamente para a defesa dos interesses saboianos; para além disso, a escassa vontade em conceder ajudas financeiras também se manifestava quando eram pedidas para defender localidades do próprio Piemonte, como no caso das comunidades atacadas pelos soldados do marquês de Saluzzo.

Perante tais atitudes, à duquesa não restou outra alternativa senão informar Carlos II de que existiam súbditos bem intencionados, mas também outros

³⁷ FORNASERI G., 1957, pp. 115, carta de Fevereiro de 1526. TALLONE A., 1933, p. 20.

³⁸ TALLONE A., 1933, pp. 22-23. FORNASERI, G., 1957, pp. 112-114, carta de Fevereiro de 1526.

«tão frios para cumprir o seu dever que mais não poderia ser»³⁹. No fim, os Estados votaram um donativo de 15.000 escudos, mas recusaram-se a recrutar tropas para mandar para Sabóia, invocando a sua pobreza e lamentando-se de que as terras piemontesas ainda estavam ocupadas pelo exército imperial. Na realidade, sempre em 1526, os Estados contribuíram com 10.000 escudos junto do marquês de Vasto, governador de Milão, para obterem a evacuação de “muitas divisões de infantaria e homens de armas de Sua Majestade cesárea, que tinham causado enormes e intoleráveis danos a este país»⁴⁰.

Com o reinício do conflito franco-espanhol, na sequência da Liga de Cognac, as margens da manobra do governo saboiano e da sua política de neutralidade tornaram-se ainda mais restritas. Em contrapartida, o ducado ficou cada vez mais envolvido nas operações bélicas, tanto que Carlos II se viu constrangido por várias vezes a convocar os Estados, para lhes pedir ajuda. Procurando justificar as suas escolhas, na Primavera de 1527 recordou aos Estados «como bom senhor, príncipe e defensor dos próprios súbditos, e como aliado de ambos os reis, que sempre tinha sido neutral, enviando embaixadores com grandes despesas a uma e a outra parte»⁴¹. Teve, porém, oportunidade de verificar que os Estados, sobretudo as comunidades, se encontravam agora mais rebeldes em colaborar, sobretudo a partir do momento em que os delegados lhe responderam que «por causa da grande carestia e pobreza» não podiam «dar ajudas, nem contributos»⁴².

O descontentamento piemontês em relação à política saboiana atestava-se de outro modo, mediante a desvinculação que começou a manifestar-se entre governantes e governados, isto é, entre os funcionários encarregados da administração e os súbditos. Em Outubro de 1528, Carlos reuniu ainda a assembleia em Turim, pedindo «conselho e ajuda», mas esta respondeu que o duque tinha «já junto de si melhor conselho e melhor ajuda do que aqueles que o país podia oferecer», aludindo deste modo aos conselheiros e aos outros ministros que colaboravam com o príncipe⁴³.

³⁹ FORNASERI G., 1957, p. 113, carta de Fevereiro de 1526.

⁴⁰ TALLONE A., 1933, p. 29.

⁴¹ TALLONE A., 1933, p. 43.

⁴² ALLONE A., 1933, p. 45.

⁴³ TALLONE A., 1933, pp. 48-49.

Entretanto, os vínculos com a dinastia de Habsburgo tinham sido reforçados com o casamento de Isabel de Portugal, irmã de Beatriz, com Carlos V, o qual se movimentava para apoiar as reivindicações ducais sobre Genebra, enviando embaixadores à dieta helvética, com o objectivo de os fazer «revo-gar os tratados estipulados com a cidade de Genebra e de Lausana, como contrários ao duque Carlos de Sabóia, seu vigário imperial»⁴⁴. A França, por sua vez, também tinha tentado atrair a dinastia, favorecendo as núpcias de Carlota de Orleães com Filipe de Sabóia, irmão mais novo de Carlos, que até ao momento tinha militado pelo império. Ao príncipe, foi concedido o ducado de Nemours, vago pela morte da irmã Felisberta. E, na tentativa de não se opor à corte de Paris, Carlos II havia proposto desde 1526 o casamento do primogénito Luís com Margarida de Valois, filha de Francisco I⁴⁵.

A infanta contribuiu de maneira decisiva para levar o ducado a estabelecer uma aliança com o imperador, convicta de que a incerta política seguida pelo marido até ao momento não acarretaria qualquer vantagem. A princesa continuava a cooperar com o duque e os seus funcionários na administração do Estado, como demonstram as numerosas provisões tomadas por ela neste período⁴⁶. Se bem que empenhada no governo, não deixava de se interessar também pelo seu próprio dote, que ainda não tinha sido pago integralmente⁴⁷.

4. Na órbita imperial

Foi notado que «os anos que vão do primeiro congresso de Bolonha em diante, vêem Beatriz empenhada em tirar da amizade com o imperador todas as vantagens possíveis para a causa de Sabóia»⁴⁸. Carlos II tinha, de resto, a intenção de desfrutar o mais possível da aliança com os Habsburgos e quis preparar-se de modo adequado para a grande reunião dos príncipes

⁴⁴ AST Corte, Genève, cat. I, pacote 12, n.ºs 1-3, cartas de Carlos V aos seus embaixadores, de 28/4/1526.

⁴⁵ AST Corte, *Matrimoni della Real Casa*, m. 19, n.ºs 1-8.

⁴⁶ Cfr. SOFFIETTI I., 1969, *passim*.

⁴⁷ FORNASERI G., 1957, p. 128, carta de 9 de Abril de 1526.

⁴⁸ FORNASERI G., 1957, p. 36.

italianos, que constituiu o quadro de fundo da coroação de Carlos V em Bolonha, em Fevereiro de 1530⁴⁹. A paz de Cambrai, do ano precedente, e a vinda à Itália do potente soberano pareciam, de resto, inaugurar uma época de paz, sob a hegemonia da Espanha e do Império⁵⁰.

Os Estados piemonteses foram, portanto, convocados em Janeiro de 1530, por motivo «da chegada do sereníssimo imperador a Itália, pela qual é oportuno e importa fazer grandes preparativos e despesas». O duque sublinhou, para além disso, que já havia cinco anos que se empenhava «na conservação do estado e dos súbditos», enviando «muitos embaixadores à majestade cesárea, ao rei cristianíssimo de França e a outros príncipes» e que agora tencionava fazer render tal política⁵¹. Era, todavia, necessário fazer uma boa figura perante o monarca Habsburgo e, por isso, pedia um apoio financeiro.

Carlos obteve um subsídio considerável: 160.000 florins para ele, 20.000 para a duquesa e 5.000 para o príncipe herdeiro Luís, mas os delegados apresentaram-lhe um longo elenco de reivindicações, como já havia tempo não se via⁵². Entre estas figurava um pedido que nos permite ter uma ideia do alcance das dificuldades políticas então existentes nos confrontos com o governo. Tratava-se do requerimento de igualdade entre piemonteses e saboianos na atribuição dos cargos, benefícios e honras: um problema que era levantado precisamente agora, vinte anos depois, como testemunho de uma insatisfação crescente.

De qualquer modo, o príncipe de Sabóia pôde apresentar-se em Bolonha com um séquito faustoso, que despertou a atenção dos observadores⁵³.

⁴⁹ MERLIN P., 2004, pp. V-VII. Carlo II tinha preparado o terreno também no plano diplomático: cf. AST Corte, *Negoziazioni con Vienna* m. 1, n. 3, 26/10/1529. *Istruzione del Duca Carlo III al Presidente Jaffrey per portarsi dall'Imperatore nel Congresso che doveva tenere col Papa in Bologna*, n. 4, 26/10/1529. *Istruzione al Presidente di Piemonte per portarsi alla Corte di Vienna e far valere nelle occasioni i diritti del Duca Carlo III*.

⁵⁰ Sobre estes temas e estes acontecimentos que levaram à afirmação da supremacia dos Habsburgos, cf. CANTU' F., VISCEGLIA, M.A., 2003.

⁵¹ TALLONE A., 1933, pp. 55-57.

⁵² TALLONE A., 1933, pp. 59-68.

⁵³ Cf. o testemunho dos embaixadores venezianos in SANUDO M., 1898, cc. 644-645. Também a infanta se fez notar pela riqueza do vestuário e dos ornamentos, tanto que um observador referia que «Sua Excelência entrou com grande pompa e bela comitiva... Tinha jóias em

Notável sucesso suscitou Beatriz, a cujo fascínio não ficou imune o próprio Carlos V, provocando os comentários picantes de muitas testemunhas oculares⁵⁴. O historiador ducal Pierre Lambert, recordando o episódio, referia que à duquesa «foram tributados um grande acolhimento e honras, porque o imperador fê-la acompanhar de uma multidão de cardeais, príncipes e outros senhores, escoltou-a aos seus alojamentos, onde mais vezes Sua Majestade veio visitar em privado o meu senhor e a duquesa, e decidiu tomar as refeições com eles»⁵⁵. Mesmo que a expedição a Bolonha não tenha obtido grandes resultados com vista ao reforço saboiano a nível internacional, lançou, todavia, as bases para um importante engrandecimento territorial do ducado, que foi alcançado em 1531, quando o imperador doou à cunhada o condado de Asti e o marquesado de Ceva, cedidos pelos franceses.

A renovada amizade com os Habsburgos de nada serviu a Carlos II para se proteger contra as pretensões dos cantões helvéticos. Em Outubro de 1530, os Estados foram convocados com urgência em Turim, porque os Suíços tinham invadido «as terras ducais do lado de lá dos montes e devastaram muitos lugares, entraram em Genebra e ameaçaram praticar actos ainda mais terríveis»⁵⁶. Perante o novo pedido de ajuda, os delegados recuaram. Como então referia um alto funcionário saboiano: «os do país desculparam-se de não poder dar socorro, por causa da grande pobreza em que se encontram, tanto pelos males que têm suportado, como pelos subsídios que têm dado»⁵⁷. Com efeito, os territórios subalpinos viviam numa profunda crise, iniciada no mínimo uma década antes. A sociedade piemontesa encontrava-se atravessada por fortes tensões económicas e sociais, enquanto a administração saboiana se caracterizava por abusos e corrupção.

Assim, o duque teve de se desenvencilhar sozinho e, ao mesmo tempo, defender-se das hostilidades da França. A cedência de Asti a Beatriz de

abundância ao peito e 60 pérolas grandes de 27 quilates cada. E o imperador demonstrou-lhe grande carinho» (SANUDO M., 1899, c. 13).

⁵⁴ Um embaixador veneziano sublinhava de modo particular a galantaria demonstrada por Carlos V, notando que «o imperador não fez outra coisa todo o dia senão acompanhar a duquesa de Sabóia e ir em pessoa ao seu encontro» (SANUDO M., 1899, cc. 31-32).

⁵⁵ LAMBERT P., 1840, c. 861.

⁵⁶ TALLONE A., 1933, p. 90.

⁵⁷ TALLONE A., 1933, p. 93, carta de Gioffredo Pasero ao duque, de 24/10/1530.

Portugal tinha sido, na realidade, o evento que definitivamente comprometera as relações entre Carlos II e Francisco I. A tal propósito, o embaixador veneziano Marino Giustiniani, em 1532, afirmava que os Sabóias se encontravam ao tempo em grandes dificuldades, «pelas divergências que têm com o rei cristianíssimo, porque o imperador tinha doado o condado de Asti a esta duquesa»⁵⁸. Para a ruptura tinha contribuído certamente também a atitude da infanta, que havia tempo avisava o consorte para que não se fiasse dos Franceses. Numa carta escrita nos inícios de 1531, advertia-o que «Se vós deliberastes comportar-vos para com a França como fizestes até agora, será algo bastante difícil para que possais conviver com ambos (os reis), sem descontentar ou um ou o outro ou mesmo ambos»⁵⁹.

A aquisição de Asti e Ceva, como quer que seja, teve como consequência que a princesa portuguesa se ligou ainda mais à realidade piemontesa e ao grupo de conselheiros e funcionários, aos quais o duque, continuamente empenhado para lá das montanhas, tinha confiado a administração dos domínios subalpinos. É importante notar que, a par de súbditos fiéis de primeira hora, como, por exemplo, Claude de Balleyson e Gioffredo Pasero, estava a emergir uma nova geração de oficiais, destinados mais tarde a governar o ducado. Tratava-se de homens que se tinham formado na Universidade de Turim, onde haviam sido influenciados pela cultura jurídica de orientação «monárquica», elaborada por juristas como Giovanni Nevizzano, mas sobretudo pelo saboiano Claude de Seyssel, autor da famosa *Monarquias de França*, conselheiro, primeiro de Carlos II e, depois, de Francisco I.

Para ter uma ideia do peso exercido pelo elemento piemontês, basta analisar o pessoal que colaborou estreitamente com o duque e a duquesa na gestão das relações com os Estados subalpinos na primeira metade dos anos trinta. Em importantes ocasiões, como as assembleias dos Estados de Janeiro-Fevereiro de 1530 e de 1532-33, ao lado de Carlos, figuravam poucos saboianos como o escudeiro-mor Louis de Chatillon e Jean de La Forest, abade de Montjovet. Os outros eram todos eles personagens nativas dos territórios a sul das montanhas, a começar pelos grandes feudatários:

⁵⁸ SANUDO M., LVII, c. 201.

⁵⁹ FORNASERI G., 1957, p. 216, carta sem data, mas anterior a Abril de 1531.

o conde de Frossasco, mordomo-mor, e Luís de Sabóia, conde de Racconigi. Mas a maior componente era constituída por magistrados, como, em primeiro lugar, Girolamo Aiazza, chanceler-mor de Sabóia desde 1528, Giovanni Francesco Porporato, presidente do conselho de Turim, Aimone de Publiciis, presidente do conselho de Chambéry, Nicolò Balbo, superintendente do património.

Numerosa era, pois, a presença de conselheiros no Conselho *cum domino*: do fiel Chiaberto di Scalenghe, homem de confiança de D. Beatriz, a Stefano Scaglia, Vincenzo Inviziati, Carlo Baratta, sem esquecer figuras como Giovanni Michele Cacherano, Emiliano Sandigliano e Cassiano Dal Pozzo, todos advogados fiscais, que serviram não só a Carlos II, mas também o filho Manuel Felisberto, garantindo assim uma continuidade entre o governo ducal da primeira e da segunda parte de Quinhentos. Finalmente não faltavam personagens da corte, como os mordomos Giovanni Filippo Cambiano, dos senhores de Ruffia, e Ludovico senhor de Bagnolo.

No grupo de funcionários aqui individualizado, um lugar particular era ocupado pelos membros da linhagem dos condes de Piossasco, uma das mais antigas famílias do Piemonte, cujos ramos detinham o senhorio de diversos feudos. Aimone de Publiciis pertencia à linha de Piobesi, enquanto Chiaberto à de Scalenghe, da qual também fazia parte o irmão Giacomo Folgore, capitão a soldo imperial, que foi nomeado governador de Asti por Carlos V e que foi confirmado no cargo pela infanta⁶⁰.

A nova dignidade de condessa de Asti comportou para a duquesa um aumento de prestígio e, por consequência, também de despesas, a tal ponto que o marido, em Maio de 1531, decidiu atribuir-lhe em donativo o usufruto vitalício de todos os rendimentos da rica província saboiana de Bresse⁶¹. A partir deste momento, Beatriz ficou ainda mais envolvida na administração das terras piemontesas e a sua relação com os ministros ducais estreitou-se cada vez mais, como testemunha, por exemplo, uma carta

⁶⁰ Notícias sobre as personagens aqui citadas podem encontrar-se em MANNO A., *Il patriziato subalpino, ad vocem*. GALLI DELLA LOGGIA G, 1798, *passim*.

⁶¹ AST Corte, *Matrimoni della Real Casa* m.17, n. 5, 11/8/1531, *Donazione fatta dal duca Carlo di Savoia a favore di Beatrice di Portogallo sua consorte di tutti li redditi del Paese della Bressa durante la di lei vita*.

de Junho de 1531, em que informava Carlos II de ter agido segundo «o parecer do chanceler e das outras pessoas de bem, que estão comigo»⁶².

5. A crise piemontesa

Durante o seu governo do Piemonte, a infanta teve de enfrentar problemas, quer de política interna, quer externa. Em primeiro lugar, foi forçada a aperceber-se do progressivo agravamento das condições do país, acentuado pela desordem administrativa e pelas dificuldades sociais. Nos finais da primavera de 1531 referia, alarmada, ao duque que era necessário emanar «alguma provisão para estes sítios para a administração da justiça». Tinham rebentado, de facto, algumas insurreições em diversas localidades, «às quais é preciso providenciar tanto para descargo da nossa consciência, como para remediar a muitos outros inconvenientes que daí possam derivar»⁶³.

As tensões redundaram em lutas de facções, que assumiram conotações políticas e que não interessaram somente à periferia, mas também à própria capital subalpina, Turim, que em 15 de Agosto de 1532 foi cenário de um recontro entre partidos opostos, e que envolveu a própria duquesa⁶⁴. D. Beatriz, naquela ocasião, teve de se refugiar na catedral de S. João, para se subtrair a uma verdadeira batalha, desencadeada entre membros do partido filo-imperial, capitaneados pelos condes de Racconigi e de Masino e pelo governador de Asti, Giacomo Folgore di Scalenghe, e sequazes do partido filo-francês, conduzidos pelo conde de Tenda, Renato de Sabóia. Tratava-se, de qualquer modo, da antecipação das divisões destinadas a caracterizar os acontecimentos do ducado nos vinte anos seguintes.

Foram provavelmente episódios como este que induziram Carlos II a intervir sem mais demora na caótica realidade piemontesa, através de uma ampla reforma legislativa, que tocava todos os sectores da sociedade, desde

⁶² FORNASERI G., 1957, p. 228, carta de 6 de Junho de 1531.

⁶³ FORNASERI G., 1957, p. 228.

⁶⁴ O facto é narrado numa carta da própria infanta (cf. FORNASERI G., 1957, pp. 237-238).

administração judicial à economia. O projecto, que, na realidade, interessava a todo o ducado, tinha sido já apresentado, em 1528, aos Estados saboianos, mas agora o soberano pretendia alargá-lo também aos subalpinos. Os delegados da nobreza e das comunidades reuniram-se, deste modo, em fins de 1532 e o duque explicou-lhes que desejava « reformar a justiça, quer civil, quer criminal », tomar medidas visando a ordem pública e melhorar a economia e as condições de vida dos súbditos⁶⁵.

Tratava-se de um plano articulado, que tinha em vista decretar a supremacia da legislação ducal sobre todas as outras fontes de direito e que visava o reforço do poder saboiano sobre os Estados. Nas últimas décadas os estudiosos sublinharam a importância de tal projecto legislativo que permite alterar o juízo negativo até agora feito pela historiografia sobre o governo de Carlos II, que passou à história com o cognome de “Bom”, na realidade pouco gratificante do ponto de vista político⁶⁶. De facto, como as pesquisas mais recentes demonstraram, o príncipe não só defendeu a todo o custo a independência política e a integridade territorial do Estado contra as potências estrangeiras, como procurou consolidar a própria soberania.

A presença e o parecer favorável da infanta contribuíram certamente para confirmar as intenções de Carlos, se bem que a este propósito foi notado que, para além do apoio dado por Beatriz, « as motivações profundas da reforma devem ser encontradas nas ideias que se andavam difundindo entre os mais atentos juristas e homens de estado que preenchiam os cargos de governo nas magistraturas ducais, entre os quais não faltavam os partidários do absolutismo monárquico e de uma profunda mudança de toda a ordem estadual »⁶⁷.

Conscientes das implicações políticas que estavam na base das propostas ducais, os Estados piemonteses, temendo uma redução dos privilégios próprios, acolheram com frieza as reformas e levantaram obstáculos à sua aprovação. É interessante notar que a duquesa, por sua parte, fez pressões para convencer o marido a promulgar de *motu proprio* a nova legislação,

⁶⁵ TALLONE A., 1933, p. 102.

⁶⁶ Cf. PATRIARCA P.G., 1988.

⁶⁷ PATRIARCA P.G., 1988, p. LXXXI.

sem esperar o consenso dos Estados. Numa carta de Maio de 1533, afirmava o seguinte: «Monsenhor, o senhor chanceler disse-me que haveis decidido não publicar e fazer executar os estatutos até à convocação dos Estados. Suplico-vos que não assineis segundo o parecer dos homens de leis, porque eles adiariam o caso tanto quanto pudessem». Considerava, por outro lado, que era mais do que nunca necessário actuar «para acabar com o descontentamento que experimentam não só os vossos súbditos, mas todos em geral, em relação à justiça»⁶⁸. Contudo, o duque não teve a coragem de ir contra a assembleia dos Estados, que foi continuamente adiada, tanto que, em Outubro daquele ano declarava querer, de facto, «chegar à publicação dos decretos, mas com a participação de todo o país»⁶⁹.

A complicar a situação política do ducado tinha contribuído, entretanto, a questão da sucessão do Monferrato, onde, em 1533, se extinguiu a linha masculina dos Paleólogos. O marquesado era um feudo imperial e, assim, Carlos V chamou a si a decisão de nomear o sucessor. Carlos II avançou então com os seus direitos, que derivavam da herança de Branca do Monferrato, mas teve de enfrentar a concorrência de outros dois príncipes: Frederico Gonzaga e o marquês de Saluzzo⁷⁰.

Para apoiar as pretensões saboianas, era, porém, necessário o favor do imperador e, assim, Carlos II decidiu deslocar-se novamente a Bolonha, aonde Carlos V voltara depois de uma estada na Alemanha, entre 1530 e 1532. A reunião dos Estados piemonteses, no fim daquele ano, também tinha sido feita para recolher os fundos necessários para a viagem e provavelmente o anúncio da publicação dos novos estatutos foi uma medida para procurar obter o consenso dos súbditos, que, de resto, não veio a faltar.

Beatriz passou grande parte de 1533 ao lado do marido e procurou favorecer-lhe os desígnios junto do poder imperial e dos seus poderosos ministros. Na mente da duquesa amadureceu o plano que previa mandar o primogénito Luís a Espanha no séquito do imperador, enquanto testemunho da aliança com os Sabóias e com a esperança de que fosse assegurada

⁶⁸ TALLONE A., 1933, p. 109, carta de 2/5/1533.

⁶⁹ TALLONE A., 1933, p. 122.

⁷⁰ Sobre estes aspectos, cf. RAVIOLA A. B., 2003, p. 3 e sgts.

uma brilhante carreira ao jovem príncipe. Ela própria desejava deslocar-se à Península Ibérica para interceder a favor do marido, afirmando ser levada «mais pelo desejo do vosso bem e do acréscimo do vosso estado, que do meu prazer próprio»⁷¹.

Apesar de grávida, a duquesa tentou por várias vezes embarcar em Nice, mas foi sempre impedida pelas condições desfavoráveis do mar. No fim, teve de renunciar a tal empresa, mas não deixou de se interessar pelas importantes questões do ducado, que eram, entretanto, discutidas, na corte imperial. Assim, numa carta de 1533, podia escrever a Carlos II que, a respeito da sucessão de Monferrato, tinha escrito «por mão própria a Sua Majestade, a imperatriz, para Cobos, e a outros que, sei, vos podem ser úteis»⁷². A infanta manteve também uma cerrada correspondência com a irmã, Isabel, mulher de Carlos V, informando-a dos males que afligiam o Piemonte⁷³.

Apesar dos esforços dos duques, o destino da Casa de Sabóia tornava-se cada vez pior. Na frente interna, os Estados piemonteses, em Outubro de 1533, concederam finalmente um conspícuo subsídio (300.000 florins a Carlos II, 25.000 a D. Beatriz, 6.000 ao príncipe herdeiro), mas apresentaram a habitual série de queixas e reivindicações. O duque decidiu promulgar a reforma legislativa, com o propósito de confiar a respectiva execução à representação dos Estados. A fórmula com que Carlos emanava as provisões era bastante ambígua e revelava que a escolha da orientação de uma política mais «absolutista» ainda não tinha sido feita. De facto, no preâmbulo do texto, o soberano declarava agir «de nossa iniciativa e na plenitude do nosso poder e não obstante com a madura deliberação dos nossos maiores e conselheiros, mas também dos Estados do nosso país do lado de cá das montanhas, congregados para este fim»⁷⁴. Na realidade, as novas provisões, privadas do consenso «popular» e de um forte apoio por parte da elite do governo, foram letra morta, pois não foram aplicadas.

No plano internacional, a posição do ducado tornava-se cada vez mais crítica, sobretudo por causa da crescente hostilidade da França e dos prin-

⁷¹ FORNASERI G., 1957, p. 256, carta de 15/5/1533.

⁷² FORNASERI G., 1957, p. 252, carta de 11/5/1533.

⁷³ FORNASERI G., 1957, p. 242, carta de 21/4/1533 e p. 280, carta de 18/4/1534.

⁷⁴ TALLONE A., 1933, p. 146.

cipes italianos envolvidos na luta pela sucessão do Monferrato. A atitude de Francisco I perante Carlos II piorou quando este último se recusou a ceder o castelo de Nice como lugar de encontro entre o rei e o papa Clemente VII, que acompanhava a sobrinha Catarina de Médicis, noiva do soberano francês. Por último, em Novembro de 1533, a morte de Filipe de Sabóia, duque de Nemours e irmão de Carlos, cortou também os últimos laços de sangue entre as duas dinastias.

Entretanto, Beatriz tinha voltado a ocupar-se do governo do Piemonte e agora confrontava-se com graves dificuldades financeiras. Já em anos precedentes se vira obrigada a procurar empréstimos em Génova, lamentando ver-se pressionada por credores⁷⁵. Agora a situação parecia ainda mais grave, a tal ponto que, numa carta de Setembro de 1533, confessava não saber «onde encontrar um só escudo»⁷⁶. Faltava o pão e o vinho até na própria mesa ducal e também o príncipe Luís que se encontrava na corte espanhola, se via com o dinheiro contado⁷⁷. A infanta viu-se, então, na necessidade de empenhar as suas jóias, uma solução por ela utilizada outras vezes no passado⁷⁸.

Todavia, apesar das dificuldades, não deixava de ter gestos de afecto para com Carlos, como quando, em Junho de 1534, assegurava que lhe mandaria «os primeiros melões que ficarem maduros», desejando poder comê-los em «vossa companhia»⁷⁹. Não é fácil julgar qual fosse o sentimento existente entre os dois, considerando também a notável diferença de idades; decerto, D. Beatriz experimentava um sincero afecto pelo marido e nas cartas assinava como «a vossa humilde mulher». Como esposa fiel, esperava com ansiedade notícias do duque, frequentemente em terras longínquas, e assim, em Fevereiro de 1534, agradecia-lhe as cartas recebidas, que testemunhavam «o amor e o bem-querer que experimenta em relação a mim». Pedia-lhe, além disso, que continuasse a enviar-lhe novas e que

⁷⁵ FORNASERI G., 1957, pp. 144-145; 207; 235-236.

⁷⁶ FORNASERI G., 1957, p. 274, carta de 21/9/1533.

⁷⁷ FORNASERI G., 1957, pp. 294-296; 297-299.

⁷⁸ FORNASERI G., 1957, pp. 300-301.

⁷⁹ FORNASERI G., 1957, p. 306.

«conservasse a vossa pessoa de saúde, para alegria e consolação dos vossos filhos e da mãe, que estão bem, graças a Deus»⁸⁰.

Na realidade, as numerosas gravidezes da princesa portuguesa não tiveram um fim muito feliz. Dos nove filhos tidos de Carlos, oito morreram depois de alguns meses ou, no máximo, após poucos anos de vida⁸¹. Um destes, Isabel, nasceu precisamente enquanto a mãe tentava embarcar para Espanha e morreu durante a viagem de regresso, de Nice para Turim. Não foi por acaso que a morte da infanta se deveu às consequências de mais uma gravidez, que a debilitou fisicamente de modo definitivo. No momento do seu desaparecimento, ficava vivo somente um herdeiro, Manuel Felisberto, destinado, todavia, a suceder ao pai em 1553⁸².

Fracassada a projectada viagem a Espanha, a duquesa voltou a ocupar-se da realidade piemontesa, que estava a piorar, sobretudo no que dizia respeito às condições económicas e à ordem pública. A administração judiciária era de facto deficiente, e tanto que, em Julho de 1534, D. Beatriz escrevia ao marido, ao tempo em Sabóia, que, se ele não mandasse “para aqui gente para reforçar a justiça, eu vos asseguro, monsenhor, que se acenderá um fogo tão grande, que, quando se quiser apagar, já não será possível, porque todos os dias são cometidos excessos e assassínios, sem que se consiga qualquer punição»⁸³.

Segundo a infanta, uma das principais causas da fraqueza da autoridade ducal era a distância em que Carlos II se encontrava, cada vez mais envolvido com a questão de Genebra. Por isso, em Agosto de 1534, convidava-o pela milésima vez a regressar a Turim, sublinhando que a sua vinda seria o melhor «para pôr ordem nos assuntos daqui»⁸⁴. Com efeito, se bem que revelando uma notável capacidade para se ocupar dos problemas políticos e administrativos, Beatriz jamais obteve uma delegação plena de poderes por parte do marido e não pode ser considerada uma regente de pleno

⁸⁰ FORNASERI G., 1957, p. 280, carta de 18/2/1534.

⁸¹ É sintomático o caso da princesa Maria, nascida a 21 Março de 1526 e morta no dia seguinte (cf. SOFFIETTI I., 1969, p. 131, relatório de 22/3/1526).

⁸² Sobre a figura e obra do duque, cf. MERLIN P., 1995.

⁸³ FORNASERI G., 1957, pp. 318-319, carta de 13/7/ 1534.

⁸⁴ FORNASERI G., 1957, p. 342, carta de 17/8/ 1534.

direito, como foi, por exemplo, Catarina de Habsburgo, a qual, em 1588, foi nomeada lugar-tenente do duque Carlos Manuel I⁸⁵.

A princesa teve sempre de agir com a assistência do pessoal do Conselho de Estado: nobres e juristas, com quem, de resto, instaurou uma sólida relação de colaboração. Melhor pode dizer-se que, mesmo neste período crucial, de 1533 a 1535, se ligou ainda mais aos homens que representavam o partido «monárquico», entre os quais emergia o novo presidente do Conselho de Turim, Giovanni Francesco Porporato, considerado pelos historiadores o ideólogo da reforma legislativa tentada por Carlos II em 1533⁸⁶. Era a própria infanta quem informava sobre as suas reuniões com os funcionários ducais, como quando, a 13 de Agosto de 1534, advertia ter feito reunir «na minha presença o chanceler, o escudeiro-mor, o presidente do Piemonte» com outros dignitários e magistrados, com quem tinha «longamente discutido as questões»⁸⁷.

O governo saboiano estava, todavia, demasiado empenhado na vertente externa para poder ocupar-se de modo eficaz da situação interna. Nestes anos, os principais problemas que teve de enfrentar foram, de facto, a sucessão do Monferrato e a contestada supremacia sobre Genebra, que Carlos II tinha já decidido resolver com uma intervenção militar. O ducado encontrava-se, porém, numa grave situação financeira, que atingia a própria corte, visto que Beatriz, em meados de 1534, afirmava que, dentro de pouco tempo, não se encontrariam «nem escudos, nem tostões, nem outras moedas» e que não acreditava que fosse possível «poder obter dinheiro das comunidades»⁸⁸.

Em determinada altura, porém, tornou-se inevitável dirigir-se aos Estados, que foram convocados em Outubro de 1535. Em assembleia, a duquesa pediu um parecer aos seus membros sobre o que se deveria fazer, visto que os conselheiros se mostravam bastante cépticos sobre as possibilidades de obterem ajudas substanciais, sustentando que os súbditos estavam decididos «a não fornecer gente para sair do Piemonte» em socorro do

⁸⁵ Cfr. MERLIN P., 2008 (2), p. 209.

⁸⁶ A este propósito, veja-se PATRIARCA P.G., 1988, pp. XII-XIII.

⁸⁷ FORNASERI G., 1957, p. 340.

⁸⁸ FORNASERI G., 1957, p. 343, carta de 24/8/1534.

duque na Sabóia. É interessante notar que a assistir à infanta estavam todos os piemonteses, entre os quais figuravam, além do citado Porporato, três membros da fiel família Piossasco e o novo conde de Frossasco, Carlos di Mombello, que tinha substituído o pai, Bertolino, no cargo de mordomo-mor⁸⁹.

O príncipe saboiano pretendia realizar uma acção preventiva, para se apoderar de Genebra e combater ao mesmo tempo as cidades aliadas de Berna e Friburgo. Para fazer isto era necessário o apoio dos Estados subalpinos e, assim, Carlos decidiu satisfazê-los, emanando em 15 de Outubro uma série de provisões, cujo objectivo era pôr ordem na confusão monetária existente no Piemonte⁹⁰. No dia 23 Beatriz referia que os nobres pareciam dispostos «e decididos a fazer o seu serviço», enquanto «algumas comunidades se escusavam, como habitualmente»; também o conde de Frossasco confirmava que os fidalgos se «tinham mostrado todos eles prontos a obedecer e a prestar serviço»⁹¹.

No momento de decidirem, as cidades, porém, recuaram: Moncalieri, por exemplo, lamentou-se da pobreza e das taxas que a comunidade já suportava; os delegados de Vercelli, por sua vez, foram mais longe protestando abertamente «tanto pelo que pertence à justiça, às moedas e ao aprovisionamento do trigo, como pela falta de respeito pelos seus privilégios e costumes»⁹². A reunião foi adiada para Novembro, mas também então um observador notou que «aquelas comunidades não se encontram muito dispostas a ceder o que quer que seja»⁹³.

Entretanto, os Suíços tinham decidido antecipar-se às manobras saboianas e em Dezembro de 1535 invadiram os territórios ducais em volta de Genebra. Francisco I, por sua parte, aproveitou a ocasião para enviar um ultimato a Carlos II, em que pedia «muitas terras e senhorios, que pretendia que lhe pertencessem» por direitos hereditários, entre os quais Nice, Bresse, Faucigny, Vercelli, Asti e outras terras piemontesas. O duque não cedeu

⁸⁹ TALLONE A., 1933, p. 151, carta de D. Beatriz de 3/10/1535.

⁹⁰ TALLONE A., 1933, pp. 152-153.

⁹¹ TALLONE A., 1933, pp. 153-154.

⁹² TALLONE A., 1933, p. 155.

⁹³ TALLONE A., 1933, p. 159.

e respondeu às exigências de Paris através do presidente Porporato, «que é hoje reputado um dos homens mais sábios de Itália»⁹⁴.

Como resposta, as tropas francesas desceram ao Piemonte, ocupando a própria cidade de Turim em Março de 1536. Graças ao jogo das alianças, Carlos V declarou guerra à França e recrutou um corpo expedicionário para invadir a Provença, enquanto o que restava da corte de Sabóia se refugiou, primeiro em Milão, depois em Génova e Nice. Entre o fim de 1535 e o início de 1536, a família ducal foi, além disso, atingida por vários lutos: em Dezembro de 1535 morreu em Madrid o herdeiro do trono, Luís, seguido, pouco tempo depois da irmã Catarina, uma menina de apenas sete anos. A infanta, todavia, não perdeu o ânimo e continuou a ocupar-se dos negócios do Estado ao lado do marido.

Assídua foi a sua intervenção junto do embaixador espanhol da Lombardia para que impedisse o avanço dos franceses. Ao mesmo tempo, empenhou-se em promover a resistência das populações saboianas contra o invasor, como atesta uma carta de Setembro de 1536, que contém um projecto para organizar uma rebelião antifrancesa em Tarantasia, em acção concertada com o marechal de Sabóia, Renato di Challant⁹⁵. A tal propósito, as relações bastante tensas que se interpuseram entre a duquesa e o potente feudatário valdostano naquele catastrófico ano de 1536, testemunham bastante bem qual foi a atitude que D. Beatriz assumiu nos confrontos com os nobres saboianos. A infanta, de facto, não quis ceder a Challant os amplos poderes que este pedia, temendo aumentar a sua já ampla autonomia em relação ao governo central⁹⁶.

Se bem que de sentimentos aristocráticos por nascimento e educação, a princesa teve sempre mais confiança nos membros da nobreza de serviços e do corpo burocrático, que tinham decidido apoiar e consolidar a autoridade ducal, do que nos expoentes da alta aristocracia, considerando-os elementos que, a par das comunidades, limitavam as prerrogativas soberanas. Sobre tal convicção, fundou-se a preferência dada a homens filomonárquicos, como

⁹⁴ LAMBERT P., 1840, c. 872.

⁹⁵ FORNASERI G., 1957, pp. 362-365, carta de 29/9/1536.

⁹⁶ O episódio é recordado em BARBERO A., 2002, pp. 160-162.

Pasero, primeiro, e Porporato, depois, personagens cujas ideias, como foi dito, «encontraram um certo acolhimento junto do duque e ainda mais junto da duquesa Beatriz»⁹⁷.

Para a princesa lusitana, Nice foi a cidade do destino. Lá tinha chegado jovem esposa, em 1521, e lá terminou as suas vicissitudes terrenas em Janeiro de 1538. Nos últimos anos de vida, a sorte, como se viu, não a poupou a dores. Aos desgostos familiares juntaram-se os públicos, a começar pela invasão francesa do ducado. Por último, em Novembro de 1536 chegou a decisão de Carlos V de atribuir o Monferrato a Margarida Paleólogo e, através dela, ao marido Frederico Gonzaga. Entretanto, o imperador fora obrigado a retirar-se da Provença e os Espanhóis não tinham conseguido expulsar os Franceses do Piemonte. Os territórios subalpinos estavam destinados a tornar-se um vasto campo de batalha, no qual as duas grandes potências europeias se defrontariam, alternando períodos de trégua e de guerra, até à paz de Cateau-Cambrésis de 1559⁹⁸.

Fontes e estudos

Fontes manuscritas

Archivio di Stato di Torino, sezione di Corte

Genève, cat.1, paquet 12

Lettere di duchi e sovrani, m.7

Lettere Ministri, Portogallo, m.1

Materie d'Impero, m.1

Matrimoni della Real Casa, mazzi 17,18,19.

Negoziazioni coi Svizzeri, m.1 bis

Negoziazioni con Vienna, m.1

⁹⁷ PATRIARCA P.G., 1988, p. XIII.

⁹⁸ Sobre os acontecimentos relativos ao Piemonte no período que se seguiu à morte da Duquesa, cf. MERLIN P., 1994 e MERLIN P., 1995.

Fontes impressas

- LAMBERT Pierre (1840), *Memoires sur la vie de Charles Duc de Savoye de Messire Pierre de Lambert seigneur de la Croix, Président des Comptes de Savoye*, in *Monumenta Historiae Patriae, Scriptorum*, I, Torino, cc.839-929.
- SOFFIETTI Isidoro, a cura di, (1969), *Verbali del Consilium cum Domino residens del ducato di Savoia, (1512-1532)*, Milano, Giuffrè.
- SANUDO Marino (1898-1899), *I Diarii di Marino Sanuto*, voll. LII-LIII, Venezia.
- TALLONE Armando (1932-1933), *Parlamento sabauda*, voll.VI-VII, Bologna, Zanichelli.

Estudos

- BARBERO Alessandro (1989), "Savoardi e piemontesi nel ducato sabauda all'inizio del Cinquecento: un problema storiografico risolto?", in *Bollettino Storico Bibliografico Subalpino*, LXXXVII, pp.591-637.
- BARBERO Alessandro (2002), *Il ducato di Savoia: amministrazione e corte di uno Stato franco-italiano*, Roma-Bari, Laterza.
- BARBERO Alessandro, BRERO Thalia (2008), "Genre et nationalité à la cour de Béatrice de Portugal, duchesse de Savoie (1521-1538)", in *Donne di potere nel Rinascimento*, a cura di Letizia Arcangeli e Susanna Peyronel, Roma, Viella, pp.333-360.
- CANTU' Francesca, VISCEGLIA Maria Antonietta a cura di (2003), *L'Italia di Carlo V. Guerra, religione e politica nel primo Cinquecento*, Roma, Viella.
- CLARETTA Gaudenzio (1863), *Notizie storiche intorno alla vita e ai tempi di Beatrice di Portogallo, duchessa di Savoia con documenti*, Torino, Botta.
- FORNASERI Giovanni (1957), *Beatrice di Portogallo, duchessa di Savoia, 1504-1538*, Cuneo.
- GALLI DELLA LOGGIA Gaetano (1798), *Cariche di Piemonte e Paesi uniti colla serie cronologica delle persone che le hanno occupate ed altre notizie di nuda istoria dal fine del secolo decimo sino al dicembre 1798, con qualche aggiunta relativa anche al tempo posteriore*, Torino, Derossi.
- GENTILE Luisa Clotilde (2010), "La civiltà del torneo alla fine del medioevo tra Savoia e Piemonte", in *La Ronde. Giostre, esercizi cavallereschi e loisir in Francia e Piemonte fra medioevo e ottocento*, a cura di Franca Varallo, Firenze, Olschki.
- GERBAIX DE SONNAZ Carlo Alberto (1910), "Relazioni fra i Reali di Savoia ed i Reali di Portogallo. Gli Italiani in Lusitania nei secoli scorsi (1146-1849)", in *Miscellanea di Storia Italiana*, terza serie. t.XIV, Torino, pp.99-198.
- HEADLEY John M. (1983), *The Emperor and his Chancellor: a Study of the Imperial Chancellery under Gattinara*, Cambridge, Cambridge University Press.
- MANNO Antonio, *Il Patriziato subalpino*, volumi dattiloscritti, consultabili presso l'Archivio di Stato di Torino, Sezione di Corte.
- MARINI Lino, (1962), *Savoardi e Piemontesi nello stato sabauda, I, 1418-1536*, Bologna, Patron,
- MARINI Lino (1965), voce Beatrice di Portogallo in *Dizionario Biografico degli Italiani*, vol. VII, Roma, pp.363-367.
- MARINI Lino (1977), voce Carlo II di Savoia in *Dizionario Biografico degli Italiani*, vol. XX, Roma, pp.294-304.

- MERLIN Pierpaolo (1988), "Gli Stati, la giustizia e la politica nel ducato sabauda della prima metà del Cinquecento", in *Studi storici*, n.2, pp.503-525.
- MERLIN Pierpaolo, (1994), "Il Cinquecento", in Pierpaolo Merlin, Claudio Rosso, Geoffrey Symcox, Giuseppe Ricuperati, *Il Piemonte sabauda. Stato e territori in età moderna*, vol. VIII, t.1 della *Storia d'Italia*, Torino, UTET, pp.3-170.
- MERLIN Pierpaolo (1995), *Emanuele Filiberto. Un principe tra il Piemonte e l'Europa*, Torino, SEI.
- MERLIN Pierpaolo (2001), "Il Piemonte nel sistema imperiale di Carlo V", in *Sardegna, Spagna e Stati italiani nell'età di Carlo V*, a cura di Bruno Anatra e Francesco Manconi, Roma, Carocci, pp.265-287.
- MERLIN Pierpaolo (2004), *La forza e la fede. Vita di Carlo V*, Roma-Bari, Laterza.
- MERLIN Pierpaolo (2008), (1) "Etichetta e politica. L'infante Caterina d'Asburgo tra Spagna e Piemonte", in *Las Relaciones Discretas entre las Monarquías Hispana y Portuguesa: Las Casas de las Reinas (siglos xv-xix)*, José Martínez Millán, María Paula Marçal Lourenço (Coords.), Madrid, Ediciones Polifemo, vol.I, pp.311-338.
- MERLIN Pierpaolo (2008), (2) "Caterina d'Asburgo e l'influsso spagnolo", in *In assenza del re. Le reggenti dal xiv al xvii secolo (Piemonte ed Europa)*, a cura di Franca Varallo, Firenze, Olschki, pp.209-234.
- MERLIN Pierpaolo (2010), *Nelle stanze del re. Vita e politica nelle corti europee tra xv e xviii secolo*, Roma, Salerno Editrice.
- MERLOTTI Andrea (2008), "Lo Stato sabauda e il Sacro Romano Impero: una questione storiografica aperta", in *Il Piemonte come eccezione? Riflessioni sulla «Piedmontese exception»*, a cura di Paola Bianchi, Torino, Centro Studi Piemontesi, pp.79-93.
- MESCHINI Stefano (2006), *La Francia nel ducato di Milano. La politica di Luigi XII (1499-1512)*, Milano, Franco Angeli, 2 voll.
- PATRIARCA Pier Giorgio (1988), *La riforma legislativa di Carlo II di Savoia. Un tentativo di consolidazione agli albori dello Stato moderno, 1533*, Torino, Deputazione Subalpina di Storia Patria.
- RAVIOLA Blythe Alice (2003), *Il Monferrato gonzaghesco. Istituzioni ed élites di un micro-stato (1536-1708)*, Firenze, Olschki.
- RIVERO RODRIGUEZ Manuel (2005), *Gattinara. Carlo V y el sueño del Imperio*, Madrid, Silex.

Blythe Alice Raviola

Compagnia di San Paolo di Torino/Università di Torino

“A FATAL MÁQUINA”.
MARGARIDA DE SABÓIA (1589-1656), DUQUESA DE
MÂNTUA E VICE-RAINHA DE PORTUGAL

1. Um vazio historiográfico

A lenda negra da dominação espanhola em Itália e no mundo tem muitas faces e uma delas, pouco conhecida e de resto menor, sobrepõe-se ao rosto de Margarida de Sabóia, quarta filha do duque Carlos Manuel I e de Catarina Micaela de Habsburgo. A sua aventura dinástica e humana, que em parte já abordei em relação a alguns aspectos específicos¹, levou-a a ser vice-rainha de Portugal em anos dramáticos, de 1635 a 1640, sem que se saiba muito do seu governo, e com uma generalizada e pesada condenação por parte da historiografia (exígua) que dela se ocupou.

Estas páginas não pretendem revalorizá-la, nem podem ambicionar reconstruir com exaustão aquele período crucial, visto que as próprias fontes – salvo uma pesquisa ulterior necessária através das fontes espanholas e portuguesas – parecem fugir ao assunto em causa, para insistir sobre outros

* Quero agradecer ao pessoal dos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo (Lisboa) e da Biblioteca Nacional de Portugal (Lisboa) por me terem facilitado a pesquisa no pouco tempo de que de que dispus, ao mesmo tempo que dirijo o meu habitual reconhecimento aos funcionários e documentalistas do Arquivo de Estado de Turim. Almudena Pérez de Tudela, amiga e correspondente de há anos, ajudou-me na investigação e na reprodução de fontes importantes. Este ensaio, fruto de pesquisas realizadas, enriqueceu-se com sugestões graças aos conselhos e ao diálogo estabelecido com Maria Antónia Lopes e Isabel Drumond Braga, para quem vai o meu sincero testemunho de estima.

¹ Sobre o problema da regência de Margarida permito-me remeter para RAVIOLA, B. A., 2008; sobre as questões ligadas à cobrança do seu dote: RAVIOLA, B. A., em vias de publicação¹; por fim, para um breve perfil no contexto internacional: RAVIOLA, B. A., em vias de publicação ².

aspectos e problemas da vida de Margarida. O objectivo é o de tornar mais claro o destino político desta mulher, para além de tratar das relações entre o Piemonte, Espanha e Portugal, antigas e persistentes, mas jamais considerados pela literatura científica italiana. O texto desenrola-se, assim, entre a fase inicial da biografia da infanta e o culminar da sua carreira, detendo-me aqui em particular sobre as relações com Madrid e proporcionando algumas hipóteses de leitura sobre a sua prolongada e nebulosa estada em Lisboa.

Uma espécie de *damnatio memoriae* parece, de facto, ter atingido Margarida, forçosamente em comum com o execrado domínio dos reis de Espanha, Filipe II, III e IV, segundo a numeração espanhola, correspondentes a Filipe I, II e III de Portugal para a história lusitana. O seu nome aparece apenas duas vezes no motor de busca dos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo e nenhuma nos sumários da Chancelaria da época de Filipe III (IV), se bem que tenha sido ela, nos anos aqui considerados, a representar a Coroa em Lisboa. As razões do esquecimento são facilmente compreensíveis, mas estimulam ainda mais a investigação sobre a última fase da forçada união ibérica, na complexidade do cenário político europeu, percorrido então pelos estremecimentos das revoltas intestinas (Catalunha e Messina) e transformações epocais (a Fronda, a premente revolução inglesa).

A historiografia portuguesa tradicional, de que podemos aqui apenas apresentar um breve resumo, ou a liquida em poucas palavras ou apaga-a de todo. É exemplificativo, neste sentido, o silêncio das principais enciclopédias em língua portuguesa, que não concedem ao seu perfil nem sequer uma linha em seu desabono. O *Diccionario bibliographico portuguez*, de Inocência Francisco da Silva, de 1862, não a nomeia e o mesmo se pode dizer de outros repertórios, nos quais a sequência das Margaridas é sempre a mesma: Margarida de Áustria, duquesa de Sabóia (1480-1530), isto é, a filha de Maximiliano I, esposa de D. João de Aragão e Trastâmara, e, em segundas núpcias, de Felisberto II, duque de Sabóia; as rainhas da Dinamarca e Noruega; algumas santas (M. da Escócia e M. da Hungria); Margarida de Habsburgo, duquesa de Parma, a célebre governante dos Países Baixos (1522-1586); Margarida de Valois; Margarida de Angoulême

e a rainha de Itália, Margarida de Sabóia (1851-1926)². Esta última merece uma breve nota também na *Grande Enciclopédia portuguesa e brasileira*³ e no *Diccionario enciclopédico U.T.E.H.A* impresso no México em 1953⁴, em que são retomadas quase à letra as informações sobre a rainha, que se alinha também com a beata Margarida de Sabóia (1382-1464), viúva de Teodoro II Paleólogo, marquês de Monferrato («a sua festa é a 7 de Novembro»). A aproximação é curiosa se se pensar que a beatificação da marquesa foi favorecida pela sua homónima do século XVII⁵, partilhando em comum não só o facto de pertencerem à Casa da Sabóia, mas também pelo casamento de forte valência dinástica com o soberano de Monferrato, ambicionado pela sua família tanto no século XV, como nos dois séculos sucessivos.

Na verdade, os repertórios italianos também não são mais generosos. A Enciclopédia Treccani dedica a Margarida de Sabóia-Gonzaga um verbe-te anónimo e assaz breve, no qual são recordados de passagem os pais, as núpcias, o exílio forçado de Mântua e a governação de Portugal «com funções puramente representativas»⁶. Em contrapartida, no óptimo *Dizionario Biografico degli Italiani* o seu perfil é bastante pormenorizado até 1634, tornando-se vago depois, na ausência de estudos mais ricos, sobre o período hispano-português e sobre o epílogo régio da existência da duquesa de Mântua⁷.

Escapam, assim, a complexidade da vida da infanta e os traços salientes do seu carácter, em nada inclinado a deixar-se dobrar de maneira passiva pelos acontecimentos.

² *Diccionario bibliographico portuguez*, 1862, retomado quase à letra na actualização da *Enciclopédia Luso-brasileira de Cultura Verbo*, vol. 18, pp. 1303-1308.

³ *Grande Enciclopédia portuguesa e brasileira*, s.d., vol. 16, p. 290.

⁴ *Diccionario enciclopédico U.T.E.H.A.*, 1953, vol. VII, p. 212. De resto, em quase todos os repertórios citados, ao rei Filipe III (IV de Espanha) são reservadas frases concisas e quase não se dá notícia do período português.

⁵ Para um perfil de Margarida de Sabóia Paleólogo cf. PARUSSO, G., 2007. Sobre a sua beatificação: QUAZZA, R., 1930, p. 114; MOSTACCIO, S., 1999, pp. 465-469; RAVIOLA, B. A., 2008, p. 334; GIACHINO, L., 2011, pp. 73-104.

⁶ Passível de consultar online no endereço: <http://www.treccani.it/enciclopedia/margherita-di-savoia-duchessa-di-mantova>

⁷ TAMALIO, R., *online*: [http://www.treccani.it/enciclopedia/margherita-di-savoia-duchessa-di-mantova-e-di-monferrato_\(Dizionario-Biografico\)/](http://www.treccani.it/enciclopedia/margherita-di-savoia-duchessa-di-mantova-e-di-monferrato_(Dizionario-Biografico)/)

2. A formação, a herança materna e a condição ducal

A historiografia piemontesa sublinha já há algum tempo o forte peso da educação espanhola dada por Catarina Micaela e pelas suas governantas, D. Sancha de Gusmão e Mariana de Tassis, aos filhos que teve de Carlos Manuel I⁸. E se esse traço foi profundo nos rapazes, que fizeram o seu percurso de aprendizagem na corte do tio Filipe III com a orgulhosa esperança de poderem ser admitidos na linha da sucessão⁹, não foi menos marcante nas raparigas, cada uma à sua maneira, que tiveram sempre presente a origem real da mãe. Duas delas cedo foram introduzidas no mercado matrimonial peninsular e europeu e, assim, Margarida e Isabel (1591-1626) uniram-se em casamento no mesmo dia – numa cerimónia que ficou proverbial¹⁰ – respectivamente com o futuro duque de Mântua Francisco IV e com o duque de Módena Afonso d’Este. Para as irmãs menores, Maria Apolónia (1594-1656) e Francisca Catarina (1595-1640), os projectos de casamento com outros príncipes esfumaram-se no nada, mas ambas, desde a mais tenra idade, tinham alimentado uma fé sincera e tenaz, em tudo em sintonia com a da mãe e de manifesto cunho mariano, que as levou a vestir sem sacrifício o hábito de terceiras franciscanas. A condição monacal, de resto, não as impediu, muito especialmente Maria Apolónia, de amadurecer notáveis conhecimentos políticos que fez frutificar como conselheira, primeiro do pai, depois dos irmãos Vítor Amadeu, Tomás e Maurício¹¹.

Já desde criança, a mais voluntariosa das quatro parece ter sido Margarida, a quem o seu biógrafo – Romolo Guazza – atribui um carácter decidido e obstinado¹². Como referiu ao duque Carlos Manuel o seu mordomo Lan-gosco della Motta pouco depois da morte da amada infanta Catarina,

⁸ MERLIN, P., 1991, pp. 4-11, 17-18; MERLIN, P., 2008. Sobre a importância do papel materno na educação dos príncipes e princesas é útil, também para confronto, o amplo estudo de PAOLI, M. P., 2008, sobre o grão-ducado da Toscana.

⁹ DEL RÍO BARREDO, M. J., 2006.

¹⁰ VARALLO, F., 1999; BESUTTI, P., 1999.

¹¹ RAVIOLA, B. A., em vias de publicação.

¹² QUAZZA, R., 1930, p. 11.

“As sereníssimas princesas gozam de perfeita saúde e é uma satisfação observá-las, em especial a princesa Margarida, que tem um espírito que tudo transcende, “dize que el príncipe de España su tio, aunque se case agora con otra, que ha presto de embiudar y casar segunda vez forzosamente con ella”. Deus o permita, que esta seria a maior alegria que podia haver em Espanha!”¹³

A brincalhona *boutade* infantil – expressa, repare-se, em língua materna – esconde um fundo de verdade, ou melhor denuncia aquela ilimitada admiração pelos Habsburgos de Espanha, que jamais abandonaria Margarida. Aquele “espírito que tudo transcende”, isto é aquele carácter superior, como diríamos nós hoje, foi outra constante da personagem, dotada de uma força de espírito fora do comum e sempre plenamente consciente da sua posição. Evidente nalgumas fontes e amplificada pelos comentadores sucessivos, a atitude segura da princesa contribuiu provavelmente para fixar, já durante a sua existência, a imagem negativa que de longe lhe sobreviveu. Não é por acaso que o outro seu retrato biográfico mais célebre tenha sido elaborado por uma escritora no auge da fama, mundana e literária, como foi Maria Bellonci, e tudo foi lançado no registo de ambição, da obstinação e da sede do poder.

As núpcias italianas, bem longe dos seus sonhos de menina, foram felizes mas sobretudo estratégicas, destinadas a reabrir o diálogo entre os duques de Sabóia e Mântua na disputa do domínio de Monferrato. A jovem infanta chegou à corte dos Gonzagas cheia de expectativas em relação ao seu futuro e enrijecida pela etiqueta espanhola, pelo menos nas memórias de Bellonci, decalcadas das dos embaixadores venezianos. Quando fez a sua entrada na cidade, exhibia “uma carinha com tais ares de majestade tão presunçosa que convencia o povo”¹⁴. Uma vez no palácio ducal, sempre obediente às ordens da governante Mariana de Tassis, que a tinha acom-

¹³ ASTO, Corte, MPRE, Lettere ministri, Spagna, m. 9, 15 de Janeiro de 1598. A citação que está no texto traduz-se do seguinte modo: “Diz que o príncipe de Espanha, seu tio, ainda que case agora com outra, que cedo há-de enviuar e casar segunda vez, forçosamente com ela”. Agradeço a Almudena Pérez de Tudela por me ter assinalado este sugestivo testemunho.

¹⁴ BELLONCI, M., 1963, p. 232.

panhado a Mântua, estava «com grande sossego, parecia imóvel e não dava inteira satisfação de si»¹⁵. A opinião da escritora é, portanto, inapelável: «Margarida de Sabóia perdera a sua soberba, a sua força e a ilimitada estima de si e do próprio sangue»¹⁶.

Poder-se-á perguntar se, para além das cortantes observações de Quazza e Bellonci, a aspiração de Margarida ao poder não retomava, na realidade, uma visão toda ela ainda quinhentista do poder no feminino. Se no século XVI, como mostrou F. Cosandey, era ainda praticado e bastante tolerado¹⁷, a partir do século seguinte as regências começaram a ser vistas a uma luz sinistra, enquanto momentos de profunda fraqueza do trono e, ao mesmo tempo, de perigoso estímulo ao facciosismo cortesão¹⁸. Não é preciso invocar os exemplos ilustres de Catarina de Médicis ou da unicidade do reino de Isabel I Tudor. No contexto saboiano, basta dirigir a atenção para o governo das duas Madames Reais, por antonomásia, isto é, Cristina de Bourbon e a sua nora Maria Joana Baptista de Sabóia-Nemours, para evocar os duros juízos dos detractores seus contemporâneos e da historiografia sucessiva¹⁹.

Em geral, as mães ensinavam às filhas de sangue principesco a comportarem-se segundo os cânones de obediência, de virtude e de cego sustentáculo da linhagem do marido. Assim tinha sido para numerosas esposas da Casa Médicis, saídas de (ou chegadas a) Florença²⁰, e assim acontecia na maior parte das cortes europeias. Margarida, porém, tinha crescido órfã de mãe e tinha respirado a ambição e também a atitude de comando do pai, Carlos Manuel, que, durante alguns dias, quando ela tinha apenas catorze anos, lhe conferiu o poder *ad interim* do ducado²¹. Este é um episódio que Quazza lê como decisivo na psicologia de Margarida, talvez acentuando-lhe o seu real alcance, mas que decerto prendeu a precoce consciência da infanta nos meandros das questões políticas.

¹⁵ Assim refere um observador veneziano, in MERLIN, P., 1991, p. 24.

¹⁶ BELLONCI, M., 1963, p. 231.

¹⁷ COSANDEY, F., 2000; *Idem*, 2008.

¹⁸ CRAVERI, B., 2005, pp. 11-24.

¹⁹ Sobre a rainha Cristina veja-se ROSSO, C., 2008; sobre Maria Joana Baptista é essencial ORESKO, R., 2004. Cf. também NALDI, C., GIANASSO, E., ROGGERO, C. (ed.), 2011.

²⁰ PAOLI, M. P., 2008, em particular pp. 101 e segts.

²¹ QUAZZA, R., 1930, p. 11.

A frustração por não poder reger nem o Monferrato nem o Mantuano, por morte do marido; a deterioração das relações entre a sua família de origem e a adquirida, durante a guerra de sucessão do ducado (1627-1631); a angústia de ter de abandonar ao seu destino a única filha, Maria, deveriam ter alimentado em Margarida a raiva e a vontade de desforra que a correspondência diplomática lhe atribui. Assim, depois de uma prolongada estada em Turim, sobre a qual as notícias são esporádicas, mas interessantes²², e o regresso a Mântua por alguns anos, a duquesa não perdeu a ocasião de se mostrar ostensivamente entre os embaixadores espanhóis e despertar hostilidades e suspeitas aos franceses, apoiando quase abertamente as razões dos primeiros durante as negociações da paz de Cherasco²³.

De Madrid, Paris e Turim, as suas manobras eram observadas com apreensão. Em Outubro de 1633 teve uma forte discórdia com Luís XIII, que a considerava responsável pelas pretensões de Maria, que entretanto tinha casado com o duque Carlos de Rethel, neto de Carlos I Gonzaga-Névers, em matéria de governo de Mântua. O rei de França ordenou-lhe que abandonasse a capital dos Gonzagas e tal provisão provocou muito alvoroço, assim como a sua partida da cidade lombarda. Margarida, obrigada a partir, levantou problemas de hospitalidade aos estados vizinhos, que não se queriam comprometer demasiado, nem com a França nem com a Espanha. Segundo um observador saboiano, o arcebispo de Otranto, monsenhor Gaetano Coxa, que tinha sido correspondente de Madrid, Francisco I d'Este tinha-a convidado para se deslocar a Sassuolo para superar as dificuldades diplomáticas: «tendo o senhor duque de Módena o seu estado no meio do de Mântua, de Veneza, do Papa e de Milão, desejava levantar as gelosias aos vizinhos, mas fosse como fosse, a senhora infanta não mostrou gosto de ir a Sassuolo e passou de imediato a Cremona»²⁴. Ali, numa cidade neu-

²² Em 1627, por exemplo, no encalço da deflagração da segunda guerra de sucessão de Mântua e do Monferrato, foi-lhe dedicado o panegírico intitulado *La Margherita*, recitado na sua presença na catedral de Turim, a 20 de Julho, dia onomástico da santa antioquiana. Segundo o parecer partilhado por Luisella Giachino, o requintado elogio pretendia vincar a adesão espanhola da infanta e, simultaneamente, «encorajar uma eventual reviravolta devota da princesa» (GIACHINO, L., 2011, p.80).

²³ AGS, Estados pequenos de Italia, legajo 3830, cc. 52 e 53.

²⁴ ASTo, Corte, MPRE, , Lettere ministri, Spagna, m. 25, fasc. 2, Minute di lettere del Coxa, 1631-34, c. 25/2, 18 de Outubro de 1633.

tral do estado de Milão, encontrou o padre Bergera, que os irmãos Vítor Amadeu I e Maurício lhe tinham mandado ao encontro. Este último, o cardeal, fez-lhe destinar uma pensão de 1500 ducados por mês «para que a senhora infanta tenha maior comodidade para se manter com o decoro das suas qualidades»²⁵e entre 1633 e 1634, o duque de Sabóia ficou muito atento às manobras da irmã, que entretanto se tinha transferido para Pavia e gozava dos serviços do barnabita Mansueto Merati: os interesses da princesa, defendia não sem razão Vítor Amadeu, “também são os meus” e não andavam descuidados²⁶.

3. “A fatal máquina”. A nomeação para o governo de Portugal

Como já tive ocasião de mostrar²⁷, a nomeação para vice-rainha de Portugal não foi casual, nem ditada por especulações internas da corte de Madrid, que também tinha necessidade de um peão mais ou menos neutro para colocar num ponto crítico do seu xadrez europeu. Foi a própria Margarida a conduzir o primo em direcção à sua promoção e a propor-se como válido sustentáculo da coroa. Com uma carta imperiosa ao conde-duque de Olivares, na qual insistia ser «filha de tal mãe», para além de viúva, e portanto digna de um tratamento de consideração, a duquesa suscitou um certo clamor, e a arenga, de Março de 1634²⁸, deve ter atingido o alvo, visto que poucos meses depois lhe foi anunciado o novo e prestigioso encargo.

Os preparativos da transferência de Margarida, de Espanha para Portugal, foram cuidadosos e podemos contar com um interessante catálogo do pessoal, dos géneros alimentícios e dos utensílios de uso quotidiano destinados a seguir a infanta até Lisboa²⁹. A princesa italiana teria tido à sua

²⁵ *Idem.*

²⁶ *Ibidem*, c. 31/1, carta de Vítor Amadeu a monsenhor Coxa, 22 de Julho de 1634.

²⁷ RAVIOLA, B. A., 2008, p. 338; RAVIOLA, B. A., em vias de impressão.

²⁸ AGS, Estados pequenos de Italia, legajo 3835, c. 189, Margarida ao «conde mi Señor», de Pavia, 12 de Março de 1634.

²⁹ AGP, Histórica, caja 117, Recepciones y hospedajes de soberanos y principes extranjeros, *Princesa Margarita de Saboya en 1634*. Quero agradecer à colega Silvia Mitchell, da Universidade de Miami, por me ter indicado a fonte.

disposição trinta e oito servidores, entre os quais o confessor, um tesoureiro, um guarda-roupa, alguns cozinheiros e camareiros, o leiteiro, o cabeleireiro (Lorenzo Gastaldo, “barbeiro”), o reposteiro Bartolomeo Fonzio e o “mestre de estado” Bartolomé Masete³⁰. Todos assalariados com rações de carne e vinho – parte do qual trazido expressamente de Turim – tinham, com outros, a função de organizar e dispor dos bens e bagagens da “casa de la Reyna nostra señora”³¹, segundo as modalidades aplicadas em Espanha às mulheres de condição real³². Entre os objectos levados em viagem, contam-se: algumas peças de tapeçaria, uma escrivaninha de ébano, um pouco de prataria, vários instrumentos de cozinha (facas, uma balança de madeira, uma centena de pratos e bandejas de madeira), numerosas provisões de alimentos, entre as quais, porções de carne, fruta, enchidos, pão e um provimento de velas. As contas de gestão das despesas correntes da corte de Margarida, de resto fragmentárias e extensivas a 1644, ficam para um estudo mais cuidadoso, mas são significativas as palavras «bureo de la Reyna», que se encontram ao fundo de muitas páginas do registo e que remetem, de facto, para um secretariado, um *bureau*, incumbido de cuidar da sua pessoa e do seu núcleo mais restrito. A assinatura dos documentos a seu favor era do próprio punho de Filipe IV e no princípio do desempenho do cargo a cifra estabelecida para manter a infanta rondava os 15.000 reais³³.

Faziam também parte do seu séquito alguns nobres saboianos e outros provenientes de diferentes partes de Itália, como o marquês Ludovico Forni, de origem modenese³⁴, que acompanhou «a Espanha a senhora infanta D. Margarida de Sabóia, duquesa de Mântua, e encarregada por Vossa Majestade do governo de Portugal». Ao dirigir-se ao rei, Forni explicava que o seu cargo era também o de resolver alguns negócios ducais, com explícita referência aos dotes de Margarida ainda por receber:

³⁰ O elenco em loc. cit, fls. 51-52.

³¹ *Idem*, f. 6.

³² LABRADOR, F., 2009.

³³ AGP, Histórica, caja 117, cit., fls. 72-74.

³⁴ MANNO, A., *ad vocem*, agora acessível *online* no endereço <http://www.vivant.it>.

“e porque antes da partida dessa senhora do Piemonte, havia algumas divergências no ajuste dos seus dotes, e enquanto esperava o duque de Sabóia que vinha à eleição dos avaliadores e resolver estes interesses para acabar com qualquer motivo imaginável de lamento, face à imprevista notícia da sua viagem a Espanha, sobre o que enviou de imediato correio... a Génova com ordem de vir tratar das contas finais do seu crédito... e de resolver em quatro anos os seus interesses.»³⁵

A questão, na realidade, revelar-se-ia bem mais complicada do que o previsto, uma vez que dizia respeito também à cobrança do dote de sua mãe, Catarina Micaela³⁶, e teria ocupado boa parte dos pensamentos de Margarida e dos seus agentes ao longo dos anos quarenta e cinquenta do século XVII. Todavia, a Vítor Amadeu I, a presença da irmã na corte espanhola e com um cargo de tal importância, parecia abrir uma espiral importante nas relações diplomático-económicas entre o ducado e a Coroa, sem contar que a ausência de Margarida, de Itália, tornava mais distendido o clima com Mântua.

O próprio Forni oferecia do soberano e da sua *entourage* um retrato impiedoso, que trazia à luz o poderio exclusivo de Olivares: « têm o rei efeminado e fazem com que se alimente, na maior parte do tempo, com música, a composição de música e poesia e com mulheres; e unem-se para fazer com que não penetre no âmago dos negócios, logrando-o com conselhos segundo os seus interesses e para onde se inclina o conde-duque, ninguém ousa contradizê-lo, especialmente por todos serem seus sequazes»³⁷. Neste ambiente, Filipe IV, quase uma marioneta dos seus próprios homens de confiança, não se dava conta da contínua dilapidação de dinheiro, nem do descontentamento que as manobras do seu ministro favorito suscitavam no reino e nos seus domínios:

“O rei é o príncipe mais roubado e maltratado do mundo, estando unidos para esbulhar os seus rendimentos, o ouro e a prata das Índias e todos

³⁵ ASTo, Corte, MPRE, Lettere ministri, Spagna, m. 25, fasc. 5, c. 1/6, memorial do marquês Forni de 18 de Abril de 1635.

³⁶ MONGIANO, E., em vias de impressão.

³⁷ ASTo, Corte, MPRE, Lettere ministri, Spagna, m. 25, fasc. 5, c. 2/4, s.d.

enriquecem, particularmente os parentes e partidários do conde-duque... Os Portugueses estão muito pouco satisfeitos e fartos dos espanhóis por terem sido tirados do dito reino, desde que o têm, 56 milhões”³⁸.

Assim, do ponto de vista lusitano, a chegada de Margarida de Sabóia – quase sempre designada, nas fontes oficiais e locais, como «a duquesa de Mântua» – fez coincidir e selar «a fatal máquina» urdida pelo conde-duque de Olivares contra o povo português. A feliz expressão provém de um tratado intitulado *Évora gloriosa*, publicado pelo jesuíta Francisco da Fonseca, em 1728, no prosseguimento de *Évora ilustrada*, do confrade Manuel de Fialho³⁹. A dedicatória a um cardeal espanhol, monsenhor Álvaro de Cienfuegos, e o tom afável da premissa que retira de um antigo adágio – «Villa por villa, Valladolid en Castilla; ciudad por ciudad, Évora en Portugal»⁴⁰ – parece deixar para trás das costas a acérrima rivalidade entre as duas nações ibéricas. Todavia, Évora, motor das revoltas anti-espanholas, encontra-se no centro da cena e a sua história, «profana» e «pia» segundo a subdivisão do autor, não pode omitir o momento de máxima laceração com os Habsburgos antes do advento dos Braganças e do futuro luminoso de devoção e alto número de fundações eclesiásticas.

Segundo as suas palavras e as de Fialho, a relação dos Portugueses com a monarquia espanhola ficou comprometida quando Filipe III (IV), ou melhor, o conde-duque de Olivares, impuseram um enésimo novo tributo ao país para sustentar as campanhas da Flandres e contra a Catalunha. Olivares, «ou por ódio que tinha aos portugueses, ou porque queria suprir com o nosso ouro os imensos gastos daquelas guerras»⁴¹, não se ficou por aí e a partir do momento em que os governadores provinciais, «magoados da

³⁸ *Idem*.

³⁹ FONSECA, F., 1728. É curiosa e notável a «Advertência do impressor» romano: «A língua portuguesa é tão pouco usada nestes nossos países que esta é a primeira vez que a falaram os meus caracteres, sendo necessário para tal fim não só formar novas letras, mas, para além disso, copiar o original ao modo daqueles que copiam as pinturas, maravilhando-se os compositores não pouco por verem que falavam com a estampa aquilo que não sabiam com a língua, e por isso deverá o benévolo leitor perdoar benignamente os erros que encontra na impressão do texto e apostilhas marginais».

⁴⁰ *Idem*, p. 3. Segundo Fonseca, o mote era repetido com frequência pelo imperador José I.

⁴¹ *Ibidem*, p. 157.

ruína da pátria», não tiveram coragem de aplicar o decreto, «mandou em 1634 por governadora de Portugal dona Margarita duquesa de Mântua, e por seu colateral o marquês de la Puebla para que fossem executores desta sua [como tínhamos antecipado] fatal máquina»⁴². Segundo uma análise recente, a escolha tinha sido inadequada às contingências, não obstante a candidata ter até ascendência portuguesa, por uma vez oportunamente recordada em desvantagem da espanhola:

“Tinha esta sangue português, pois era bisneta da imperatriz D. Isabel, neta do primeiro Filipe e filha do duque de Sabóia. Mas não sendo portuguesa de nascimento, não reunia tão-pouco as condições de filha, irmã, tia ou sobrinha do monarca, pelo que a nomeação violava o capítulo III das Cortes de Tomar. O grau de parentesco não justificava a escolha, mas o conde-duque que a inspirou, além de colocar uma pessoa de confiança à cabeça de um reino insubmisso, decerto contou que o governo de uma princesa estrangeira podia agradar aos Portugueses”⁴³.

Esta mulher saboiana, estrangeira em terra estrangeira, encontrava-se de repente a encarnar o rosto menos agradável da supremacia espanhola, ainda por cima ladeada por péssimos e malvados conselheiros.

4. A experiência mais difícil? Do entusiasmo à condenação

O juízo negativo sobre a actuação de Margarida não amadureceu só posteriormente, depois da sua deposição no 1.º de Dezembro de 1640, mas foi, antes pelo contrário, o *leitmotiv* dos seus últimos três anos de governo. Todavia, fazendo fé em algumas fontes, não foi sequer um preconceito: em algumas, a chegada a Lisboa de uma princesa de sangue real foi acolhida até como um sinal de atenção por parte de Filipe para com o seu domínio português. A esperança suscitada pela soberana transparece por exemplo,

⁴² *Ibidem*, p. 158.

⁴³ SERRÃO, J. V., 1979, p. 124.

no *incipit* da *História Portuguesa* de Manuel Severim de Faria, uma densa crónica tecida de 1610 a 1641 para celebrar «a feliz aclamação de El-Rei dom João IV»⁴⁴. O manuscrito ser-nos-á de grande ajuda na reconstituição, mês a mês, do período português da Infanta.

O autor, segundo uma interpretação que foi retomada também em análises bastante recentes⁴⁵, defende que o envio de Margarida de Sabóia respondia ao pedido das Cortes portuguesas de ter um membro da família real como directo interlocutor. Nas suas próprias palavras:

“Porque nas Cortes últimas pediu este reino com instância se lhe desse governador da Casa Real, querendo satisfazer em parte a esta petição, nomeou por governador e capitão general a Senhora Infante de Sabóia dona Margarida sua prima, filha dos duques de Sabóia e duquesa que foi de Mântua. Veio esta Senhora de Itália a Barcelona nas galeras...e dali a Madrid, acompanhada de cem grandes. Entrou na Corte a 11 de Novembro, S. M. a recebeu com grandes cortesias”⁴⁶.

A nomeação suscitou, na realidade, algum entusiasmo, se não por outro motivo, pelo menos em virtude da sua aparente excentricidade. A falar verdade, não era pouco habitual, para os Habsburgos de Espanha, delegarem o governo de províncias do Império em membros da sua família, nem em figuras do género feminino; o caso mais evidente é o de Isabel Clara Eugénia, filha de Filipe II e Isabel de Valois, e irmã de Catarina Micaela, que, como se sabe, governou por longo tempo os Países Baixos⁴⁷. Nem sequer era a primeira vez que um Sabóia era escolhido para um cargo de alta posição internacional: existia um precedente, importante, de Manuel Felisberto (1588-1624), irmão de Margarida, que, em 1622, tinha sido proclamado vice-rei da Sicília e que, devido à morte precoce, por doença, tinha recebido exéquias reais entre Palermo e Madrid⁴⁸. Uma década mais tarde,

⁴⁴ BNP, Cod. 241.

⁴⁵ SERRÃO, J. V., 1979, p. 124.

⁴⁶ BNP, Cod. 241, fls. 295v-296.

⁴⁷ SÁNCHEZ, M., 2009.

⁴⁸ RIVERO RODRÍGUEZ, M., em vias de impressão.

numa fase de relativa instabilidade nas relações entre Turim e Espanha, a opção saboiana configurava-se útil e ao mesmo tempo relançava a dinastia no plano internacional.

Tenha-se em consideração, todavia, que o título de vice-rainha, atestado nos documentos oficiais espanhóis e turinenses foi, por sua vez, redimensionado na maior parte das fontes portuguesas. Como escrevem Faria e Fonseca, Margarida chegava a Portugal nas vestes de “governador e capitão-geral”, sem os explícitos atributos da soberania do rei católico. Em abono da verdade, estes foram-lhe, por sua vez, tributados: como é referido num relatório saboiano, expedido de Madrid, quando Margarida ali chegou em inícios de Novembro, «a Infanta retirou-se para a Casa do Tesouro, onde estava alojado o falecido Sereníssimo Príncipe Felisberto, e foi tratada como a própria pessoa da rainha, a qual, tendo percebido que o robe de quarto da infanta não tinha chegado, enviou-lhe um, recamado a âmbar, entre outras gentilezas»⁴⁹. À parte a cortesia entre damas, a reforçar a sua posição de primeiro plano era o próprio alojamento na residência que tinha sido do irmão vice-rei e a visita que o nuncio e os embaixadores do Império, de França e de Veneza, para além de alguns dignitários espanhóis, como o cardeal Zapata, lhe fizeram no dia seguinte. Por outro lado, era preciso manifestar «quanta satisfação a Espanha sentia em receber uma tão boa e grande princesa, descendente da falecida e prudentíssima Infanta Catarina, filha do augustíssimo Filipe II». Até o conde-duque lhe chamou real, quando, depois das paragens do cortejo em Barcelona e em Alcalá, a foi esperar nos arredores de Madrid; quando ela chegou, depois das saudações formais e com um gesto de alusão ao esplêndido retrato que dela lhe deu Velázquez, Olivares «montou de imediato a cavalo e esteve sempre junto à liteira, conversando com a Sereníssima Infanta com o chapéu na mão, e como a Sereníssima Infanta lhe pedia repetidamente que se cobrisse, assim Sua Excelência encontrava sempre ocasião para estar descoberto, e de tal forma a acompanhou até ao Retiro, onde o rei a esperava». O encontro com Filipe não foi de somenos. Ela ajoelhou-se aos seus pés, o primo pediu-lhe que se levantasse, «e entrou

⁴⁹ ASTo, Corte, Casa Reale, Cerimoniale, Spagna, m. 1, fasc. 3. Daqui provêm as citações que se seguem.

com ela sozinha na carruagem por longo tempo», manifestando-lhe afecto e confiança pelas funções que lhe haviam sido atribuídas.

Também a crónica de Faria, subdividida em *Relações* correspondentes a anos isolados, percorre as etapas da viagem, oferecendo maiores pormenores sobre o itinerário português e apresentando os actores daquilo que se tornaria um drama. Depois das recepções em Madrid, nos primeiros dias de Dezembro de 1634, Margarida pôs-se a caminho de Portugal, acompanhada pelo marquês de la Puebla, primo do conde-duque de Olivares e nomeado lugar-tenente do governo do reino, e por «alguns gentis homens italianos e bem como dos ministros oficiais de sua Casa. Vinha também o secretário Miguel de Vasconcelos, português, por quem corria a disposição de reformador». A estas duas personagens voltaremos em breve.

O cortejo partiu para Lisboa e a infanta foi recebida em Évora com magnificência pelo bispo e pela nobreza a 18 de Novembro. «Em nome do cabido», foi saudada por «dois primeiros dignitários», um dos quais era o nobre Fernando de Melo e o outro o próprio autor da crónica, D. Manuel Severim de Faria, que se refere a si na terceira pessoa⁵⁰. Testemunha ocular do facto, viu Margarida desejosa de fazer “orações” e devoções, ao estilo da tradição espanhola e das irmãs, próximas da espiritualidade franciscana. A Infanta «mostrou grande piedade e religiosidade», venerando as relíquias do Santuário do “Santo Lenho” de Vera Cruz do Alentejo – um notável apelo ao culto do Sudário, tão caro em Turim e à própria Catarina Micaela⁵¹ – e assistindo à missa no colégio local da Companhia de Jesus. O tratamento foi, sem dúvida alguma, régio: «De Almada se embarcou para Lisboa em um real bergantim que se fez para servir a pessoa de S. A. em semelhantes ocasiões. O tempo era mui chuvoso e ainda assim vieram

⁵⁰ Manuel Severim de Faria (Lisboa, 1584 – Évora, 1655), filho de um funcionário régio, transferido para Évora durante a sua infância, é um importante expoente da cultura portuguesa do século xvii. Licenciado em Teologia, tomou votos sacerdotais. Em 1609 sucedeu ao tio Baltazar no cargo de cónego da cidade episcopal, desenvolvendo e cultivando notável interesse pela História, a Arqueologia, a Numismática e a Paleografia (até egípcia), todas elas disciplinas a que dedicou numerosos escritos. Autor de uma importante biografia de Luís de Camões, em 1624 publicou os *Discursos Vários Politicos*, nos quais propôs ao soberano transferir a sede da corte de Madrid para Lisboa, o que é um indício do ambivalente sentimento de Faria no que se refere à Coroa e à forte ligação ao seu país.

⁵¹ COZZO, P., 2006, pp. 62-73.

buscar a S. M. muitos ministros e fidalgos» na expectativa que o tempo melhorasse⁵².

Chegada a Lisboa a 23 de Dezembro, participou de imediato numa reunião do Conselho de Estado, durante a qual emergiram provavelmente os primeiros germes de dissensão nos seus confrontos. «Os marqueses, bispos e condes dizem que pois a Senhora Infanta por filha do duque de Sabóia não pode falar de vós que menos lhe pode ter a Senhoria por governadora»⁵³. Eram ainda poucas vozes isoladas, porém, e o clima geral era de esperança; «assim esperamos novas prosperidades», comenta Faria, e a incansável devoção da princesa parecia de bom auspício. Entre os lugares desde logo caros a Margarida na cidade, foi o mosteiro de Santo António, onde gostava de se recolher em oração e estar longamente em silêncio segundo a rígida regra das irmãs. Entre os ministros seculares, para além de D. Francisco de Melo, outrora embaixador em Génova e na Alemanha, mencionem-se D. Duarte, irmão de Diogo de Bragança, e Diogo Soares, conselheiro de Estado, amigo de Olivares e ligado por laços de família ao secretário-geral Vasconcelos; entre os eclesiásticos, predominavam os prelados das quatro dioceses maiores, ou seja, Lisboa, Coimbra, Évora e Algarve. Vasconcelos era a chave dos equilíbrios (precários) entre Lisboa e Madrid. Membro do Conselho de Estado de Portugal, em virtude da sua ligação ao conde-duque, tinha saído reforçado de uma série de atentados à sua pessoa promovidos pela aristocracia portuguesa que aspirava à autonomia⁵⁴. A questão era também do conhecimento dos observadores externos. Já na primavera de 1635, Ludovico Forni, acompanhante de Margarida, referia que as responsabilidades da hemorragia financeira portuguesa eram atribuídas ao «Marquês de la Puebla e ao secretário Gasconzello [sic], a quem já tinham querido matar por três vezes»⁵⁵. E não só. Visto que a situação aparecia já gravemente comprometida, constava que no prazo de dezoito meses seria enviado a Lisboa o infante de Espanha Baldassarre Carlos, com a ideia de

⁵² BNP, Cod. 241, fl. 296v.

⁵³ *Idem*, fl. 297.

⁵⁴ OLIVEIRA, A., 2002, pp. 373-405.

⁵⁵ ASTO, Corte, MPRE, Lettere ministri, Spagna, m. 25, fasc. 5, c. 2/4.

«reconduzir a senhora infanta para Itália numa qualquer função»⁵⁶. Mas assim não aconteceu e, pelo contrário, nos meses sucessivos, Margarida pareceu conquistar um papel de maior visibilidade. É ainda Forni que nos informa que, em Junho, se projectava «trazer a princesinha de Inglaterra para Lisboa e entregá-la nas mãos da senhora Infanta D. Margarida para a consorciar, mais tarde, com o príncipe de Espanha»⁵⁷. O encargo de natureza puramente mulheril não teve seguimento, mas é sintomático da posição de relevo alcançada pela duquesa no seio dos Habsburgos.

Também Faria propõe uma explicação política para a escolha de Margarida como delegada da Coroa. A seu ver, estava em andamento uma cautelosa aproximação entre Filipe IV e o duque de Sabóia Vítor Amadeu I, reforçada em Janeiro daquele mesmo ano pelo nascimento de uma filha ao rei de Espanha e pelo habitual envio de felicitações por parte dos príncipes europeus⁵⁸. Na realidade, ao monarca interessava manter ocupadas as tropas do duque contra os Franceses «e para isso mandou a Portugal por governador a senhora princesa Margarida, e o príncipe Tomás, que andava no exército francês, desapareceu dele e em breves dias se descobriu em Bruxelas». Ao mesmo tempo, a mulher de Tomás, príncipe de Carignano, tinha-se transferido para Milão, «onde S. M. a sustenta conforme seu estado»⁵⁹. A análise não é destituída de subtileza política e enquadra bem a função do ducado subalpino no âmbito dos conflitos europeus; tem em conta também o papel desempenhado pelos membros da dinastia italiana, dispostos a servir no estrangeiro segundo as conveniências.

Da sua parte, Margarida enfrentava as suas obrigações com o empenho e a compunção solicitadas:

“Continuou no governo de Portugal a senhora princesa Margarita, administrando este cargo com grande prudência, piedade e cuidado. É mui

⁵⁶ *Idem*.

⁵⁷ *Ibidem*, c. 18/2, de Madrid, 30 de Junho de 1635. A princesa em causa é Henriqueta Ana (1644-1670), filha de Carlos I Stuart e de Henriqueta Maria de Bourbon, que depois casou com Filipe I d'Orleães.

⁵⁸ Trata-se da Infanta Maria Ana Antónia, nascida em 1636, mas que faleceu logo de seguida.

⁵⁹ BNP, Cod. 241, fl. 301v.

continua nos ofícios divinos, não falta nunca nos conselhos e audiências. Antes de partirem as armadas, mandou encomendar às Igrejas catedrais do reino... orações pelo bom sucesso de mar e pelas vitórias⁶⁰.

As preces da duquesa pelas periódicas expedições mercantis ao Brasil e por uma série de vitórias na Flandres relatadas pelo irmão Tomás levam-nos a supor que oscilava entre a vastidão atlântica do império, do qual governava uma componente fundamental, e a atenção para com os assuntos europeus nos quais ela e a sua família estavam directamente envolvidas. Mas a ausência de cartas suas desse período impede o conhecimento da sua opinião no que se refere às manobras do irmão e a uma sua eventual participação nos debates político-diplomáticos.

Ano a ano, relação a relação, a sua administração parece decorrer de modo ordinário. No início de 1636, Faria informa convencionalmente que «continuou no governo do reino a senhora princesa Margarida com muita prudência e cuidado»⁶¹, ocupando-se, por exemplo, das fortificação da faixa costeira e dos aprestes de uma grande frota – 120 velas – destinada à defesa de Lisboa e Cascais e de futuras viagens à América do Sul. «No governo deste reino – diz-se depois para Janeiro de 1637 – continuou a senhora princesa Margarida, guardando o mesmo costume de despachar com dois conselheiros de Estado portugueses»⁶², ou delegando algumas funções, como parece perceber-se, a alguns conselheiros de Estado portugueses, quase a contrabalançar o desenvolvimento dos negócios particulares de D. Fernando de Toledo que se confrontava directamente com Olivares. Notar-se-á, todavia, que o tom do cronista parece agora longe do entusiasmo do primeiro biénio. Os enormes problemas do reino estavam assumindo proporções incontroláveis e não obstante o habitual «grande cuidado e zelo de S. A.», cresceram em número os «inimigos de Espanha», por causa das «esterilidades» e dos «infortúnios neste reino que está reduzido a miserável estado»⁶³.

⁶⁰ BNP, *Idem*, *loc.cit.*

⁶¹ *Ibidem*, fl. 313.

⁶² *Ibidem*, fl. 319.

⁶³ *Ibidem*, *loc. cit.*

O vasto estudo de António de Oliveira sobre as revoltas portuguesas dos anos 1637-40⁶⁴ dá finalmente voz também a Margarida, da qual são recordados vários provimentos assinados na época e uma série de intervenções directas nos momentos de maior crise. A Janeiro de 1637 pertence também um dos dois documentos inventariados em seu nome na Torre do Tombo⁶⁵. É só uma carta, escrita em nome do rei e dirigida ao clero secular e regular de Portugal, mas é relevante e a marca de Margarida é talvez mais profunda do que poderia sugerir um texto de chancelaria. As

“alterações que há havido em alguns lugares deste reino, obrigam as prevenções, que hei mandado fazer, e porque tenho notícias que o principal fundamento de tudo são religiosos e eclesiásticos, sendo como são interessados em que os povos não consintam o real de água, e ainda que eu tenha dado diversas ordens aos prelados para que castiguem os sediciosos de sua jurisdição, não se há visto castigo nem emenda, e a sedição continua e aumenta, com que não posso deixar de acudir a apaziguar este reino”.

Tratava-se, portanto, de reprimir as agitações fermentadas em ambiente religioso, e, tal como tinha sido vão o recurso «aos juizes eclesiásticos que não hão podido ou não hão querido castigar esta sedição contra seus súbditos», tornava-se necessário ameaçar com medidas mais severas. Era claro, prosseguia Margarida, que «os eclesiásticos e religiosos naturais deste reino são vassallos e súbditos meus, e como tais os que houveram entrevindo nas presentes alterações que estão sucedendo, é provável que hão cometido crime de lesa Majestade pelo juramento de fidelidade que o estado eclesiástico nos tem feito». O tom e a evocação do delito de lesa-majestade são da soberana, assim como o são as seguintes considerações:

“posto que em muitas províncias e reinos os príncipes seculares hão executado penas capitais contra as pessoas eclesiásticas que hão cometido

⁶⁴ OLIVEIRA, A., 2002, *passim*; veja-se também OLIVEIRA, A., 2008, pp. 361-366.

⁶⁵ ANTT, Armário Jesuítico, mç. 29, n. 73, Janeiro de 1637. O outro documento é uma licença concedida pela duquesa ao religioso Manuel Pinto Ribeiro Teixeira para se deslocar a Espanha (*Idem*, Manuscritos da Livraria, n. 168, doc. 58, fl. 173).

este crime, sem preceder de graduação nem outro juízo da Igreja pela autoridade que a Providência do direito natural e das leis positivas tem dado à República política, para se manter e conservar por si mesma, considerando que não pode haver seguridade nem permanecer se absolutamente ficara dependente da jurisdição eclesiástica, com o qual poderá mandar proceder logo contra os eclesiásticos culpados nesta sedição, dando-lhes o castigo que merece seu alvoroamento.”

A linguagem, com as referências elevadas ao direito natural, às leis positivas e à República política, remete para a tratadística jurídico-filosófica de tradição bodiniana e prefigura o forte desencontro jurisdicional entre a Igreja e muitas coroas europeias. Agitando o poder da tradição régia e o espectro da roda perante os clérigos «incorrigíveis», Margarida e os seus conselheiros esperavam provavelmente incutir-lhes temor, bem como ao povo prestes a sublevar-se.

O aviso «contra liberdade eclesiástica» – assim está escrito ao alto, na margem do documento – caía, na verdade, em saco roto. Em Janeiro de 1629, Urbano VIII tinha concedido ao monarca de Espanha a faculdade de levantar um subsídio de 2000 escudos em seis anos para a «defesa da católica religião» nos reinos de Portugal e Algarve e o «aumento do património de Cristo»⁶⁶; todavia, a tensão e o agravamento fiscal eram tais, que tornavam intolerável qualquer pedido. E como salientou autorizadamente António Manuel Hespanha⁶⁷, o clero foi o primeiro motor do protesto: a corrente regalista predominante em Madrid acabara por estimular o movimento autonomista nas fileiras do clero e da sociedade portuguesa.

Margarida teve efectivamente um papel determinante na tentativa de repressão dessa efervescência. Como informa Oliveira, logo em Janeiro de 1637 recebeu de Madrid a ordem de recolher em segredo, mantendo o anonimato dos informadores, os nomes dos principais responsáveis dos levantamentos, de modo a transmiti-los à capital espanhola quanto antes⁶⁸.

⁶⁶ Cópia do breve pontifício em anexo, *idem*.

⁶⁷ HESPANHA, A. M., 1986, I, p. 436.

⁶⁸ OLIVEIRA, A., 2002, p. 587.

Foi sempre ela a exibir alternativamente rigor e clemência com os inquiridos nas delicadas negociações com a nobreza de Évora em busca de perdão⁶⁹. Mas «o tributo do papel selado», isto é, um novo imposto lançado naquela delicada circunstância, assim como «o real de água» que atingia a venda e o consumo do vinho e da carne, não puderam senão suscitar o descontentamento colectivo: «era tudo erro, tudo confusão: o povo se apelidava [...] e sem ordem nem concerto o povo dispunha e executava», comenta Faria com amargura⁷⁰. Interveio D. Diogo de Castro para reprimir a revolta, mas agora «quase todo o Alentejo, o reino do Algarve, alguns lugares de Beira a exemplo de Évora sucessivamente se foram levantando contra os tributos do real de água»⁷¹. Enquanto Olivares tentava organizar um exército de ocupação para enviar para Portugal, Évora e os arredores acalmaram em Setembro, mas a chama estava agora acesa por todo o lado.

Na *Historia Portugueza*, o papel de Margarida vai obscurecendo pouco a pouco. Aí, não se dá conta das suas reacções à morte do duque de Mântua, Carlos I Gonzaga Nevers – que também é mencionada⁷² e que abria alguma esperança à sucessão da filha Maria – nem se volta ao tópico da prudência e da religiosidade da infanta, agora em unísono com o inimigo espanhol. A crónica de 1638 inicia-se do seguinte modo: «Neste ano estava no governo de Portugal a princesa Margarida duquesa de Mântua»⁷³, e prossegue com a narração das tensões internas. A de 1639 é ainda mais lacónica: «Esteve o governo deste reino na princesa Margarida duquesa de Mântua, com que acabou o segundo triénio»⁷⁴. Parece, a bem dizer, um conto ao contrário, uma etapa necessário para o clímax da narrativa, que tem o seu fulcro nos acontecimentos do primeiro de Dezembro de 1640, antecipados em tom redentor: «Entramos a escrever o fatal ano de 1640 tão decantado dos prognósticos e profecias de Portugal»⁷⁵.

⁶⁹ *Idem*, p. 590.

⁷⁰ BNP, Cod. 241, fl. 321v.

⁷¹ *Idem*, fl. 322.

⁷² *Ibidem*, fl. 327v. O Duque morreu a 22 de Setembro de 1637.

⁷³ *Ibidem*, fl. 329.

⁷⁴ *Ibidem*, fl. 337.

⁷⁵ *Ibidem*, fl. 345.

Não obstante as últimas tentativas de mediação operadas pela infanta – que no mês de Maio de 1639 tinha visitado Évora para captar a simpatia da nobreza cidadina⁷⁶ – a sua capacidade de intervenção é agora nula e, de qualquer modo, subordinada ao desencontro final entre «castelhanos» e «fidalgos mal contentes»⁷⁷. Ela própria deve-se ter apercebido da precipitação dos acontecimentos. Já em 1638 tinha pedido várias vezes a Filipe IV para a fazer regressar a Itália, aduzindo como motivação um agravamento do seu estado de saúde, comprometido pelo cansaço e pelo clima⁷⁸. Protestos vãos, como vã tinha sido a tentativa de pôr fim à rivalidade no interior do Conselho Português entre o almirante da frota D. Fradique de Toledo, que, de resto, jamais a tinha estimado⁷⁹, e o secretário Ruiz de Escaray⁸⁰.

A tentativa de apresentar o governo de Margarida e, por conseguinte, da Espanha, como sólido e benquisto, apesar da rebelião de poucos, não funcionou. Os apoiantes dos Braganças, socialmente transversais mas concentrados sobretudo nas camadas mais elevadas da aristocracia nacional, tinham ganho cada vez maior consenso, como parecia ter preconizado Filipe IV ao entregar algumas instruções secretas à infanta no momento da sua nomeação: «o duque de Bragança é a primeira pessoa daquele reino... e é muito conveniente que o trate de modo que se veja a consideração em que tenho a sua pessoa»⁸¹. Todavia, apesar dos conselhos adequados, a infanta «tanto em 1634... como mais tarde, em 1639, já pouco firme no poder, não soube, ou não pôde, como parece mais verosímil, resolver em seu favor a maior questão dos homens, a das honras e preeminências»⁸². A

⁷⁶ *Ibidem*, fl. 337v.

⁷⁷ *Ibidem*, fls. 350-350v, onde estão enumerados muitos nobres à cabeça do protesto.

⁷⁸ AGS, *Estados pequeños de Italia*, maço 3840, fasc. 78, cc. 221 e 222. No dia 26 de Agosto de 1638, o Conselho de Estado, composto por Olivares, pelo cardeal Borgia e pelos condes de Oñate, Santa Cruz, Castrillo, Villahermosa e Villafranca, discutiu a «proposta que a princesa Margarida fez de regressar a Italia, com a desculpa última que agora antepõe da máxima falta de saúde com que se encontra em Lisboa, pela qual teme morrer de repente». Foi decidido, todavia, não poder dar-lhe autorização, dada a instabilidade da situação portuguesa.

⁷⁹ Veja-se uma sua queixa contra a incapacidade de governar da Infanta in AGS, *Estado Portugal*, IV, legajo 2614, cc. não numeradas, 2 de Março de 1635.

⁸⁰ SCHAUB, J.-F., 2001, pp. 183-186.

⁸¹ Cit. em OLIVEIRA, A., 2002, p. 691 (em Castelhana no texto original).

⁸² *Ibidem*, p. 692.

inevitável cisão entre a duquesa italiana e a sociedade portuguesa torna-se tanto mais profunda se confrontada com a aparente harmonia exibida pelas partes por ocasião de uma parada militar realizada em Lisboa a 8 de Abril de 1639, dia do trigésimo quatro aniversário do rei.

Então, segundo o anónimo redactor de um discurso comemorativo na imprensa⁸³, desfilaram diante de Margarida os corpos escolhidos do exército ibérico, comandados por oficiais espanhóis e portugueses em grande uniforme – «don Fernando Martinez Mascarenas... con armas dorada, brunida y plumas blancas»; «don Juan de a Costa, en caballo castaño y silla carmesi y oro», e assim por diante – e depois da infantaria e da cavalaria, foi a vez da parada das damas e cavaleiros da cidade, da corte e do país. Entre as primeiras, conduzidas pela camareira-mor, distinguiram-se damas nobres espanholas, portuguesas e ainda italianas: a «marquesa de Villanueva de Cardeñoso, doña Casilda Luyando, doña Maria Margarina Menina, condesa de la Vastida» e também «las señoras doña Vitoria Margarita Solara y doña Violante Viscondi, y doña Ana Mala Espina,...doña Barbora Palabesino, doña Costança Landian, y doña Francisca Luyando». O grupo de damas merecia um estudo mais aprofundado, mas, devido às ligações da vice-rainha aos estados italianos, é oportuno evidenciar a presença de membros de famílias filo-espanholas genovesas (Pallavicino), lombardas (Visconti, Landiano), piemontesas (la Solaro) ou tosco-emilianas (Malaspina). Todas pareciam contritas «debaxo de vestidos negros, que S. A. no les permite traer otra color, aunque este dia dispenso (por los años de Su Magestad) en mangas y petos bordados de plata y oro, y joyas de diamantes y perlas». O preto das roupas imposto por Margarida às damas da corte, mais do que gosto contemporâneo e alusivo à condição de viuvez da regente, remete uma vez mais para a herança materna e para a moda imposta em Turim nos finais de Quinhentos⁸⁴: talvez um outro sinal da distância, também cultural, entre a duquesa e o seu domínio.

⁸³ BNM, ms. 2370, R/25149 (cit. também *ibidem*, p. 709). Devo a Mercedes Simal, a quem agradeço, a reprodução digital do texto. Deste provêm as citações que se seguem.

⁸⁴ VARALLO, F., em vias de impressão.

O objectivo da revista de armas era o de recordar, a despeito dos seus émulos e detractores, que não era só no coração da Espanha que se manifestava o poderio da monarquia, mas também «en la fronteras y puertos» do seu imenso império, «siendo el reyno de Portugal uno de lo mas principales que ilustra y enriqueze la diadema de sus reales». O seu governo, era repetido de maneira explícita, tinha sido confiado por Filipe a «su prima la señora Infanta Margarita» na certeza de que, não obstante as «no pequeñas dificultades» que teria podido encontrar, as suas «inteligencia y competencias entre los ministros de las dos coronas» teriam sabido fazer-lhes frente. A representante da coroa de Habsburgo assistiu ao evento do alto do conjunto dos seus títulos completos – «la Serenissima Infante Margarita de Saboya, duquesa de Mantua y Monferrato, virrei de las coronas y conquistas de Portugal en las cuatro partes del mundo, capitan general de sus armas y de la Castilla en aquellos reynos» – mas nunca como naquele momento a prosopopeia dos seus cargos tinha sido vazia e inutilmente retumbante.

5. A deposição e o regresso a Espanha

O silêncio dos documentos turinenses sobre o fracasso de Margarida em Portugal desperta alguma admiração, mas pode ser talvez atribuído às desordens internas causadas pela guerra civil que opôs a regente Cristina aos cunhados Tomás e Maurício, e com eles amplos estratos da aristocracia e das camadas dirigentes urbanas. As relações diplomáticas com a Espanha interrompem-se em 1638⁸⁵ e retomam o regime pleno só nos anos cinquenta, deixando em silêncio o fatídico 1640 e os anos de retiro da infanta em Madrid. Não se exclui que a antipatia de Cristina por Margarida, Maria Gonzaga e os seus sentimentos filo-espanhóis⁸⁶ tenha deteriorado a já

⁸⁵ ASTo, Corte, MPRE, Lettere ministri, Spagna, mm. 20, 26 e 27.

⁸⁶ *Idem*, m. 25, fasc. 3, 24 de Novembro de 1637. Assim escreveu Cristina a Giovanni Francesco Gandolfo, bispo de Alba e ex-embaixador de Sabóia em Espanha, a propósito dos movimentos das tropas espanholas no Monferrato, exprimindo-se contra a vontade de intervir: «pouco nos convida o ânimo da princesa de Mântua para com esta casa, sabendo-se muito bem que ela não corresponde àquelas rectas intenções que serviriam para nos provar que à obrigação do sangue quisesse acrescentar uma igual sinceridade de afecto».

escassa atenção reservada pelos observadores turinenses à aventura extra-territorial da infanta. Nem é impossível que, passando em resenha outras fontes, não se encontre algum comentário venenoso da princesa Bourbon sobre a *débaçle* da cunhada. A fazê-lo pressagiar, considerem-se, por exemplo, as ácidas considerações proporcionadas pelo bispo Gandolfo a Madame Real no momento fulcral dos tumultos portugueses de 1638 e do ousado projecto de casamento entre Maria e o tio cardeal Maurício:

“Não creio que haja fundamento intencional por parte dos espanhóis no dito casamento, se bem que seja proposta da senhora Infanta Margarida, a qual vendo-se revogada do governo de Portugal, deve andar a propor coisas com as quais ela pensa poder sustentar-se. E os ministros régios, para a despedirem de lá, mostram porventura aplaudir a dita proposta porque, logo que chegue a Itália, se bem que aí encontre o obstáculo dos franceses e dos venezianos, pouco lhes importa conquanto que a mandem para lá»⁸⁷.

De facto, os comentários sobre a sua deposição são quase nulos (na historiografia saboiana o caso pode ter despertado algum embaraço) ou palidamente artificiais. Glosando Quazza, a princesa de Sabóia comportou-se em Portugal o melhor possível e enfrentou com coragem até os rebeldes que a expulsaram, «com os olhos relampejando de desdém»⁸⁸. Mas não se conhecem, por enquanto, comentários directos mais credíveis sobre o seu ponto de vista. E, contudo, o acontecimento foi impressionante, icástico e, se quisermos, premonitório de deposições bem mais sanguinárias no futuro imediato (aludo, naturalmente, à desentronização de Carlos I Stuart). Na realidade, a Restauração, para a história de Portugal, coincide com a conquista da independência face à Espanha e não tem nada a ver com o restabelecimento das monarquias nacionais perante a desagregação do ulterior império napoleónico.

Voltemos ao vívido relato de Manuel Severim de Faria, fonte preciosa por variadas reconstituições sucessivas. No 1.º de Dezembro de 1640, ao

⁸⁷ *Ibidem*, fasc. 7, c. 14/4, Monsenhor Gandolfo a Cristina, de Alba, 12 de Maio de 1638.

⁸⁸ QUAZZA, R., 1930, p. 216.

grito “Liberdade! Liberdade!”, os *restauradores* ou *conjurados*, como foram chamados, entraram armados nas salas do palácio real de Lisboa, «e uns na secretaria, outros na sala dos tudescos, outros no quarto da duquesa de Mântua, e outros... às portas do Paço para que o secretário não pudesse fugir»⁸⁹. Este último, Miguel de Vasconcelos, foi rapidamente capturado e morto. A vice-rainha encontrou-se a enfrentar um punhado de homens enfurecidos e de ideias claras: a sua câmara foi invadida, por, entre outros, António de Saldanha, Luís de Melo, António de Melo, Fernão Teles, Gonçalo de Távora, D. António de Almada e D. Carlos de Noronha, os quais

“chegando todos diante da princesa entendendo ela a morte do secretário, disse que gostava o que estava feito, que por estar bem feito S. M. perdoaria tudo, mas António de Saldanha lhe respondeu que havia outra Majestade, a do rei dom João o 4º”⁹⁰.

Refém dos rebeldes, Margarida ficou sob guarda na residência do marquês de la Puebla por algumas semanas, acusada por Olivares de ser em boa medida responsável do desastre espanhol em Portugal e impossibilitada de regressar a Madrid⁹¹. Entretanto, enquanto o país se libertava da representante da monarquia imperial (jamais chamada vice-rainha e nem sequer regente), preparava-se para acolher a sua verdadeira rainha – paradoxalmente uma espanhola, Luísa de Gusmão, filha do 8º duque de Medina Sidónia, que tinha sido dada em casamento a D. João de Bragança sob desígnio de Olivares⁹² –, embarcando-a num navio em direcção a Lisboa⁹³. E assim, com o regozijo pela libertação do reino, encerram-se as páginas da crónica.

Os acontecimentos que dizem respeito ao regresso de Margarida de Sabóia a Espanha e a sua plena reintegração na corte de Madrid permanecem algo misteriosos, mas estão, sem dúvida, ligados ao declínio e à queda em desgraça de Gaspar de Gusmão, conde-duque de Olivares, sobre quem John

⁸⁹ BNP, Cod. 241, fl. 351v.

⁹⁰ *Idem*, ff. 353v-354.

⁹¹ SCHAUB, J.-F., 2001, p. 186.

⁹² OLIVEIRA, A., p. 691.

⁹³ BNP, Cod. 241, fl. 365v.

Elliott escreveu páginas exemplares⁹⁴. O historiador britânico não faz menção a Margarida, mas detém-se longamente na importância da guerra da sucessão de Mântua e do Monferrato, no confronto pessoal e político entre o valido e Richelieu, assim como no desastre português ao determinar o fim inglório do primeiro⁹⁵. Na libelística hostil, pelo contrário, a duquesa encontra um lugar nada secundário. Se a rainha Isabel de Bourbon e o astro nascente de D. Luís Méndez de Haro tinham posto em movimento a máquina da sua ruína, juntamente com a crise catalã, a inflação e uma série de derrotas militares na Europa, «el tercer personage que pareció en esta escena para ocasionar el catastrofe de la ruina del Conde-Duque fue la señora Infanta doña Margarita de Saboya, duquesa de Mantua»⁹⁶

Quem escreve é António Valladares, autor de um *Seminario erudito* destinado à nobreza madrilena, no qual fez incluir um texto intitulado *Caida de su privanza y muerte del Conde-duque de Olivares*, atribuindo-o a Francisco de Quevedo, sem, todavia, afastar a hipótese de que se devia, na realidade, à pena do «marquês da Grana Carretto, que foi embaixador de Viena na nossa corte»⁹⁷. Que o relato pudesse ser do marquês Carreto de Grana, expoente da nobreza imperial activa no Piemonte, abre cenários que estão fora deste estudo, mas explicaria o interesse específico pela princesa da Casa de Sabóia. Na reconstrução melodramática proporcionada pela memória – e, não o sabemos, quão reelaborada por Valladares – Margarida encontrava-se há mais de um ano prisioneira em Ocaña, no palácio dos marqueses Cardenas, «por ordem do conde-duque para que não tivesse meio de comunicar com o rei»⁹⁸. Todavia, «movida de las violencias de la hambre», uma vez que Gusmão não lhe fazia a entrega nem sequer da pensão atribuída pelo soberano, rebelou-se contra essa extrema humilhação e conseguiu fugir para se deter em segredo em Madrid. «A Infanta partiu de Ocaña não como

⁹⁴ ELLIOTT, J., 1991, pp. 180 e sgts.

⁹⁵ *Idem*, pp. 105-135, 179 e sgts.

⁹⁶ *Idem*, pp. 105-135, 179 e sgts.

⁹⁷ *Idem*, p. 1.

⁹⁸ *Ibidem*, p. 22. Sobre a estada forçada em Ocaña, cf. também VALLADARES, R., 2008, p. 51. É de assinalar que o lugar estava, já havia tempo, ligado à família real e que Carlos V o tinha escolhido para ali educar a filhas (SANCHEZ MOLERO, J. L., em vias de impressão).

pessoa livre, mas como fugitiva» e quando chegou à capital, «maltratada pelo frio e pela chuva, e com as damas na sua própria carruagem», Olivares, no cume da sobrançeria e pronunciando palavras «de grande desprezo» por ela, fê-la instalar-se, com as suas acompanhantes, em «três miseráveis apartamentos fora do Palácio real, com as paredes despojadas»⁹⁹.

Porquê tanta raiva e desprezo por quem, oito anos antes, tinha acolhido de cabeça descoberta numa tão diferente entrada na cidade? «Las causas de la adversión que el animo del Conde-Duque tiene a esta princesa – prossegue o autor do libelo – son muchas, y la mayor parte de ellas escondidas o notorias a pocos; mas yo he tenido la felicidad de penetrarla todas»¹⁰⁰. A primeira razão derivava do ódio amadurecido «contra todos os príncipes da Casa de Sabóia», e contra o duque de Lerma, de quem Olivares se apresentava como imediato sucessor nos favores exclusivos do rei, «sendo assaz duro manifestar humildade e reverência a príncipes de sangue real». Tratar-se-ia de inveja, em suma, aguçada pela posição alcançada por Margarida: «a segunda causa foi o facto que Sua Alteza tivesse ocupado durante sete anos o cargo de vice-rainha de Portugal, se bem que, na realidade, mais como escrava da vontade do conde-duque, do que como governante efectiva»¹⁰¹. Os verdadeiros soberanos eram o marquês de la Puebla e Vasconcelos, mas a infanta, consciente das suas falsidades, tinha apresentado frequentes queixas ao conde-duque, sem que fossem por ele tomadas medidas adequadas para o restabelecimento da sua autoridade. Então, Margarida mudou de estratégia «y en lugar de escribir al Conde-Duque, inmediatamente escribio su quejas al Rey en multiplicadas cartas». Seria útil encontrar em Simancas estas missivas, que confirmariam o carácter decidido e altivo da infanta. O certo é que Olivares, sentindo-se ultrapassado pela vice-rainha, ofendeu-se profundamente até «tenerla siempre por su enemiga capital»¹⁰². E daí, a «sua saída de Portugal (que teve algo de milagroso»¹⁰³), a reclusão em Ocaña e todo o esforço de Gusmão para a impedir de rever

⁹⁹ VALLADARES, A., 1738, III, p. 22 (as citações estão em Castelhana no texto original).

¹⁰⁰ *Idem*, p. 23.

¹⁰¹ *Ibidem* (em Castelhana no texto original).

¹⁰² *Ibidem*.

¹⁰³ *Ibidem*, p. 30.

o rei seu primo. E daí também o início do fim do potente valido: regressa da penosamente a Madrid, «a senhora Infanta chegou à corte nos mesmos dias em que o rei começava a abrir os olhos»¹⁰⁴. Como tinha sucedido em 1634, foi acolhida com particular calor pela rainha Isabel, a quem Margarida contou o torvelinho dos acontecimentos do seu governo em Portugal, recebendo, por sua vez, numerosos sinais de gratidão do casal real.

A fonte é, decerto, parcial e toda ela orientada para desacreditar Olivares. Todavia, sem forçar demasiado as interpretações, fica o facto de que “a fatal máquina” que ele tinha construído para controlar Portugal tinha-se virado contra si pela complexidade das contingências históricas e pela tomada de posição da princesa de Sabóia que, se bem que refreada, não tinha perdido a ténpera de mulher de poder. De resto, a benevolência de Filipe nos seus encontros testemunha que, do ponto de vista espanhol, não era ela que tinha sido julgada responsável pelo fracasso, mas antes o conde-duque com os seus protegidos. Uma última imagem da queda de Olivares merece ser relatada: expulso o valido da corte, no domingo 18 de Janeiro de 1643,

“na segunda-feira, o Rei, a Rainha, o Príncipe, a Infanta e a duquesa de Mântua saíram em público para se dirigirem ao convento de Las Descalzas Reales. Foram seguidos por uma multidão numerosa, que gritava: “Vivam os soberanos e o Príncipe, nossos Senhores, e morra o mau governo!”¹⁰⁵.

A estreita proximidade com o monarca e com a sua família permitiram a Margarida passar o resto da vida ocupando-se – com o pragmatismo que a caracterizava e com uma certa obsessão – com a recuperação do seu dote e do de sua mãe Catarina Micaela, perdidos na voragem da dívida espanhola¹⁰⁶. Por outro lado, reaproximando-se prudentemente da cunhada Cristina, que, no fim da guerra civil do Piemonte ordenou que lhe fosse paga uma pensão adequada¹⁰⁷, a duquesa não deixou escapar uma última

¹⁰⁴ *Ibidem* (em Castelhana no texto original).

¹⁰⁵ *Ibidem*, p. 52 (em Castelhana no texto original).

¹⁰⁶ RAVIOLA, B. A., em vias de impressão¹.

¹⁰⁷ ASTO, Corte, Paesi, Monferrato, Doti dell'Infanta Margherita, m. 12, fasc. 5, ordem de Madame Real de 5 de Dezembro de 1642 para que se atribuisse a Margarida a soma anual de 12.000 libras.

viagem a Itália para rever a filha e estabelecer-se, assim, em Vigevano¹⁰⁸. A meta final, se bem que ainda não se encontrem disponíveis os necessários cotejos documentais, era a cidade lombarda em que a irmã Maria Apolónia era madre superiora num convento de Carmelitas¹⁰⁹.

Não é oportuno voltar, neste momento, às últimas vontades de Margarida, que já examinei noutro lugar e defini como uma espécie de testamento político¹¹⁰. O que vale a pena sublinhar como conclusão deste estudo é talvez, e uma vez mais, a extraordinária parábola de vida e morte desta infanta ítalo-espanhola. As suas três vidas de princesa, duquesa e vice-rainha – num singular crescendo de honras e desgostos – permitem destacar as potencialidades garantidas às dinastias italianas pelos seus laços com as principais monarquias da Europa¹¹¹ e apanhar, através da princesa Sabóia, *le fil rouge* dos vínculos com Portugal que, com andamento cársico, da Idade Média à Contemporaneidade, reemerge para tecer um desenho fascinante. A história de Margarida adere ao fio durante um lance breve e incómodo, mas altamente significativo e decerto digno de uma reavaliação em chave de leitura de escala europeia, mais do que de uma severa e expedita remoção historiográfica.

Fontes e estudos

Fontes manuscritas

Archivo General de Simancas (AGS)

Estados pequeños de Italia, legajo 3830

Estados pequeños de Italia, legajo 3835

Estado Portugal, IV, legajo 2614

¹⁰⁸ TAMALIO, R., *online*.

¹⁰⁹ RAVIOLA, B. A., 2012, pp. 887-910.

¹¹⁰ RAVIOLA, B. A., 2008, pp. 340-341.

¹¹¹ SPAGNOLETTI, A., 2003, pp. 159 e sgts.

Archivio di Stato di Torino (ASTo)

Real Casa, Lettere di principi, duchi e sovrani:

Lettere dell'Infanta Margherita di Savoia, mazzo (m.) 6

Materie politiche per rapporto all'Interno

Cerimoniale, Spagna, m. 1, fasc. 3, 7 novembre 1634, *Relatione dell'Entrata della Serenissima Infanta Margarita di Savoia, duchessa vedova di Mantova, negli Stati di S.M. Cattolica, e del ricevimento fattogli in Barcellona, Alcalà e Madrid. Doppo di che andò in Portogallo per vice-regina.*

Materie politiche per rapporto all'Estero (MPRE):

Lettere ministri, Spagna, m. 9

Lettere ministri, Spagna, m. 20

Lettere ministri, Spagna, m. 25

Lettere ministri, Spagna, m. 26

Lettere ministri, Spagna, m. 27

Paesi, Monferrato, Doti dell'Infanta Margherita, m. 14, fasc. 5

Archivo General de Palacio (AGP), Patrimonio Nacional (PM):

Histórica, caja 117, Recepciones y hospedajes de soberanos y principes extrangeros, *Princesa Margarita de Saboya en 1634*

Arquivos Nacionais da Torre do Tombo (ANTT)

Armário Jesuítico, mc. 29, n. 73, *Copia da carta do (rei d. Filipe III), para os bispos e prelados regulares do reino de Portugal*

Manuscritos da livraria, n. 168, doc. 58, *Petição do padre Manoel Pinto Ribeira Texeira à duqueza de Manta, quando governava Portugal; com o despacho de la mesma prinzeza*, f. 173

Biblioteca Nacional de Madrid (BNM)

R/ 25149, *Discurso aiustado con la muestra que hizo de la gente de guerra la Ciudad de Lisboa a S.A. la Serenisima Infante Margarita de Saboya, duquesa de Mantua y Monferrato, virrei de las coronas y conquistas de Portugal, en las quatro partes del mundo, capitan general de sus armas y de las Castilla en aquellos reynos, en 8 d'este mes de Abril año de 639.*

Biblioteca Nacional de Portugal (BNP)

Cod. 241, Manuel Severim de Faria, Historia Portugueza e de outras Provincias de occidente desde o anno de 1610 até o de 1640 da felice aclamação de el Rey dom João IV (microfilm n. 1441)

Fontes impressas e reportórios

- Diccionario bibliographico portuguez* (1862), coord. Innocencio Francisco da Silva
- Diccionario enciclopedico* U.T.E.H.A. (1953), Ciudad de Mexico: Unión Tipográfica Editorial Hispano Americana
- Enciclopédia Luso-brasileira de cultura *Verbo*, vol. 18, Lisboa-Saõ Paulo: Edição Século XXII
- FONSECA, Francisco de, 1728, *Evora gloriosa. Epilogo dos quarto Tomos da Evora illustrada que compoz o R. P. M. Manoel Fialbo da Companhia de Jesu, escrita, acrescentada e amplificada pello P. Francisco da Fonseca da mesma Companhia, dedicada ao eminentissimo e reverendissimo Senbor Alvaro do titulo de San Bartholomeo in Insula cardenal Cienfuegos, comprotector da Germania, arcebispo e senbor de Monreal, conselhero de S. M. C. e C. e seo plenipotenciario à Santa Sè Apostolica*, Roma: na officina Komarekiana
- Grande Enciclopédia portuguesa e brasileira*, s.d., Lisboa-Rio de Janeiro
- MANNO, Antonio, *Il Patriziato subalpino. Notizie di fatto storiche, genealogiche ed araldiche desunte da documenti*, Firenze, Civelli, 1896-1905, 2 voll. a stampa e 27 dattiloscritti, ora consultabile on-line all'indirizzo: <http://www.vivant.it>

Estudos

- BELLONCI, Maria, 1963 (I ed. 1947), *Segreti dei Gonzaga*, Milano: Mondadori
- BESUTTI, Paola, 1999, "Il matrimonio dell'infanta Margherita: le feste a Mantova", in *Politica e cultura nell'età di Carlo Emanuele I. Torino, Parigi, Madrid*, a cura di M. Masoero, S. Mamino, C. Rosso, Firenze: Olschki, pp. 491-506
- COSANDEY, Fanny, 2000, *La reine de France, symbole et pouvoir*, Paris: Gallimard
- COSANDEY, Fanny, 2008, "De la loi salique à la régence. Le parcours singulier du pouvoir des reines", in VARALLO, F. (ed.), *In assenza del re. Le reggenti dal xiv al xvii secolo (Piemonte ed Europa)*, Firenze: Olschki, pp. 183-197.
- COZZO, Paolo, 2006, *La geografia celeste dei duchi di Savoia. Religione, devozione e sacralità in uno Stato di età moderna (secc. XVI-XVII)*, Bologna: il Mulino
- CRAVERI, Benedetta, 2008 (I ed. 2005), *Amanti e regine. Il potere delle donne*, Milano: Adelphi
- DEL RÍO BARREDO, Maria José, 2006, "El viaje de los príncipes de Saboya a la corte de Felipe III (1603-1606)", in *L'affermarsi della corte sabauda. Dinastie, poteri, élites in Piemonte e Savoia fra tardo medioevo e prima età moderna*, a cura di P. Bianchi e L. C. Gentile, Torino: Zamorani, pp. 407-434
- GIACHINO, Luisella, 2011, "«Margherite evangeliche» e «donne di diamante» nei *Panegirici* di Emanuele Tesauro", in *Predicare nel Seicento*, a cura di M. L. Doglio e C. Delcorno. Bologna: il Mulino, pp. 73-104.
- HESPANHA, António Manuel, 1986, *As vésperas do Leviathan. Instituições e Poder político. Portugal – sec. XVII*, 2 voll., Lisboa: s.n.t.
- LABRADOR ARROYO, Félix, 2009, *La Casa Real en Portugal (1580-1621)*, Madrid: Ediciones Polifemo
- MERLIN, Pierpaolo, 1991, *Tra guerre e tornei. La corte sabauda nell'età di Carlo Emanuele I*, Torino: SEI

- MERLIN, Pierpaolo, 2008, "Caterina d'Asburgo e l'influsso spagnolo", in VARALLO F. (ed.), *In assenza del re. Le reggenti dal xiv al xvii secolo (Piemonte ed Europa)*, Firenze: Olschki, pp. 209-234.
- MONGIANO, Elisa, in corso di stampa, "Quale dote per un'Infanta di Spagna? Il contratto di matrimonio di Caterina d'Austria", in RAVIOLA, B. A., VARALLO, F. (ed.), *L'Infanta. Caterina d'Austria duchessa di Savoia (1567-1597)*, Atti del convegno internazionale di studi, Torino, 30 settembre – 2 ottobre 2009, Roma: Carocci
- MOSTACCIO, Silvia, 1999, "Le sante di corte", in M. Masoero, S. Mamino, C. Rosso (ed.), *Politica e cultura nell'età di Carlo Emanuele I. Torino, Parigi, Madrid*, Firenze: Olschki, pp. 461-474
- NALDI, Carlo, GIANASSO, Elena, ROGGERO, Costanza (ed.), 2011, *Maria Giovanna Battista di Savoia Nemours. Memorie della reggenza*, Torino: Centro Studi Piemontesi
- OLIVEIRA, António de, 2002, *Movimento Sociais e Poder em Portugal no Século xvii*, Coimbra: Instituto de História Económica e Social, Faculdade de Letras
- OLIVEIRA, António de, 2008, *Dom Felipe III*, Lisboa: Temas e Debates
- ORESKO, Robert, 2004, "Maria Giovanna Battista of Savoy-Nemours (1644-1724): daughter, consort and regent of Savoy", in CAMPBELL ORR, C. (ed.), *Queenship in Europe, 1660-1815. The Role of the Consort*, Cambridge: Cambridge University Press, pp. 16-55
- PAOLI, Maria Pia, 2008, *Di madre in figlio: per una storia dell'educazione alla corte dei Medici*, in *Annali di storia di Firenze*, III, Firenze University Press, pp. 65-145
- PARUSSO, Giulio, 2007, "La beata Margherita di Savoia", in MAESTRI, R. (ed.), *L'arrivo in Monferrato dei Paleologi di Bisanzio (1306-2006)*, Alessandria: Circolo culturale "I marchesi del Monferrato", pp. 89-95
- QUAZZA, Romolo, 1930, *Margherita di Savoia, duchessa di Mantova e viceregina di Portogallo*, Torino: Paravia
- RAVIOLA, Blythe Alice, 2008, "Il filo di Anna. La marchesa d'Alençon, Margherita Paleologo e Margherita di Savoia-Gonzaga fra antichi stati italiani ed Europa", in VARALLO, F. (ed.), *In assenza del re. Le reggenti nei secoli xvi-xvii (Piemonte ed Europa)*, Firenze: Olschki, pp. 317-341
- RAVIOLA, Blythe Alice, 2012, "Venerabili figlie: Maria Apollonia e Francesca Caterina di Savoia, monache francescane, fra la corte di Torino e gli interessi di Madrid (1594-1656)", in MARTÍNEZ MILLÁN, J.; RIVERO RODRÍGUEZ, M.; VERSTEEGEN, G. (eds.), *La Corte en Europa: Política y Religión (siglos XVI-XVIII)*, Atti del Congreso internacional de la red "The Court Studies", Madrid, 13-16 dicembre de 2010, 3 Vols., Madrid, Editorial Polifemo, vol. II, pp. 887-910.
- RAVIOLA, Blythe Alice, in corso di stampa¹, "«Hija de tal madre». Margherita di Savoia Gonzaga e il recupero delle sue doti", in RAVIOLA, B. A., VARALLO, F. (ed.), *L'Infanta. Caterina d'Austria duchessa di Savoia (1567-1597)*, Atti del convegno internazionale di studi, Torino, 30 settembre – 2 ottobre 2009, Roma: Carocci
- RAVIOLA, Blythe Alice, in corso di stampa², *The Three lives of Margherita of Savoy, duchess of Mantua and vicereine of Portugal*, in CRUZ, A. J., GALLI STAMPINO, M. (ed.), *Habsburgs Rulers Women in Early Modern Europe*, Chicago: Chicago University Press
- RIVERO RODRÍGUEZ, M., VERSTEEGEN, G. (eds.), *La Corte en Europa: Política y Religión (siglos xvi-xviii)*, Atti del Congreso internacional de la red "The Court Studies", Madrid, 13-16 dicembre de 2010, 3 vols., Madrid, Editorial Polifemo, Vol. II, pp. 887-910.
- RIVERO RODRÍGUEZ, Manuel, in corso di stampa, "La casa del príncipe Filiberto de Saboya", in RAVIOLA, B. A., VARALLO, F. (ed.), *L'Infanta. Caterina d'Austria duchessa di Savoia (1567-1597)*, Atti del convegno internazionale di studi, Torino, 30 settembre – 2 ottobre 2009, Roma: Carocci
- ROSSO, Claudio, 2008, "Le due Cristine: Madama Reale fra agiografia e leggenda nera", in VARALLO, F. (ed.), *In assenza del re. Le reggenti nei secoli xvi-xvii (Piemonte ed Europa)*, Firenze: Olschki, pp. 367-392

- SANCHEZ-MOLERO, José Luis, “L'educazione «devozionale» delle Infante”, in B. A. Raviola, F. Varallo (ed.), *L'Infanta. Caterina d'Austria duchessa di Savoia (1567-1597)*, Atti del convegno internazionale di studi, Torino, 30 settembre – 2 ottobre 2009, Roma: Carocci
- SÁNCHEZ, Magdalena, 2009, “Sword and Wimple: Isabel Clara Eugenia and Power”, in CRUZ A. J., MIOKO, S. (ed.), *The Rule of Women in Early Modern Europe*,. Urbana and Chicago: University of Illinois Press, 2009, pp. 64-79
- SCHAUB, Jean-Frédéric, 2001, *Le Portugal au temps du comte-duc d'Olivares (1621-1640). Le conflit de juridictions comme exercice de la politique*. Madrid: Casa de Velasquez
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, 1979, *História de Portugal*, vol. IV, *Governo dos Reis Espanbóis (1580-1640)*, Lisboa: Editorial Verbo
- SPAGNOLETTI, Angelantonio, 2003, *Le dinastie italiane nella prima età moderna*. Roma-Bari: Laterza
- TAMALIO, Raffaele, on line, [http://www.treccani.it/enciclopedia/margherita-di-savoia-duchessa-di-mantova-e-di-monferrato_\(Dizionario-Biografico\)/](http://www.treccani.it/enciclopedia/margherita-di-savoia-duchessa-di-mantova-e-di-monferrato_(Dizionario-Biografico)/)
- VALLADARES, Roberto, 1998, *La rebelión de Portugal: guerra, conflicto y poderes en la monarquía hispánica, 1640-1680*, Junta de Castilla y León: Consejería de Educación y Cultura
- VARALLO, Franca (ed.), *In assenza del re. Le reggenti nei secoli XVI-XVII (Piemonte ed Europa)*, Firenze: Olschki
- VARALLO, Franca, 1999, “La festa per il matrimonio delle Infante (1608)”, in M. Masoero, S. Mamino, C. Rosso (ed.), *Politica e cultura nell'età di Carlo Emanuele I. Torino, Parigi, Madrid*, Firenze: Olschki, pp. 475-490
- VARALLO, Franca, in corso di stampa, “Catalina Micaela en la corte de Saboya”, in COLOMER, J. L. (ed.), *Vestir a la española. Prestigio y Vigencia del Atuendo Español en las cortes europeas*, Madrid: CEEH

Isabel M. R. Mendes Drumond Braga

Universidade de Lisboa

D. MARIA FRANCISCA ISABEL DE SABÓIA (1646-1683), RAINHA DE PORTUGAL

Do casamento, realizado em 1643, entre Carlos Amadeu de Sabóia (1624-1652), duque de Nemours, de Aumale e de Genevois, e Isabel de Bourbon-Vendôme (1618-1664) nasceram cinco filhos: Maria Joana Baptista de Sabóia-Nemours (Paris, 1644 – Turim, 1724), Maria Francisca Isabel de Sabóia-Nemours (Paris, 1646 – Lisboa, 1683), que chegaram à idade adulta, e ainda José de Sabóia (1646-1647), Francisco de Sabóia (1650) e Carlos Amadeu de Sabóia (1651), que faleceram na infância¹. Maria Francisca Isabel veio ao mundo a 26 de Junho de 1646, cinco horas antes de um irmão gêmeo, José, que morreu com oito meses. Tanto quanto se sabe, a própria apresentava uma fraca compleição física².

A morte precoce de Carlos Amadeu de Sabóia, em 1652, durante um duelo com o cunhado, Francisco de Bourbon-Vêndome, duque de Beaufort, reduziu a casa de Sabóia a quatro membros: Isabel de Bourbon-Vêndome, sua viúva; Maria Joana Baptista e Maria Francisca Isabel, suas filhas; e Henrique de Sabóia, arcebispo de Reims, seu irmão. As duas irmãs, órfãs de pai aos oito e aos seis anos respectivamente, foram educadas pelas religiosas de Fontevrault, estabelecimento para onde a mãe de ambas igualmente

* O texto que se apresenta tem como base investigação realizada e concretizada no texto *D. Maria Francisca Isabel de Sabóia (1646-1683)* que integra o volume *D. Maria Francisca Isabel de Sabóia e D. Maria Sofia Isabel de Neuburg: Duas Rainhas em Tempo de Novos Equilíbrios Europeus*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2011. Todas as informações e interpretações aqui contidas podem ser vistas de forma mais desenvolvida na referida obra.

¹ BARBOSA, J., 1727, pp. 429-433.

² CLARETTA, G., 1865, p. 71; DÓRIA, A. A., 1944, p.113.

se retirou após a viuvez. Para Pierre Joseph d'Orléans, o primeiro biógrafo da rainha, em obra publicada em 1696, dedicada a D. Pedro II, a presença de Maria Francisca Isabel em Fontevault assegurou-lhe uma educação real e cristã, que a habilitou em matérias como o saber viver, a polidez e o exercício da piedade³. Outras apetências também possuiu, pois chegou a compor poesia⁴. Algum tempo antes de falecer, Isabel de Bourbon-Vendôme abandonou a abadia com as duas filhas. Fixaram-se em Paris. Com a morte da mãe, em 1664, as duas irmãs foram entregues ao avô materno, César de Bourbon, duque de Vendôme, mas este morreu no ano seguinte. Viveram então recolhidas em conventos de Paris, primeiro no das Capuchinhas, depois no das Filhas de Santa Maria, onde a mãe fora sepultada⁵.

Ao longo do século XVI, o ducado de Sabóia distinguiu-se em termos geopolíticos, podendo constituir uma interessante reserva matrimonial para filhos segundos e para segundas núpcias. Na centúria seguinte, mormente após as guerras de religião, a França voltou a ser um parceiro importante no jogo internacional⁶, o que, concomitantemente, valorizou o ducado de Sabóia, cuja actuação estava dependente, por questões geográficas e familiares, de França. Não esqueçamos que a maior parte das negociações e das alianças políticas de então era feita tendo em conta os interesses familiares das casas reinantes ao ponto de se encararem os territórios como fontes de recursos e como meios para manter o poder e a honra das famílias e os interesses das dinastias⁷.

Ora, no mercado matrimonial de então, quer Maria Joana Baptista quer Maria Francisca Isabel tinham algum interesse. Já a mãe de ambas, Isabel de Bourbon-Vendôme, se começara a preocupar com o assunto, ponderando a opção de Sabóia, isto é, o casamento com Carlos Manuel II. Em 1659, chegaram a viajar para o ducado, tendo sido observadas, mas não terão suscitado grande interesse ao duque⁸. A 4 de Fevereiro de 1662, Maria

³ D'ORLÉANS, P. J., 1696, p. 5; CLARETTA, G., 1865, p. 77.

⁴ BENEVIDES, F. F., tomo 2, 1879, pp. 113-114.

⁵ BARBOSA, J., 1748, pp. 6-7.

⁶ BENNASSAR, B., 2006, pp. 40-41.

⁷ PARRALT, D., 2002, p. 156.

⁸ *Mémoires de Mademoiselle de Montpensier* [...], vol. 5, pp. 271-273.

Joana Baptista contraiu matrimónio com Carlos V, duque de Lorena (1643-1690). Pensou-se então em Maria Francisca Isabel para um outro membro da casa de Lorena, Carlos Henrique, conde de Vaudemont (1642-1723). Entretanto, o noivo da mais velha deixou França, entrou ao serviço do Imperador e o casamento não chegou a ser consumado. Já órfãs de mãe, das negociações dos seus casamentos ocupou-se César d'Estrées (1628-1714), bispo de Laon, membro da Academie Française (1658) e futuro cardeal (1672), primo em primeiro grau do duque de Vendôme. Os casamentos das duas irmãs implicaram contactos com Paris, Madrid, Turim e Lisboa⁹.

As opções matrimoniais para Maria Francisca Isabel estiveram dependentes das pressões maternas e, após a morte da mãe, do interesse e da capacidade negocial de seu tio e tiveram que se harmonizar com a concorrência de outras mulheres, desde a sua irmã mais velha, Maria Joana Baptista, até às posições das diferentes cortes europeias, parcelas de peso neste jogo de interesses. Assim, se, como vimos, uma das primeiras hipóteses, não coroada de êxito, foi o duque de Sabóia, que acabou por se casar em segundas núpcias com Maria Joana Baptista, tal como desejava Isabel de Bourbon-Vêndome, outras possibilidades se seguiram, nomeadamente Carlos Henrique, conde de Vaudemont, e, finalmente, D. Afonso VI.

Para o rei de Portugal, Maria Francisca Isabel também não foi a primeira opção. Efectivamente, o marquês de Sande, Francisco de Melo e Torres (1620-1667), fora encarregado de negociar em França o casamento de D. Afonso VI com Mademoiselle de Montpensier, Ana Maria Luísa de Orleães, filha do duque de Orleães e prima co-irmã de Luís XIV, conhecida como a Grande Demoiselle¹⁰, já antes pensada para o príncipe D. Teodósio¹¹. Mademoiselle de Montpensier, depois de protelar a resposta, acabou por não aceitar, mesmo tendo sido ameaçada de exílio, registando nas suas memórias alguns desses momentos¹².

⁹ ORESKO, R., 2004, p. 17.

¹⁰ SANTARÉM, V., 1844, pp. 515-523.

¹¹ GONZALEZ, C., 2005.

¹² *Mémoires de Mademoiselle de Montpensier* [...], vol. 5, pp. 232-238, *passim*. Mademoiselle de Montpensier apresentou uma visão fragmentária, caricatural e preconceituosa de Portugal e dos Portugueses tal como muitos outros Franceses seus contemporâneos. Cf. LESNE-JAFFRO, E., 2005.

As negociações matrimoniais tiveram início com o envio a Paris do marquês de Sande. Depois de discutidas várias hipóteses durante o ano de 1663, foi, finalmente, escolhida Maria Francisca Isabel. A 29 de Outubro de 1664, o avô da noiva, o duque de Vendôme, enviou ao já referido bispo de Laon, seu primo, um poder para propor ao marquês de Sande o casamento¹³. A 10 de Abril de 1665, foram acordados os artigos e condições do consórcio entre o desembargador Pedro de Almeida do Amaral, o duque d'Estrées, Francisco Anibal I, e ainda o bispo de Laon¹⁴. O tratado de casamento foi assinado em Paris, a 24 de Fevereiro de 1666, pelo marquês de Sande e pelos já referidos duque d'Estrées e bispo de Laon¹⁵.

O articulado do tratado estipulava que o enlace fosse celebrado, por procuração, em Inglaterra – o que não foi possível devido a um surto de peste – e que a partir de então o embaixador de Portugal reconhecesse D. Maria Francisca Isabel como rainha de Portugal. O dote, mais elevado do que era costume, para evidenciar a grande consideração e a diferença das Casas de Nemurs e Vêndome face à Casa Real portuguesa, no valor de seiscentos mil escudos de moeda francesa, isto é, um milhão e oitocentas mil libras tornesas, ou quatrocentos mil escudos, representava uma garantia para a noiva, se houvesse dissolução do matrimónio. Como sempre, seria recuperável em caso de viuvez e não só dependeu da tradição, de exemplos passados, mas e, sobretudo, das relações de força entre as duas Casas envolvidas¹⁶, uma real e outra ducal. O que a noiva recebia deveria compensar o que renunciava ao abandonar o país dos seus antepassados¹⁷.

Tal como acontecera com as anteriores rainhas de Portugal, D. Maria Francisca Isabel receberia Casa e Estado, ou seja, um património comum com identidade jurídica, constituído pelo domínio senhorial de Aldeia Galega, Aldeia Gavinha, Alenquer, Alvor, Caldas, Chamusca, Faro, Mação, Reguengo de Viseu, Salir do Porto, Silves, Sintra e Ulme, após a morte

¹³ SANTARÉM, V., 1844, p. 551.

¹⁴ SANTARÉM, V., 1844, p. 557.

¹⁵ SANTARÉM, V., 1844, pp. 570-580; SOUSA, A. C., 1952, pp. 12-20.

¹⁶ BÉLY, L., 1999, p. 206.

¹⁷ BÉLY, L., 1999, p. 205.

da sogra, D. Luísa de Gusmão¹⁸. Entretanto seria compensada monetariamente com trinta mil cruzados por ano. A casa da rainha seria estabelecida um mês após a chegada a Portugal “com a mesma grandeza e magnificência que as das outras rainhas que a precederam, e que é conveniente à sua qualidade e dignidade”¹⁹. A partir do momento em que D. Maria Francisca Isabel entrasse em Lisboa, passaria a usufruir de todos os direitos e privilégios que as anteriores consortes régias haviam beneficiado. No caso de ficar viúva, com ou sem filhos, não perderia nenhuma das prerrogativas referidas, poderia deixar o reino e, não tendo descendentes, teria direito à totalidade do dote e dos seus pertences, no caso de ter filhos, só teria direito a um terço do dote e aos referidos pertences. A D. Afonso VI cumpria dar, de arras, à rainha quarenta mil escudos em jóias.

O matrimónio por procuração, levado a efeito em La Rochelle, a 27 de Junho de 1666, marcou a separação de D. Maria Francisca Isabel com o reino de origem enquanto o enlace presencial selou a integração da rainha na sua nova família²⁰. O noivado e o casamento foram, como sempre, realizados no reino da noiva antes da partida, por procuração, o que, desde logo, implicou uma dispensa papal pois, após Trento, todos os matrimónios pressupunham a expressão pública do consentimento mútuo²¹.

O itinerário de D. Maria Francisca Isabel compreendeu duas partes. A primeira, entre Paris e La Rochelle, via terrestre, passando por Estampes, um feudo Vendôme; Poitiers e La Rochelle²². A segunda de La Rochelle a Lisboa, via marítima, foi ameaçada por um fracassado projecto castelhano de arrebatá-la a rainha quando se preparasse para entrar em Lisboa²³, além de ter conhecido calmarias e tempestades. A 30 de Junho, a comitiva embarcou em La Rochelle. A 3 de Julho, com ventos favoráveis, pôde zarpar. A 30, avistou as Berlengas e chegou a Cascais. A rainha foi visitada, a

¹⁸ Estas terras constituíam o domínio senhorial da casa da rainha, quando a mesma foi instituída em 1643. Cf. LOURENÇO, M. P. M., 1995, p. 998. Como D. Maria Francisca Isabel herdará da sogra essa posse, não se discriminaram no contrato de casamento todas as terras.

¹⁹ SOUSA, 1952, p. 15.

²⁰ LEFERME-FALGUIÈRES, F., 2007, p. 105.

²¹ LEFERME-FALGUIÈRES, F., 2007, p. 108.

²² CLARETTA, G., 1865, p. 90.

²³ SANTARÉM, V., 1844, pp. CCHIII-CCVI.

bordo, por D. Luís de Vasconcelos e Sousa, conde de Castelo Melhor, e por D. Mariana de Lencastre, mãe do anterior, designada como camareira-mor de D. Maria Francisca Isabel. De Cascais, a comitiva seguiu até Belém, onde ancorou no dia 2 de Agosto, sendo saudada com artilharia ao longo do percurso. Finalmente, foi esperada pela nobreza, ricamente vestida e com excelentes montadas, e por muito povo, de tal modo que se comentou algo como: “Lisboa saiu de si própria para ir render as primeiras homenagens à princesa”²⁴. Em Alcântara, na capela do Convento das Flamengas, o bispo de Targa deu as bênçãos aos esposos, mas D. Afonso VI acabou por deixar a mulher sozinha, quer no jantar quer, inclusivamente, durante a noite, segundo fontes afectas a D. Pedro²⁵.

Antes da chegada da rainha, a cidade de Lisboa movimentou-se no sentido de fazer os preparativos necessários para a receber. As festas duraram de Agosto a Outubro, tendo decorrido em duas fases, uma vez que a rainha esteve doente em Setembro. Entre as manifestações de regozijo contaram-se diversas construções de arte efémera – arcos, apetrechos de fogo-de-artifício, embarcações – sendo de salientar que a arquitectura foi da responsabilidade de João Nunes Tinoco. Não era uma novidade, pois já no século XVI se recorria à arte efémera para festejar entradas de monarcas, casamentos régios e cerimónias religiosas²⁶, nem tão pouco uma especificidade portuguesa, pois tais manifestações eram comuns pela Europa²⁷.

Na ocasião do casamento de D. Afonso VI e de D. Maria Francisca Isabel foram feitas aguarelas com algumas imagens exibidas nos arcos triunfais que ornavam a cidade, para festejar a entrada do casal. A simbologia das pinturas e das inscrições foi objecto de estudo por parte de Ângela Barreto Xavier e Pedro Cardim, autores que salientaram, de entre outros aspectos, que a rainha foi louvada, tendo sido evidenciadas características e desejos inerentes à felicidade do casal, tais como a pureza, a castidade, o amor

²⁴ *Gazette*, n.º 126, Paris, 22 de Outubro de 1666.

²⁵ A reconstituição deste episódio não é pacífica, pois as fontes – algumas bastante comprometidas – têm informações pouco favoráveis a D. Afonso VI.

²⁶ *Arte Efémera em Portugal* [...].

²⁷ BOUZA ALVAREZ, F., 1996; ZANGLER, A. E., 2006.

virtuoso, a fecundidade, a função protectora e a beleza, aproximando-se a imagem da consorte da figura arquetípica da Virgem Maria²⁸.

Quando os monarcas entraram em Lisboa, a 29 de Agosto de 1666, Cristóvão Soares de Abreu proferiu uma oração encomiástica²⁹. A cerimónia deu igualmente azo a várias composições poéticas no âmbito das Academias, nomeadamente na dos Generosos³⁰ e na dos Singulares³¹. Porém, segundo o embaixador de França, na entrada do casal régio, a 29, “apenas a Rainha se salientava”³², ao mesmo tempo que fez saber que o povo tinha testemunhado uma grande alegria em ver a consorte de D. Afonso VI.

Quando a nova rainha chegou a Lisboa, a família real portuguesa não era propriamente grande. A sua sogra, D. Luísa de Gusmão, viúva de D. João IV, havia falecido meses antes, a 17 de Fevereiro de 1666. Uma das suas cunhadas, D. Catarina, estava casada com Carlos II de Inglaterra, desde 1662. Restavam D. Afonso VI e seu irmão D. Pedro, além de uma filha ilegítima de D. João IV, D. Maria, que se criara em casa do secretário António Cavide, seu tutor e curador. Em 1649, esta senhora entrou para o convento de Santa Teresa de Carnide. Embora não tenha professado, viveu em hábito de religiosa. D. Maria Francisca Isabel chegou a visitá-la e a orar e merendar no convento com ela³³. Havia ainda soror Maria do Céu, filha do duque de Medina Sidónia e prima, pelo lado materno, de D. Afonso VI, freira professa no Convento de Nossa Senhora da Quietação.

As primeiras notícias acerca do relacionamento entre D. Afonso VI e D. Maria Francisca Isabel foram auspiciosas. Segundo Saint-Romain, embaixador de França em Portugal, o monarca passava muito tempo no quarto da mulher e quase não podia estar uma hora sem a ver³⁴. Por outro lado, nas suas

²⁸ XAVIER, A. B., CARDIM, P.; 1996, pp. 50-62, XAVIER, A. B., CARDIM, P., 2006, pp. 165-185.

²⁹ ABREU, C. S., 1666, pp. 4-5.

³⁰ *Certamen Epithalamico* [...], 1666.

³¹ *Certamen Accademico Epitalamico* [...], 1667. Sobre um dos autores das composições, António Serrão de Castro, cf. RIBEIRO, B. A. F., 2007, pp. 44-48. Muitas outras peças poéticas foram produzidas, cf. *Poetica Discrpcion* [...], 1667 e PAIVA, 1667. Sobre as academias e a celebração do casamento, cf. XAVIER, A. B., CARDIM, P., 2006, p. 167.

³² Paris, AMAE-Q'O, *Correspondance Politique. Portugal*, n.º 5, fol. 245v.

³³ CAVALHEIRO, A. R., 1944, p. 35, *passim*.

³⁴ Paris, AMAE-Q'O, *Correspondance Politique. Portugal*, n.º 5, fol. 228.

memórias, Mademoiselle de Montpensier registou, com algum eventual despeito, que D. Maria Francisca Isabel escrevera uma carta a Madame de Béthune, que esta lera à rainha de França, na sua presença: “consumado o casamento, a Rainha escreveu a todas as suas amigas dando conta do quanto estava satisfeita, afirmando ter casado com o mais honesto homem do mundo e que apenas lhe faltava um filho, que esperava vir a ter em breve, para a sua felicidade ser completa”³⁵. Note-se que estas informações, imediatamente a seguir ao casamento, contrastam com as que mais tarde vieram a lume, numa conjuntura que permitia justificar a anulação do enlace. Já nas memórias de d’Ablancourt, publicadas em 1701, logo, eventualmente tendenciosas, pode ler-se que o relacionamento do casal não era consentâneo com a idade que tinham e, consequentemente, o relacionamento não se passava “de forma muito agradável”³⁶.

Na corte de Lisboa, os problemas não se fizeram esperar. Parece claro que D. Afonso VI não era o homem mais dotado para ser rei, porém, a conjuntura e os que o rodeavam também contribuíram para a acentuada e rápida degradação do poder que ostentava na qualidade de monarca. Sendo o segundo filho, consequentemente não preparado para herdar a Coroa, a questão só se colocou em 1653, quando o primogénito de D. João IV e de D. Luísa de Gusmão, o príncipe D. Teodósio, faleceu. Com dificuldades diversas, problemas de saúde que mereciam preocupação e com uma educação pouco cuidada, o monarca ficou famoso pelas desordens que provocava integrado em bandos³⁷ ou com o seu companheiro de distúrbios favorito, o mercador António de Conti³⁸. Se são pouco credíveis, ou pelo menos sujeitas a interrogações, afirmações contidas em fontes tendenciosas³⁹, também é certo que, na corte, antes da chegada da rainha, ia ganhando cada vez mais forma e volume uma facção que pretendia a queda do conde de Castelo Melhor. Era composta pelos que se opunham ao seu poder excessivo, nomeadamente, o duque de Cadaval, o marquês de

³⁵ *Mémoires de Mademoiselle de Montpensier* [...], vol. 5, p. 311.

³⁶ *Mémoires de Monsieur d’Ablancourt* [...], p. 294.

³⁷ CURTO, D. R., 2007, p. 193

³⁸ GUIRAUD, M., 2005.

³⁹ Lisboa, B.N.P., Cod. 1505, fol. 22; SOUTHWEL, 1749, p. 31.

Marialva, os condes de Sarzedas, Vila Flor, São João e da Torre, D. Rodrigo de Meneses (irmão do marquês de Marialva), Luís de Mendonça Furtado, D. João da Silva e D. Luís de Meneses (irmão do conde da Ericeira). Por volta de Junho ou Julho de 1666, começou a perceber-se que D. Pedro funcionava claramente como cabeça de partido. Neste último mês, Saint Romain aludia já à “cabala do Príncipe de Portugal”⁴⁰ .

Tudo se complicou quando D. Maria Francisca Isabel entrou em choque com o valido. Se, inicialmente, a rainha se dava bem com D. Luís de Vasconcelos e Sousa, segundo o depoimento do marquês de Saint-Romain⁴¹, rapidamente a situação se degradou quando a primeira começou a querer participar nas reuniões do Conselho de Estado, tal como fizera sua sogra D. Luísa de Gusmão, durante o reinado de D. João IV. A oposição do escrivão da puridade fez-se, então, sentir. Aparentemente, o conde quis uma rainha francesa mas não queria que ela se imiscuísse na governação⁴².

A conspiração, inspirada pelo desejo que Luís XIV nutria de afastar Castelo Melhor, foi o passo seguinte. A rainha contou com a colaboração dos Franceses que a assessoravam, nomeadamente o seu confessor, o padre Francisco de Villes, e o seu secretário, Luís Verjus, futuro conde de Crécy, sem esquecer o embaixador de França, o marquês de Saint-Romain, que, a partir de certo momento, se considerou ultrapassado pelos acontecimentos. Luís XIV pretendia o afastamento do escrivão da puridade para protelar a assinatura da paz entre Portugal e a monarquia de Carlos II, uma vez que a guerra da Restauração enfraquecia o reino de Castela e facilitava as pretensões francesas face aos Países Baixos espanhóis e ao Franco-Condado, o que, em 1667, desencadearia a chamada “Guerra da Devolução”. Pelo contrário, a Inglaterra tinha interesse numa Península Ibérica pacificada, permitindo a Carlos II reagir ao ataque francês. Desde o início de 1666, o conde de Castelo Melhor, com o apoio inglês, foi negociando a desejada paz, estando-se prestes a alcançá-la. Assim se compreende que, para a França, o afastamento do titular fosse importante. Contudo, quando, em

⁴⁰ BRAGA, P. D., 2006, p. 65.

⁴¹ PRESTAGE, E., 1933, p. 115.

⁴² MATOS, G. M., 1944, p. 352.

Março de 1667, os dois reinos assinaram uma liga ofensiva e defensiva, à França deixou de interessar a queda de Castelo Melhor⁴³, o mesmo não se podendo afirmar em relação a D. Maria Francisca Isabel.

No reino, a situação política foi-se detriorando. Paralelamente ao afastamento do valido, delinearum-se as facções de D. Pedro e de D. Maria Francisca Isabel, apoiada pelo grupo francês. O consenso e a fusão entre ambas parecem ter sido rapidamente obtidos. Porém, como se iria proceder em termos de governação? A quem pertencia o governo? À rainha, enquanto regente? Ao infante, nessa mesma qualidade? Parecendo certo que a deposição de D. Afonso VI era uma questão de tempo, se D. Maria Francisca Isabel se mantivesse ao lado do monarca, ou o acompanharia durante o exílio ou teria que recolher-se a um convento. Por outro lado, se estivesse do lado da oposição ao marido, as opções seriam outras: não só teria legitimidade de requer a regência, como teria o apoio francês. Não podendo assegurar a regência, restava-lhe desposar o infante D. Pedro. Se bem que, seguramente, não tivesse interesse em passar de rainha a princesa, nessa conjuntura ser a mulher do regente era a melhor opção.

São particularmente interessantes as palavras de Ana de Oliveira Antunes, quando considerou que a rainha arriscou bastante ao conceder apoio a D. Pedro: “Foi D. Maria que passou de rainha a princesa. Foi quem mais arriscou, desligou-se parcialmente da França, confiou no infante e no duque [de Cadaval], perdeu a Coroa, perdeu a oportunidade de ser nomeada regente”⁴⁴. Contudo, também teremos de ponderar que para o reino seria mais fácil aceitar D. Pedro, irmão do monarca deposto, na condição de regente, do que uma mulher estrangeira recém chegada a Portugal e com uma atitude conflituosa, ou pelo menos não totalmente pacífica, com os ministros de seu marido. Um golpe de estado encabeçado pela rainha decerto levaria a uma sublevação e, na melhor das hipóteses, ao seu encerramento numa instituição religiosa. Assim, entre voltar para França em situação pouco abonatória ou passar a princesa a segunda opção terá sido a mais vantajosa.

⁴³ PRESTAGE, E., 1933, p. 120; BRAGA, P. D., 2006, p. 67.

⁴⁴ ANTUNES, A. M. P. O., vol. 1, p. 62.

No final de Outubro de 1667, Sir Robert Southwell, embaixador inglês, já referia que D. Maria Francisca Isabel ainda era virgem e que poderia vir a casar com o infante D. Pedro⁴⁵. A 9 de Novembro, o cônsul Maynard informou Lord Arlington de que a aliança luso-francesa era impopular e que os Portugueses desejavam a paz com Castela⁴⁶. A 15, Sir Robert Southwell fez saber que todos acreditavam que D. Pedro e a rainha colaboravam e que em breve se casariam⁴⁷. De facto, a 21 de Novembro de 1667, D. Maria Francisca Isabel, combinada com o infante D. Pedro⁴⁸, abandonou o palácio, refugiando-se no convento da Esperança⁴⁹, de onde escreveu a D. Afonso VI, no dia seguinte, solicitando autorização para partir para França e pedindo a restituição do dote⁵⁰.

A 22 de Novembro, numa reunião no palácio da Corte Real, ficou decidido que D. Pedro e os seus partidários deveriam insistir junto de D. Afonso VI para este lhe entregar a governação. O monarca opôs-se e foi enclausurado. Estava a terminar a revolução palaciana iniciada com a deposição do secretário de Estado e que acabaria com a prisão de D. Afonso VI. Dois dias depois, D. Pedro explicou a situação, protestou lealdade ao soberano e informou que iria convocar Cortes, as quais abriram a 27 de Janeiro de 1668. Nesse mesmo dia, deu-se o juramento de D. Pedro como herdeiro do trono e discutiu-se o título que deveria tomar: Rei ou regente? A segunda opção salvaguardou a não abertura de um precedente que consistia nas Cortes considerarem que podiam depor um rei cuja actuação fosse considerada prejudicial⁵¹. Estes rápidos acontecimentos foram vistos em França com surpresa e apreensão. O embaixador de Luís XIV, o marquês de Saint-Romain, sentiu-se ultrapassado pela rainha e solicitou ao regente garantias de que não quebraria a liga assinada em Março de 1667. Entretanto,

⁴⁵ *Descriptive List of the State Papers* [...], vol. 1, p. 78.

⁴⁶ *Descriptive List of the State Papers* [...], vol. 1, p. 78.

⁴⁷ *Descriptive List of the State Papers* [...], vol. 1, p. 80.

⁴⁸ ANTUNES, A. M. P. O., vol. 1, pp. 51-54.

⁴⁹ DÓRIA, A. A., 1944, p. 224.

⁵⁰ Évora, BPE, Cod. CIII/2-25, fol. 14; BENEVIDES, F. F., tomo 2, 1879, p. 107; PAIXÃO, A., vol. 1, 1938, p. 44.

⁵¹ Luís XIV ia ficando a par de todas estas questões, cf. Paris, AMAE-Q'O, *Correspondance Politique. Portugal*, n.º 7, fol. 166.

o monarca francês, a pretexto de ajudar Portugal, enviou 12 naus para o Tejo. A mensagem não era dada a interpretações dúbias.

Em cerca de ano e meio, a passagem da rainha pela corte de Lisboa deixava marcas consideráveis. Uma carta particular de António de Miranda Henriques, comendador de Panóias, dirigida a seu filho Bernardo de Miranda Henriques, governador de Pernambuco, datada de 17 de Dezembro de 1667, referiu o receio que vivia pois era igualmente pai de Henrique Henriques de Miranda, próximo do conde de Castelo Melhor, e sintetizou os acontecimentos: “cá foi crescendo tudo de maneira que a rainha se saiu do Paço e se meteu na Esperança onde fica e trata de anular o casamento sobre que já corre pleito dizendo que El Rei não é capaz de mulher e ela está donzela [...] dizem que [D. Pedro] há-de casar com a rainha, mas não será tão depressa segundo dizem, como cuidavam, porque diz [D. Afonso VI] que o negócio há-de ir a Roma, e a maior culpa que fazem ao Conde [de Castelo Melhor] e a Henrique [Henriques de Miranda], é dizerem que eles sabiam que El Rei não era capaz de casar”⁵².

Corria a segunda metade de 1666 e, a darmos crédito a algumas notícias acerca do relacionamento entre os monarcas, as informações do marquês de Saint-Romain, somos levados a crer que, imediatamente após o casamento, se tinha verificado um mútuo apreço por parte dos cônjuges. Houve mesmo a divulgação de uma falsa notícia de gravidez, em 1667⁵³. Porém, sabendo-se que, em 1668, a rainha já se havia separado do marido e contraído novo casamento, seríamos levados a crer que, rapidamente, o casal teria passado a um afastamento e a uma ruptura definitiva. Princesas e infantas eram peças que se jogavam para celebrar uma paz ou selar uma aliança logo, manter um casamento ou anulá-lo não era uma questão meramente do foro familiar ou amoroso era, isso sim, o resultado de uma luta de facções, de partidos dentro de uma corte com o apoio ou o repúdio internacionais.

⁵² GUIRAUD, M., 1992, pp. 176-177.

⁵³ O facto de ter dito estar grávida e mais tarde ter afirmado que o marido era impotente não a preocupou. Não foi caso único. Maria Ana de Neuburg, casada, em 1690, com Carlos II de Espanha, também afirmou estar grávida, apesar da fama de impotência do marido. Cf. RÍOS MAZCARELLE, M., 1999.

Como anteriormente se verificou, ainda D. Afonso VI não havia sido deposto, já D. Maria Francisca Isabel pedira a anulação do casamento, a 22 de Novembro de 1667. Fê-lo em carta ao cabido de Lisboa, explicando a situação e alegando “não haver tido efeito o matrimónio em que nos concertámos”⁵⁴. Recebeu uma resposta não comprometedora, pois o cabido limitou-se a lamentar o sucedido e a expressar desejos no sentido de se alcançar a melhor solução⁵⁵. No libelo que entregou, a rainha alegava que o casamento nunca fora consumado em resultado de o monarca ser impotente, o que era público e notório devido a uma doença contraída na infância. Mais acrescentou que, da sua parte, não havia qualquer impedimento “antes a necessária disposição entre os casados”. Já depois do seu afastamento do poder, D. Afonso VI assinou, eventualmente forçado, a 2 de Dezembro de 1667, um documento declarando que nunca consumara o matrimónio⁵⁶. A 26 do mesmo mês, o cabido da sé de Lisboa nomeou os juizes da causa⁵⁷.

Entretanto, o processo ia decorrendo. Para conseguir apoio, a rainha de Portugal não descurou recorrer a França. A 3 de Dezembro de 1667, escreveu ao bispo de Laon, expondo as razões do processo de anulação⁵⁸. Por outro lado, enviou Luís Verjus que, em Paris, actuou junto de Luís II de Bourbon-Vendôme, cardeal duque de Vêndome, legado *a latere* do papa, e tio materno de D. Maria Francisca Isabel. Este, estante em França para representar Clemente IX no baptizado do filho do monarca francês, partindo do princípio que a anulação já tinha sido concedida, passou, a 15 de Março de 1668, uma autorização apostólica, uma bula de dispensa do impedimento de pública honestidade existente entre os antigos dois cunhados⁵⁹. Entendeu-se que, como legado pontifício, o cardeal tinha os mesmos poderes que o sumo pontífice e, conseqüentemente, poderia

⁵⁴ Évora, BPE, Cod. CIII/2-25, fol. 14; BENEVIDES, F. F., tomo 2, 1879, p. 107; PAIXÃO, A., vol. 1, 1938, p. 44.

⁵⁵ Évora, BPE, Cod. CIII/2-25, fol. 14v.

⁵⁶ *Descriptive List of the State Papers* [...], vol. 1, p. 80.

⁵⁷ DÓRIA, A. A., 1944, p. 236.

⁵⁸ *Descriptive List of the State Papers* [...], vol. 1, p. 81.

⁵⁹ SOUSA, A. C., 1952, pp. 70-71; RIBEIRO, M. S., 1938, p. 36; DÓRIA, A. A., 1944, p. 262.

conceder as dispensas matrimoniais. Porém, D. Maria Francisca Isabel manteve as suas preocupações a respeito da situação.

A 24 de Março desse ano, saiu o acórdão. Segundo o mesmo, no espaço que durara o matrimónio, haviam tentando os nubentes consumá-lo, não o logrando “por causa do impedimento que o dito Senhor padece de impotência perpétua respectiva *ad virgines*, procedida de enfermidade que o dito Senhor teve sendo menino, na dita idade incurável, e já agora irremediável por arte humana o que tudo se prova superabundantemente pelos meios aprovados por direito, com os quais o dito impedimento fica nos termos de certeza ao menos moral, nos quais termos se não requer inspecção, nem experiência trienal ou de outro tempo arbitrário. O que tudo visto e o mais dos autos, e disposição de direito, julgam o dito matrimónio por contraído de facto e não de direito, e o declaram nulo para que os ditos Senhores possam fazer de si o que bem lhes aprouver”⁶⁰. O facto de não se ter procedido a um exame médico da rainha não era caso inédito⁶¹, de qualquer modo preservou-a de qualquer tipo de devassa à sua intimidade.

Não admira, por isso, que, a 1 de Junho de 1668, D. Maria Francisca Isabel estivesse, segundo Saint-Romain, mais calma. Mas faltava ainda a sanção do papa, esperando-se que o cardeal duque de Vendôme, pessoa muito bem relacionada em Roma, não tivesse dificuldades em a obter⁶². Mesmo assim, a rainha despachou o padre de Ville, para este obter uma aprovação pública do sumo pontífice⁶³. Esta foi expedida a 10 de Dezembro de 1668, já D. Maria Francisca Isabel estava novamente casada. Nesse documento, Clemente IX fez saber que se tratava não de uma anulação mas de uma dissolução de um vínculo, pois o matrimónio não havia sido consumado⁶⁴. Finalmente, o acórdão de 24 de Março de 1668 foi publicado em Lisboa, a 18 de Fevereiro de 1669⁶⁵.

⁶⁰ Causa de Nulidade de Matrimónio [...], pp. 209-210.

⁶¹ DARMON, P., 1991.

⁶² Paris, AMAE-Q'O, *Correspondance Politique. Portugal*, n.º 7, fol. 160.

⁶³ Paris, AMAE-Q'O, *Correspondance Politique. Portugal*, n.º 7, fol. 142.

⁶⁴ *As Gavetas da Torre do Tombo* [...], vol. 9, pp. 714-717.

⁶⁵ SOUSA, A. C., 1952, pp. 76-78.

Teria o matrimónio de D. Afonso VI com D. Maria Francisca Isabel sido consumado, como tudo indicava pelas cartas que escrevera para França, pelos depoimentos de Saint-Romain e até pelo facto de ter suspeitado estar grávida? Teria a rainha feito tais afirmações antes da consumação do casamento, mas com esperança que tudo se concertasse, querendo apenas evidenciar estar bem quando não poderia estar pior? Seria de uma ignorância notável em matérias do foro fisiológico e sexual? Seria ou não virgem quando se casou com D. Afonso VI? Eis um conjunto de perguntas para as quais só D. Maria Francisca Isabel teria resposta. O facto de ter dito pensar estar grávida e, pouco depois, ter afirmado que o seu casamento não havia sido consumado implica, necessariamente, que, em algum momento, faltou à verdade. Porém, nunca foi confrontada com o facto de ter feito afirmações contraditórias.

Se bem que a rainha tenha proposto às Cortes, através do duque de Cadaval, o seu regresso a França e a restituição do dote, a magna assembleia optou por defender o que menos problemas trazia ao reino: a permanência de D. Maria Francisca Isabel, casada com o regente e, conseqüentemente, a não restituição do dote⁶⁶, numa época em que o erário público estava bastante esgotado. Por outro lado, evitava-se um problema com a França, que poderia mesmo mover guerra a Portugal. Era o que menos se desejava, tanto mais que o reino acabava de assinar a paz com Castela, a 13 de Fevereiro de 1668.

Em Portugal, este segundo casamento de D. Maria Francisca Isabel contou com opositores e, entre os que não se opunham, com pouco entusiasmo. A excepção, naturalmente, era constituída pelo partido francês. Porém, a questão que se colocou não era amorosa mas política⁶⁷, quer no que se refere às questões internas, como a falta de meios para restituir o dote, quer às questões internacionais, como a criação de um problema grave com França.

A rainha, que passou a princesa, embora quase todos a continuassem a tratar da mesma maneira⁶⁸, enquanto principal interessada, apressou o

⁶⁶ Lisboa, BAC, *Manuscritos Azuis*, n.º 121 (15), fols 130-130v; Paris, AMAE-Q'O, *Correspondance Politique. Portugal*, n.º 7, fol. 104.

⁶⁷ PÉREZ SAMPER, M. A., 2005, p. 409; SABUGOSA, C., 2006, p. 236.

⁶⁸ Paris, AMAE-Q'O, *Correspondance Politique. Portugal*, n.º 7, fol. 179, 311.

mais que lhe foi possível o casamento. De tal forma que, tendo chegado de França a dispensa, datada de 16 de Março de 1668⁶⁹, expedida antes de pronunciada a dissolução do vínculo matrimonial anterior, logo a 27 do mesmo mês, D. Maria Francisca Isabel concedeu plenos poderes a D. Nuno Álvares Pereira de Melo, duque de Cadaval, e a D. António Luís de Meneses, marquês de Marialva, para estes ajustarem o casamento⁷⁰. Por seu lado, o regente nomeou D. Vasco Luís da Gama, marquês de Niza e D. Rodrigo de Meneses⁷¹.

No contrato de casamento começou por referir-se a utilidade que se esperava do enlace para a Cristandade e para o sossego e bem comum do reino, para se continuar dando conta que D. Pedro se dava por satisfeito com o dote que a rainha trouxera para o primeiro casamento, o qual fora, entretanto, gasto. O regente comprometeu-se igualmente a conceder a D. Maria Francisca Isabel o mesmo património de que houvera beneficiado sua mãe, D. Luísa de Gusmão, ou seja o que fora instituído pertencer à Casa e Estado das rainhas de Portugal. Para o sustento da Casa, a rainha auferiria 40.000 cruzados. No caso de dissolução do casamento após ter sido consumado ou de viuvez, tendo ou não filhos, a rainha poderia deixar o reino sem perda dos benefícios estipulados no contrato. Porém, no caso de ter descendentes e deixar o reino receberia anulamente 50.000 cruzados, e um terço do dote, no caso de os não ter, ser-lhe-ia restituída a totalidade do dote, as jóias e os outros pertencens, com excepção dos que fossem da Coroa⁷².

O casamento, por procuração, foi realizado no dia 2 de Abril de 1668, quarta-feira de Cinzas. D. Pedro foi então buscar D. Maria Francisca Isabel ao convento da Esperança⁷³. A época escolhida, demonstrando a pressa, foi objecto de críticas diversas⁷⁴. Mesmo assim, houve quem visse no facto de o enlace ser celebrado em Abril, um momento auspicioso⁷⁵.

⁶⁹ SANTARÉM, V., 1844, p. 608.

⁷⁰ SANTARÉM, V., 1844, p. 609.

⁷¹ SANTARÉM, V., 1844, p. 609.

⁷² SOUSA, A. C., 1952, pp. 65-68.

⁷³ DÓRIA, A. A., 1944, p. 274.

⁷⁴ PAIXÃO, A., vol. 1, 1938, p. 73.

⁷⁵ ENRIQUEZ DE VILLEGAS, D., 1670, p. 39.

O matrimónio realizado de forma apressada e discreta não suscitou entusiasmo. Em carta a Lord Arlington, Sir Bernard Gascoigne não deixou de referir que “excepto o partido pessoal da rainha, que é muito pequeno, não há ninguém no reino satisfeito com este casamento e, como os cortesãos pensam que será grande motivo de contentamento público haver herdeiros da Coroa, espalham por toda a parte que a rainha está grávida, o que uns acreditam e outros não, de forma que, se a notícia provar que não é verdadeira, não pode deixar de ser em grande prejuízo dela”⁷⁶. Por outro lado, a 10 de Abril, o cônsul Maynard escreveu a Lord Arlington e informou-o que em Lisboa aparecessem panfletos caluniosos contra o novo casal real⁷⁷.

As fontes francesas contrastam com as portuguesas no que à alegria que o casamento do infante D. Pedro com D. Maria Francisca Isabel teria proporcionado em Portugal. Efectivamente, a *Gazette* noticiou que o mesmo, realizado de forma discreta, tinha contado com “poucas pessoas, mas todas capazes de dar a uma tal acção, o peso e a autoridade de que ela necessitava”⁷⁸. Por fim, a notícia deu conta da alegria que tal acontecimento tinha proporcionado: “ontem vimos uma alegria pura e inteira nesta Corte, quando a rainha se dirigiu com o príncipe a Alcântara. A tristeza foi universalmente banida para dar lugar à alegria em todo o lado excepto no convento do qual a Princesa saiu, no qual todas as religiosas ficaram chorosas da separação”⁷⁹, não esquecendo de salientar que D. Maria Francisca Isabel se tinha vestido à portuguesa⁸⁰. Note-se que, vestir-se à moda do país de acolhimento deixando o traje do seu país, é uma das cerimónias iniciais de apropriação da princesa estrangeira⁸¹. Se a moda francesa dominava o panorama europeu, o momento não era para ousadias mas para atitudes discretas e recatadas e para manobras de alguma diplomacia, com investimento numa imagem.

⁷⁶ MATOS, G. M. 1949, p. 461.

⁷⁷ *Descriptive List of the State Papers* [...], vol. 1, p. 87.

⁷⁸ *Gazette*, n.º 52, Paris, 1 de Maio de 1668.

⁷⁹ *Gazette*, n.º 52, Paris, 1 de Maio de 1668.

⁸⁰ CLARETTA, G., 1865, p. 116, ao biografar a rainha, também fez notar que a rainha vestia-se à francesa mas que, quando se casou com D. Pedro optou pelo traje português, o que, naturalmente, muito agradou ao povo.

⁸¹ PERCEVAL, J. M., 2007, p. 49.

Pouco tempo após o casamento, D. Maria Francisca Isabel engravidou. A gravidez de uma rainha era assunto de curiosidade e interesse nacionais e internacionais, tanto mais quanto se tratava de dar à luz um herdeiro. Era a maternidade que dava à rainha – enquanto esposa de rei e mãe de um futuro rei – um estatuto e que lhe assegurava a mais importante arma⁸². Ora, a situação política portuguesa, em 1668, era de molde a suscitar sérias preocupações. D. Afonso VI tinha sido afastado da governação, o seu casamento fora anulado, a paz com Castela acabara de ser assinada, o poder estava nas mãos do irmão do monarca, na qualidade de regente, o qual já se casara com a antiga cunhada, e a corte estava dividida. Um herdeiro, de preferência do sexo masculino, não resolvia todos os problemas mas, pelo menos, eliminava uma preocupação significativa: a sucessão do reino.

A criança, do sexo feminino, posteriormente baptizada com o nome de Isabel Luísa Josefa, nasceu a 6 de Janeiro de 1669, no palácio da Corte Real. A nova foi festejada com repiques de sinos, por uma acção de graças e por três dias de luminárias⁸³. Este nascimento, num contexto político que carecia de afirmar e reafirmar a sua legitimidade, permitiu que o baptizado da criança constituísse uma oportunidade importante para reforçar a posição portuguesa. Luís XIV foi o padrinho e fez-se representar pelo seu embaixador, o marquês de Saint-Romain⁸⁴.

A 20 de Janeiro de 1674, a princesa, jurada pacificamente nas Cortes reunidas em Lisboa, herdeira presuntiva do trono⁸⁵, foi uma das nove pessoas que, entre os séculos XIV e XVII, foram juradas nas não chegaram a reinar⁸⁶. Contava cinco anos⁸⁷. Qual o papel efectivo de D. Maria Francisca Isabel na educação da sua filha e herdeira do trono de Portugal? Para res-

⁸² PÉREZ SAMPER, M. A., 2005, p. 407; PERCEVAL, J. M., 2007, p. 42.

⁸³ PAIXÃO, A. vol. 1, 1938, p. 117.

⁸⁴ ENRIQUEZ DE VILLEGAS, D., 1670, p. 78; PADILHA, P. N. d'A, 1748, p. 3; SANTARÉM, V., 1844, p. 625.

⁸⁵ Lisboa ANTT, *Ministério dos Negócios Estrangeiros*, cx. 558, doc. 171.

⁸⁶ BRAGA, I. D., BRAGA, P. D., 2004.

⁸⁷ PADILHA, D., 1748, pp. 89-105. O juramento foi objecto de notícia na *Gazette*, n.º 31, Paris, 17 de Março de 1674. Ao papa as notícias sobre o mesmo chegaram em carta datada de 22 de Janeiro de 1674. Cf. Cidade do Vaticano, ASV, *Lettere della Segreteria di Stato – Portogallo*, vol. 26, fols 208-210v. Mais tarde, seguiram cópias dos capítulos das Cortes. Cf. Cidade do Vaticano, ASV, *Lettere della Segreteria di Stato – Portogallo*, vol. 28, fols não numerados.

ponder a esta interrogação seria interessante conhecer a própria formação da rainha⁸⁸. Se pouco sabemos acerca do papel materno na educação dos príncipes, no caso em apreço, não podemos deixar de referir que, em 1670, D. Maria Francisca Isabel criticou a educação que D. Luísa de Gusmão dera aos filhos, nomeadamente a D. Afonso VI e a D. Pedro⁸⁹, e fizera saber ao embaixador de França em Portugal, o marquês de Saint-Romain, “que tomaria particular cuidado com a educação da sua filha”⁹⁰. Por outro lado, o padre d’Orléans considerou que o nascimento da princesa dera à mãe uma nova ocupação, “tornando-a governanta da filha e quase uma ama”⁹¹.

Um relativamente longo documento da lavra da rainha⁹² deu a conhecer as principais preocupações daquela no que se refere à conduta de D. Isabel Luísa Josefa, enquanto mulher casada. Ora, se tivermos em conta os discursos sobre a educação do príncipe da Época Moderna, decorrentes dos novos ideais de educação preconizados pelas propostas pedagógicas dos humanistas, aliadas às estratégias de legitimação do poder, não poderemos deixar de notar que o texto da rainha é pobre. Efectivamente, se a maioria dos textos então produzidos apresentou como fontes e modelos as Sagradas Escrituras, os autores clássicos e a tradição aristotélico-medieval, evidenciando as qualidades necessárias ao bom governante, com uma sistematização exaustiva das virtudes, cujo primado assentava na ideia de um rei justo e misericordioso, a par de uma feição pedagógica e didáctica⁹³, o mesmo não aconteceu com as indicações fornecidas a D. Isabel Luísa Josefa, pela mãe.

A rainha dividiu o texto, de carácter normativo, dirigido à filha, em quatro partes: deveres para com Deus, para consigo própria, para com a família e, finalmente, para com os vassallos. Assim, D. Isabel Luísa Josefa

⁸⁸ Sobre a formação dos príncipes franceses de então, cf. CORNITTE, J. 2002, NEVEAU, B., 2002 e MEYER, J., 2004, pp. 23-121.

⁸⁹ BRAGA, P. D., 2006, pp. 53-54.

⁹⁰ Paris, AMAE-Q’O, *Correspondance Politique. Portugal*, n.º 10, fols 52-55v.

⁹¹ D’ORLÉANS, P. J., 1696, p. 74.

⁹² Este documento foi conhecido no estrangeiro pois os seus biógrafos dos séculos XVII e XIX referem-se-lhe. Cf. D’ORLÉANS, P. J., 1696, pp. 85-114; CLARETTA, G., 1865, p. 210. O mesmo fez o biógrafo da princesa. Cf. PADILHA, P. N. d’A, 1748, pp. 209-236.

⁹³ Sobre este tipo de obras, cf. SOARES, N. C. 1994; BUESCU, A. I., 1996; ABREU, I. S., 2000.

deveria agir de acordo com a sua consciência, evitar pecar e, quando tal ocorresse, procurar imediatamente o confessor, fugir da lisonja, a “peste das Cortes”, orar frequentemente ao longo do dia – ao levantar, depois do jantar e antes de dormir – ler obras espirituais⁹⁴ e confessar e comungar a cada 15 dias. Entre os deveres para consigo mesma, contava-se o auto-controlo. Conseguido este, tudo o resto daí decorrente deveria funcionar bem. No que respeita aos deveres para com a família, a princesa deveria respeitar, amar e obedecer aos pais e ao marido, promover a harmonia familiar, nomeadamente entre a família do cônjuge e a sua, aplicar-se no conhecimento do “génio” da pessoa com quem se casou e evitar desagradar-lhe, adaptando-se-lhe⁹⁵. Para com os vassalos, D. Isabel Luísa Josefa deveria a todos respeitar e ser prudente, nomeadamente só tomando decisões e deferindo pretensões após se ter bem inteirado dos assuntos⁹⁶. Ou seja, no quadro das virtudes, a herdeira do trono deveria ser uma cristã exemplar, uma esposa cuidadosa e uma governante prudente, o que não destoando da tratadística sobre as virtudes do príncipe, também não se mostrou particularmente desenvolvido, pois apenas ressaltou que a futura rainha deveria ser uma mulher cujo exemplo funcionasse como modelo.

D. Maria Francisca Isabel, mãe pela primeira vez aos 22 anos, estava em perfeitas condições para gerar mais filhos, tanto mais que a gravidez e o parto não tinham sido problemáticos. Logo a 9 de Abril de 1669, poucos meses após o nascimento da primogénita, desvaneceram-se as esperanças de uma nova gravidez da rainha, segundo informações do embaixador de França em Lisboa⁹⁷. A 26 de Setembro do ano seguinte, era o padre António Vieira que informava Duarte Ribeiro de Macedo acerca do eventual estado de graça da mulher de D. Pedro. Segundo o jesuíta, o confessor da rainha

⁹⁴ Note-se que as obras espirituais estavam sempre presentes nas bibliotecas particulares de leigos e de eclesiásticos de então. Cf. MARQUILHAS, R., 2000, pp. 168-192; FERNANDES, M. L. C., 2000, p. 18. Para Castela, cf. MARTÍNEZ PEREIRA, A., 2003; DADSON, T. J., 2003; REY CASTELAO, M. O., 2003, pp. 135-155; CÁTEDRA, M., 2004, pp. 109-134; PRIETO BERNABÉ, J. M., 2004, pp. 131-160, 175-326.

⁹⁵ Eventualmente inspirada em Erasmo. Cf. *Colóquios*, colóquio VI “La Mujer que se queja de su Matrimonio (*Mempsigamos*)”, pp. 130-147.

⁹⁶ Coimbra, BGUC, Cod. 504, fols 162-165.

⁹⁷ Paris, AMAE-Q'O, *Correspondance Politique. Portugal*, n.º 9, fol. 117.

“me dá boas esperanças do que tanto se deseja”⁹⁸. Porém, ou as esperanças eram infundadas ou a gravidez estava no início.

A 24 de Novembro de 1670, o marquês de Saint-Romain informava a corte de Paris que, tendo observado o comportamento do regente e da sua mulher, se poderia esperar nova gravidez⁹⁹. Efectivamente, a rainha estava grávida. Mas, em Dezembro, uma imprudência fez com que tivesse sofrido um aborto, que a impediu de voltar a procriar. Desconfiava de uma relação amorosa entre o marido e D. Isabel Francisca da Silva e, apesar dos conselhos em contrário, decidiu empreender viagem para ir ao encontro do marido. Para uns, o acidente deu-se à ida para Salvaterra e, para outros, no regresso a Lisboa¹⁰⁰.

Impossibilitada a rainha de voltar a procriar, todas as atenções se concentraram na única filha do casal. Efectivamente, D. Isabel Luísa Josefa foi, como todas as princesas e infantas, uma peça importante no jogo político internacional. Os vários projectos de casamento envolvendo a herdeira de Portugal nunca lograram êxito, não obstante os empenhos portugueses e franceses. Efectivamente, ao lermos a correspondência diplomática dos enviados e dos embaixadores do rei de França poderemos definir esta matéria como uma das obsessões de Luís XIV. Apesar de ter tido algo como 17 candidatos à sua mão, uns mais consistentes do que outros¹⁰¹, a princesa nunca casou. Porém, houve projectos mais próximos de se concretizarem, ao mesmo tempo que, em termos de mercado matrimonial, o valor de D. Isabel Luísa Josefa não foi sempre o mesmo, ao longo da vida. Duas fases são particularmente óbvias: do seu nascimento ao do seu meio-irmão, o príncipe D. João, futuro D. João V, e de então até à sua morte. Nestas duas fases há ainda que contar com o desaparecimento da mãe e com a inversão da tendência francesa a favor do Império então verificada em Portugal, o que desde logo começou a perspectivar novas possibilidades, particularmente desenvolvidas na segunda etapa de vida da princesa.

⁹⁸ VIEIRA, A., 1997, vol. 3, p. 306.

⁹⁹ Paris, AMAE-Q’O, *Correspondance Politique. Portugal*, n.º 8, fol. 146.

¹⁰⁰ *Portugal, Lisboa e a Corte* [...], p. 113; PAIXÃO, A., vol. 2, p. 104.

¹⁰¹ FARGES, L., 1907.

Apesar do grande número de candidatos, nem todos apresentavam as mesmas prerrogativas. Isto é, sendo o casamento um assunto de extrema importância para Portugal, sobretudo enquanto D. Pedro não teve mais filhos, também é verdade que Castela, o Império e os Estados italianos não deixavam de se manifestar, vislumbrando numa eventual aliança matrimonial não só uma possibilidade de expandirem as suas relações baseadas em laços de casamento, mas também de impedirem o crescente poder da França. Esta, por seu turno, procurava evitar qualquer perda de influência em Portugal. Luís XIV demonstrou sempre particular atenção a esta matéria. Em Janeiro de 1670, contava a princesa um ano, o rei de França enviou ao seu embaixador, o marquês de Saint-Romain, plenos poderes para propor o casamento de D. Isabel Luísa Josefa com o duque de Anjou, filho segundo do monarca. O diplomata, numa atitude de grande sensatez, considerou o acto prematuro¹⁰².

Com o reconhecimento pelas Cortes de Lisboa, em 1674, da condição de herdeira presuntiva, as atenções de várias Casas Reais viraram-se para a princesa. A 13 de Março de 1675, em carta a Duarte Ribeiro de Macedo, o padre António Vieira não deixou de notar que às eventuais noivas de Carlos II, rei de Castela – Maria Antónia de Áustria, Maria Luísa de Orleães e Maria Stuart – se poderia juntar a princesa de Portugal “desde o dia do seu nascimento, e muito mais depois que não tem irmão”¹⁰³. Igualmente sintomático desta realidade foi o comentário de Duarte Ribeiro de Macedo, em Agosto de 1675. O enviado de Portugal em Paris notou que, de Madrid, haviam chegado notícias de que se procurava marido para a princesa em Génova ou Florença, o que lhe motivou as seguintes palavras: “espanta-me que tendo os Castelhanos tanto em que cuidar, cuidem em negócio que está ainda um pouco verde, mas são tão nossos amigos que nenhum outro cuidado os faz esquecer de nós”¹⁰⁴.

Em 1675, contava a herdeira seis anos, o padre António Vieira apresentou a primeira candidatura italiana: Fernando (1663-1713), filho primogénito do grão-duque da Toscana, Cosme III de Médicis. O assunto

¹⁰² FARIA, A. L., 2005, p. 752.

¹⁰³ VIEIRA, A., 1997, vol. 3, p. 167.

¹⁰⁴ FARIA, A. L., 2007, p. 477.

não teve desenvolvimento, pois correram rumores que o rei de França pretendia D. Isabel Luísa Josefa para o delfim, Luís (1661-1711), e que, em Madrid, se falava nela para casar com Carlos II. Cosme III entendeu ser prudente esperar que a situação se clarificasse. Dois anos depois, em 1677, através do cardeal César d'Estrées e de Luís Verjus, ambos ligados à rainha de Portugal, foi proposto o primogénito de Armando de Bourbon e de Ana Maria Matinozzi, sobrinha do cardeal Mazarino, Luís Armando de Bourbon (1661-1685), príncipe de Conti e de La Roche-sur-Yon. Este, apesar de ter contado com importantes apoios, nomeadamente de Luís XIV, de D. Maria Francisca Isabel e de Duarte Ribeiro de Macedo, acabou por ser afastado, por se temer que a epilepsia que grassava na família também o afectasse¹⁰⁵. No mesmo ano, foi elaborada uma lista com os príncipes solteiros e católicos, para se escolher um candidato cujas qualidade de sangue e idade fossem compatíveis com a herdeira de Portugal¹⁰⁶. Em 1678, o padre António Vieira orientou-se para o ducado de Parma: Eduardo Farnese (1666-1693), filho de Rainuncio Farnese, descendente de D. Manuel I. Em Abril, chegou a Lisboa o jesuíta Paganino, sob pretexto de desenhar um mapa das casas jesuítas, acabando por propor o enlace¹⁰⁷. Porém, o projecto também não teve concretização, pois as negociações com Sabóia já estavam em curso.

Outras opções, a que a França sempre se opôs, poderiam ser encontradas no mundo alemão. Nomeadamente, através de algum príncipe de Neuburg ou da Baviera. Aparentemente, era essa a ideia de D. Pedro, que assim tentava cultivar a neutralidade. Pensou-se em Carlos Filipe de Neuburg (1661-1742), filho de Filipe Guilherme, eleitor palatino, que colhia apoios no Inquisidor Geral, D. Veríssimo de Lencastre, e em muitos ministros portugueses. Outra opção seria o príncipe eleitor da Baviera, Maximiliano II (1662-1726), que contava com os mesmos apoiantes do que o anterior e com igual desagrado de Luís XIV.

Mas todos estes candidatos à mão de D. Isabel Luísa Josefa acabaram por ser suplantados por um outro, Vítor Amadeu II, duque de Sabóia,

¹⁰⁵ FARIA, A., L., 2005, p. 757; PEREIRA, A. C. D., 2008, p. 78.

¹⁰⁶ Lisboa, BA, 51-VIII-26, fols 11-14v, 16-16v.

¹⁰⁷ Lisboa, BNP, Ms 10, n.º 1, fols 11v-12v.

aparentemente contra a própria vontade deste, mas com a bênção ponderada de Luís XIV, e o apoio claro da duquesa viúva de Sabóia, sua mãe, e da rainha de Portugal, sua tia. Entre 1678 e 1682, Portugal e Sabóia discutiram e festejam a celebração de um casamento que não chegou a acontecer. O projecto, acarinhado pelas mães dos noivos, que assim viam o robustecimento da Casa de Sabóia, da qual ambas eram oriundas, dando origem a um casamento entre primos, tal como fora prática corrente entre Portugal e Castela até ao reinado de D. João III¹⁰⁸, contou com o apoio pouco entusiasmado de Luís XIV que, contudo, dessa maneira, conseguia vários objectivos: uma maior aproximação entre Portugal e França, iniciada com o casamento de D. Afonso VI, continuada com o do regente e robustecida com o da herdeira, o afastamento de Castela da Coroa portuguesa e, sobretudo, o aumento das possibilidades de anexar o território de Sabóia, uma vez que aquele, sem a presença do duque, ficava bastante vulnerável aos ataques militares franceses¹⁰⁹.

A 1 de Janeiro de 1678, chegou a Lisboa o abade Spinelli, enviado de Sabóia. Estava encarregado de tratar de vários assuntos do interesse das duas irmãs e, em Maio, acabou por conseguir ajustar a possibilidade da realização do casamento dos filhos de ambas¹¹⁰. Em Paris, Duarte Ribeiro de Macedo, com boas relações com o conde João de Gubernatis, enviado de Sabóia em França, estava ao corrente da situação¹¹¹. Segundo Guéneaud, os artigos preliminares relativos ao ajuste do casamento teriam sido acordados até Maio de 1678, quando Spinelli deixou Lisboa, rumo a Madrid. Os Castelhanos continuavam atentos. O abade João Masserati aproveitou a oportunidade para auscultar o duque de Cadaval acerca da possibilidade de um casamento entre a herdeira de D. Pedro e Carlos II. Este projecto contava, inclusivamente, com o apoio de Marcelo Durazzo, núncio em Lisboa. Porém, a oposição era enorme: o visconde de Ponte de Lima, os condes de Vilar Maior, Vimioso, Sarzedas e Ericeira e o duque de Cadaval, não desejavam nova união com Castela¹¹².

¹⁰⁸ BRAGA, I. M. D., 2001, pp. 33-101.

¹⁰⁹ PEREIRA, A. C. D., 2008, p. 79.

¹¹⁰ PADILHA, P. N.d'A, 1748, p. 63; GUÉNEGAUD, C., 1901, p. 68.

¹¹¹ FARIA, A. L., 2005, p. 759.

¹¹² FARIA, A. L., 2005, p. 759.

Em Dezembro de 1678, Maria Joana Baptista ordenou ao abade de Verrue, seu embaixador em Paris, que solicitasse o apoio francês para o projecto de casamento. Só em Fevereiro de 1679, Luís XIV deu a sua aprovação. Portugal tinha então em Paris o embaixador Salvador Tabora Portugal e também foi informado desse apoio no mês seguinte. D. Pedro nomeou os seus enviados, a quem deu plenos poderes, o duque de Cadaval e Francisco Correia de Lacerda. O mesmo fez Madame Royale, ao encarregar Carlos d'Este, marquês de Dornero e Spinelli. A 21 de Janeiro de 1679, já D. Luís de Sousa, arcebispo primaz de Braga, escrevia a D. Maria Francisca Isabel, a dar-lhe os parabéns pelo ajuste do casamento em Sabóia¹¹³. Em carta datada de 23 de Abril de 1679, o padre António Vieira informava Duarte Ribeiro de Macedo que “corre por coisa sem dúvida termos ajustado o casamento em Sabóia”¹¹⁴. Dias depois, a 1 de Maio, o jesuíta forneceu mais informações ao seu correspondente, não deixando de evidenciar o pouco entusiasmo que nutria pela escolha: “a Princesa está desposada com o duque de Sabóia e já dizem se preparam navios para ir buscar o noivo. Deus nos escolha o melhor, e se sirva de felicitar o pouco aplauso com que este matrimónio é recebido”¹¹⁵.

As capitulações matrimoniais foram assinadas a 14 de Maio de 1679¹¹⁶. O casamento só seria celebrado quatro anos depois, isto é, quando a noiva atingisse os 14 anos. A chegada, a 18 de Agosto de 1679, do documento ratificado em Turim deu origem a festejos¹¹⁷ e à troca de retratos. O da noiva “era em um anel e o cobria um grande diamante por vidraça”¹¹⁸. Antes, porém, o príncipe regente convocou o Conselho de Estado com vista a deliberar acerca do momento de publicar a notícia do casamento. Até lá, todas as resoluções deveriam ser secretas. Entretanto, por decreto, tornou-se pública a notícia do enlace. Foram informados oficialmente o Conselho da Fazenda, o da Guerra e o Ultramarino, a Casa da Suplicação

¹¹³ Lisboa, ANTT, *Casa Fronteira e Alorna*, n.º 50, fols 82v-83.

¹¹⁴ VIEIRA, A., 1997, vol. 3, p. 391.

¹¹⁵ VIEIRA, A., 1997, vol. 3, p. 394.

¹¹⁶ Lisboa, BNP, Ms 30, n.º 25.

¹¹⁷ *Gazette*, n.º 91, Paris, 7 de Outubro de 1679.

¹¹⁸ PADILHA, P. N. D'A., 1748, p. 118.

e a Mesa da Consciência e Ordens, bem como a nobreza e os embaixadores residentes em Lisboa¹¹⁹.

Se, para as famílias reais, casar no estrangeiro era uma norma generalizada, dando origem à constituição de uma vasta parentela à escala europeia, a que Lucien Bély denominou a “sociedade de príncipes”¹²⁰, também é verdade que se verificaram excepções, as quais favoreciam uma família nacional. Enquanto herdeira da Coroa, a princesa D. Isabel Luísa Josefa estava impedida de contrair matrimónio com um estrangeiro. Tal fundamentava-se numa prerrogativa a que fora dado valor de lei em 1641 e que resultava das falsas Cortes de Lamego. Recordemos que, em 1632, frei António Brandão apresentou um documento apócrifo, pretensamente um traslado das actas das Cortes de Lamego de 1143, encontrado em Alcobaça, no qual estavam estabelecidos, entre outros assuntos, as regras de sucessão do reino. Legitimava-se, assim, a hipótese do duque de Bragança subir ao trono, concretizada em 1640, e obtivera-se um importante documento de propaganda anti-filipina¹²¹. Ora, por esse falso documento, ao qual se dava crédito, a herança e a sucessão do reino seguiam as ordens da varonia e da primogenitura. Na falta de um varão, a sucessão cabia a uma herdeira desde que esta se casasse com um nobre português. O casamento com um príncipe herdeiro estrangeiro afastá-la-ia e aos seus descendentes da herança do trono. Foi destas determinações que as Cortes de Lisboa, de 1679, dispensam D. Isabel Luísa Josefa, para esta se poder matrimoniar com o duque de Sabóia. Na mesma ocasião, numa conjuntura de grandes dificuldades económicas decorrentes da Guerra da Restauração e suas sequelas, com contestação e motins anti-fiscais¹²², foi pedido um milhão de cruzados para financiar o dote e as despesas do casamento da princesa. Para minimizar os problemas decorrentes deste gasto, optou-se por aumentar o imposto sobre o tabaco e essa notícia chegou ao papado¹²³. Outras opções

¹¹⁹ *Gazette*, n.º 99, Paris, 4 de Novembro de 1679.

¹²⁰ BELY, L., 1999.

¹²¹ SERRÃO, J. V., 1973, pp. 55-65; MARQUES, A. H. O., 1974, pp. 171-177; CARDIM, P., 1998, pp. 109-111, 115-119.

¹²² CARDIM, P., 1998, pp. 95-104; OLIVEIRA, A., 2002.

¹²³ Cidade do Vaticano, ASV, *Lettere della Segreteria di Stato – Portogallo*, vol. 36, fol. 76.

discutidas foram os impostos sobre o sal e o papel selado, para levantar a quantia necessária¹²⁴. O assunto não foi cabalmente resolvido, de tal forma que só a anulação dos esponsais pôs termo ao problema¹²⁵.

A 1 de Janeiro de 1680, chegou o enviado de Sabóia, o conde de Gubernatis¹²⁶, mesmo a tempo de se inteirar dos assuntos discutidos nas Cortes. A estada, destinada a tratar de questões protocolares afectas aos Saboianos que passassem a Portugal, foi curta pois, em Fevereiro, partiu para a corte de Madrid, sem grandes resultados¹²⁷. Em Janeiro do ano seguinte, será a vez de a família real ser visitada pelo marquês de Dornero, Carlos d'Este. A chegada do enviado de Sabóia encurtou o período de lazer da família real em Salvaterra. A 12 de Fevereiro, já D. Maria Francisca Isabel o recebera. A partir de então teve audiência diária¹²⁸. A sua chegada a Portugal foi conhecida e celebrada em Sabóia¹²⁹. Os esponsais foram assinados a 25 de Março 1681. Na ocasião, o regente e a rainha estiveram numa sala decorada com tapeçarias flamengas e persas e posicionaram-se num estrado elevado por três ou quatro degraus. Toda a corte se vestiu de gala¹³⁰. D. Isabel Luísa Josefa não assistiu à cerimónia. Foi representada pelo duque de Cadaval e, posteriormente, cumprimentada no palácio da Corte Real, onde se encontrava¹³¹. Recebeu de presente um colar¹³². No dia seguinte, a 26 de Março, numa carta ao sobrinho, D. Maria Francisca Isabel expressava sentimentos de amizade, lembrava os antepassados comuns, informava que a festa de noivado tinha decorrido num clima de alegria universal e exortava-o a viajar para Portugal¹³³. Dornero, à partida para Sabóia, recebeu uma rosa de diamantes e um retrato da princesa¹³⁴. Para o conde da Ericeira,

¹²⁴ Lisboa, ANTT, *Ministério dos Negócios Estrangeiros*, cx. 558, doc. 174.

¹²⁵ PEREIRA, A. C. D., 2008, p. 83.

¹²⁶ *Gazette*, n.º 6, Paris, 20 de Janeiro de 1680.

¹²⁷ *Gazette*, n.º 18, Paris, 2 de Março de 1680.

¹²⁸ *Gazette*, n.º 28, Paris, 21 de Março de 1681.

¹²⁹ Paris, BNF, *Fonds Portugais*, cod. 37, fol. 117.

¹³⁰ Cidade do Vaticano, ASV, *Lettere della Segreteria di Stato – Portogallo*, vol. 37, fols 61-62v.

¹³¹ *Gazette*, n.º 39, Paris, 26 de Abril de 1681.

¹³² FARIA, A. L., 2005, p. 776.

¹³³ Paris, BNF, *Clairambault*, cod. 589, fols 159-160.

¹³⁴ FARIA, A. L., 2005, p. 776.

em carta, de 21 de Abril de 1681, dirigida a Rafael Bluteau, “os esponsais se fizeram com toda a solenidade e grandeza sem juramento algum e res- tritos à promessa que o duque de Sabóia mandou fazer a Sua Alteza por uma carta que se leu em público em que prometeu de vir para este Reino no ano que vem de [1]682”¹³⁵.

Em Sabóia, o enviado de Luís XIV, o marquês de Villars, continuou a re- meter preciosas informações ao monarca, muito particularmente das atitudes de Vítor Amadeu II. A 22 de Março de 1681, fazia saber que o duque rei- vindicava mais um ano antes de partir para Portugal e que, em Turim, se procurava obter rendas para fazer face às despesas da ida. Um pedido de 800.000 libras a título de presente de casamento para o duque não fora bem recebido¹³⁶. Por outro lado, em meados de Maio de 1681, já se rece- ava que o contrato de casamento não fosse cumprido. D. Maria Francisca Isabel e Maria Joana Baptista tentavam apressar a partida do duque, temen- do manobras por parte da corte de Madrid¹³⁷.

Em meados de 1681, o duque de Cadaval foi nomeado para ir a Turim, na qualidade de embaixador extraordinário, e regressar com o duque de Sabóia¹³⁸. A 16 de Setembro, em Turim, essa matéria era do conhecimento da corte. De tal modo, que a regente planeou visitar, com o filho, as prin- cipais cidades do Piemonte a partir do final de Março do ano seguinte, chegando a Nice em Agosto, de onde embarcaria o duque de Sabóia com o duque de Cadaval¹³⁹. Mas, no ducado, a situação não era estável. Uma re- lação de Portugal feita pelo marquês de Dornero foi vista como uma sátira do reino, o que enfureceu Maria Joana Baptista, que concluiu ser mais uma manobra para dar motivos ao filho para não querer viajar para Lisboa¹⁴⁰. Este, entretanto, não perdia nenhuma oportunidade para demonstrar o seu desagrado com o casamento¹⁴¹.

¹³⁵ Lisboa, BNP, Ms. 64, n.º 8, doc. 13.

¹³⁶ Paris, BNF, *Clairambault*, cod. 589, fols 151-156.

¹³⁷ Paris, BNF, *Clairambault*, cod. 589, fol. 282.

¹³⁸ Lisboa, ANTT, *Manuscritos da Livraria*, n.º 1042, fols 289-298; *Gazette*, n.º 75, Paris, 16 de Agosto de 1681.

¹³⁹ Paris, BNF, *Clairambault*, cod. 589, fol. 575.

¹⁴⁰ Paris, BNF, *Clairambault*, cod. 589, fols 424-425.

¹⁴¹ Paris, BNF, *Clairambault*, cod. 589, fol. 435.

A presença de tropas francesas junto às fronteiras de Sabóia, em Outubro de 1681, forneceu argumentos aos partidários de Vítor Amadeu II e enfraqueceu a posição de Maria Joana Baptista. De facto, apesar de o duque ainda estar no seu território, já os Franceses o ameaçavam. Uma medida de Luís XIV para boicotar um casamento com o qual concordara a contragosto? Perspectivava-se o pior na ausência de Vítor Amadeu II. E, na conjuntura de então, o pior seria a anexação do ducado pelas forças militares de Luís XIV. Assim se compreende que o enviado francês em Turim lamentasse a presença dos Franceses na Citadelle de Casal, o que tornava a partida do noivo da princesa “muito perigosa [...] enquanto os Franceses estiverem com as tropas nos confins do seu Estado”¹⁴². Entretanto, as negociações acerca das facilidades a conceder aos Saboianos no que se refere ao comércio de Portugal e de seus territórios também conheciam algumas dificuldades¹⁴³.

Em Lisboa, a ignorância, pelo menos aparente, do que se passava em Sabóia facilitava a animação face ao casamento. Sabe-se, por exemplo, que, em Janeiro de 1681, já se trabalhava nos preparativos da cerimónia¹⁴⁴ e que, a 8 de Dezembro, o teatino Manuel Caetano de Sousa, sobrinho do embaixador de Portugal em Roma, defendeu teses dedicadas ao duque de Sabóia, na igreja daquela congregação. Durante o acto, foi pendurado um retrato de Vítor Amadeu II. O duque de Cadaval e a principal nobreza assistiram à efeméride¹⁴⁵. Em meados de Janeiro de 1682, preparavam-se grandes festas para a recepção do duque, nomeadamente um jogo de canas, composto por oito quadrilhas, de seis cavaleiros cada uma. A chefiar cada quadrilha, o duque de Cadaval, o marquês das Minas, o conde de Sarzedas, o conde de Vale de Reis, o conde de Vila Maior, o conde da Ericeira e o conde da Atalaia¹⁴⁶. Em Almeirim, D. Pedro também não descurava os preparativos para acolher o genro. Mandara preparar dois apartamentos, uma para D. Isabel Luísa Josefa e outro para Vítor Amadeu II. Na vila, muitas

¹⁴² Paris, BNF, *Clairambault*, cod. 589, fol. 647.

¹⁴³ Paris, BNF, *Clairambault*, cod. 589, fols 693-694.

¹⁴⁴ *Gazette*, n.º 2, Paris, 4 de Janeiro de 1681.

¹⁴⁵ Cidade do Vaticano, ASV, *Lettere della Segreteria di Stato – Portogallo*, vol. 37, fol. 371; *Gazette*, n.º 8, Paris, 17 de Janeiro de 1682.

¹⁴⁶ *Gazette*, n.º 21, Paris, 28 de Fevereiro de 1682.

casas estavam arrendadas para alojar a nobreza que aí se instalaria, enquanto o duque ali permanecesse¹⁴⁷.

Ainda em 1682, a 9 de Março, o enviado português na Sabóia, Diogo de Carvalho Sequeira, escrevia a D. Maria Francisca Isabel, comunicando que o futuro genro daquela lhe havia dito que “tinha tanto desejo de se ver nesse Reino como Vossa Majestade tem de o ver nele”, mais acrescentando que os cavalos do duque estavam para partir e só a chuva tinha impedido o início da viagem¹⁴⁸. Poucos dias depois, a 20 de Abril, o mesmo informou a rainha que o duque de Sabóia lhe tinha confidenciado que estava desejoso de chegar a Portugal e de assistir aos espectáculos musicais, pois “melhor lhe haviam de parecer as músicas em Portugal”¹⁴⁹. Em Abril, antes da saída do duque de Cadaval que iria a Turim, entendia-se, em Lisboa, que Vítor Amadeu II estava prestes a embarcar, a fazer fé nas notícias publicadas na *Gazette*¹⁵⁰.

Finalmente, a 1 de Junho de 1682, partiu o duque de Cadaval numa armada, onde “todos os navios eram magníficos”¹⁵¹, composta por 12 naus e cerca de 6.000 homens¹⁵². Na perspectiva do nuncio, a armada real era tão pomposa quanto poderosa¹⁵³. A frota empreendeu a rota Lisboa – Lagos – Nice, onde chegou em meados de Junho. As notícias recebidas acerca da saúde do duque de Sabóia foram desanimadoras. D. Nuno Álvares Pereira de Melo e sua comitiva dirigiram-se então a Turim. A 20 de Julho, o duque de Cadaval informou a corte de Lisboa da doença do duque de Sabóia e, em Lisboa, fizeram-se preces públicas com a exposição do Santíssimo Sacramento, para pedir a Deus a sua cura¹⁵⁴. A partida

¹⁴⁷ *Gazette*, n.º 25, Paris, 14 de Março de 1682.

¹⁴⁸ Paris, BNF, *Fonds Portugais*, cod. 37, fols 117-118. A 12 de Maio de 1682, ainda os cavalos não tinham chegado, segundo informação de D. frei Manuel Pereira, secretário de Estado, em carta dirigida a Mendo de Fóios Pereira, enviado de Portugal em Madrid. Cf. Lisboa, BA, 54-XIII-17, n.º 86. Os cavalos chegaram a Lisboa e foram posteriormente remetidos a Sabóia quando se desfez o acordo de casamento. Cf. FARIA, A. M., 1929, p. 130; FARIA, A. M., 1948, p. 19.

¹⁴⁹ Paris, BNF, *Fonds Portugais*, cod. 37, fols 119-120.

¹⁵⁰ *Gazette*, n.º 44, Paris, 16 de Maio de 1682.

¹⁵¹ *Gazette*, n.º 56, Paris, 27 e Junho de 1682.

¹⁵² *Portugal, Lisboa e a Corte* [...], pp. 120-125.

¹⁵³ Cidade do Vaticano, ASV, *Lettere della Segreteria di Stato – Portogallo*, vol. 38, fol. 90.

¹⁵⁴ Cidade do Vaticano, ASV, *Lettere della Segreteria di Stato – Portogallo*, vol. 38, fol. 244; *Gazette*, n.º 82, Paris, 5 de Setembro de 1682.

do noivo de D. Isabel Luísa Josefa, que deveria ocorrer em Agosto, foi sucessivamente adiada. Os médicos portugueses, Fernando Mendes e António Mendes, entenderam que a doença não o impossibilitava de partir. Começou, entretanto, a ser veiculada a ideia de que o filho de Madame Royale não poderia gerar descendência¹⁵⁵, o que apareceu plasmado num relatório médico secreto da autoria de António Mendes, documento feito a pedido da rainha de Portugal¹⁵⁶.

Enquanto em Turim, a comitiva portuguesa assistia à doença e às atitudes de Vítor Amadeu II, em Portugal continuou a preparação dos festejos do casamento. Faziam-se arcos triunfais – de diversas profissões e de nações estrangeiras – que seriam colocados em vários pontos de Lisboa; projectava-se uma tourada e já se elevara um mastro com a bandeira real que, de um lado, tinha Nossa Senhora da Conceição, protectora do reino; e, do outro, as armas de Portugal¹⁵⁷. Entretanto, dando cumprimento ao articulado no contrato de casamento, D. Pedro destinou todas as rendas das terras da Casa de Bragança à filha¹⁵⁸.

Face aos acontecimentos ocorridos no ducado de Sabóia, D. Pedro e D. Maria Francisca Isabel devem ter ponderado acerca do real interesse do casamento. Ter um genro débil, que viesse contrariado para Portugal e que não tivesse condições para gerar um herdeiro, naturalmente não serviria os interesses nacionais. Decerto, equacionaram até que ponto não se perspectivava a repetição de uma parte das suas vidas. Assim, a 4 de Setembro de 1682, foram enviadas instruções ao duque de Cadaval para este regressar, caso Vítor Amadeu II não embarcasse até ao fim do mês. A 7 de Setembro, o núncio informou a Santa Sé que o duque não viria durante o ano de 1682¹⁵⁹ e, a 26 de Setembro, já os leitores da *Gazette* sabiam que

¹⁵⁵ Teve seis filhos: quatro do casamento com Ana Maria, princesa d'Orleães e dois naturais, cuja mãe foi Joana Baptista d'Albert.

¹⁵⁶ PEREIRA, A. C. D., 2008, pp. 83-84.

¹⁵⁷ Cidade do Vaticano, ASV, *Lettere della Segreteria di Stato – Portogallo*, vol. 38, fol. 219; *Gazette*, n.º 68, Paris, 8 de Julho de 1682.

¹⁵⁸ Cidade do Vaticano, ASV, *Lettere della Segreteria di Stato – Portogallo*, vol. 38, fol. 219v; *Gazette*, n.º 75, Paris, 22 de Agosto de 1682.

¹⁵⁹ Cidade do Vaticano, ASV, *Lettere della Segreteria di Stato – Portogallo*, vol. 38, fol. 271.

o duque de Cadaval ia voltar sem o noivo de D. Isabel Luísa Josefa¹⁶⁰. A 4 de Outubro, a frota zarpou rumo a Lisboa, onde chegou a 3 de Novembro.

A 10 de Novembro, segundo o embaixador de Luís XIV, a ruptura estava iminente. O duque de Cadaval falava a todos de Vítor Amadeu II como alguém atacado por “todas as enfermidades imagináveis”, só sendo possível curar-se por algum milagre. Consequentemente, aconselhava o rompimento do acordo e a celebração de um casamento com a Toscana. Mais cauteloso se mostrava o arcebispo de Braga, D. Luís de Sousa. D. Nuno Álvares Pereira de Melo teria ainda dito que os que desejavam um príncipe francês não estavam a defender os interesses de Portugal pois era necessário manter amizade com França “sem ficar preso”¹⁶¹. Novembro seria um mês decisivo. A 18, segundo o embaixador francês, o duque de Cadaval afirmou que uma recaída do estado de saúde do duque de Sabóia estaria iminente. Porém, as notícias que chegavam não eram consentâneas com os desejos do nobre¹⁶². A 21, informou que D. Maria Francisca Isabel mostrava total indiferença por tudo o que se referia a Vítor Amadeu II e que o próprio enviado de Sabóia receava pelo duque, caso o casamento se concretizasse e a princesa demorasse muito tempo a engravidar¹⁶³. A 24, d’Oppede informou a corte francesa de que D. Maria Francisca Isabel falava do casamento como algo desfeito e sem “aucun chagrin” e que ouvia o duque de Cadaval cujo comportamento durante toda a estada em Sabóia lhe agradara¹⁶⁴. Finalmente, a 8 de Dezembro, os sentimentos da rainha acerca do casamento que não se realizaria já eram do domínio público¹⁶⁵. Em meados do mês, o nuncio dava conta de um impasse¹⁶⁶. Mas, no final desse mesmo mês, o assunto estava esquecido¹⁶⁷, embora o embaixador de França em Lisboa tenha oferecido a armada real francesa

¹⁶⁰ *Gazette*, n.º 91, Paris, 26 de Setembro de 1682.

¹⁶¹ Paris, AMAE-Q’O, *Correspondance Politique. Portugal*, n.º 20, fols 26v-30v.

¹⁶² Paris, AMAE-Q’O, *Correspondance Politique. Portugal*, n.º 20, fol. 35.

¹⁶³ Paris, AMAE-Q’O, *Correspondance Politique. Portugal*, n.º 20, fol. 42v.

¹⁶⁴ Paris, AMAE-Q’O, *Correspondance Politique. Portugal*, n.º 20, fols 52, 55v.

¹⁶⁵ Paris, AMAE-Q’O, *Correspondance Politique. Portugal*, n.º 20, fol. 71v.

¹⁶⁶ Cidade do Vaticano, ASV, *Lettere della Segreteria di Stato – Portogallo*, vol. 38, fol. 353v.

¹⁶⁷ Paris, AMAE-Q’O, *Correspondance Politique. Portugal*, n.º 20, fol. 69v.

para transportar o duque, o que foi visto, pelo nuncio, como uma mera exibição¹⁶⁸.

Após a quebra do acordo matrimonial, Maria Joana Baptista escreveu à irmã a lamentar o desfecho e a culpar o duque de Cadaval que falara “publicamente de um modo imperioso na compleição de um príncipe moço do qual ele recebeu todo o género de bons tratamentos e a quem reconheceu por seu príncipe soberano”¹⁶⁹. Importa tentar perceber o papel do duque de Cadaval nesta matéria. De facto, quando, através de Salvador Tordada Portugal, enviado de Portugal em França, D. Nuno Álvares Pereira de Melo ficou a saber que Luís XIV pretendia fazer um tratado com Portugal acerca do ducado de Sabóia o que, naturalmente, acabaria com a desejada neutralidade portuguesa; quando verificou não só a oposição dos Saboianos ao casamento mas, e sobretudo, ao presenciar as atitudes de Vítor Amadeu II, terá remetido informações para D. Pedro e D. Maria Francisca Isabel que acabaram, de forma definitiva, com a concretização do projecto. Se a atitude foi deliberada ou uma reacção face às circunstâncias¹⁷⁰, não conseguimos saber.

Por seu lado, D. Maria Francisca Isabel explicou-se a Luís XIV. Em carta não datada, informou o primo que as atitudes do sobrinho tinham constituído um contratempo vergonhoso, tornando evidente a fraqueza do temperamento daquele. A situação tinha desencadeado dúvidas terríveis e inultrapassáveis em Portugal, nomeadamente acerca da compleição de Vítor Amadeu II, que deveria ser o suporte da monarquia, já que D. Isabel Luísa Josefa era a única herdeira em linha directa da Coroa portuguesa. Assim, a rainha vira-se obrigada a ter em conta o dever e não a inclinação, optando por seguir o regente na decisão de quebrar o acordo¹⁷¹. Cabe perguntar o que pensou a noiva de tudo isto. Porém, as fontes são mudas a respeito dos sentimentos da princesa. Apenas o marquês de Torcy, em 1684, escreveu que a rainha nunca conheceu os sentimentos da filha acerca das

¹⁶⁸ Cidade do Vaticano, ASV, *Lettere della Segreteria di Stato – Portogallo*, vol. 38, fol. 370.

¹⁶⁹ Coimbra, BGUC, Cod. 504, fol. 208.

¹⁷⁰ ANTUNES, A. M. P. O., vol. 1, 1997, pp. 87-89.

¹⁷¹ FRANCISQUE-MICHEL, R. 1882, pp. 238-239.

diferentes possibilidades de casamento, nem mesmo acerca do que esteve em vias de se realizar¹⁷².

O casamento de D. Isabel Luísa Josefa parece ter sido a questão política que maior interesse suscitou à rainha ao longo da sua estada em Portugal. Não foi a única¹⁷³. Antes, nos anos de 1672 a 1674, as preocupações da consorte do regente passaram pela tentativa de conseguir a coroação de D. Pedro, assunto que se relacionava directamente com o futuro da filha do casal. As posições de Castela e de Inglaterra eram contrárias, importava, contudo, conseguir a anuência da Santa Sé. A correspondência sigilosa que trocou com Gaspar de Abreu de Freitas, embaixador português junto do papado, é significativa a esse respeito¹⁷⁴. O mesmo se pode afirmar em relação às notícias que os núncios fizeram seguir para Roma. Na realidade, D. Maria Francisca Isabel falava e servia-se do seu confessor, o padre de Villes, para convencer os representantes da Santa Sé – primeiro Monseñor Francisco Ravizza (1670-1672), depois Monsenhor Marcelo Durazzo (1673-1685) – da necessidade de o papa ter em consideração este problema, apesar de D. Pedro não estar convencido a assumir o título de rei. Chega a referir-se o mal entendido caso de D. Sancho II, e a sua alegada governação tirânica, que tinha levado o papa a afastá-lo do poder para o reino ter paz e tranquilidade. As objecções inglesas também chegaram a estar previstas tais como as respostas que deveriam ser dadas. Nomeadamente, no que se refere ao facto de a princesa ter nascido antes de D. Pedro ter sido rei em nada diferia da situação de D. João IV enquanto pai de D. Teodósio. Ou seja, D. Catarina não poderia excluir a princesa da sucessão e candidatar-se à Coroa¹⁷⁵. Monsenhor Durazzo, em vários momentos, ao longo dos anos de 1673 e 1674, notou o empenho do confessor da rainha e a ansiedade da mesma, chegando a escrever: “A Rainha vive ansiosa pela coroação do marido”¹⁷⁶.

¹⁷² SERRÃO, J. V., 1962, p. 87.

¹⁷³ BRAGA, I. M. R. M. D., 2011.

¹⁷⁴ Paris, BNF, *Fonds Portugais* n.º 27, fols 248-256.

¹⁷⁵ Cidade do Vaticano, ASV, *Lettere della Segreteria di Stato – Portogallo*, vol. 26, fols 106, 116, 124, 129-131v, 142, 204-205, 208-210v.

¹⁷⁶ Cidade do Vaticano, ASV, *Lettere della Segreteria di Stato – Portogallo*, vol. 26, fol. 223.

A não concretização do casamento de D. Isabel Luísa Josefa marcou a fase final da vida da rainha que, entretanto, assistiu ao crescimento da doença que a vitimou. Na actualidade, sabe-se que padecera de sífilis, que herdara do pai ou da mãe, embora uma fonte da época tenha entendido que fora D. Pedro que lhe transmitira essa doença venérea¹⁷⁷. Na época, a *Gazette* tal como a correspondência diplomática iam dando conta de pequenos e grandes problemas de saúde de D. Maria Francisca Isabel. No ano da morte da rainha as notícias avolumaram-se. Em Dezembro de 1683, a consorte do monarca (D. Afonso VI tinha entretanto falecido) viu aproximar-se o fim da vida. Pouco antes, mandou lavrar testamento, o qual foi redigido por Sebastião de Matos de Sousa. Como primeiro testamenteiro escolheu o marido e como segundo a filha, a qual instituiu como herdeira universal¹⁷⁸. Assim, esta recebeu o direito ao dote da mãe, no valor de um milhão de cruzados, que nunca lhe fora pago, e a casa da rainha, cuja posse foi meramente simbólica, tendo sido administrada pelo duque de Cadaval¹⁷⁹, tal como o restante património. Concomitantemente, a herdeira passou a ocupar os aposentos que eram da mãe e a ser servida pelos seus oficiais e pelos do pai¹⁸⁰. O documento de aprovação do testamento foi realizado por D. frei Manuel Pereira, a 21 de Novembro¹⁸¹. D. Maria Francisca Isabel escolheu como intercessora celeste a Imaculada Conceição e, no âmbito da “economia da salvação” mandou rezar 20.000 missas com toda a brevidade possível. Diariamente, no mesmo local em que estivesse sepultada, seriam rezadas duas missas e, anualmente, um ofício rezado de nove lições por ocasião do aniversário da sua morte¹⁸². A leitura do testamento permite ainda verificar a existência de uma verdadeira declaração de amor de D. Maria Francisca Isabel a D. Pedro¹⁸³, uma raridade para a época pois,

¹⁷⁷ *Descriptive List of the State Papers* [...], vol. 1, p. 109.

¹⁷⁸ BRAGA, P. D., 2007.

¹⁷⁹ PEREIRA, A. C. D., 2008, p. 190.

¹⁸⁰ *Gazette*, n.º 6, Paris, 12 de Fevereiro de 1684.

¹⁸¹ VALE, T., L. M., 1994, pp. 33 e 67.

¹⁸² *As Gavetas*, vol. 6, pp. 235-243.

¹⁸³ ANTUNES, A. M. P. O., vol. 1, 1997, p. 55.

então, as manifestações de afecto nos testamentos eram muito contidas¹⁸⁴: “Sempre desejei quanto coube na humana fragilidade servir e agradar a el rei meu senhor e marido e porque Sua Majestade é fiel e verdadeira testemunha do muito que sempre o amei não tenho nesta parte que encarecer ao pedir-lhe que pelo recíproco amor que entre nós houve se sirva (por me fazer mercê) de querer ser meu testamenteiro”¹⁸⁵.

Falecida D. Maria Francisca Isabel, a 27 de Dezembro de 1683, pelas 15 horas, o seu corpo ficou em exposição, durante o dia 28, no palácio da Palhavã¹⁸⁶. Tal como era hábito no século XVII, foi amortalhada com o hábito de uma ordem religiosa¹⁸⁷, no caso da de São Francisco, querendo com isso significar a entrada numa nova vida alheia aos bens materiais e dedicada à devoção¹⁸⁸. Por baixo do hábito teria algumas peças de brocado roxo, cujos restos foram encontrados em 1912, quando se procedeu à abertura do túmulo, enquanto se preparava a demolição do convento das francesinhas. O cadáver foi coberto de cal no acto da inumação¹⁸⁹.

No seu testamento, D. Maria Francisca Isabel escolheu ser sepultada na capela da Imaculada Conceição do Convento do Crucifixo ou das Francesinhas, junto a São Bento, em Lisboa, edificado por sua ordem¹⁹⁰. Porém, como à data em que mandou lavrar o testamento, a mesma ainda não estava pronta, decidiu que o seu cadáver deveria ficar em depósito na igreja do noviciado da Companhia de Jesus¹⁹¹. Não foi exactamente assim que tudo se concretizou. Tentando evitar gastos futuros, o Conselho de Estado decidiu que o caixão deveria ficar no coro para “ali estar com mais decoro se fica evitando a trasladação e despesas porque se deve fazer então na mesma forma que agora”¹⁹². Assim aconteceu.

¹⁸⁴ ARAÚJO, A. C. D., 1997, pp. 281-283.

¹⁸⁵ *As Gavetas da Torre do Tombo*, vol. 6 [...], pp. 237-238.

¹⁸⁶ *Gazette*, n.º 6, Paris, 12 de Fevereiro de 1684.

¹⁸⁷ VARELA, X., 1990, p. 81.

¹⁸⁸ PEREIRA, A. C. D., 2008, p. 117.

¹⁸⁹ DANTAS, J., [s.d.].

¹⁹⁰ *História dos Mosteiros, Conventos* [...], vol. 2, pp. 459-475.

¹⁹¹ *As Gavetas* [...], vol. 6, pp. 234-243.

¹⁹² Lisboa, ANTT, *Colecção de São Vicente*, liv. 20, fol. 516.

O corpo da rainha foi transportado do palácio da Palhavã, no dia 28 à noite, de forma discreta, segundo o embaixador francês¹⁹³. No testemunho do núncio, tudo se passou com a maior pompa fúnebre¹⁹⁴. Foi entregue no Convento do Santo Crucifixo das Religiosas Francesas, pelo duque de Cadaval. O caixão, por fora, tinha tela encarnada com ramos de ouro guarnecida com passamanes e, por dentro, foi forrado com telinha branca. Tinha quatro fechaduras, cujas chaves ficaram na posse do mordomo-mor¹⁹⁵.

Entre os que escreveram sermões e orações fúnebres por ocasião do passamento de D. Maria Francisca Isabel, ou seja, entre os “construtores de imagem” da rainha, na expressão de Euclides Griné¹⁹⁶, contam-se o padre D. Rafael Bluteau, frei Constantino de Nantes e o padre António Vieira. Estas peças, ao guardarem a memória dos sucessos políticos, honravam o defunto, publicitavam as suas virtudes e fixavam-nas na memória dos ouvintes e dos leitores¹⁹⁷. Faziam parte da auto-representação que a corte fazia, assegurando uma audiência mais vasta do que os que tinham participado nas cerimónias¹⁹⁸.

Em 1912, o Convento do Santo Crucifixo foi demolido. Abriu-se o caixão e estudou-se o esqueleto de D. Maria Francisca Isabel. Foi depois dado novo local de sepultura aos ossos, o antigo refeitório do mosteiro de São Vicente de Fora, onde já se encontravam os restos mortais dos seus dois maridos. Em 1932, a pretexto da morte de D. Manuel II e da aproximação do 25.º aniversário do regicídio de 1908, Raul Lino foi encarregado de fazer uma intervenção no local, dando ao espaço o aspecto que ainda se mantém, com os reais despojos colocados em gavetões longitudinais de pedra serrada¹⁹⁹.

D. Maria Francisca Isabel morreu aos 37 anos, no final de 1683. Viveu 17 anos em Portugal. Por junto, foi rainha consorte durante menos de dois, pois, após o segundo casamento, passou a princesa, embora quase todos

¹⁹³ Paris, AMAE-Q'O, *Correspondance Politique. Portugal*, n.º 21, fol. 114v.

¹⁹⁴ Cidade do Vaticano, ASV, *Lettere della Segreteria di Stato – Portogallo*, vol. 40, fols 7-7v.

¹⁹⁵ Lisboa, ANTT, *Colecção de São Vicente*, liv. 20, fols 524-525; liv. 22, fols 46v-47.

¹⁹⁶ GRINÉ, E. S., 1997, p. 114.

¹⁹⁷ GRINÉ, E. S., 1997, p. 150.

¹⁹⁸ BEPLER, J., 2006, pp. 125-127.

¹⁹⁹ DIAS, P. J. M. H. S., 2002.

continuassem a dar-lhe a antiga dignidade. Tal situação só se inverteu com a morte de D. Afonso VI, três meses antes do seu próprio falecimento.

Fontes e estudos

Fontes manuscritas

Academia das Ciências de Lisboa (Lisboa)

Manuscritos Azuis, n.º 121 (15), fols 130-130v.

Archive du Ministère des Affaires Étrangères – Quai d’Orsay (Paris)

Correspondance Politique. Portugal n.ºs 5, 7, 8, 9, 10, 20, 21.

Archivio Segreto Vaticano (Cidade do Vaticano)

Lettere della Segreteria di Stato – Portogallo, vols 26, 28, 36-38, 40.

Arquivos Nacionais Torre do Tombo (Lisboa)

Casa Fronteira e Alorna, n.º 50, fols 47-60, 82v-83.

Colecção de São Vicente, liv. 20, fols 524-525.

Colecção de São Vicente, liv. 22, fols 47-47v.

Manuscritos da Livraria n.º 1042.

Ministério dos Negócios Estrangeiros, caixa 558, docs 171, 174.

Biblioteca da Ajuda (Lisboa)

51-VIII-26, fols 11-16v.

54-XIII-17, n.º 56, 86.

Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (Coimbra)

Cod. 504, fols 162-165, 207v-208.

Biblioteca Nacional de Portugal (Lisboa)

Cod. 1505.

Ms. 10, n.º 1, fols 11v-12v, 16-20v.

Ms. 30, n.º 25.

Ms. 64, n.º 8, docs 5-8, 12, 13, 17.

Bibliothèque National de France (Paris)

Clairambault, n.º 589.

Fonds Portugais, n.ºs 24, 25, 27, 30, 31, 32, 33, 35, 37.

Biblioteca Pública de Évora (Évora)

CIII/2-25.

Fontes impressas

ABREU, Cristóvão Soares de (1666), *Oração de ... em presença das Majestades d'el Rey Affonso VI e da Rainha Dona Maria Francisca Isabel de Saboya*, Lisboa, Oficina de José Leite Pereira.

BARBOSA, D. José (1727), *Catalogo Chronologico, Historico, Genealogico, e Critico, das Rainhas de Portugal, e seus Filhos*, Lisboa Ocidental, Oficina de José António da Silva.

---- (1748), *História da Fundação do Real Convento do Santo Cristo das Religiosas Capuchinbas Francesas, Vidas das suas Insignies Fundadoras e de alguns Religiosos Insignies em Virtudes*, Lisboa, Oficina de Francisco Luís Ameno.

Causa de Nulidade de Matrimónio entre a Rainha D. Maria Francisca Isabel de Saboya e o Rei D. Afonso VI, reedição aumentada de muitos depoimentos e pareceres inéditos conforme um manuscrito da Torre do Tombo, revista e prefaciada por António Baião, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926.

Certamen Accademico Epitalamico ao Felice Conorcio da Serenissima Rainha D. Maria Francisca Isabel de Saboya com o Invicto Monarcha Lusitano D. Afonso VI na Academia dos Singulares de Lisboa, Lisboa, Oficina de António Craesbeeck de Melo, 1667.

Certamen Epithalemico Publicado na Accademia dos Generosos de Lisboa ao Felicissimo Cazamento da Sempre Augusto e Invicto Monarcha D. Affonso VI no Nome, Rei de Portugal com a Soberana Princeza D. Maria Francisca Isabel, Rainha e Senhora Nossa, Lisboa, Oficina de João da Costa, 1666.

D'ORLÉANS, Pierre Joseph (1696), *La Vita de Marie de Savoye Reine de Portugal et de l'Infante Isabelle sa Fille*, Paris, Pierre Ballard.

ENRIQUEZ DE VILLEGAS, D. Diego (1670), *Pyramide natalicio y Baptismal a la Soberana Augusta e Excelsa Magestad de la Serenissima Reyna D. Maria Francisca Isabel de Saboya Princeza de Portugal*, Lisboa, Oficina de António Craesbeeck de Melo.

ERASMO (2001), *Colóquios*, edição e tradução de Pedro P. Santidrian, Madrid, Espasa Calpe.

FARIA, Ana Maria Leal de (2007), *Os Cadernos de Duarte Ribeiro de Macedo. Correspondência Diplomática de Paris 1668-1676*, Lisboa, Instituto Diplomático.

Gavetas (As), da Torre do Tombo, vol. 6, Lisboa, Centro de Estudos Históricos e Ultramarinos, 1967.
Gazette, Paris, 1666-1684.

GUÉNEGAUD, Claude de (1901), *Mémoires Inédites sur le Mariage de l'Infante Isabelle de Portugal (1675-1681)*, publicadas e anotadas por A. Coche de la Ferté, Paris, Imprimerie Bussière.

História dos Mosteiros, Conventos e Casas Religiosas de Lisboa no qual se dá Nota da Fundação e Fundadores das Instituições Religiosas, Igrejas, Capelas e Irmandades desta Cidade, 2 tomos, Lisboa, Imprensa Municipal de Lisboa, 1972.

- MATOS, Gastão de Melo de (1949), “Notícias da Corte em 1668”, *Biblos*, vol. 25, Coimbra, pp. 445-472.
- Mémoires de Mademoiselle de Montpensier, fille de Gaston d’Orléans, frere de Louis XIII, roi de France*, nova edição, tomo V, Maestricht, J. Edme Dufor & Ph. Roux, 1776.
- Mémoires de Monsieur d’Ablancourt, envoyé de Sa Majesté Très-Chrétienne Louis XIV en Portugal*, Paris, Heritiers de la Veuve de Mabré, 1701.
- PADILHA, Pedro Norberto d’ Aucourt (1748), *Memorias da Serenissima Princeza D. Isabel Luiza Jozefa, que foy jurada Princeza destes Reynos de Portugal*, Lisboa, Oficina de Francisco da Silva.
- PAIVA, Sebastião da Fonseca e (1667), *Applausos Festivos e Solemnes Triumphos com que os Heroes Portuguezes Celebrarão o Feliz Casamento de dous Monarchas D. Affonso VI e D. Maria Francisca Isabel de Saboya*, Lisboa, Oficina de António Craesbeeck de Melo.
- [PAIXÃO, Frei Alexandre da] (1938-1939), *Monstruosidades do Tempo e da Fortuna*, nova edição, publicada sob a direcção de Damião Peres, 4 vols., Porto, F. Machado.
- Poetica Discripcion de los Festivos Applausos com que la Nobleza y Pueblo Lisbonense celebró el Felice Casamiento de los monarcas D. Alfonso VI y la Soberana Princesa D. Maria Francisca Isabel de Saboya Reyes Felicissimos de Portugal*, Lisboa, Oficina de António Craesbeeck de Melo, 1667.
- Portugal, Lisboa e a Corte nos Reinados de D. Pedro II e D. João V. Memórias Históricas de Tristão da Cunha de Ataíde 1.º Conde de Povolide*, introdução de António de Vasconcelos de Saldanha e Carmen Radulet, Lisboa, Chaves Ferreira, 1990.
- SANTARÉM, Visconde de (1844), *Quadro Elementar das Relações Politicas e Diplomaticas de Portugal com as Diversas Potencias do Mundo [...]*, tomo 4, parte II, Paris, Aillaud.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1962), “Uma Relação do Reino de Portugal em 1684”, *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, vol. 25, Coimbra, pp. 65-170.
- SOUSA, António Caetano de (1952), *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, nova edição, revista por M. Lopes de Almeida e César Pegado, tomo V, parte I, Coimbra, Atlântida.
- SOUTHWEL, Robert (1749), *Histoire du Dêtrônement d’Alfonse VI Roi de Portugal*, tradução do inglês, Paris, David Fils.
- VIEIRA, António (1997), *Cartas*, coordenadas e anotadas por João Lúcio de Azevedo, 3 vols, reimpressão da edição da Imprensa Nacional, de 1970, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.

Estudos

- ABREU, Ilda Soares de (2000), *Simbolismo e Ideário Político. A Educação Ideal para o Príncipe Seiscentista*, Lisboa, Estar.
- ANTUNES, Ana Maria Pessoa de Oliveira (1997), *D. Nuno Álvares Pereira de Melo, 1.º Duque de Cadaval (1638-1727)*, 2 vols, Lisboa, Dissertação de Mestrado em História Moderna apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- ARAÚJO, Ana Cristina (1997), *A Morte em Lisboa. Atitudes e Representações. 1700-1830*, Lisboa, Editorial Notícias.
- Arte Efêmera em Portugal*, coordenação de João Castel-Branco Pereira, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.
- BELY, Lucien (1999), *La Société des Princes (XVII^e-XVIII^e siècles)*, Paris, Fayard.

- BENEVIDES, Franciscso da Fonseca (1879), *Rainbas de Portugal*, vol. 2, Lisboa, Tipografia Castro e Irmão.
- BENNASSAR, Bartolomé (2006), *Le Lit, le Pouvoir et la Mort. Reines et Princesses d'Europe de la Renaissance aux Lumières*, Paria, Editions de Fallois.
- BEPLER, Jill (2006), "Posterity and the Body of the Princess in German Court Funeral Books", *The Body of the Queen. Gender and Rule in the Courtly World, 1500-2000*, coordenação de Regina Schlte, Nova York, Oxford, Berghahn Books, pp. 125-155.
- BOUZA ALVAREZ, (2001), *Corre Manuscrito. Una Historia Cultural del Siglo de Oro*, Madrid, Marcial Pons.
- BOUZA ALVAREZ, Fernando (1996), "Amor Parat Regna. Memória Visual dos Afectos na Política Barroca", *Festas que se fizeram pelo Casamento do Rei D. Afonso VI*, Lisboa, Quetzal Editores, pp. 7-26.
- BRAGA, Isabel Drumond, BRAGA, Paulo Drumond (2004), "O Juramento dos Herdeiros do Trono em Cortes (séculos XIV-XVII)", *As Cortes e o Parlamento em Portugal. 750 Anos das Cortes de Leiria em 1254*, Lisboa, Assembleia da República, pp. 245-259.
- BRAGA, Isabel Drumond, BRAGA, Paulo Drumond (2007), "Manobras de França na Corte do Príncipe Regente D. Pedro: a *Advertência* de 1677", *Problematizar a História. Estudos de História Moderna em Homenagem a Maria do Rosário Themudo Barata*, coordenação de Isabel Drumond Braga e Ana Leal de Faria, Lisboa, Caleidoscópio, Centro de História da Universidade de Lisboa, pp. 207-228.
- BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond (2001), *Um Espaço, duas Monarquias (Interrelações na Península Ibérica no Tempo de Carlos V)*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Centro de Estudos Históricos, Hugin Editores.
- BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond (2011), "D. Maria Francisca Isabel de Sabóia (1646-1683)", *D. Maria Francisca Isabel de Sabóia e D. Maria Sofia Isabel de Neuburg: Duas Rainbas em Tempo de Novos Equilíbrios Europeus*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- BRAGA, Paulo Drumond (2006), *D. Pedro II. Uma Biografia*, Lisboa, Tribuna da História.
- BRAGA, Paulo Drumond (2007), "Testamentos da Casa Real de Bragança (1656-1704): Devoção, Caridade e Política", *Congresso Internacional de História. Territórios, Culturas e Poderes. Actas*, vol. 2 (=NW. Noroeste. Revista de História, vol. 3, Braga, 2007), Braga, Universidade do Minho, Núcleo de Estudos Históricos, pp. 91-110.
- BUESCU, Ana Isabel (1996), *Imagens do Príncipe. Discurso Normativo e Representação (1525-49)*, Lisboa, Cosmos.
- CARDIM, Pedro (1998), *Cortes e Cultura Política no Portugal do Antigo Regime*, Lisboa, Edições Cosmos.
- CÁTEDRA, Pedro M., ROJO, Anastasia (2004), *Bibliotecas y Lecturas de Mujeres. Siglo XVI*, Madrid, Instituto de Historia del Libro y de la Lectura.
- CAVALHEIRO, António Rodrigues (1944), "Soror Maria da Cruz, Filha Natural de D. João IV. Documentos da Biblioteca de Paris", *Anais da Academia Portuguesa da História*, vol. 8, Lisboa, pp. 7-76.
- CLARETTA, Gaudenzio (1865), *Vita di Maria Francesca Elisabetta di Savoia-Nemours Regina di Portogallo com Note e Documenti Inediti*, Turim, Tipografia Eredi Botta.
- CORNETTE, Joël (2002), "Le Savoir des Enfants du Roi sous la Monarchie Absolu", *Le Savoir du Prince du Moyen Age aux Lumières*, direcção de Ran Halévi, Paris, Fayard, pp. 111-145.
- CORVISIER, André (2002), *Les Régences en Europe. Essai pour les Délégations de Pouvoirs Souverains*, Paris, Presses Universitaires de France.
- COSTA, Fernando Dores (2004), *A Guerra da Restauração 1641-1668*, Lisboa, Livros Horizonte,

- COX, Harvey (1969), *La Fête des Fous. Essai Théologique sur les Notions de Fête et de Fantaisie*, Paris, Editions du Seuil.
- CUNHA, Mafalda Soares da (2000), *A Casa de Bragança (1560-1640). Práticas Senhoriais e Redes Clientelares*, Lisboa, Estampa.
- CURTO, Diogo Ramada (2007), “Grupos de Rapazes, Violência e Modelos Educativos”, *Cultura Escrita (séculos xv a xviii)*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, pp. 189-197.
- DADSON, Trevor J. (2003), “Las Bibliotecas Particulares en el Siglo de Oro”, *Historia de la Edición y de la Lectura en España 1472-1914*, Madrid, Fundación Germán Sánchez Ruipérez, pp. 123-132.
- DANTAS, Júlio [s.d.], “A Caveira de uma Rainha Galante”, *Arte de Amar*, Lisboa, Portugal-Brasil Limitada Sociedade Editora, pp. 155-160.
- DARMON, Pierre (1991), “Les Procès pour Impuissance Sexuelle au XVII^e siècle”, *Amour et Sexualité en Occident*, Paris, Seuil, pp. 229-233.
- Descriptive List of the State Papers Portugal 1661-1780 in the Public Record Office. Londres*, vol. 1, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1979.
- DIAS, Paulo Jorge Monteiro Henriques da Silva (2002), *O Real Panteão dos Braganças: Arte e Memória*, 3 vols, Lisboa, Dissertação de Mestrado em Arte, Património e Restauro apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- DÓRIA, António Álvaro (1944), *A Rainha D. Maria Francisca de Sabóia (1646-1683). Ensaio Biográfico*, Porto, Civilização.
- FARGES, Louis (1907), *L'Infante Isabelle de Portugal et ses Dix-sept Prétendants (1669-1690)*, Paris, Tipografia Plon-Nourrit.
- FARIA, Ana Maria Leal de (2005), *Duarte Ribeiro de Macedo. Um Diplomata Moderno. 1618-1680*, Lisboa, Instituto Diplomático.
- FARIA, António Machado de (1948), “Memórias Históricas de Lisboa (1680-1716)”, *Lisboa e seu Termo. Estudos e Documentos*, vol. 2, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 9-98.
- FERNANDES, Maria de Lurdes Correia (2000), *A Biblioteca de Jorge Cardoso (†1669)*, Autor do Agiologio Lusitano. Cultura, Erudição e Sentimento Religioso no Portugal Moderno, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- FRANCISQUE-MICHEL, R. (1882), *Les Portugais en France et les Français au Portugal*, Paris, Guillard, Aillaud & C.^{ie}.
- GONZALEZ, Christophe (2005), “Deux Textes sur les Relations France-Portugal en l’an 1641: le *Triunfo Lusitano* de Henrique Gomes et le *Triunfo Francês* de Jacinto Cordeiro”, *La France et le Monde Luso-Brasiliën: Échanges et Représentations (XVI^e-XVIII^e siècles)*, estudos reunidos e apresentados por Saulo Neiva, Clermond-Ferrand, Presses Universitaires Blaise Pascal, pp. 141-157.
- GRINÉ, Euclides dos Santos (1997), *A Construção da Imagem Pública do Rei e da Família Real em Tempo de Luto (1649-1709)*, Coimbra, Dissertação de Mestrado em História Moderna apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- GUIRAUD, Michèle (1992), “Document Inédit sur les Evenements de 1667 à la Cour de Portugal”, *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. 31, Lisboa, Paris, pp. 171-181.
- GUIRAUD, Michèle (2005), “António de Conti, Favori de D. Afonso VI”, *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, vol. 5, Coimbra, pp. 101-131.
- LEFERME-FALGUIÈRES, Frédérique (2007), *Les Courtisans. Une Société de Spectacle sous l'Ancien Régime*, Paris, Presses Universitaires de France.
- LESNE-JAFFRO, Emmanuèle (2005), “Points de Vue de la Cour de France sur le Portugal (1640-1715)”, *La France et le Monde Luso-Brasiliën: Échanges et Représentations (XVI^e-XVIII^e)*

- siècles), estudos reunidos e apresentados por Saulo Neiva, Clermond-Ferrand, Presses Universitaires Blaise Pascal, pp. 273-291.
- LOURENÇO, Maria Paula Marçal (1995), “O Domínio Senhorial da Casa das Rainhas (1642-1781): Património, Estado e Poder”, *Amar, Sentir e Viver a História. Estudos de Homenagem a Joaquim Veríssimo Serrão*, vol. 2, Lisboa, Colibri, pp. 985-1004.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (1974), *Antologia da Historiografia Portuguesa*, vol. 1 (*Das Origens a Herculano*), Lisboa, Europa-América.
- MARQUILHAS, Rita (2000), *A Faculdade das Letras. Leitura e Escrita em Portugal no século xvii*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- MARTÍNEZ PEREIRA, Ana (2003), “História de la Formación y Evolución de las Bibliotecas”, *Historia de la Edición y de la Lectura en España 1472-1914*, Madrid, Fundación Germán Sánchez Ruipérez, pp. 114-122.
- MARTÍNEZ RUANO, Beatriz (2005), “Poder y Conflicto: dos Expresiones de la Fiesta Barroca. Granada, siglo xvii”, *Religión y Poder en la Edad Moderna*, direcção de António Luis Cortés Peña, José Luis Beltrán e Eliseo Serrano Martínez, Granada, Universidade de Granada, pp. 315-327.
- MARTINS, Fernando (2004), “Historiografia, Biografia e Ética”, *Análise Social*, vol. 39, n.º 171, Lisboa, pp. 391-408.
- MARTÍN, José-Luis (2001), “El Proceso de Institucionalización del Modelo Matrimonial Cristiano”, *La Familia en la Edad Media*, direcção de José Luis Martín Rodríguez, coordenação de José Ignacio de la Iglesia Duarte, Logroño, Instituto de Estudios Riojanos, pp. 151-178.
- MARTINS, Jorge (2002), *O Senhor Roubado. A Inquisição e a Questão Judaica*, Póvoa de Santo Adrião, Europress.
- MARTINS, José Alberto Ferraz (1987), *Casamento e Sociedade no Bispado de Coimbra no Primeiro Quartel do século xviii. Os Impedimentos de Matrimónio*, Coimbra, Dissertação de Mestrado em História Moderna apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- MATOS, Gastão de Melo de (1944), “O Sentido Político da crise se 1667”, *Anais da Academia Portuguesa da História*, vol. 8, Lisboa, pp. 335-440.
- MEYER, Jean (2004), *L'Education des Princes du XV^e au XIX^e siècle*, Paris, Perrin.
- NEVEAU, Bruno (2002), “Futurs Rois très Chrétiens”, *Le Savoir du Prince du Moyen Age aux Lumières*, direcção de Ran Halévi, Paris, Fayard, pp. 197-233.
- OLIVEIRA, António de (2002), *Movimentos Sociais e Poder em Portugal no século xvii*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Instituto de História Económica e Social.
- ORESKO, Robert (2004), “Maria Giovanna Battista of Savoy-Nemours (1644-1724): Daughter, Consort, and Regent of Savoy”, *Queenship in Europe (1660-1815). The Role of the Consort*, coordenação de Clarissa Campbell Orr, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 16-55.
- PARRALT, David (2002), “Guerra y Relaciones Internacionales”, *El Siglo xvii. Europa 1598-1715*, tradução de Antonio Desmots, direcção de Joseph Bergin, Barcelona, Crítica, pp. 127-160.
- PERCEVAL, José María (2007), “Jaque a la Reina. Las Princesas Francesas en la Corte Española, de la Extranjera a la Enemiga”, *Les Cours d'Espagne et de France au XVII^e siècle*, estudos reunidos e apresentados por Chantal Grell e Benoît Pellistrandi, Madrid, Casa de Velázquez, pp. 41-60.
- PEREIRA, Ana Cristina Duarte (2008), *Princesas e Infantas de Portugal (1640-1736)*, Lisboa, Colibri.
- PÉREZ SAMPER, María de los Angeles (2005), “Las Reinas”, *Historia de las Mujeres en España y América Latina*, vol. 2 (*El Mundo Moderno*), coordenação de Margarita Ortega, Asunción Lavrin e Pilar Pérez Cantó, Madrid, Cátedra, pp. 399-435.

- PRESTAGE, Edgar (1933), “Castelmelhor e a Rainha D. Maria Francisca”, *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. 11, Coimbra, pp. 114-127.
- PRIETO, BERNABÉ, José Manuel (2004), *Lectura y Lectores. La Cultura del Impreso en el Madrid del Siglo de Oro (1550-1650)*, vol. 1, Mérida, Junta de Extremadura.
- REY CASTELAO, Ofelia (2003), *Libros y Lectura en Galicia. Siglos XVI-XIX*, Santiago de Compostela, Xunta de Galicia.
- RIBEIRO, Benair Alcaraz Fernandes (2007), *Um Morgado de Misérias. O Auto de um Poeta Marrano*, São Paulo, Associação Editorial Humanitas, Fapesp.
- RIBEIRO, Mário de Sampayo (1938), *1667-1668. A Destronação de El-Rei D. Afonso VI e a Anulação do seu Matrimónio*, Lisboa, [s.n.].
- RÍOS MAZCARELLE, Manuel (1999), *Mariana de Neoburgo segunda Esposa de Carlos II*, Madrid, Ediciones Merino.
- SABUGOSA, Conde de (2006), *Damas de Tempos Idos*, reedição da segunda edição de 1918, Porto, Fronteira do Caos.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1973), *A Historiografia Portuguesa*, vol. 2, Lisboa, Verbo.
- SOARES, Nair de Nazaré Castro (1994), *O Príncipe Ideal no século XVI e a Obra de D. Jerónimo Osório*, Coimbra, Instituto Nacional de Investigação Científica.
- VALE, Teresa Leonor M. (1994), *D. Frei Manuel Pereira, Bispo e Secretário de Estado. Poder Eclesiástico, Poder Político e Mecenato Artístico na 2.ª metade do século XVII*, Lisboa, EG.
- VARELA, Xavier (1990), *La Muerte del Rey. El Cerimonial Funerario de la Monarquía Española (1500-1885)*, Madrid, Turner.
- XAVIER, Ângela Barreto, CARDIM, Pedro (1996), “Imagens das Festas de Casamento de Afonso VI”, *Festas que se fizeram pelo Casamento do Rei D. Afonso VI*, Lisboa, Quetzal Editores, pp. 29-90.
- ZANGER, Abby E. (2006), “What the King saw in the Belly of the Beast or how the Lion got in the Queen. Allegories of Royal Procreation in the 1622 Royal Entry into Lyon”, *The Body of the Queen. Gender and Rule in the Courty World, 1500-2000*, coordenação de Regina Schlte, Nova York, Oxford, Berghahn Books, pp. 103-124.

Toby Osborne

University of Durham, U.K.

**“NÔTRE GRAND DESSEIN”:
O PROJECTO DE CASAMENTO ENTRE O DUQUE VÍTOR
AMADEU E A INFANTA ISABEL LUÍSA E A POLÍTICA
DINÁSTICA DOS SABÓIAS (1675-82)**

A 22 de Março de 1681, depois de extenuantes negociações sobre os termos exactos dos vinte artigos do contrato matrimonial, o duque Vítor Amadeu II de Sabóia (1666-1732) e a infanta portuguesa Isabel Luísa (1669-1690) ficaram formalmente noivos durante uma cerimónia pública em Lisboa. O duque de Sabóia estava representado pelo embaixador extraordinário, o marquês de Dronero, assim como por um séquito de cento e trinta pessoas, diante das quais se realizaram as celebrações oficiais em Turim e na capital portuguesa. A 20 de Junho de 1682 uma pequena frota de doze navios portugueses atracou no porto saboiano de Nice-Villefranche para conduzir o duque a Lisboa, na plena expectativa de que o projecto nupcial fosse respeitado, para afinal voltar, em Outubro seguinte, meio vazia. O embaraçoso regresso da frota marcou o fim de um processo que principiara em 1675¹. Vítor Amadeu II, segundo as informações fornecidas à delegação portuguesa comandada pelo duque de Cadaval, encontrava-se impossibilitado de partir por causa de uma indisposição. Apesar da questão da data da jornada ter sido longamente debatida durante os preparativos

* Tradução do Inglês de Maria Antónia Lopes.

Agradeço ao Dr. Davide De Franco a reprodução de parte da série “Lettere Ministri, Portogallo”

¹ Remonta a essa altura a primeira alusão mútua ao casamento, ainda antes da morte de Carlos Manuel II, que teve lugar em Junho de 1675. Cf. Cfr. ASTo, Corte, MPRI, Matrimoni, m. 32, fasc. 9, Maria Francisca Isabel a Madame Real, 18 de Março de 1675; resposta de 2 de Maio de 1675.

logísticos em Portugal, e enquanto se esperava que pudesse empreender a viagem logo que melhorasse e o Inverno tivesse passado, ele ficou no Piemonte. No fim de Dezembro de 1682 o projecto nupcial foi declarado desfeito com base nas más notícias transmitidas por Cadaval a Lisboa sobre o deplorável estado de saúde de Vítor Amadeu II. Expressando amargura, o governo de Turim mostrava-se disposto a censurar Cadaval:

“Madame Real [Maria Joana Baptista] reuniu o Conselho e pediu a S.A.R. [Vítor Amadeu II] autorização para dissolver o seu casamento, considerando contrário à sua dignidade e à sua segurança sustentá-lo e contraí-lo depois das injuriosas insinuações que Cadaval proferiu contra a sua pessoa... e eis a anulação do contrato. Toda a Europa que dele é espectadora ajuizará entre nós e Portugal, e muito espero que a ‘fides Lusitana’ não se torne proverbial como a ‘fides punica’. S.A.R. encontrará maneira de recuperar o coração dos seus súbditos, tendo embora perdido a esperança de um Reino.”²

Muito compreensivelmente, o episódio foi envolvido em mistério. Dados os preparativos para a viagem, parece que, pelo menos até ao momento da partida, o duque de Sabóia tinha realmente tenções de se deslocar a Portugal³. Talvez Vítor Amadeu II estivesse na realidade demasiado doente para viajar. Mas se tinha gozado de pouca saúde durante a infância, decerto que se restabeleceu depressa depois da partida de Cadaval: sabe-se que no início de Novembro participou numa missa pública em Turim, com a mãe, como sinal da sua recuperação, aparecendo aos seus súbditos alegres “maior e mais forte do que antes da doença”⁴. Ter-se-ia tratado, então, de

² ASTo, Corte, MPRE, Lettere Ministri, Portogallo, m. 2, fasc. 1, 142, De la Torre a Gubernatis, 29 de Dezembro de 1682. Veja-se também ASTo, Corte, MPRI, Matrimoni, m. 32, fasc. 47, De la Torre a Gubernatis, 14 de Dezembro de 1682; ASTo, Corte, MPRI, Storia della real casa di Savoia, Cat. 3, m. 20, “Reflexions sur le mariage de S.A.R.”, sobre o insucesso do projecto e sobre a culpa em parte atribuída a Cadaval. Parece que o próprio Cadaval havia sido um potencial candidato à mão da infanta (DE SONNAZ, 1910, p. 146).

³ Sobre a logística da viagem, veja-se, por exemplo, ASTo, Corte, MPRE, Negoziations col Portogallo, m. 1, “Memoire pour la départ de S.A.R.”.

⁴ ASTo, Corte, MPRE, Lettere Ministri, Portogallo, m. 2, fasc. 1, 137, De la Torre a Gubernatis, 2 de Novembro de 1682. Sobre tal indisposição durante o Verão, consulte-se, e.g., ASTo, Corte, MPRE, Negoziations col Portogallo, m. 1, “Journal de la maladie de S.A.R.”.

um mal-estar simulado, concebido por um jovem duque teimoso para escapar ao desejo da mãe para que deixasse os estados saboianos? Ou o episódio tinha sido arquitetado pela própria mãe, Maria Joana Baptista (1644-1724), para contrariar a forte oposição interna às núpcias, oposição agravada pela perspectiva de um príncipe reinante partir para outro país e pela influência da França sobre a regente?

1. *A historiografia sobre o casamento*

Atrás destas interrogações, há uma série de questões mais profundas e centrais a ter em conta neste estudo: questões sobre a natureza do governo da regência como fenómeno histórico, com a suas peculiares dinâmicas sociais e políticas; sobre as relações entre o ducado de Sabóia e Portugal e as potenciais insídias de uma união dinástica, no âmbito da qual cada Estado devia responder às suas próprias pressões internas; e, mais global, sobre a verdadeira natureza do ducado, na Europa da primeira Idade Moderna. Um relatório sobre Portugal, quase contemporâneo, redigido pelo filósofo de Cambridge John Colbatch e editado em Londres em 1700, oferece uma interpretação do insucesso matrimonial que para os historiadores do Piemonte e Sabóia toca estes pontos-chave. Segundo Colbatch, o casamento gozava do apoio, quer de Maria Joana Baptista, a chamada segunda Madame Real, regente dos domínios saboianos desde a morte de Carlos Manuel II, ocorrida em 1675, quer da sua irmã, a rainha D. Maria Francisca Isabel de Portugal (1646-1683), mãe da infanta, nascida do seu segundo marido, o regente português D. Pedro (1648-1706). Graças a essas núpcias, Madame Real teria podido prolongar a sua regência, afastando o duque da Sabóia, pois quando Vítor Amadeu atingisse a maioridade, completando catorze anos em 1680, ela continuaria a governar em seu nome. Muito possivelmente, como alguns têm acentuado, Madame Real teria podido prolongar a sua regência por um tempo indefinido⁵. Por outro lado, Col-

⁵ Sobre este ponto de vista de fonte quase contemporânea, cf. por exemplo POMPONNE, 1860, pp. 86-87. Na historiografia sobre Maria Joana Baptista a ideia persistiu longamente: ver, e.g. CARUTTI, 1875-80, III, p. 81, e CONTESSA, 1915, p. 123.

batch sugeria que o casamento atraía a rainha portuguesa, visto que, do ponto de vista de Maria Francisca Isabel, ele ter-lhe-ia permitido manter o domínio sobre a única filha, impedindo-a de desposar um príncipe “estranheiro” e estranho à família. Maria Francisca Isabel não podia ter outros filhos e Isabel Luísa, seja dito, tinha sido nomeada herdeira presuntiva de Portugal nas cortes reunidas a 27 de Janeiro de 1674, pois o rei legalmente reconhecido, Afonso VI (1643-1683), primeiro marido de Maria Francisca Isabel, tinha sido declarado inábil para governar. As disposições do reino, que permitiam a sucessão quer masculina, quer feminina, apoiavam a infanta.

Para além disso, como notam outras fontes, uma união com o Estado de Sabóia oferecia ulteriores vantagens potenciais aos Portugueses, “que se tornariam importantes em Itália como os Espanhóis e capazes de fazer mais barulho na Europa do que fazem agora”⁶. O assunto foi desenvolvido mais explicitamente nas instruções dadas por Vítor Amadeu II ao marquês de Dronero em 1680, as quais merecem ser reproduzidas por extenso. Com o fim de elogiar os principais membros do reino e do conselho de estado português, Dronero deveria argumentar que

“Um Rei de Portugal, Senhor da Sabóia e do Piemonte será o árbitro da paz e da guerra. A Itália considerá-lo-á como o seu bastião, a França como o terror e ruína dos Castelhanos, se se declarar contra eles, e os próprios Castelhanos como o único refúgio contra o desmesurado poder dos seus vizinhos. Será então que o Império Português, reunindo os mares do Oriente e do Ocidente ao Mediterrâneo, poderá vangloriar-se de não ter outras fronteiras senão as do Mundo.”⁷

Uma união com Sabóia teria também aberto a possibilidade de uma unificação da Península Ibérica sob um único príncipe. Dada a fragilidade do trono espanhol durante o reinado de Carlos II (1661-1700), o duque de

⁶ ASTo, Corte, MPRI, Storia della real casa di Savoia, Cat. 3, m.20, “Reflexions...”; CONTESSA, 1915, p. 125. Ver também ASTo, Corte, MPRI, Matrimoni m. 32, fasc. 14, “Premiere écriture sur la proposition du mariage de Portugal pour S.A.R.”, 1679.

⁷ ASTo, Corte, MPRI, Matrimoni, m. 32, fasc. 44, Instruções a Dronero, 1680.

Sabóia poderia aparecer como pretendente à coroa⁸. Se as aspirações se tivessem concretizado, com Vítor Amadeu II consorte da infanta Isabel Luísa, os papéis da Espanha e Portugal pós-1580, ter-se-iam invertido dramaticamente, agora com vantagem para Portugal.

Todavia, Colbatch observava também que o casamento parecia ter tido pouco apoio em Sabóia, sobretudo porque parecia submeter-se à excessiva influência francesa sobre Madame Real. Luís XIV (1638-1715) tinha intenção de tirar partido das núpcias – argumentava Colbatch – para obter uma via de penetração em Itália, a fim de assegurar os interesses franceses em caso de guerra com a Espanha, para a qual Milão era ainda um domínio-chave na sua monarquia compósita. Dever-se-á acrescentar que durante as primeiras fases do projecto matrimonial, Franceses e Espanhóis estavam em conflito, resolvido pelo Tratado de Nimega, de Setembro de 1678⁹. Como assinalou Colbatch, a presença dos exércitos franceses nas fronteiras da Sabóia (prontos a ameaçar Milão), só aumentou os receios no ducado. Na realidade, Luís XIV tinha até oferecido tropas ao governo de regência para conter a instabilidade que, desde 1680 e devido às taxas sobre o sal, aumentava no território piemontês de Mondovi. Além disso, como veremos, os Franceses não só continuaram a ocupar a fortaleza piemontesa de Pinerolo, como também, em Setembro de 1681, obtiveram o controlo da cidadela de Casale, em Mântua, aumentando ainda mais a impressão da sua excessiva influência sobre Sabóia. Tal convergência de distúrbios regionais no seio dos estados saboianos com a perspectiva da partida do jovem duque para Portugal e o espectro da França, provocou a oposição aberta de um grupo de cortesãos de Vítor Amadeu II. Encabeçada por Emílio San Martino de Parella (embora não mencionado por Colbatch), a facção procurou persuadiu o duque a romper o noivado preparado pela mãe. Ao mesmo tempo, foi mobilizada a oposição popular diante do palácio ducal de Turim. Madame Real sobreviveu à tentativa de golpe de estado cortesão, que pretendia também afastá-la do poder, mas a viva hostilidade interna ao

⁸ CONTESSA, 1915, p. 127.

⁹ A estratégia francesa de ameaçar Milão via Sabóia pode ver-se nas instruções ao marquês de Villars na qualidade de embaixador extraordinário, em Abril de 1676, e nas da missão em Setembro de D'Estrées em Setembro de 1677. DE BEAUCAIRE, 1898, I, pp. 81-90, 93-100.

projecto convenceu-a do facto de que, se seu filho tivesse casado com a prima portuguesa e tivesse partido para Lisboa, a sua própria sobrevivência dependeria cada mais da França. Foi então que, no seu interesse, como concluiu Colbatch, ela escolheu desistir do casamento, mesmo que isso, como era previsível, a conduzisse ao fim da regência¹⁰.

Embora alguns elementos sejam duvidosos e o autor tenha dado escassa atenção às indecisões expressas também em Portugal sobre o enlace entre o duque de Sabóia e a infanta portuguesa, o relato de Colbatch da ruptura do contrato é apreciável e concorda amplamente com outras fontes coevas. Colhemos na sua crónica algumas etapas fundamentais da história saboiana, apesar da insistência na insaciável vontade de Maria Joana Baptista em controlar o ducado. Colbatch parece ter compreendido os dilemas das regências: quando havia que abandonar o poder, em que circunstâncias devia ser feita a transição e, sem dúvida, os potenciais problemas internos que lhes eram inerentes. As regentes, pela sua própria natureza, eram definidas como mães: guardiãs dos filhos, que deveriam substituí-las quando atingissem a maioridade. Assim, os governos de regência tinham quase sempre aparência de fracasso. Partindo do princípio que os príncipes sobreviviam, o poder na corte estava vinculado à troca das regentes pelos jovens governantes, segundo uma dinâmica que continha implícita a possibilidade de criar instabilidade política ao seio das elites e de outros membros das casas reinantes¹¹. Tudo isto se vê muito claramente no caso das rainhas-mães de França da primeira metade de Seiscentos, Maria de Médicis (1575-1642) e Ana de Áustria (1601-1666). Maria de Médicis teve de defrontar-se com o filho, Luís XIII, quando este atingia a maioridade, e, em 1617, foi forçada a um exílio temporário em Blois. A mãe de Luís XIV, Ana de Áustria, por sua vez, teve que enfrentar uma conjura de *parlementaires* e aristocratas que se opunham ao seu ministro/favorito Mazarino, durante as violentas desordens que marcaram os anos da Fronde (1648-1652). Na própria Casa de Sabóia, a primeira Madame Real, Maria Cristina

¹⁰ COLBATCH, 1700, pp. 129-140. Para uma crítica a esta interpretação, acentuando a culpa de Cadaval pelo insucesso do projecto, ver CARUTTI, 1863, p. 69.

¹¹ Consulte-se SYMCOX, 2002, p. 199.

(1606-1663), viu-se envolvida na guerra civil do Piemonte (1638-1642), em parte provocada pela rivalidade com os seus cunhados Sabóias, quando foi regente em nome do único filho que lhe restou, Carlos Manuel II¹².

Mais em geral, e porventura mais importante, Colbatch salientava o carácter ambíguo da Sabóia enquanto estado independente da Itália setentrional, situado geoestratégica, política e até dinasticamente entre as superpotências da França e a Espanha. Este tema, em particular, constituiu uma ideia fixa dos historiadores saboianos, talvez de modo ainda mais evidente para os que escreveram nos alvares da unificação italiana. Uma das figuras de maior relevo da escola historiográfica oitocentista, Domenico Carutti, tinha poucas dúvidas sobre o grau da influência francesa ou sobre a fraqueza da regência, ao tempo do projecto matrimonial aqui estudado, apesar de se afastar de algumas das mais duras críticas à política de Maria Joana Baptista, no seu clássico estudo sobre o reinado de Vítor Amadeu II. Foi mais cáustico na sua análise da diplomacia saboiana, iniciando a sua narrativa do projecto com as seguintes declarações: “Em 1678, tiveram início os graves erros de Madame Real e os abusos de Luís XIV”¹³. Outros historiadores, italianos e não só, foram muito pouco indulgentes com Maria Joana Baptista, reiterando a sua imagem de marioneta francesa que, não obstante, procurou em vão manter o poder como regente, “dominada pela ambição conjugada com a fraqueza”, nas palavras de Gaudenzio Claretta¹⁴. Uma outra importante história diplomática de finais do século XIX, redigida por Camille Rousset, historiador oficial do Ministério da Guerra francês, apresenta um esboço de Madame Real. A obra retrata-a como uma governante fraca, cuja sujeição à influência francesa se tornou ainda mais evidente quando eclodiram as revoltas de Mondovi e quando, em Novembro de 1682, assinou um tratado de aliança com a França que permitia a esta última manter tropas de guarnições no ducado. Segundo Carutti,

¹² Embora Carutti sugira que a regência de Madame Real terminou em 1684, não tanto como a explosão de problemas internos, mas como um gemido de impotência: CARUTTI, 1863, pp. 90-1.

¹³ CARUTTI, 1863, cap. III e IV; CARUTTI, 1875-80, III, p. 80. Para algumas considerações sobre o legado historiográfico da unificação, cf. ORESKO, 2004, p. 16. Para uma outra recente interpretação, veja-se a entrada de MERLOTTI, A. no *Dizionario Biografico degli Italiani*.

¹⁴ CLARETTA, 1865, p. 119. Ver também p. 125.

as cláusulas do acordo “esclareciam que a França considerava o Piemonte como província sua e o governo local como sua lugar-tenência”¹⁵.

Se a suposta fraqueza saboiana durante a regência é uma face da moeda de uma velha corrente historiográfica, o seu reverso é que o ducado, vitalizado pela enérgica autoridade de Vítor Amadeu II, se tornou um bastião da independência da península itálica contra o jugo estrangeiro. Carutti, por seu lado, evidenciou profundas e crescentes divergências entre Madame Real e o jovem Vítor Amadeu sobre o projecto nupcial, reconhecíveis, por exemplo, no facto de eles terem enviado ao marquês de Dronero instruções diferentes e separadas para a sua missão em Lisboa, em 1680. Talvez nisso estivesse implícita a percepção não apenas das dificuldades do governo de regência em si mesma, do tiquetaque da bomba-relógio de um príncipe a atingir a maioridade, mas também da forte personalidade manifestada por Vítor Amadeu contra a mãe dominada pela França, anunciando o carácter voluntarioso do príncipe, que emergiria no palco da política europeia como um maduro governante da Sabóia¹⁶. Por sua parte, Carlo Contessa argumentou que a tentativa de golpe marquês de Parella para arrancar o poder a Maria Joana Baptista, respondia à ameaça da influência francesa inerente àquele casamento. Parella não podia admitir a submissão ao domínio estrangeiro. Em contraste, a conspiração teria sido um acto de independência em nome da Sabóia, ajudado por Veneza e por Milão (controlada pelos Habsburgos), embora o crescente envolvimento destes últimos territórios pudesse ameaçar as aspirações de independência face às grandes potências. Nas suas observações conclusivas, Contessa interpretava claramente a intentona de Parella à luz do papel da Sabóia numa activa autonomia do poder italiano dos finais de Seiscentos e inícios do século XVIII, culminando no envolvimento de Vítor Amadeu II na Guerra da Sucessão Espanhola (1701-14). Esta interpretação foi duradoura. Num estudo mais recente sobre as guerras do sal de Mondovi, Giorgio Lombardi caracterizou os adeptos do casamento como

¹⁵ ROUSSET, 1861-3, III, p. 41; CARUTTI, 1863, p. 53. Veja-se também DE BEAUCAIRE, 1898, pp. 110-16.

¹⁶ CARUTTI, 1863, p. 62.

“filo-franceses”, definindo por sua vez como “dinásticos” os que queriam que Vítor Amadeu ficasse na Sabóia a salvaguardar a sua independência, articulando assim as revoltas locais de Mondovi com a política dinástico-internacional e geoestratégica dos Sabóias¹⁷.

Estas robustas tradições historiográficas moldaram a forma como vemos o Piemonte e Sabóia no contexto europeu, com o casamento português lido como importante episódio a confirmar essa interpretação. O projecto e o seu fracasso parecem proceder de duas visões contrapostas, a da Itália moderna subjugada ao domínio estrangeiro e a que via na Sabóia a defensora da liberdade italiana ou, pelo menos, potência capaz da independência, sobretudo porque Vítor Amadeu II desempenhou acção de relevo nas guerras que sacudiram a Europa entre o fim do século XVII e o início do século XVIII e no processo de reconhecimento a nível internacional da Coroa régia da Casa de Sabóia (o reino da Sicília, depois suplantado pelo da Sardenha). Será também possível ter do projecto matrimonial uma visão mais matizada, que congrege estas visões historiográficas contraditórias, mas que também demonstre uma maior percepção das dinâmicas dinásticas tão importantes para a Casa de Sabóia no decurso da Idade Moderna? O falecido Robert Oresko, que tanto contribuiu para aprofundar o nosso conhecimento sobre a política cultural e dinástica dos Sabóias, num texto sobre a poder régio feminino na Europa moderna, apresentou um perfil diferente de Madame Real, uma antevisão do seu inacabado estudo de fundo sobre Maria Joana Baptista. No seu sugestivo contributo, Oresko reconhecia, é certo, o envolvimento da França no projecto matrimonial. Mas apresentava Madame Real com mais simpatia, interpretando a sua regência como um todo, até ao momento em que se retirou a favor do filho, em 1684, em termos de profunda lealdade ao destino da Casa de Sabóia. Além disso, sublinhou a sua aptidão, pelo menos na primeira metade da sua regência, para concretizar estratégias diplomáticas autónomas de Luís XIV. Outro importante historiador anglo-americano, Geoffrey Symcox, no seu capítulo sobre o período da regência

¹⁷ CONTESSA, 1936, pp. 80-142; LOMBARDI, 1986, p. 115. Ver relato duplo dos acontecimentos pertencentes à mesma tradição historiográfica em FERRERO LA MARMORA, 1862, cap. VII; FERRERO LA MARMORA, 1863, cap. III.

publicado na seminal *História de Turim* Einaudi¹⁸, chegou a conclusões semelhantes sobre as capacidades políticas de Maria Joana Baptista.

2. “*Notre grand dessein*”: o casamento como um acordo familiar.

Nesta óptica, podemos realçar a importância das dinâmicas do pensamento dinástico, alicerçando-o na ideia de que Maria Joana Baptista e a sua irmã se norteavam em grande medida pela lealdade à Casa de Sabóia, mais do que por uma estreita noção de ambição pessoal ou servilismo à França. Uma perspectiva distinta do projecto matrimonial como caso de estudo no âmbito da política dinástica saboiana permite-nos, portanto, rever a nossa compreensão dos Sabóias nos seus estados italianos e europeus. No âmbito do plano nupcial estava a relação funcional entre as duas irmãs Sabóia-Nemours. Como Colbatch argumentou, Madame Real e Maria Francisca Isabel queriam manter os seus dois estados na família. Ironicamente o impulso terá vindo em parte da candidatura à mão da infanta portuguesa de Maximiliano Manuel de Baviera (1662-1726), o filho de Henriqueta Adelaide (1636-1676), irmã de Carlos Manuel II e, assim, ele próprio ligado à Casa de Sabóia. A oportunidade de um casamento ainda mais próximo na família, envolvendo o próprio duque de Sabóia, teria parecido demasiado boa a Maria Joana Baptista para que a deixasse escapar e configurava-se como uma boa solução também para a rainha portuguesa que desejava casar a filha¹⁹. O tom de intimidade entre as irmãs colhe-se tanto na correspondência entre as duas, como no seu claro envolvimento no projecto, e acrescenta-se que, por várias vezes, foi Maria Francisca Isabel a assumir a prossecução do plano, enquanto a irmã, em Turim, exprimia algumas dúvidas²⁰. O casamento era, como escrevia Maria Francisca nas suas cartas à

¹⁸ ORESKO, 2004, pp. 28-34; SYMCOX, 2002, p. 199. Para a precoce interpretação de Symcox da regência e do casamento, veja-se a sua importante biografia de Vítor Amadeu: SYMCOX, 1983, cap. V.

¹⁹ ASTO, Corte, MPRI, Storia della real casa di Savoia, Cat. 3, m. 20, “Reflexions...”; CLARETTA, 1863, pp. 247-248.

²⁰ Por exemplo, CLARETTA, 1865, pp. 242-6.

regente da Sabóia, “notre grand dessein” (“o nosso grande desígnio”), ou mais frequentemente “notre affaire” ou ainda “notre plus parfaite union”, nas palavras de Maria Joana Baptista, embora escritas na missiva que marcou o fim das negociações²¹.

Na ambição de Maria Joana Baptista em assegurar um título régio e no manifesto entusiasmo de Maria Francisca Isabel por uma ligação aos Sabóias prevalecendo sobre outras dinastias, vemos a solução para o problema das duas irmãs em ajustar os casamentos dos filhos solteiros, assumindo as suas responsabilidades enquanto membros de um ramo secundário da Casa de Sabóia²². Tal interpretação ajusta-se ao comportamento típico dos segundogénitos face aos ramos principais das famílias. A linha dos Sabóia-Nemours tinha as suas origens no princípio do século XVI, quando o duque Carlos II de Sabóia (1486-1553) deixou como apanágio o condado de Genebra ao irmão mais novo Filipe (1490-1533), que mais tarde, em 1528, recebeu também o ducado de Nemours do seu sobrinho, Francisco I de França. A divisão dos títulos e dos territórios entre a Sabóia e a França teve importantes consequências sobre os Sabóia-Nemours, cujos interesses, previsivelmente, se cruzavam entre os dois Estados – Maria Joana Baptista e Maria Francisca Isabel, filhas de uma sobrinha de Henrique IV, Isabel de Bourbon-Vendôme (1614-64), tinham até crescido em França. A morte do pai delas, Carlos Amadeu de Sabóia-Nemours, num duelo em 1652, havia deixado a família numa posição precária: o único herdeiro varão ao título de duque de Sabóia-Nemours, Henrique de Sabóia, tinha-se tornado arcebispo de Reims em 1651, vindo a falecer sem herdeiros em 1659, apesar de casado em 1657. Mas já antes da morte de Henrique, a maioria das possessões da família, na Sabóia e na França, haviam passado para as mãos das duas irmãs, e, decerto, Maria Joana Baptista usufruiu de recursos pessoais enquanto duquesa de Sabóia que lhe

²¹ Cf., por exemplo, ASTo, Corte, MPRI, Lettere Principi Diversi, m. 82, Maria Francisca Isabel a Madame Real, 14 de Maio de 1679; ASTo, Corte, MPRE, Negoziations col Portogallo, m. 1, fasc.2, Madame Real a Maria Francisca Isabel, 22 de Dezembro de 1682.

²² A infanta teve um amplo leque de pretendentes, desde de Conti, um príncipe francês de sangue real, a Jacques Sobieski, filho do rei da Polónia: FARGES, 1907, pp. 357-77. Para um elenco coevo dos vários possíveis cônjuges, ver ASTo, Corte, MPRI, Matrimoni m. 32, fasc. 18, “Alcune considerationi circa i Principi, che concorrono alla pretensione del matrimonio della Ser.ma Principessa di Portogallo”, c.1678.

permitiram promover um ambiente de corte culturalmente vibrante, apesar desse património estar situado em França²³.

Para as dinastias reinantes, os ramos secundários eram recursos de dupla face social e política. Podiam ser ameaças potenciais para o ramo principal das dinastias e o pontos focais da oposição aos príncipes reinantes, até porque os cadetes tanto podiam ter pretensões dinásticas ao trono como a distância suficiente para actuarem de forma autónoma. Como no caso dos Sabóia-Nemours, os segundogénitos podiam também dispor de recursos noutros estados, como propriedades, títulos, cargos, ou até direitos feudais, levantando questões sobre distintos deveres de lealdade. Por outro lado, o facto de os ramos secundários poderem ter interesses e responsabilidades noutros lugares podia criar divisões políticas entre cortes rivais e eles próprios podiam servir de solução para as dinastias principais no caso de fragilidade biológica. No século XVI, o membro principal do ramo Sabóia-Nemours, Jacques de Sabóia, duque de Nemours (1531-85), fez carreira, tanto na corte francesa, como na de Sabóia, evidenciando as ambiguidades dos príncipes cadetes que se moviam entre os dois estados e, no seu caso, a possibilidade que teve de talhar um Estado por sua conta. Contudo, como recentemente mostrou Matthew Vester, a sua estreita associação com o tronco principal da Casa de Sabóia pode ser entendida como uma coligação de interesses. Como observa Vester, Jacques de Sabóia não se considerava um actor isolado, mas um membro de um grupo familiar mais vasto que incorporava a dinastia de Sabóia²⁴. Dentro desta estrutura dinástica de ramos secundários que se moviam em estratégias discretas permanecendo, em simultâneo, conscientes das responsabilidades que tinham perante os ramos principais das famílias, um casamento entre o filho do duque de Sabóia e a única filha da rainha de Portugal torna-se então perfeitamente compreensível. Como ramo da Casa de Sabóia, os Sabóia-Nemours estavam simplesmente a reentrar na linha dinástica principal, enriquecendo-a e

²³ ORESKO, 2004, p. 17.

²⁴ VESTER, 2008, p. 330. Para algumas considerações gerais sobre a família de Sabóia-Nemours, datadas de pouco antes do projecto matrimonial, ver GUICHENON, 1660, II, pp. 1049-76. Sobre os ramos secundários em Itália da primeira Idade Moderna, cf. SPAGNOLETTI, 2003, cap. IV.

reforçando-lhe o poder, e não o faziam por menos: retomavam as históricas filiações genealógicas com a Coroa de Portugal.

3. *A sombra da França.*

Se o casamento pode ser entendido como acção dos Sabóia-Nemours, trabalhando em comum em prol da Casa principal, que dizer do significado político mais alargado do projecto? Podemos antes de mais avançar com a questão do envolvimento da França num plano que era observado de perto por toda a Europa. Em que grau isso influenciou a tradição historiográfica da predominância francesa no século XVII, que tanto modelou a nossa visão da Sabóia moderna? Durante as negociações matrimoniais, ambas as irmãs Sabóia-Nemours contaram, inegavelmente, com o apoio da França. Como vimos, elas eram princesas francesas de nascimento e os seus casamentos tinham sido em parte negociados pelo tio-avô, o cardeal de Estrées, um embaixador francês de primeiro plano, que tinha desempenhado missões diplomáticas em Roma e em Madrid. Além disso, ao regime francês foi atribuído um papel privilegiado no projecto matrimonial: tanto Madame Real como a irmã procuraram ocultar o projecto dos outros governos europeus, pelo menos até se encontrar suficientemente avançado para ser seguro. É que havia grupos com interesses rivais que aspiravam à mão da infanta, incluindo a Espanha e o maior rival da Sabóia na península itálica, a Toscana; a Espanha, em particular, tinha motivos para temer a união Sabóia-Portugal²⁵. Mas os Franceses foram informados em primeiro lugar e as duas irmãs pretendiam claramente manter informados Luís XIV e seus ministros das suas intenções mais gerais, embora não descendo sempre a pormenores²⁶. Foi esta a situação, decerto por

²⁵ ASTo, Corte, Lettere Ministri Spagna, m. 33, 231, Gubnatoris a Madame Real, 27 de Março de 1680.

²⁶ Por exemplo, DÓRIA, 1944, pp. 316-317; ASTo, Corte, MPRE, Lettere Ministri Francia, m. 109, fasc. 1, 22-3, cópia da carta de Maria Francisca Isabel a Luís XIV, 14 de Dezembro de 1678; 25v, Madame Real a Luís XIV, fim de 1678; ASTo, Corte, MPRE, Negoiazioni col Portogallo, m. 1, fasc. 1, instruções a Gubnatoris, 19 de Setembro de 1679. Vale a pena acrescentar que antes da candidatura de Vítor Amadeu II, Maria Francisca Isabel tinha recebido conselhos do

vontade da Sabóia, durante o processo de negociações dos termos do casamento, ao longo de 1679²⁷.

Em termos gerais, a França parece ter apoiado o projecto: no Outono de 1682, por exemplo, os Franceses disponibilizaram um navio para conduzir Vítor Amadeu II a Portugal, a fim de acelerar o processo²⁸. Na perspectiva francesa, a ligação entre Sabóia e Portugal teria podido evitar o renovado perigo de uma união portuguesa com a Espanha, ou um casamento com um príncipe imperial – era, por isso, a segunda melhor opção depois da falhada tentativa de casar a infanta com um candidato francês²⁹. Além disso, como o casamento português alinhava Sabóia com a França contra a Espanha, o ducado aumentava o seu valor para os interesses geo-estratégicos da França em Itália, que, ao longo do século XVII, se tinham mantido ao nível defensivo. Como disse o abade Scaglia, embaixador de Turim em Paris, em boa parte de 1679 “por parte dos franceses vemos claramente que a sua intenção não foi fazer aquisições em Itália, mas apenas manobras de diversões”³⁰. Pelo menos até à guerra de 1628-1631, pela sucessão de Mântua e do Monferrato, ficou claro que o regime francês via o Norte de Itália, e a Sabóia em particular, como uma componente-chave de uma estratégia internacional para limitar o poder espanhol, aparentemente agressivo, colocando sob pressão a logística da monarquia compósita na Lombardia. O controle das fortalezas de Pinerolo e Casale tornou-se essencial para tal estratégia. A ocupação francesa de Pinerolo permaneceu depois do fim do conflito. Casale, cuja impor-

cardenal d'Estrées sobre as opções matrimoniais da filha. DÓRIA, 1944, p. 307. Mais em geral, consulte-se DE MANNEVILLE, 1931, se bem que nem sempre seja muito preciso.

²⁷ Por exemplo: ASTo, Corte, MPRE, Lettere Ministri Francia, m. 109, fasc. 1, 179v-81v, Madame Real a Scaglia, 20 de Maio de 1679; 315-16, Madame Real a Scaglia, 16 de Setembro de 1679.

²⁸ ASTo, Corte, MPRE, Lettere Ministri Portogallo, m. 2, fasc. 1, 131, De la Torre a Gubnatoris, 21 de Setembro de 1682.

²⁹ Sobre a oposição francesa a um casamento hispano-português cf., por exemplo, ASTo, Corte, MPRE, Lettere Ministri Portogallo, m. 3, fasc. 1, 10, Spinelli a Madame Real, 4 de Abril de 1678; COLBATCH, 1700, p. 131. Entre os pretendentes imperiais à mão da infanta contava-se o duque de Neuburg, pessoa demasiado próxima dos Habsburgos da Áustria para poder agradar à França. ASTo, Corte, MPRE, Lettere Ministri Portogallo, m. 2, fasc. 2, 142, Gubernatis a Maria Francisca Isabel, 22 de Janeiro de 1683.

³⁰ ASTo, Corte, MPRE, Lettere Ministri Francia, m. 108, fasc. 2, 74, Scaglia a Madame Real, 9 de Junho de 1679.

tância tinha sido comprovada durante a primeira metade de Seiscentos, estava para ser transferida da posse do duque de Mântua para a França, em virtude de um acordo secreto datado de 8 de Julho de 1681. Foi ocupada em Setembro por tropas que tinha atravessado o Piemonte (um acto que, por si só, parece confirmar a autoridade de Luís XIV sobre Madame Real).

Havia ainda outras evidentes vantagens para a França nas núpcias sa-boiano-portuguesas. Teriam impedido uma união entre os Habsburgos e os Braganças, enquanto eram reforçadas as relações diplomáticas com Turim, como parte da estratégia continuada de limitação do poder espanhol. Antes de concluir, todavia, que o projecto nupcial confirma a expansão da influência francesa no Norte de Itália, devemos recordar que não foi concebido em Paris, mas em Turim e em Lisboa. Não era a primeira escolha francesa, que, num primeiro momento, tinha avançado com a candidatura do príncipe de Conti. Nem devemos subvalorizar a ansiedade provocada pelo facto de tal união poder criar um bloco demasiado poderoso até mesmo para a França. Já vimos que os Sabóias tinham direitos potenciais ao trono espanhol, um factor que pode ter influenciado os Portugueses a favor da núpcias. De facto, já em 1676, os próprios Espanhóis tinham ‘flirtado’ com a ideia de uma possível união com os Sabóias, falando “com o mel na boca” da sua admiração por Madame Real e acrescentando o seu pesar pelo facto de ela não ter uma filha que pudesse casar com Carlos II³¹. A possibilidade de uma sucessão saboiana na monarquia espanhola, todavia, provocava grande impressão em França, como notou o abade Scaglia durante uma conversa com o marquês de Pomponne, o secretário de estado francês dos negócios estrangeiros:

“Uma só consideração o mantinha perplexo; e é, que sendo S.A.R. [Vitor Amadeu II] chamado à sucessão da Coroa de Espanha, e estando esta suspensa por um fio, podia acontecer que em breve tempo se assistisse à união não só de Castela a Portugal, como do Ducado de Milão ao

³¹ ASTo, Corte, MPRE, Lettere Ministri Spagna, m. 33, Gubernatis a Madame Real, 23 de Junho de 1676.

Estado do Piemonte e ao Ducado da Sabóia; e que, por isso, sendo um negócio revelantíssimo, que altera todo o governo da Europa, convinha tomar medidas adequadas com a França.”³²

Apesar da tradicional ideia do poder franco-espanhol na Itália moderna, a França não conseguia controlar totalmente a Sabóia. Os Franceses continuaram a delinear a sua política em termos defensivos com o fim, por exemplo, de proteger os corredores militares no interior do ducado para conter o poderio espanhol. Como tal, a sua estratégia em relação a Sabóia teve de ser conduzida sob a aparência de uma cooperação. Ainda mais importante, a Casa de Sabóia reinante exerceu o poder através dos seus vínculos dinásticos, possuidores de um dinamismo inerente e potencialmente incontrolável. O projecto matrimonial Sabóia-Bragança não foi instigado pelo regime francês e acarretava consequências que não teriam sido bem-vindas: o casamento apresentava uma igual mistura de incertezas e oportunidades. De resto, a ambiguidade de fundo dos Sabóias tinha sido um tema recorrente nas relações franco-piemontesas desde inícios do século.³³

4. *A retórica do espírito dinástico dos Sabóias*

Se é possível descrever o envolvimento francês no projecto em termos de uma longa e ambígua relação com a Sabóia, podemos também caracterizar dessa forma o casamento, enraizando-o na retórica dinástica da Casa de Sabóia. O casamento, em suma, era uma réplica da íntima afinidade com Portugal – como este volume demonstra amplamente –, e a afirmação da autoproclamada identidade régia dos Sabóias. Durante as negociações, o cenário genealógico e histórico do projecto integrou a retórica saboiana.

³² ASTo, Corte, MPRE, Lettere Ministri Francia, m. 108, fasc. 2, 17, Scaglia a Madame Real, 11 de Fevereiro de 1679. Veja-se também ASTo, Corte, MPRI, Lettere Principi Diversi, m. 82, Maria Francisca Isabel a Madame Real, 14 de Maio de 1679; ASTo, Corte, MPRI, Storia della real casa di Savoia, cat. 3, m. 20, “Reflexions...”.

³³ OSBORNE, 2002, cap. 6.

Tal se depreende das instruções de Vítor Amadeu II a Dronero, enviado a Lisboa depois da ratificação do contrato nupcial, e de um documento apresentado ao Conselho português, onde se afirma com clareza que “les alliances des Portugais avec Savoye sont aussi anciennes que leur Monarchie” (“as alianças dos Portugueses com a Sabóia são tão antigas como a sua Monarquia”). Não era só a Sabóia a utilizar esta ubíqua retórica quando se tornava politicamente oportuna, pois os Portugueses gostavam também de apelar à antiguidade das suas ligações, como testemunha uma carta de D. Pedro ao Papa Inocêncio XI³⁴. E encontra-se o mesmo no preâmbulo do próprio tratado matrimonial³⁵.

Todavia, talvez tal linguagem de intimidade familiar de longa data fosse mais importante para a Sabóia, por causa das aspirações régias da Casa ducal, que do casamento, no plano da reputação dinástica, era quem tinha mais a ganhar. Os vínculos com Portugal, juntamente com as ligações dos Sabóias às famílias imperiais e outras dinastias régias, significavam que a Casa de Sabóia achava que merecia uma posição de igualdade entre as dinastias monárquicas da Europa. Um relatório veneziano, escrito um século antes, em 1573, pelo embaixador da república em Turim, Girolamo Lippomano, revela a intimidade e a consciência de paridade de que, sem dúvida alguma, gozava o duque de Sabóia:

“[C]om a Alemanha [o duque Manuel Felisberto] é considerado alemão, sendo da Casa da Saxónia; com os Portugueses, português, por ter sido sua mãe filha do rei de Portugal, Manuel, irmã da mãe do rei de Espanha; pelo mesmo parentesco e por ter estado tanto tempo em Espanha, e por lhe terem sido dados tantos cargos,... pode dizer-se também espanhol. Os Franceses crêem o mesmo, tanto por parentesco antigo, como pelo renovado com a mulher que tem.”³⁶

³⁴ ASTO, Corte, MPRI, Matrimoni, m. 32, fasc. 44, “Proposition au conseil de Portugal sur le mariage de l’Infante avec S.A.R. Victor Amé, 1679”; fasc. 23, Dom Pedro ao Papa Innocenzo XI, 13 de Setembro de 1679. Veja-se também ASTO, Corte, MPRE, Lettere Principi Forestieri, m. 87, Dom Pedro a Vítor Amadeu II, 16 de Junho de 1681.

³⁵ CLARETTA, 1863, p. 255.

³⁶ ALBERI, II, pp. 203-204.

Para a Sabóia, a união com Portugal através de Vítor Amadeu II, um século depois do relatório de Lippomano, era a confirmação do que a sua Casa pensava de si própria, isto é, que era intrinsecamente real.

Por outro lado, longe de enfrentar as negociações matrimoniais com um sentimento de inferioridade, a Casa de Sabóia achava que podia oferecer vantagens concretas a Portugal, reiterando um forte sentido de autoestima dinástica. O abade Giacomo Spinelli, enviado a Lisboa para negociar os termos exactos do contracto nupcial, fez notar ao padre de Ville, o jesuíta confessor da rainha Maria Francisca Isabel, os benefícios do casamento português: “Expus-lhes as qualidades e as prerrogativas da Casa de Sabóia, a vastidão dos seus domínios, a opulência dos seus estados, as inevitáveis consequências da sua união com Portugal”³⁷. Dada o apreço que a Casa de Sabóia tinha pelo seu alto valor, não admira que na altura em que estavam a desenrolar-se as negociações matrimoniais, os embaixadores saboianos continuassem a procurar, por toda a Europa, alcançar o tratamento real. A reivindicação da natureza régia da família era um procedimento diplomático oficial que recuava à declaração pública do avô de Vítor Amadeu II, Vítor Amadeu I (1587-1637), em Dezembro de 1632. O processo de conquista do reconhecimento internacional da condição régia foi um tema-chave da política diplomático-cultural de Sabóia, expressa ao mais alto grau no constante esforço dos embaixadores turinenses para gozarem de dignidade real nas suas missões europeias³⁸. Continuou a ser um elemento central da diplomacia da regente Maria Joana Baptista e era ainda matéria de contencioso com os principais rivais italianos dos Sabóias, a república de Veneza e o grão-ducado da Toscana. Isto é patente nos esforços para obter tal reconhecimento na corte de Carlos II em Inglaterra e nos problemas que se criaram quando parecia que o soberano o tinha concedido. A questão dominou as relações anglo-saboianas durante o período das negociações matrimoniais; de facto, veio

³⁷ ASTo, Corte, MPRE, Lettere Ministri Portogallo, m. 3, fasc.1, 19, Spinelli a Madame Real, 27 de Junho de 1678; ASTo, Corte, MPRI, Storia della real casa di Savoia, cat. 3, m. 20, “Reflexions...”. Para as instruções de Spinelli, veja-se ASTo, Corte, MPRI, Matrimoni, m. 32, fasc.

³⁸ Mais em geral, veja-se ORESKO, 1997. O esforço saboiano para a obtenção do estatuto régio pode ser datado da década de 1580. OSBORNE, 2007, pp. 18-19.

a associar-se directamente a esse projecto, pois alegava-se que uma união com Portugal faria, enfim, justiça às credenciais régias saboianas³⁹. Nem se tratou apenas de uma matéria restrita a Londres, porque ao longo da segunda metade do século XVII e durante as negociações matrimoniais, esforços análogos para conseguir o reconhecimento régio foram feitos noutras cortes europeias, incluindo as de Lisboa, Paris e Madrid⁴⁰.

O casamento português apresentava numerosas vantagens políticas para uma dinastia determinada a assegurar o reconhecimento internacional da sua grandeza. Oferecia também significativas oportunidades económicas. Desde os inícios do século XVII, os duques de Sabóia tinham consciência da sua relativa fraqueza económica, em parte porque os estados saboianos careciam da logística necessária para impor uma forte presença marítima. Em 1627, por exemplo, Alessandro Scaglia, embaixador de Carlos Manuel I em Londres, tinha tentado fazer de Nice-Villefranche um porto economicamente activo para os mercadores ingleses, segundo uma estratégia mais vasta que deveria alargar-se a mercadores franceses e holandeses⁴¹. Todavia, da iniciativa pouco ou nada resultou e a fraqueza marítima da Sabóia acentuou-se no decurso de Setecentos, como se tornou evidente no período dos conflitos europeus, quando o poder estava cada vez mais vinculado à capacidades coloniais ou mercantis. Demonstraram-no não só a expansão

³⁹ Cf., por exemplo, ASTo, Corte, MPRE, Lettere Ministri Inghilterra, m. 6 e m. 7; TNA SP 92/25, Madame Real a Carlos II, 24 de Maio de 1681; Madame Real a Jenkins, 24 de Maio de 1681; Madame Real a Jenkins, 1 de Novembro de 1681; Vítor Amadeu II a Carlos II, 1 de Novembro de 1681. Vejam-se também as cartas de Soames a Jenkins de 12 de Julho de 1681 e de 23 de Novembro de 1681. Sobre as respostas a estas missivas, cf. TNA PRO SP 104/188, Jenkins a Soames, 25 de Julho de 1681. Para um relato mais amplo, embora nem sempre muito acurado, ver o apanhado coevo do episódio, escrito por um ex-servidor de Carlos II, em LETI, 1684, V, pp. 459-519.

⁴⁰ Cf., e.g., CLARETTA, 1865, pp. 231-238; ASTo, Corte, MPRE, Lettere Ministri Francia, França, m. 108, fasc. 2, 74, Scaglia a Madame Real, 9 de Junho de 1679; ASTo, Corte, MPRE, Lettere Ministri Francia, m. 109, fasc. 1, 125-131v, Madame Real a Scaglia, 25 de Março de 1679; ASTo, Corte, MPRE, Lettere Ministri Spagna, m. 33, c. 15, Gubernatis a Madame Real, 23 de Junho de 1676, que inclui “Mottivi del Conte e Senatore De Gubnatoris per i trattamenti reggii nella Corte Cattolica a’favore di S.A.R. di Savoia suo sig.re”; 156, Gubernatis a Madame Real, 4 de Setembro de 1678. Para a regente o tratamento real era “uma particularidade assaz essencial”. ASTo, Corte, MPRE, Lettere Ministri Spagna, m. 34, c. 193v, Madame Real a Gubernatis, Outono de 1678.

⁴¹ Por exemplo, em TNA SP 92/13/25-7v, instruções a Alessandro Scaglia, 26 de Março de 1627; ASTo, Corte, MPRE, Lettere Ministri Inghilterra, m. 4, 50, Scaglia a Carlos Manuel I, 7 de Novembro de 1627.

espanhola e portuguesa, como também a emergência e a rivalidade da Holanda, Inglaterra e França. Dada a disparidade económica entre a Sabóia e os outros grandes Estados europeus, o casamento português oferecia imensas potencialidades ao primeiro, pois Portugal situava-se num plano muito superior enquanto potência comercial de nível mundial. Para o ducado de Sabóia, as núpcias teriam garantido a oportunidade de estabelecer em Nice-Villefranche uma escala comercial, com a faculdade de um maior intercâmbio entre os dois Estados, de negócios e mercadorias, até mesmo de um comércio directo (embora cautelosamente controlado durante as longas negociações) entre o Brasil e os domínios de Sabóia, sem ter de passar primeiro por Portugal e pagar as tarifas aduaneiras⁴².

5. *Uma monarquia compósita?*

Enquadrámos, portanto, o projecto matrimonial no contexto de princípios dinásticos longamente amadurecidos e acoplado a questões, também arraigadas, de natureza geoestratégica e económica. Neste cenário vimos ainda como o projecto modifica a noção de domínio francês sobre a Sabóia. Todavia, não devemos descurar os problemas inerentes ao processo de negociação do casamento, sobre os quais versará esta última parte do estudo. As irmãs Sabóia-Nemours decerto desejavam uma solução “em família” para as núpcias dos seus filhos, mas isso levou-as a enfrentar consideráveis problemas internos nos seus Estados⁴³. Afinal de contas, nenhuma das delas estava em posição de poder inatacável, Maria Joana Baptista enquanto regente, e Maria Francisca Isabel como rainha cujas primeiras núpcias com o legítimo soberano, Afonso VI, tinham sido anuladas. Ainda mais: em ambos os estados havia um só herdeiro e, quer para a Sabóia, quer para

⁴² CLARETTA, 1865, p. 146; ASTo, , Corte, MPRI, Storia della real casa di Savoia, Cat. 20, m. 3, “Reflexions...”. Para um relatório pormenorizado dos aspectos económicos do casamento e das suas várias complicações, cf. CONTESSA, 1915, pp. 123-179. Os termos exactos dos direitos comerciais saboianos foram matéria de longas negociações. Ver, por exemplo, ASTo, Corte, MPRE, Lettere Ministri Portogallo, m. 2, fasc. 2, correspondência de Gubernatis.

⁴³ Cf., por exemplo, ASTo, Corte, MPRI, Lettere Principi Diversi m. 82, Maria Francisca Isabel a Madame Real, 27 de Novembro de 1682.

Portugal (talvez mais para este), a questão de assegurar a sucessão era premente. Esta profunda preocupação em assegurar os tronos saboiano e português, obedece em aspectos importantes às dinâmicas – e problemas – de uma monarquia compósita, enquanto tipo de uma configuração política da modernidade. O assunto pode parecer paradoxal, considerando o que fora a história recente de Portugal. A integração do reino no carteira territorial espanhola em 1580 tinha acarretado consequências negativas para o país, pois se os Espanhóis a consideraram legitimada pelos interesses dinásticos de Filipe II, os Portugueses rapidamente perceberam que eram a parte prejudicada do acordo. Com um rei ausente, o reino tonara-se, de facto, o sócio minoritário da Espanha⁴⁴.

Assim, os Portugueses não iriam repetir o erro com o casamento saboiano, mas este podia constituir um sério perigo para a Sabóia, não obstante, como vimos, as declarações retóricas da Casa de Sabóia sobre a sua intrínseca majestade e paridade com a dinastia portuguesa. A ameaça que constituía tal ligação foi decerto sentida em toda a Europa. Nas instruções dadas para a missão em Turim do embaixador francês, o abade d'Estrées, em Março de 1679, observava-se que “este assunto será capaz de enfrentar algumas dificuldades no Piemonte, pelo embaraço que os povos poderão sentir de se ver privados do seu príncipe, e de trocar um duque de Sabóia, que sempre terão entre si, por um rei de Portugal que jamais verão”⁴⁵. A mesma questão emergiu num diálogo que em Agosto daquele ano Gubernatis e um membro do *Consejo de Estado* espanhol, o marquês de Astorga, mantiveram Madrid. Cínico, Astorga perguntou como é que “os piemonteses deixavam sair o seu Príncipe natural dos seus próprios Estados”. Gubernatis replicou que, “quando tal acontecesse, fariam como fizeram os súbditos de Filipe o Formoso, quando se casou com a herdeira da Espanha, filha de Fernando o Católico”. A contrarréplica de Astorga reiterou um dos problemas da união dinástica, e talvez de uma monarquia compósita, implícitos no projecto matrimonial saboiano: “Os Portugueses gostariam

⁴⁴ Para um quadro geral da união com a Espanha, veja-se ELLIOTT, 1991. Sobre as dinâmicas das monarquias compósitas é de referir o clássico artigo do mesmo autor: ELLIOTT, 1992, pp. 48-71.

⁴⁵ DE BEUCAIRE, 1898, pp. 108-9.

de um Português natural para seu Rei, e esta foi a razão principal pela qual os Portugueses sempre abominaram o domínio dos Reis de Castela”⁴⁶.

A relação estabelecida por Guberantis entre o casamento saboiano-português com a união de 1496 entre Filipe o Belo (1478-1506) e Joana de Castela (1479-1555) é interessante e significativa, assim como a resposta de Astorga. Aquele consórcio tinha ligado os Países Baixos borgonheses com Castela e Aragão, criando um Estado composto ainda mais poderoso, que fixaria os parâmetros fundamentais da monarquia espanhola nos séculos XVI e XVII. Contudo, esta evocação de uma união dinástica muito bem sucedida poderia ser justaposta à união muito mais problemática de Portugal e Espanha em 1580, como Astorga percebeu. Segundo Colbatch, o assunto tinha sido invocado também por aqueles que tentavam persuadir Vítor Amadeu II a não sair da Sabóia: “os Portugueses nutriam um ódio mortal pelos estrangeiros, e não tinham consentido este casamento imposto; e teriam manifestado outra vontade à morte do príncipe regente [D. Pedro]; e poderiam agir com ele como haviam feito com o rei de Espanha, isto é, privando-o da Coroa”⁴⁷.

As duas descrições antagônicas do sucesso ou insucesso das monarquias compostas entrelaçam-se com vários temas centrais deste estudo. Vimos que a retórica dinástica da Sabóia defendia não só que a Casa gozava de estatuto real, mas também que o casamento português seria uma união entre iguais. Por outro lado, vista à luz da ansiedade sentida pelos portugueses em relação à sua independência, juntamente com a sua preocupação em proteger os seus domínios, a questão da paridade entre Sabóia e Portugal tornou-se controversa, exacerbada pelas leis de sucessão que regiam o trono português. Em virtude de uma provisão das Cortes de Lamego – um documento apócrifo ratificado em 1640 que teria regulado a sucessão em Portugal a partir de 1143-44⁴⁸ – admitia-se a sucessão, quer por linha masculina, quer feminina, mas impedia as princesas herdeiras do trono de casar com estrangeiros. As Cortes portuguesas tinham concedido isenção

⁴⁶ ASTO, Corte, MPRE, Lettere Ministri Spagna, m. 33, 198, Gubernatis ao ministro San Tommaso, 4 de Agosto de 1679.

⁴⁷ COLBATCH, 1700, pp. 137-8.

⁴⁸ Sobre esta matéria, veja-se o capítulo de I. Drumond Braga neste volume.

da lei à infanta, o que não era suficiente para resolver as questões mais espinhosas do projecto nupcial. Por exemplo: onde viveria o casal, em Portugal ou na Sabóia? Que aconteceria se a infanta morresse antes de Vítor Amadeu II, ou se D. Pedro, ou mesmo Afonso VI, tivessem outros filhos? Vítor Amadeu seria rei? Qual seria o seu estatuto se da união nascessem filhos e fossem designados, por sua vez, herdeiros do trono português para além do saboiano? A Sabóia tornar-se-ia uma província de Portugal, política e economicamente? Estes pontos de debate dominaram as negociações sobre os termos do tratado matrimonial durante as missões de Gubernatis e Spinelli em Lisboa, ao longo dos anos 1678-79⁴⁹. Um relatório de Gubernatis, por exemplo, reflectia sobre a questão da relação de poder, implícita até na ordem protocolar dos nomes e dos títulos:

“Acrescenta-se o título de Sua Alteza Real, igual ao do Rei Afonso, nomeado na dita escritura, mas ao nomear em primeiro lugar a Infanta ao falar-se do seu casamento com S.A.R., não houve remédio, dizendo que as Cortes tinham como primeiro objectivo casar a Infanta com o Duque de Sabóia e não o Duque de Sabóia com a Infanta. Contrapuz-lhes eu que nas Capitulações se tinha sempre nomeado o Duque antes da Infanta.”⁵⁰

Quando os vinte artigos do tratado de casamento foram finalmente sancionados a 14 de Maio de 1679, parecia que o ponto mais controverso tinha sido resolvido. Sobre a questão da paridade em matéria de protocolo epistolar, acentuava Gubernatis que o artigo 10º estabelecia que os dois futuros soberanos fossem considerados iguais em todos os actos públicos, como se praticou no caso semelhante dos reis católicos D. Fernando e Isabel⁵¹. Parecia ser uma comparação adequada, que servia como sumário idealizado

⁴⁹ Ver, e.g., ASTo, Corte, MPRE, Lettere Ministri Portogallo, m. 3, fasc. 1, Correspondência de Spinelli; ASTo, Corte, MPRE, Negoziazioni col Portogallo, m. 1, fasc. 1, instruções a Gubernatis, 19 de Setembro de 1679; fasc. 2, “Memorie relative alla trattativa del matrimonio”; ASTo, Corte, MPRI, Matrimoni, m. 32, fasc. 26, Instruções a Spinelli, 1679.

⁵⁰ ASTo, Corte, MPRI, Matrimoni, m. 32, fasc. 27, “Relatione del negotio sopra la Derogatione della legge di Lamego dal Conte di Gubnatoris”, 1679.

⁵¹ CLARETTA, 1863, pp. 258-259. Ver também ASTo, Corte, MPRE, Lettere Ministri Portogallo, m. 3, fasc. 1, 14, Spinelli a Madame Real, 16 de Maio de 1678.

dos objectivos que o casamento pretendia alcançar. Uma vez mais, as partes interessadas remetiam para o exemplo de uma união dinástica bem sucedida, tal como Guberantis fizera em Madrid. Se o tratado fosse cumprido, o casamento teria conduzido a uma união dinástica capaz de diluir as preocupações sentidas em Portugal e na Sabóia – no primeiro com o problema de garantir a sucessão e no segundo com a ausência de Vítor Amadeu II e com a natureza e a sobrevivência do seu título régio.

Todavia, o subtexto não pode ser ignorado: ambos os Estados olhavam o casamento com grande suspeição, o que, na realidade, provocou o fracasso do projecto. Nas palavras de Maria Francisca Isabel, o noivado entre os dois primos rompeu-se por causa das incertezas sobre a saúde de Vítor Amadeu II, difundidas em Portugal pelos relatórios de Cadaval. Se a doença era real ou simulada, como alguns suspeitavam, o ponto crucial é que tornou evidente a hostilidade sentida, quer na Sabóia, quer em Portugal, face à perspectiva de uma união dinástica. Uma carta do enviado extraordinário de Inglaterra em Lisboa, Charles Fanshawe, escrita pouco antes do rompimento do acordo, resume com clareza a posição de Cadaval, observando que se “era no início um grande promotor, tinha levantado tantas questões sobre as capacidades do Duque para o matrimónio, que as suas palavras tinham ofendido muito o ministro saboiano”. Fanshawe acrescentava que “ambas as partes pareciam estar cansadas da questão que em pouco tempo será decidida porque os Portugueses sentem grande dor por terem a Princesa casada à pressa com ele [o duque de Sabóia] ou com outro”⁵². Pondo fim ao projecto, Maria Francisca Isabel informou a irmã da necessidade que tinha de responder às apreensões internas relativas ao futuro do trono português entregue um príncipe que parecia ser frágil. “Ela é filha do reino, tanto como é nossa”, acrescentando que o céu tinha triunfado sobre a débil vontade humana⁵³. Na sua resposta, também Maria Joana Baptista recorreu à Divina Providência, como explicação do que tinha acontecido, mas estava visivelmente amargurada pela oportunidade

⁵² CLARETTA, 1865, pp. 279-283. Veja-se também ASTo, Corte, MPRI, Lettere Principi Diversi, m. 83, Maria Francisca Isabel a Maria Joana Baptista, 20 de Novembro de 1682; TNA SP 89/15, Fanshawe a Jenkins, 23 de Novembro de 1682.

⁵³ CLARETTA, 1865, p. 281.

dinástica perdida que, para além de favorecer a Sabóia, teria levado “a grandeza Portuguesa mais longe do que alguma vez foi”⁵⁴.

Com a ruptura final do projecto nupcial em finais de 1682, Portugal e a Sabóia ficaram ambos com dois herdeiros solteiros. A infanta recebeu numerosas propostas de casamento – o que se explica pela sua importância como herdeira presuntiva do trono de Portugal e pela existência de numerosos partidos qualificados na Europa – mas estava destinada a morrer solteira dezoito anos mais tarde. Em Abril de 1684, Vítor Amadeu II desposou por procuração a primeira das suas duas mulheres, Ana de Orleães (1669-1728), filha do duque de Orleães e sobrinha de Luís XIV. Seria tentador ver neste epílogo a confirmação da influência francesa na Sabóia. Na realidade, estava longe de ser o caso, pois o duque, liberto da regência da mãe, mostrou de imediato a sua vontade de autonomia em relação à França, tal como tinha feito Maria Joana Baptista através das suas iniciativas diplomáticas. De facto, devemos ser prudentes com conclusões simplistas sobre o projecto matrimonial português, fundadas, afinal, na tradição historiográfica da imensa ambição de Maria Joana Baptista em perpetuar-se na regência ou, ainda, da sua arreigada dependência da França. Nem deveremos necessariamente considerar o malogro das núpcias com o que sabemos ter sido depois o papel histórico da Sabóia na história de Itália, uma identidade nacional que alguns viram prefigurada na oposição ao casamento e na tomada do poder pessoal por parte de Vítor Amadeu II. É bem mais adequado interpretar o plano à luz de um conjunto alternativo de razões históricas, de ambição dinástica e de responsabilidades e, como já vimos, compreender o seu fracasso como consequência das dificuldades inerentes a uma monarquia compósita. Voltando ao problema do espírito dinástico dos Sabóias, o casamento – “notre grand dessein” – era um puro arranjo familiar concebido pelas irmãs Sabóia-Nemours para servir os interesses fundamentais da Casa de Sabóia. Assim sendo, deverá ser situado no contexto de poder familiar, a começar pela forma como os ramos secundários se relacionavam com as casas dominantes, enquanto coligação de

⁵⁴ ASTO, Corte, MPRE, Negoziations col Portogallo, m. 1, fasc. 2, Madame Real a Maria Francisca Isabel, 22 de Dezembro de 1682.

interesses, para usar a expressão de Vester. Mais precisamente, o projecto era parte de uma estratégia de longo prazo, que recuava pelo menos até ao fim do século XVI, posta em prática pela Casa de Sabóia para demonstrar a sua superioridade sobre os rivais italianos e para assegurar o que considerava ser o seu lugar de direito entre as potências monárquicas que dirigiam a Europa. Do ponto de vista da Sabóia, as ligações genealógicas com Portugal eram parte integrante de tal estratégia e teriam sido renovadas com a união de Vítor Amadeu II e a infanta Isabel Luísa. Examinando as aspirações que estavam no âmago do projecto do casamento português, podemos então superar a historiografia do declínio ou da nascente identidade nacional que moldou os estudos sobre o Piemonte e a Sabóia, acentuando a lealdade dinástica e a aspiração à realeza que tanto consumiram os príncipes de Sabóia.

Fontes e estudos

Fontes manuscritas

Archivio di Stato di Torino, Corte

Materie politiche per rapporto all'estero (MPRE)

Lettere Ministri Francia: mazzi 108, 109.

Lettere Ministri Inghilterra: mazzi 4, 6, 7.

Lettere Ministri Portogallo: mazzi 2, 3.

Lettere Ministri Spagna: mazzi 33, 34.

Negoziazioni col Portogallo: mazzo 1.

Materie politiche per rapporto all'interno (MPRI)

Lettere Principi Diversi: mazzi 82, 83.

Lettere Principi Forestieri: mazzo 87.

Matrimoni: mazzo 32.

Storia della real casa di Savoia: Categoria 3, mazzo 20.

The National Archives, London

State Papers: 89/15, 92/13, 92/25, 104/188.

Fontes impressas

- ALBERI, E. (ed.) (1841), *Le relazioni degli ambasciatori veneti al senato*, serie II, vol. II. Firenze: Clio.
- COLBATCH, John (1700), *An Account of the Court of Portugal under the Reign of the Present King Dom Pedro II*. London: Thomas Bennet.
- DE BEUCAIRE, Horric (ed.) (1898), *Recueil des instructions données aux ambassadeurs et ministres de France depuis les traités de Westphalie jusqu'à la révolution française: Savoia-Sardegne; Mantoue*, 2 voll. Paris: Alcan (Felix) Librairie.
- GUICHENON, Samuel (1660), *Histoire Généalogique de la Royale Maison de Savoye*, 2 vols. Lyon: Guillaume Barbier.
- LETI, Gregorio (1684), *Il teatro britannico, ò verò historia della Grande Bretagna*, 5 vols. Amsterdam: Abramo Wolfgang.
- POMPONNE, Nicolas Simon Arnauld (1860), *Memoires du Marquis de Pomponne: ministre et secrétaire d'état au département des affaires étrangères*. Paris: Benjamin Duprat.

Estudos

- CARUTTI, Domenico (1875-80), *Storia della diplomazia della corte di Savoia*, 4 vols. Roma: Fratelli Bocca.
- CARUTTI, Domenico (1883), *Storia del regno di Vittorio Amedeo II*. Firenze, Lemonnier, 1863.
- CLARETTA, Gaudenzio (1865), *Vita di Maria Francesca Elisabetta di Savoia-Nemours Regina di Portogallo*. Torino: Eredi Botta.
- CONTESSA, Carlo (1915), "Progetti economici della seconda Madama Reale fondati sopra un contratto di matrimonio, 1678-1682", *Miscellanea di storia Italiana*, ser. 3, 17, pp. 123-79.
- CONTESSA, Carlo (1936), "La congiura del marchese di Parella (1682)", *Bolletino Storico-Bibliografico Subalpino*, XXXVIII, pp. 81-142.
- DE MANNEVILLE, H. (1931), "Marie Françoise Elisabeth de Savoie-Nemours: une princesses française sur le trone de Portugal", *Revue d'histoire diplomatique*, 21, pp. 22-46, 193-217, 294-317.
- DE SONNAZ, Gerbaix (1910), "Relazioni fra i reali di Savoia e i reali di Portogallo", *Miscellanea di storia italiana*, ser. III, XIV, pp. 100-199.
- DÓRIA, Antonio Álvaro (1944), *A Rainha D. Maria Francisca de Saboia*. Porto: Livraria Civilização.
- ELLIOTT, J. H. (1991), "The Spanish Monarchy and the Kingdom of Portugal, 1580-1640" in *Conquest and Colaescence. The Shaping of the State in Early Modern Europe*. Ed. Mark Greengrass. London: Edward Arnold.
- ELLIOTT, J. H. (1992), "A Europe of Composite Monarchies", *Past and Present*, 137, pp. 48-71.
- FARGES, Louis (1907), "L'infante Isabelle de Portugal et ses dix-sept pretendants", *Revue d'histoire diplomatique*, 21, pp. 355-77.
- FERRERO LA MARMORA, Alberto (1862), *Le vicende di Carlo di Simiane marchese di Livorno poi di Pianezza*. Torino: Bocca.
- FERRERO LA MARMORA, Alberto (1863), *Notizie sulla vita e sulle geste militari di Carlo Emilio San Martino di Parella*. Torino: Bocca.

- LOMBARDI, Giorgio (1986), "La Guerra del sale: Caleidoscopio di una *Historia*" in *La guerra del sale (1680-1699): Rivolta e frontiere del Piemonte barocco*. Ed. Giorgio Lombardi. Milano: Angeli.
- ORESKO, Robert (1997), "The House of Savoy in search for a royal crown in the seventeenth century" in *Royal and Republican Sovereignty in Early Modern Europe. Essays in Memory of Ragnbild Hatton*. Eds. Graham Gibbs, Robert Oresko and Hamish Scott. Cambridge: Cambridge University Press.
- ORESKO, Robert (2004), "Maria Giovanna Battista of Savoy-Nemours (1644-1724): daughter, consort, and regent of Savoy" in *Queenship in Europe 1660-1815. The role of the consort*. Ed. Clarissa Campbell Orr. Cambridge: Cambridge University Press.
- OSBORNE, Toby (2002), *Dynasty and Diplomacy in the Court of Savoy. Political Culture and the Thirty Years War*. Cambridge: Cambridge University Press.
- OSBORNE, Toby (2007), "The Surrogate War between the Savoys and the Medici: Sovereignty and Precedence in Early Modern Italy", *The International History Review*, XXIX, pp. 1-21.
- ROUSSETT, Camille (1861-3), *Histoire de Louvois et de son administration politique et militaire*. 3 vols. Paris: Didier.
- SPAGNOLETTI, Angelantonio (2003), *Le dinastie italiane nella prima età moderna*. Bologna: Il Mulino.
- SYMCOX, Geoffrey (1983), *Victor Amadeus II: Absolutism in the Savoyard State 1675-1730*. London: Thames and Hudson.
- SYMCOX, Geoffrey (2002), "La reggenza della seconda madama reale (1675-84)" in *Storia di Torino IV. La città fra crisi e ripresa (1630-1730)*. Ed. Giuseppe Ricuperati. Torino: Einaudi.
- VESTER, Matthew A. (2008), *Jacques de Savoie-Nemours: L'apanage du Genevois au coeur de la puissance dynastique savoyarde au XVIe siècle*. Genève: Droz.

Maria Antónia Lopes

Universidade de Coimbra

**MARIA PIA DE SABÓIA (1847-1911),
RAINHA DE PORTUGAL: UM PILAR DA MONARQUIA
PORTUGUESA E DAS RELAÇÕES PORTUGAL-ITÁLIA***

1. Rainha Maria Pia: memória e história

A actual opinião pública portuguesa pouco sabe sobre Maria Pia de Sabóia. Contudo, viveu em Portugal desde 1862 a 1910 e foi, entre as rainhas do século XIX, a mais amada, a que mais tempo reinou e a que mais contribuiu para a boa imagem da família reinante. Até os seus críticos mais cruéis admitiam em 1910 – quando a República foi implantada – que era o único membro da família real que deixava saudades. No seu país de origem, a Itália, Maria Pia foi esquecida. Os estudos sobre os Sabóias do século XIX ignoram-na quase totalmente.

Os monárquicos portugueses que enaltecem a família real centram-se, quanto às figuras femininas, em D. Amélia, romantizada por ter sido a última rainha e pela sucessão de tragédias que sofreu, deixando D. Maria Pia na sombra, embora esta tenha vivido também parte desses dramas. Para traçar o panegírico e ressaltar as qualidades de D. Amélia de Orleães, os seus biógrafos franceses (que não são historiadores) não se coibiram em denegrir a sogra, com quem fizeram o confronto. Os actuais historiadores portugueses, questionando-se pouco ou nada sobre a personalidade

* O texto que se apresenta tem como base LOPES, M.A., 2011. Aqui salienta-se o papel político da rainha, tanto em Portugal como nas relações diplomáticas com Itália. Todas as informações e interpretações deste estudo podem ser vistas de forma mais desenvolvida na referida obra, assim como outros aspectos da biografia e personalidade de Maria Pia de Sabóia.

de D. Maria Pia, têm repetido certos comentários da época e apreciações posteriores, mas é óbvio o desinteresse ou condescendência que sentem por alguém que consideram de insignificante importância. Por vezes parecem partilhar do estereótipo da mulher bela e elegante que forçosamente é fútil. Porque é assim que Maria Pia é apresentada: uma mulher frívola, temperamental, perdulária, pouco inteligente e instruída. E que por isso não era levada a sério nem pelos políticos e cortesãos, nem pelo marido, pelo filho mais velho ou pela sua família de origem. Afigura-se que, inconscientemente, certos autores assimilaram o que o século XIX pensava das capacidades cerebrais das mulheres. É também comum dizerem que teve episódios de loucura, ou, pelo menos, que era desequilibrada, e que enlouqueceu depois do regicídio. Na verdade, não encontrei na documentação primária o mais leve indício de desequilíbrio mental. Outra imagem forte desta rainha são os seus gastos excessivos, o que, ressalvando alguns exageros, corresponde à verdade. Por fim, uma questão recentemente tratada: Maria Pia teria tido um amante nos finais da década de 1880. E a situação terá sido de tal forma grave que o marido terá ponderado a separação e mesmo a sua própria abdicação do trono¹. Não me parece que, com as fontes disponíveis, se possam fazer tais afirmações².

A imagem que em geral se veicula da rainha Maria Pia é quase antagónica daquela que a sua época traçou. Ao tempo, a maioria dos portugueses considerava-a caritativa, generosa, afável, mãe e educadora exemplar. Celebravam-lhe a elegância do porte, a coragem manifesta nos momentos decisivos, o sentido da majestade, o apoio sempre prestado ao marido, à dinastia e ao país, a simpatia e gentileza para com grandes e pequenos. Mas é verdade também que muitos aristocratas a viram sempre com maus olhos. Os católicos mais conservadores, associando-a ao pai, Vítor Manuel II de Itália, e vendo-a arredia das manifestações religiosas públicas, nunca a apreciaram. Os adversários políticos atacaram os seus gastos e consideravam-na autoritária.

¹ SILVEIRA, L. E. e FERNANDES, P. J., 2006, p. 106-114.

² Para todas estas questões, ver LOPES, M. A., 2011.

Na verdade, Maria Pia era uma mulher inteligente, muito generosa e com grande intuição política. A ela se devem os maiores entusiasmos populares pela dinastia e as ótimas relações estabelecidas entre Portugal e Itália nas décadas de 1860, 1870 e 1880. A ela se deve, também, a resolução de questões graves no reinado do filho (1889-1908). Todavia, porque agiu sempre discretamente, quando o seu papel não foi propositadamente ocultado, a historiografia portuguesa não se tem apercebido da sua real importância política, o que aqui se pretende salientar.

2. Família e infância

A princesa Maria Pia nasceu em Turim a 16 de Outubro de 1847, no seio da família reinante de Sabóia, a Casa donde tinha saído, no século XII, D. Mafalda (ou Matilde), esposa do 1º rei português³. A menina era neta do rei da Sardenha-Piemonte, Carlos Alberto de Sabóia (1798-1849), e filha do príncipe herdeiro Vítor Manuel (1820-1878) e da sua mulher Maria Adelaide de Habsburgo (1822-1855), arquiduquesa austríaca.

Carlos Alberto de Sabóia, que tão celebrado será pelos Liberais por ter outorgado em 1848 o *Estatuto*, isto é, uma Carta Constitucional como D. Pedro IV fez em Portugal, foi nos primeiros anos do seu reinado um soberano absoluto e ainda o era quando Maria Pia nasceu. Um ano antes havia sido eleito o papa Pio IX, que nessa altura augurava excelentes relações com os Sabóias. O novo papa considerava o Piemonte um “pilar da Igreja”⁴ e a Casa de Sabóia “Piíssima”, distinguindo-se “pelo seu filial afecto pelos Pontífices Romanos”⁵. Carlos Alberto, devoto atormentado, sempre respeitou a Igreja, e no Verão de 1847, precisamente, tinha apoiado o papa contra a ocupação de Ferrara pelas forças austríacas. Quando meses depois nasceu uma princesinha Sabóia nesta corte tão rigidamente piedosa⁶, nada mais natural que o sumo pontífice a tivesse apadrinhado.

³ Ver capítulo 1 deste livro.

⁴ COGNASSO, F., 2002, p. 623.

⁵ Carta do papa Pio IX a Vítor Manuel, de Outubro de 1847. Cit. por MONTI, A., 1939, p. 148.

⁶ Cf. GENTILE, P., 2009.

Foi sem dúvida Carlos Alberto, rei e chefe da família, a decidir essa escolha de tanto significado político e foi através do pai que Vítor Manuel soube que o papa aceitara apadrinhar o filho que iria nascer⁷. Nasceu uma filha, às 6h da manhã do dia 16 de Outubro. O parto foi rápido e o nascimento deixou a mãe feliz, pois desejava uma menina⁸. Nesse mesmo dia, às 17h30m, foi baptizada solenemente, sendo o padrinho representado pelo nuncio papal. A cerimónia foi “brillantissima” sob todos os aspectos, nas palavras do mestre de cerimónias⁹.

Em 1847 o reino da Sardenha era constituído pela ilha do mesmo nome, pelo Piemonte onde se localizava a capital do reino, Turim, pela antiga república de Génova e ainda pelo condado de Nice e o ducado da Sabóia, territórios que actualmente integram a França. A aspiração a uma unidade política da Itália era já bem viva, sustentada por monárquicos liberais e por republicanos. Os Sabóias serão os condutores dos primeiros, conseguindo fazer da península itálica um reino unido sob um regime parlamentar. Será uma causa exaltante, de feição romântica, conduzida pelo ministro Cavour e pelo rei Vítor Manuel II. Um processo longo, culminando em 1870 com a ocupação de Roma, doravante a capital da Itália. Maria Pia viverá tudo isto de longe. Verá a sua pátria, que ama entranhadamente, construir-se gradual e gloriosamente, ignorando-a a ela, uma Sabóia, filha do fundador, sem que em nada possa intervir.

Carlos Alberto iniciou a expansão territorial na direcção da Lombardia, atacando os Habsburgos que a governavam e que eram a sua própria família, mas foi infeliz. Derrotado em Novara, em Março de 1849, abdicou do trono e saiu precipitadamente de Itália. Dirigiu-se para Portugal. Externado e doente, o ex-rei da Sardenha morreu no Porto a 28 de Julho de 1849¹⁰. Este fim conferiu-lhe uma aura romântica que fez esquecer as suas tergiversações.

⁷ SAVOIA, V. E., 1966, p. 141, carta de Vítor Manuel ao papa de 16.9.1847.

⁸ Carta de Renato de Habsburgo (avô materno de Maria Pia) a Vítor Manuel, datada de 17.10.1847. Cit. por MONTI, A., 1939, p. 153.

⁹ Biblioteca Reale di Torino, STP 726-15: *Registro dei cerimoniali di corte...* Devo e agradeço o conhecimento desta fonte ao Professor Pierangelo Gentile, que me facultou a transcrição.

¹⁰ Ver capítulo 8 deste livro.

Maria Pia tinha, pois, 17 meses quando os pais subiram ao trono, a 24 de Março de 1849. A Casa de Áustria, que era a sua família materna, tinha relações difíceis com os Sabóias porque dominava a Lombardia e o Veneto, territórios vizinhos do Piemonte, e, ainda, através de diversos membros da família, tutelava várias outras unidades políticas da península itálica (como a Toscana). No processo de unificação italiana os Habsburgos serão, a par do papa, os grandes adversários. Mas quando Vítor Manuel se casou, não começara ainda a expansão piemontesa. E a noiva foi uma austríaca como, afinal, também, já era a sua mãe, Maria Teresa de Habsburgo (1801-1855). Vítor Manuel e Maria Adelaide eram primos direitos, sendo ambos Sabóias e Habsburgos. Não só Carlos Alberto se unira a uma austríaca, como uma irmã dele, Maria Isabel de Sabóia-Carignano (1800-1856), se consorciara com o arquiduque de Áustria, Renato (Rainier) de Habsburgo (1783-1853), vice-rei da Lombardia-Veneto e filho do imperador Leopoldo II da Áustria. Maria Isabel e Renato eram os pais de Maria Adelaide. Maria Pia era, pois, Habsburgo, tanto pelo lado paterno como pelo materno. Durante a sua vida adulta manterá correspondência e relações de afecto com os parentes austríacos.

Quando Maria Pia nasceu, tinha a mãe 25 anos e o pai 27. Estavam casados desde 1842 e já existiam os irmãos Clotilde (1843-1911), Humberto (1844-1900), Amadeu (1845-1890) e Otão (1846-1866). A seguir a Maria Pia, Maria Adelaide deu à luz três outros rapazes que não sobreviveram, numa sucessão de partos demasiado próximos. A família real, que habitava em Turim, era constituída, depois do exílio e morte de Carlos Alberto, pelo jovem casal reinante e seus filhos, pela rainha-viúva e por Fernando de Sabóia (1822-1855), irmão de Vítor Manuel e duque de Génova, e sua mulher e filhos: Maria Isabel da Saxónia (1830-1912) e os filhos Margarida (1851-1926), que será a 1ª rainha de Itália, e Tomás Alberto (1854-1931). Era ainda viva uma bisavó, a mãe de Carlos Alberto, Maria Cristina da Saxónia-Curlândia (1770-1851).

A família materna era mais numerosa, mas estrangeira e residindo longe. Pouco tempo depois do nascimento de Maria Pia, as relações familiares degradaram-se por motivos políticos. Quando a princesa nasceu, viviam ainda os avós Renato e Isabel, além de Maria Cristina, que era bisavó tanto

pelo lado paterno como materno. Os tios Áustrias eram cinco: Leopoldo (1823-1898), Ernesto (1824-1899), Segismundo (1826-1891), Renato (1827-1913) e Henrique (1828-1891). Pela linha materna, Maria Pia era bisneta do imperador da Áustria Leopoldo II, irmão de Maria Antonieta. E entroncava também nos Bourbons, pois Leopoldo de Áustria casara com a infanta Maria Luísa, filha do rei de Espanha Carlos III. Também pelo lado paterno Maria Pia descendia dos mesmos. Maria Pia era, pois, parente, e não muito longínqua, de D. Luís de Bragança, seu futuro marido, neto de Maria Leopoldina de Habsburgo e por isso trineto de Leopoldo II. De forma mais clara: a mãe de D. Maria II era prima direita da mãe de Maria Pia. Os genealogistas, que tanto esquecem os ramos femininos, aparentemente nunca se deram conta disto.

As duas rainhas da Sardenha, Maria Adelaide e Maria Teresa, vieram a morrer quase em simultâneo, em Janeiro de 1855. Adelaide, que tinha sido mãe pela 8ª vez na semana anterior, foi ao funeral da sogra, a 16 de Janeiro. No regresso, vindo de carruagem, sentiu-se mal. Faleceu quatro dias depois. Vivera dividida pela lealdade devida aos dois clãs Habsburgo e Sabóia, que se tornaram inimigos. Acresce, para infelicidade e terror de Maria Teresa e Maria Adelaide, que desde 1850 se temia a excomunhão de Vítor. Maria Adelaide era uma mulher carinhosa, como revelam as suas cartas para o marido¹¹ e para o pai. Em Março de 1848, conta a este último que na véspera a pequenina Maria saíra pela primeira vez à rua e que estivera nos jardins do palácio com todos os irmãos¹². Em Maio transbordava de ternura para com a sua filha mais nova: “Marie devient tous les jours plus jolie”¹³.

Subitamente, no intervalo de um mês, entre Janeiro e Fevereiro de 1855, a tragédia abateu-se sobre a família. Maria Pia perdeu a mãe, a avó e o tio Fernando. Em Maio morreu também o irmão recém-nascido. No ano anterior, em Junho, tinha falecido outro irmão, Carlos Alberto, que nascera em 1851, o seu “querido irmãozinho Carlos, de quem muito gostava”, como Maria Pia

¹¹ Cf. MONTI, A., 1939, p. 441-484.

¹² MONTI, A., 1939, p. 444.

¹³ MONTI, A., 1939, p. 455.

escreverá em 17 de Setembro de 1862, em carta ao noivo, ao evocar estes dois meses terríveis¹⁴.

Maria Pia cresceu a falar três línguas: o francês que era utilizado pelos cortesãos; o piemontês, falado pelo povo, pelos criados e com frequência por Vítor Manuel; e o italiano, o idioma que os Sabóias tinham de dominar, agora que o Piemonte almejava unificar a península. Era nesta língua que pai e filhos se correspondiam, mas com a mãe falariam em francês, idioma que Maria Adelaide e Vítor Manuel usavam entre si. Após a morte da mãe, a educação da princesa passou a ser supervisionada por uma antiga dama da rainha, a marquesa Paulina Pallavicini e pela condessa Natalia de Foresta, mas a menina cresceu sob os cuidados directos da condessa de Villamarina, que era auxiliada por Daria Salasco e por Camila de Foras¹⁵. À excepção de Otão, que era deficiente físico, os filhos de Vítor Manuel receberam uma educação rígida, muito severa. Clotilde e Maria Pia no palácio real de Turim, quase reclusas, e Humberto e Amadeu em Moncalieri, em ambiente castrense¹⁶. O pai tinha pouco ou nenhum tempo para eles e o afecto que Maria Pia recebeu vinha-lhe dos irmãos, da sua aia condessa de Villamarina e da professora de pintura, Virgínia Panizzardì. Maria Pia guardou para sempre alguns bilhetes de infância que Amadeu lhe dirigiu. Um, de 1855, em que lhe chama “Sorellina”; outro, de Janeiro de 1858, em que a trata por “Mi cara Marghi” e lhe recomenda, brincalhão, “come e dorme bem mas não rebentes”¹⁷.

Os resultados da pesquisa em arquivos italianos foram decepcionantes para o conhecimento da infância de Maria Pia. Mas esta trouxe para Portugal cadernos escolares¹⁸ que permitem conhecer o ensino que lhe foi ministrado. Os mais antigos, que não são os primeiros do seu percurso escolar, datam de Março de 1857, tinha a princesa 9 anos, e prolongam-se até 1861. Como os cadernos estão em Lisboa, teria havido o propósito de a fazer prosseguir

¹⁴ Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Arquivo da Casa Real (ACR), cx. 7335. Carta integralmente publicada por SILVEIRA, L. E. e FERNANDES, P. J., 2006, p. 50. Os documentos do ACR serão localizados apenas pela caixa porque, tendo trabalhado a partir de documentação digitalizada, não possui informação dos nºs das capilhas.

¹⁵ LOURO, F., 1987, s.p.; DE PAOLI, G., 1995, p. 139.

¹⁶ DE PAOLI, G., 1995, p. 139.

¹⁷ ANTT, ACR, cx. 7344.

¹⁸ ANTT, ACR, cxs. 7489 e 7490.

a formação interrompida pelo casamento? Nas negociações matrimoniais nunca se aludiu à continuação dos seus estudos, à necessidade de lhe nomear professores ou de permitir que os anteriores a acompanhassem.

A 14 de Março de 1858, a princesa Maria Pia, então com 10 anos, ofereceu ao pai um caderno, primorosamente apresentado, com as provas realizadas nas diferentes disciplinas que estudara: Caligrafia, Italiano, Francês, Alemão, História da Sabóia, Cronologia, Geografia e Mitologia. As matérias eram leccionadas em francês, à excepção das línguas italiana e alemã, obviamente. Além destas disciplinas, entre 1857 e 1860, Maria Pia estudou Cosmografia, Aritmética, Geometria, Noções de Física (esta ensinada em italiano), Análise Gramatical, Poesia Francesa, Literatura Italiana, História da Igreja, História Sagrada, História da Antiguidade (começando na Assíria), História de França, História Geral e Instrução Religiosa. Sobreposta à educação literária, eram-lhe incutidos os valores e comportamentos próprios de mulher – a docilidade, a abnegação, o autocontrolo, a suavidade – e a aprendizagem de saberes imprescindíveis a uma princesa: “lavors femininos”, que no seu caso incluiu dobar e costurar, canto, dança, piano, pintura, desenho, equitação e caça. Vemos, portanto, que carecem de fundamento as afirmações sobre a sua educação negligenciada. O que sucedeu é que foi interrompida demasiado cedo.

Vítor Manuel queria expandir o reino para a Lombardia, sob os Habsburgos. Para isso precisava do auxílio de Napoleão III, imperador dos Franceses. Este, considerado um *parvenu* pelas outras famílias reinantes, impôs como condição o casamento do primo Napoleão Jerónimo¹⁹ com Clotilde de Sabóia e os Italianos viram na anuência da princesa uma imolação à pátria. O historiador Antonio Monti considerou-a, depois do pai, “o melhor fruto” da Casa de Sabóia oitocentista, figura a merecer “grandioso monumento nacional”²⁰. O seu colega Francesco Cognasso afirmou que o sim da princesinha fez a Itália²¹. Eduardo Brazão, por sua vez, escreve que se tem

¹⁹ O seu verdadeiro nome era Napoleão José Bonaparte, mas Napoleão III exigiu que se identificasse como Napoleão Jerónimo para se distinguir dele próprio. Napoleão José era filho de Jerónimo Bonaparte, ex-rei da Vestefália e irmão do imperador Napoleão I.

²⁰ MONTI, A., 1941, p. 193.

²¹ COGNASSO, F., 2002, p. 645.

exagerado e romantizado o seu sacrifício. “O que não lhe perdoavam era ele ser um Bonaparte!”²². Seja como for, Clotilde tornou-se uma heroína em Itália, até porque, sendo muitíssimo religiosa, ganhou foros de santidade. Depois, em 1878, regressou ao país natal e não mais de lá saiu. Assim sendo, Clotilde permanece na memória colectiva italiana enquanto Maria Pia, que fez a sua vida em Portugal, está completamente esquecida no país que a viu nascer e morrer.

Em Janeiro de 1859 Maria Pia perdeu, pois, a companhia da irmã, que foi residir na corte francesa. A 8 de Junho, Vítor Manuel II e Napoleão III entraram em Milão. Depois, num movimento imparável, o rei da Sardenha anexou a Marca e a Úmbria, territórios papais. Pio IX excomungou-o a 26 de Março de 1860. O acordo com a França obrigara Vítor Manuel a ceder a esse país o condado de Nice e a Sabóia, território ancestral da família que usava o seu nome. Como teria Maria Pia, então com 12 anos, vivido tudo isto, ela que era educada num ambiente muito religioso e de exaltação da sua linhagem? Finalmente, em Novembro, Garibaldi e Vítor Manuel entraram triunfalmente em Nápoles, desaparecendo o reino das Duas Sicílias.

No ano seguinte, em Fevereiro de 1861, Vítor Manuel convocou o primeiro parlamento do reino de Itália e em Março tornou-se o seu primeiro rei, com o nome Vítor Manuel II, fazendo ressaltar a continuidade da dinastia. Para a unificação total da península faltavam apenas os territórios de Roma e de Veneza, este pertencente à Áustria, cujo chanceler era Renato de Habsburgo, cunhado de Vítor Manuel. Em Junho, o novo reino foi reconhecido pela França e logo de seguida por Portugal, o 2º país a fazê-lo. Outras nações se seguiram, mas Vítor Manuel era malvisto pelas famílias reais da Europa, tanto pelo seu confronto com o papa e o imperador da Áustria, como por ter destronado o rei de Nápoles. Neste contexto, percebe-se que o rei de Itália tivesse todo o interesse em estabelecer laços estreitos entre a sua Casa e uma outra família reinante católica e constitucional. A família real portuguesa era excelente, até porque Vítor Manuel acreditava que também na Península Ibérica se faria a união política. Portugal podia ser aí o que o Piemonte fora na Itália. E o rei da Ibéria

²² BRAZÃO, E., 1963, p. 357.

seria seu genro, pois a sua filha mais nova crescia a olhos vistos. Nesse ano, Vítor Manuel diz a Clotilde que se visse a irmãzinha ficaria espantada, pois está mais alta do que ela e muito bonita²³.

3. Casamento e nascimento dos filhos

Em 1861, estando viúvo o jovem rei de Portugal D. Pedro V, circulou o boato, tanto em Portugal como em Itália, de que iria casar com Maria Pia de Sabóia²⁴. Os rumores tinham fundamento. Nada fora tratado por parte de D. Pedro, mas o 1º ministro italiano, Cavour, enviara nesse ano a Lisboa o marquês Caracciolo di Bella para sondar o soberano português. As negociações não avançaram, embora em Itália a ideia não fosse abandonada²⁵. Em Paris, Clotilde de Sabóia ouviu também dizer que a irmã iria casar na família real portuguesa e pediu ao pai informações exactas. Este respondeu-lhe a 26 de Outubro dizendo-lhe, talvez mentindo, que a “embrulhada” fora obra dos diplomatas italiano (Nigra) e português (visconde de Paiva) em Paris e do ministro português dos Negócios Estrangeiros (Ávila), sem que ele nem o rei de Portugal o soubessem²⁶. A 9 de Novembro Vítor Manuel alude novamente ao assunto, informando Clotilde que “nada mais se soube sobre isso e as coisas continuam nos termos que sabes”²⁷.

Mas nesse mesmo mês, a hecatombe dos Braganças foi ainda mais impressionante do que a dos Sabóias em 1855. A rainha D. Maria II, que morrera em 1853, deixara duas filhas (Maria Ana e Antónia) e cinco filhos (Pedro, Luís, João, Fernando e Augusto). O seu sucessor, D. Pedro, casou-se em 1858, mas a jovem rainha Estefânia de Hohenzollern faleceu sem filhos no ano imediato. Antes disso, uma das infantas, Maria Ana, fora casada na Saxónia e, na viuvez do rei, casou-se a infanta mais nova, partindo

²³ SAVOIA, V. E., 1966, p. 679 e 683, cartas de 11.2.1861 e 13.3.1861.

²⁴ Textos de Sá da Bandeira cit. por VILHENA, J., 1922, p. 175 e do representante português em Itália, cit. por BRAZÃO, E., 1966, p. 59-60.

²⁵ GHISALBERTI, A. M., 1940, p. 483.

²⁶ SAVOIA, V. E., 1966, p. 720-721.

²⁷ SAVOIA, V. E., 1966, p. 726.

para a Prússia. O rei já se decidira passar a segundas núpcias, mas ainda nada fora resolvido. Restavam na corte portuguesa, além de D. Pedro V, o seu pai²⁸ e quatro príncipes. Em Novembro de 1861, no espaço de dias, morreram o infante D. Fernando e o rei D. Pedro, provavelmente de tifo. D. Augusto adoeceu gravemente. Os outros dois, D. Luís e D. João, tinham ido acompanhar a irmã recém-casada. Quando regressaram, dois irmãos tinham morrido. D. Luís tornou-se rei e D. João adoeceu a seguir, vindo também a falecer em fins de Dezembro. D. Augusto sobreviveu, mas ficou diminuído. A dinastia corria perigo. Havia, é certo, duas princesas, irmãs do rei, mas não poderiam subir ao trono de Portugal. Não por serem mulheres, porque a lei portuguesa não o impedia, mas porque tinham casado com estrangeiros. Assim sendo, restava D. Luís, que tinha de se casar rapidamente para assegurar a descendência. Vítor Manuel de Itália, como todos, sabia isso perfeitamente e sabia também que a sua filha já era púbere, constituindo um trunfo político que podia ser usado.

Logo após a morte de D. Pedro, o governo e o rei italianos insistiram na ideia de casar a princesinha com o rei de Portugal, agora D. Luís²⁹, aclamado a 22 de Dezembro de 1861. Desse mesmo dia data uma exposição do marquês de Sá da Bandeira, ministro da guerra, aconselhando o casamento do rei com a princesa Maria Pia de Sabóia³⁰. Sá da Bandeira invocava interesses nacionais e dinásticos e lembrava que “entre as casas soberanas católicas” havia algumas que não podiam ser contempladas devido aos princípios políticos absolutistas que professavam. Entendia que casar o rei nas famílias de Saxe-Coburgo e de Hohenzollern não traria quaisquer vantagens políticas. Escolher a família de Orleães, inimiga do imperador dos Franceses, poderia acarretar a má vontade dele e tornar-se pretexto para a sua hostilidade. Assim, parecia-lhe ser a princesa de Sabóia a melhor opção. “Esse enlace seria em Portugal muito popular, como

²⁸ Fernando de Saxe-Coburgo-Gotha, intitulado rei D. Fernando II, era apenas rei-consorte. Era primo da rainha Vitória de Inglaterra e de seu marido Alberto, todos Saxe-Coburgo e sobrinhos de Leopoldo II da Bélgica.

²⁹ Ver carta de 2.12.1861 do representante de Portugal em Turim ao ministro português dos negócios estrangeiros em BRAZÃO, E., 1966, p. 57.

³⁰ Cit. por VILHENA, J., 1922, p. 174-175.

mostrou a imprensa periódica liberal, quando correu o boato de que o senhor Dom Pedro havia escolhido aquela princesa, e esta popularidade provém de que a Casa de Sabóia tem dado, desde 1848, as maiores provas da sua adesão ao regime constitucional”. Por outro lado, acrescentava, havia interesse em estabelecer relações de intimidade com a Itália, porque tendo Portugal questões em África com a Inglaterra e a França, e não sendo a Itália uma potência colonial, poderia vir a tornar-se uma aliada que servisse de mediador ou árbitro, pois seria bem aceite pelas outras duas.

D. Luís não acatou o alvitre nem se apressou. Em Março aconselhou-se com a “tia” Vitória de Inglaterra. Como não gostava dos Sabóias, esta considerou que uma aliança com essa família era a que menos convinha, devido à política e sobretudo ao carácter moral de Vítor Manuel II; além disso, afirmava, a princesa era demasiado jovem. Preferia Maria de Hohenzollern, mas temia que os pais, muito abalados com a morte da filha mais velha (Estefânia, rainha de Portugal), não consentissem nessa união. Se não fosse esta possível, a melhor escolha era Teresa, filha do arquiduque Alberto da Áustria³¹. Entre Janeiro e Junho de 1861 os jornais portugueses tanto garantiam que o rei casava com Maria de Hohenzollern, como com Teresa de Habsburgo ou com Maria de Sabóia. O ministro Sá da Bandeira insistia nesta última, mas D. Luís escolheu a princesa austríaca, o que desagradou ao ministério, que era de esquerda liberal e via com muitos maus olhos uma aliança com os Habsburgos, que de forma alguma podiam ser considerados uma bandeira da liberdade política. A questão resolveu-se porque o arquiduque recusou a pretensão do rei de Portugal, escudando-se na juventude da filha³².

A 16 e 17 de Junho as câmaras dos deputados e dos pares aprovaram a dotação da futura rainha, cujo nome não foi mencionado, e D. Luís pediu a mão de Maria Pia de Sabóia em carta escrita a Vítor Manuel no dia 18³³, sabendo que seria aceite. É que os contactos com Itália tinham prosseguido. Vítor Manuel leu a missiva a 3 Julho e deve ter informado a filha no

³¹ PAIXÃO, V. B., 1965, p. 14-15; SILVEIRA, L. E. e FERNANDES, P. J., 2006, p. 38.

³² PAIXÃO, V. B., 1965, p. 18-19; SILVEIRA, L. E. e FERNANDES, P. J., 2006, p. 39.

³³ ANTT, ACR, cx. 7341. Pub. na íntegra por SILVEIRA, L. E. e FERNANDES, P. J., 2006, p. 40.

próprio dia, como declarou, pois no dia 4 o conde de Nigra (prefeito do palácio) procurou Borges de Castro (representante diplomático de Portugal) para lhe perguntar, a mando de Maria Pia, “quais eram as princesas da família real que residiam em Lisboa e em que relações se achavam para com S.M.”³⁴. As informações prestadas pelo representante de Portugal não eram animadoras para uma princesinha de 14 anos. É que, embora as relações fossem boas, só viviam em Lisboa a infanta D. Isabel Maria de Bragança, tia-avó do rei, e Amélia de Beauharnais, viúva de D. Pedro IV, avô de D. Luís. Tinham 61 e 50 anos e praticamente não abandonavam as suas residências.

Como prometera, Vítor Manuel respondeu no dia 6 de Julho. E como todos sabiam antecipadamente, respondeu com um sim. Nesse mesmo dia, D. Luís soube por telegrama que Vítor Manuel e Maria Pia consentiam no casamento e que o correio do gabinete seguia no dia seguinte com a carta do rei³⁵. Nesta, Vítor Manuel afirmava que o pedido lhe tocara o coração de rei e de pai e lhe agradara profundamente. Consultara a filha que lhe manifestou o seu inteiro assentimento e “o desejo de poder fazer feliz” o futuro marido. Ele, rei, ao consentir, renovava antigos laços de família e tinha a certeza de que o enlace seria “acolhido com entusiasmo em Itália”, onde não se esquecia “a nobre e afectuosa hospitalidade” com que Portugal recebera o seu pai. Referindo-se à filha, afirmava que, apesar da sua “grande juventude”, as suas “qualidades de espírito e de coração” e “os sentimentos em que foi educada” faziam esperar que fosse digna do rei de Portugal e do seu amor e que tudo faria para merecer cada vez mais a afeição que o povo português já lhe votava.

Mas Vítor Manuel foi mais longe, longe demais, numa autêntica imprudência política. O último parágrafo antes das saudações finais reza desta forma: “Aproveito, Senhor, esta feliz circunstância para vos desejar, assim como à vossa nação, o cumprimento de destinos gloriosos. Desejo muito que a estrela que até hoje tão favorável foi a Itália, possa também proteger da mesma maneira os povos confiados ao ceptro e à sabedoria de Vossa

³⁴ Em BRAZÃO, E., 1966, p. 97-98.

³⁵ ANTT, ACR, cx. 7496.

Majestade”³⁶. Não há dúvida que Vítor Manuel via Portugal como um novo Piemonte que unificaria a península. E queria a sua família ligada a essa glória. Para isso incentivava o futuro genro. É evidente que tal parágrafo não poderia ser do conhecimento público. Que tempestades políticas internas e externas não poderia provocar! O governo de Espanha não se calaria e em Lisboa seria pretexto de imediato esgrimido pelos políticos descontentes. As reacções da Inglaterra e da França também eram previsíveis e é bem possível que D. Luís se visse pressionado a retirar o pedido de casamento e/ou Vítor Manuel a voltar com a palavra atrás. Mas nada disso aconteceu, pois os votos do rei de Itália não chegaram ao domínio público. O casamento foi anunciado oficialmente no parlamento italiano a 11 de Julho de 1862 e no dia seguinte Vítor Manuel informou os outros filhos por telegrama: “O rei de Itália ao príncipe Humberto. Anuncio-te a ti e aos teus irmãos o ajuste de casamento da tua irmã com o rei de Portugal. Estou certo que ficareis contentes”³⁷.

O entusiasmo foi enorme em Itália quando se soube do noivado. Agradava ao povo porque a princesa casava com um rei e não com o primo mal afamado do imperador francês, parente do antigo invasor; aos políticos porque acreditavam que Portugal, país de liberdades constitucionais, seria o Piemonte da península. Ao saber a notícia, a câmara de deputados italianos aplaudiu longamente. Um deputado declarou que seria uma lição para a Espanha. A comissão que foi cumprimentar Vítor Manuel referiu-se aos “gloriosos destinos” que esperavam os dois povos. A deputação do senado italiano, que também aplaudiu, mencionou o sagrado culto à liberdade comum aos dois povos e à alta conveniência política e evocou Matilde de Sabóia, mulher de Afonso I de Portugal, e Isabel, mulher de Pedro II³⁸.

Em Portugal os sectores progressistas rejubilaram com a escolha de Maria Pia. Escreve-se no *Archivo Pittoresco*: “O enlace da neta de Carlos Alberto, fundador da liberdade de Itália, com o neto de D. Pedro IV, libertador de

³⁶ ANTT, ACR, cx. 7336. Pub. em PAIXÃO, 1965, p. 4-5, SAVOIA, V. E., 1966, p. 746-747 e SILVEIRA, L. E. e FERNANDES, P. J., 2006, p. 41-42.

³⁷ GHISALBERTI, A. M., 1940, p. 483 e SAVOIA, V. E., 1966, p. 747.

³⁸ *O Conimbricense*, 26.7.1862, p. 2, 4. Sobre as rainhas Matilde e Isabel, ver capítulos 1 e 5 deste livro.

Portugal, não podia deixar de merecer o louvor do povo português e o consenso de todas as nações livres”³⁹. Os conservadores reagiram como se esperava. O jornal *A Nação* anuncia no dia 15 de Julho, sem qualquer benevolência: “A princesa escolhida é filha de um excomungado”⁴⁰. Maria Pia estava para sempre ideologicamente conotada. Também a rainha Vitória reagiu mal, despeitada por verificar que D. Luís não seguira os seus conselhos⁴¹.

Foi o visconde da Carreira, camareiro-mor, quem negociou o contrato de casamento, sendo os plenipotenciários de Vítor Manuel o general Durando (ministro dos Negócios Estrangeiros) e o conde Nigra. As negociações foram breves. Carreira foi recebido em Turim a 3 de Agosto e a 9 o acordo era assinado. O Senado e câmara de deputados tinham já aprovado a despesa de 500.000 libras com o dote da princesa (lei de 15 de Julho desse ano).

A correspondência dos jovens Luís e Maria Pia, entre Julho e Setembro desse ano, revela um noivo que procura conquistar a sua prometida, que se impacienta por a conhecer e por lhe tocar e que idealiza um futuro doméstico feliz e pleno de afecto. De início muito contida, a adolescente abre-se cada vez mais e apaixona-se. O próprio Vítor Manuel se apercebe e, na hora da partida, teme que a filha seja magoada pela realidade conjugal. Deixando falar o pai que existia nele, pede bondade e carinho para a filha numa carta que escreve ao genro:

“Meu querido filho

O teu casamento com a minha filha acaba de se celebrar; que o Bom Deus vos abençoe aos dois e eu, pela minha parte, abençoo-vos do fundo do coração e desejo-vos toda a felicidade.

Agora só desejo saber que ela te agrada.

A pobre criança já te ama muito e fará tudo o que puder para te ser agradável, mas sendo ainda tão jovem e tendo ainda tão pouco uso do mundo, peço-te que tenhas compaixão dela e lhe mostres ainda um pouco o que deve fazer.

³⁹ *Archivo Pittoresco*, 1862, p. 305

⁴⁰ Cit. por SILVEIRA, L. E. e FERNANDES, P. J., 2006, p. 53.

⁴¹ Carta de 2.8.1862, cit. por PAIXÃO, V. B., 1965, p. 19-20 e por SILVEIRA, L. E. e FERNANDES, P. J., 2006, p. 41.

[...]

Adeus, abraço-te de todo o meu coração, envia-me um telegrama quando tiveres visto Maria.

Teu pai muito afeiçoado

Vítor Manuel⁴².

A 4 de Setembro D. Luís anunciou oficialmente às cortes o seu casamento. No dia seguinte o contrato matrimonial foi aprovado por unanimidade nas duas câmaras e a 9 o rei ratificou-o. A comitiva que ia buscar a rainha partiu para Itália quatro dias depois. Turim preparava-se para a cerimónia. No dia 27 de Setembro de 1862 a princesa Maria Pia, com 14 anos e 11 meses, casou-se por procuração na catedral de Turim. O noivo foi representado pelo príncipe Eugénio de Sabóia-Carignano e oficiou o arcebispo de Génova, monsenhor Charvaz. Ao sair da igreja, a adolescente era rainha. Casada com quem não conhecia e rainha de um país que nunca vira, como em geral sucedia a quem se casava com reis. Tornara-se a primeira em dignidade em toda aquela multidão, sendo apenas superada pelo pai. De imediato recebeu as homenagens que a comitiva portuguesa prestava à sua rainha. D. Luís foi informado por telegrama de que o casamento se realizara. Havia agora uma rainha de Portugal. Por todo o reino as fortalezas dispararam salvas de canhão, repicaram sinos, estalaram foguetes, celebraram-se cerimónias religiosas de acção de graças.

A jovem rainha partiu no dia seguinte para Génova, acompanhada pelo séquito português e pela família real italiana. No dia 29 D. Maria Pia deixou a Itália. Seguiram com ela o irmão Humberto, príncipe herdeiro, e os condes de Villamarina. No dia 5 de Outubro, de manhã, a esquadra luso-italiana chegou ao largo de Lisboa. Ao seu encontro seguiram o infante D. Augusto, o duque de Saldanha e os oficiais-mores. D. Augusto era portador de uma carta de D. Luís: “Minha querida e bem amada Maria: Ainda algumas palavras antes de te ver. Estas palavras, contudo, indicam-nos que em breve nos veremos e para sempre. [...] Como serei feliz ao

⁴² Carta confiada ao marquês de Loulé e parcialmente publicada por SAVIOTTI, G., 1941, p. 97, 100. Original em francês. Tradução minha.

ver-te, ouvir a tua voz e poder dizer: finalmente, estou junto da minha bem amada Maria. Seguirei pouco depois desta carta. Crê sempre na afeição do teu, todo teu, Luís”⁴³.

A corveta, com a rainha, fundeou em Belém onde uma multidão se acovelava e foi aí que às 3h da tarde, embarcando na galeota real, o rei foi ao seu encontro. Conheceram-se, finalmente. Ela viu um jovem louro de olhos azuis e aspecto germânico, uma figura agradável, mas denunciando já tendência para a obesidade. Era e foi sempre de uma grande afabilidade. Não admira que tenha agradado à jovem esposa que, mais tarde, terá confidenciado: “apenas cheguei a Lisboa e vi el-rei, gostei mais dele do que gostava no retrato”⁴⁴. Quanto ao rei, tinha diante de si uma adolescente que, segundo os critérios clássicos, não podia ser chamada uma formosura. Sobressaíam os cabelos fartos e exuberantes, de cor arruivada; “o certo é que os poetas [da época] lhe cantavam mais as glórias da linhagem do que as maravilhas da plástica embrionária”. “O tempo ia modificá-la muito”, como afirma Malheiro Dias, um seu admirador que não a conheceu nesse tempo⁴⁵. No mesmo sentido escrevera Benevides em 1879: “Era D. Maria Pia de Sabóia muito jovem quando se desposou com o rei de Portugal; o seu físico não era ainda o que depois se mostrou”⁴⁶.

Havia que ratificar o casamento, isto é, os noivos deveriam repetir em presença os seus juramentos e juntos receber as bênçãos. Na verdade, Luís e Maria Pia eram já casados. O verdadeiro objectivo da cerimónia era encenar a realeza, proporcionar ao público um espectáculo de glorificação da dinastia, captar a adesão popular. O dia 6 de Outubro de 1862 esteve magnífico. O sol brilhante, o Tejo cheio de navios engalanados e Lisboa enfeitada com bandeiras e arcos triunfais, ofereciam um belo espectáculo. A cidade estava apinhada de gente que viera para assistir aos festejos. Nos dias anteriores, no Porto, havia uma multidão aguardando o embarque, pois

⁴³ Cit. por PAIXÃO, V. B., 1965, p. 23-24. Original em francês. Tradução minha. Maria Pia correspondeu-se sempre em francês com o marido e os filhos. As traduções para português são da minha responsabilidade, à excepção dos trechos publicados por Luís Espinha da Silveira

⁴⁴ Apud TINOP, 1939, p. 160.

⁴⁵ DIAS, C. M., 1912^b, p. 98-99.

⁴⁶ BENEVIDES, F. F., 2007, p. 625.

esgotaram-se os lugares nos vapores de carreira e na mala-posta⁴⁷. As hospedarias da capital encheram, as janelas alugaram-se. Ao meio-dia, o rei embarcou no Terreiro do Paço e foi no bergantim real buscar a rainha à corveta que tinha fundeado em frente. Embarcaram juntos para terra, rodeados de galeotas, escaleres, embarcações embandeiradas e cheias de gente. O barulho era ensurdecedor provocado pelas salvas no castelo de S. Jorge, nas torres e navios, pelos foguetes, sinos, vivas da população. A câmara municipal mandara erigir no Terreiro do Paço um pavilhão representando o templo de Himeneu. A rainha foi recebida no Cais das Colunas, debaixo do pátio da câmara, e no pavilhão procedeu-se à cerimónia da entrega das chaves da cidade. Depois iniciou-se o cortejo para a igreja de S. Domingos. A catedral andava em obras, que foram aceleradas para permitir que aí se realizasse a ratificação matrimonial, mas não foi possível concluí-las.

Era agora que a multidão se atropelava para ver a rainha que trajava um vestido de seda branca da Hungria, saía sobreposta de renda de Alençon com apanhados na altura de meia saia onde se prendiam laços azuis e brancos, as cores de Portugal. Na frente, o diadema oferecido pelo noivo e flores de laranjeira entrançadas no cabelo. Organizou-se o cortejo de mais de 300 carruagens e 14 coches da casa real. No total, 108 cavalos e 112 criados de libré. Atrás do último coche, a guarda real dos archeiros. “Fechava o préstito o [...] estado maior e a cavalaria, na força proximamente de mil cavalos. Formavam alas nas ruas do trânsito a tropa de infantaria”⁴⁸. A cerimónia religiosa, conduzida pelo cardeal-patriarca, iniciou-se às 15h. Depois da celebração, o mesmo cortejo regressou ao Terreiro do Paço “e no pavilhão viram desfilar as tropas na força de seis mil homens, comandadas pelo duque de Saldanha. Acabada a revista retiraram-se os reis fidelíssimos ao paço da Ajuda com o mesmo préstito”. Nas ruas havia arcos e outras decorações. O cortejo chegou ao paço da Ajuda às 20h30m, fazendo todo esse longo percurso entre a multidão que aclamava os reis. “A candura infantil, o agrado e a afabilidade com que a mimosa princesa, alta e esbelta, correspondia às aclamações do povo, que a saudava e vitoriava em todas as praças e ruas

⁴⁷ *O Conimbricense*, 4.10.1862.

⁴⁸ BENEVIDES, F. F., 2007, p. 620.

do trânsito, granjearam-lhe desde logo as gerais simpatias”. “Com a noite começaram os festejos populares, iluminando-se toda a cidade”⁴⁹. Em Coimbra, como em muitas outras cidades, saciava-se a curiosidade pública: “A rainha D. Maria Pia de Sabóia é uma senhora de fisionomia mui agradável, simpática e expressiva. É de elevada estatura e mui airosa. Os seus cabelos são loiros e os olhos vivos e pretos; a sua tez é alvíssima. Todas as pessoas que têm tido a honra de falar a S.M. vêm cativados da sua extrema amabilidade e delicadeza”⁵⁰. Mas ocultava-se o que era considerado um defeito grave: com esta idade Maria Pia era sardenta.

Decorreram mais três dias de gala com as ruas de Lisboa pejadas por uma multidão de milhares de pessoas. “O entusiasmo por este auspicioso enlace tem chegado ao delírio”⁵¹. A iluminação e os ornamentos das ruas permaneceram até ao aniversário da rainha, que passaria a ser dia de grande gala. A 6 de Novembro, o príncipe Humberto e os condes de Villamarina regressaram a Itália. Era o último elo familiar que se desprendia. Uma furtiva lágrima no rosto da rainha-menina?

Consumada a separação da família de origem, após o atordoamento inicial pelas festas sucessivas, costumes e língua estranhos, pessoas a conhecer e a não confundir, havia que fazer a integração, estabelecer rotinas, iniciar a sua vida de rainha. Maria Pia vivera o seu “estado de margem” neste ritual de passagem definitivo e tão precocemente vivido. Os Sabóias eram unidos e souberam apoiar a irmã mais nova. Clotilde comunica as suas impressões a Otão, o irmão inválido: “Espero que Maria Pia esteja feliz. Luís é muito bom e parece querer-lhe muito bem. Foi muitíssimo bem acolhida em Lisboa e creio que saberá fazer-se amar e venerar por todos; é ainda muito jovem, mas com a ajuda do Senhor tudo correrá bem”⁵². Amadeu escreve-lhe, assim como o fazem a condessa de Villamarina e Virgínia Panizzardi, antiga professora de pintura. E, acima de tudo, D. Luís era uma pessoa delicada e bondosa. Foi, decerto, meigo e cuidadoso com a criança que lhe entregavam.

⁴⁹ *Archivo Pittoreco*, 1862, p. 244, 305-306.

⁵⁰ *O Conimbricense*, 11.10.1862.

⁵¹ *O Conimbricense*, 11.10.1862.

⁵² Cit. por MONTI, A., 1935, p. 128-129.

Maria Pia foi feliz nesta altura, apesar dos constrangimentos da vida da corte e, sobretudo, das saudades da família e da pátria. Por isso quer os irmãos junto dela, que a visitem em Lisboa. D. Luís faz-lhe a vontade e convida Amadeu, que aceita⁵³. Contudo, esta visita não se concretizou. Amadeu só viria a Portugal em Outubro desse ano de 1863, para o baptismo do sobrinho, quando Maria Pia se sentia exultante de felicidade. Antes disso, a saudade, palavra que irá adoptar no seu francês corrente, ensombrou os dias. Mas em Março de 1863, respondendo a uma carta do pai, as saudades tinham cedido, face à ternura do marido e à expectativa de ser mãe: “Continuo muito feliz com o Luís, amo-o muito, não creio que se possa amá-lo mais. Ele é tão bom para mim”. “Estou tão contente por ir ser mãe brevemente, e vejo com prazer que partilha da nossa felicidade. Também a mim me parece curioso, por vezes, pensar que com 16 anos serei já mamã”⁵⁴. Meses depois, o jovem casal permanecia muito apaixonado. A rainha, então grávida de 7 meses, escreve ao marido a 30 de Julho:

“Há já um século que não te vejo, meu amor. Vem depressa ter com a tua pequenina que te ama tanto e que não pode ficar sem ti [...]. Dói-me um pouco a cabeça e sinto náuseas, estou certa que é do desgosto de não te ter aqui, meu bem-amado [...]. Amo-te tanto, meu amor, bem o sabes, estou tão feliz contigo e só te tenho a ti, meu amigo. Pensas em mim? Amor, oh!, amo-te tanto que penso constantemente em ti, meu tudo”⁵⁵.

Em carta não datada, mas possivelmente desta mesma altura, D. Luís trata-a por “querido amor” diz-lhe que a ama muito, que longe dela não sente prazer em nada. Numa outra chama-lhe “Ma bonne petite”, e “amour de ma vie”⁵⁶.

⁵³ Cf. Arquivo da Universidade de Coimbra, Espólio Martinho da Fonseca, VI, 3ª, 1, 3, cx. 14, sem nº, carta de 23.1.1863.

⁵⁴ Archivio di Stato di Torino (AST), Legato Umberto II, 1º versamento, cartella 31. Agradeço aos Doutores Marco Carassi e Federica Paglieri do Archivio di Stato di Torino o profissionalismo e a simpatia com que me atenderam e que tanto facilitaram esta investigação. Não localizei as cartas que D. Maria Pia recebeu do pai. Estarão no Palácio Nacional da Ajuda, cujo acesso me foi vedado?

⁵⁵ Carta pertencente ao arquivo particular de Humberto II. Extracto publicado em LOURO, F., 1976, p. 182. Tradução minha.

⁵⁶ ANTT, ACR, cx. 7488. A 1ª em SILVEIRA, L. E. e FERNANDES, P. J., 2006, p. 60.

Maria Pia deu à luz no dia 28 de Setembro de 1863. Quinze minutos depois os lisboetas ouviam 101 tiros de canhão que anunciavam o nascimento de um príncipe. Um rapaz saudável que nenhuma apreensão provocava. Os familiares ausentes foram de imediato informados por telegrama. Vítor Manuel entenece-se com a filha mais nova. Em resposta a Clotilde que lhe enviara uma fotografia do filho, diz-lhe: “a pobre Maria, que é ela própria uma pequenita, acaba de fazer, também ela, um outro pequenito”⁵⁷. O baptizado solene do príncipe herdeiro realizou-se na igreja de S. Domingos a 19 de Outubro, mas Maria Pia não compareceu, conforme os usos da época. Só agora foram conhecidos os nomes do príncipe e os pais fizeram uma inovação que, de imediato, escandalizou: o primeiro nome seria Carlos. É óbvio que Maria Pia estava por trás disso, pois Carlos era um nome desde há muito usado na Casa de Sabóia. A jovem rainha já se impunha e não devem ter sido poucas as pressões que sofreu por causa do nome do herdeiro da Coroa.

A 31 de Julho de 1865, D. Maria Pia teve o seu segundo filho. O novo infante foi chamado Afonso Henriques, o que, evocando o 1º rei português, recordava a 1ª aliança entre os Sabóias e a Casa reinante portuguesa. Adivinha-se qual seria o nome escolhido, se em vez de Afonso tivesse nascido uma menina. Mas haverá, muito mais tarde, uma Mafalda na Casa de Sabóia, sobrinha-neta de Maria Pia, que esta apadrinhará.

Segundo as regras de etiqueta, os segundos filhos deviam ter como padrinho o avô materno. Quando nasceu D. Afonso, em 1865, D. Luís e D. Maria Pia receberam pressões para que não convidassem Vítor Manuel por estar excomungado e por se recear uma reacção papal. D. Luís não se importou e convidou o sogro para apadrinhar o filho, mas Vítor Manuel, demonstrando igual cortesia, declinou o convite para não criar embaraços a Portugal⁵⁸. Dois meses depois, os monarcas portugueses foram visitá-lo a Itália e levaram consigo o príncipe herdeiro.

⁵⁷ SAVOIA, V. E., 1966, p. 764.

⁵⁸ Cf. ANTT, ACR, cx. 7335. O padrinho veio a ser Napoleão III, para grande contrariedade da madrinha, Amélia de Beauharnais, que detestava o imperador dos Franceses, apesar de serem primos coirmãos.

Maria Pia nutriu sempre um grande afecto pela família, o que foi crucial para as relações dos dois países. Apesar dos esforços papais para que as relações entre Portugal e Itália se rompessem, isso nunca aconteceu durante o reinado de D. Luís. O que se deve à união das duas famílias reinantes e à personalidade de Maria Pia. E também do rei, há que sublinhar-se, que sempre apoiou a esposa e estimava a família italiana.

4. O magnetismo da rainha e as viagens a Itália no reinado do pai

A partir dos 18 anos e até à viuvez, aos 42 anos, Maria Pia impressionava pelo seu porte majestático, elegante e amável. O povo simples estava conquistado pela beleza, sorriso e fama de caritativa. Os mais selectos rendiam-se: “a soberana reúne todas as graças de mulher, dignidade e nobreza da rainha e os requintes da mais simpática amabilidade”, escreve Benevides em 1879, “entre todas as damas das diversas classes sobressai e distingue-se sempre Maria Pia de Sabóia; é verdadeiramente rainha pela graça, majestade e elegância, como o é pela sua posição a consorte do chefe de estado”. Segundo ainda este testemunho, “há muitos retratos de Maria Pia de Sabóia; não há, porém, nenhum que se possa dizer perfeito como semelhança”⁵⁹. O mesmo afirma, muito mais tarde, Malheiro Dias, que considera que a rainha não teve a sorte de ter sido bem retratada por um pintor ou escultor genial, pois ninguém conseguiu captar “o seu inolvidável poder de ofuscação”⁶⁰. A princesa Rattazzi, que esteve em Portugal em 1876 e 1879 e publicou o seu livro em finais deste ano, descreve-a desta forma: “Naturalmente distinta, bem que um pouco caprichosa, encanta toda as pessoas que merecem o singular favor de querer a rainha agradecer-lhes. Sem que se lhe possa chamar formosa, há na linha ondulante do seu corpo traços prestigiosos de uma beleza incontestável. De manto de corte suspenso do ombro, como geralmente o usa, em vez de partir da

⁵⁹ BENEVIDES, F. F., 2007, p. 625.

⁶⁰ DIAS, C. M., 1912^b, p. 98.

cintura, raras mulheres terão como ela o grande ar majestoso e imponente”⁶¹. Também a nora, quando a conheceu em 1886, salienta no seu diário: “Nenhuma mulher tem um ar mais régio e mais imponente”⁶².

Quando os reis portugueses fizeram a sua primeira viagem ao estrangeiro, em 1865, Maria Pia estava já transformada, impressionando ambientes tão exigentes e cosmopolitas como o de Biarritz, onde então se encontrava a corte imperial francesa. Relata Prosper de Merimée: “Tivemos a visita do rei e da rainha de Portugal. O rei é um estudante alemão muito tímido; a rainha é encantadora. Lembra muito a princesa Clotilde, mas para melhor; é uma edição corrigida. Tem a tez de um rosa e de um branco raros, mesmo na Inglaterra. É verdade que tem os cabelos ruivos, mas de um ruivo muito escuro, agora na moda. É muito amável e polida”⁶³.

Com o príncipe D. Carlos, que iam apresentar ao avô, e numerosa comitiva, os reis tinham saído de Portugal a 3 de Outubro. Depois de visitarem os imperadores franceses, chegaram a Turim no dia 25. Mas Turim deixara de ser a capital da Itália, que era agora Florença, enquanto se sonhava com Roma. Assim, depois de terem passado quase um mês no Piemonte, havia que organizar a recepção que um rei faz a outro rei, o que só podia ser na capital. Dirigiram-se, pois, para Florença, onde foram solenemente recebidos e instalados no palácio Pitti a 22 de Novembro, quatro dias depois da abertura do Parlamento. Vítor Manuel quis que fossem recebidos com magnificência real. Um cortejo de coches levou-os da estação ao palácio. “O aspecto juvenil, a fisionomia aberta e sorridente da filha de Vítor Manuel, conquistou os florentinos de imediato. A nova capital viu pela primeira vez todo o esplendor da corte de Sabóia e regozijou-se com ele: a população festejou muito os soberanos de Portugal e os outros príncipes, atropelando-se nas ruas à sua chegada, apesar da chuva forte e persistente”⁶⁴. Foi em sua honra que na improvisada capital da Itália se realizou o primeiro baile de corte, a 25 de Novembro. No dia seguinte os reis portugueses partiram

⁶¹ RATAZZI, 1997, p. 86.

⁶² Cit. por CATINOT-Crost, 2000, p. 62.

⁶³ Cit. por ORTIGÃO, 1992^c, p. 65-66.

⁶⁴ PESCI, 1904, p. 80.

para San Rossore (Pisa)⁶⁵. A 2 de Dezembro saíram de Itália, rumo a Paris. Tinham estado em Turim, Florença, Génova e Milão. Vítor Manuel ofereceu-lhes jantares, bailes e caçadas, o município de Turim um concerto, os de Florença e Milão bailes.

O ano de 1866 foi muito difícil para D. Maria Pia. A 22 de Janeiro faleceu o irmão Otão, com 19 anos. A dor da rainha deve ter sido enorme, pois Maria Pia sempre votou aos seus um amor incondicional. Em Junho, reben-tou a guerra entre a Itália e a Áustria que arrancou o Veneto ao domínio austríaco. Vítor Manuel avisara a filha, logo em Abril, que o conflito estava iminente e que celebrara com a Prússia um tratado secreto de aliança ofensiva e defensiva⁶⁶. Maria Pia sentiu uma angústia imensa e vibrou de patriotismo. Como ela desejaria ser homem e estar lá em combate! Mas não era. Não tinha qualquer papel a desempenhar na construção do seu país. A 2 de Junho escreve a Virgínia Panizzardi: “Meu Deus, que coisa terrível é a guerra! Oh pobres Italianos! Queira Deus que a guerra se possa ainda evitar; eu ainda o espero. Rezo constantemente pelos Italianos e pela minha família; não podendo infelizmente participar da sua sorte, desejaria ao menos estar em Itália, junto dos meus. Mas esta distância, neste momento, faz-me realmente mal. Oh, como os invejo por poderem dar a sua vida pela Pátria! Como eu daria com alegria a minha vida pela Itália...”⁶⁷. Contudo, a guerra foi breve e vitoriosa para a Itália. A rainha de Portugal pôde sossegar e, no dia do 1º aniversário de Afonso, que era de grande gala pelo juramento da Carta Constitucional, uma esplêndida festa na Ajuda anunciava a bonança. Não por muito tempo. Neste ano de 1866, D. Maria Pia sofreu um aborto espontâneo. As informações veiculadas pelo paço foram parcimoniosas, o que envolve este acontecimento em algum mistério. A gravidez não fora anunciada, nunca se esclareceu qual o tempo de gestação e o dia exacto em que ocorreu o aborto. Mas, muito provavelmente, terá acontecido a 27 de Novembro e o feto teria entre 5 a 6 meses. Que a criança estava sem vida ao nascer, não pode oferecer dúvida, pois caso contrário

⁶⁵ FIORENTINO, 2008, p. 28.

⁶⁶ SAVOIA, V. E., 1966, p. 872.

⁶⁷ Cit. por MONTI, A., 1935, p. 134-135.

teria sido de imediato baptizada e inumada no panteão real como infante de Portugal. Sem baptismo, não podia ser sepultada em solo sagrado. Terá sido isso o que aconteceu? Este episódio está envolto em segredo e pouco mais consegui apurar sobre ele. Mas no último dia do ano Vítor Manuel não conseguia ainda “dissimular a inquietação que lhe causara a notícia do mau sucesso de S.M. a rainha”⁶⁸. Sequelas ou não deste aborto, D. Maria Pia não voltou a engravidar, o que para ela foi um desgosto. Desejava uma filha, que nunca teve. Dez anos mais tarde escrevia, num momento de tristeza, ser “uma grande pena não haver uma princesinha no palácio”⁶⁹.

A partir de 1867, a saúde de Maria Pia começou a ressentir-se. Queixas físicas, mas também períodos de desânimo. Vão suceder-se as viagens por indicação médica. Prescreviam-lhe o uso de águas termais e distrações. O rei quis viajar com ela na Primavera desse ano, mas foi impedido, face às críticas dos jornais e do próprio pai. D. Luís cancelou a viagem. Vítor Manuel insistia em que fossem ao casamento de Amadeu, que se realizaria a 30 de Maio. Pediu à filha que se o marido não pudesse ir, como ele gostaria, lhe pedisse autorização para ir sozinha porque desejava muito vê-la e tê-la com eles⁷⁰. A rainha partiu no dia 4 de Maio. Uma carta dirigida a D. Luís por João de Simas, médico da corte que acompanhou a rainha, parece caracterizar uma depressão⁷¹. Maria Pia entrou em Itália por San Michele e Susa e seguiu para Turim onde chegou às 22h do dia 24. Estavam na estação os irmãos e o príncipe de Carignano. Esperavam no palácio o rei e a duquesa de Génova. O pai conduziu-a aos seus antigos aposentos⁷². No dia 30 realizou-se o casamento de Amadeu com Maria Vitória dal Pozzo della Cisterna, pertencente a uma família da velha aristocracia piemontesa.

D. Maria Pia permaneceu algum tempo em Itália, mas queria o marido junto dela e também a este lhe apetecia viajar. Contudo, os constrangimentos políticos eram grandes. Nos primeiros dias de Junho a rainha conformara-se

⁶⁸ Informação do ministro de Portugal em Itália, cit. por BRAZÃO, E., 1966, p. 238.

⁶⁹ AST, Legato Umberto II, 1º versamento, cartella 16. Carta, em francês, de Delfina Grisi Rodoli em que ela repete essa confidência da rainha (datada de quinta-feira de Páscoa de 1876).

⁷⁰ SAVOIA, V. E., 1966, p. 1179, carta de 29.4.1867.

⁷¹ ANTT, ACR, cx. 7335. Carta datada de Paris, 14 de Maio [1867].

⁷² BRAZÃO, E., 1966, p. 331-335.

com eles. Em carta a D. Luís diz-lhe que se não puder não venha, que cumpra o seu dever como rei. Custa-lhe muito, “mas tu tens mais paciência do que eu, meu querido. Tenho muita pena, mas ficará para outra vez. Diz-me a verdade e eu regressarei, porque agora estou contente por ter revisto os meus e espero que a minha saúde possa restabelecer-se tão bem aí como aqui”. Talvez, acrescenta, seja possível a D. Luís ir a Itália para o casamento de Humberto. Refere-se ainda a um convite para visitar o papa, acerca do qual ainda não falou com o pai porque lhe aborrece ir lá. Dirá que a sua saúde não lhe permitiu ir “et voila tout arrangé”, conclui despachada⁷³. A 3 de Julho D. Luís iniciou, finalmente, a sua desejada viagem ao estrangeiro. D. Maria Pia dirigiu-se de Turim para Veneza e daí para Genebra, onde se reuniu ao marido. Juntos, os reis de Portugal seguiram para Paris. A 11 de Agosto os reis iniciaram o regresso a Portugal. Maria Pia tinha feito furor no mundo da moda. Dois estabelecimentos parisienses ter-se-ão depois valido do seu nome para promover as suas criações, surgindo o “Chapéu Maria Pia” da modista Herst e o “Foulard rainha de Portugal” da *Malle des Indes*.

Em Abril de 1868 a rainha voltou a sair para o estrangeiro. A viagem tinha dois propósitos: assistir ao casamento do irmão Humberto com Margarida de Sabóia, sua prima direita; e fazer uma cura em Bad Ems, no Hesse, estância termal em voga. Mais uma vez D. Luís ficou retido em Lisboa, não se realizando os projectos do ano anterior sobre a sua ida a Itália para assistir ao casamento do cunhado. A rainha partiu de comboio para Itália com D. Carlos, então com 4 anos, no dia 12 de Abril. D. Luís, D. Fernando e D. Augusto acompanharam-nos até à fronteira. A 14 de Abril, o *Diário de Notícias* (DN) noticiava: “El-rei chorou ao despedir-se da consorte e do filhinho, causando-lhe sobretudo dolorosa sensação o melindroso estado de saúde da rainha”. Depois de uma paragem em Madrid, a comitiva chegou a Nice no dia 15, embarcando de imediato para Génova. Aportou aí na manhã de 16 e, horas depois, a rainha chegou a Turim, recebida com todas as honras e aclamada pela população. Em telegrama ao genro, Vítor Manuel comunica-lhe que Maria acabou de chegar e que está bem de saúde, nem parecendo sequer fatigada, mas na semana seguinte

⁷³ ANTT, ACR, cx. 7335, carta sem data.

informa o seu representante em Lisboa que a rainha está muito fraca e esgotada, a precisar urgentemente de ir para as termas⁷⁴.

Na cerimónia nupcial do príncipe herdeiro de Itália, a 26 de Abril, D. Maria Pia apresentou-se pelo braço do pai. As duas Coroas mostravam outra vez a sua união. Na noite do dia seguinte saiu de Turim para Florença, onde chegou na manhã de 28, incógnita, como desejou. A 30 de Abril os recém-casados fizeram a sua entrada solene na capital, onde as festas se prolongaram durante uma semana. A rainha de Portugal “honrou com a sua presença aquelas festas, posto que o seu estado de saúde exigisse que delas se abstinêsse”⁷⁵. As festividades prosseguiram em Génova. Maria Pia foi convidada pelo síndico, mas declinou, agradecendo, devido à sua falta de saúde que não lhe permitia maiores fadigas. Permaneceu em Florença duas semanas. Depois prosseguiu para Veneza, onde chegou a 15 de Maio, tencionando aí estar até 21, mas, acedendo à vontade da família, ficou até 28 para assistir aos festejos matrimoniais, pois os noivos andavam em périplo, celebrando o casamento nas principais cidades, numa encenação de respeito pelas antigas autonomias de um país recém-unificado.

O DN de 7 de Maio noticiou que D. Maria Pia iria a Roma com o fim único de apresentar o herdeiro da Coroa de Portugal a Pio IX, padrinho da rainha. Rocha Martins repete a informação acrescentando que depressa, no meio da agitação e alegria, “perdeu essa vontade”⁷⁶. Mas terá sido assim? Nas cartas que escreve ao marido, D. Maria Pia nunca manifestou qualquer vontade de ver o papa. Muito pelo contrário. Nas duas vezes em que tal hipótese foi formulada, no ano anterior e em 1883, já com Leão XIII, ela não o desejava.

A 11 de Maio a ausência da rainha provocava controvérsia na câmara dos deputados. No projecto ao discurso da Coroa a sua demora foi censurada de forma muito elegante, mas o deputado Carlos Testa, defensor da causa do papa, foi mordaz. Os ânimos empolgaram-se, pois falar de Maria Pia era falar de Liberalismo, da política de Vítor Manuel e do poder temporal do papa. O deputado Santos Silva responde inflamado: “A Itália, gloriosa no

⁷⁴ SAVOIA, V. E., 1966, p. 1312.

⁷⁵ Carta do representante de Portugal em Itália em BRAZÃO, E., 1966, p. 385.

⁷⁶ MARTINS, F. R., 1926, p. 18.

seu passado, grande no seu presente, e que tem diante de si um brilhante futuro, que não há-de ser indiferente aos destinos da civilização, aos povos continentais da Europa e às grandes conquistas da liberdade democrática, que é o alvo a que miram as modernas sociedades, a Itália, Sr. presidente, merece e há-de sempre merecer as simpatias de todos os homens verdadeiramente liberais. A câmara, prestando as suas homenagens à rainha de Portugal, fazendo votos por que a sua viagem seja mais um feliz ensejo para se estreitarem os laços de amizade que unem dois povos e duas dinastias, e mostrando desejos por que o regresso de Sua Majestade e o do príncipe real se não faça por muito tempo esperar, cumpriu o seu dever”. E conclui: “Desenganemo-nos e desengane-se o ilustre deputado que, apesar da sua má vontade, a Itália há-de ser poderosa, há-de ser livre, há-de ser uma das grandes potências da Europa, porque esses são os seus destinos”⁷⁷.

O périplo da rainha continuava. Sentia-se mal e acreditava que as termas a podiam ajudar. No dia 28 saiu de Veneza em direcção a Munique. O acolhimento que por toda a parte recebeu “não podia ser mais lisonjeiro, nem mais cordial”, conclui o representante de Portugal em Itália⁷⁸. “Aclamavam-na; chamavam-lhe: «la reine rousse», a designação que lhe dera Ludovic Halevy”⁷⁹. Durante 20 dias fez os seus tratamentos em Ems. Depois de passar por Paris onde visitou a irmã Clotilde, regressou a Lisboa a 2 de Julho. Mas antes disso reviu o marido que, por gentileza ou propaganda dinástica, foi com o irmão esperá-la à fronteira.

A rotina da corte recomeçara. Havia que desempenhar o seu papel de rainha, dirigir a educação dos filhos, a vida do palácio, as aparições em público.

5. Problemas políticos e diplomáticos

Em Setembro de 1868 rebentou a revolução espanhola e D. Luís e D. Maria Pia foram sugados para o centro da “questão ibérica”. À excepção

⁷⁷ Actas da Câmara dos Deputados, 11.5.1868.

⁷⁸ Em BRAZÃO, E., 1966, p. 386.

⁷⁹ MARTINS, F. R., 1926, p. 19.

do duque de Montpensier, um Orleães, todos os nomes propostos para rei de Espanha eram parentes muito próximos de D. Maria Pia: marido, filhos, sogro, cunhado (Augusto), concunhado (Leopoldo de Hohenzollern), irmão (Amadeu) e primo direito (Tomás). E foi no âmago das conspirações que a rainha partiu para Baden, em Junho de 1869. Que foi fazer? Uma mera cura termal? Emissária secreta para convencer os cunhados Hohenzollern a aceitar o trono espanhol? A rainha desejava, pelo contrário, demovê-los para que o marido se tornasse rei da Ibéria? Seria uma iniciativa dos dois ou iria incompatibilizada com o rei e para o pressionar? A veneração que Andrade Corvo (diplomata e político que se opôs tenaz e indignadamente ao iberismo) sempre sentiu por Maria Pia, faz afastar estas últimas hipóteses. O que terá sido o teor das conversas entre Maria Pia e o imperador Napoleão III, em Paris, antes de prosseguir o seu trajecto? Segundo Rocha Martins, que acredita ter tido esta viagem da rainha o único propósito de convencer os cunhados Hohenzollern a aceitar o trono de Espanha, foi em Baden que ela, através dos grão-duques, entabulou os contactos que ninguém podia perceber⁸⁰. Nada encontrei que o comprovasse.

De Baden, Maria Pia partiu para Itália. Na manhã de 5 de Agosto chegou a Monza. O pai encontrou-a muito bem de saúde, o que não esperava, pois, como diz ao seu presidente do conselho, os telegramas do rei de Portugal fazem sempre supor que a rainha está a morrer⁸¹. Deslocou-se D. Maria Pia a Itália apenas para rever os seus? Foi transmitir ao pai o resultado das suas diligências? Desejava regressar a Itália definitivamente, como se afirmava, desgostosa com a vida conjugal? Pretendia convencer Amadeu e Tomás a recusar o trono espanhol? Ou, pelo contrário, pressioná-los a aceitar? Os documentos disponíveis impossibilitam esclarecer o assunto. O teor da carta ao marido, escrita em Baden, não deixa adivinhar nem conluios políticos, nem especial desejo de estar em Itália. Pelo contrário, D. Maria Pia demonstra vontade de regressar rapidamente⁸². Este é o período mais obs-

⁸⁰ MARTINS, F. R., 1926, p. 23-24.

⁸¹ SAVOIA, V. E., 1966, p. 1441, carta de 11.8.1869.

⁸² ANTT, ACR, cx. 7335.

curo na vida da rainha Maria Pia, tanto a nível pessoal como político, para o qual há mais interrogações do que respostas⁸³.

É conhecida pelo nome de “Saldanhada” uma revolta militar chefiada pelo duque de Saldanha na noite de 18 para 19 de Maio de 1870. O episódio é quase inaudito, pois o velho marechal atreveu-se a comandar um corpo militar rebelde e a ir, altas horas da noite, atacar o paço da Ajuda para obrigar o rei, pela força, a destituir o ministério. A opinião pública foi de repúdio. Em relação à atitude da rainha, os comentários e boatos foram unânimes num aspecto: ficou indignada, manteve-se serena e não perdoou a Saldanha, o que lhe manifestou com toda a altivez e coragem. Quanto à forma como lhe demonstrou a sua indignação, as versões são divergentes: desde os que relatam que o fez usando a frieza glacial, até aos que afirmam que terá proferido uma frase que ficou célebre e que invariavelmente se lhe atribui, embora não haja uma só testemunha do facto. D. Maria Pia ter-lhe-á dito: “Maréchal, si j'étais le maître, je vous fusillerais sur place” (“Marechal, se fosse eu a mandar, fuzilava-o de imediato”). Os boatos mais inverosímeis chegam a descrever o rei fechado num cubículo, morto de medo, e sem conseguir reagir aos incitamentos da esposa. O certo é que no imaginário da época era à rainha que se atribuía a energia, a altivez, o sentido da honra dinástica e a coragem.

No Archivio di Stato di Torino guarda-se cópia de uma carta de D. Maria Pia ao pai, até agora desconhecida, onde lhe relata com pormenor e ao longo de várias páginas todo o episódio da “saldanhada”⁸⁴. Na versão da rainha, não proferiu a célebre frase para Saldanha, mas mostrou a sua cólera não lhe dirigindo a palavra e afirmando publicamente, depois do golpe, que se fosse ela a mandar, o teria detido. E emite declarações surpreendentes: nos primeiros dias o rei manteve-se firme, mas se não o fizesse ela não estava disposta a permiti-lo e ter-se-ia ocupado do assunto. Antes assumir ela o comando do que deixar a regência nas mãos de Saldanha. Todavia, continua Maria Pia na sua carta, o rei conduz bem as coisas, está firme e

⁸³ Ver esta questão com mais pormenor em LOPES, M. A., 2011, pp. 179-184.

⁸⁴ AST, Legato Umberto II, 1º versamento, cartella 31. Apresenta-se aqui apenas um brevíssimo resumo. Ver LOPES, M. A., 2011, pp. 184-189.

atento e ela tem prazer em ajudá-lo o mais que pode sem que se saiba que é ela, para o fazer realçar o mais possível. Permanece muito atenta, querendo perceber porque é que as ideias da república começam a subverter, porque se canta o hino à república ibérica, etc.

Em suma: Maria Pia tem apenas 22 anos e está longe de ser a mulherzinha desequilibrada, oca e fútil que tantas vezes nos foi apresentada. Depois, na correspondência que mantém com o marido em 1873, 1875, 1876, 1883, 1886 e 1888, os comentários e conselhos políticos são correntes, demonstrando que habitualmente conversavam sobre questões de Estado, existindo entre eles uma profunda cumplicidade em assuntos políticos. Demonstram também que Maria Pia estava acostumada a aconselhar e a incentivar o rei, utilizando o apelo às suas qualidades, reforçando a sua auto-estima, como uma mãe que transmite coragem e auto-confiança a um filho um pouco inseguro. Ao mesmo tempo, mais uma vez maternal, enchia-o de recomendações sobre a sua saúde física e psicológica⁸⁵. E, contudo, segundo o testemunho da dama de honor marquesa de Rio Maior, referindo-se aos últimos anos do reinado de D. Luís, nunca na sua presença se falava de política. Maria Pia estava certamente a dizer a verdade quando afirma que ocultava o seu papel. Como veremos, o filho utilizá-la-á mais do que uma vez para negociações diplomáticas. Muito poucos o souberam.

Leopoldo de Hohenzollern aceitou a Coroa de Espanha, mas, perante os protestos franceses e tentando impedir a guerra, voltou atrás. De nada serviu, porque ambos os países a queriam. A 14 de Julho o ministro francês retirou-se de Berlim. Começou a guerra franco-alemã e em Setembro a França estava derrotada. O império caiu, os Bonapartes desapareceram da cena política e nascia a 3ª República francesa. No mesmo mês, Vítor Manuel entrou em Roma que se converteu na capital da Itália. Desabava também o reino papal. Pio IX, auto-enclausurado no Vaticano, passou o resto da vida a combater os Sabóias. Em Janeiro de 1871 foi proclamado o império alemão. Também a Alemanha estava unificada.

⁸⁵ Ver análise pormenorizada da correspondência dos cônjuges em LOPES, M. A., 2011, pp. 192-198; 266-269; 305-310.

Antes de tudo isto, em 26 de Julho de 1870, era dada a notícia oficial que D. Fernando acedia a ser rei de Espanha, impondo algumas condições, nomeadamente a impossibilidade da futura união dos dois países. Como este era o verdadeiro móbil dos Espanhóis ao insistirem nos Braganças, a candidatura morreu definitivamente aqui. Vítor Manuel conseguiu vencer a resistência do filho e Amadeu de Sabóia, duque de Aosta, foi eleito rei de Espanha a 16 de Novembro. Os Espanhóis, após mais de dois anos de busca, tinham encontrado um rei. Vítor Manuel saía vitorioso em toda as frentes: unificara totalmente a Itália, fizera de Roma a sua capital, tinha em Humberto um sucessor, sentara no trono de Espanha o segundo filho. Com Maria Pia e Amadeu, a Península Ibérica era agora do seu sangue. A família Sabóia internacionalizara-se, almejando suceder às antigas Habsburgo e Bourbon. Só um senão tinha ocorrido: a queda de Napoleão III levava a família Bonaparte ao exílio. Clotilde e o marido, até aí no centro da corte imperial francesa, o que não era despreciando, instalaram-se por uns anos na Suíça.

Amadeu I de Espanha foi infeliz no seu reinado e abdicou em Fevereiro de 1873. De imediato, a República foi proclamada, estando ainda os Sabóias em Madrid. Saíram da cidade de madrugada sem guarda de honra, apanhando o comboio para Portugal porque Amadeu tomara a sua resolução sem ouvir o pai e este reagira mal. O embaixador de Portugal acompanhava-os. Ninguém providenciara víveres e houve que se fornecer nas paragens durante a viagem. Em Badajoz ouviram tiros e vivas à República. Em Lisboa tudo mudou. A família real, o governo e muito povo esperavam-nos na estação, recebendo-os com todas as honras. Estavam agora em família, mas o pesadelo ainda não acabara, pois Amadeu, sem o chamado do pai, não se atrevia a regressar a Itália. Finalmente, recebeu-se um telegrama de Vítor Manuel que aprovava a resolução do filho e o informava de que enviara um couraçado para os ir buscar. Amadeu estava perdoado e tanto ele como Maria Pia devem ter sentido um imenso alívio. A 3 de Março os duques de Aosta e os seus três filhos regressaram a Itália.

A 9 de Janeiro de 1878, com 57 anos, morreu Vítor Manuel II. Portugal homenageou-o. Tanto na câmara electiva como na dos pares se ouviram elogios ao defunto e aprovaram-se votos de pesar. Ambas suspenderam os trabalhos por três dias. A rainha, que não ia ao estrangeiro desde 1869,

partiu para Itália, levando consigo D. Carlos em representação do rei. Chegou a Roma às 21h do dia 15 de Janeiro. “Por cá dizia-se que a nossa rainha tentara ver o papa de quem era afilhada, mas que a isso se opusera a Cúria”⁸⁶. E assim se tem sempre escrito. Mas o que se passou não terá sido isso. Senão veja-se o teor dos seguintes documentos:

No dia 15 de Janeiro, quando a rainha estava apenas a algumas horas de Roma, o marquês de Ávila, presidente do Conselho de Ministros, enviou a D. Luís cópia de um telegrama acabado de decifrar. O remetente não é identificado mas percebe-se ser Costa Cabral, marquês de Tomar, nomeado embaixador no Vaticano. O telegrama informava que Simeone, cardeal secretário de estado, acabava de declarar que, de acordo com as ordens do papa, o embaixador de Portugal não poderia ser recebido no Vaticano sem o prévio conhecimento da resolução a tomar por parte do rei e do governo portugueses sobre se continuariam ou não a ver a família real italiana. Se a resolução fosse afirmativa, o embaixador não seria recebido, “pois que assim é altamente prejudicial à posição da Santa Sé”. O embaixador português respondeu-lhe que naturalmente a resolução seria afirmativa e que, mantendo o papa a sua posição, seria quase certa a interrupção das relações diplomáticas. O cardeal retorquiu que Sua Santidade não transigiria. O diplomata pedia, pois, com urgência, instruções ao governo português sobre a matéria⁸⁷. Aquilo que Pio IX exigia, precisamente quando o corpo de Vítor Manuel se encontrava em câmara ardente, revelava uma insensibilidade absoluta, o “coração de pedra” de que muitos o acusavam. Mas o que o movera tinha sido sempre a razão de Estado. Não se tratava das relações (que nunca houve) entre um padrinho e uma afilhada que nem conhecia ou entre o vigário de Cristo e uma católica.

Na carta que enviou ao rei, a acompanhar o texto do telegrama, Ávila considerava tratar-se de um “negócio muito grave e não se deve resolver sem séria meditação”. Parecia-lhe que a resolução portuguesa só podia ser afirmativa, lamentando que o papa tomasse tal decisão quando a rainha

⁸⁶ BREYNER, T., M., 1930, p. 271. Tomás de Melo Breyner (1866-1933), pertencente a uma família aristocrata e cortesã, frequentou o Palácio Real desde a sua infância. Foi depois, até à República, médico da Casa Real. Sentia pela rainha Maria Pia uma profunda admiração.

⁸⁷ ANTT, ACR, cx. 7337.

estava a chegar a Roma. No dia seguinte falaria com o procurador da Coroa, o corpo diplomático e o núncio, considerando que convinha também ouvir o conselho de estado⁸⁸. Mas nesse dia recebeu outro telegrama de Itália, informando que a rainha e o príncipe real estavam alojados no Quirinal⁸⁹, o que, de certeza, tinha sido acordado com D. Luís. Isto é, mesmo que Ávila tivesse veleidades de o impedir para evitar um incidente diplomático, já nada havia a fazer. Ora, no meio desta pendência, quando as relações diplomáticas podiam ser interrompidas a qualquer momento e sabendo Maria Pia (a altiva Maria Pia) que o papa exigia a interrupção de relações entre as famílias reais portuguesa e italiana, é impensável que tivesse solicitado ser recebida por ele.

O funeral de Vítor Manuel II desenrolou-se com grande pompa a 17 de Janeiro. Dois dias depois Humberto I prestou juramento como rei de Itália em grande cerimonia a que assistiu D. Maria Pia. Não foi impensada a presença da rainha de Portugal na coroação de Humberto. O papa era abertamente desafiado nas suas exigências de ruptura entre as duas casas reinantes. Menos de um mês após o óbito de Vítor Manuel, faleceu Pio IX, estando D. Maria Pia ainda em Roma. Em Portugal corria a anedota que tinha sido Vítor Manuel que pedira a Deus que o chamasse porque não lhe recebera a filha. A rainha não se demorou em Itália, partindo no dia 10 de Fevereiro.

Tem-se sempre escrito, também, que durante outra sua estada em Roma, cinco anos depois, D. Maria Pia quis ser recebida por Leão XIII e que este recusou. Uma vez mais a correspondência da rainha para o marido apresenta uma versão diferente⁹⁰. Segundo o relato de D. Maria Pia, a questão foi levantada a propósito de uma eventual recepção pelo papa a uma das suas damas. A rainha permitia-a, sendo pedida na qualidade de portuguesa e não de sua dama. Mas Augusto de Andrade, encarregado de negócios na Santa Sé, e o cardeal Di Pietro, protector da igreja de Santo António dos Portugueses, terão conversado sobre um possível encontro do papa e da rainha.

⁸⁸ ANTT, ACR, cx. 7337.

⁸⁹ ANTT, ACR, cx. 7337. O Quirinal era a residência oficial dos reis de Itália, em Roma.

⁹⁰ ANTT, ACR, cx. 7335. Carta datada de Roma, 17.6.1883.

Di Pietro perguntara porque é que ela não pedira para ser recebida pelo papa e sugerira que D. Maria Pia se encontrasse com o sumo pontífice, como por acaso, ao visitar o Vaticano. Ao sabê-lo, D. Maria Pia comunicou a Matias de Carvalho (diplomata junto do governo do rei de Itália) que não queria esse encontro, pois só aceitava ser recebida como rainha de Portugal. Nunca pedira para estar com o papa nem dessa possibilidade falara com quem quer que fosse. Por isso não achava bem, comunica a D. Luís, que Di Pietro e Andrade comentassem essa eventualidade, o que qualifica como criancice deste último. A rainha fez saber aos diplomatas que se o papa desejasse vê-la, que lhe mandasse dizer, reservando-se ela o direito de responder, depois de consultar o rei em Lisboa. Contudo, ressaltava, só acederia ao encontro se fosse exigível por um caso extremo. E mesmo assim – afirmava esta mulher tão altiva – talvez ela não o quisesse.

Em conclusão: a crer nas palavras de D. Maria Pia, nunca ela pediu nem desejou ser recebida por Leão XIII, assim como este não a convidou. O incidente, que a rainha desvalorizou, ou assim quis dar a entender a D. Luís, teria sido provocado por inépcia dos diplomatas. Ou, quem sabe?, por maquiavelismo da Santa Sé. De facto, os sectores católicos mais conservadores exultaram porque o papa recusara receber a rainha. E assim se tem continuado a afirmar.

6. Maria Pia, uma rainha amada

Na monarquia constitucional a função de rainha-consorte ia muito além da produção do rei seguinte. Para garantir a dinastia era preciso destruir veleidades absolutistas e republicanas. E para cativar os cidadãos as rainhas tornaram-se fundamentais. Os faustos régios dependiam cada vez mais delas, da sua beleza, da sua elegância, da sua simpatia, do seu magnetismo. Reis e rainhas participavam nos grandes espectáculos onde o público os via e com eles partilhava esses momentos. Cabia às rainhas demonstrar o amor pelo povo e pelos infelizes com as suas obras e festas caritativas; e elas a tudo acudiam, belas, amáveis, compassivas. Isto é, as rainhas eram peças-chave para a popularidade dos reis e solidez das dinastias.

Foi na segunda metade do século XIX que em Portugal as mulheres se iniciaram na direcção das actividades beneficentes. Burguesas e aristocratas assim irão preencher parte dos seus ócios. As rainhas irão assumir um papel muito visível, fazendo da filantropia o seu pelouro, o que visava projectar uma imagem favorável e conquistar as simpatias do público. Maria Pia inaugurou o modelo. Estefânia também o desejara fazer, mas, se tivesse vivido, dificilmente teria tido o êxito da sucessora, pois a jovem alemã, alma religiosa, não prescindia da doutrinação e da colaboração das freiras, o que era inadmissível para largos sectores da sociedade portuguesa. Maria Pia foi a única rainha do regime constitucional que nesta matéria encarnou aquilo que a nova ordem liberal defendia. Tornou-se a face visível de uma beneficência que se apoiava em organismos cívicos, com rendimentos saídos de subscrições, completamente autónomos de qualquer influência clerical e cuja motivação já não era a caridade por amor a Deus, mas a caridade por amor dos homens, o que, na realidade, era filantropia. Conquistando as populações pelas suas iniciativas, imediatas nos momentos trágicos, e pela simpatia natural, foi uma poderosa arma de propaganda ideológica, dinástica e governamental. A rainha seguinte, Amélia, sempre acusada de beata e jesuítica, nunca conseguiu despertar entusiasmo pela sua obra assistencial.

Imediatamente a seguir à sua chegada a Portugal, por decreto de 27 de Outubro de 1862, D. Maria Pia foi declarada Protectora dos Asilos da Infância Desvalida⁹¹. Continuou a presidir a este organismo no reinado do filho. Em 1867 recebeu o título e o encargo de protectora do asilo de mendicidade a abrir brevemente no palácio de Xabregas, o qual por isso mesmo se chamaria Asilo D. Maria Pia⁹². No mesmo ano, foi nomeada protectora da Associação Auxiliadora dos Estabelecimentos de Caridade e Beneficência do Reino⁹³. Em 1875 foi criada em Lisboa a Associação das

⁹¹ “O asilo proporcionava às crianças pobres de ambos os sexos, geralmente entre os 3 e os 7 a 10 anos, agasalho, educação moral e cívica e instrução elemental. As crianças permaneciam na instituição durante o dia, permitindo aos pais exercer o seu trabalho quotidiano” (LOPES, M. A., 1993, p. 507).

⁹² ANTT, ACR, cx. 7488.

⁹³ ANTT, ACR, cx. 7488.

Creches sob o patrocínio da rainha. Maria Pia interessou-se sempre pelas creches. Fundou com o seu dinheiro a Creche da Rainha, mudando-lhe o nome para Creche Vítor Manuel quando o pai faleceu. E foi para as creches que organizou a célebre quermesse de 1884. Mas, muito antes disso, tornara-se popular pela sua acção a favor dos inundados do Tejo, em 1876.

Em Dezembro desse ano, a rainha nomeou uma comissão para promover donativos a nível nacional e junto dos portugueses residentes no estrangeiro. Nesta comissão, Maria Pia teve papel activo e não mera presidência nominal. Foram angariados mais de 250 contos (250.351.050 réis) e sobejaram mais de 55. Decidiu-se que o saldo se aplicasse em inscrições para constituir um fundo de reserva para outras calamidades⁹⁴. O numerário fora conseguido através de donativos directos, subscrições nas freguesias e nos estabelecimentos públicos e particulares em todo o território nacional, rifas e récitas por profissionais e amadores. Veio dinheiro de vários países, mas o Brasil suplantou todos. Toda esta movimentação concitara as atenções sobre Maria Pia, que ganhou enorme popularidade. Logo nos primeiros dias de Janeiro de 1877 as câmaras dos deputados e dos pares aprovaram por unanimidade votos de gratidão à rainha pela sua iniciativa. Em Julho a sociedade francesa *L'Encouragement au Bien* conferiu-lhe a grande medalha de honra. Mas nem todos glorificavam a rainha e nem esta mediática iniciativa impediu a queda do governo de Fontes Pereira de Melo, em Março de 1877, a quem muitos atribuíam a verdadeira paternidade do programa de angariação de fundos. Ramalho Ortigão troçou dos bailes, saraus, poemas e hinos realizados a favor dos inundados mas, reconhecendo que tanto o partido da oposição como a imprensa e o público louvavam a rainha, teve de concluir que “o trono dos nossos reis acha-se mais firme que nunca no amor dos povos”⁹⁵.

A quermesse de 1884, outro êxito de Maria Pia, foi realizada na Tapada da Ajuda nos dias 17 a 19 de Maio, com o objectivo de captar fundos para as creches. Esta modalidade de angariação de receitas nunca fora experimentada e a adesão à iniciativa foi enorme e entusiástica. A quermesse foi uma festa

⁹⁴ ANTT, ACR, cx. 7449. Actas das reuniões da Comissão de Socorros aos Inundados.

⁹⁵ ORTIGÃO, R., 1990, p. 112-113.

e a ideia era precisamente essa: chamar os lisboetas a divertir-se, atraí-los com a presença da rainha e da alta aristocracia, deslumbrá-los com as decorações, a animação e os jogos que decorriam no recinto. Criava-se cumplicidade entre eles e a soberana, promovia-se a fidelidade à dinastia, simulava-se interclassismo e chamava-se a atenção para a importância das creches.

Pela quermesse terão passado mais de 70.000 pessoas. No primeiro dia D. Maria Pia encenou a sua chegada para as 3h da tarde. Em elegante toilette branca e acompanhada pelo rei e pelos filhos, foi vitorizada. A música, permanente, acentuava o ambiente festivo. Tinham sido construídos 16 pavilhões cuidadosamente decorados em diferentes estilos. A rainha, no seu pavilhão de feição rústica, vendia flores e as pessoas acorriam para as comprar das suas mãos. Noutros lia-se a sina, vendiam-se refrescos, fazia-se tiro ao alvo e aos pombos, jogava-se bilhar, terciam-se armas. Vendeu-se por todo o país um jornal exclusivo, o *Lisboa creche*, cujos textos, em boa parte, eram panegíricos de D. Maria Pia. Também o *Diario Ilustrado* de 17 de Maio de 1884 publicou vários poemas apologéticos da rainha. A 19 de Maio de 1884, ao encerrar a quermesse, a rainha de Portugal estava decerto exausta, mas sem dúvida rejubilava. Quanto ao rei, só tinha a agradecer-lhe. A dinastia vivia um momento alto, bem diferente daquele por que passara precisamente nesse dia há 14 anos.

À excepção dos albergues nocturnos, sob o patrocínio de D. Luís, invariavelmente se pedia o patronato da rainha para as instituições beneficentes que iam nascendo. Os que eram atingidos por calamidades naturais, tranquilizavam-se se lhes promettessem a ajuda da rainha⁹⁶, os operários em tumulto apelavam para ela⁹⁷, os seus compatriotas nunca a deixaram em paz⁹⁸. Quando a 20 de Março de 1888 um incêndio no Teatro Baquet, no Porto, provocou a morte de 52 pessoas, D. Maria Pia, acompanhada de D. Afonso, partiu para lá, após ter reunido nove contos do cofre de

⁹⁶ Cf. Actas da Câmara dos Deputados, 17.1.1888.

⁹⁷ Actas da Câmara dos Pares, 1.2.1889.

⁹⁸ ANTT, ACR, cx. 7488. Na Biblioteca da Ajuda encontram-se muitos pedidos de auxílio para obras de beneficência, vindos de Itália; no Archivio di Stato di Torino estão as cartas de Virgínia Panizzardí e Camilla e Giuseppina Negri agradecendo as ajudas financeiras recebidas (anos 1870 e 1880); e nos documentos da administração da rainha os registos destes pagamentos.

beneficência que dirigia, um conto doado por ela e dois pelo rei. Visitou os familiares dos mortos e os feridos, percorrendo as vielas mais esconças da cidade. Uma das famílias atingidas era a do republicano Alves da Veiga. As autoridades que acompanhavam a rainha vetaram essa visita, mas Maria Pia, como sempre, impôs a sua vontade e entrou em casa do inimigo da dinastia. Foi por esse gesto admirada, como o foi também o republicano que a recebeu com toda a delicadeza. Ao regressar a Lisboa, uma vez mais foi ovacionada, tanto na estação de Santa Apolónia, à sua chegada, como depois, numa récita em benefício das famílias das vítimas, no Teatro de S. Carlos.

A rainha protectora dos aflitos, eis a imagem que Maria Pia conseguira construir. No reinado seguinte, a nova rainha assumiu também esse papel, mas D. Maria Pia nunca deixou de intervir na assistência e ter iniciativas próprias, apesar do grande protagonismo que D. Amélia veio a ter nesta matéria. É evidente que as actividades beneficentes da rainha eram um dos rituais de propaganda da monarquia, para usar uma expressão de Rui Ramos ao referir-se à acção caritativa das rainhas D. Maria Pia e D. Amélia⁹⁹. Não obstante, creio que a popularidade de D. Maria Pia não advinha apenas da sua capacidade de encenar, que tinha muito apurada, mas porque instintivamente as pessoas percebiam que ela se compadecia de facto, que não era apenas o *marketing* político que a movia. Por isso se tornava simpática até aos republicanos. Nos inícios da década de 1890, escrevia João Chagas: “No *Dispensário* criado em Lisboa pela rainha Amélia, recusam-se a receber filhos de mulheres não casadas. Eis uma princesa bem ortodoxa esta nossa rainha! A rainha viúva era menos intolerante e quando se entregava a esse género de *sport* real, que se chama caridade, não perguntava às mães se eram concubinas. A senhora D. Maria Pia tinha outro conhecimento do mundo!”¹⁰⁰. Tinha, de facto, mas era também genuinamente boa, não suportando ver sofrer ou humilhar alguém. Atestam-no episódios que protagonizou e trechos das suas cartas¹⁰¹.

⁹⁹ RAMOS, R., 1994, p. 100.

¹⁰⁰ CHAGAS, J., 1898 [1893-1894], p. 95.

¹⁰¹ Cf. LOPES, M. A., 2011, *passim*.

Todavia, D. Maria Pia tinha um grave defeito: era imoderada nos seus gastos, característica que herdara do pai¹⁰². As compras exorbitantes da rainha de um país pobre eram um óptimo ensejo para a crítica política e o desfavor do público, tornando-se uma ruidosa arma de arremesso nas mãos dos republicanos e dos monárquicos da oposição. Mas, Maria Pia, que tinha um bom “faro” político, talvez percebesse que tais vozes não faziam verdadeira moessa em largos sectores da opinião pública. O povo anónimo sempre gostou de boas encenações da realeza e de rainhas esplendorosas e, de facto, sentia predilecção por D. Maria Pia.

Em Junho de 1880 comemorou-se o tricentenário da morte de Camões, festejos em boa parte promovidos pelo partido republicano. O governo, com receio, mandou escoltar apertadamente a carruagem real. Conta-se que na noite do dia 10, indo os reis para o teatro, a multidão comprimia a carruagem e a escolta, que não conseguiam avançar. Os ânimos republicanos tinham incendiado o povo das ruas de Lisboa. Já havia gritos, protestos, empurrões, gente pisada. O tenente, que comandava a guarda, impacientava-se. Então a rainha abriu a portinhola e ordenou-lhe com serenidade que mandasse abrir a carruagem. A capota foi recolhida e a multidão viu a rainha sorrir e... rompeu aos vivas e às palmas. A ser verídico o episódio¹⁰³, Maria Pia conseguira reverter completamente a situação e revelava, mais uma vez, a sua famosa coragem.

Dois anos depois Maria Pia teve dias de glória. Comemorava-se o centenário da morte do marquês de Pombal e nenhum membro da família real poderia ser considerado apreciador dos jesuítas. O povo “punha-se a amar estranhamente a rainha – a filha de Vítor Manuel, este ainda maior que Pombal porque vencera o próprio papa – e, com semelhantes legendas que ao paço agradavam, os republicanos, se por um lado excitavam as multidões, por outro perdiam terreno ante as admirações populares pela soberana”¹⁰⁴. Maria Pia tornara-se um ícone das liberdades constitucionais.

¹⁰² Cf. DE PAOLI, G., 1995, p. 291, 300; SMITH, D. M., 2008, p. 92.

¹⁰³ É relatado por F. Rocha MARTINS (1926, p. 88) que não indica a fonte onde colheu a informação. Apresento o episódio com reserva porque o autor gostava de colorir o que contava e incorre em erros com frequência.

¹⁰⁴ MARTINS, F. R., 1926, p. 95.

7. Morte do rei

Em Setembro de 1889 D. Luís estava seriamente enfermo. A doença era, provavelmente, sífilis. Os reis estavam em Sintra, como sempre, mas o estado de saúde do monarca agravava-se. Decidiu-se, então, levar o doente para Cascais. Talvez ele o desejasse, amante que era do mar, talvez a rainha acreditasse que, animando-o, conseguia a recuperação. D. Maria Pia lutou com todas as forças para curar o marido, mas a doença progrediu irremediavelmente. Poucos acreditavam na cura, mas ela obstinava-se. Dizia-se que controlava todos os que frequentavam o paço, procurando impedir qualquer fuga de informação, mas cresciam boatos de uma agonia medonha, que o rei gangrenava, que lhe cortavam bocados de carne em putrefacção e a exalar um cheiro nauseabundo.

Simultaneamente, crescia a intriga política. Um rei morria e uma rainha era afastada e com eles os seus protegidos. Fialho de Almeida não estaria muito longe da verdade ao evocar “os velhos servidores, receosos de perder o prestígio na corte”, os ministros “a duvidar se acharão no carácter do rei novo, aquela amável tolerância com que sempre os recebera o rei”, “os chefes da oposição, esfaimados por seis anos de exílio [...] a Igreja que não quer perder o final do acto e a cada momento espreita à porta”. “E finalmente a rainha – ia a dizer a imperatriz Frederico – soberba e escultural nas suas grandes roupas, os seus olhos de estátua dolorosa, a palidez de Juno despenhada, arrastando-se sem forças, de sofá para sofá, lassa de vigílias sem conta, alucinada já de ciúme sem refrigério” pelo “destino que a relega, magnífica orgulhosa, à semi-sombra de uma vida subalterna, tão asfixiadora para os predomínios teatrais da sua grande raça”¹⁰⁵.

D. Luís morreu a 19 de Outubro de 1889. Tinha 50 anos e D. Maria Pia, com 42 feitos três dias antes, passava a rainha-mãe. Na verdade, o seu título era agora rainha D. Maria Pia e não rainha, como até então, pois em Portugal não se utilizavam as expressões rainha-mãe e rainha-viúva. Fialho de Almeida, este homem tão cáustico e venenoso, mas de talento evidente, visivelmente impressionado com Maria Pia, traçou dela um longo retrato

¹⁰⁵ ALMEIDA, F., 1919, p. 129-130.

emocionado e comovente ao relatar o cortejo, que presenciou, conduzindo o cadáver de D. Luís, de Cascais para os Jerónimos, ao longo de quase seis horas, na noite de 21 para 22 de Outubro¹⁰⁶. Como outros vultos da literatura portuguesa, Fialho revelou-se, então, completamente fascinado por Maria Pia. Coroado o novo rei, era natural que se fizesse a avaliação do reinado anterior. Para alguns agigantava-se a figura de Maria Pia, agora remetida a segundo plano. Leiam-se as palavras de Fialho de Almeida:

“Poucos monarcas da Europa haverão tido companheira mais inteligente, associada mais hábil, e comediante mais finamente senhora da marcação tronícia e da *mis-en-scène* dinástica.

No jogo dela, nada vulgar, nem mesmo as brusquerias, nem mesmo as palavras soltas, nem mesmo as toilettes *tapageuses* da sua última fase de mãe de filhos homens. Sobre um trono de império esta mulher ficaria sem dúvida como um modelo de grande imperatriz. Dizem-no a sua indiscutível grandeza de ânimo, a sua orgulhosa compreensão do prestígio real, a transcendência rara do seu tipo, moldado para o trono com um inolvidável poder de ofuscação, e mais que tudo as suas súbitas intuições da majestade moderna, que é toda artificial como uma criação de teatro. [...] Quantas vezes o ânimo do rei [...] encontrou a seu lado essa varonil figura a ordenar-lhe energia e a sustentar ela só as prerrogativas da Coroa enxovalhada?”.

“Neste reinado neutro de vinte e oito anos, podre de paz e de costumes, com tampas de oiro sobre catacumbas de miséria e vilanagens odiosas sob aparências de progresso e de igualdade, duas figuras apenas conseguem romper a chatinagem comum, aspirar à consagração da estatuária, e adquirir por vezes a grandeza histórica de tipos dominadores e extra-normais. São a rainha e Fontes, os dois verdadeiros mestres, os únicos sinceros amigos que teve S.M. o rei D. Luís.

Maria Pia ensinou o marido a ser rei. Fontes Pereira de Melo ensinou seu amo a ser político. [...] Com o seus conselhos, Fontes deu-lhe força. Com a sua nobreza, a rainha impôs-lhe autoridade”¹⁰⁷.

¹⁰⁶ ALMEIDA, F., 1919, p. 155-169. Também cit. em LOPES, M. A., 2011, p. 316-318.

¹⁰⁷ ALMEIDA, F., 1919, p. 149-151.

8. Acção política no reinado do filho

D. Carlos casara em 1886 com Amélia de Orleães (1865-1951), filha dos condes de Paris, pretendentes ao trono de França. Deste casamento nasceram os infantes Luís Filipe (1887-1908) e Manuel (1889-1932)¹⁰⁸. Considera Rui Ramos que D. Carlos remeteu a mãe para “o mundo subpolítico”, transmitindo sobre D. Maria Pia as conhecidas asserções de desequilíbrio e alguma tolice. Segundo este autor, a rainha-viúva “agarrava-se a tudo o que lhe pudesse dar importância” mas ninguém lha dava¹⁰⁹. É outra a minha leitura. D. Carlos informava-a de imediato sobre as grandes decisões e problemas políticos e utilizou-a várias vezes como diplomata, servindo-se da sua influência junto dos reis de Itália. Aliás, vários autores coevos e dos anos 1910-1920 perceberam claramente que nunca Maria Pia foi a figura insignificante a quem ninguém atribuía importância. O que sucedia é que D. Carlos era cioso do seu papel e da sua imagem e não lhe permitia iniciativas. Maria Pia manteve-se na sombra, como sempre fizera em assuntos políticos. Acresciam agora os ciúmes de D. Amélia que o marido tinha de gerir.

Em 1892 D. Maria Pia exerceu pela primeira vez a regência do reino. Foram apenas alguns dias, de 9 a 18 de Novembro, por ocasião de uma visita dos reis a Espanha. Nesta altura muitos ânimos andavam ao rubro. João Chagas fora preso, surgira o órgão anarquista *A Revolta* e, ao embarcar na estação do Rossio a 9 de Novembro, D. Carlos fora publicamente desrespeitado. D. Maria Pia transbordou de actividade nesses poucos dias de regência. Visitou hospitais, prisões, escolas, navios, quartéis e arsenais, num total de 24 instituições¹¹⁰. Os jornais publicaram notícias panegíricas,

¹⁰⁸ Era afilhado de D. Maria Pia. Foi ela que escolheu o nome. Ao seu primogénito chamara-lhe Carlos, um nome saboiano estranho à Casa real portuguesa, ao secundogénito deu-lhe o nome masculino do primeiro casal que unira as duas Casas. O seu neto e afilhado chamou-se Manuel, onomástico que entrara na casa de Sabóia no século XVI, por intermédio da sua antepassada a infanta Beatriz de Portugal, filha de D. Manuel I (ver capítulos 2 e 3 deste livro), e que agora regressava à família portuguesa reinante.

¹⁰⁹ RAMOS, R., 2006, p. 221.

¹¹⁰ ANTT, ACR, cx. 7488.

mas Fialho troçou impiedosamente das suas iniciativas¹¹¹. Maria Pia agarrava-se a tudo para se dar importância ou percebia que era vital reconquistar afeições e fidelizar militares? É evidente que o programa das visitas, iniciado logo na manhã do dia 10, fora preparado com o governo e com D. Carlos, que deixara às ordens da mãe o seu ajudante de campo. Se é verdade que o rei considerava a mãe precipitada, nunca lhe entregaria a regência sem lhe dar orientações precisas sobre o que gostaria ou não gostaria que fizesse. E se lhe pediu um programa tão intenso, era porque sabia como ela concitava simpatias. Se assim não procedera, é porque confiava no seu senso político. Isto é, de uma forma ou de outra, a acção de Maria Pia não pode ser lida como uma tentativa patética de se atribuir importância.

D. Carlos pediu à mãe muito mais do que cativar a população. Serviu-se dela como diplomata, pois na década de 1890 o rei português tinha pouca influência nas cortes estrangeiras. Foi só após a morte da rainha Vitória, em 1901, que a sua amizade com Eduardo VII lhe proporcionou relações privilegiadas. D. Amélia, no campo da política internacional, em nada podia ser útil, mas D. Maria Pia possuía desde sempre uma valia ímpar junto dos reis de Itália. O peso político de Humberto de Sabóia não se resumia ao de um rei de um país europeu, pois a Tríplice Aliança firmada entre a Itália, a Alemanha e a Áustria-Hungria, sucessivamente renovada, conferia-lhe uma influência muito vasta. D. Carlos nunca negociou directamente com o tio Humberto ou com o primo Vítor Manuel III. A interlocutora dos Sabóias foi sempre Maria Pia. Não sendo possível alongar-me aqui, farei apenas um breve apanhado de algumas das suas intervenções diplomáticas.

Em Abril de 1893, D. Maria Pia partiu para Itália. Não saía de Portugal há cinco anos e era a sua primeira viagem ao estrangeiro depois de viúva. O objectivo era muito compreensível, pois fez-se saber, e assim se tem repetido, que ia assistir às bodas de prata do casamento do irmão. Na realidade, ia em missão diplomática junto do rei italiano e do imperador da Alemanha, que encontraria em Roma. A rainha-viúva conseguiu o apoio

¹¹¹ ALMEIDA, F., 1911, p. 178-181.

do rei de Itália e do *kaiser* para que fosse assinado um acordo com os credores externos da dívida pública portuguesa, o que permitiria salvar Portugal da bancarrota¹¹². O acordo foi assinado a 20 de Maio de 1893 e a acção da rainha ficou oculta.

Portugal e o Brasil interromperam relações em Maio de 1894¹¹³. D. Maria Pia uma vez mais apelou ao irmão. Em carta de 27 de Maio, que a rainha dirigiu em português a Hintze Ribeiro, remete-lhe a resposta do rei de Itália ao telegrama que ela lhe enviara, “no sentido que nós falámos”. E diz ao ministro: “Espero que lhe agrade, porque está em tudo tão boa como nós a desejamos. El-rei de Itália ficou ciente de tudo quanto diz respeito a esta questão e porque tudo se fez desta forma”¹¹⁴. O que o rei de Itália escrevera à irmã e esta agora comunicava, é que ele e o seu governo já haviam diligenciado, indirectamente e de acordo com as potências aliadas e o governo britânico, para que o diferendo entre Portugal e o Brasil se resolvesse prontamente. Nas versões habituais deste caso, D. Maria Pia é pura e simplesmente omitida.

Ainda no mesmo ano de 1894, D. Maria Pia voltou a agir na sombra a favor de Portugal. Desta vez tentou resolver uma questão colonial em África, cujos resultados comunicou uma vez mais a Hintze. Diz-lhe que acabou de receber a resposta do rei Humberto, seu irmão, a qual “mostra a boa vontade do rei ao respeito do negócio de África”. Espera agora que, com os esforços de Hintze junto da Alemanha, se “possa conseguir tudo o que nós desejamos e que é de justiça”. Informa ainda que Crispi, presidente do governo italiano, lhe pareceu também na disposição de ajudar e quer acreditar também na boa vontade do imperador alemão “que estando bem inteirado no negócio nos faça justiça se puder”¹¹⁵.

¹¹² Telegramas de Maria Pia para D. Carlos e para Hintze Ribeiro em AST, Legato Umberto II, 1º versamento, cartella 16. Ver LOPES, M. A., 2011, p. 330-331.

¹¹³ Uns revoltosos brasileiros tinham-se acolhido a um navio português que lhes concedeu protecção. O governo do Brasil não perdoou.

¹¹⁴ Arquivo Regional de Ponta Delgada (ARPD), Arquivo Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro, 3.10.69.R. Carta em português, datada da Ajuda, 27 Maio 1894. Agradeço ao Dr. Jorge Frazão de Mello-Manoel, do Arquivo Regional de Ponta Delgada, as facilidades concedidas para esta investigação.

¹¹⁵ ARPD, Arquivo Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro, 3.11.30.R. Carta em português, datada de Sintra, 14.7.1894.

Em 1896 foi Maria Pia que conseguiu reatar as relações entre Portugal e Itália, desastrosamente quebradas durante um ano. D. Carlos viajara pelo estrangeiro em Outubro e Novembro de 1895. Visitou a França, Alemanha e Inglaterra sem contrariedades, mas com a Itália houve um grave incidente diplomático porque, para não irritar o papa, o rei de Portugal cancelou a ida a Roma. O governo português propôs o encontro dos reis em Monza, mas o de Itália queria-o na capital, como era de esperar. Nenhum cedeu e D. Carlos não foi a Itália. Para resolver o diferendo, e numa acção concertada com o filho e o governo, Maria Pia aproveitou o casamento do sobrinho Vítor Manuel para ir a Roma negociar com o irmão. E conseguiu reatar as relações entre os dois países. Dois telegramas que enviou a D. Carlos e ao ministro dos Negócios Estrangeiros anunciam os bons resultados¹¹⁶. A rainha chegou a Roma a 22 de Outubro de 1896 em entrada solene sentada ao lado do rei Humberto. Segundo testemunha local, Maria Pia sorria contente às aclamações da multidão. E o povo romano, que sentia a sua cidade ostracizada por tantos, vitoriou-a. Maria Pia ter-se-á tornado, desde então, muito popular em Roma¹¹⁷. Desta vez, a acção diplomática da rainha não ficou ignorada. Na câmara dos pares, respondendo ao discurso da Coroa, que diluía muito o papel da rainha-viúva, afirma o conde de Tomar a 26 de Janeiro de 1897: “Não acha clara a maneira por que se diz que foi resolvido o conflito com a Itália; não obstante julga interpretar os sentimentos da câmara prestando homenagem de respeito e consideração a Sua Majestade a senhora D. Maria Pia pelos seus bons ofícios junto de seu irmão o rei de Itália”.

Em Junho de 1901, D. Maria Pia e D. Afonso partiram para Itália para assistir ao baptizado da princesa Iolanda, filha de Vítor Manuel III. D. Maria Pia ia, uma outra vez, em missão diplomática. Conta o 6º marquês do Lavradio, sem datar o episódio: “Negociava-se o convénio com os credores externos [concluído a 25 de Maio de 1902], e estava então no poder um ministério regenerador, presidido por Hintze Ribeiro [de 25.6.1900 a

¹¹⁶ ANTT, ACR, cx. 7426.

¹¹⁷ *Almanach Bertrand*, 1913, “A rainha Maria Pia”, p. 23-24. O artigo é apresentado por Fernandes COSTA (1913) como um texto escrito por um correspondente italiano sem identificação do autor.

20.10.1904]. Realizava-se um conselho de ministros no paço das Necessidades, sob a presidência de S.M. Apenas sentados, el-rei declara ao conselho que, por informações particulares que recebera de Berlim, sabia que o kaiser se opunha à assinatura do convénio, o que era uma fatalidade para Portugal. Lembrou, porém, que estando o *kaiser* em negociações com o rei de Itália para conclusão do tratado da Tríplice Aliança [3ª renovação, assinada em 1902], S.M. a rainha senhora D. Maria Pia podia partir para a Itália e conseguir que o rei seu sobrinho se interessasse junto do imperador da Alemanha para a assinatura do convénio”. Parece óbvio que D. Carlos não teria proposto esta solução sem a ter já debatido com a mãe e acordado que o baptismo oferecia um óptimo pretexto para a viagem. Lavradio prossegue: “Assim foi decidido. S.M. a rainha partiu no dia seguinte para a Itália, e a imprensa da oposição, tanto monárquica como republicana, vociferou contra o esbanjamento dos dinheiros da nação para regozijo da família real; porém, oito dias depois, um telegrama de Roma anunciava a el-rei que o *kaiser* cedera às instâncias do rei de Itália. A diplomacia de el-rei D. Carlos salvara o país de uma catástrofe”¹¹⁸. Tal como em 1893, a rainha-mãe voltava a conseguir o crédito externo de que o país precisava, sob pena de bancarrota. E o marquês do Lavradio, que enaltece o rei, não diz uma palavra sobre D. Maria Pia.

9. No reinado do neto: o isolamento

A 1 de Fevereiro de 1908, o rei D. Carlos e o príncipe real D. Luís Filipe foram assassinados¹¹⁹.

A 6 de Maio realizou-se a cerimónia da coroação de D. Manuel II. Em Montemor-o-Velho, como em todos os concelhos, festejou-se a aclamação do rei e a câmara municipal enviou as suas mensagens. Comparem-se os textos dirigidos às rainhas. A D. Amélia: “Sirva de lenitivo à vossa imensa

¹¹⁸ ALMEIDA, J., L., 2004, p. 37-38.

¹¹⁹ Ver em LOPES, M. A., 2011, p. 364-368 e 382-388, as palavras e atitudes de D. Maria Pia nos dois momentos terrivelmente dramáticos que viveu em 1908 (regicídio) e em 1910 (partida para o exílio).

dor a certeza de que o coração de todos os portugueses está ao lado do vosso amado filho, no qual fundam as esperanças do ressurgimento de Portugal”. A D. Maria Pia: “Com as felicitações pelo dia de hoje, a câmara municipal de Montemor-o-Velho saúda em vossa majestade a estrénuo defensora das liberdades constitucionais” (DN, 10.05.1908). A rainha-avó continuava a ser a bandeira dos monárquicos progressistas e a câmara de Montemor proclamava-o de forma quase acintosa para D. Amélia, que há muito se tornara impopular por ser conotada com o clericalismo conservador.

A dor que Maria Pia sofreu com a morte do filho e do neto foi brutal e o restabelecimento lento e com recaídas. Nos 2 anos e 8 meses que se seguiram sucederam-se as aflições e os desgostos. Tudo se desmoronava à sua volta: a dor não passava e a vontade de viver tardava a reaparecer, a saúde ressentiu-se, o neto e a nora não nutriam por ela especial afecto, os regicidas eram venerados por milhares de pessoas, a investigação policial do crime era uma farsa, o avanço republicano evidente. Acrescia a sua situação financeira, calamitosa e impossível de solver. No Parlamento exigiam-se esclarecimentos sobre os seus débitos ao Tesouro e a velha rainha foi citada em tribunal por dívidas pessoais. O rei, seu neto, nada fez para a ajudar. Os seus afectos concentraram-se em D. Afonso. Os dignitários que serviam D. Maria Pia – agora, sim, sem qualquer valimento político e cortesão – reduziram-se ao duque de Loulé, ao veador Benjamim Pinto e às marquesas de Unhão e de Belas. A Ajuda tornou-se um palácio deserto e sombrio, com pessoal escasso recebendo ordens para poupar em tudo. E, última afronta, propalava-se que a “rainha velha” tinha enlouquecido, a tal ponto que regava as flores dos tapetes, contando incessantemente “um... dois... três...” e conversando com os seus mortos – asserção que continua a ser repetida e para a qual não existe uma só testemunha.

Com a sua idade, sem saúde, sem recursos e sem influência, objectivamente D. Maria Pia não tinha qualquer papel político, mas convertera-se num símbolo. Quando se propalou (quem propalou?) a sua loucura, houve quem nela visse a metáfora do naufrágio nacional. Leia-se o drama *O Fim* de António Patrício. A obra é de 1909 e a acção desenrola-se nessa altura. Maria Pia, velha e louca, vive na miséria, num paço em ruínas, com um du-

que demente, uma aia lúcida e alguns criados. Foi abandonada e traída pelo neto e pela nora. Lisboa é então bombardeada por estrangeiros. O rei morre e a cidade é vencida. Mas Portugal não é só Lisboa e ainda há uma esperança. Um desconhecido aparece no paço querendo galvanizar o país em torno da velha rainha. Descobre, horrorizado, que não passa de uma louca, uma total ruína física e mental. É o fim de tudo, de um país e de um povo. O autor identificara Portugal e Maria Pia.

A revolução republicana começou na madrugada do dia 4 de Outubro e no dia seguinte foi proclamada a República. A família real reuniu-se em Mafra. Tomás de Melo Breyner recorda: “A rainha Maria Pia queria por força ficar, mas estava de uma serenidade majestosa. Forçada a partir, partiu para o exílio como se partisse para uma viagem de gala. Que grande Senhora!”¹²⁰. D. Maria Pia saiu de Portugal, precisamente a 5 de Outubro, dia em que chegara ao nosso país no já longínquo ano de 1862. Os Braganças dirigiram-se por mar a Gibraltar, onde aportaram no dia 7. A 16, dia em que completava 63 anos de vida, D. Maria Pia partiu para Itália a bordo do couraçado *Regina Elena* que o seu sobrinho, rei de Itália, enviara a recolhê-la. Partiu só, sem o filho que lhe restava e que sempre vivera com ela porque Vítor Manuel negou-se, nessa altura, a receber o primo. Era mais um golpe, e terrível, com que a velha rainha não contava. Mas o certo é que D. Maria Pia era membro da família real italiana. D. Afonso, além de não ser assim considerado, era o príncipe herdeiro de Portugal, país que agora era uma República e que nos últimos tempos mantinha relações frias com Itália. Vítor Manuel III e/ou o seu governo evitavam complicações diplomáticas.

10. O exílio

Na manhã do dia 19 de Outubro (mais um dia de aniversário, este da sua viuvez), D. Maria Pia e a sua pequena comitiva desembarcaram em Gombo, próximo de Pisa, porque o rei de Itália e a família passavam aí

¹²⁰ BREYNER, T., M., 1993, p. 316.

uma temporada, no palácio San Rossore, e o sobrinho quis recebê-la pessoalmente. Enquanto a rainha Helena e filhos esperavam na praia, Vítor Manuel III subiu a bordo a buscar a tia. Foi pelo seu braço que regressou à pátria, ao som das salvas do couraçado. Já não era rainha em Portugal, um decreto de 15 de Outubro considerara proscrita a família de Bragança, mas em Itália foi sempre tratada como rainha. No dia 23, uma ordem emanada pelo *Ministero della Real Casa* italiana comunicou aos correios e telégrafos que a rainha Maria Pia usaria os serviços gratuitamente como pessoa da família real. Um mês depois especificou-se que a correspondência seria identificada por “Servizio di Sua Maestà la Regina Maria Pia”¹²¹.

Logo nesse mês de Outubro, o conselho de ministros português percebeu que não podia ignorar o que fora estabelecido no tratado matrimonial de D. Maria Pia, que tinha direito a uma dotação do Estado. De facto, o seu ordenado fora estabelecido por um tratado internacional celebrado entre Portugal e Itália. E assim, o governo republicano resolveu pagar por inteiro a dotação de D. Maria Pia. O governo declarou-se também disposto a permitir o seu regresso, excluindo-a do exílio imposto aos restantes membros da família real. Isto é, a República Portuguesa proporcionava à velha rainha o que recusava terminantemente às outras pessoas da família real – eis, mais uma vez, Maria Pia no centro das relações entre Portugal e Itália. Desta feita, as relações diplomáticas entre os dois países dependiam da forma como a ex-rainha era tratada pelo governo republicano.

D. Maria Pia ficou em San Rossore até em Novembro. Depois instalou-se no palácio real de Capodimonte, em Nápoles. Vítor Manuel pôs à sua disposição “uma corte civil formada por damas e gentis-homens” (DN, 5.12.1910). O destino de Maria Pia comoveu os Italianos. Afirma um autor não identificado que quando passava nas ruas de Nápoles as pessoas

¹²¹ Archivio Centrale dello Stato (ACS), Ministero della Reale Casa, Segreteria Reale, 1911, busta 541, fasc. 127. Agradeço ao Doutor Aldo Ricci, do *Archivio Centrale dello Stato*, as facilidades concedidas para esta investigação.

calavam-se e os homens descobriam-se¹²². Em Dezembro viveu a alegria de rever Afonso. Apesar das saudades que sentia¹²³, os últimos meses de vida de D. Maria Pia foram, decerto, de um grande apaziguamento, sobretudo após D. Afonso se lhe ter reunido. O sobrinho Vítor Manuel resgatara-a do isolamento, das angústias e humilhações financeiras, das afrontas privadas e públicas.

A 4 de Junho de 1911, celebrando o cinquentenário do reino de Itália, foi solenemente inaugurado o grande monumento a Vítor Manuel, em Roma. Lá estavam os reis Vítor Manuel III e Helena, os príncipes e as duas rainhas-viúvas: Margarida de Itália e Maria Pia de Portugal. Para D. Maria Pia, há tanto tempo afastada de grandes galas, este dia, de glorificação do pai e da pátria, foi de certeza marcante. E para quantos a viam, pois era a única filha de Vítor Manuel, já que restavam apenas ela e Clotilde e esta teimava em não ir a Roma. Nesse mesmo mês, Clotilde de Sabóia adoeceu gravemente. Maria Pia foi com a cunhada Margarida para o Piemonte. Instalaram-se no palácio de Stupinigi, nos arredores de Turim, e visitaram a doente na sua residência de Moncalieri, ali perto. A 25 de Junho Clotilde faleceu. A irmã não teve forças para assistir ao funeral, realizado dois dias depois.

D. Maria Pia não se restabeleceu. A 1 de Julho recolheu ao leito. D. Afonso, que não acompanhara a mãe ao Piemonte, viajou de imediato para junto dela. D. Amélia também correu logo que soube do estado da sogra. Maria Pia teve conhecimento que o filho e a nora estavam a caminho. Ter-lhe-ão ainda dito, para a consolar, que o neto também viajava para Stupinigi¹²⁴. Mas não era verdade. Provavelmente para evitar não ser recebido na qualidade de rei, D. Manuel não quis assistir à agonia nem participar nas cerimónias fúnebres da avó. Embora se afirme usualmente que filho e nora assistiram à morte, a própria D. Amélia confessa que não, que morreu “longe de todos nós”. E incorre num estranho equívoco, pois

¹²² “A Rainha Maria Pia”, *Almanach Bertrand*, 1913. Como foi ressalvado, estas informações são atribuídas a um correspondente italiano sem identificação da autoria. Terão sido escritas por ocasião da morte da rainha.

¹²³ BREYNER, T. M., 1994, p. 26.

¹²⁴ “A Rainha Maria Pia”, *Almanach Bertrand*, 1913.

diz que D. Maria Pia faleceu no palácio real de Nápoles. O que D. Amélia contou e se tornou célebre, foi-lhe, pois, relatado por outrem ou ela efabulou: que, minutos antes de expirar, D. Maria Pia perguntou para que lado ficava Portugal e quis morrer a olhar na direcção do país onde fora rainha¹²⁵. Realidade ou lenda?

Maria Pia de Sabóia faleceu aos 63 anos de idade às 15h do dia 5 de Julho de 1911 no seu Piemonte natal. As causas da morte foram, segundo informações da imprensa, patologias hepática e cardíaca. Vítor Manuel III decretou 40 dias de luto da corte. As bandeiras conservaram-se a meia haste durante 5 dias e os camarotes reais fechados. Na corte da rainha Margarida o luto de 3 meses ordenado pela morte de Clotilde passou a 100 dias¹²⁶.

Pelas 13h30m do dia 8, o cadáver foi trasladado de Stupinigi para a igreja *Gran Madre de Dio*, em Turim. Nas cerimónias fúnebres estavam o filho, a nora, toda a família real italiana, representantes do governo, das câmaras parlamentares e dos corpos militares. Os imperadores da Alemanha e da Áustria-Hungria fizeram-se representar respectivamente pelo adido militar e pelo embaixador em Itália, o rei da Bulgária (um Saxe-Coburgo) enviou o príncipe herdeiro e o governo português o seu representante em Itália (Lambertini Pinto), para desagrado da rainha Margarida, que não gostou que o filho acolhesse o representante da República portuguesa¹²⁷. Compareceram também os cônsules de França, Inglaterra, Estados Unidos, Repúblicas sul-americanas, etc. Depois organizou-se um 2º cortejo em direcção à estação do funicular que conduzia à basílica de Superga, panteão real dos Sabóias. Era agora uma cerimónia privada. Um vagão fúnebre transportou o ataúde e um outro o clero e as pessoas de serviço. Na basílica, na presença da família real, que tinha ido de automóvel, fez-se de imediato a inumação na cripta régia¹²⁸. Maria Pia repousava, finalmente, junto da família de que tanto se orgulhava.

¹²⁵ BARROS, L., 1951, p. 38.

¹²⁶ ACS, Ministero della Reale Casa, Prefetto di Palazzo, 1911, busta 179, V, fasc. 2.

¹²⁷ Carta de Lambertini Pinto a João Chagas de 1-8 de Março de 1812 em *Correspondência...*, 1958, p. 89.

¹²⁸ ACS, Ministero della Reale Casa, Prefetto di Palazzo, 1911, busta 179, V, fasc. 2.

Fontes e estudos

Fontes manuscritas

Archivio Centrale dello Stato (ACS), Roma

Ministero della Reale Casa, Segreteria Reale, 1911.

Ministero della Reale Casa, Prefetto di Palazzo, 1911.

Archivio di Stato di Torino (AST), Turim

Legato Umberto II, 1º versamento, cartella 16 (Cartas dirigidas à rainha Maria Pia, 1884-1911).

Legato Umberto II, 1º versamento, cartella 31 (Cartas escritas pela rainha Maria Pia a seu pai, 1861-1877).

Archives Nationales de France (ANF), Paris

300/AP/III/713/224: diário de D. Amélia de 7 a 16 de Outubro de 1910 (transcrição traduzida e facultada por Margarida Durães).

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Lisboa

Arquivo da Casa Real: caixas 6947-7496.

Arquivo Regional de Ponta Delgada (ARPD), Ponta Delgada

Arquivo Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro: cartas da rainha D. Maria Pia e do seu mordomo-mor, o 2º duque de Loulé.

Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC), Coimbra

Espólio Martinho da Fonseca.

Espólio Jardim de Vilhena.

Biblioteca da Ajuda (BA), Lisboa

51-XII-106; 51-XIII-23; 51-XIII-37; 52-IX-30; 52-XIV-8; 54-V-1; 54-V-3; 54-X-8; 54-X-31; 54-X-32; 54-XIII-22; 232-VI; 233-VIII.

Biblioteca Reale di Torino (BRT), Turim

STP 726-15: *Registro dei cerimoniali di corte diretto da me Pietro Vivaldi Pasqua Duca di S. Giovanni Gran Mastro di Cerimonie di Sua Maestà il Re Carlo Alberto. Principiato addì 25 giugno 1844 e terminato addì 8 febbraio 1848* (transcrição facultada por Pierangelo Gentile).

Fontes impressas

- Actas da Câmara dos Deputados*, 1862-1910. Disponível in <http://debates.parlamento.pt/catalog.aspx?cid=mc.cd>. Accede il 11/9/2008.
- Actas da Câmara dos Pares*, 1862-1910. Disponível in <http://debates.parlamento.pt/catalog.aspx?cid=mc.cp>. Accede il 11/9/2008.
- Actas da Assembleia Nacional Constituinte*, 1911. Disponível in <http://debates.parlamento.pt/catalog.aspx?cid=mc.cp>. Accede il 11/9/2008.
- Almanach Bertrand*, coord. por Fernandes Costa, Lisboa, José Bastos Editor, 1900-1913.
- Almanach de Gotha. Annuaire généalogique, diplomatique et statistique 1887*, Gotha, Justus Perthes, 1859-1907.
- ALMEIDA, Fialho de (1911), *Os Gatos VI*, Lisboa, Livraria Clássica.
- ALMEIDA, Fialho de (1919), *Os Gatos I*, Lisboa, Livraria Clássica.
- ALMEIDA, José Luís de (Lavradio), coord. (2004), *Memórias do sexto Marquês de Lavradio*, Lisboa, Nova Ática.
- Annuario do Archivo Pittoresco 1864-1866*.
- Archivo Pittoresco. Semanario Ilustrado*.
- BARRETO, José Trazimundo Mascarenhas (1986), *Memórias do marquês de Fronteira e d'Alorna*, 5 vols., Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- BENSABAT, José Jacob (1929), *A verdade dos factos ocorridos na villa da Ericeira na ocasião da implantação da Republica*, Lisboa, Imprensa Africana.
- BRAMÃO, Alberto (1945), *Últimas recordações*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade.
- Branco e Negro*.
- BRANDÃO, Raul (1925), *Memórias II*, Lisboa, Bertrand.
- BRANDÃO, Raul (1998), *Memórias I*, Lisboa, Relógio d'Água (1ª ed: 1919).
- BREYNER, Thomaz de Mello (1930), *Memórias do professor Thomaz de Mello Breyner 4º conde de Mafra, 1869-1880*, Lisboa, Parceria Antonio Maria Pereira.
- BREYNER, Thomaz de Mello (1934), *Memórias do professor Thomaz de Mello Breyner 4º conde de Mafra, 1880-1883*, Lisboa, Of. Gráfica.
- BREYNER, Thomaz de Mello (1993), *Diário de um monárquico (1908-1910)*, s.l., s.n.
- BREYNER, Thomaz de Mello (1994), *Diário de um monárquico (1911-1913)*, s.l., s.n.
- BREYNER, Thomaz de Mello (2003), *Diário de um monárquico (1905-1907)*, Porto, Fundação Eng. António de Almeida.
- BREYNER, Thomaz de Mello (2005), *Diário de um monárquico (1902-1904)*, Porto, Fundação Eng. António de Almeida.
- CABRAL, António (1929), *Cinzas do passado.... As minhas memórias políticas*, Lisboa, Livraria Popular de Francisco Franco.
- CABRAL, António (1930), *As minhas memorias politicas. Na linha de fogo*, Lisboa, Livraria Popular de Francisco Franco.
- CABRAL, António (1931), *As minhas memorias politicas. O agonizar da Monarchia. Erros e crimes. Novas revelações*, Lisboa, Livraria Popular de Francisco Franco.
- CABRAL, António (1933), *Cartas d'el-rei D. Manuel II. O homem, o Rei, o Portuguez. Notícias e revelações. Memórias políticas*, Lisboa, Livraria Popular de Francisco Franco.

- CHAGAS, João (1898), *Na Brecha (Pamphletos), 1893-1894*, Lisboa, Agencia Universal de Publicações.
- COLAÇO, Branca de Gonta (2005), *Memórias da Marquesa de Rio Maior*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira (1ª ed: 1930).
- Colleccção Official da Legislação Portugueza*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1860-1910.
- Conimbricense, O.*
- Correspondência literária e política com João Chagas*, II, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1958.
- CORVO, João de Andrade (1870), *Perigos*, Lisboa, Typ Universal.
- COSTA, Fernandes, pub. por (1913), “A Rainha Maria Pia”, *Almanach Bertrand*, Lisboa, José Bastos Editor, pp. 23-26.
- CUNHA, Xavier & PINHEIRO, Raphael Bordalo, dir. (1884), *Lisboa creche: jornal miniatura offerecido em beneficio das creches a sua magestade a Rainha a Senhora Dona Maria Pia*, Lisboa, David Corazzi.
- Diario de Lisboa.*
- Diario de Noticias.*
- Documentos políticos encontrados nos palácios reais depois da revolução republicana de 5 de Outubro de 1910. Ed. ordenada pela Assembleia Nacional Constituinte em sessão de 13 de Julho de 1911*, Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa, 1915.
- Duas palavras sobre a candidatura de S. M. El-rei D. Fernando ao throno de Hespanha por um Portuguez*, Lisboa, Lallemand Frères Typographos, 1870.
- Estrella, A. Numero unico. Festa de caridade e bazar. Organizado sob a protecção de Sua Magestade a Rainha*, Lisboa, s.n., 1885.
- FONTES, Vital (1945), *Servidor de reis e de presidentes*, compilação de Rogério Perez, Lisboa, Ed. Marítimo-Colonial.
- Gazeta de Coimbra.*
- GUIMARÃES, Ricardo (1863), *Narrativas e episódios da vida parlamentar*, Lisboa, Typographia Universal.
- Ilustração Portugueza.*
- Instituto, O.*
- Jornal de Coimbra.*
- LEAL, Gomes (1881^a), *A Traição. Carta a El-Rei D. Luiz sobre a venda de Lourenço Marques*, Lisboa, Campos Júnior.
- LEAL, Gomes (1881^b), *O Hereje. Carta à Rainha a Senhora D. Maria Pia acerca da queda dos thronos e dos altares*, Lisboa, Campos Júnior.
- LEAL, Gomes (1900), *A morte do rei Humberto e os críticos do “Fim dum mundo”*, Lisboa, Parceria Antonio Maria Pereira.
- LEAL, Gomes (1914), *Patria e Deus e A Morte do Mão Ladrão*, Lisboa, Liv. de João Carneiro (obra literária)
- LENOIR, Lélío (1863), *Portugal em 1862*, Lisboa, Sousa Neves.
- LENOIR, Lélío (1864), *Portugal em 1863*, Lisboa, Sousa Neves.
- LENOIR, Lélío (1865), *Portugal em 1864*, Lisboa, Sousa Neves.
- MACHADO, Bernardino (1905), *Da monarchia para a república, 1883-1905*, Coimbra, França Amado.

- MARTINS, Oliveira (1924), *Dispersos II*, Lisboa, Biblioteca Nacional.
- Nação, A.*
- Occidente, O.*
- ORTIGÃO, Ramalho (1986), *As Farpas I. A Vida Provincial*, Lisboa, Clássica Editora.
- ORTIGÃO, Ramalho (1988^a), *As Farpas II. As Epístolas*, Lisboa, Clássica Editora.
- ORTIGÃO, Ramalho (1988^b), *As Farpas III. Os Indivíduos*, Lisboa, Clássica Editora.
- ORTIGÃO, Ramalho (1989), *As Farpas IV. O Parlamentarismo*, Lisboa, Clássica Editora.
- ORTIGÃO, Ramalho (1990), *As Farpas V. A Religião e a Arte*, Lisboa, Clássica Editora.
- ORTIGÃO, Ramalho (1991), *As Farpas VI. A Sociedade*, Lisboa, Clássica Editora.
- ORTIGÃO, Ramalho (1992^a), *As Farpas X. Aspectos vários da sociedade, da política e da administração*, Lisboa, Clássica Editora.
- ORTIGÃO, Ramalho (1992^b), *As Farpas XI. Aspectos vários da sociedade, da política e da administração*, Lisboa, Clássica Editora.
- ORTIGÃO, Ramalho (1992^c), *As Farpas XIV. Crónica mensal da política, das letras e dos costumes (1873-1875)*, Lisboa, Clássica Editora.
- ORTIGÃO, Ramalho (1993^a), *As Farpas XV. Crónica mensal da política, das letras e dos costumes (1876-1882)*, Lisboa, Clássica Editora.
- ORTIGÃO, Ramalho (1993^b), *Farpas Esquecidas I*, Lisboa, Clássica Editora.
- ORTIGÃO, Ramalho (1993^c), *Farpas Esquecidas II*, Lisboa, Clássica Editora.
- ORTIGÃO, Ramalho (1993^d), *Últimas Farpas*, Lisboa, Clássica Editora.
- Panorama, O.*
- PATRÍCIO, António (1990), *O Fim*, Lisboa, Assírio & Alvim (1ª ed: 1909; obra literária).
- QUEIRÓS, Eça de (1987), *Uma campanha alegre*, 2 vols., Mem Martins, Europa-América.
- RATTAZZI, Maria (1997), *Portugal de relance*, Lisboa, Antígona.
- Revista Contemporânea.*
- RIO MAIOR, condessa de (1852-1889), *Correspondência de e para seus filhos*, (http://www.ics.ul.pt/ahsocial/gd_riomaior.asp). Accede il 17/2/2008.
- RIO MAIOR, condessa de (2005), *Correspondência para seus filhos, 1852/1865*, estudo, organização e notas de Maria Filomena Mónica, Lisboa, Parceria A. M. Pereira.
- SAVIOTTI, Gino (1941), "La Lettera di un suocero al genero (Vittorio Emanuele II a Luigi Re di Portogallo)" em *Italia e Portogallo*, Florença, Vallecchi Editore, pp. 95-102.
- SAVOIA, Vittorio Emanuel (1966), *Le lettere di Vittorio Emanuele II*, ed. Francesco Cognasso, 2 vols., Turim, Deputazione Subalpina di Storia Patria.
- SCHWALBACH, Eduardo (1944), *À lareira do passado*, Lisboa, Imprensa Nacional de Publicidade.
- SILVA, J. Possidónio Narciso da (1865), *Descrição das novas salas no Real Palacio da Ajuda. Obras mandadas executar por sua magestade a rainha a senhora D. Maria Pia de Sabóia nos seus reaes aposentos*, Lisboa, Typ. Portuguesa.
- TRIBUNA, A.*
- VENTURA, José Miguel [1862], *Portugal e a Italia ou enlace da dynastia de Bragança com a dynastia de Saboya*, Lisboa, Silva Junior.
- VILHENA, Júlio de (1916), *Antes da Republica. Notas autobiográficas*, 2 vols., Coimbra, França & Arménio.

VILHENA, Júlio de (1917), *Antes da Republica. Resposta a um livro póstumo*, Coimbra, França & Arménio.

VILHENA, Júlio de (1922), *D. Pedro V e o seu reinado. Novos documentos. Suplemento*, Coimbra, Imprensa da Universidade.

Estudos

ABREU, Jorge de (1912), *A Revolução Portuguesa. O 5 de Outubro (Lisboa 1910)*, Lisboa, Casa Alfredo David.

AMARAL, Augusto Ferreira do (1966), *A acalmção e Dom Manuel II*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade.

ANGUERA, Pere (2003), *El general Prim. Biografía de un conspirador*, Barcelona, Edhasa.

ARRIAGA, José (1911), *Os ultimos 60 annos da Monarchia. Causas da Revolução de 5 de Outubro de 1910*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira.

AURORA, conde d' (1939) – *A rainha D. Maria Pia*, Porto, s.n.

BAÊNA, Miguel Sanches de (1990), *Diário de D. Manuel e estudo sobre o regicídio*, Lisboa, Alfa.

BARROS, Leitão de (1951), *Duas visitas a Versalbes, 1938-1851*, Lisboa, Neogravuras.

BENEVIDES, Francisco da Fonseca (2007), *Rainhas de Portugal. Estudo histórico*, Lisboa, Livros Horizonte (1ª ed: 1879).

BERN, Stéphane (1997), *Moi, Amélie dernière reine de Portugal*, Paris, Denoël [fiction che, a quanto pare, utilizza fonti].

BRAZÃO, Eduardo (1963), *A unificação de Itália vista pelos diplomatas portugueses (1848-1860)*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

BRAZÃO, Eduardo (1966), *A unificação de Itália vista pelos diplomatas portugueses (1861-1870)*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

CAMACHO, Brito (1927), *D. Carlos, íntimo*, Lisboa, Editora Guimarães.

CÂNCIO, Francisco (1939), *Aspectos de Lisboa no século XIX*, Lisboa, s.n.

CÂNCIO, Francisco (1940), *Lisboa de outros séculos. Cem anos de pitoresco*, Lisboa, s.n.

CÂNCIO, Francisco (1943), *Lisboa. Figuras e casos do passado*, vol. 3, Lisboa, s.n.

CÂNCIO, Francisco (1955), *O Paço da Ajuda*, Lisboa, s.n.

CÂNCIO, Francisco (1962), *Lisboa no tempo do passeio público 1*, Lisboa, Imp. Barreiro.

CÂNCIO, Francisco (1963), *Lisboa no tempo do passeio público 2*, Lisboa, Imp. Barreiro.

CARVALHO, João Pinto de – ver TINOP.

CATINOT-Crost, Laurence (2000), *La reine Amélie de Portugal. Le plus beau cadeau que la France ait fait au Portugal*, Biarritz, Atlântica.

COGNASSO, Francesco (2002), *I Savoia*, Milão, Corbaccio.

COLAÇO, Branca de Gonta & ARCHER, Maria (1943), *Memórias da linha de Cascais*, Lisboa, Parceria Antonio Maria Pereira.

CORPECHOT, Lucien (2007), *Memórias Inéditas da Rainha D. Amélia*, Casal de Cambra, Caleidoscópio.

- COSTA, António da, D. (1879), *Historia do Marechal Saldanha*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- COSTA, Júlio de Sousa e (1943), *O rei Dom Carlos I. Factos inéditos do seu tempo (1863-1908)*, Lisboa, Bertrand.
- COSTA, Mário (1959), *Uma quermesse de caridade na Real Tapada da Ajuda*, Lisboa, s.n.
- DE PAOLI, Gianfranco E. (1995), *Vittorio Emanuele II. Il re, l'uomo, l'epoca*, Milão, Mursia.
- DIAS, Carlos Malheiro (1905), *Cartas de Lisboa*, 3 vols., Lisboa, Livraria Classica Editora.
- DIAS, Carlos Malheiro (1912^a), *Do Desafio à debandada. O pesadêlo*, Lisboa, Livraria Classica Editora.
- DIAS, Carlos Malheiro (1912^b), *Do Desafio à debandada. Cheque ao Rei...*, Lisboa, Livraria Classica Editora.
- DIAS, Carlos Malheiro [1912^c], *Entre precipícios*, Lisboa, Empreza Lusitana.
- EHRHARDT, Marion (1988), “D. Fernando II visto através das suas cartas à família” em *Romantismo. Figuras e factos da época de D. Fernando II*, I Congresso Internacional de Sintra sobre o Romantismo, Sintra, Instituto de Sintra, pp. 9-14.
- FERRÃO, Carlos (1961), *Em defesa da verdade. O regicídio, os adiantamentos, a diplomacia de D. Carlos*, Lisboa, Editorial Século.
- FERRO, António (1954), *D. Manuel II o Desventurado*, Lisboa, Bertrand, s.d.
- FIORENTINO, Carlo M. (2008), *La corte dei Savoia (1849-1900)*, Bolonha, Il Mulino.
- GARCIA, Emídio (1939), *O infante D. Afonso de Bragança*, Lisboa, Parceria Antonio Maria Pereira.
- GENTILE, Pierangelo (2004), “Beneficenza e defesa. I Savoia a Racconigi attraverso i documenti dell'Archivio comunale”, *Bollettino della Società per gli Studi Storici, Archeologici ef Artistici*, Cuneo, n° 130, pp. 47-72.
- GENTILE, Pierangelo (2009), “Le pratiche devozionali alla corte di Carlo Alberto di Savoia”, *Studi Piemontesi*, Turim, 38-1, pp. 173-181.
- GHISALBERTI, Alberto Maria (1940), “Maria Pia di Savoia, Regina di Portogallo” em *Relazioni storiche fra l'Italia e il Portogallo. Memorie e documenti*, Roma, Reale Accademia d'Italia, pp. 483-488.
- GUEDES, Carmina Correia (2004), *A educação dos príncipes no Paço da Ajuda (1863-1884)*, Lisboa, Ministério da Cultura/IPPA/Palácio Nacional da Ajuda.
- LEITÃO, Joaquim (1911), *Diário dos vencidos. Subsídios para a historia da revolução de cinco de Outubro*, Lisboa, Ed. Autor.
- LOPES, Maria Antónia (1993), “Os pobres e a assistência pública” em *História de Portugal* dir. por José Mattoso, vol. V, *O Liberalismo*, coord. por Luís R. Torgal e João L. Roque, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 501-515.
- LOPES, Maria Antónia (2011), “As grandes datas da existência: momentos privados e rituais públicos” em *História da Vida Privada em Portugal* dir. por José Mattoso, vol. III, *Época Contemporânea*, coord. por Irene Vaquinhas, Lisboa, Círculo de Leitores e Temas e Debates, pp. 152-193; 470-473.
- LOPES, Maria Antónia (2011), *Rainhas que o povo amou. Estefânia de Hobenzollern e Maria Pia de Savoia*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- LOURO, Francisco (1976), “Um testamento inédito do rei D. Luís”, *Bracara Augusta*, Braga, vol. 30, n° 69 (81), pp. 179-183.
- LOURO, Francisco (1987), “A Rainha D. Maria Pia” em *Rainha D. Maria Pia. Iconografia*, Lisboa, Palácio Nacional da Ajuda (sem paginação).
- LOURO, Francisco & PINTO, Graça Mendes, texto e organização do catálogo (1990), *D. Luís I duque do Porto e rei de Portugal. Catálogo*, Lisboa, Palácio Nacional da Ajuda.

- MACHUQUEIRO, Pedro Urbano da Gama (2005), *A casa Palmela e o desafio liberal: estratégias de afirmação*, Lisboa, FCSH da Universidade Nova de Lisboa.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, coord. (1991), *Portugal da Monarquia para a República* (vol. XI da *Nova História de Portugal* dir. por Joel Serrão e Oliveira Marques), Lisboa, Presença.
- MARTINS, Francisco da Rocha (1926), *D. Carlos. História do seu reinado*, s.l., Ed. A.
- MARTINS, Francisco da Rocha (1931), *D. Manuel II, historia do seu reinado e da implantação da República*, s.l., Ed. A.
- MAZZONIS, Filippo (2003), *La monarchia e il Risorgimento*, Bolonha, Il Mulino.
- MÓNICA, Maria Filomena, coord. (2004-2006), *Dicionário biográfico parlamentar, 1834-1910*, Lisboa, ICSUL/Assembleia da República.
- MONTI, Antonio (1935), *Donne e passioni del Risorgimento*, Milão, Corticelli.
- MONTI, Antonio (1939), *La giovinezza di Vittorio Emanuele II (1820-1849)*, Milão, A. Mondadori
- MONTI, Antonio (1941), *Vittorio Emanuele II (1820-1878)*, Milão, Garzanti.
- NEMÉSIO, Vitorino (1953), *O destino de Gomes Leal. Seguido de poesias escolhidas (com dispersos desconhecidos)*, Lisboa, Bertrand.
- NOBRE, Eduardo (2003^a), *Casa Real. Fotografias, Documentos, Manuscritos, Memorabilia*, s.l., Quimera.
- NOBRE, Eduardo (2003^b), *Família Real. Álbum de fotografias*, s.l., Quimera.
- NOBRE, Eduardo (2005^b), *Paixões Reais*, s.l., Quimera.
- NOBRE, Eduardo (2006), *Amélia, rainha de Portugal*, s.l., Quimera.
- NOBRE, Eduardo (2008), *O trono e as lágrimas. 10 histórias de princesas que não foram felizes para sempre*, Lisboa, Quimera.
- NORONHA, Eduardo de (1912), *O passado. Reminiscências anedóticas dos tempos idos*, Porto, Magalhães & Moniz.
- NORONHA, Eduardo de (1926), *Fontes Pereira de Melo e os seus colaboradores. Complemento do livro A Regeneração. Mais subsídios para a história política portuguesa no século XIX*, Porto, Companhia Portuguesa Editora.
- NORONHA, Eduardo de (1928), *Reinado florescente, soberano pacífico. Alguns elementos para a reconstrução da época de D. Luiz I*, Lisboa, João Romano Torres.
- NORONHA, Eduardo de (s.d.^a), *A Regeneração. Fontes Pereira de Melo e os seus colaboradores. Mais subsídios para a história da sua vida, meio, obra, factos, amores e aventuras*, Porto, Companhia Portuguesa Editora.
- NORONHA, Eduardo de (s.d.^b), *O rei marinheiro. Subsídios para a história política, social, militar, literária, industrial e artística do reinado de D. Luiz I*, Lisboa, João Romano Torres.
- OLIVA, Gianni (2009), *I Savoia. Novecento anni di una dinastia*, s.l., Mondadori.
- PAIXÃO, V. Braga (1965), *Últimos casamentos na Casa Real em Portugal*, Lisboa, Sep. das Memórias da Academia das Ciências de Lisboa (Classe de Letras, T VIII).
- PAVÃO, José Manuel & CERQUEIRA, João (2007), *Maria Pia. Rainha e mulher*, Mirandela, João Azevedo Editor.
- PEREIRA, Ana Marques (2000), *Mesa Real. Dinastia de Bragança*, Lisboa, Inapa.
- PEREIRA, Esteves & RODRIGUES, Guilherme (1904-1915), *Portugal. Dicionário histórico, chorográfico, heráldico, biográfico, bibliográfico, numismático e artístico*, 7 vols., Lisboa, João Romano Torres.

- PESCI, Ugo (1904), *Firenze capitale (1865-1870). Dagli appunti di un ex cronista*, Florença, Bemporad.
- PINTO, Albano da Silveira & BAENA, Visconde Sanches de (1991), *Resenha das Famílias Titulares e Grandes de Portugal*, Braga, s.n.
- Porto 1865, uma exposição*, Lisboa, Expo-98, 1994.
- PROENÇA, Maria Cândida (2006), *D. Manuel II*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- QUEIRÓS, Francisco Fortunato (2003), *A questão ibérica. Correspondência de D. Fernando, marquês de Sá da Bandeira, conde de Alte e duque de Saldanha*, Portalegre, Instituto Politécnico de Portalegre.
- Rainha D. Maria Pia. Iconografia*, Lisboa, Palácio Nacional da Ajuda, 1987.
- RAMALHO, Margarida de Magalhães (2003), *Uma corte à beira-mar: 1870-1910*, Lisboa, Quetzal.
- RAMOS, Rui (1994), *A segunda fundação (1890-1826)*, vol. VI da *História de Portugal* dir. por José Mattoso, Lisboa, Círculo de Leitores.
- RAMOS, Rui (2001), “D. Amélia, a grande”, *Análise Social*, Lisboa, vol. 36, nº 160, pp. 915-924.
- RAMOS, Rui (2006), *D. Carlos*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- REBELO, Teresa (2006), *Condessa d’Edla. A cantora de ópera quasi rainha de Portugal e de Espanha (1836-1929)*, Lisboa, Alêtheia Editores.
- Rei D. Luís I. Iconografia*, Lisboa, Palácio Nacional da Ajuda, 1990.
- RIBEIRO, Victor (1901-07), “Historia da beneficencia publica em Portugal”, *O Instituto*, Coimbra, vols. 48 a 54 (em 1907 editada em livro pela Imprensa da Universidade de Coimbra).
- ROMANONES, conde de (1965), *Amadeo de Saboya, El-Rey Efímero. España y los orígenes de la guerra francoprusiana de 1870*, Madrid, Espasa-Calpe.
- ROSSI, G. G. (1941), “Maria Pia di Savoia nei poeti portoghesi” em *Italia e Portogallo*, Florença, Vallecchi Editore, pp. 59-93.
- SÁ, Aires de (1928), *Rainha D. Amélia*, Lisboa, Parceria Antonio Maria Pereira.
- SÁ, Aires de (1929), *Príncipe Real D. Luiz Filipe*, Lisboa, Parceria Antonio Maria Pereira.
- SÁ, Isabel dos Guimarães & LOPES, Maria Antónia (2008), *História breve das Misericórdias portuguesas*, Coimbra, Imprensa da Universidade.
- SABUGOSA, conde de (1912), *Neves de antanho*, Lisboa, Portugal-Brasil Sociedade Editora.
- SAMPAYO, Luiz Teixeira de (1984), *Estudos históricos*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- SANTOS, Eduardo dos (1986), *A questão do Barotze*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical.
- SEQUEIRA, Gustavo de Matos (1961), *O Palácio Nacional da Ajuda. Resenha histórica*, Lisboa, s.n.
- SILVA, César da (1922), *A derrocada de um trono. Crónica dos dois últimos reinados em Portugal, 1889-1910*, Lisboa, João Romano Torres.
- SILVEIRA, Luís Espinha da & FERNANDES, Paulo Jorge (2006), *D. Luís*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- SMITH, Denis Mack (1971), *Victor Emanuel, Cavour and the Risorgimento*, Londres, Oxford University Press.
- SMITH, Denis Mack (2008), *I Savoia re d’Italia*, s.l., BUR.
- SOUSA, Fernando de & MARQUES, A. H. de Oliveira, coord. (2004), *Portugal e a Regeneração* (vol. X da *Nova História de Portugal* dir. por Joel Serrão e Oliveira Marques), Lisboa, Presença.
- TEIXEIRA, José (1986), *D. Fernando II. Rei-artista, artista-rei*, Lisboa, Fundação da Casa de Bragança.

- TINOP (1938), *Lisboa de outrora*, 1º vol., Lisboa, Grupo “Amigos de Lisboa”.
- TINOP (1939), *Lisboa de outrora*, 3º vol., Lisboa, Grupo “Amigos de Lisboa”.
- Tricolore* (<http://www.tricolore-italia.com/pdf/spec/>). Consultado a 4.2.2009.
- VAQUINHAS, Irene (2000), “*Senhoras e Mulheres*” *na sociedade portuguesa do século XIX*, Lisboa, Colibri.
- VASCONCELOS, Francisco de (2003), *A nobreza do século XIX em Portugal*, Porto, Centro de Estudos de Genealogia.
- ZAGALO, Manuel C. de Almeida Caiola (1961), *O Palácio Nacional da Ajuda. Resenha histórica*, Lisboa, s.n.
- ZÚQUETE, Afonso Duarte Martins, dir. (1989), *Nobreza de Portugal e do Brasil*, 3 vols., Lisboa, Editorial Enciclopédia.

(Página deixada propositadamente em branco)

Pierangelo Gentile

Università degli Studi di Torino

DEPOIS DA DERROTA.
O EXÍLIO PORTUGUÊS DE CARLOS ALBERTO, REI DA
SARDENHA, E HUMBERTO II, REI DE ITÁLIA

1. O “rei mártir”

«Sempre fiz todos os esforços possíveis, de há 18 anos a esta parte para o bem dos povos; para mim, é dolorosíssimo ver as minhas esperanças falharem, não tanto por mim, mas pelo país; não pude encontrar a morte no campo de batalha, como a teria desejado; talvez a minha pessoa seja agora o único obstáculo para obter da parte do inimigo uma justa convenção; e como não há já meio algum para continuar as hostilidades, abduco neste instante da coroa a favor do meu filho Vítor, na esperança de que, ao renovar as conversações com Radetzky, o novo rei possa obter pactos melhores e conseguir uma paz vantajosa para o país: eis agora o vosso rei»¹.

Indicando o novo soberano da Sardenha – o duque de Sabóia Vítor Manuel, de vinte e oito anos – Carlos Alberto, no melancólico enquadramento do palácio Bellini, em Novara, ao anoitecer de 23 de Março de 1849, às nove e um quarto, concluía o seu reinado da pior maneira. A guerra contra os austríacos, passada à história como a primeira guerra da independência, estava definitivamente perdida e só tinham passado poucos dias após o discurso da desafronta, pronunciado na Câmara pelo ministro democrático Urbano Rattazzi. O Piemonte tinha tentado inutilmente retomar

¹ CIBRARIO, L., 1850, p. 243.

as hostilidades que se tinham interrompido com a assinatura do armistício Salasco, a 9 de agosto de 1848. Mas nestes meses de nada tinha servido a reorganização do exército, sempre devorado pelas rivalidades dos seus comandantes e a admissão de um presumível estratega polaco capaz, como era o general Chrzanowski. Só restava enviar o general Cossato ao marechal-de-campo Radetzky e o ministro ao campo Cadorna para alcançar um tratado de paz honrosa².

Enquanto para o pequeno reino saboiano se abria, sob os piores auspícios, uma nova fase política, o rei, que pouco mais de um ano antes tinha concedido instituições livres com o Estatuto, tomava o caminho do exílio. Carlos Alberto parecia consciente do destino que o esperava: disso se tinha apercebido o criado de câmara Bertolini, que, enviado a Turim a anunciar a abdicação, testemunhara a imagem de um rei preparado para enfrentar a morte³. Na solidão, Carlos Alberto enfrentaria o destino. Tinha tomado a este propósito disposições precisas: à mulher, a rainha Maria Teresa de Habsburgo-Lorena, a ordem de não se deslocar da capital; aos afeiçoadíssimos ajudantes de campo – Carlos e Maurício Nicolis de Robililant e Luís Scati di Casaleggio – uma comovida despedida, não querendo *faire partager à personne* a sua triste sorte. De nada serviram as lágrimas e calorosas instâncias dos oficiais para seguir Carlos Alberto, fosse qual fosse a sua sorte⁴. A decisão de partir sozinho foi irrevogável. Fechado no quarto para os últimos preparativos antes da partida, o ex-soberano convocou exclusivamente o pessoal de serviço para os pormenores da viagem; quando lhe chegou o passaporte militar emitido pelo comandante de Novara, o conde Morelli, tudo estava já pronto. Havia pouco que tinha batido a meia-noite; o conde de Barge – era este o título escolhido por Carlos Alberto para o exílio –, depois de subir para uma pequena e incómoda *escargot*, preparava-se com o secretário de gabinete Lorenzo Gamalero e com o camareiro Francesco Valletti para alcançar, como escreve Cibrario, «a extrema praia

² Sobre Carlos Alberto é sempre válida, se bem que datada e discutida, a documentada biografia em três volumes de RODOLICO, N., 1931-1943. Para a síntese mais recente, cf. BRIGNOLI, M., 2007. Utilíssima é a entrada de TALAMO, G., 1977.

³ AZEGLIO, C., 1996, vol. I, p. 980, 25.3.1849.

⁴ CIBRARIO, L., 1850, p. 244.

ocidental da Europa»⁵: o Porto, em Portugal. Milhares de quilómetros por terra: uma viagem extenuante que seria fatal para a já precária saúde do ex-rei; uma viagem não privada de insídias.

O caminho escolhido para alcançar a longínqua meta logo no início era perigoso, devendo Carlos Alberto atravessar as linhas inimigas e correr o risco de ser feito prisioneiro: uma eventualidade que, se viesse a concretizar-se, teria tornado ainda mais difíceis as conversações do Piemonte com a Áustria. Apanhada a estrada de Vercelli, com efeito, depois de pouco mais de uma hora de marcha, a carruagem foi mandada parar por uma guarnição austríaca emboscada numa quinta e bem defendida por uma bateria de artilharia. Intimado a deter-se, com os canhões alinhados, o ex-rei teve de esperar várias horas na viatura até que o general Thurn, comandante do 4º corpo do exército, chegasse para explicar o insólito trânsito em território ocupado. Às cinco da manhã de 24 de Março, foi obrigado a descer da carruagem e interrogado; mas o conde de Barge, “coronel na reserva” do exército sardo, não foi reconhecido. Num tempo de péssimas relações entre as cortes de Turim e Viena, foi uma sorte para o ex-rei que o general austríaco se encontrasse em Itália havia apenas poucos meses⁶. Carlos Alberto pôde assim voltar a partir por volta das oito em direcção a Casale Monferrato, em território completamente controlado pelas tropas imperiais do general Wimpfen. Tendo nascido o dia, a carruagem com o inconfundível brasão de Carlos Alberto (o leão com o elmo e o escudo, para além do célebre mote *Je atans mon astre*) nos lados, passou quase despercebida em outras duas ocasiões: a primeira vez, quando um ulano, que se congratulou com o “coronel” pela sua bela espada, a fez parar; a segunda, por volta do meio-dia, quando um ajudante de campo a deteve, desaconselhando o incógnito piemontês de tomar a estrada de Casale, cidade pronta a ser assediada. Tranquilizado o oficial austríaco da inutilidade da operação militar devido à assinatura do armistício, Carlos Alberto prosseguiu a viagem em direcção a Moncalvo e Asti. Às dezanove horas de 24 de Março, o ex-rei chegava a Nizza Monferrato, onde se alojou na estalagem dos serviços

⁵ CIBRARIO, L., 1850, p. 246.

⁶ SALATA, F., 1931, p. 439.

postais. Foi só uma paragem de algumas horas, precisamente o tempo para recuperar forças com uma sopa de arroz, ovos estrelados e peixe frito, o “habitual jantar de um monge cartuxo”⁷. Às dez da noite, entre relâmpagos, chuva à mistura com neve, um «tempo, enfim, correspondente às infelicíssimas circunstâncias do país e, em particular, do arrojado e desventurado monarca»⁸, o triste cortejo tomava o caminho de Acqui. Chegado à célebre estação termal, o secretário Gamalero diligenciou em busca de cavalos “frescos”, com a ajuda do primeiro-sargento da guarda local. Carlos Alberto, todavia, não tinha a mínima intenção de pernoitar ali. Queria deixar o Piemonte o mais depressa possível. De modo que às duas e meia da manhã de domingo, 25 de Março, voltava a partir, resoluto, alcançando, às seis, Spigno Monferrato: cansado e entorpecido, a sua primeira preocupação foi a de procurar uma igreja para assistir à missa; só depois entrou numa «tabernazita» para tomar uma chávena de café. Não havia tempo a perder, de resto; o caminho, até deixar o reino, era ainda longo. Era preciso atravessar os Apeninos: tomada a estrada para Savona, o rumo era o da fronteira, na direcção de Nice. Percorrida toda a Riviera Lígure ocidental, pouco antes de alcançar essa importante cidade, Carlos Alberto encarregou o fiel Gamalero de o preceder junto do comandante militar da divisão para que lhe fosse preparado um passaporte para França e Espanha. Eram as primeiras luzes de segunda-feira; ali se deteve apenas o tempo necessário para assistir ao ofício religioso no convento carmelita de Nossa Senhora del Laghetto, pouco acima de La Turbie, quando, na manhã de 26 de Março, o ex-rei foi recebido pelo general Olivieri e pelo intendente-geral de Nice, o conde Santa Rosa. Não houve muitas cerimónias. Depois de um rápido abraço, Carlos Alberto subiu para a carruagem do general e fez-se acompanhar até à ponte sobre o Var. Ali, voltou a descer, tomando novamente a viatura de Gamalero e Valletti. A fronteira francesa estava agora próxima. Ninguém reconheceu Carlos Alberto. Os guardas-fiscais republicanos deram uma olhadela de circunstância às poucas bagagens. O reino estava agora para trás: três dias ininterruptos para um percurso de mais de trezentos quilómetros;

⁷ CIBRARIO, L., 1850, p. 248.

⁸ GAMALERO, L., 1850, p. 4.

e tudo feito numa carruagem projectada para o relaxante passeio no parque do castelo de Racconigi, e não, decerto, para uma longa e fatigante viagem.

Angustiado por ter deixado o país, mas convencido de ter feito o que estava certo, às quatro e meia da tarde Carlos Alberto chegava a Antibes. Ali, na Costa Azul, pôde finalmente repousar um pouco, alugando um quarto no antigo Hotel de Inglaterra; jantou conforme o seu hábito, às seis. Depois, já pelo serão adiantado, recebeu a visita do fiel e devoto conde de Castagnetto, seu secretário e superintendente da lista civil, chegado, a seu pedido, expressamente de Turim. Carlos Alberto devia regularizar as questões económicas: organizados os negócios do seu património privado, de modo a não agravar as finanças do Estado («Je préférerais manger du pain noir tout le reste de mes jours, plutôt que l'on put dire que dans une époque aussi terrible je suis venu aggraver ou embarrasser encore dans un intérêt personnel les finances de l'Etat»)⁹, estabeleceu que todos os livros e objectos de arte comprados com o dinheiro do seu bolso presentes na armaria, na biblioteca real, no medalhário e na pinacoteca – célebres instituições culturais por ele fundadas em Turim ainda hoje existentes – ficassem propriedade do Estado. Assim decidido, voltava a partir no dia seguinte, 27 de Março de 1849, às três da tarde. Viajou ininterruptamente durante trinta e quatro horas, atingindo Beaucaire, na actual região de Languedoc-Rossilhão, à uma da manhã de 29 de Março. Uma tirada de outros 250 quilómetros que debilitaram notavelmente Carlos Alberto. E o cansaço foi de tal modo grande que, tomado um quarto no Hotel Real, «atirou-se à cama, vestido como se encontrava, não podendo tomar sequer uma colher de caldo»¹⁰. Poucas horas de sono, pois às seis da manhã voltava a partir em direcção a Pesénaz, localidade não muito distante de Montpellier, chegando aí às oito da tarde; Carlos Alberto jantou como habitualmente, arroz, peixe e ovos. A paragem permitiu a Gamalero substituir durante a noite as molas da carruagem «que estavam estragadas». Na manhã de 30 de Março, pôs-se em movimento para Toulouse; a 31 chegou a Tarbes, nos altos

⁹ Princípio confirmado por Castagnetto, a 16.5.1849. Cf. CIBRARIO, L., 1850, p. 279.

¹⁰ GAMALERO, L., 1850, p. 6.

Pirenéus; na tarde do primeiro de Abril Carlos Alberto chegou a Bayonne, na fronteira com a Espanha, depois de ter percorrido novecentos quilómetros em cinco dias, em terras de França.

A 2 de Abril de 1849, às onze da manhã, entre a aclamação das populações locais, «o comandante intrépido, o rei reformador e libertador»¹¹ atravessava a fronteira em Irún, decidido a dirigir-se pelo caminho mais rápido para o Porto. Porém, impossibilitado de seguir por via marítima em San Sebastian devido ao mau tempo, Carlos Alberto decidiu prosseguir a viagem por terra. Foi perto de Tolosa, na Espanha, na tarde de 3 de Abril, que o ex-rei encontrou outros dois fiéis súbditos: eram o seu primeiro ajudante-de-campo Carlos Manuel Ferrero della Marmora e o conde Gustavo Ponza di San Martino, intendente-geral, chegados em missão «encarregados de indagar se Sua Majestade persistia na abdicação». O governo sardo, presidido pelo general saboiano Gabriel De Launay, tinha considerado necessário, para dissipar as suspeitas latentes no Parlamento sobre a efectiva vontade real, que o acto de renúncia ao trono fosse redigido e assinado em papel selado. Foi uma questão de pouca monta: para testemunhas foram designados António Vicente de Parga, «político superior» da província de Guipuzcoa e o deputado Xavier de Barcuiztegui, personagens que se tinham ali detido para homenagear o ex-soberano; para notário, foi convocado o «escrivão público» local, João Firmino de Furumdarena. Para o acto, lavrado «en la casa Fonda de Pedro Sistiaga, sita en la calle del Correo de [la] Villa de Tolosa», foi escolhida a fórmula mais simples e expedita:

“Carlos Alberto de Sabóia, rei abdicatário da Sardenha, declara querer confirmar e ratificar de sua própria e livre vontade o acto verbal feito por el próprio em Novara na noite de vinte e três de Maio último, en virtude do qual abdicou da coroa do reino da Sardenha e de todos os domínios que dele dependem a favor de seu filho primogénito Vítor Manuel de Sabóia”¹².

¹¹ GAMALERO, L., 1850, p. 7.

¹² CIBRARIO, L., 1850, pp. 347-348, apêndice, doc. XVIII, *atto di conferma d'abdicazione verbale del Re Carlo Alberto*.

Retomado o percurso para Portugal a 4 de Abril, Carlos Alberto embrenhou-se em terras de Espanha, «ultrapassando a alta montanha de Mondragon, coberta de neve, com um frio terrível»¹³; prosseguiu para Miranda de Ebro, onde chegou à meia-noite. Era tempo de se repousar algumas horas, já que o calvário continuava, depois, para Torquemada, alcançada às dez da noite de 5 de Abril. Depois, Valladolid e León. Agora já protagonista de uma viagem do domínio público, Carlos Alberto foi objecto de numerosos convites, todos recusados: primeiro, da guarnição de Vitoria, para honrar a cidade com a sua presença; depois, dos reis de Espanha, através do embaixador sardo Montalto, para uma visita a Madrid. Apenas cedeu às instâncias do infante D. Francisco de Paula, governador de Valladolid, mas foi uma visita rápida, apenas para uma chávena de café. Também o bispo de León, cidade alcançada a 7 de Abril às cinco da tarde, teria apreciado a honra da companhia do ex-soberano para o jantar, mas Carlos Alberto foi obrigado a declinar o convite devido ao excessivo cansaço.

Na manhã de domingo, 8 de Abril, Páscoa da Ressurreição, o augusto exilado foi à missa rodeando por uma multidão ovacionante, que também lhe tributou o seu caloroso entusiasmo no momento da partida, lançando flores até para dentro da carruagem. As etapas sucessivas foram Cubillo e Lugo. Em A Coruña, no dia 10 de Abril, às cinco da tarde, a chegada de Carlos Alberto foi previamente anunciada por tiros de canhão. E durante toda a noite a guarnição permaneceu impassível, sob a chuva que caía, de sentinela ao alojamento real no hotel. Até àquele momento a travessia de Espanha tinha sido longa e cansativa «tendo sido necessário atravessar três cordilheiras de montanhas»¹⁴. Em Santiago de Compostela, Pontevedra e Puente Sampayo, outras honras foram tributadas ao pobre viajante. Dali, a 13 de Abril, num «magnífico navio»¹⁵, Carlos Alberto prosseguiu a viagem via marítima até Vigo, onde chegou às 7 da tarde entre o fragor da artilharia. Pernoitou em Vigo, no Hotel de Inglaterra, gerido pelo senhor Ricaut, que, pela honra recebida, pediu para poder rebaptizar o estabelecimento

¹³ GAMALERO, L., 1850, pp. 7-8.

¹⁴ CIBRARIO, L., 1850, p. 251.

¹⁵ GAMALERO, L., 1850, pp. 12-13.

com o nome do augusto soberano, privilégio que lhe foi concedido. Chegava agora a parte mais árdua da *via crucis* real. «Não havendo estradas próprias para carruagens, mas apenas atalhos desertos por praias e montanhas», Carlos Alberto abandonou a viatura, para prosseguir a cavalo. No seu séquito não figuravam agora apenas os seus fiéis Gamalero e Valletti, mas um numeroso cortejo constituído por guardas e simples cidadãos que, desde Santiago, se tinham juntado à triste “procissão”.

Depois de mais de 1.100 quilómetros percorridos em Espanha, o ex-soberano entrava em Valença, a primeira cidade de Portugal, «bem fortificada, situada sobre o alto de uma montanha do lado de lá do rio Minho». Estava-se a 15 de Abril de 1849. No dia seguinte, a administração local fez aprontar uma barca «bem coberta de seda e percalina azul e branca, com um rico cadeirão, no qual se sentou Sua Majestade com os governantes da cidade à volta»: toda a gente acorria às margens do Minho para contemplar, de joelhos ou de cabeça descoberta, “o rei mártir”. A chegada a Viana do Castelo foi depois descrita por testemunhas, decalcando o relato da entrada de Jesus Cristo em Jerusalém: «as estradas estavam atulhadas de gente que se metia até debaixo dos cavalos, muitos deles de joelhos; havia quem beijasse as pernas de Sua Majestade, outros até os estribos»¹⁶. Às seis da manhã de 17 de Abril, Carlos Alberto voltou a partir para Vila do Conde e Casal de Pedro, «aldeia miserável onde, pela extrema fraqueza e pela inflamação que a longa viagem tinha provocado nos vasos hemorroidais, Gamalero e Valletti foram obrigados a levá[-lo] em braços pelas escadas da hospedaria»¹⁷. O ingresso do Sabóia no Porto teve lugar no dia 19 de Abril, às duas da tarde. E foi um novo banho de multidão e de autoridades; mas com o aspecto um tanto abatido, logo que chegou ao hotel de António Bernardo Peixe, na praça dos Ferradores, o conde de Barge despediu-se de todos, «não tendo mais força para se suste de pé, de tão prostrado que estava»¹⁸. A viagem de 2.500 quilómetros, que tinha durado 27 dias, havia terminado; a prova tinha sido demasiado longa e difícil, pelo que era necessário que o ex-soberano pudesse recuperar forças.

¹⁶ GAMALERO, L., 1850, pp. 14-15.

¹⁷ CIBRARIO, L., 1850, p. 253.

¹⁸ GAMALERO, L., 1850, p. 16.

O ex-rei ficou nove dias no hotel; depois transferiu-se para uma pequena casa arrendada, que pertencia a Maria Teresa de Sousa Vasconcelos, com um jardim, «na descida da cidade em direcção à Torre da Marca, próximo da Real Fábrica dos galões de ouro e de prata e defronte do quartel de infantaria, exposta plenamente a sul»¹⁹; mas naquele lugar da rua dos Quartéis, Carlos Alberto ficou pouco tempo: a habitação era demasiado pequena e modesta, dotada de apenas três divisões e de um jardim. Deste modo, a 14 de Maio, o ex-soberano da Sardenha mudava novamente de domicílio, alojando-se na casa suburbana de António Ferreira Pinto Basto, antes arrendada a um inglês, que decidiu subarrendá-la a Carlos Alberto por seis meses, com a única condição de, para além da renda, o rei se encarregasse de todos os móveis, utensílios, porcelanas, cristais e roupas. 4.650 libras, equivalentes a 300.000 réis²⁰, era quanto pagava por uma vivenda «mais limpa do que bela, mas situada ao fundo de um jardim muito ameno e com bonitas e amplas vistas sobre o rio e sobre o mar»²¹. A habitação situava-se sobre a margem do Douro. Contava com umas vinte divisões «entre pequenas e médias, limpas, decoradas com decência, mas sem luxo». Uma escada de madeira ligava os dois andares. No piso superior encontrava-se a capela e a sala onde se recebiam as pessoas à espera de audiência, para além dos criados; havia, depois, uma sala decorada com uma tapeçaria de cor amarela e com «um grande espelho de Paris, mobília de mogno guarnecida de seda e um tapete sobre o pavimento». Ao fundo da sala, duas portas: a da esquerda dava para a sala de jantar; a da direita, para o quarto «cubicular» do rei, provido de uma cama de ferro baixa, com um colchão pespontado, um armário, algumas cadeiras de mogno estofadas de veludo de Utreque verde e uma mesinha com alguns livros por cima e duas imagens sacras: a da Virgem e a de S. Francisco²². Até que a doença lho permitiu, Carlos Alberto passava os dias no escritório: uma vida solitária, como confessava a Maria di Robilant, «sem qualquer

¹⁹ GAMALERO, L., 1850, p. 16.

²⁰ Relatório de Gian Michele Canna, Secretário da Superintendência Geral da Casa de Sua Majestade, incluído no arquivo secreto, 27.4.1849, in COLOMBO, A., 1933, p. 621.

²¹ CIBRARIO, L., 1850, p. 254.

²² CIBRARIO, L., 1850, p. 264.

entusiasmo pelos acontecimentos actuais»²³. Levantava-se às sete, jantava às dezassete, sempre só, deitava-se o mais tardar às dezanove. Todos os domingos comungava. Durante o dia lia as páginas políticas de algum jornal francês e, depois, os livros de guerra, de ciências, de história e de viagens; escrevia algumas cartas; levantava-se «invariavelmente cada vez que recebia alguém, qualquer que fosse a condição, se bem que o fizesse, pela sua fraqueza, com visível esforço e ficando as mãos na cadeira»²⁴. Habitualmente, porém, devido às precárias condições de saúde, eram poucos os que gozavam de uma breve audiência: os cônsules Bobone e Moro; o governador civil do Porto, comendador Lopes Dias de Vasconcelos; o governador militar, conde do Casal; o bispo, monsenhor Costa Rebelo; o seu capelão e confessor, padre António Peixoto Salgado.

Hóspedes agradáveis, a 14 de Maio de 1849, foram, de resto, os quatro deputados, Rattazzi, Cornero, Rosellini e Mautino, delegados da Câmara subalpina para apresentar pessoalmente homenagem ao ex-rei. Carlos Alberto ficou particularmente comovido com a mensagem que consagrava o seu nome, glorioso e desventurado, à causa da independência italiana. Por seu lado, ele, como simples soldado, estaria sempre pronto a pegar em armas se ressurgisse a possibilidade de uma guerra contra a Áustria²⁵. E foi também gratificante receber, a 31 de Maio, a missão enviada pela outra Câmara do Parlamento, o Senado, através da delegação composta por Luigi Cibrario e Giacinto Provana di Collegno. À saudação, Carlos Alberto, vestido de fato negro e gravata branca sem decoração, respondeu solenemente: «A Nação pode ter tido príncipes melhores do que eu, mas nenhum que a tenha amado tanto. Para fazê-la livre, independente e grande, para torná-la plenamente feliz, fiz tudo o que pude, realizei com ânimo

²³ MASSABÒ RICCI, I., 1999, p. 7, carta, 26.6.1849.

²⁴ CIBRARIO, L., 1850, pp. 264-265.

²⁵ Rattazzi despediu-se de Carlos Alberto a 20 de Maio, cinco dias depois da partida dos outros delegados. A 10 de Junho de 1849, já de Casale Monferrato, o antigo ministro escrevia ao exilado: "Não falo a V. M. do estado do nosso país, porque reconheço que tal coisa agravaria as dores do generoso coração de quem está já trespassado. Tenhamos esperança num futuro mais propício! Mas consola-me poder dizer- Vos que o vosso nome soa em todos os lábios e vive no coração de todos. Não há quem não sinta quanto fez por nós e quais foram os sacrifícios que, com tanto desinteresse, suportou por nosso bem". Cf. RATTAZZI, U., 2009, pp. 85-86.

pronto e alegre todos os sacrifícios [...]. Procurei a morte e não a encontrei»²⁶.

A sorte invejada aos generais Perrone e Passalacqua, caídos no campo de batalha, chegaria, porém, demasiado cedo. Já nos primeiros dias de Maio, o cônsul Moro informava o governo sardo sobre as precárias condições de saúde do rei, devidas, a seu ver, à infeliz posição geográfica da cidade portuguesa:

“O clima frio e inconstante do Porto é-Lhe altamente prejudicial; para além da tosse fortíssima, de que é continuamente atormentado, por várias vezes sofreu nos passados dias de agudíssimas dores no fígado, passadas só depois de repetidas fricções. Sua Majestade não quis até agora consultar nenhum destes médicos e vai seguindo em cada coisa o antigo método de cura: há poucos dias começou a tomar de manhã cedo leite de burra e foi obrigado a deixá-lo por causa do desarranjo que lhe produzia no estômago”²⁷.

Ao agravar-se o seu estado de saúde, foram chamados dois ilustres médicos portugueses: em primeiro lugar, o doutor Francisco d’Assis de Sousa Vaz e, depois, como apoio, o doutor Fortunato Martins da Cruz. Os dois visitavam quotidianamente o augusto doente à uma da tarde, redigindo o boletim para ser transmitido para Turim. O diagnóstico, porém, não deixava augurar nada de bom: a bronquite, a que se associava uma disenteria «de péssima índole, que poderia terminar de repente com uma perfuração dos intestinos»²⁸, provocavam um intenso estado de prostração, agravado por forte perda de sangue ocorrida durante a viagem e um considerável edema nas pernas. Os especialistas, com o consentimento do confessor, alteraram a dieta, prescrevendo carnes brancas e gelatinas animais e vegetais, acompanhadas por água com sumo de limão. Mas aqueles remédios empíricos não impediram que a doença se agravasse, como relatava Michele Canna, secretário da Casa Real, no fim de Junho:

²⁶ CIBRARIO, L., 1850, pp. 267-268.

²⁷ Relatório Moro, in COLOMBO, A., 1933, p. 623.

²⁸ CIBRARIO, L., 1850, p. 282.

“Sua Majestade está tão magro, tão débil, que faz imensa pena! Os médicos dizem que a doença é crónica e que a cura seria uma caso excepcional, de modo que há muito de que temer pelos seus dias. Temem pelas úlceras já formadas nos intestinos e o sintoma que muito os assusta são as evacuações. Agora já não sai mais sangue, mas matérias de cores tão variadas e tão pronunciadas que é muito fora do comum, e estas evacuações tresandam extraordinariamente. [...] Dizem que deveria ir embora daqui não depois de Outubro, mas que há pouco a esperar que Sua Majestade possa recuperar, para tal altura, a ponto de empreender qualquer viagem, porque não come quase nada; experimenta uma certa aversão por todos os alimentos e está com uma fraqueza tal, que ir de um quarto para outro o cansa a ponto de não poder suster-se de pé”²⁹.

No dia 30 de Junho de 1849 apresentava-se um vapor de guerra sardo na foz do Douro. Era o príncipe Eugénio de Sabóia-Carignano que chegava acompanhado pelo célebre professor Alessandro Riberi, médico pessoal da família real. Mas a presença do ilustre luminar, docente da Universidade de Turim, foi também de todo inútil. Ao longo do mês de Julho a situação foi piorando pouco a pouco e o «admirável» Riberi nada pôde fazer com a multiplicação das suas curas, para combater «virilmente e com todos os expedientes da sua arte os progressos do mal» e para “encontrar algum remédio para prolongar, pelo menos por alguns dias, uma vida tão preciosa”³⁰. As «fricções de rum» tiveram o mérito de ressuscitar «os espíritos vitais», de aumentar a pulsação, de facilitar a respiração, de fazer cessar a diarreia³¹. Mas foram só um paliativo para um quadro clínico que estava a precipitar-se, como transparece do sofrido e perturbado testemunho de Canna:

“Sua Majestade, depois de ter passado em iminente perigo o dia de quinta-feira, teve durante a noite algumas melhoras, que aumentaram ainda na sexta. A disenteria tinha, de facto, cessado; a opressão,

²⁹ CIBRARIO, L., 1850, p. 633, relatório de 24.6.1849.

³⁰ *Relazioni sulla malattia*, 1849, p. 10, carta, 26.7.1849.

³¹ *Relazioni sulla malattia*, 1849, p. 11, carta do encarregado de negócios De Launay ao Presidente do Conselho, 27.7.1849.

diminuído. Ficava a extrema fraqueza e a dificuldade de engolir, pela qual Sua Majestade não pôde tomar em todo o dia senão algumas colheiras de água com vinho de Bordéus [...]. Depois, Sua Majestade passou agitado a noite de sexta-feira para sábado e queixou-se que o breve repouso tinha sido conturbado por sonhos horríveis, facto que jamais lhe tinha acontecido. Ontem de manhã, sábado, 28, Sua Majestade continuava a sentir-se melhor, a ponto de já ter podido tomar com intervalos umas duas taças de caldo, o que tinha sido para nós sinal de conforto e tinha reavivado algumas esperanças. Tendo eu recebido o correio por volta das 10, e feito imediatamente entregar a Sua Majestade a carta [...] de Sua Majestade a rainha Maria Teresa, Sua Majestade leu-a de imediato, depois pediu o seu livro de orações e leu-o por algum tempo. Cerca de um quarto de hora depois, mandou perguntar-me se eu tinha recebido de Turim alguma notícia interessante: respondi-lhe que sim, e que, por isso, pedia novamente a Sua Majestade a honra de vê-la. Disse-me que naquele momento se sentia demasiado desfalecido e que me chamaria mais tarde. Como Sua Majestade estava habitualmente deitado sobre o lado direito, e o longo decúbito já lhe tinha deteriorado o flanco e o joelho, chamei os seus camareiros por volta das duas da tarde, disse-lhes que padecia muito naquela posição e que o voltassem. Valletti e Rumiano fizeram passar delicadamente os braços sob o seu corpo, como tinham já feito tantas outras vezes, e enquanto o mudavam de posição, o rei queixou-se de uma dor aguda, que lhe penetrava até ao coração. Foi logo chamado o cav. Riberi, a quem Sua Majestade repetiu a mesma coisa, queixando-se ainda de paralisia do braço esquerdo. O cav. Riberi esfregava-lho, quando Sua Majestade se lamentou de uma dor que lhe chegava à cabeça, acrescentando: “a cabeça torna-se-me tão pesada... estou a morrer”. Daí a pouco, fazendo esforço para apertar a mão do cav. Riberi, disse-lhe: “Gosto muito de si, caro Riberi, mas estou a morrer”. Estas foram as suas últimas palavras. Foi então que Rumiano me foi chamar. Corri para o quarto de Sua Majestade. O augusto agonizante estava ainda plenamente consciente. O capelão administrou-lhe a Extrema-Unção, de seguida recitou as preces dos agonizantes, tendo diante dos olhos de Sua Majestade o crucifixo, que Sua Majestade contemplava com devoção. O cav. Riberi

continuava a fazer-lhe as fricções nas têmporas, no estômago e nos braços. A respiração tornava-se cada vez mais difícil, mas sem pieira, depois começou a diminuir e foi gradualmente enfraquecendo até que Sua Majestade, sem a menor convulsão, pacífica e santamente, tendo os olhos fixos no crucifixo, adormeceu no Senhor às 3 ½ horas da tarde”³².

Verificado o óbito pelo doutor Riberi, a chorosa «pequena família que circundava o leito de morte» retirou-se, depois de ter beijado pela última vez as mãos ao extinto monarca³³. Era o dia 28 de Julho de 1849. 127 dias depois de Novara. Difundida rapidamente pela cidade a notícia do falecimento de Carlos Alberto, começaram a chegar à vivenda *Entre Quintas* as autoridades civis, militares e religiosas do Porto. Enquanto o bispo benzia os restos mortais com a água lustral e numerosos eclesiásticos se revezavam junto do leito do defunto para a recitação das preces do rito, «os sinos da cidade tocavam lamentosos», acompanhados, a cada quarto de hora, do disparo de um canhão. O processo com o relatório da morte do ex-monarca da Sardenha foi redigido pelo ministro encarregado Eduardo De Launay e subscrito por 32 testemunhas, entre as quais as autoridades locais, o presidente da câmara municipal, os cônsules das potências estrangeiras, um par e um deputado do reino³⁴.

Às quatro da tarde de 30 de Julho, passadas 48 horas depois da morte, os restos mortais foram transferidos para a sala adjacente à capela e foram convocados para o embalsamamento o operador anatómico e professor da Escola Médico-Cirúrgica do Porto, Manuel Maria da Costa Leite, o seu colega professor Luís Pereira de Fonseca e o farmacêutico António Faustino Andrade. Enquanto o escultor Amatucci tirava do gesso a máscara do rosto de Carlos Alberto, os especialistas principiaram com as injeções de «sublimado corrosivo e aromas», para que o corpo do soberano, vestido com o fato

³² Archivio di Stato di Torino (AST), Corte, Legato I depósito, maço 46, fasc. 4, *lettera del Cav. Canna al conte di Castegnetto in cui si comunica e descrive la morte del sovrano*, 23.7.1849.

³³ A cena encontra-se representada numa pintura de Malneiro, conservada no Museu Nacional do Risorgimento de Turim. O quarto onde morreu Carlos Alberto, com a decoração original, foi reconstruído na sala 15 das novas instalações. Cf. LEVRA, U., 2011, pp. 138-141.

³⁴ CIBRARIO, L., 1850, p. 289; *il Processo verbale n. 1 constatante la malattia e la morte di S. M. il re Carlo Alberto* encontra-se in *Relazioni sulla malattia*, 1849, pp. 13-18.

de Grão-Mestre da Ordem de S. Maurício e S. Lázaro e com as insígnias da Anunciada ao pescoço, não se pudesse corromper³⁵. Terminadas as complexas operações às duas da manhã de 31 de Julho, os restos mortais foram depostos sobre um leito coberto por um dossel de veludo carmesim revestido de arminho. Aos pés do féretro, sobre duas mesinhas, estavam depostos o ceptro, a coroa e as ordens cavaleirescas. Nos dois lados da câmara ardente, aberta ao público às dez da manhã, foram levantados dois altares para a celebração das missas e dos ofícios de *requiem*. Até tarde, ao anoitecer, a população do Porto, sem distinções de classe, foi admitida a «ver pela última vez o semblante de Sua Majestade»; à porta da vivenda, o pároco da igreja de Nossa Senhora da Boa Viagem de Massarelos e outros três sacerdotes distribuíam esmolas aos pobres. Às nove da noite, cumpridas as funções canónicas pelo capelão Salgado, a câmara ardente foi fechada para permitir aos religiosos a vigília nocturna. No primeiro de Agosto, os restos mortais de Carlos Alberto – com um barrete com plumas brancas na cabeça, a espada à esquerda e o crucifixo entre as mãos enluvadas – ficaram prontos para serem depostos no féretro de chumbo com um vidro ao nível do rosto para o deixar reconhecível. A primeira urna foi colocada dentro de uma segunda de mogno, dotada de um postigo com duas fechaduras ao nível da abertura da cara, e de uma placa de cobre com inscrições³⁶. Às cinco e meia da tarde, o pesado catafalco foi disposto por um destacamento de 12 oficiais inferiores sobre um carro triunfal em forma de trono, puxado por oito cavalos ricamente ajaezados. A triste procissão partia da vivenda em direcção à catedral paramentada de luto. Acolhido pelo bispo,

“o féretro foi levado em braços por uma rua preparada sob o arco de uma capela ardente, na qual oito colunas de ordem coríntia e a arquitrave

³⁵ *Relazioni sulla malattia*, 1849, pp. 18-20, *Processo verbale n. 2 riguardante l'imbalsamazione*.

³⁶ CARLO ALBERTO DI SAVOIA / RE ABDICATARIO DI SARDEGNA / NACQUE LI 2 OTTOBRE 1798 / SALI' AL TRONO LI 27 APRILE 1831 / ABDICO' A NOVARA LI 23 MARZO 1849 / MORI' IN OPORTO (PORTOGALLO) / LI 28 LUGLIO 1849 NELL'ETA' / D'ANNI 50 MESI 9 GIORNI 27 [Carlos Alberto de Sabóia / Rei abdicatário da Sardenha / nasceu a 2 de Outubro de 1798 / subiu ao trono a 27 de Abril de 1831 / abdicou em Novara a 23 de Março de 1849 / morreu no Porto (Portugal) / a 28 de Julho de 1849 com a idade / de 50 anos 9 meses e 27 dias].

sustentavam duas balaustradas sobrepostas, e uma pirâmide sobre a qual flu- tuavam quatro bandeiras com as cores nacionais, tendo o escudo dos Sabóias no meio. A capela, as colunas, a pirâmide, assim como a catedral, em toda a sua altura, estavam forradas de veludo e de panos negros listrados de prata.”

Terminado o responso dos defuntos, cantado e acompanhado por uma grande orquestra, o féretro de Carlos Alberto, à espera de repatriamento, foi deposto no claustro da capela de S. Vicente, para aí ser conservado durante cinquenta dias³⁷.

A comissão sarda encarregada da transladação dos restos mortais do rei, constituída pelo príncipe Eugénio de Sabóia-Carignano, pelo primeiro ajudante-de-campo Carlos Manuel Ferrero della Marmora e pelo barão Paulo Solaroli, partiu de Génova a 18 de Agosto nos navios de guerra *Goito* e *Monzanbano*. Foram precisos dezasseis dias de viagem para chegarem à meta e, a 3 de Setembro, a delegação entrou no Porto. Somente a 19 do mesmo mês teve lugar o acto da entrega, na presença dos dois comissários da corte real portuguesa, o conde de Linhares e o barão de Rilvas. A missa solene, concelebrada pelo padre Peixoto Salgado e pelo esmoler do rei Vítor Manuel II, Jerónimo Soprani, terminou com a entrega das chaves do féretro ao representante do reino da Sardenha em Portugal para que abrisse o postigo a fim de reconhecer oficialmente o rosto «do alto e potente rei Carlos Alberto»³⁸. Concluído o triste ofício, a procissão partiu em direcção ao *Monzanbano*: as tropas da guarnição estavam alinhadas ao longo do percurso até ao porto; a abrir o cortejo, um esquadrão de cavalaria acompanhado pelas dolentes notas da banda militar da marinha sarda. Mais de 400 cidadãos com tochas acesas e fato de luto e 200 eclesiásticos tomaram parte na cerimónia, ritmada por 21 tiros de canhão. Chegada ao destino, a urna foi deposta na câmara ardente embandeirada e em forma de templete que havia sido preparada na proa do navio. Terminado o rito fúnebre com o canto *Libera me domine*, os despojos de Carlos Alberto foram transferidos para a coberta, na capela aí preparada, revestida a seda

³⁷ *Relazioni sulla malattia*, 1849, pp. 20-27, *Processo verbale n. 3*, pp. 20-27.

³⁸ CIBRARIO, L., 1850, p. 303.

e veludo negros «semeados de lágrimas de ouro». A 20 de Setembro os dois navios zarparam, chegando a Génova a 4 de Outubro. Ainda uma viagem terrestre, a última, esperava Carlos Alberto: a de volta à Basílica de Superga, panteão da dinastia. Depois das celebrações religiosas realizadas entre Agosto e Setembro por iniciativa da família real, do Parlamento, da emigração italiana, da administração de Turim, da Ordem Cavaleiresca de S. Maurício e S. Lázaro nos lugares-chave do poder saboiano – a catedral onde estava conservado o Sudário, a igreja de S. Lourenço, que recordava a vitória de S. Quintino por Manuel Felisberto, o templo da Mãe de Deus, erigido pela cidade pelo regresso de Vítor Manuel I, e a basílica magistral da Ordem Mauriziana –, a capital do reino da Sardenha esperava ansiosa a reingresso “físico” do Rei Magnânimo.

Pontedecimo, Ronco, Novi, Alessandria, Asti, Poirino e Carignano: estas foram as etapas do percurso estabelecido pela «régia comissão para a recepção em Génova e sucessivo transporte até Turim dos restos mortais de Sua Majestade Carlos Alberto». Um cortejo, regulado por um cerimonial rigidíssimo, constituído por dois batedores a cavalo que precediam, a «cinquenta passos de distância», um meio esquadrão de cavalaria, um estribeiro a cavalo, uma carruagem com quatro capelães do rei e uma segunda com o comissário, o esmoler e o primeiro ajudante-de-campo; ao centro do cortejo, o carro fúnebre de Carlos Alberto, ladeado por um destacamento da Guarda Real a cavalo comandado por um oficial; atrás, todas as outras carruagens com as pessoas que faziam «parte do cortejo», uma esquadra da tripulação da marinha «que serviu no vapor», a guarda nacional e outro meio esquadrão de cavalaria. A estas severas normas de precedência seguiam-se outras, igualmente rigorosas, dirigidas às povoações do trajeto: às tropas de carreira e à milícia nacional, que deviam render as honras militares; às autoridades civis e religiosas convidadas a «ir ao encontro» dos restos mortais do soberano, às portas das aldeias, com os sinos a dobrarem a luto; a taxativa proibição para qualquer tipo de «público espectáculo»³⁹. Decerto, nas disposições mi-

³⁹ AST, Corte, materie politiche per rapporto all'interno, cerimoniale, funerali, mazzo 5 [a inventariar] *1830-66 cerimoniale funerali*, fascicolo *Istruzioni date dalla Regia commissione pel ricevimento in Genova e successivo trasporto sino a Torino della salma di Sua Maestà Carlo Alberto*. Cf. GENTILE, P., 2004, pp. 102-106.

litares não faltaram também pontos «fora programa», como o canto fúnebre entoado por oitenta donzelas na praça de armas de Alessandria⁴⁰; mas tudo se desenrolou na mais escrupulosa ordem até à chegada a Turim, a 12 de Outubro de 1849, às duas da tarde. Também para as funções de Turim foram impressas as instruções «para as honras fúnebres» a render aos restos mortais de Carlos Alberto⁴¹. Foi estabelecido um rígido cerimonial para a «recepção civil à Porta Nova» e para as «primeiras vésperas solenes na igreja metropolitana» do primeiro dia; para a «missa pontifical», para a oração e para as «cinco absolvições» do segundo dia; para a missa pontifical, o enterro e a inumação nos subterrâneos da basílica de Superga, do terceiro dia. Turim foi transformada num teatro fúnebre, em que cada actor teve de respeitar um guião que nada concedia à espontaneidade da comoção: dos corpos do exército aos simples cidadãos «vestidos de luto rigoroso»; dos «destacamentos» de rapazes dos asilos infantis a toda a corte real; das autoridades civis de todas as ordens e graus às eclesiásticas regulares e seculares. Uma imponente cenografia para um rei que esperava «o juízo e o galardão da história». Entretanto, uma inscrição na porta da catedral convidava todos os Italianos a rezarem ao «Deus dos guerreiros e dos mártires pela grande alma do rei Carlos Alberto que tanto tinha feito e tanto tinha sofrido para conquistar para a Itália o supremo bem dos povos: a independência»⁴². A 14 de Outubro, começava a lenda de Carlos Alberto. E no percurso da laica *via crucis* do “Rei Mártir”, o Porto constituía a sua última gloriosa estação.

2. A imagem do rei: Humberto II no exílio.

«De que mais sente a falta acima de tudo?» – «Da minha pátria». Sobre o sorriso branquíssimo, dois olhos brilhantes. Assim encerrava Humberto de Sabóia a sua entrevista televisiva na transmissão “Nord chiama Sud” (“O Norte chama o Sul”), conduzida pelo jornalista Romano Bracalini. Era

⁴⁰ GENTILE, P., 2009, p. 29.

⁴¹ *Istruzioni date dalla regia commissione*, 1849.

⁴² *Istruzioni date dalla regia commissione*, 1849, p. VIII.

o dia 24 de Junho de 1976. Depois de trinta anos, os Italianos reviam, se bem que em vídeo, a imagem do seu rei, exilado em Portugal, terra triste para a Casa de Sabóia, terra que já tinha marcado o destino do avô “mártir”, Carlos Alberto. Naquele país, no extremo Ocidente da Europa, num clima de derrota, tinham-se consumado o alfa e o ómega do reino de Itália: daquele que teria querido cingir a coroa e daquele que a viu tirarem-lha.

Parecia que o tempo não podia fluir para o último rei, agrilhoado à sua história, ao seu reinado, que tinha durado pouco mais do que um mês. Para além dos rumores sobre uma família desafortunada, a memória remetia sempre para aqueles dias do início de Junho de 1946, quando os Italianos decidiram criar um novo Estado com uma ordem institucional diversa, condenando para sempre a dinastia que se havia comprometido com o regime fascista e uma guerra desastrosa. A Humberto tinha tocado recolher os cacos da casa reinante mais antiga da Europa e de ouvir dirigirem-se-lhe sempre as mesmas perguntas; e as respostas eram sempre as mesmas, numa tímida, mas perseverante tentativa de defender as suas opções e de remissão das do pai. «Porque não se pôs ao lado da Itália livre, à frente das tropas italianas que combatiam com os aliados?» – «Não estava em condições de o fazer, devido à presença dos aliados e das suas comissões de controlo no nosso território»⁴³. Era esta a resposta burocrática para um acto que tinham protagonizado, ele e o pai, depois da queda de Mussolini e do armistício de 8 de Setembro de 1943: o abandono da capital e a fuga em direcção ao Sul libertado, enquanto o resto do país ficava em poder da fúria alemã. Uma ferida ainda aberta para os últimos protagonistas sobreviventes daqueles dias.

Mas, para além do resultado do conflito e das responsabilidades, em Humberto não se aplacava o tormento por ter sido vítima de uma injustiça. Tinha-o recordado uma vez mais, na proclamação lançada aos Italianos no dia em que fazia trinta anos da sua partida de Itália, a 13 de Junho de 1976. Três décadas antes tinha deixado o país «com um grito de protesto e de dor» pela injustiça sofrida com a escolha referendária republicana. Era, uma vez mais, o mito do rei mártir a insinuar-se na Casa de Sabóia: Carlos

⁴³ Um resumo da entrevista em *La Stampa*, p. 7, 25.6.1976. Cf. também as numerosas cartas dos Italianos ao rei, chegadas depois da transmissão, AST, Corte, Corte, Legato Umberto II, II versamento, mazzo 28 *lettere di ammirazione e ritagli di giornale*.

Alberto tinha deixado o reino para que o filho pudesse acordar melhores condições de paz com os austríacos; Humberto II havia sacrificado a sua coroa por um «bem comum», o de evitar uma possível guerra civil sangrenta. Mas, enquanto o último rei da Sardenha tinha aceitado com resignação o seu destino, Humberto continuava a reivindicar a iniquidade de uma escolha considerada contrária às tradições nacionais, operada por uma maioria que, se existira, fora, a seu ver, «irrelevante»⁴⁴.

Rei havia só 26 dias, na manhã de 3 de Junho de 1946, às 10 horas, o rei Humberto dirigiu-se à mesa de voto da rua Lovanio, em Roma. O ambiente não era dos mais serenos. Aos aplausos que lhe foram tributados, o presidente de uma mesa próxima – de área “comunista”, segundo o ministro da Casa Real – tinha-se manifestado mediante protestos grosseiros: «são proibidas as manifestações das partes!»; Humberto não se descompôs perante as reclamações, acompanhando-o, em contrapartida, com um pronto «justíssimo!»; depois, entrou na cabina, acometido pelos fotógrafos, para exprimir o seu próprio voto. A casa reinante, apesar da quebra de imagem sofrida, procurava ostentar tranquilidade, tranquilizada pelas mensagens do presidente do Conselho, o democrata cristão Alcide De Gasperi, que tomara posse do cargo em 10 de Dezembro de 1945. Antes de se dirigir às urnas, o rei tinha tido um encontro precisamente com o chefe do governo, que dava como certa a vitória da monarquia⁴⁵. Mas a estrada, para Humberto, era toda em escarpa. Muitos eram os indícios contra a coroa, a partir do próprio partido do presidente do Conselho, a Democracia Cristã, que, no Congresso de 29 de Abril de 1946, tinha acolhido a moção de Achille Piccioni para uma preferência pela opção republicana. Os Italianos já tinham então expresso a sua tendência nas eleições autárquicas, realizadas no país em cinco voltas, de 10 de Março a 7 de Abril: 2.271 comunas tinham acabado nas mãos dos sociais-comunistas; 2.000 dos demo-cristãos; 99 dos liberais. A Igreja, depois, na pessoa de Pio XII, mais do que pela questão institucional, tinha-se interessado sobretudo em evitar que a Itália se

⁴⁴ AST, Legato Umberto II, II versamento, mazzo 20 *messaggi inviati agli italiani da Re Umberto II (1966-1979)*.

⁴⁵ LUCIFERO, F., 2002, p. 544, 3.6.1946.

tornasse um «Estado materialista sem religião e sem Deus». Se, no mês precedente ao referendo, na Sardenha, Sicília e em Nápoles, o rei Humberto fora acolhido triunfalmente, no Norte o entusiasmo cedo se tinha reduzido: tépidos aplausos em Turim, leve contestação em Veneza, insultos em Génova, hostilidade em Milão⁴⁶. Neste clima se realizou o referendo entre 2 e 3 de Junho. Passaram-se horas confusas naqueles dois dias. À tarde, terminada a consulta e encerradas as mesas de voto, começou a espalhar-se «um optimismo exagerado, com notícias de percentagens óptimas de províncias e cidades». Na manhã de 4 de Junho, apesar de alguns jornais de esquerda trazerem dados relativos ao referendo com um leve desvio em desfavor da monarquia, De Gasperi confortava Falcone Lucifero, ministro da Casa Real, como *rebus sic stantibus* não se pudesse considerar possível a vitória da república auspiciada pelo ministro do Interior, o socialista Giuseppe Romita⁴⁷.

Mas o impossível tornou-se possível. À medida que as horas passavam e chegavam os resultados dos apuramentos do Centro-Norte, a situação começou a virar-se e a agravar-se para a monarquia. Às 21, De Gasperi chamava Lucifero ao telefone. Era o fim. 28.903 secções tinham sido apuradas: a república havia obtido 10.066.487 votos; a monarquia, 8.134.364 votos. Ficavam ainda por esperar os resultados de cerca de sete mil mesas, mas mesmo que os votos tivessem sido todos a favor da Coroa, o resultado não teria mudado. Pousado o auscultador, a Falcone Lucifero, «com o coração apertado», cabia a ingrata função de se dirigir ao rei a anunciar a derrota definitiva da Casa de Sabóia. Humberto tomava conhecimento do resultado com serenidade, tendo só «palavras amargas para com os aliados». O problema agora era o de impedir a divulgação da notícia, para que os jornais não comprometessem a actividade do Supremo Tribunal de Justiça, a quem tinha sido solicitada a função da proclamação final do resultado do referendo⁴⁸. Mas foram esperanças vãs.

No Quirinal, na manhã de 5 de Junho, o susto tinha tomado o lugar da euforia das primeiras horas. Muitas empregadas do ministério da Casa Real

⁴⁶ SPERONI, G., 2004, pp. 289-297.

⁴⁷ SPERONI, G., 2004, a carta é reproduzida nas tábuas fora de texto.

⁴⁸ LUCIFERO, F., 2002, pp. 544-545, 4.6.1946.

foram vistas com lágrimas. O ministro Lucifero, abandonando-se a um melancólico «correu mal!», tinha começado a distribuir aos funcionários e empregados, que se haviam distinguido na propaganda, recompensas, jóias com o monograma 'U' de "Umberto", fotografias autógrafas do rei. Às primeiras luzes da madrugada, o ministro tinha dados instruções para se esvaziarem as caixas-fortes da tesouraria, incluindo a que continha as jóias da coroa, e para se queimarem na cozinha grande do palácio diversos fascículos reservados do arquivo. Os contínuos do palácio real foram vistos a circular pela rua do Quirinal «carregados como burros» de «papelada» e o Romano não puderam senão «troçar» da desmobilização em curso. Muitos empregados tinham, pois, já abandonado as secretárias, enquanto alguns oficiais da casa militar se encontravam já em fatos civis.

Na desordem da debandada geral, às 10,30, De Gasperi foi recebido em audiência por Humberto. Depois de ter entrado no gabinete do rei, o presidente abriu a pasta e dela retirou algumas folhas, declarando comovido: «Majestade, o trabalho de apuramento levou à verificação de uma considerável maioria a favor da república. Não lhe escondo que o primeiro a ser dolorosamente atingido sou eu»⁴⁹. Acolhida a notícia «com absoluto domínio de si»⁵⁰, o primeiro pensamento de Humberto foi o de organizar a partida da rainha Maria José – «alta e real, composta e com um triste sorriso»⁵¹ – e dos quatro filhos. Às 15, duas viaturas deixavam o Quirinal para o aeroporto de Ciampino, com destino a Nápoles, onde, no dia seguinte, a família partiria no cruzador *Duca degli Abruzzi* em direcção a Portugal. Postos em segurança mulher e filhos, o rei procedeu ao depósito das jóias da coroa no Banco de Itália, não sem antes ter feito fotografar cada objecto individual contido no estojo de 1886, com divisões sobrepostas, forradas de veludo azul⁵².

Esgotadas as incumbências no que respeita aos afectos e aos efeitos, para os fiéis de Humberto tratava-se agora de fazer sair de cena o rei do modo mais digno possível. Na reunião dos chefes de partido, tinha-se expresso o

⁴⁹ MUREDDU, M., 1978, pp. 242-243.

⁵⁰ *La Nuova Stampa*, p. 1, 6.6.1946.

⁵¹ CASTELLANI, A., 1961, p. 139.

⁵² MUREDDU, M., 1978, p. 244.

propósito de não dar lugar a manifestações de qualquer espécie antes da proclamação dos resultados definitivos. Mas às 15,45, Romita tinha tido no Viminal uma apinhada conferência de imprensa. Se bem que o ministro tivesse afirmado que não havia «nem monarquia, nem república, mas somente Itália», o resultado foi que, na manhã de 6 de Junho, os jornais saíram com a manchete da vitória da república, gerando as inevitáveis consequências⁵³. Fora do Quirinal, ao abrigo das longas mangas do palácio, reuniram-se, comandadas por uma velhota miúda «franzina e enrugada, mas chamejante», uma centena de «mulherezinhas» desesperadas aclamando o rei: as «viúvas de Humberto», segundo o sarcástico Lucifero⁵⁴. Mas nos dias sucessivos, a “celere” (Polícia do Estado) viu-se obrigada a afastar a golpes de bastão centenas de manifestantes monárquicos reunidos em diversas partes da capital⁵⁵. Noutros lugares, como em Nápoles, a notícia da queda da monarquia tinha sido acolhida pelo prefeito com viva preocupação, pelas possíveis desordens que se poderiam verificar. E embora às 13 horas de 7 de Junho fosse difundido um apelo do rei para a abstenção em qualquer tipo de manifestação, na cidade partenopeia o conflito entre forças da ordem e monárquicos provocou onze mortos, nove civis e dois polícias⁵⁶. Tinha começado a transpirar a notícia das possíveis fraudes denunciadas pelo presidente da União Monárquica italiana Túlio Benedetti ao almirante norte-americano Ellery Stone, chefe da comissão aliada de controlo⁵⁷. A vontade de Enzo Selvaggi – director do diário *Italia Nuova* e secretário do Partido Monárquico Democrático Nacional – e de um grupo de juristas da Universidade de Pádua para tentar um recurso escrito contra o resultado da consulta referendária e contra a constituição de um governo republicano

⁵³ *La Nuova Stampa*, p. 1, 6.6.1946. Na reunião, participaram os chefes das forças presentes na lista ao colégio único nacional: Nenni, Romita, Saragat e Lombardo, pelos socialistas; Scoccimarro pelos comunistas; Piccioni e Spataro, pelos democratas cristãos; Arpesani e Casandro, pelos liberais; Cevolotto e Lordi, pelos demo-trabalhistas; Cianca e Schiavetti, pelos accionistas; Selvaggi e Bencivenga, pelo bloco nacional da liberdade; Granata e Gallo, pela concentração democrática republicana; Giannini pela frente do *Uomo Qualunque*. Foram convidados também Di Vittorio e Lizzadri, da Confederação Geral do Trabalho.

⁵⁴ MUREDDU, M., 1978, p. 245.

⁵⁵ *La Nuova Stampa*, p. 1, 8.6.1946.

⁵⁶ SPERONI, G., 2004, pp. 304-307.

⁵⁷ *La Nuova Stampa*, p. 1, 9.6.1946.

provisório, sobrepunha-se à tensão altíssima fomentada pelo atraso do Supremo Tribunal de Justiça na verificação dos mais de trinta mil relatórios⁵⁸. Mas a tentativa, que tinha o mal-encoberto objectivo de ganhar tempo e de desvalorizar a vitória republicana, apelando para o facto de não terem sido contabilizados para o resultado final os boletins brancos e nulos, não fez mais do que acelerar de modo inábil a acção governativa para a proclamação, a todo o custo e o mais depressa possível, dos resultados – o que aconteceu com dois dias de atraso, às 18 horas de 10 de Junho de 1946, na sala da Loba de Montecitorio: 12.672.767 votos pela república; 10.688.905 para a monarquia. Mas na reunião presidida por Pagano, só foram proclamados os resultados parciais, à espera das apreciações dos protestos, contestações e reclamações⁵⁹. O que deixou todos os presentes com a dúvida se a república tinha nascido ou não⁶⁰.

Começou naquele momento o duríssimo braço de ferro entre De Gasperi e Humberto. De um lado, o primeiro-ministro pressionava para obter a transferência dos plenos poderes; do outro, o soberano estava decidido a vincular o seu exílio só e exclusivamente ao veredicto definitivo do Supremo Tribunal de Justiça, previsto para 18 de Junho. Numa situação transitória pouco definida e muito perigosa, o conselho de ministros tomou a iniciativa de cortar o mal pela raiz, difundindo à nação um seco comunicado:

“O conselho de ministros tomou conhecimento da proclamação dos resultados do referendo, feita de acordo com a lei do Supremo Tribunal de Justiça, que assegura a maioria à república [...]. O conselho confia no civismo de todos os Italianos e apela ao país, que se manifestou na sua maioria republicano, porque consciente da sua força e do seu bom direito, não se preste a provocações de elementos facciosos, na certeza de que ninguém poderá arrebatar-lhe a vitória alcançada na legalidade da consulta popular, da qual o governo permanece inteiramente garante”⁶¹.

⁵⁸ SPERONI, G., 2004, pp. 301-302.

⁵⁹ Os resultados finais foram: República: 12.718.641 (54,3%); Monarquia: 10.718.502 (47,7%). Cf. RIDOLFI, M., e TRANFAGLIA, N., 1996, p. 235. Para as razões monárquicas, MOLA, A.A., 2006.

⁶⁰ MUREDDU, M., 1978, pp. 245-246.

⁶¹ *La Nuova Stampa*, p. 1, 11.6.1946.

Para o governo de De Gasperi, a república tinha nascido. Lida a mensagem, Humberto II convocou de imediato os seus mais fiéis colaboradores para uma reacção. Afastadas diversas hipóteses, na esperança de um improvável chamamento, foi decidido que o rei deixasse o país depois de ter difundido uma proclamação de protesto. Às três da tarde de 13 de Junho de 1946 teve lugar o triste adeus de Humberto ao Quirinal, de que foi testemunha ocular o ministro da Casa Real:

“Às 15, dirijo-me ao Quirinal com Visconti Venosta, Bergamini, Selvaggi e Colli. Quando entrámos no pátio, o rei estava a descer as escadas e dirigia-se ao jardim. Passeámos para a frente e para trás: quando lhe digo que disponha de mim livremente, comovo-me: toma-me pelo braço. Depois dirigimo-nos para o palácio: debaixo do alpendre há dois motoristas a chorar; agradece-lhes e abraça-os. Na primeira sala, os amigos políticos, primeiro Roberto Lucifero, que repete baixinho: “Não parta, não parta, não parta”, fixando-o nos olhos. Muitos beijam-lhe a mão. Ele abraça alguns, entre os quais Selvaggi, que está comovido. Junto da vidraça, estão alinhados numerosos elementos do pessoal, muitos em fato e casaca de trabalho. A muitos aperta-lhes as mãos, põe as mãos sobre os ombros de outros: alguns choram e beijam-lhe a mão. Depois é a vez dos funcionários e de alguns empregados [...]. Saímos do pátio, onde estão alinhados os couraceiros [Guarda de Honra] que lhe rendem as honras. Aperta a mão aos oficiais, agradece a todos. Os couraceiros oferecem-lhe uma bandeja de prata: é redonda e leva gravada muitas inscrições [...]. Metemo-nos no automóvel: eu ao lado dele. Quando chegamos à guarda alinhada, ele desce e passa-a em revista. Saúdam-no com o grito “Viva o rei!”. Saímos do portão principal: sobre a capota, flutua o galhardete real. Alguns reconhecem-no e saúdam-no. Da torrezinha do Quirinal, é arreada a bandeira com o brasão e a coroa: são 15,30”⁶².

⁶² LUCIFERO, F., 2002, p. 556, 13.6.1946.

Uma cena quase cinematográfica, que vale a pena citar também na outra versão, não menos eficaz, do funcionário da Casa Real, Mateus Mureddu, acusado por Lucifero de simpatias republicanas⁶³:

“São 15 horas de 13 de Junho de 1946. O céu baixo anuncia temporal. O pessoal do palácio reuniu-se na antecâmara da “Vidraça” [...]. O rei entra em companhia de Lucifero. Está envelhecido, calvo, tenso. Tem o mesmo fato cinzento, um tanto descurado, que traz já há vários dias. Silêncio sepulcral, intensa comoção. A alguns humedecem-se os olhos. Humberto aperta a mão a cada um, depois desce os degraus e vai directamente até ao meio do pátio de honra, onde o comandante do esquadrão Riario Sforza alinhou os couraceiros em pequeno uniforme. Riario ordena a saudação ao rei. Responde um grito possante, que ressoa no ar sufocante: “Viva o rei!”. Humberto abraça o comandante, estende a mão aos outros dois oficiais e depois saúda o tenente dos granadeiros que monta a guarda ao palácio. Sobe, de seguida, para o automóvel “Astura”. Ao seu lado sentou-se Falcone Lucifero, e Infante ao lado do condutor. Às 16 em ponto [sic], a viatura real parte, seguida de outras quatro [...]. Enquanto o cortejo está para atravessar o portão, chega de corrida, ofegante, de Manicalunga, Alexandre Moneta. Soube com atraso da partida de Humberto. Ele é o secretário da guarda milanesa, atirador da Grande Guerra, medalha de prata de valor militar e terceiro franciscano, que, em 1939, quando Acquarone quis que a bandeira nacional fosse içada em cima da torrezinha do Palácio, de modo que flutuasse por cima da antiga cruz, tinha vaticinado o castigo do céu. Detém-se no ângulo do pórtico, diante do portão do jardim, estende o braço em direcção ao rei que se afasta, como para o deter, e grita, entre os soluços: “Majestade!... Majestade!...”⁶⁴.

Às 16,07 horas, o quadrimotor “Savoia Marchetti 95”, pilotado pelo capitão Manlio Lizzani, irmão do célebre realizador Carlos, levantava voo para Portugal. O soberano, agora conde de Sarre, entre as lágrimas, via Roma

⁶³ LUCIFERO, F., 2002, p. 562, 29.6.1946.

⁶⁴ MUREDDU, M., 1978, pp. 254-255.

afastar-se num véu cinzento de chuva⁶⁵. Em Itália, ficava apenas um pedaço de papel a denunciar «o grito revolucionário», unilateral e arbitrário, de um governo desdenhoso da lei e do poder independente e soberano da magistratura. A Humberto tinha-se imposto uma escolha dramática: ou derramar sangue ou ser vítima da violência. Posto naquela pungente alternativa, o soberano tinha deliberado deixar o solo do país «na esperança de resguardar os Italianos de novos lutos e novas dores»⁶⁶.

A chegada a Lisboa de Humberto não podia ser mais triste. O avião, depois de ter feito escala em Barcelona e Madrid, aterrou às 13h18m de 14 de Junho. Chegado de improviso, foram esperar o rei, «de aspecto muito carregado», só o ministro de Itália, Rossi Longhi, o cônsul, conde Nigro, e o adido da Força Aérea. Nenhuma autoridade portuguesa prestou homenagem ao conde de Sarre. Foram avisadas demasiado tarde. Depois de almoço, no primeiro dia, teve lugar a reunião da família na vivenda da Quinta da Bela Vista, na localidade da Piedade, uma aldeia nos arredores de Sintra⁶⁷. A casa, bela e imponente, mas em péssimas condições devido à humidade e desprovida de energia eléctrica, tinha sido posta à disposição pela duquesa de Cadaval⁶⁸. Na sua nova condição, Humberto tentou adaptar-se de imediato. Poucos dias depois da sua chegada, retomava a pena e escrevia a Lucifero, a referir quanto o país era belo e todos muito corteses, do presidente ao hortelão, a hospitalidade afectuosa, a casa muito simpática e o jardim belíssimo. O único defeito residia no substancial isolamento: «A 30 km da cidade! Um tanto demais!»⁶⁹.

Na Itália republicana, ficou o interesse pela sorte de Humberto e da família. Logo a 26 de Julho de 1946, em *La Stampa*, de Turim, saía o curioso artigo de uma jornalista portuguesa que, fingindo-se criada, tinha conseguido “espionar” o serviço familiar dos Sabóias. Uma vida absolutamente simples, a dos ex-reis de Itália: pequeno-almoço às oito, com café,

⁶⁵ BERTOLDI, S., *L'addio di Umberto in lacrime quel pomeriggio del 13 giugno '46*, in “Corriere della Sera”, 12.7.2002.

⁶⁶ *La Nuova Stampa*, p. 1, 14.6.1946.

⁶⁷ *La Nuova Stampa*, p. 1, 15.6.1946.

⁶⁸ CASTELLANI, A., 1961, p. 142.

⁶⁹ SPERONI, G., 2004, p. 315.

manteiga e o tradicional pão escuro português; o almoço à uma; as tardes de Humberto e Maria José, passadas inteiramente à secretária, a escrever cartas, até ao momento da chegada dos mordomos com os candelabros de velas, devido à falta de luz; a agitação à volta de uma velha fonte, tendo em conta a falta de água corrente; o jantar servido às oito em ponto. Humberto achou divertido o episódio da enviada incógnita, tanto que lhe concedeu uma das primeiras entrevistas, com a condição de não se falar de política. O rei confessava quanto lhe agradava Portugal⁷⁰.

Foi, depois, ao jornalista e escritor racconigês Carlos Maria Franzero que Humberto concedeu as primeiras declarações públicas. O enquadramento doméstico, na Primavera de 1947, tinha, porém, mudado completamente. Já não era a vasta moradia nos arredores de Sintra, distante de qualquer centro habitado e quase sempre envolta em brumas, mas a vivenda do Baluarte em Cascais, arrendada pelo conde de Monte Real, à esquina da avenida D. Carlos I, que dava para o porto. Uma casa agradável, se bem que modesta. De tal modo modesta, que não permitia hospedar as poucas pessoas da corte, alojadas separadamente, ali a cem passos. Três pequenos salões no rés-do-chão decorados em estilo manuelino; uma sala de jantar circundada por um terraço com vista sobre o mar; no piso superior, os quartos de dormir, o seu, o da mulher e os dos filhos; tudo rodeado por um patiozinho «rectangular e desenhado com um jardimzito com uma fonte, e tudo cingido por um porticozinho de colunas elegantes, calmo e fresco, como um claustro». Apesar de não ter de acompanhar negócios de Estado, Humberto continuava a seguir uma vida metódica e precisa: a leitura dos jornais da manhã e o despacho da densíssima correspondência proveniente de Itália; as “audiências” a conceder e as visitas a efectuar a outros amigos exilados; o jantar íntimo e as leituras à mulher, vítima de uma lesão nos nervos ópticos. Às 10 da noite, vestido com um fato de flanela cinzento e sem chapéu, Humberto permitia-se dar uma pequena passeata pela pitoresca estrada costeira de Cascais ao Estoril. Foi numa dessas ocasiões que teve condições de «se confessar» ao conterrâneo Franzero (Humberto tinha nascido em Racconigi, a 15 de Setembro de 1904): a guerra que deveria

⁷⁰ *La Nuova Stampa*, p. 1, 26.7.1946.

ter acabado depois da queda do fascismo; a abdicação tardia do pai; Mussolini, que deveria ter sido entregue de imediato às mãos dos aliados⁷¹.

Quando, no Verão de 1949, Humberto encontrou Giovanni Artieri, o homem que viria a ser um dos maiores biógrafos e entrevistadores seus⁷², algumas coisas tinham mudado, outras não. A casa já não era a mesma. Agora arrendava uma propriedade pertencente a uns portugueses ricos, a família Pinto Basto, próximo da luxuosíssima vivenda do banqueiro Ricardo Espírito Santo. Doze divisões numa costa escarpada sobre o oceano, «entre escolhos e pedras erráticas, ervas selvagens, tamargueiras, figueiras e pinheiros marítimos». Uma vivenda imersa numa «paisagem druídica», a Boca do Inferno, batida pelo vento e pelas correntes marítimas:

“Ali corre uma estrada asfaltada, perdida ao longo de colinas e rochedos, vivendas isoladas, casas e cabanas de pescadores, terminando num areal imenso e solitário, chamado o Guincho. Diante, nada mais há do que o Atlântico aberto com aquela sua imensidade, angustiante por não se poder imaginar outra costa mais próxima do que aquela, longíssima, da América. [...] Sobre os rochedos da Boca do Inferno existia antigamente um presídio legionário, cujos vestígios ainda restam numa localidade chamada “Campo dos Romanos”. Encontrava-se nos confins do mundo conhecido na Antiguidade e já fora das Colunas de Hércules, certamente considerado como uma última Tule nesta parte do Império. Essa memória ainda está viva na linguagem dos pescadores de sardinhas da aldeia de Cascais, porque esta costa onde habita Humberto de Sabóia é chamada *o fim do mundo*”.

Agora Humberto vivia só com as três filhas. Maria José tinha decidido mudar-se para Merlinge, nos arredores de Genebra, levando consigo o herdeiro Vítor Manuel. Ao lado do soberano, ficava fiel a pequena corte: o marquês Carlos Graziani di Borgo di Sansepolcro, durante dez anos mestre-de-cerimónias no Quirinal; o médico pessoal Aldo Castellani; o secretário particular Mário Castellani, gravemente mutilado da guerra. No escritório da

⁷¹ *La Nuova Stampa*, p. 3, 8.5.1947.

⁷² ARTIERI, G., 1959; ARTIERI, G., 1983.

correspondência, o general Graziani trabalhava de manhã à tardinha, coadjuvado por Óscar Cicinato, um ex-agente da polícia. As incumbências do quotidiano eram preenchidas pelo pessoal de serviço: o senhor Ernesto Turconi, camareiro pessoal do conde de Sarre e a mulher, empregada do serviço doméstico; o senhor Tregati, responsável pelo serviço de antecâmara e de mesa; dois motoristas, Polveriggiani e Maurino; a cozinheira, portuguesa. Ao lado das filhas, a inseparável ama irlandesa “Missie” e a preceptora, a marquesa Maria Luísa Pallavicini. O reservado Humberto, em contraste com a mundana Maria José, tinha-se integrado naquele recanto de Portugal:

“A simplicidade e, num certo sentido, a severidade da vida de Humberto tocaram a imaginação dos pescadores da Costa. É uma gente romântica, veste como as personagens dos “Pecheurs d’Islande”, de Pierre Loti, as mãos cobertas de escamas de sardinhas e sempre brilhantes, como se estivessem enfiadas em luvas de malha de prata. Humberto de Sabóia *el-rei de Itália* passou a fazer parte do seu património de fantasia, com D. Manuel, o rei Carlos Alberto e D. Miguel de Bragança. Tiram-lhe respeitosamente o barrete de tela encerada, quando ele passa, atravessando os grandes declives e escarpas esparsas de rochedos e ervas selvagens, lugares adequados à cena das bruxas do “Macbeth”, sacudidas pelo vento do Atlântico, que assobia no Verão e no Inverno – dizem os Portugueses – a rouca canção do gigante Adamastor”⁷³.

Um herói romântico, este Humberto de Sabóia saído da pena de Artieri. Inflexível, o rei continuava, porém, a levar uma vida regular, longe de alentos patéticos. Madrugador como o pai (e como todos os antepassados), passava horas na companhia de Graziani e Castellani a despachar a copiosíssima correspondência que chegava todos os dias à *villa Italia*. Depois, as audiências concedidas a todos os Italianos, «sem restrições», que chegavam à porta, as leituras, a natação no oceano e as passeatas até àquele campo dos Romanos, onde tinha tido modo de encontrar cinco ou seis moedas de Tibério, dadas à Casa da Moeda de Lisboa, juntamente com um exemplar do *Corpus Nummorum*, a ciclópica obra paterna de numismática.

⁷³ *La Nuova Stampa*, p. 3, 5.8.1949.

Nas peregrinações por aqueles lugares selvagens, ia sempre só: a sua escolta, um gordito guarda de alfândega da República Portuguesa, não conseguia acompanhá-lo de perto; esperava-o sentado numa rocha, muitas vezes escondido, para que Humberto não o visse ofegante e suado. O conde de Sarre preferia a sobriedade (à mesa, dois pratos e um copo de vinho, duas chávenas de café, no máximo) sem renunciar, todavia, à mundanidade: concertos, exposições, o melancólico *fado*, as incruentas touradas portuguesas. Mas depois voltava sempre à *villa Italia* para se ocupar da preciosa biblioteca, do arquivo histórico de família, das pesquisas iconográficas sobre o Sudário e sobre a dinastia, do amado e distante país. Continuamente seguiam as mensagens e obras de beneficência de Humberto, de Portugal para Itália, por ocasião de calamidades nacionais: o terramoto de Calábria de 1947 ; o de Rieti, de 1949; a erupção do Etna, de 1950; as inundações do território de Ferrara, em 1951; o aluvião em Polesine, no mesmo ano; o desabamento de Caselle, na província de Modena, em 1953... Todos eles, acontecimentos cujo interesse por parte do rei foi testemunhado pelo fiel Lucifero. Numerosas foram, depois, também as comunicações às formações políticas monárquicas, como o Partido Nacional Monárquico e a União Monárquica Italiana⁷⁴.

Em 1960 teve lugar a mudança para segunda *villa Italia*, desta vez de propriedade própria, adjacente à primeira. Henrique Emanuelli, grande nome do jornalismo italiano, foi um dos primeiros a visitar a nova casa «fresca ainda de verniz»:

“A nova *villa Italia* lembra certas residências oitocentistas francesas, entre a cidade e o campo, mas foi desenhada por Rebecchini, um arquitecto italiano. De belas proporções, feita com materiais nobres, mas não faustosos, simples na decoração, não intimida o visitante e é acolhedora. Não é, decerto, uma das modernas construções de Cascais, que fica a meia hora de automóvel de Lisboa, ao longo do litoral a que os Portugueses chamam Costa do Sol e onde as velhas aldeias de pescadores estão a desaparecer, esmagadas pelas vivendas ou pelas casas, nas quais vivem

⁷⁴ LUCIFERO, F., 1966.

ricos ou nobres franceses, espanhóis, ingleses, portugueses, formando uma sociedade cosmopolita, mas quase invisível. Há um restaurantinho à moda, frequentado também por Humberto e pelo duque de Bragança ou pela condessa de Barcelona. Os proprietários são uma francesa e um dinamarquês, orgulhosos da sua insígnia “Os três porquinhos”.

E assim tinham lugar as “audiências reais”:

“Quem desejar ver Humberto, deve dirigir-se ao conde de Vigliano, que mora numa casinha na estrada mais silenciosa de Cascais. Por telefone, ele vos dirá a que hora vos deveis apresentar e ele estará numa sala do rés-do-chão para vos receber e vos apresentar. Não sei se é sempre assim, mas nas minhas visitas a Humberto, deu-me a impressão de que ele desfruta bem do tempo: enquanto entrais, no preciso momento em que atravessais a soleira, ele dá um passo na vossa direcção, um somente, que deve efectuar quando ouve anunciar o vosso nome pelo conde de Vigliano. Humberto é um belo homem maduro, mas de aspecto jovem. Deve cuidar muito de si e conhece o segredo de se mostrar como se estivesse sempre com a barba recentemente feita. Aperta-vos a mão, senta-se numa poltrona, faz-vos sinal para vos sentardes num sofá e, assim, ficais com o ex-rei à vossa esquerda. Durante muitos anos, milhares de Italianos passaram a saudá-lo, levados por sentimentos de devoção ou de simples curiosidade. Naquela sala de espera, aconteceu-me ver um nosso ex-embaixador, um conde de Turim, dois nobres romanos, um casal de noivos genoveses. [...] Quando recebe e se senta na poltrona, com o visitante no sofá à sua esquerda, ele tem ao lado uma mesinha com um bonito relógio oitocentista francês. Ninguém se apercebe, mas Humberto deve tê-lo debaixo de olho. A um certo ponto, com um tom de estranha e solícita cortesia, diz: “Penso que agora deseja sair”. Levanta-se e dá ainda um passo, um somente, para vos acompanhar até à porta, mas dá a sensação de que vos segue até à soleira. Um livro de registos sobre a mesa, na antecâmara vigiada por um tipo que tem todo o ar de ex-marechal da guarda, pode ainda recolher a vossa assinatura”⁷⁵.

⁷⁵ *La Stampa*, p. 3, 12.6.1960.

Foram 37 os anos de exílio. Apesar da ligação ininterrupta com Portugal, Humberto, sem jamais ter voltado a ver o seu país natal, devido às alíneas primeira e segunda da 13^a disposição transitória e final da Constituição republicana⁷⁶, faleceu no hospital cantonal de Genebra às 15h35m de 18 de Março de 1983. Foi sepultado na Abadia de Hautecombe, sobre o lago de Bourget, nos arredores de Chambéry⁷⁷. Tinha estabelecido por testamento que os documentos históricos em sua posse conservados na *villa Italia* fossem entregues «em regime de plena propriedade ao Arquivo de Estado de Turim», com a única restrição de acessibilidade aos documentos datados depois de 4 de Novembro de 1918. A comissão constituída para o levantamento do importante património teve, porém, de registar, em Cascais, a quase total ausência da «documentação histórica respeitante ao reinado de Sua Majestade Vítor Manuel III, a lugar-tenência, o reinado e o exílio de Sua Majestade Humberto II». O arquivo novecentista da Casa de Sabóia tinha desaparecido misteriosamente⁷⁸. Os estudiosos, ainda hoje, continuam na esperança de que uma parte importante da História de Itália não se tenha irremediavelmente perdido.

Fontes e estudos

Fontes manuscritas

Archivio di Stato di Torino, Corte, Legato Umberto II, I versamento, mazzo 46, fasc. 4.

Archivio di Stato di Torino, Corte, materie politiche per rapporto all'interno, cerimoniale, funerali, mazzo 5 [da inventariare], *1830-66 cerimoniale funerali*, fascicolo *Istruzioni date*

⁷⁶ «I membri e i discendenti di Casa Savoia non sono elettori e non possono ricoprire uffici pubblici né cariche elettive. Agli ex re di Casa Savoia, alle loro consorti e ai loro discendenti maschi sono vietati l'ingresso e il soggiorno nel territorio nazionale» [“Os membros e os descendentes da Casa de Sabóia não são eleitores e não podem desempenhar funções públicas, nem ocupar cargos electivos. Aos ex-reis da Casa de Sabóia, às suas consortes e aos seus descendentes masculinos estão vedados o ingresso e a estada em território nacional”]. Estas alíneas foram abolidas com a lei constitucional de 23.10.2002, n. 1.

⁷⁷ REGOLO, L., 1998, p. 599.

⁷⁸ MASSABÒ RICCI, I., 1996, pp. 333-344.

dalla Regia commissione pel ricevimento in Genova e successivo trasporto sino a Torino della salma di Sua Maestà Carlo Alberto.

Archivio di Stato di Torino, Corte, Legato Umberto II, II versamento, mazzo 28, *lettere di ammirazione e ritagli di giornale.*

Archivio di Stato di Torino, Legato Umberto II, II versamento, mazzo 20, *messaggi inviati agli italiani da Re Umberto II (1966-1979).*

Fontes impressas

AZEGLIO, Costanza (1996), *Lettere al figlio (1829-1862)*, a cura di MALDINI CHIARITO, Daniela, Roma, Istituto per la Storia del Risorgimento Italiano.

CASTELLANI, Aldo, (1961), *Tra microbi e Re*, Milano, Rusconi e Paolazzi Editori.

Istruzioni date dalla regia commissione per gli onori funebri da rendersi in Torino alla spoglia del Re Carlo Alberto (1849), Torino, Tipografia Nazionale.

LUCIFERO, Falcone, (1966), *Il pensiero e l'azione del re Umberto II dall'esilio 13 giugno 1946 – 31 dicembre 1965*, Milano, Rizzoli.

LUCIFERO, Falcone, (2002), *L'ultimo re. I diari del ministro della Real Casa 1944-1946*, a cura di LUCIFERO, Alfredo e PERFETTI, Francesco, Milano, Mondadori.

MUREDDU, Matteo, (1978), *Il Quirinale del Re*, Milano, Club degli editori.

RATTAZZI, Urbano (2009), *Epistolario (1846-1861)*, a cura di ROCCIA, Rosanna, Roma, Gangemi. *Relazioni sulla malattia, morte e trasporto della salma e sulle esequie celebrate a Sua Maestà il Re Carlo Alberto* (1849), Torino, Crivellari.

Jornais

La Nuova Stampa, 6 giugno 1946.

La Nuova Stampa, 8 giugno 1946.

La Nuova Stampa, 9 giugno 1946.

La Nuova Stampa, 11 giugno 1946.

La Nuova Stampa, 14 giugno 1946.

La Nuova Stampa, 15 giugno 1946.

La Nuova Stampa, 26 luglio 1946.

La Nuova Stampa, 8 maggio 1947.

La Nuova Stampa, 5 agosto 1949.

La Stampa, 12 giugno 1960.

La Stampa, 25 giugno 1976.

Corriere della Sera, 12 luglio 2002.

Estudos

- ARTIERI, Giovanni, (1959), *Il Re. Colloqui con Umberto II*, Milano, Edizione del Borghese.
- ARTIERI, Giovanni, (1983), *Umberto II e la crisi della monarchia*, Milano, Mondadori.
- BRIGNOLI, Marziano (2007), *Carlo Alberto ultimo re di Sardegna 1798-1849*, Milano, Franco Angeli.
- CIBRARIO, Luigi (1850), *Ricordi d'una missione in Portogallo*, Torino, Stamperia Reale
- COLOMBO, Adolfo (1933), *Carlo Alberto ad Oporto secondo nuovi documenti*, "Rassegna storica del Risorgimento Italiano", fasc. III.
- GAMALERO, Lorenzo (1850), *Itinerario del re Carlo Alberto da Novara a Oporto*, Torino, Zecchi e Bona.
- GENTILE, Pierangelo (2004), *La salma di Re Carlo Alberto a Novi. Il rapporto dell'intendente al ministro: questioni di onore, distinzioni di rango e senso del dovere* in "Novinostra", n. 1
- GENTILE, Pierangelo, *Alessandria nel decennio di preparazione*, in CASTRONOVO, Valerio (2009), *Alessandria dal Risorgimento all'Unità d'Italia*, Alessandria, Fondazione Cassa di Risparmio di Alessandria, vol. II.
- LEVRA, Umberto (2011), *Il Museo Nazionale del Risorgimento Italiano di Torino*, Milano, Skira.
- MASSABÒ RICCI, Isabella (1996), *L'archivio dei re d'Italia depositato presso l'archivio di Stato di Torino*, in "Cheiron", nn. 25-26.
- MASSABÒ RICCI, Isabella (1999), *L'epistolario di un re. Carlo Alberto a Maria di Robilant*, Torino, UTET.
- MOLA, Aldo, (2006), *Declino e crollo della monarchia in Italia*, Milano, Mondadori.
- REGOLO, Luciano, (1998), *Il re signore. Tutto il racconto della vita di Umberto di Savoia*, Milano, Simonelli.
- RIDOLFI, Maurizio e TRANFAGLIA, Nicola, (1996), *1946. La nascita della Repubblica*, Roma, Laterza.
- RODOLICO, Niccolò (1931-1943), *Carlo Alberto*, 3 voll., Firenze, Le Monnier.
- SALATA, Francesco (1931), *Carlo Alberto inedito*, Milano, Mondadori.
- SPERONI, Gigi, (2004), *Umberto II. Il dramma segreto dell'ultimo re*, Milano, Bompiani.
- TALAMO, Giuseppe (1977), *Carlo Alberto*, in *Dizionario biografico degli italiani*, vol. 20°, Roma, Istituto della Enciclopedia Italiana.

(Página deixada propositadamente em branco)

OS AUTORES

Maria Antónia Lopes (mafilopes@netvisao.pt) é Doutora em História (2000) e Agregada em História Moderna e Contemporânea (2008) pela Universidade de Coimbra, Professora da Faculdade de Letras da mesma Universidade (FLUC), investigadora integrada do Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra e colaboradora do Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa de Lisboa.

Lecciona disciplinas de História Moderna e de História Contemporânea na Licenciatura, no Mestrado e no Doutoramento em História da FLUC. Colabora, ainda, com a Faculdade de Medicina, da UC leccionando a disciplina de 2º Ciclo “História Económica e Social dos Cuidados de Saúde em Portugal”.

A sua área de investigação é a história social de Portugal nos séculos XVIII a XX, nomeadamente os seguintes temas: mulheres, crianças, pobres, políticas sociais, instituições de assistência e de saúde, elites locais, vida privada e história de Coimbra.

Além de artigos em revistas e capítulos de obras colectivas (publicados em Portugal, Brasil, Espanha e Reino Unido), escreveu os seguintes livros: *Mulheres, espaço e sociabilidade. A transformação dos papéis femininos em Portugal à luz de fontes literárias (2ª metade do século XVIII)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1989; *Pobreza, assistência e controlo social em Coimbra, 1750-1850* (2 vols.), Viseu, Palimage, 2000; *História Breve das Misericórdias Portuguesas, 1498-2000* (co-autoria com Isabel G. Sá), Coimbra, Imprensa da Universidade, 2008; *António Ferrer Correia (1912-2003), uma fotobiografia* (co-autoria com Maria João Padez), Coimbra, Imprensa da Universidade, 2008; *Protecção*

Social em Portugal na Idade Moderna. Guia de estudo e de investigação, Coimbra, FLUC/Imprensa da Universidade, 2010; *Na rota da 3ª invasão francesa: o concelho de Mangualde e as suas vítimas*, Mangualde, Câmara Municipal de Mangualde, 2011; *Rainbas que o povo amou. Estefânia de Hohenzollern e Maria Pia de Saboia*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2011. Com José Pedro Paiva coordenou os livros *Portugaliae Monumenta Misericordiarum 7. Sob o signo da mudança: de D. José I a 1834*, Lisboa, União das Misericórdias Portuguesas, 2008 e *Portugaliae Monumenta Misericordiarum 8. Tradição e modernidade: o período da monarquia constitucional (1834-1910)*, Lisboa, União das Misericórdias Portuguesas, 2010.

Blythe Alice Raviola (aliravi@yahoo.it) é Doutora de Investigação em História da Sociedade Europeia na Idade Moderna desde Março de 2002 e bolsreira de investigação no Departamento de História da Universidade de Turim, onde obteve também o Pós-Doutoramento e desenvolveu durante anos actividade didáctica e de investigação. Actualmente é coordenadora cultural e investigadora na Compagnia di San Paolo di Torino, no âmbito da qual, com Walter Barberis e Anna Cantaluppi, coordena a *Storia della Compagnia*, para os seus 450 anos (Turim, Einaudi, com saída prevista para Janeiro de 2013).

É autora de alguns trabalhos sobre o Piemonte saboiano setecentista, entre os quais *Le rivolte del luglio 1797 nel Piemonte meridionale* («Studi storici», 1998) e «*Il più acurato intendente*». *Giuseppe Amedeo Corte di Bonvicino e la Relazione dello stato economico politico dell'Asteggiana del 1786* (Turim, Zamorani, 2004), assim como de numerosos estudos sobre o Monferrato, abordado nos seus aspectos sócio-institucionais e territoriais em vários ensaios e no volume *Il Monferrato gonzaghesco. Istituzioni ed élites di un micro-stato* (Florença, Olschki, 2003). No âmbito do projecto nacional *Frontiere, ceti, territori, culture nell'Italia moderna*, financiado pela Miur, coordenou os volumes *Cartografia del Monferrato. Geografia, spazi interni e confini di un piccolo stato italiano fra Medioevo e Ottocento* e *Lo spazio sabauo. Intersezioni, frontiere e confini in età moderna* (Milão, FrancoAngeli, 2007). Ocupa-se actualmente também com o Pó na Idade Moderna, com especial atenção para o uso do rio como barreira e/ou char-

neira entre os Estados setentrionais da Península (sobre este tema escreveu o artigo *La strada liquida. Costruire un libro sul Po in età moderna*, publicado na «Rivista Storica Italiana», 2006, fasc. III, e obteve um financiamento do CNR para o ano de 2008). Para a Editora Carocci publicou o volume *L'Europa dei piccoli stati. Dalla prima età moderna al declino dell'Antico Regime* (Roma, 2008). De momento, colabora ainda com diferentes instituições nacionais e internacionais, entre as quais a Universidade de Cáceres, Nice-Sophia Antipolis e l'EHESS sobre o tema das fronteiras no Antigo Regime, bem como com o grupo de investigação “Solo Madrid es corte”, coordenado por J. Martínez Millán, e a Durham University, sobre a questão do papel dos pequenos Estados no seio da Europa Moderna.

Maria Alegria Fernandes Marques (mfm@fl.uc.pt) é Doutora em História e Agregada em História da Idade Média pela Universidade de Coimbra; foi discípula do Professor Doutor Cónego Avelino de Jesus da Costa. É Professora Catedrática da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Lecciona disciplinas da área de História da Idade Média Portuguesa, e colabora no Mestrado e no Doutoramento em História, bem como no Mestrado em Ensino na mesma Faculdade. Os seus principais domínios científicos e interesses incidem na História de Portugal da época medieval, na vertente da história institucional e política, história local, e ainda das instituições eclesíásticas. Tem ainda incursões na história biográfica, na história das mulheres e do quotidiano, bem assim noutros períodos cronológicos.

É autora e co-autora de várias obras, de que destaca *Bulário Português*. I. *Inocência III (1198-1216)* (Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, 1989), *As terras de Mira. Perspectiva histórica*. Coimbra, Câmara Municipal de Mira, 1993, *Estudos sobre a Ordem de Cister em Portugal* (Lisboa, Colibri – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1998), *Os forais de Torre de Moncorvo* (Torre de Moncorvo, Câmara Municipal de Torre de Moncorvo, 2005), *Foral de Vacariça e Mealhada – 1514* (Câmara Municipal de Mealhada, 2006), *Rainbas e santas. As filhas de D. Sancho I e o mosteiro de Lorvão* (Câmara Municipal de Penacova, 2007), *Os forais de Penacova* (Penacova, Câmara Municipal de Penacova, 2007), *A vila de Ançã e o seu foral manuelino* (Cantanhede, Câmara Municipal de

Cantanhede, 2009), *D. Afonso III. O Bolonbês* (Matosinhos, Quid Novi. Edição e conteúdos, 2009), *Espaços e poderes. Mogadouro: forais, concelhos e senhores (séculos XII a XVI)* (Mogadouro, Câmara Municipal de Mogadouro, 2010), *D. Dulce. Rainha Fecunda* (Matosinhos, Quid Novi. Edição e conteúdos, S.A., 2011), *D. Matilde, D. Teresa, D. Sancha, D. Mafalda. Primeiras infantas de Portugal* (Matosinhos, Quid Novi. Edição e conteúdos, S.A., 2011). É ainda co-autora e coordenadora de *A corte dos primeiros reis de Portugal. Afonso Henriques. Sancho I. Afonso II*. Gijón, ed. Trea, 2008.

É Académica de Número da Academia Portuguesa da História e membro do Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, da Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais e da Associação Portuguesa de Cister.

Foi galardoada com os Prémios Aboim de Sande Lemos (2005) e Pedro Cunha Serra (2009), ambos da Academia Portuguesa da História e foi distinguida com a medalha de ouro, de mérito cultural, do município de Mira (2008).

Ana Isabel Buescu (anabuescu@netcabo.pt). Doutora em História, especialidade em História Cultural e das Mentalidades Modernas (1994), é Professora Associada com Agregação na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Os seus principais domínios científicos e interesses incidem sobre educação de príncipes (modelos e práticas), livros e bibliotecas, cultura de corte, cerimónias régias e história biográfica nos séculos XV e XVI em Portugal. É autora de vários livros, com destaque para *O milagre de Ourique e a História de Portugal de Alexandre Herculano. Uma polémica oitocentista*, INIC, 1987; *Imagens do Príncipe. Discurso Normativo e Representação (1525-1549)*, Cosmos, 1996, *Memória e Poder. Ensaio de História Cultural (séculos XV-XVIII)*, Cosmos, 2000, *D. João III (1502-1557)*, Círculo de Leitores, 2005 (reed. 2008), *Catarina de Áustria (1507-1578) Infanta de Tordesilhas, Rainha de Portugal*, A Esfera dos Livros, 2007, *Na Corte dos Reis de Portugal. Saberes, ritos e memórias. Estudos sobre o século XVI*, Colibri, 2010, 2ª edição 2011. *A Mesa dos Reis de Portugal. Ofícios, Consumos, Práticas e Representações (séculos XIII-XVIII)*, coord. Ana Isabel Buescu e David Felismino, Apresentação de Maria Helena da Cruz Coelho, Lisboa, Círculo de Leitores/Temas e Debates, 2011.

Pierpaolo Merlin (merlin.pierpaolo@tiscali.it) é professor de História Moderna na Faculdade de Ciências Políticas da Universidade de Cagliari. Ocupa-se de história política e institucional dos Estados de Antigo Regime, com particular interesse pelas cortes da Europa moderna. Estuda também as organizações políticas e administrativas do ducado da Sabóia entre os séculos XVI e XVIII, assim como o governo dos vice-reis saboianos na Sardenha de Setecentos.

É membro do IULCE (Istituto Universitario La Corte en Europa), da SISEM (Società italiana storici dell'Età moderna), do Centro Studi Europa delle Corti e da Fondazione Accorsi di Torino. Publicou vários estudos, colaborando, entre outras, na *Storia d'Italia* dirigida por Giuseppe Galasso e na *Storia di Torino* da Accademia delle Scienze di Torino. É autor dos seguintes livros: *Tra guerre e tornei. La corte sabauda nell'età di Carlo Emanuele I* (Torino 1991); *Emanuele Filiberto. Un principe tra il Piemonte e l'Europa* (Torino 1995); *La forza e la fede. Vita di Carlo V* (Roma-Bari 2004); *Il viceré del Bastione. Filippo Guglielmo Pallavicino di Saint-Remy e il governo della Sardegna, 1720-1727* (Cagliari 2005); *Nelle stanze del re. Vita e politica nelle corti europee tra XIV e XVIII secolo* (Roma 2010). Participa há anos nos convênios internacionais organizados pela Universidad Autónoma de Madrid por iniciativa científica do IULCE. Actualmente coordena um grupo de investigação que estuda as relações entre o estado de Sabóia e a Espanha durante o reinado de Filipe IV.

Isabel Maria Ribeiro Mendes Drumond Braga (isabeldrumondbraga@hotmail.com) é Doutora em História, especialidade em História Económica e Social (séculos XV-XVIII), pela Universidade Nova de Lisboa (1996) e Agregada pela Universidade de Lisboa (2006). Lecciona na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa desde 1990 e foi Professora Visitante na Universidade Federal Fluminense (Brasil) de Agosto a Dezembro de 2009.

A produção científica desenvolvida tem versado, em especial, temas como: Inquisição, minorias, religiosidade popular, relações diplomáticas, assistência e vida quotidiana, com destaque para a história da alimentação.

Participou como comunicante em congressos e outros encontros científicos realizados no País e no estrangeiro (Alemanha, Brasil, Espanha, França, Israel, Itália, Marrocos, México, Reino Unido, Suíça, Tunísia) e publicou

cerca de duas centenas de artigos em revistas portuguesas e estrangeiras e escreveu os seguintes livros: *O Mosteiro de Guadalupe e Portugal (séculos XIV-XVIII). Contribuição para o Estudo da Religiosidade Peninsular* (1994); *Ceuta Portuguesa 1415-1656* (1998); *Entre a Cristandade e o Islão (Séculos XV-XVII). Cativos e Renegados nas Franjas de duas Sociedades em Confronto, Ceuta, (1998)*; *Mouriscos e Cristãos no Portugal Quinhentista. Duas Culturas e duas Concepções Religiosas em Choque* (1999); *Portugal à Mesa. Alimentação, Etiqueta e Sociabilidade (1800-1850)* (2000); *Assistência, Saúde Pública e Prática Médica em Portugal séculos XV-XIX* (2001); *Um Espaço, duas Monarquias (Interrelações na Península Ibérica no Tempo de Carlos V)* (2001); *Os Estrangeiros e a Inquisição Portuguesa (séculos XVI-XVII)* (2002); *Cooperação e Conflito. Portugal, Castela e Aragão (séculos XV-XVII)* (2002); *A Bigamia em Portugal na Época Moderna. Sentir mal do Sacramento do Matrimónio?* (2003); *Gelados. História de uma Doce e Fresca Tentação* (2003); *Do Primeiro Almoço à Ceia. Estudos de História da Alimentação,* (2004); *Cultura, Religião e Quotidiano. Portugal (século XVIII)* (2005); *Os Menus em Portugal. Para uma História das Artes de servir à Mesa* (2006) (com versão inglesa, *Menus. Towards a history of the art of serving at table* (2006); *Vivências no Feminino. Poder, Violência e Marginalidade nos Séculos XV a XIX* (2007); *A Herança das Américas em Portugal. Trópico das Cores e dos Sabores* (2007), *Missões Diplomáticas entre Portugal e o Magrebe no século XVIII. Os Relatos de Frei João de Sousa* (2008); *Sabores do Brasil em Portugal. Descobrir e Transformar novos Alimentos (séculos XVI-XXI)* (2010); *D. Maria Francisca Isabel de Sabóia (1646-1683), 1ª parte do volume Maria Francisca Isabel de Sabóia e Maria Sofia Isabel de Neuburg: Duas Rainhas em Tempo de Novos Equilíbrios Europeus,* Lisboa, Círculo de Leitores (2011).

Toby Osborne (toby.osborne@durham.ac.uk), Licenciado em História Moderna pelo Balliol College, Oxford (1990), doutorou-se igualmente em História, também pelo Balliol College, Oxford (1996). Foi orientado pelo Professor 'Sir' John Elliott e arguido por Hugh Trevor-Roper e H. G. Koenigsberger. Foi bolseiro do Institute of Historical Research, Londres, e ensinou na Universidade de Warwick, bem como em Christ Church, Oxford. É Professor na Universidade de Durham desde 1996.

Escreveu artigos sobre diferentes temas relacionados com os Sabóias no período da primeira Idade Moderna e com a diplomacia e a cultura cortesã, incluindo o tema do exílio político e o das relações entre colecionismo de arte e a diplomacia. No seu livro *Dynasty and Diplomacy in the Court of Savoy: Political Culture and the Thirty Years' War*, publicado pela Cambridge University Press, analisa temas relacionados com o papel de Sabóia no contexto da política das potências europeias e o papel desempenhado por famílias de corte na formulação e condução de políticas internacionais.

Os seus interesses de investigação centram-se em três temas: diplomacia católica com os protestantes, corte papal e o percurso para a realeza das potências italianas, todos na primeira Idade Moderna. O fio condutor é o de mostrar como os governantes e as dinastias dessa época construíram e apresentaram a sua soberania e o modo como as reivindicações de iniciativa própria foram legitimadas e atendidas.

Pierangelo Gentile (pier.gentile77@gmail.com) estuda há mais de dez anos a temática do *Risorgimento* ligada à monarquia, à nobreza, às ambições diplomáticas. Depois da licenciatura em História na Universidade de Turim, prosseguiu os estudos com uma bolsa da Fundação Filippo Burzio, de Turim, aprofundando vários aspectos da corte de Sabóia oitocentista. Sócio desde 2005 do *Comitato di Torino dell'Istituto per la Storia del Risorgimento Italiano*, proferiu várias conferências para iniciativas organizadas no Palácio Real de Turim, na Fundação Pietro Accorsi de Turim, no Castelo Real de Racconigi, na *Scuderie reali di Poggio a Caiano* (Prato), no Teatro Alfieri de Asti, na Biblioteca Nacional de Turim. Doutor de investigação em História da Sociedade Contemporânea desde 2008, recebeu o prémio “Spadolini – Nuova Antologia” das mãos do presidente do Senado em cerimónia realizada no Palazzo Vecchio de Florença. Foi também vencedor do “Premio per gli studi storici sul Piemonte nell'Ottocento e nel Novecento”, edição 2007-2008. Bolseiro de investigação da história do *Risorgimento* no Departamento de Estudos Históricos da Università degli Studi di Torino, tem numerosas publicações em revistas e obras colectivas. Publicou recentemente o livro *L'ombra del Re. Vittorio Emanuele II e le politiche di corte*.

Série Investigação

•

Imprensa da Universidade de Coimbra

Coimbra University Press

2012

